



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO **do exercício de 2017**

CAMPINAS, SP
2018



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

do exercício de 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2017, da Portaria TCU nº 65/2018 e das orientações do órgão de controle interno.

Diretoria-Geral
Campinas, SP
2018



Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas-SP
CEP 13015-927
www.trt15.jus.br

PRESIDENTE

Desembargador Fernando da Silva Borges

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

Desembargadora Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho

VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

Desembargador Edmundo Fraga Lopes

CORREGEDOR REGIONAL

Desembargador Samuel Hugo Lima

VICE-CORREGEDOR REGIONAL

Desembargadora Susana Graciela Santiso

DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL

Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho

VICE-DIRETORA DA ESCOLA JUDICIAL

Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann

OUVIDORA

Desembargadora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

VICE-OUVIDOR

Desembargador Edison dos Santos Pelegrini

Abreviaturas e Siglas

ATS – Adicional por Tempo de Serviço

CAGED/MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego

CC – Cargo em Comissão

CCAUD/CSJT – Coordenadoria de Controle e Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

CCIN – Coordenadoria de Controle Interno

CNE – Cadastro Nacional de Empresas Mercantis

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CP – Curto Prazo

CPAG – Coordenadoria de Pagamento

CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal

CPR – Sistema de Contas a Pagar e a Receber do Governo Federal

CPSSS – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor

CR – Corregedoria Regional

CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho

DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho

DG – Diretoria-Geral

DN – Decisão Normativa

EC – Emenda Constitucional

FC – Função Comissionada

FUNPRESP-JUD – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário

GECJ – Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição

GND – Grupo de Natureza da Despesa

GP – Gabinete da Presidência

IAD – Índice de Atendimento da Demanda

IDJus – Índice de Desempenho da Justiça

IN – Instrução Normativa

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPM – Índice de Produtividade de Magistrado

IR – Imposto de Renda

JT – Justiça do Trabalho

LOA – Lei Orçamentária Anual

LP – Longo Prazo

MGD – Mapeamento Global de Desempenho

MPT – Ministério Público do Trabalho

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NE – Nota Explicativa

OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

OI – Orçamento de Investimento

PA – Processo Administrativo/ Processo de Aquisição

PAA – Plano Anual de Auditoria

PAE – Parcela Autônoma de Equivalência
PEI – Plano Estratégico Institucional
PETIC – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações
PJe – Processo Judicial Eletrônico
PL – Projeto de Lei
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PP – Pedido de Providências
PPA – Plano Plurianual
PROAD – Sistema de Processos e Protocolos Administrativos
REUNE-JT – Reunião Nacional de Estratégia da Justiça do Trabalho
RI – Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
RPSPF – Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
RPV – Requisição de Pequeno Valor
SCI/CNJ – Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC – Sistema de Informação de Custos do Governo Federal
SICAF – Sistema de Cadastro de Fornecedores
SIGEN – Sistema de Informações Gerenciais
SIGEST – Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho
SIGI-JT – Sistema Integrado de Gestão de Informática da Justiça do Trabalho
SIOP – Sistemas Integrados de Planejamento e Orçamento
SISAC – Sistema de Apreciação de Atos de Admissão e Concessões do Tribunal de Contas da União
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicações
TCU – Tribunal de Contas da União
TCU/Sefip – Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União
TJ – Tribunal de Justiça
TRE – tribunal Regional Eleitoral
TRF – Tribunal Regional Federal
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
UG – Unidade Gestora
URV – Unidade Real de Valor
VPI – Vantagem Pecuniária Individual
VT – Vara do Trabalho

Lista de Quadros

Quadro 1 – Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	18
Quadro 2 – Fluxograma – Macroprocesso Finalístico.....	22
Quadro 3 – Macroprocesso Finalístico Prestação Jurisdicional Trabalhista de 1º Grau.....	23
Quadro 4 – Macroprocesso Finalístico Prestação Jurisdicional Trabalhista Originária no Tribunal.....	24
Quadro 5 – Macroprocesso Finalístico Prestação Jurisdicional Trabalhista Recursal de 2º Grau.....	25
Quadro 6 – Macroprocesso Finalístico Prestação Jurisdicional Trabalhista – Entes Públicos.....	26
Quadro 7 – Indicador Aprimorar e Assegurar a efetividade da Prestação Jurisdicional e Garantir os Direitos de Cidadania.....	34
Quadro 8 – Indicador Aprimorar a Qualidade na Prestação do Serviço.....	36
Quadro 9 – Ações/Subtítulos – OFSS – Benefícios Assistenciais Decorrentes de Auxílio-Funeral e Natalidade.....	37
Quadro 10 – Ações/Subtítulos – OFSS – Pagamento de Aposentadorias e Pensões.....	38
Quadro 11 – Ações/Subtítulos – OFSS – Contribuição Para o Custeio do RPSPF	39
Quadro 12 – Ações/Subtítulos – OFSS – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Barretos – SP.....	40
Quadro 13 – Ações/Subtítulos – OFSS – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Itapetininga.....	41
Quadro 14 – Ações/Subtítulos – OFSS – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Fernandópolis.....	42
Quadro 15 – Ações/Subtítulos – OFSS – Assistência Médica e Odontológica	43
Quadro 16 – Ações/Subtítulos – OFSS – Assistência Pré-Escolar	44
Quadro 17 – Ações/Subtítulos – OFSS – Auxílio-Transporte.....	45
Quadro 18 – Ações/Subtítulos – OFSS – Auxílio-Alimentação.....	46
Quadro 19 – Ações/Subtítulos – OFSS – Pagamento de Pessoal Ativo.....	47
Quadro 20 – Ações/Subtítulos – OFSS – Comunicação e Divulgação Institucional.....	48
Quadro 21 – Ações/Subtítulos – OFSS – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.....	49
Quadro 22 – Ações/Subtítulos – OFSS – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.....	50
Quadro 23 – Ações/Subtítulos – OFSS – Ajuda de Custo Para Moradia.....	51
Quadro 24 – Ações/Subtítulos – Restituição de Valores Recolhidos ao Montepio.....	52
Quadro 25 – Ações/Subtítulos – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Rio Claro – SP.....	52
Quadro 26 – Ações/Subtítulos – Restos a Pagar Não Processados – OFSS – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Porto Ferreira – SP.....	53
Quadro 27 – Ações/Subtítulos – Restos a Pagar Não Processados – OFSS – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Votuporanga – SP.....	53
Quadro 28 – Execução Orçamentária e Financeira por Ação – Exercício 2017.....	55
Quadro 29 – Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis.....	56
Quadro 30 – Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis.....	57
Quadro 31 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	57
Quadro 32 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Barretos.....	58
Quadro 33 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Barretos – Créditos Liquidados em 2017 – Emendas Parlamentares.....	59
Quadro 34 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Itapetininga.....	60
Quadro 35 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Fernandópolis.....	61
Quadro 36 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Fernandópolis – Créditos Liquidados em 2017 – Emendas Parlamentares.....	62

Quadro 37 – Assistência Médica e Odontológica de Civis – Complementação da União.....	62
Quadro 38 – Aplicação de Recursos – Assistência Médica e Odontológica de Civis – Complementação da União.....	63
Quadro 39 – Assistência Pré-Escolar.....	63
Quadro 40 – Auxílio-Transporte.....	64
Quadro 41 – Auxílio-Alimentação.....	65
Quadro 42 – Pessoal Ativo da União.....	65
Quadro 43 – Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia.....	67
Quadro 44 – Comunicação e Divulgação Institucional.....	67
Quadro 45 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.....	68
Quadro 46 – Apreciação de causas na Justiça do Trabalho.....	69
Quadro 47 – Execução Orçamentária e Financeira por plano orçamentário.....	70
Quadro 48 – Apreciação de causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas.....	70
Quadro 49 – LOA/2017 – Outras Despesas Correntes – Maiores Variações do Empenhado por Natureza de Despesa. .	71
Quadro 50 – Despesas Diversas – Outras Despesas Correntes – Gastos Mais Significativos por Natureza de Despesa. .	72
Quadro 51 – LOA/2017 – Despesas Diversas – Investimentos – Despesas Empenhadas – Maiores Variações.....	73
Quadro 52 – Despesas Diversas – Investimentos – Gastos por Natureza de Despesa.....	74
Quadro 53 – Despesas Diversas – Outras Despesas Correntes – Restos a Pagar Não Processados Liquidados em 2017.	75
Quadro 54 – Despesas Diversas – Investimentos – Restos a Pagar Não Processados Liquidados em 2017.....	76
Quadro 55 – Capacitação de Recursos Humanos.....	76
Quadro 56 – Capacitação de Recursos Humanos – Aplicação de Recursos.....	77
Quadro 57 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	77
Quadro 58 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Aplicação de Recursos.....	78
Quadro 59 – Manutenção de Varas Itinerantes.....	78
Quadro 60 – Trabalho Seguro.....	79
Quadro 61 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Rio Claro – SP.....	80
Quadro 62 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Rio Claro – Restos A Pagar.....	81
Quadro 63 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Porto Ferreira.....	81
Quadro 64 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Votuporanga – SP.....	82
Quadro 65 – Restituição de valores Recolhidos ao Montepio Civil.....	83
Quadro 66 – Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJe ...	84
Quadro 67 – Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJe – Execução.....	84
Quadro 68 – Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJe – Execução – Restos a Pagar.....	85
Quadro 69 – Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho.....	85
Quadro 70 – Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho – Execução.....	86
Quadro 71 – Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	87
Quadro 72 – Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação – Execução.....	87
Quadro 73 – Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação – Execução – Restos a Pagar.....	88
Quadro 74 – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo a Aprendizagem.....	88
Quadro 75 – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo a Aprendizagem – Execução.....	89
Quadro 76 – Trabalho Seguro.....	89
Quadro 77 – Trabalho Seguro – Execução I.....	90

Quadro 78 – Trabalho Seguro – Execução II.....	91
Quadro 79 – Requisições de Pequeno Valor.....	91
Quadro 80 – Precatórios.....	92
Quadro 81 – Precatórios – Execução.....	92
Quadro 82 – Passivos Registrados no SIAFI.....	95
Quadro 83 – Demonstrativo da Composição dos Saldos com Insuficiência de Créditos Reconhecidos – Obrigações Trabalhistas – Curto Prazo.....	99
Quadro 84 – Demonstrativo da Composição dos Saldos com Insuficiência de Créditos Reconhecidos – Outros Encargos Sociais – Curto Prazo.....	100
Quadro 85 – Demonstrativo da Composição dos Saldos com Insuficiência de Créditos Reconhecidos – Longo Prazo.....	100
Quadro 86 – Notas e Documentos do SIAFI Contabilizados em 2017 – Inclusões.....	101
Quadro 87 – Notas e Documentos do SIAFI Contabilizados em 2017 – Baixas	102
Quadro 88 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores.....	105
Quadro 89 – Restos a Pagar Processados Pendentes de Pagamento.....	106
Quadro 90 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados – Despesas de Pessoal.....	107
Quadro 91 – Execução dos Restos A Pagar Não Processados – Outras Despesas Correntes.....	107
Quadro 92 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados – Investimentos.....	108
Quadro 93 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados – Total Geral.....	108
Quadro 94 – Arrecadação por Fonte de Recurso.....	110
Quadro 95 – Arrecadação por Tipo de Receita.....	111
Quadro 96 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	115
Quadro 97 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.....	116
Quadro 98 – Crédito Autorizado X Despesa Executada.....	117
Quadro 99 – Crédito Autorizado X Despesa Executada – com Contingenciamento.....	118
Quadro 100 – Orçamento Executado por Categoria Econômica.....	119
Quadro 101 – Despesas Liquidadas – Pessoal e Encargos Sociais.....	120
Quadro 102 – Maiores Despesas Liquidadas – Pessoal e Encargos Sociais.....	121
Quadro 103 – Despesas Liquidadas – Outras Despesas Correntes.....	123
Quadro 104 – Maiores Despesas Liquidadas – Outras Despesas Correntes.....	125
Quadro 105 – Despesas Liquidadas – Investimentos.....	126
Quadro 106 – Maiores Despesas Liquidadas – Investimentos.....	126
Quadro 107 – Restos a Pagar Não Processados.....	127
Quadro 108 – Restos a Pagar Não Processados – Créditos Originários – Valores Mais Relevantes.....	128
Quadro 109 – Restos a Pagar Não Processados – Provisões Recebidas – Valores Mais Relevantes.....	129
Quadro 110 – Concessão de Suprimento de Fundos.....	129
Quadro 111 – Utilização de Suprimento de Fundos.....	130
Quadro 112 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos.....	130
Quadro 113 – Correções Ordinárias.....	154
Quadro 114 – Força de Trabalho da UPC.....	162
Quadro 115 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	163
Quadro 116 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC.....	163
Quadro 117 – Projeto de Lei de Criação de Cargos Efetivos – PL 8.256/2014.....	164
Quadro 118 – Despesas do Pessoal.....	166

Quadro 119 – Contratos de Prestação de Serviços Não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade.....	169
Quadro 120 – Contrato de Serviços de Operacionalização de Programas de Estágios Educacionais.....	170
Quadro 121 – Despesas com Estagiários.....	172
Quadro 122 – Vagas de Estágio.....	173
Quadro 123 – Veículos por Grupo – Representação.....	175
Quadro 124 – Veículos por Grupo – Institucional.....	175
Quadro 125 – Veículos por Grupo – Serviços.....	178
Quadro 126 – Veículos por Grupo – Total.....	180
Quadro 127 – Idade Média da Frota por Grupo.....	181
Quadro 128 – Custos Associados à Manutenção da Frota.....	181
Quadro 129 – Imóveis de Uso Especial – Informações Gerais.....	183
Quadro 130 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ.....	190
Quadro 131 – Locações.....	215
Quadro 132 – Canais de Acesso do Cidadão – Ouvidoria.....	227
Quadro 133 – Tabela de Vida Útil e Valor Residual.....	237
Quadro 134 – Balanço Orçamentário.....	249
Quadro 135 – Balanço Financeiro.....	251
Quadro 136 – Balanço Patrimonial.....	252
Quadro 137 – Demonstração das Variações Patrimoniais.....	254
Quadro 138 – Demonstração do Fluxo de Caixa.....	256
Quadro 139 – Previsões e Realizações de Receitas.....	264
Quadro 140 – Dotação Autorizada Líquida com Descentralizações.....	267
Quadro 141 – Créditos Adicionais e Movimentações de Créditos.....	267
Quadro 142 – Créditos Adicionais por Tipo de Despesa.....	268
Quadro 143 – Descentralizações Internas (Provisão).....	269
Quadro 144 – Descentralizações externas (Destaque de Crédito).....	269
Quadro 145 – Variação entre as dotações autorizadas por tipo de despesa – Exercícios 2017 e 2016.....	270
Quadro 146 – Despesa Executada em Relação ao Crédito Autorizado	270
Quadro 147 – Despesa Executada em Relação ao Crédito Autorizado com Contingenciamento.....	271
Quadro 148 – Orçamento Executado por categoria econômica.....	272
Quadro 149 – Despesas Liquidadas – Pessoal e Encargos Sociais.....	273
Quadro 150 – Maiores Despesas Liquidadas – Pessoal e Encargos Sociais.....	274
Quadro 151 – Despesas Liquidadas – Outras Despesas Correntes.....	275
Quadro 152 – Maiores Despesas Liquidadas – Outras Despesas Correntes.....	276
Quadro 153 – Despesas Liquidadas – Investimentos.....	277
Quadro 154 – Maiores Despesas Liquidadas – Investimentos.....	277
Quadro 155 – Restos a Pagar Não Processados – por Grupo de Natureza de Despesa.....	278
Quadro 156 – Restos a Pagar Não Processados – Créditos Originários – Valores Mais Relevantes.....	279
Quadro 157 – Restos a Pagar Não Processados – Provisões Recebidas – Valores Mais Relevantes.....	280
Quadro 158 – Execução de Restos a Pagar Não processados – Despesas de Pessoal.....	281
Quadro 159 – Execução de Restos a Pagar Não processados – Outras Despesas Correntes.....	281
Quadro 160 – Execução de Restos a Pagar Não processados – Investimentos.....	282

Quadro 161 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados – Total Geral.....	282
Quadro 162 – Execução dos Restos a Pagar Processados – Depósitos Retidos.....	283
Quadro 163 – Arrecadação por Fonte de Recurso.....	285
Quadro 164 – Arrecadação por Tipo de Receita.....	286
Quadro 165 – Dispêndios.....	288
Quadro 166 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	289
Quadro 167 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento por Fonte de Recursos.....	289
Quadro 168 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	290
Quadro 169 – Créditos Inscritos na Dívida Ativa.....	290
Quadro 170 – Créditos por Cessão de áreas Públicas – Ativo Circulante.....	291
Quadro 171 – Estoques.....	292
Quadro 172 – Composição do Estoque.....	292
Quadro 173 – Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente.....	293
Quadro 174 – Despesas Pagas Antecipadamente.....	294
Quadro 175 – Ativo Realizável a Longo Prazo – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo.....	295
Quadro 176 – Créditos por Cessão de áreas Públicas – Ativo Não Circulante.....	296
Quadro 177 – Adiantamento de Contribuições Futuras.....	297
Quadro 178 – Bens Móveis.....	298
Quadro 179 – Bens Móveis e Depreciação.....	299
Quadro 180 – Bens Imóveis.....	300
Quadro 181 – Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET.....	301
Quadro 182 – Bens de Uso Especial – Edifícios.....	301
Quadro 183 – Bens de Uso Especial – Terrenos/Glebas.....	302
Quadro 184 – Bens de Uso Especial – Estudos e Projetos.....	302
Quadro 185 – Bens de Uso Especial – Obras em Andamento.....	302
Quadro 186 – Intangíveis.....	303
Quadro 187 – Softwares.....	304
Quadro 188 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	305
Quadro 189 – Reconhecimento de Passivos – Obrigações Trabalhistas (CP).....	305
Quadro 190 – Reconhecimento de Passivos – Outros Encargos Sociais (CP).....	307
Quadro 191 – Restos a Pagar Não Processados – Obrigações Trabalhistas.....	307
Quadro 192 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	308
Quadro 193 – Provisões a Curto Prazo.....	309
Quadro 194 – Provisões para Indenizações Trabalhistas.....	309
Quadro 195 – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	309
Quadro 196 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Depósitos Retidos de Fornecedores.....	310
Quadro 197 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Depósitos e Cauções Recebidos.....	311
Quadro 198 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo.....	312
Quadro 199 – Resultados Acumulados.....	312
Quadro 200 – Ativo Financeiro.....	315
Quadro 201 – Ativo Permanente.....	316
Quadro 202 – Passivo Financeiro.....	317

Quadro 203 – Passivo Permanente.....	317
Quadro 204 – Saldo Patrimonial.....	318
Quadro 205 – Atos Potenciais Ativos.....	319
Quadro 206 – Fianças.....	320
Quadro 207 – Seguros – Garantia.....	321
Quadro 208 – Caução.....	324
Quadro 209 – Cessões Onerosas.....	325
Quadro 210 – Atos Potenciais Passivos.....	326
Quadro 211 – Obrigações Contratuais.....	326
Quadro 212 – Disponibilidades Financeiras.....	331
Quadro 213 – Superavit Financeiro Ajustado.....	332
Quadro 214 – Execução Financeira.....	333
Quadro 215 – Transferências Recebidas de Imóveis no Sistema SPIUNET.....	335
Quadro 216 – Reavaliação de Bens Imóveis – Edifícios.....	336
Quadro 217 – Reavaliação de Bens Imóveis – Terrenos/Glebas.....	337
Quadro 218 – Direitos com Cessões de Uso Onerosas de Espaços Físicos.....	338
Quadro 219 – Baixa de Provisão por Quitação do Débito.....	338
Quadro 220 – Desincorporações de Ativos – Créditos por Danos ao Patrimônio.....	340
Quadro 221 – Desincorporações de Ativos – Bens Imóveis.....	341
Quadro 222 – Provisão para Indenizações Trabalhistas (CP).....	341
Quadro 223 – Apuração do Resultado do Exercício.....	342
Quadro 224 – Arrecadação por Tipo de Receita.....	344
Quadro 225 – Desembolsos com Pessoal e Outras Despesas Correntes.....	345
Quadro 226 – Desembolsos com Pessoal e Outras Despesas Correntes – Previdência Social.....	345
Quadro 227 – Desembolsos com Pessoal e Outras Despesas Correntes – Encargos Especiais – Precatórios e RPV's.....	346
Quadro 228 – Desembolsos com Pessoal e Outras Despesas Correntes – Transferências Concedidas.....	346
Quadro 229 – Fluxo de Caixa – Desembolsos – Investimentos.....	347
Quadro 230 – Investimentos por Ação Orçamentária.....	347
Quadro 231 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	348
Quadro 232 – Deliberação do TCU em Atendimento no Fim do Exercício.....	352
Quadro 233 – Tratamento das Recomendações da Unidade de Controle Interno.....	353
Quadro 234 – Notas de Providências – Atos de Pessoal.....	353
Quadro 235 – Recomendações de Maior Impacto.....	354
Quadro 236 – Requisições e Precatórios – Administração Direta.....	358
Quadro 237 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta.....	358

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Alinhamento do Plano Estratégico Institucional.....	31
Gráfico 2 – Conselho Nacional de Justiça – Plano Nacional do Poder Judiciário.....	32
Gráfico 3 – Conselho Superior da Justiça Do Trabalho – REUNE-JT.....	33
Gráfico 4 – Despesas Diversas – Outras Despesas Correntes – Totais Empenhados por Natureza de Despesa.....	71
Gráfico 5 – Despesas Diversas – Investimentos – Totais Empenhados por Natureza de Despesa.....	73
Gráfico 6 – Comparativo da Receita Líquida Arrecadada (2017/ 2016).....	111
Gráfico 7 – Créditos Adicionais por Tipo de Despesa.....	268
Gráfico 8 – Receita Líquida Arrecadada.....	286
Gráfico 9 – Estoques.....	293
Gráfico 10 – Bens Móveis.....	300
Gráfico 11 – Fluxo de Caixa – Desembolsos – Pessoal e Encargos Sociais.....	349
Gráfico 12 – Fluxo de Caixa – Desembolsos – Outras Despesas Correntes.....	349
Gráfico 13 – Fluxo de Caixa – Desembolsos – Despesas de Capital.....	350

Apêndices e Anexos

Organograma.....	360
Demonstrações Contábeis.....	362

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	12
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	14
1.1 Finalidade e Competências.....	14
1.2 Ambiente de Atuação.....	15
1.3 Organograma.....	17
1.4 Macroprocessos Finalísticos.....	22
1.4.1 Condução dos Macroprocessos Finalísticos no Exercício	27
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	28
2.1 Planejamento Organizacional.....	28
2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	29
2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico.....	30
2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos.....	31
2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos.....	34
2.3 Desempenho Orçamentário	37
2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....	37
2.3.1.1 Ações de OFSS.....	37
2.3.1.2 Ações não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar Não Processados – OFSS.....	52
2.3.1.3 Ações – Orçamento de Investimento – OI.....	54
2.3.1.4 Análise Situacional.....	54
2.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário	93
2.3.3 Obrigações Assumidas Sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento.....	95
2.3.4 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	105
2.3.4.1 Da Execução dos Restos a Pagar Processados em 2017	106
2.3.4.2 Da Execução dos Restos a Pagar Não Processados em 2017.....	106
2.3.5 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	109
2.3.6 Informações Sobre a Realização das Receitas	109
2.3.6.1 Receitas Geradas.....	109
2.3.6.2 Receitas Previstas X Receitas Realizadas.....	112
2.3.7 Informações Sobre a Execução das Despesas.....	115
2.3.7.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação.....	115
2.3.7.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.....	116
2.3.7.3 Análise Crítica da Realização da Despesa.....	117
2.3.8 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal.....	129
2.3.8.1 Concessão de Suprimento de Fundos.....	129
2.3.8.2 Utilização de Suprimento de Fundos.....	130
2.3.8.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos.....	130
2.3.8.4 Análise Crítica.....	131
2.4 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	133
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	134
3.1 Descrição das Estruturas de Governança.....	134

3.1.1	Tribunal Pleno.....	134
3.1.2	Órgão Especial.....	136
3.1.3	Corregedoria Regional.....	139
3.1.4	Comissão de Regimento Interno.....	141
3.1.5	Comissão de Jurisprudência.....	141
3.1.6	Comissão de Vitaliciamento.....	142
3.1.7	Comissão de Informática.....	142
3.1.8	Comissão de Gerenciamento de Fluxo Processual.....	143
3.1.9	Comissão de Gerenciamento de Orçamento e Finanças.....	143
3.1.10	Comissão de Gerenciamento de Assuntos Administrativos.....	143
3.1.11	Comissão da Ordem do Mérito Judiciário.....	144
3.1.12	Comissão de Gerenciamento de Preservação da Memória da Justiça do Trabalho.....	144
3.1.13	Comissão de Segurança.....	144
3.1.14	Comissão de Gerenciamento de Responsabilidade Socioambiental.....	145
3.1.15	Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.....	145
3.1.16	Comitê Orçamentário de Primeiro Grau.....	146
3.1.17	Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	146
3.1.18	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação	147
3.1.19	Comissão Gestor Local de Gestão de Pessoas.....	147
3.1.20	Comitê Orçamentário de Segundo Grau.....	147
3.1.21	Assessoria de Gestão Estratégica.....	148
3.1.22	Assessoria Jurídica.....	149
3.1.23	Coordenadoria de Controle Interno.....	149
3.1.24	Área de Concursos e Avaliação de Desempenho de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas.....	150
3.2	Atuação da unidade de auditoria interna.....	151
3.3	Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos.....	153
3.3.1	Correições Ordinárias.....	153
3.3.2	Instauração de Procedimentos para Apuração de Infrações Disciplinares de Magistrados.....	157
3.3.3	Instauração de Procedimentos para Apuração de Ilícitos Administrativos de Servidores.....	157
3.4	Gestão de Riscos e Controles Internos.....	158
4.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	162
4.1	Gestão de Pessoas.....	162
4.1.1	Estrutura de Pessoal da Unidade.....	162
4.1.1.1	Análise Crítica.....	164
4.1.2	Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	166
4.1.3	Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.....	167
4.1.4	Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários.....	168
4.1.4.1	Contratação de Mão de Obra para Atividades Não Abrangidas Pelo Plano de Cargos (Regular)	168
4.1.4.2	Contratação de Estagiários.....	170
4.2	Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.....	174
4.2.1	Gestão da Frota de Veículos.....	174

4.2.1.1	Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.....	174
4.2.1.2	Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC.....	174
4.2.1.3	Quantidade de Veículos Por Grupo.....	174
4.2.1.4	Quilometragem Rodada Por Grupo.....	180
4.2.1.5	Idade Média da Frota, por Grupo de Veículos.....	181
4.2.1.6	Despesas Associadas à Manutenção da Frota.....	181
4.2.1.7	Plano de Substituição da Frota.....	181
4.2.1.8	Razões da Escolha da Aquisição em Detrimento da Locação.....	181
4.2.1.9	Controle da Frota.....	182
4.2.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	183
4.2.3	Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos Públicos e Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas .	190
4.2.4	Informações Sobre Imóveis Locados de Terceiros.....	215
4.3	Gestão de Tecnologia da Informação.....	218
4.3.1	Principais Sistemas de Informações.....	218
4.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).....	223
4.3.3	Processo Judicial Eletrônico (PJe).....	225
5.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	226
5.1	Canais de Acesso do Cidadão.....	226
5.1.1	Corregedoria Regional.....	226
5.1.2	Ouvidoria.....	227
5.2	Carta de Serviços ao Cidadão.....	229
5.3	Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários.....	230
5.4	Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade.....	232
5.5	Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações.....	234
6.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	235
6.1	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	235
6.1.1	Estoques.....	235
6.1.2	Imobilizado.....	235
6.1.3	Depreciação.....	236
6.1.4	Intangível.....	241
6.1.5	Amortização.....	241
6.1.6	Caixa e Equivalentes de Caixa.....	242
6.1.7	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	242
6.1.8	Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente.....	242
6.1.9	Ativo Realizável a Longo Prazo.....	243
6.1.10	Passivos Circulante e Não Circulante.....	243
6.1.11	Provisões e Passivos Trabalhistas.....	243
6.2	Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	245
6.3	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....	248
6.3.1	Demonstrações Contábeis.....	248
6.3.1.1	Balanço Orçamentário.....	249

6.3.1.2 Balanço Financeiro	251
6.3.1.3 Balanço Patrimonial	252
6.3.1.4 Demonstração das Variações Patrimoniais.....	254
6.3.1.5 Demonstração do Fluxo de Caixa.....	256
6.3.2 Notas Explicativas.....	258
6.3.2.1 Informações Gerais das Notas Explicativas (Contexto Operacional).....	258
6.3.2.2 Resumo das Políticas Contábeis.....	259
6.3.2.3 Informações de Suporte e Detalhamento das Demonstrações Contábeis.....	263
6.3.2.4 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário.....	264
6.3.2.5 Notas Explicativas do Balanço Financeiro	284
6.3.2.6 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial	288
6.3.2.7 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais	334
6.3.2.8 Notas Explicativas da Demonstração do Fluxo de Caixa.....	343
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	351
7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	351
7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	353
7.3 Medidas Administrativas Para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário.....	356
7.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993.....	357
7.5 Gestão de Precatórios.....	358
7.6 Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento.....	359
8. APÊNDICES E ANEXOS.....	360
8.1 Organograma.....	360
8.2 Demonstrações Contábeis.....	362
DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE.....	383



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

APRESENTAÇÃO

No exercício de 2017 a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região foi exercida pelo Excelentíssimo Desembargador do Trabalho Fernando da Silva Borges, Presidente do Tribunal, com a assessoria dos Excelentíssimos Juízes Auxiliares Levi Rosa Tomé e Alessandro Tristão, pelo Secretário-Geral da Presidência Evandro Luiz Michelon e pelo Diretor-Geral Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser.

O TRT da 15ª Região exerce jurisdição sobre uma área de 599 municípios do Estado de São Paulo, por intermédio de 153 Varas da Justiça do Trabalho e 10 Postos Avançados, contando com 426 cargos de magistrados, de 1ª e 2ª instâncias, e mais de 3.500 cargos de servidores, responsáveis pelos resultados alcançados em 2017: 120.224 processos julgados em segundo grau e 343.971 processos julgados e 61.081 execuções encerradas em primeiro grau (conforme dados consolidados pela Estatística do Tribunal Superior do Trabalho).

O exercício de 2017 ainda repercutiu os efeitos do significativo contingenciamento orçamentário imposto pelo Poder Executivo a partir do exercício 2016, desta feita, com especial impacto na área de pessoal do Órgão.

Nesse sentido, merece especial destaque a restrição ao provimento dos cargos vagos desde o exercício precedente, com a ressalva daqueles não originados de aposentadoria ou decorrentes de desligamentos sem ônus (pensão).

No início do presente exercício, o impacto das vacâncias havidas em 2016/2017, sem possibilidade de reposição, alcançava aproximadamente 150 cargos e, embora estejam em andamento ações visando ao provimento parcial de alguns desses cargos, diante de recente autorização do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, não há perspectiva de recomposição integral do quadro de pessoal do Órgão.

Saliente-se, outrossim, o significativo aumento dos desligamentos por aposentadoria, estimulados, em parte, pela indefinição do sistema previdenciário, a curto prazo.

Com isso, evidencia-se um dos maiores desafios enfrentados pela Corte no exercício da prestação destas contas, qual seja, o agravamento da histórica escassez de mão de obra do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Não obstante tal obstáculo enfrentado pela gestão, o Regional recebeu especial destaque no anuário Justiça em Números 2017, do Conselho Nacional de Justiça.

Mais uma vez, o relatório revelou que o TRT 15ª Região se destaca não só entre os cinco regionais trabalhistas de grande porte – o grupo se completa com a 1ª (RJ) a 2ª (Grande São Paulo e parte da Baixada Santista), a 3ª (MG) e a 4ª Região (RS) –, mas também, em vários casos, na comparação com todas as demais 23 regiões em que se divide a Justiça Trabalho brasileira.

O documento traça uma verdadeira radiografia do desempenho do Poder Judiciário brasileiro em 2016 e revela, por exemplo, que, no Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), o TRT-15 foi o único regional trabalhista a obter 100% de eficiência nos dois graus de jurisdição, resultado só repetido, em todo o País, pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O índice é calculado considerando os recursos humanos e financeiros disponíveis e os fluxos de entrada e de saída de ações. Dessa forma, os tribunais que mais concluem processos em relação aos recursos de que dispõem são os que mais se destacam no IPC-Jus, que é apurado levando-se em conta a produtividade tanto de magistrados quanto de servidores.

Na 15ª Região foram 1.584 processos baixados por magistrado e 162 por servidor. Nos dois casos, o resultado dá ao TRT-15 o primeiro lugar absoluto na Justiça do Trabalho. O Regional sediado em Campinas também foi o líder, em 2016, no Índice de Atendimento à Demanda (IAD), com 113,6%. Na prática, isso significa que a 15ª Região resolveu 13,6% mais processos do que o total recebido.

Ademais, em reconhecimento ao investimento na gestão da informação e no cumprimento de normas de transparência, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concedeu ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região o Selo Justiça em Números, na categoria ouro. A entrega foi feita durante o XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizada em Brasília, nos dias 20 e 21 de novembro.

Foi o quarto ano consecutivo em que a qualidade do trabalho de magistrados e servidores do TRT-15 foi reconhecida pelo CNJ.

O presente Relatório de Gestão informa as bases gerenciais para as principais realizações de 2017, contemplando os seguintes itens:

1. Visão Geral da Unidade;
2. Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional;
3. Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos;
4. Áreas Especiais da Gestão;
5. Relacionamento com a Sociedade;
6. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis;
7. Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle;
8. Apêndices e Anexos.

O documento foi elaborado considerando a Instrução Normativa TCU n.º 63, de 1º de setembro de 2010, a DN TCU n.º 161, de 1º de novembro de 2017 e a Portaria TCU n.º 65, de 28 de fevereiro de 2018.

O conteúdo, os requisitos do arquivo eletrônico, a estrutura do relatório de gestão e sua apresentação gráfica foram feitos de acordo com as precitadas normas editadas pelo Tribunal de Contas da União e com o Sistema e-Contas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Finalidade e Competências

Criado pela Lei Federal nº 7.520/1986, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem como finalidade realizar justiça (missão do Poder Judiciário) no âmbito das relações do trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania (missão da Justiça do Trabalho) no âmbito da sua jurisdição.

Tem por missão solucionar os conflitos nas relações de trabalho, apresentadas na jurisdição do Tribunal, seja pela ação preventiva à judicialização do conflito, por conciliação ou julgamento.

Constitucionalmente, compete ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – TRT da 15ª Região – processar e julgar as ações oriundas das relações de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; as ações que envolvam exercício do direito de greve; as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, alínea “o”, da Constituição Federal; as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, inc. I, alínea “a”, e inciso II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; bem como outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei, na área abrangida por sua jurisdição, nos termos do art. 1º, §2º, da Lei Federal nº 7.520/1986.

A descrição da visão de futuro do Tribunal consiste em trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade) e interno, providenciando adequação da estruturação suficiente para a realização da prestação do serviço jurisdicional trabalhista, com qualidade e celeridade, tendo como foco a ampliação da sustentabilidade (aspectos humanos, trabalhistas, sociais, ambientais e de combate à corrupção).

Tem como atributos de valor para a sociedade a celeridade, a qualidade, a efetividade, a ética, a transparência, a acessibilidade, a valorização das pessoas, a responsabilidade social e a inovação.



1.2 Ambiente de Atuação

No intuito de realizar sua missão, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região vem promovendo ações estratégicas vinculadas aos temas de celeridade e eficiência operacionais (para assegurar a razoável duração do processo, aprimorar os serviços prestados, padronizar os procedimentos de trabalho e otimizar a utilização de recursos orçamentários e financeiros), acesso à Justiça e efetividade (para aproximar a Justiça do Trabalho do cidadão e conferir efetividade à prestação jurisdicional), atuação institucional (para melhorar a comunicação interna e externa, fortalecer a imagem institucional e ampliar as relações com outras instituições), responsabilidade social e ambiental (promovendo ações nesse sentido), infraestrutura (para melhorar continuamente a infraestrutura física e material, inclusive de TIC), orçamento (para garantir o melhor uso aos recursos orçamentários), clima e qualidade de vida (promoção da melhoria contínua da qualidade de vida das pessoas, especialmente dos jurisdicionados, e a do clima organizacional), gestão de pessoas (política de gestão por competências e desenvolvimento de ações de promoção de conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores) e tecnologia da informação e comunicação (para garantir a disponibilidade dos sistemas e o apoio técnico necessário à sua efetiva utilização).

A gestão do Tribunal está normatizada pelo Regimento Interno, aprovado na Sessão Administrativa do Tribunal Pleno realizada em 24 de outubro de 2002 e publicado em 29 de outubro de 2002, no Diário Oficial do Estado, e suas alterações, bem como pelo Regulamento Geral de Secretaria – Resolução Administrativa nº 10/2012, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 08/10/2012, e suas alterações, dentre outras normas.

O TRT da 15ª Região exerce jurisdição sobre uma área de 599 municípios do Estado de São Paulo, por intermédio de 153 Varas da Justiça do Trabalho e 10 Postos Avançados, contando com 426 cargos de magistrados, de 1ª e 2ª instâncias, e de mais de 3.500 servidores, responsáveis pelos resultados alcançados em 2017: 139.874 processos recebidos e 120.224 julgados em segundo grau e 331.863 processos recebidos e 343.971 julgados em primeiro grau, além de 61.081 execuções encerradas nesta instância (conforme dados consolidados pela Estatística do Tribunal Superior do Trabalho).

De acordo com a base estatística do Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/web/estatistica/jt/recebidos-e-julgados>), referente ao ano-base 2017, a Justiça do Trabalho teve, em 2017, 3.961.460 processos recebidos e 4.081.040 processos julgados.

O TRT da 15ª Região compõe a produtividade da Justiça do Trabalho com resultados significativos, apesar da sua estrutura proporcionalmente reduzida em face da demanda apresentada, constituída por 426 cargos de magistrados de primeiro e segundo graus e aproximadamente 3.400 cargos efetivos de servidores, dos quais boa parte encontra-se sem provimento diante de restrições orçamentárias.

O Tribunal Campineiro se enquadra no grupo dos regionais trabalhistas de Grande Porte, juntamente com os TRTs do Rio de Janeiro (1ª Região), de São Paulo (2ª Região), de Minas Gerais (3ª Região) e do Rio Grande do Sul (4ª Região).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus) do TRT da 15ª obteve a marca de 100%, conferindo-lhe a liderança no grupo.

O CNJ registrou que o TRT15 se destacou por ter sido o único Regional a atingir 100% no 1º e 2º graus, além de se situar na fronteira da eficiência em relação aos modelos de mensuração que estabelecem correlação entre a taxa de congestionamento x índice de produtividade de magistrados, taxa de congestionamento x índice de produtividade de servidores e taxa de congestionamento x despesa total.

QUADRO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (no exercício)
Tribunal Pleno	Órgão máximo do Tribunal, com competências em matérias judiciária e administrativa, definidas no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos Desembargadores do Tribunal	Desembargador do Trabalho	2017
Órgão Especial	Possui competências em matérias judiciária e administrativa, definidas no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região ou delegadas pelo Tribunal Pleno	O Órgão Especial é composto pelo Presidente do Tribunal, além de 12 (doze) Desembargadores mais antigos e de 12 (doze) Desembargadores eleitos	Desembargador do Trabalho	2017
Presidência	Órgão da Administração do Tribunal, possui competências em matérias judiciária e administrativa, destacando-se (i) superintender o serviço judiciário e administrativo; (ii) dirigir os trabalhos do Tribunal; (iii) convocar e presidir as sessões ordinárias e extraordinárias do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, propondo e submetendo as questões a julgamento, apurando os votos, proferindo voto de desempate e de qualidade, nos casos previstos no Regimento e proclamando as decisões; (iv) representar o Tribunal nas solenidades, atos oficiais, seminários e congressos; (v) baixar atos normativos da sua competência e fixar critérios gerais em matéria de administração financeira, autorizando a realização de despesas e seus pagamentos; (vi) elaborar e submeter ao Tribunal Pleno projetos de lei para posterior encaminhamento ao Poder ou Órgão competentes.	Desembargador Fernando da Silva Borges	Presidente	2017
Vice-Presidência Administrativa	Órgão da Administração do Tribunal, possui competências em matérias judiciária e administrativa, destacando-se: (i) substituir o Presidente no caso de férias, licenças e nos impedimentos ou nas ausências ocasionais; (ii) atuar como Relator nos recursos administrativos dirigidos ao Tribunal Pleno e ao Órgão Especial e nos processos da mesma natureza cujas decisões sejam da competência privativa dos Colegiados, (iii) presidir a 3ª Seção de Dissídios Individuais; (iv) exercer outras atribuições que, de comum acordo, lhe forem delegadas pelo Presidente ou que lhe tenham sido designadas pelo Tribunal Pleno e Órgão Especial.	Desembargadora Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho	Vice-Presidente Administrativo	2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (no exercício)
Tribunal Pleno	Órgão máximo do Tribunal, com competências em matérias judiciária e administrativa, definidas no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos Desembargadores do Tribunal	Desembargador do Trabalho	2017
Vice-Presidência Judicial	Órgão da Administração do Tribunal, possui competências em matéria judiciária, destacando-se: (i) decidir sobre quaisquer incidentes processuais, inclusive desistências e homologações de acordos, nos períodos de recesso do Tribunal, bem como quando os processos já tiverem sido julgados ou não tiverem sido ainda distribuídos; (ii) despachar os recursos de revista interpostos das decisões das Câmaras, bem como os recursos interpostos de acórdãos das Seções Especializadas e do Tribunal Pleno e os agravos de instrumento resultantes de despacho denegatório do seguimento desses recursos; (iii) exercer outras atribuições que, de comum acordo, lhe forem delegadas pelo Presidente ou que lhe tenham sido designadas pelo Tribunal Pleno e Órgão Especial.	Desembargador Edmundo Fraga Lopes	Vice-Presidente Judicial	2017
Corregedoria Regional	Órgãos da Administração do Tribunal, compete à Corregedoria, integrada pelo Desembargador Corregedor Regional e pela Desembargadora Vice-Corregedora Regional, exercer as funções de inspeção e correição permanentes com relação aos Juízes de primeiro grau e respectivos órgãos e serviços judiciários.	Desembargador Samuel Hugo Lima	Corregedor Regional	2017
Vice Corregedoria Regional		Desembargadora Susana Graciela Santiso	Vice-Corregedora Regional	2017
Escola Judicial	Órgão da Administração do Tribunal, constituem finalidades da Escola a promoção da formação de magistrados, servidores e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e a promoção e divulgação de estudos, tendo em vista a ampliação do acesso, a qualidade e a celeridade da prestação jurisdicional.	Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho	Diretor da Escola Judicial	2017
Vice-Diretoria da Escola Judicial		Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann	Vice-Diretora da Escola Judicial	2017
Ouvidoria	Órgão independente da administração da justiça, alicerçada nos princípios constitucionais da eficiência e da participação do cidadão na Administração Pública, tem como objetivos o aperfeiçoamento e a transparência dos serviços prestados por este Tribunal.	Desembargadora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla	Ouvidora	2017
		Desembargador Edison dos Santos Pelegrini	Vice-Ouvidor	2017

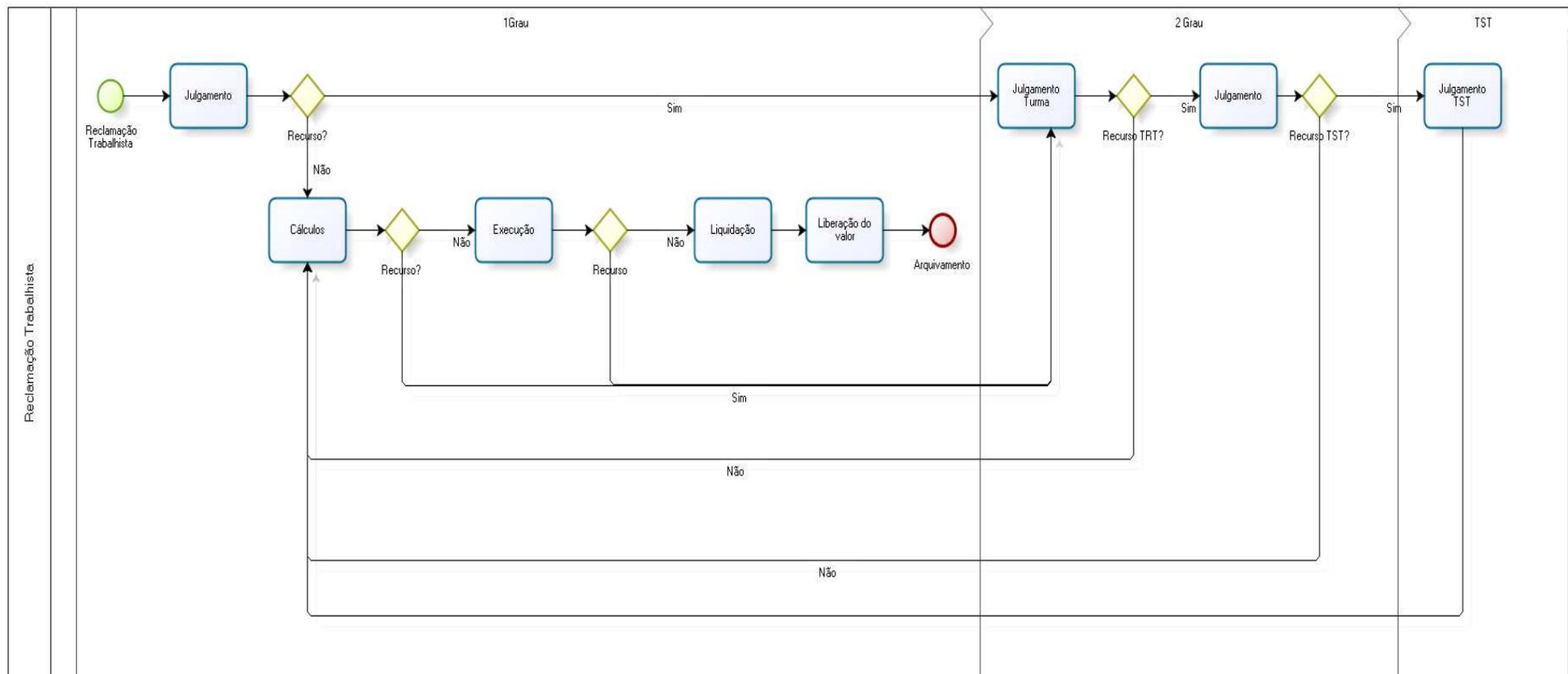
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (no exercício)
Tribunal Pleno	Órgão máximo do Tribunal, com competências em matérias judiciária e administrativa, definidas no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos Desembargadores do Tribunal	Desembargador do Trabalho	2017
Secretaria-Geral da Presidência	Destacam-se as seguintes competências: (i) manter atualizados os arquivos de normas emitidas pela Presidência; (ii) preparar o expediente, a representação e as audiências do Presidente; (iii) executar quaisquer outros procedimentos de apoio à Presidência; (iv) gerir a Assessoria Jurídica, Coordenadoria de Comunicação Social e a Coordenadoria de Estatística e Pesquisa.	Evandro Luiz Michelin	Secretário-Geral da Presidência	2017
Secretaria-Geral Judiciária	Destacam-se as competências de planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar a execução dos serviços judiciários do Tribunal.	Paulo Eduardo de Almeida	Secretário-Geral Judiciário	2017
Diretoria-Geral	Destacam-se as competências de planejar, coordenar, orientar, dirigir, controlar, supervisionar e divulgar todas as atividades administrativas do Tribunal, em conformidade com as deliberações da Presidência, bem como gerir as Secretarias da Administração, de Saúde, de Gestão de Pessoas, de Orçamento e Finanças e de Tecnologia da Informação e Comunicações.	Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser	Diretor-Geral	2017
Secretaria de Gestão de Pessoas	Destaca-se a competência de gerenciamento do pessoal, zelando pela aplicação da lei e pelo aprimoramento da integração do servidor na estrutura organizacional.	Gustavo Fachim	Secretário de Gestão de Pessoas	2017
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	Destacam-se as competências de planejar, coordenar, orientar, supervisionar e executar as atividades técnicas relacionadas aos sistemas informatizados, assim como a guarda das bases de dados, especificação e manutenção de equipamentos, bem como da infraestrutura necessária de tecnologia da informação e comunicações.	Herbert Wittmann	Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações	2017
Secretaria da Administração	Destacam-se as competências de planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades pertinentes à administração das Coordenadorias de Compras, Contratos, Licitações, Material e Logística, Manutenção e Projetos e Obras.	Adriana Martorano Amaral Corsetti	Secretária da Administração	2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (no exercício)
Tribunal Pleno	Órgão máximo do Tribunal, com competências em matérias judiciária e administrativa, definidas no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos Desembargadores do Tribunal	Desembargador do Trabalho	2017
Assessoria de Gestão Estratégica	Destacam-se as competências de (i) assessorar a Presidência e o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica na definição de missão, visão, valores, objetivos, indicadores e metas de desempenho para este Tribunal; (ii) monitorar variáveis estratégicas; (iii) acompanhar o cumprimento de metas estabelecidas; (iv) acompanhar a execução das ações estratégicas; (v) elaborar e divulgar os planos de ação relacionadas à estratégia; (vi) padronizar procedimentos; (vi) analisar, formular e elaborar relatórios técnicos e de natureza institucional.	Aurete Nicolodi Zurdo	Assessora de Gestão Estratégica	2017

Fonte: Diretoria-Geral

1.4 Macroprocessos Finalísticos

QUADRO 2 – FLUXOGRAMA – MACROPROCESSO FINALÍSTICO



Fonte: Corregedoria Regional



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 3 – MACROPROCESSO FINALÍSTICO PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA DE 1º GRAU

Macroprocesso: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA DE 1º GRAU			
DESCRIÇÃO: Porta de entrada das reclamações trabalhistas nas Varas do Trabalho, tem por objetivo o atendimento pessoal aos cidadãos da jurisdição da unidade que necessitam que seja realizada justiça no âmbito das relações do trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.			
SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS (principais): - ESTRATÉGIA: Tribunal Pleno, Órgão Especial, Presidência, Vice-Presidência Judicial, Corregedoria Regional, Vice-Corregedoria Regional e Secretaria-Geral Judiciária - EXECUÇÃO: Varas do Trabalho			
PROCESSO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	NECESSIDADES
<i>Atendimento ao público</i>	Atendimento às partes e advogados	Partes e advogados	Oferecer atendimento esperado pelos cidadãos que necessitam da prestação jurisdicional, em balcão de atendimento, telefone, e-mail, sala de audiências
<i>Formalidades dos autos</i>	Autos eletrônicos	Jurisdicionado	Subsidiar a tramitação dos autos, necessária à segurança jurídica do processo
<i>Audiência</i>	Audiência para oitiva das partes, testemunhas e conciliação	Partes e advogados	Oferecer oportunidade para as partes apresentarem seus motivos (inclusive testemunhas) e/ou chegarem a uma conciliação
<i>Julgamento</i>	Sentença proferida	Jurisdicionado	Oferecer o julgamento imparcial, com qualidade e celeridade
<i>Processamento de recursos</i>	Recurso em tramitação	Jurisdicionado, Tribunal Regional	Analisar os pressupostos de admissibilidade e garantir o prosseguimento da tramitação necessária
<i>Liquidação</i>	Valores devidos e atualizados	Jurisdicionado	Apurar os valores devidos de acordo com o trânsito em julgado da sentença/acórdão, devidamente atualizados
<i>Execução</i>	Valores pagos	Jurisdicionado	Providenciar quantas ações forem necessárias em busca da satisfação de pagamento pelos devedores dos créditos trabalhistas aos quais os credores façam jus
<i>Arquivamento</i>	Autos encerrados	Secretaria	Guardar os autos para eventuais consultas pelas partes, identificando conteúdos de relevância histórica para a memória da Justiça do Trabalho

Fonte: Corregedoria Regional



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 4 – MACROPROCESSO FINALÍSTICO PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA ORIGINÁRIA NO TRIBUNAL

Macroprocesso: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA ORIGINÁRIA NO TRIBUNAL			
DESCRIÇÃO: Porta de entrada das ações originárias no Tribunal (dissídios coletivos e individuais) no Tribunal, tem por objetivo o atendimento das categorias profissionais, mandados de segurança e ações rescisórias oriundas da jurisdição deste Tribunal.			
SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS (principais): - ESTRATÉGIA: Tribunal Pleno, Órgão Especial, Presidência, Vice-Presidência Judicial e Secretaria-Geral Judiciária - EXECUÇÃO: Seção de Dissídios Coletivos e Seções de Dissídios Individuais			
PROCESSO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	NECESSIDADES
<i>Atendimento ao público</i>	Atendimento às partes e advogados	Jurisicionados individuais e categorias profissionais	Oferecer atendimento esperado pelos cidadãos que necessitam da prestação jurisdicional, em balcão de atendimento, telefone, e-mail, sala de audiências
<i>Formalidades dos autos</i>	Autos eletrônicos	Jurisicionado	Subsidiar a tramitação dos autos, necessária à segurança jurídica do processo
<i>Audiências em ações originárias</i>	Audiência em dissídios coletivos para conciliação	Categorias envolvidas (patronal e profissional)	Oferecer oportunidade para as partes apresentarem seus motivos e/ou chegarem a uma conciliação
<i>Julgamento</i>	Acórdão proferido	Jurisicionado	Oferecer o julgamento imparcial, com qualidade e celeridade
<i>Processamento de recursos</i>	Recurso às instâncias superiores	Jurisicionado, Tribunal Superior	Analisar os pressupostos de admissibilidade e garantir o prosseguimento da tramitação necessária
<i>Arquivamento</i>	Autos encerrados	Secretaria	Guardar os autos para eventuais consultas pelas partes, identificando conteúdos de relevância histórica para a memória da Justiça do Trabalho

Fonte: Corregedoria Regional



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 5 – MACROPROCESSO FINALÍSTICO PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA RECURSAL DE 2º GRAU

Macroprocesso: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA RECURSAL DE 2º GRAU			
DESCRIÇÃO: Processamento dos recursos interpostos sobre reclamações trabalhistas. Dá continuidade ao atendimento pessoal aos cidadãos da jurisdição do Tribunal que necessitam que seja revista a decisão de 1ª instância para a promoção da justiça no âmbito das relações do trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.			
SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS (principais): - ESTRATÉGIA: Tribunal Pleno, Órgão Especial, Presidência, Vice-Presidência Judicial, Secretaria-Geral Judiciária - EXECUÇÃO: Turmas e Câmaras de Julgamento			
PROCESSO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	NECESSIDADES
<i>Atendimento ao público</i>	Atendimento às partes e advogados	Jurisdicionados individuais e categorias profissionais	Oferecer atendimento esperado pelos cidadãos que necessitam da prestação jurisdicional, em balcão de atendimento, telefone, e-mail, sala de sessão
<i>Julgamento</i>	Proposta de acórdão/decisão	Jurisdicionado, câmara julgadora	Oferecer o julgamento imparcial, com qualidade e celeridade
<i>Sessão de Julgamento</i>	Acórdão proferido	Jurisdicionado	Oferecer o julgamento imparcial, com qualidade e celeridade
<i>Processamento de recursos</i>	Recurso às instâncias superiores	Jurisdicionado, Tribunal Superior	Analisar os pressupostos de admissibilidade e garantir o prosseguimento da tramitação necessária

Fonte: Corregedoria Regional



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 6 – MACROPROCESSO FINALÍSTICO PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ENTES PÚBLICOS

Macroprocesso: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ENTES PÚBLICOS			
DESCRIÇÃO: Processamento das reclamações trabalhistas nas Varas do Trabalho e Assessoria de Precatórios, tem por objetivo o atendimento das demandas vinculadas a entes públicos ou que possuam vinculação com entes públicos.			
SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS (principais): - ESTRATÉGIA: Tribunal Pleno, Órgão Especial, Presidência, Vice-Presidência Judicial, Secretaria-Geral Judiciária - EXECUÇÃO: Varas do Trabalho e Assessoria de Precatórios			
PROCESSO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	NECESSIDADES
<i>Execuções fiscais</i>	Débitos fiscais quitados	Receita Federal do Brasil	Providenciar o cálculo e o recolhimento dos valores devidos a título de previdência e imposto de renda, nos termos da legislação em vigor.
<i>Execução de precatórios</i>	Precatórios pagos	Jurisicionados e órgãos públicos	Providenciar o quanto necessário à inscrição dos valores devidos decorrentes de ações trabalhistas por entes públicos em precatórios do órgão devedor

Fonte: Corregedoria Regional



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

1.4.1 Condução dos Macroprocessos Finalísticos no Exercício

A finalidade precípua das atividades desenvolvidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região constitui a prestação jurisdicional trabalhista, que se inicia via de regra no 1º Grau, mediante provocação do cidadão ou do Poder Público, observada a competência material do órgão, e se encerra com a efetiva entrega do direito, por meio da satisfação dos créditos trabalhistas ou previdenciários. Por sua vez, a prestação jurisdicional na 2ª Instância, atendendo ao princípio do duplo grau de jurisdição, oferece ao jurisdicionado a oportunidade de devolver a matéria controvertida ao reexame de mérito, em face de seu inconformismo com a sentença proferida em seu desfavor.

Para tanto, no 1º Grau, o Tribunal é composto por 153 Varas do Trabalho, abrangendo 599 municípios do Estado de São Paulo. Em 2017, em apoio às unidades judiciárias, a fim de garantir maior efetividade à tramitação processual e à atividade satisfativa, foram criados, em aproveitamento a estruturas administrativas previamente existentes, Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – CEJUSC-JT e Divisões de Execução, no sentido de promover, respectivamente, a realização de audiências de conciliação e a pesquisa patrimonial contra grandes devedores. No 2º Grau, a Corte é composta por 6 (seis) Turmas e 11 (onze) Câmaras, bem como por seções especializadas em dissídios individuais e coletivos, cuja competência é definida no Regimento Interno.

Embora ainda haja a tramitação de processos físicos, desde a implantação do sistema PJe os processos judiciais são tramitados preferencialmente em autos eletrônicos, garantindo maior efetividade e celeridade à prática de atos processuais, além de proporcionar benefícios ao jurisdicionado em termos de mobilidade urbana e responsabilidade socioambiental, razão pela qual em 2017 também foram promovidas ações de incentivo à migração dos feitos, para tramitação exclusiva na plataforma eletrônica.

Os processos de trabalho abrangidos por cada um dos macroprocessos finalísticos são objeto de normas procedimentais internas do Tribunal, editadas conjuntamente pela Presidência e pela Corregedoria Regional, cabendo a esta última a fiscalização dos procedimentos executados nas unidades de 1º Grau. Nesse aspecto, ao longo de 2017, foram editados normativos disciplinando procedimentos a serem observados na tramitação dos processos judiciais, inclusive em decorrência do advento da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Planejamento Organizacional

Tendo como missão institucional solucionar conflitos nas relações de trabalho, o Tribunal deverá apresentar solução às demandas apresentadas na sua jurisdição, seja pela ação preventiva à judicialização do conflito, por conciliação ou julgamento.

a) Nível operacional

Para tanto, conta com os planos operacionais das unidades, sob a responsabilidade de cada uma, com a divisão das tarefas. A exemplo, a área operacional das unidades de 1ª instância, responsável pela primeira etapa do macroprocesso finalístico e pelo maior volume de trabalho da instituição, organiza sua operação com equipes especializadas, vinculadas às fases processuais de conhecimento, liquidação e execução. O objetivo desta diretriz operacional é dar maior celeridade à tramitação dos processos, evitando inconsistências e retrabalho.

Além disso, a especialização das tarefas se espalha pelas áreas administrativas e judiciais de 2º grau, de modo a também corrigir eventuais distorções que provoquem inconsistências e retrabalho.

b) Nível tático

Os gestores de todos os níveis, por força da Lei nº 11.416/2006 (art. 5º, §3º) recebem anualmente curso de desenvolvimento gerencial, geralmente baseado em necessidades de aprimoramento dos gestores com impacto direto na estratégia institucional.

c) Nível estratégico

Desde 2010, o TRT da 15ª Região desenvolve a estratégia traçada pelo seu plano, em todos os níveis, instâncias e naturezas de atividade, bem como colabora diretamente com a estratégia da Justiça do Trabalho e Nacional.

Assim, com o acompanhamento dos resultados do desempenho estratégico, a Administração elabora e aprova ações estratégicas de correção da trajetória das metas, quando não satisfatórias, previne a ocorrência de curvas de tendência negativas ao seu atingimento, bem como busca identificar atividades que trazem êxito ao alcance da visão de futuro.



2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

São objetivos sob o enfoque estratégico deste Tribunal, com descrição sucinta:

- **aprimorar a prestação jurisdicional:** tem impacto direto na missão institucional e dos órgãos do Poder Judiciário, e pretende empreender maior celeridade, qualidade, eficiência, eficácia e efetividade à prestação jurisdicional;
- **distribuir adequada e dinamicamente os recursos humanos e capacitar servidores e magistrados:** estão vinculados às adequações possíveis de quantitativo de recursos humanos e qualitativo, respectivamente. O resultado do objetivo de capacitação tem reflexos diretos sobre os demais objetivos que dependam de recursos humanos;
- **modernizar os recursos de TIC e aprimorar os serviços de TIC:** estão vinculados aos recursos tecnológicos de equipamentos e serviços, respectivamente. Vale destacar que o objetivo de capacitar servidores, anteriormente citados, reverte benefícios no aprimoramento dos serviços de TIC;
- **aperfeiçoar a comunicação interna e externa:** para permitir uma maior integração entre a instituição e o cidadão-usuário, bem como com o público interno e suas integrações correlacionais;
- **aperfeiçoar as relações institucionais:** significa a absorção das melhores práticas e o compartilhamento de ferramentas de outros órgãos, colaborando diretamente com o alcance da estratégia;
- **otimizar os processos de trabalho:** está vinculado ao projeto de implementação da gestão por processo, que pretende oferecer maior racionalidade, diminuição de processos meramente burocráticos, retrabalho, falhas, bem como permitir a melhor gestão dos riscos;
- **ampliar o modelo participativo de gestão administrativa:** pretendia oferecer maior participação das unidades judiciais às decisões administrativas. Transformou-se em obrigatoriedade legal com a publicação da Resolução CNJ nº 194. Assim esse objetivo será objeto de revisão do Plano Institucional.
- **adequar constantemente as instalações físicas:** quer oferecer instalações adequadas aos jurisdicionados, com o menor custo, por intermédio da manutenção preventiva;
- **propiciar meios para melhoria da qualidade de vida no trabalho:** quer preservar a higidez física e mental de magistrados, servidores e demais colaboradores.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

A estratégia do TRT da 15ª Região está sendo executada desde 2010, sendo que, em 2017, alcançou plenitude com a estratégia tratada em todos os níveis, instâncias e naturezas de atividade, bem como colabora direta com a estratégia da Justiça do Trabalho e Nacional.

Assim, como já mencionado, o acompanhamento dos resultados do desempenho estratégico oferece à Administração subsídios para execução de ações estratégicas de correção da trajetória das metas, quando não satisfatórias, previne a ocorrência de curvas de tendência negativas ao seu atingimento, bem como busca identificar atividades que trazem êxito ao alcance da visão de futuro.

A maturidade estratégica do Tribunal, que atingia 90% no exercício de 2013, conforme levantamento do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, sofreu forte incremento e incentivo desde então, especialmente com relação aos desdobramentos das estratégias das áreas mais relevantes como TIC, Corregedoria, Escola Judicial etc.

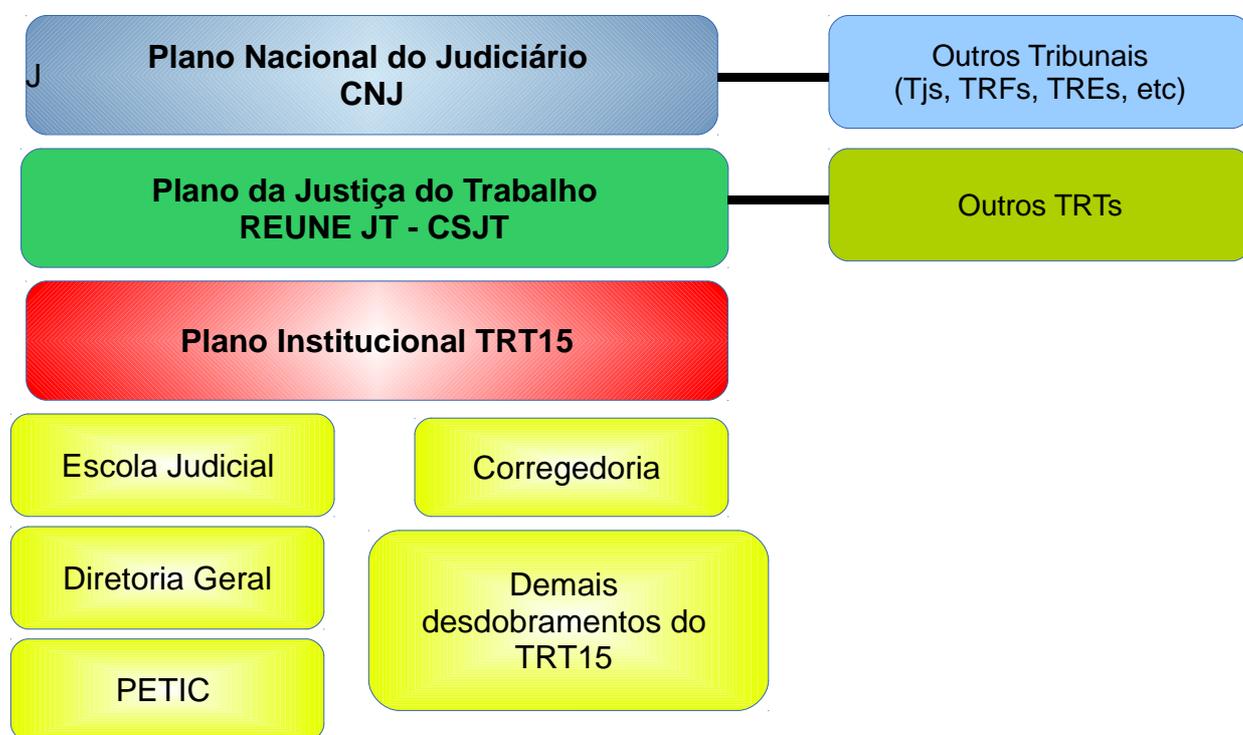
Assim, entende-se que a maturidade estratégica do Tribunal atualmente supera muito os 90% aferidos anteriormente, sendo notável a evolução da gestão por processos. A gestão de projetos institucionais teve um enfraquecimento relativo, pois outras áreas (TIC, Pessoas, Corregedoria) criaram seus escritórios setoriais, diminuindo a demanda daqueles institucionais.



2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem seu plano estratégico alinhado aos planos nacionais e da Justiça do Trabalho, assim como os desdobramentos estão alinhados ao plano estratégico institucional, conforme diagrama:

GRÁFICO 1 – ALINHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

Acerca da contribuição deste Tribunal sobre os planos vinculados e suas competências institucionais temos:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Planejamento Organizacional

Tendo como missão institucional solucionar conflitos nas relações de trabalho, o Tribunal deverá apresentar solução às demandas apresentadas na sua jurisdição, seja pela ação preventiva à judicialização do conflito, por conciliação ou julgamento.

a) Nível operacional

Para tanto, conta com os planos operacionais das unidades, sob a responsabilidade de cada uma, com a divisão das tarefas. A exemplo, a área operacional das unidades de 1ª instância, responsável pela primeira etapa do macroprocesso finalístico e pelo maior volume de trabalho da instituição, organiza sua operação com equipes especializadas, vinculadas às fases processuais de conhecimento, liquidação e execução. O objetivo desta diretriz operacional é dar maior celeridade à tramitação dos processos, evitando inconsistências e retrabalho.

Além disso, a especialização das tarefas se espalha pelas áreas administrativas e judiciais de 2º grau, de modo a também corrigir eventuais distorções que provoquem inconsistências e retrabalho.

b) Nível tático

Os gestores de todos os níveis, por força da Lei nº 11.416/2006 (art. 5º, §3º) recebem anualmente curso de desenvolvimento gerencial, geralmente baseado em necessidades de aprimoramento dos gestores com impacto direto na estratégia institucional.

c) Nível estratégico

Desde 2010, o TRT da 15ª Região desenvolve a estratégia traçada pelo seu plano, em todos os níveis, instâncias e naturezas de atividade, bem como colabora diretamente com a estratégia da Justiça do Trabalho e Nacional.

Assim, com o acompanhamento dos resultados do desempenho estratégico, a Administração elabora e aprova ações estratégicas de correção da trajetória das metas, quando não satisfatórias, previne a ocorrência de curvas de tendência negativas ao seu atingimento, bem como busca identificar atividades que trazem êxito ao alcance da visão de futuro.



2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

São objetivos sob o enfoque estratégico deste Tribunal, com descrição sucinta:

- **aprimorar a prestação jurisdicional:** tem impacto direto na missão institucional e dos órgãos do Poder Judiciário, e pretende empreender maior celeridade, qualidade, eficiência, eficácia e efetividade à prestação jurisdicional;
- **distribuir adequada e dinamicamente os recursos humanos e capacitar servidores e magistrados:** estão vinculados às adequações possíveis de quantitativo de recursos humanos e qualitativo, respectivamente. O resultado do objetivo de capacitação tem reflexos diretos sobre os demais objetivos que dependam de recursos humanos;
- **modernizar os recursos de TIC e aprimorar os serviços de TIC:** estão vinculados aos recursos tecnológicos de equipamentos e serviços, respectivamente. Vale destacar que o objetivo de capacitar servidores, anteriormente citados, reverte benefícios no aprimoramento dos serviços de TIC;
- **aperfeiçoar a comunicação interna e externa:** para permitir uma maior integração entre a instituição e o cidadão-usuário, bem como com o público interno e suas integrações correlacionais;
- **aperfeiçoar as relações institucionais:** significa a absorção das melhores práticas e o compartilhamento de ferramentas de outros órgãos, colaborando diretamente com o alcance da estratégia;
- **otimizar os processos de trabalho:** está vinculado ao projeto de implementação da gestão por processo, que pretende oferecer maior racionalidade, diminuição de processos meramente burocráticos, retrabalho, falhas, bem como permitir a melhor gestão dos riscos;
- **ampliar o modelo participativo de gestão administrativa:** pretendia oferecer maior participação das unidades judiciais às decisões administrativas. Transformou-se em obrigatoriedade legal com a publicação da Resolução CNJ nº 194. Assim esse objetivo será objeto de revisão do Plano Institucional.
- **adequar constantemente as instalações físicas:** quer oferecer instalações adequadas aos jurisdicionados, com o menor custo, por intermédio da manutenção preventiva;
- **propiciar meios para melhoria da qualidade de vida no trabalho:** quer preservar a higidez física e mental de magistrados, servidores e demais colaboradores.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

A estratégia do TRT da 15ª Região está sendo executada desde 2010, sendo que, em 2017, alcançou plenitude com a estratégia tratada em todos os níveis, instâncias e naturezas de atividade, bem como colabora direta com a estratégia da Justiça do Trabalho e Nacional.

Assim, como já mencionado, o acompanhamento dos resultados do desempenho estratégico oferece à Administração subsídios para execução de ações estratégicas de correção da trajetória das metas, quando não satisfatórias, previne a ocorrência de curvas de tendência negativas ao seu atingimento, bem como busca identificar atividades que trazem êxito ao alcance da visão de futuro.

A maturidade estratégica do Tribunal, que atingia 90% no exercício de 2013, conforme levantamento do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, sofreu forte incremento e incentivo desde então, especialmente com relação aos desdobramentos das estratégias das áreas mais relevantes como TIC, Corregedoria, Escola Judicial etc.

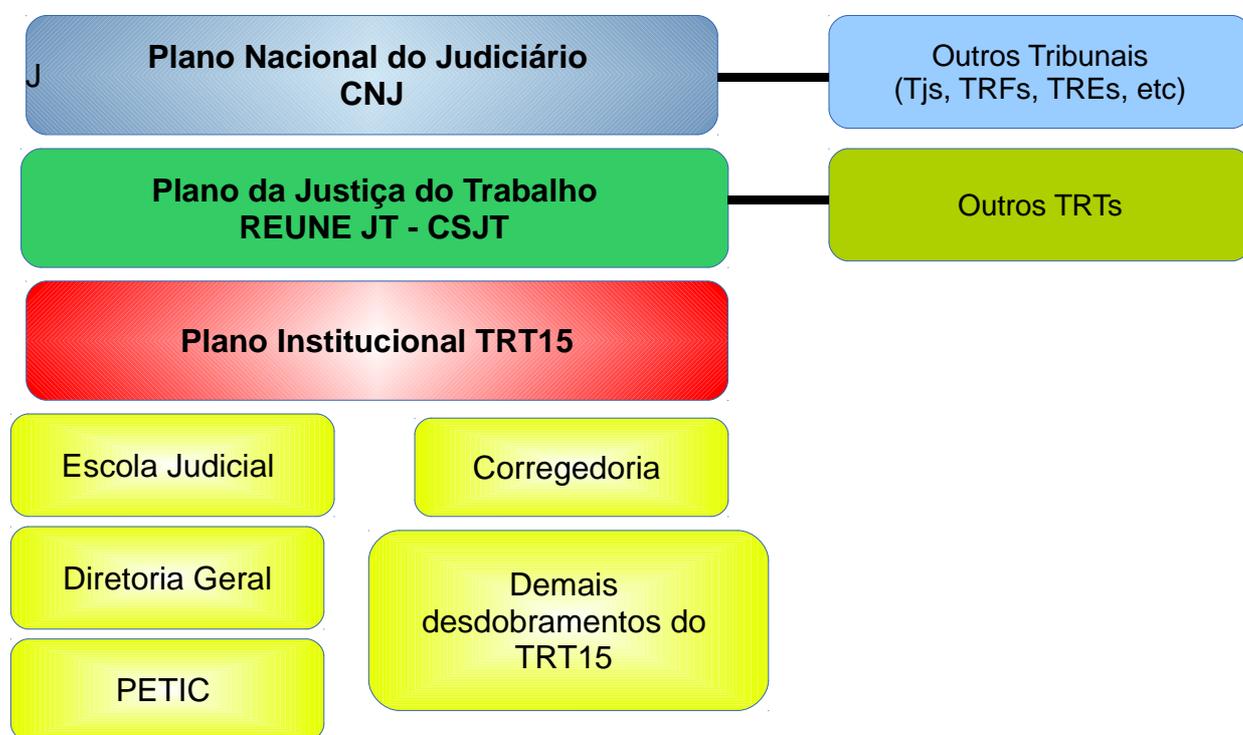
Assim, entende-se que a maturidade estratégica do Tribunal atualmente supera muito os 90% aferidos anteriormente, sendo notável a evolução da gestão por processos. A gestão de projetos institucionais teve um enfraquecimento relativo, pois outras áreas (TIC, Pessoas, Corregedoria) criaram seus escritórios setoriais, diminuindo a demanda daqueles institucionais.



2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem seu plano estratégico alinhado aos planos nacionais e da Justiça do Trabalho, assim como os desdobramentos estão alinhados ao plano estratégico institucional, conforme diagrama:

GRÁFICO 1 – ALINHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

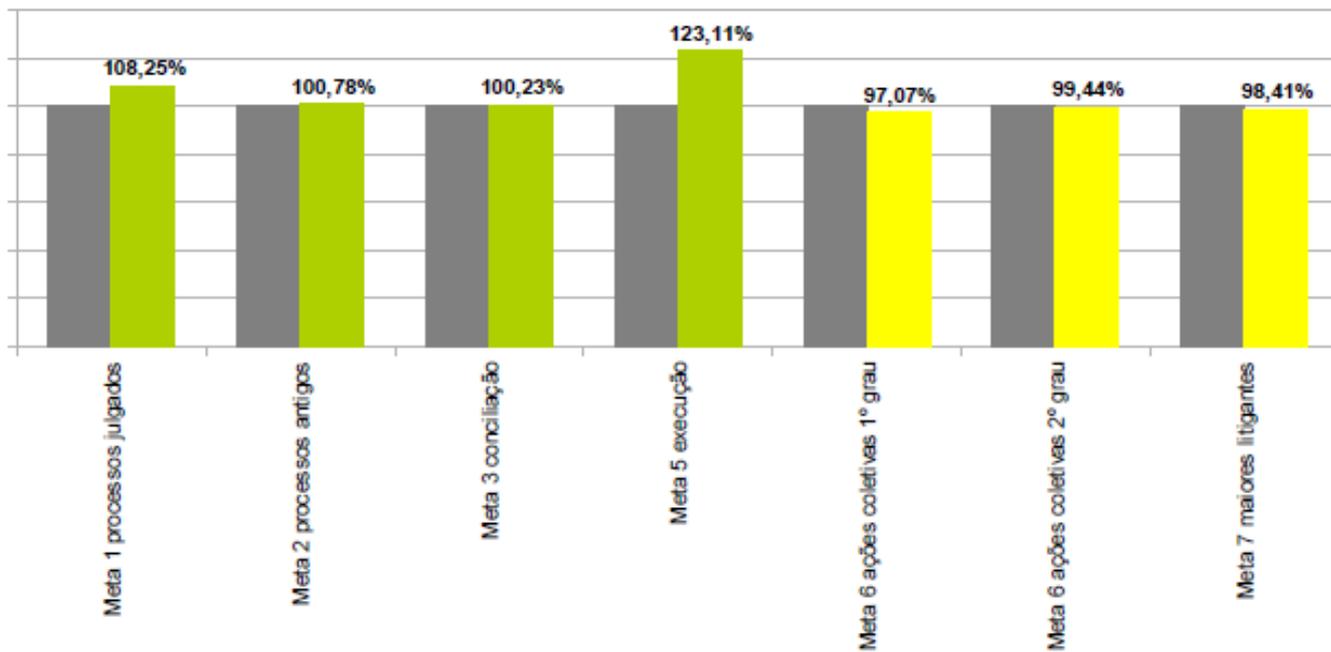
Acerca da contribuição deste Tribunal sobre os planos vinculados e suas competências institucionais temos:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 2 – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – PLANO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Resultados TRT da 15ª Região
Metas Nacionais do Poder Judiciário



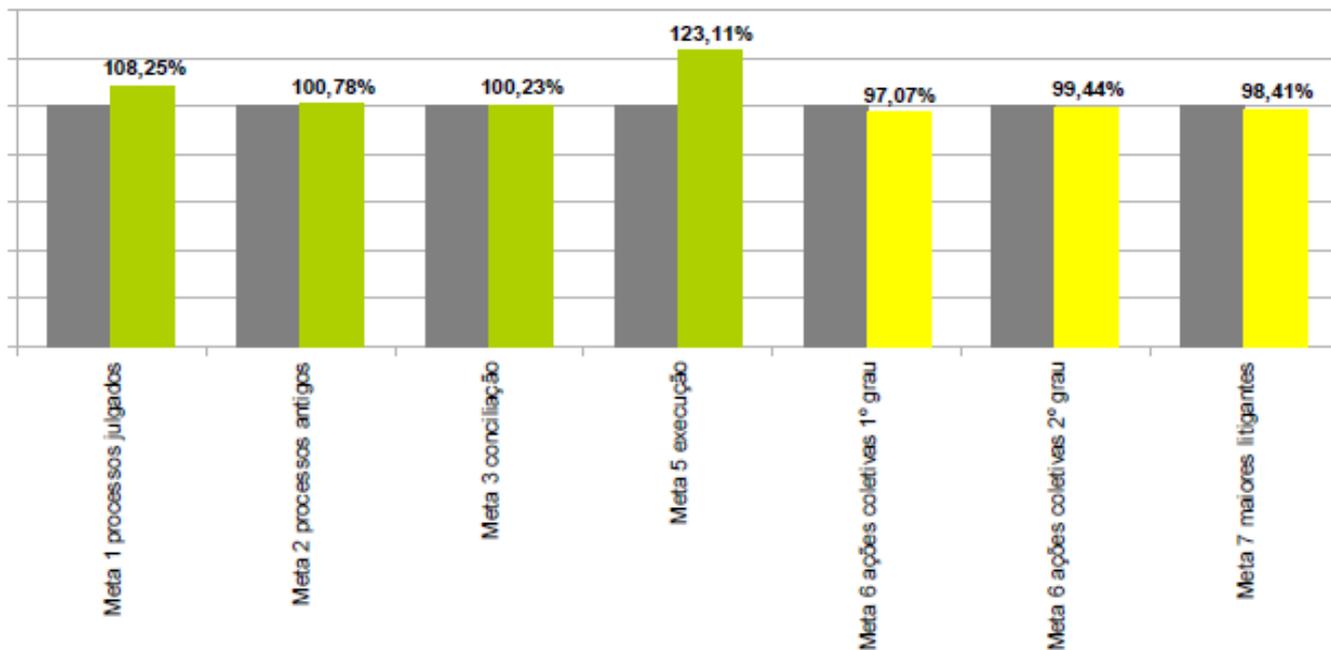
Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 2 – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – PLANO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Resultados TRT da 15ª Região
Metas Nacionais do Poder Judiciário



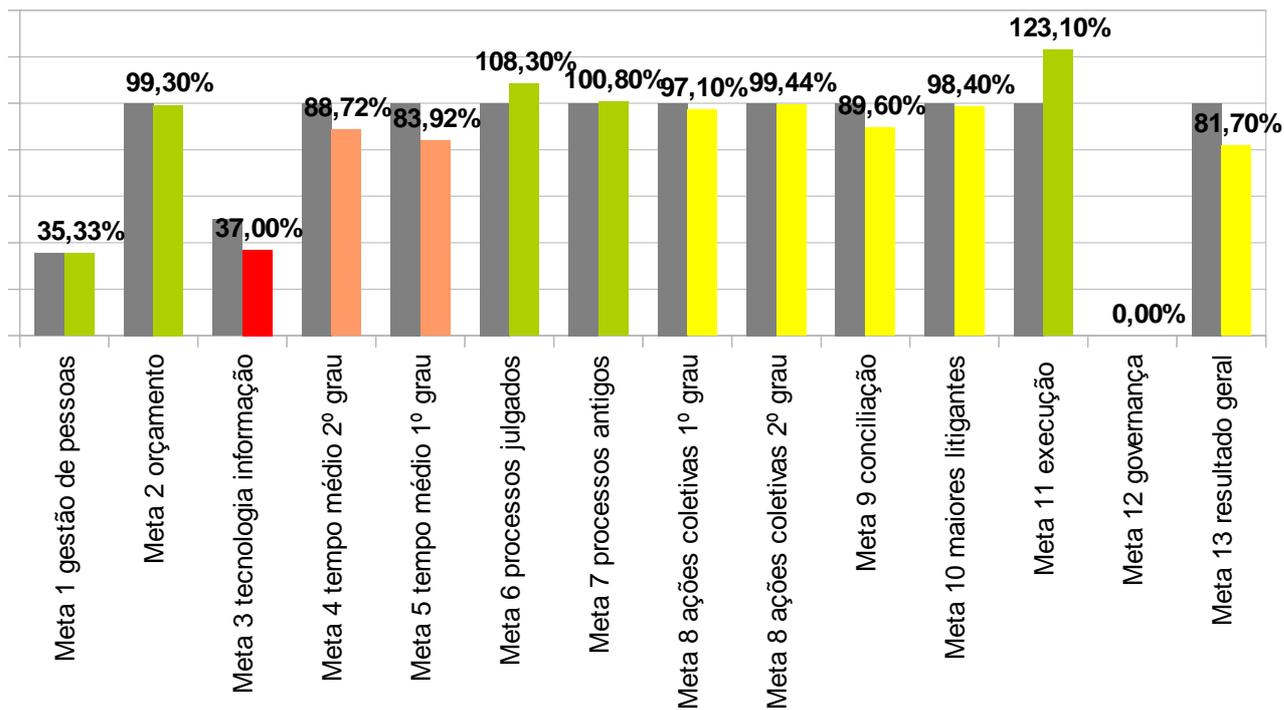
Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 3 – CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO – REUNE-JT

Resultados TRT da 15ª Região Metas Nacionais da Justiça do Trabalho



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica



2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

Em relação ao Plano Estratégico Institucional, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT adquiriu um aplicativo para a rede da Justiça do Trabalho que permite o lançamento dos parâmetros e indicadores para acompanhamento dos planos (SIGEST). Anualmente, este Tribunal procede ao cadastramento das metas relacionadas aos seus planos e o CSJT ao lançamento das metas da Justiça do Trabalho.

Por outro lado, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ desenvolveu um sistema de acompanhamento de metas, o qual permite o lançamento dos parâmetros para a aferição das metas anuais do Poder Judiciário.

Quanto aos resultados, com as visões de futuro para o Poder Judiciário Nacional de ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social e da Justiça do Trabalho de ser reconhecida perante a sociedade como instrumento efetivo de justiça célere e comprometida com a garantia dos direitos decorrentes das relações de trabalho, além dos objetivos comuns de **aprimorar a prestação jurisdicional e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos de cidadania**, os planos de âmbito nacional trazem os seguintes indicadores, cujos resultados estão sinalizados na sequência da tabela:

QUADRO 7 – INDICADOR APRIMORAR E ASSEGURAR A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E GARANTIR OS DIREITOS DE CIDADANIA

INDICADOR	META	RESULTADO	OBS
Índice de processos julgados	Meta CNJ 1 Meta CSJT 6	108,3%	
Índice de processos antigos (mais de 2 anos)	Meta CNJ 2 Meta CSJT 7	100,78%	
Índice de conciliação na fase de conhecimento	Meta CNJ 3 Meta CSJT 9	100,23%	1
Índice de execução	Meta CNJ 5 Meta CSJT 11	123,11%	
Índice de ações coletivas julgadas	Meta CNJ 6 Meta CSJT 8	97,10% 99,44%	2
Índice concentração de processos dos maiores litigantes	Meta CNJ 7 Meta CSJT 10	98,41%	
Tempo médio de duração do processo no 2º grau	Meta CSJT 4	88,72%	3



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

INDICADOR	META	RESULTADO	OBS
Tempo médio de duração do processo no 1º grau, na fase de conhecimento	Meta CSJT 5	83,92%	
iGov TIC	Meta CSJT 3	37%	

Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

Observações:

1. Considerando o glossário do CNJ.

2. Os resultados estão separados em 1ª e 2ª instância, respectivamente. Há obstáculos para o saneamento dos dados no PJe, que têm dificultado o cômputo exato das ações coletivas pendentes de julgamento. O ajuste no sistema PJe não é de competência do Tribunal.

3. O tempo médio de duração do processo aumentou no 1º e 2º graus, quando a meta previa redução. O Tribunal tem observado dificuldades operacionais pela mora na reposição parcial dos servidores.

Para os objetivos de **distribuir adequada e dinamicamente os recursos humanos e capacitar servidores e magistrados**, a meta CSJT 1 prevê como índice o I-Gov Pessoas. Ocorre que a Corte de Contas não teve cômputo deste índice no ano de 2017. O Regional sugeriu a alteração do índice para um que dependa da medição de cada Tribunal, mas foi vencido na reunião do REUNE-JT.

O **aperfeiçoamento da comunicação interna e externa**, aferido pelo índice de aprovação da comunicação institucional, cuja meta para 2017 era de 60%, foi ligeiramente superado, alcançando 61,8%, considerados em igual proporção os índices interno e externo.

O objetivo de **aperfeiçoar as relações institucionais** foi plenamente alcançado pelas 16 iniciativas compartilhadas entre órgãos, cuja meta para 2017 era 10. Esta meta será objeto de revisão e, dentre as iniciativas que deram cumprimento à meta, destacamos: CNE, CAGED/MTE, Serasa-Jus, SIGEN, PROAD, Interoperabilidade MPT, SISBACEN e SPU/imóveis.

A **otimização dos processos de trabalho** tem como indicador o índice de implantação do Projeto de Revisão dos Processos de Trabalho, a qual apresenta uma recuperação relevante, alcançando 48,93%, para uma meta de 50%. Tal desempenho deve-se, em grande parte, ao esforço conjunto das áreas na melhoria de processo, como forma de enfrentar a escassez de recursos.

O objetivo de **ampliação do modelo participativo de gestão administrativa** transformou-se em obrigatoriedade legal com a publicação da Resolução CNJ nº 194. Assim esse objetivo foi objeto de revisão do Plano Institucional.

A **adequação constante das instalações físicas**, contabilizada pelo índice de manutenção preventiva superou o alvo de 50% estabelecido no plano estratégico.

Com relação ao objetivo de **propiciar meios para melhoria da qualidade de vida no trabalho**, cujo resultado é verificado pelos índices de absenteísmo e de entendimento de qualidade de vida no trabalho teve os resultados plenamente alcançados nos dois indicadores apontados.

Finalmente, com relação à Visão de Futuro deste Tribunal, traduzida em **aprimorar a qualidade na prestação de serviço, com estrutura adequada e sustentabilidade, visando à satisfação externa e interna**, os índices que compõem seu resultado estão abaixo elencados, com os resultados do ano de 2017:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 8 – INDICADOR APRIMORAR A QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

INDICADOR	RESULTADO
Índice de satisfação interna	73,1%
Índice de satisfação externa	60,44%
Índice de aprovação da qualidade dos serviços prestados	67,02%
Tempo de utilização do mobiliário	8 anos
Tempo de utilização de equipamentos	4,8 anos
Número de iniciativas por ano, vinculadas às ações do pacto global	16

Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica



2.3 Desempenho Orçamentário

2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região não possui ações consignadas vinculadas a Programas Temáticos, mas apenas relativas a Operações Especiais e de Gestão e Manutenção e Serviços ao Estado.

A execução orçamentária e financeira realizada pelo Órgão, das ações fixadas na Lei Orçamentária Anual 2017, está apresentada no item Ações/Subtítulos – OFSS.

2.3.1.1 Ações de OFSS

QUADRO 9 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DE AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE

Identificação da Ação							
Código	00M1		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e natalidade						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571		Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	335.208,00	335.208,00	335.208,00	233.969,15	233.969,15	-	101.238,85
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

-	-	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0035 - No Estado de São Paulo	146.410,10	591,32	145.818,78	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

QUADRO 10 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Identificação da Ação							
Código	0181 Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União Código: 0089 Tipo:						
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	220.149.397,00	311.874.720,00	311.874.720,00	308.550.828,94	308.550.828,94	-	3.323.891,06
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
-	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	610.861,86	607.735,59	3.126,27	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 11 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO RPSPF

Identificação da Ação							
Código	09HB Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:						
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	136.600.198,00	158.065.755,00	158.065.755,00	147.067.790,70	147.067.790,70	-	10.997.964,30
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada	Realizada		
-	-	-	-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	809.487,29	34.843,26	20.487,07	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 12 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE BARRETOS – SP

Identificação da Ação							
Código	14R7		Tipo: Projeto				
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Barretos - SP						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571		Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3428 – No município de Barretos - SP	400.000,00	400.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada	Realizada		
3428 – No município de Barretos - SP	Edifício construído	Percentual de execução física	9	9	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3428 – No município de Barretos - SP	2.263.102,82	1.956.363,73	83.112,30	Edifício construído	Percentual de execução física	44	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 13 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE ITAPETININGA

Identificação da Ação							
Código	14ZJ Tipo: Projeto						
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Itapetininga - SP						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:						
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região – Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3621 – No município de Itapetininga - SP	2.800.000,00	3.640.000,00	2.330.000,00	-	-	-	2.330.000,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada	Realizada		
3621 – No município de Itapetininga - SP	Edifício construído	Percentual de execução física	100	100	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3621 – No município de Itapetininga - SP	65.999,99	65.999,99	-	Edifício construído	Percentual de execução física	1	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 14 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE FERNANDÓPOLIS

Identificação da Ação							
Código	15IE		Tipo: Projeto				
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Fernandópolis						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571		Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região – Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3543 – No município de Fernandópolis - SP	1.050.000,00	1.050.000,00	143.400,00	-	-	-	143.400,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
3543 – No município de Fernandópolis - SP	Edifício construído		Percentual de execução física	38	38	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3543 – No município de Fernandópolis - SP	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 15 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

Identificação da Ação							
Código	2004		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência Médica e Odontológica de Civis						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571		Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	39.223.740,00	39.223.740,00	39.223.740,00	38.831.367,81	38.831.367,81	-	392.372,19
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada	Realizada		
0035 - No Estado de São Paulo	Pessoa beneficiada	Unidade	15.203	-	15.401		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	960.750,39	130.488,39	5.689,65	Pessoa beneficiada	Unidade	52	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 16 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR

Identificação da Ação							
Código	2010		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571		Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	6.425.208,00	6.425.208,00	6.226.253,24	6.206.253,24	6.206.253,24	-	20.000,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
0035 - No Estado de São Paulo	Pessoa Beneficiada			Unidade	766	-	750
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	144.889,69	361,58	144.528,11	Pessoa Beneficiada	Unidade	1	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 17 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – AUXÍLIO-TRANSPORTE

Identificação da Ação							
Código	2011		Tipo:		Atividade		
Descrição	Auxílio-transporte aos Servidores Civis						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código:		0571 Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	434.820,00	534.820,00	437.933,06	417.933,06	417.933,06	-	20.000,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	Pessoa Beneficiada		Unidade	105	-	111	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	35.963,68	914,90	-	Pessoa Beneficiada	Unidade	3	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 18 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Identificação da Ação							
Código	2012		Tipo:		Atividade		
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código:		0571 Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processado
0035 - No Estado de São Paulo	43.588.272,00	43.488.272,00	42.945.057,02	42.645.057,02	42.645.057,02	-	300.000,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	Pessoa Beneficiada		Unidade	4.109	-	4.052	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	690.964,12	5.417,48	-	Pessoa Beneficiada	Unidade	6	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 19 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO

Identificação da Ação							
Código	20TP		Tipo:		Atividade		
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código:		0571 Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	791.054.458,00	861.991.764,00	861.991.764,00	858.762.334,60	858.762.334,60	-	3.229.429,40
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
-	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	6.044.554,03	5.059.025,81	32.778,91	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 20 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Identificação da Ação							
Código	2549		Tipo:		Atividade		
Descrição	Comunicação e Divulgação Institucional						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código:		0571 Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3474 - No Município de Campinas - SP	345.712,00	242.012,00	183.400,00	94.668,41	94.668,41	-	88.731,59
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
3474 - No Município de Campinas - SP	Matéria veiculada		Unidade	603	603	456	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3474 - No Município de Campinas - SP	28.920,00	2.640,00	-	Matéria veiculada	Unidade	57	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 21 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS– ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES

Identificação da Ação							
Código	4224		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571		Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3474 - No Município de Campinas - SP	18.000.000,00	18.000.000,00	18.000.000,00	17.999.465,52	17.998.493,39	972,13	534,48
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
3474 - No Município de Campinas - SP	Pessoa assistida		Unidade	18.000	18.000	18.046	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3474 - No Município de Campinas - SP	6.472,72	600,46	5.872,26	Pessoa assistida	Unidade	20	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 22 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação da Ação							
Código	4256		Tipo: Atividade				
Descrição	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571		Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3474 - No Município de Campinas - SP	153.601.322,00	152.865.022,00	150.206.546,54	113.409.940,20	113.281.776,28	128.163,92	36.796.606,34
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogr mada	Realizada	
0001 - Nacional	Processo julgado		Unidade	-	-	-	
3474 - No Município de Campinas - SP	Processo julgado		Unidade	380.000	380.000	463.337	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3474 - No Município de Campinas - SP	11.767.502,09	8.941.243,94	621.745,85	Processo julgado	Unidade	0	
6515 - No Município de Campinas - SP	4.501.108,76	2.922.614,80	5.736,40	Processo julgado	Unidade	0	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 23 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA

Identificação da Ação							
Código	216H		Tipo:		Atividade		
Descrição	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código:		0571 Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	21.715.303,00	21.715.303,00	21.715.303,00	21.529.310,91	21.529.310,91	-	185.992,09
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	Agente público beneficiado		Unidade	417	-	412	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6508 - No Estado de São Paulo	137.394,43	-	-	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.1.2 Ações não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar Não Processados – OFSS

QUADRO 24 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – RESTITUIÇÃO DE VALORES RECOLHIDOS AO MONTEPIO

Identificação da Ação						
Código	0536	Tipo: Atividade				
Descrição	Pensões decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais – restituição de valores recolhidos ao Montepio					
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais			Código: 0909	Tipo:	
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001 - Nacional	542.102,24	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

QUADRO 25 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE RIO CLARO – SP

Identificação da Ação						
Código	11BO	Tipo: Projeto				
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Rio Claro - SP					
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código: 0571	Tipo:	
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0101 - No Município de Rio Claro - SP	83.048,09	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 26 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA – SP

Identificação da Ação						
Código	11M61		Tipo: Projeto			
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Porto Ferreira					
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571		Tipo:	
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
3820 - No Município de Porto Ferreira - SP	2.256.605,38	1.591.784,46	664.820,92	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

QUADRO 27 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA – SP

Identificação da Ação						
Código	7T90		Tipo: Projeto			
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Votuporanga - SP					
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571		Tipo:	
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
4007 - No Município de Votuporanga - SP	14.057,20	8.832,48	5.224,72	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



2.3.1.3 Ações – Orçamento de Investimento – OI

O subitem Ações – Orçamento de Investimento – OI não se aplica ao Órgão, uma vez que não foram consignados créditos relativos ao Orçamento de Investimento.

2.3.1.4 Análise Situacional

2.3.1.4.1 Do Desempenho das Ações

Registre-se que, conforme estabelece o Plano Plurianual, quanto à organização dos programas de acordo com sua finalidade, aqueles consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região se enquadram no tipo Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, por reunirem um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Os Programas e as respectivas Ações, vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região no exercício de 2017, seguem demonstrados pelo total do orçamento disponibilizado, dos montantes empenhados e executados e, ainda, das metas físicas ajustadas em unidades, previstas e executadas, em conformidade com o disponibilizado no SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal.

Igualmente estão demonstrados, nas respectivas ações orçamentárias, os valores relativos à execução no ano de 2017 de restos a pagar inscritos e reinscritos em 31 de dezembro de 2016.

Os programas relativos às dotações atribuídas ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, na Lei Orçamentária Anual ou mediante descentralização de créditos, foram:

- (0089) Previdência de Inativos e Pensionistas da União,
- (0571) Prestação Jurisdicional Trabalhista,
- (0901) Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, e
- (0909) Operações Especiais – Outros Encargos Especiais

O quadro a seguir consolida a execução orçamentária e financeira por ação orçamentária no exercício de 2017, contempla os créditos originários na LOA, bem como as dotações recebidas por descentralizações internas e externas, com valores líquidos de contingenciamentos e de saldos não utilizados relativos às descentralizações internas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 28 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR AÇÃO – EXERCÍCIO 2017

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR AÇÃO – EXERCÍCIO 2017

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS LOA

Em R\$

AÇÃO / PLANO ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO LOA/2017						EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
<i>Programa: 0089 - PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO</i>											
0181 APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS	220.149.397,00	311.874.720,00	311.874.720,00	308.550.828,94	308.550.828,94	0,00	3.323.891,06	610.861,86	607.735,59	3.126,27	0,00
<i>Programa: 0571 - PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA</i>											
00M1 AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	335.208,00	335.208,00	335.208,00	233.969,15	233.969,15	0,00	101.238,85	146.410,10	591,32	145.818,78	0,00
09HB CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	136.600.198,00	158.065.755,00	158.065.755,00	147.067.790,70	147.067.790,70	0,00	10.997.964,30	809.487,29	34.843,26	20.487,07	754.156,96
11B0 CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE RIO CLARO - SP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.048,09	0,00	0,00	83.048,09
14R7 CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE BARRITOS - SP	400.000,00	320.863,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.263.102,82	1.956.363,73	83.112,30	223.626,79
14ZJ CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE ITAPETININGA - SP	2.800.000,00	3.086.041,00	2.330.000,00	0,00	0,00	0,00	2.330.000,00	65.999,99	65.999,99	0,00	0,00
15IE CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE FERNANDOPOLIS - SP	1.050.000,00	1.050.000,00	143.400,00	0,00	0,00	0,00	143.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1M61 CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA - SP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.256.605,38	1.591.784,46	664.820,92	0,00
2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTologica DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	39.223.740,00	39.223.740,00	39.223.740,00	38.831.367,81	38.831.367,81	0,00	392.372,19	960.750,39	130.488,39	5.689,65	824.572,35
2010 ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	6.425.208,00	6.425.208,00	6.226.253,24	6.206.253,24	6.206.253,24	0,00	20.000,00	144.889,69	361,58	144.528,11	0,00
2011 AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	434.820,00	534.820,00	437.933,06	417.933,06	417.933,06	0,00	20.000,00	35.963,68	914,90	0,00	35.048,78
2012 AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	43.588.272,00	43.488.272,00	42.945.057,02	42.645.057,02	42.645.057,02	0,00	300.000,00	690.964,12	5.417,48	0,00	685.546,64
20TP PESSOAL ATIVO DA UNIAO	791.054.458,00	861.991.764,00	861.991.764,00	858.762.334,60	858.762.334,60	0,00	3.229.429,40	6.044.554,03	5.059.025,81	32.778,91	952.749,31
216H AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUBLICOS	21.715.303,00	21.715.303,00	21.715.303,00	21.529.310,91	21.529.310,91	0,00	185.992,09	137.394,43	0,00	0,00	137.394,43
2549 COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	345.712,00	242.012,00	183.400,00	94.668,41	94.668,41	0,00	88.731,59	28.920,00	2.640,00	0,00	26.280,00
4224 ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	18.000.000,00	18.000.000,00	18.000.000,00	17.999.465,52	17.998.493,39	972,13	534,48	6.472,72	600,46	5.872,26	0,00
4256 APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	149.348.695,00	149.597.395,00	147.072.753,87	110.524.997,22	110.396.833,30	128.163,92	36.547.756,65	16.194.256,02	11.848.522,93	626.752,25	3.718.980,84
4256 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.388.841,00	2.098.841,00	2.058.016,76	1.894.215,31	1.894.215,31	0,00	163.801,45	52.494,20	0,00	0,00	52.494,20
4256 FORMACAO E APERFEICAMENTO DE MAGISTRADOS	1.732.224,00	1.037.224,00	1.015.775,91	952.127,46	952.127,46	0,00	63.648,45	16.648,79	11.524,67	730,00	4.394,12
4256 MANUTENCAO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTICA DO TRABALHO	131.562,00	131.562,00	60.000,00	38.600,21	38.600,21	0,00	21.399,79	2.145,84	745,14	0,00	1.400,70
4256 TRABALHO SEGURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.066,00	3.066,00	0,00	0,00
7190 CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA - SP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.057,20	8.832,48	5.224,72	0,00
<i>Programa: 0909 - OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS</i>											
0536 RESTITUICAO DE VALORES RECOLHIDOS AO MONTEPIO CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	542.102,24	0,00	0,00	542.102,24
TOTAL CRÉDITOS ORIGINÁRIOS LOA	1.435.723.638,00	1.619.218.728,00	1.613.679.079,86	1.555.748.919,56	1.555.619.783,51	129.136,05	57.930.160,30	31.110.194,88	21.329.458,19	1.738.941,24	8.041.795,45

CRÉDITOS DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS

Em R\$

AÇÃO / PLANO ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO LOA/2017						EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
151Y DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRONICO NA JUSTICA DO TRABALHO - PJE	0,00	554.735,95	554.735,95	482.763,45	482.763,45	0,00	71.972,50	73.345,81	50.571,96	0,00	22.773,85
1P66 MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	0,00	3.836.581,19	3.836.581,19	1.652.774,93	1.652.774,93	0,00	2.183.806,26	66.546,83	66.546,83	0,00	0,00
2C73 MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	0,00	7.699.663,06	7.699.663,06	7.294.444,31	7.294.444,31	0,00	405.218,75	1.702.549,75	1.338.228,83	364.320,92	0,00
4256 COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTIMULO A APRENDIZAGEM	0,00	40.000,00	27.362,20	10.562,20	10.562,20	0,00	16.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4256 TRABALHO SEGURO	0,00	79.500,00	30.373,12	30.272,76	30.272,76	0,00	100,36	0,00	0,00	0,00	0,00
0625 REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	0,00	4.967.113,17	4.967.113,17	4.967.113,17	4.967.113,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CRÉDITOS DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS	0,00	17.177.593,37	17.115.828,69	14.437.930,82	14.437.930,82	0,00	2.677.897,87	1.842.442,39	1.455.347,62	364.320,92	22.773,85

CRÉDITOS DESCENTRALIZAÇÕES EXTERNAS

Em R\$

AÇÃO / PLANO ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO LOA/2017						EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
0005 PRECATORIOS	0,00	20.841.429,00	20.161.727,47	20.161.727,47	20.161.727,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CRÉDITOS TOTAIS

Em R\$

AÇÃO / PLANO ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO LOA/2017						EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS E DESCENTRALIZADOS	1.435.723.638,00	1.657.237.750,37	1.650.956.636,02	1.590.348.577,85	1.590.219.441,80	129.136,05	60.608.058,17	32.952.637,27	22.784.805,81	2.103.262,16	8.064.569,30

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.1.4.2 Das Ações Constantes da LOA/2017

a) Programa: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

a.1) Ação: 0181 – Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

QUADRO 29 – APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS

Em R\$

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
220.149.397,00	311.874.720,00	311.874.720,00	308.550.828,94	308.550.828,94	0,00	3.323.891,06	610.861,86	607.735,59	3.126,27	0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A Ação do tipo Operações Especiais se destina a garantir o pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.

A dotação final autorizada no exercício para esta ação somou R\$ 311.874.720,00 e suportou as seguintes liquidações:

- Folhas Habituais do ano;
- Pagamentos de Diferenças Diversas conforme autorização concedida na Resolução nº 137/2014 – CSJT;
- Pagamentos de diferenças decorrentes da Parcela Autônoma de Equivalência dos períodos de 1994 a setembro/1997 e de 1998 a 1999 (Magistrados);
- Pagamentos de diferenças decorrentes da conversão de URV-11,98% (Servidores);
- Pagamentos de diferenças diversas (Servidores);
- Valores inscritos em restos a pagar para pagamento de diferenças diversas no exercício seguinte.

Os pagamentos de diferenças foram efetuados com valores disponibilizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conforme o disposto no Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 13/2017.

A execução de restos a pagar no exercício de 2017 realizou, sobretudo, a quitação de:

- Diferença decorrente de sobra do exercício de 2014: Férias Indenizadas;
- Diferenças decorrentes de sobra do exercício de 2016: Férias Indenizadas, Função Comissionada Inativo, Pensão Estatutária.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b) Programa: 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista

b.1) Ação: 00M1 – Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis

QUADRO 30 – AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS

Em R\$

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
335.208,00	335.208,00	335.208,00	233.969,15	233.969,15	0,00	101.238,85	146.410,10	591,32	145.818,78	0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Dotação do tipo Operações Especiais relativa às despesas orçamentárias com o pagamento benefícios relativos a Auxílio-Funeral devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor, inclusive as despesas de transporte do corpo, quando o falecimento do servidor em serviço ocorrer fora do local de trabalho, bem como com o pagamento de Auxílio-Natalidade devido à servidora, cônjuge ou companheiro do servidor público por motivo de nascimento de filho.

A dotação inicial foi suficiente para atender as demandas do exercício, sendo que do total liquidado no ano o montante de R\$ 61.938,36 se destinou ao pagamento de auxílio-natalidade, R\$ 164.775,40 às despesas de auxílio-funeral, e R\$ 7.255,39 relativos a benefícios reconhecidos como despesas de exercícios anteriores, pagos no ano de 2017.

O montante liquidado relativo a restos a pagar, R\$ 591,32, garantiu o pagamento de auxílio-natalidade de competência 2016.

b.2) Ação: 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

QUADRO 31 – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Em R\$

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
136.600.198,00	158.065.755,00	158.065.755,00	147.067.790,70	147.067.790,70	0,00	10.997.964,30	809.487,29	34.843,26	20.487,07	754.156,96

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A Ação do tipo Operações Especiais se destina ao pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A dotação final autorizada para o exercício atendeu aos recolhimentos de encargos relativos aos seguintes pagamentos:

- Folhas Habituais do ano;
- Pagamentos de Diferenças Diversas conforme autorização concedida na Resolução nº 137/2014 – CSJT;
- Pagamentos de diferenças decorrentes da Parcela Autônoma de Equivalência dos períodos de 1994 a setembro/1997 e de 1998 a 1999 (Magistrados);
- Pagamentos de diferenças decorrentes da conversão de URV-11,98% (Servidores);
- Pagamentos de diferenças diversas (Servidores);
- Valores inscritos em restos a pagar para pagamento de diferenças diversas no exercício seguinte.

Os pagamentos de diferenças foram efetuados com valores disponibilizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conforme o disposto no Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 13/2017.

A execução de restos a pagar no exercício de 2017 realizou o recolhimento de encargos sociais correspondentes ao pagamento de folhas de pessoal relativas a restos a pagar de exercícios anteriores, precedentes a 2016, e de restos a pagar competência 2016.

b.3) Ação: 14R7 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Barretos

QUADRO 32 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE BARRETOS

Em R\$

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
400.000,00	320.863,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.263.102,82	1.956.363,73	83.112,30	223.626,79

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Ação do tipo Projeto destinada à construção de edifício para sediar a Vara do Trabalho, com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, em Barretos – SP, mediante a realização de licitação para definição de projeto e empresa construtora, com comissão de acompanhamento e fiscalização do TRT da 15ª Região.

Trata-se de projeto contemplado na LOA/2013 e aplicado na contratação de empresa para a execução da obra.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

No exercício de 2016, conforme informado pela área técnica, a obra deixou de ser executada pela empresa CLIPPER CONSTRUTORA LTDA, sendo assumida por outra empresa, CAMARA E GRIFFO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, razão pela qual foi solicitado o cancelamento de restos a pagar não processados, R\$ 1.762.963,94, e mantido o saldo de R\$ 223.626,79, empenhado à primeira contratada, valor concernente à propositura de penalidades relativas ao contrato.

A dotação consignada ao TRT da 15ª no exercício de 2016 para a continuação da obra somou R\$ 2.420.000,00, sendo que deste total, R\$ 2.400.000,00 foram autorizados a partir de emenda individual parlamentar.

Naquele ano, os créditos foram empenhados na totalidade, relativos aos seguintes processos:

- CP0121/2016 – Contratação emergencial para instalação de gradil e portões - VT Barretos, R\$ 119.900,00;
- CP0160/2016 – Contratação de empresa especializada em engenharia de construção civil para execução da continuação das obras de construção de imóvel para a Vara do Trabalho de Barretos, R\$ 2.300.100,00.

O total liquidado e pago no exercício de 2016 nesta dotação correspondeu a R\$ 380.523,97, restando inscritos em restos a pagar não processados R\$ 2.039.476,03, relativos à empresa Camara e Griffio Engenharia e Construções LTDA, mais o saldo de R\$ 223.626,79, empenhado à primeira contratada, para 2017.

O montante liquidado no exercício de 2017 foi amparado integralmente por recursos consignados na LOA/2016 mediante emendas parlamentares, conforme discriminado no quadro a seguir:

**QUADRO 33 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE BARRETOS –
CRÉDITOS LIQUIDADOS EM 2017 – EMENDAS PARLAMENTARES**

CRÉDITOS LIQUIDADOS EM 2017 – EMENDAS PARLAMENTARES - LOA/2016

AÇÃO: CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE BARRETOS – SP

AUTOR DA EMENDA	TOTAL LIQUIDADADO EM 2017 REF. RESTOS A PAGAR LOA/2016 (EM R\$)
ANDRES SANCHEZ / EMENDA 14	250.000,00
BRUNA FURLAN / EMENDA 25	250.000,00
DR. SINVAL MALHEIROS / EMENDA 11	500.000,00
FAUSTO PINATO / EMENDA 1	436.887,70
MILTON MONTI / EMENDA 15	139.376,03
ROBERTO ALVES / EMENDA 11	380.100,00
TOTAL LIQUIDADADO EM 2017	1.956.363,73

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A execução da obra foi concluída em 2017, conforme consta do Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Comissão de Exame de Obras e Serviços desta Corte em 06/09/2017, e o montante de restos a pagar não utilizado devidamente cancelado, no total de R\$ 83.112,30 (R\$ 20.000,00 sem emenda e R\$ 63.112,30 referente a saldo da Emenda 1 – Fausto Pinato).

Quanto ao montante consignado na LOA/2017, R\$ 400.000,00, este foi alcançado parcialmente pelo 1º contingenciamento com base no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal de acordo com o Processo Administrativo nº 501.305/2017-7 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no valor de R\$ 153.632,00, tendo sido revertido de forma parcial no decorrer do ano, restando bloqueado o montante de R\$ 79.137,00 e o saldo de R\$ 320.863,00 como crédito disponível, ao final do exercício.

O valor de R\$ 223.626,79 inscrito em restos a pagar não processados ao final de 2016, concernente à propositura de penalidades relativas ao contrato com a primeira contratada, empresa CLIPPER CONSTRUTORA LTDA, foi reinscrito para 2018.

Finalizada e recebida a obra destinada a abrigar a Vara do Trabalho de Barretos, correspondente meta física, consoante prevista na LOA de 2017, restou cumprida.

b.4) Ação: 14ZJ – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Itapetininga

QUADRO 34 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE ITAPETININGA

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
2.800.000,00	3.086.041,00	2.330.000,00	0,00	0,00	0,00	2.330.000,00	65.999,99	65.999,99	0,00	0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto destinado à construção do edifício para sediar Vara do Trabalho, com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, em Itapetininga – SP.

A execução de restos a pagar não processados no ano de 2017 relativos à LOA/2016, valor liquidado de R\$ 65.999,99, suportou os gastos com a elaboração dos projetos executivos pela empresa PERILLO ENGENHARIA E GEOLOGIA LTDA – EPP, para construção da Vara do Trabalho.

O montante consignado na LOA/2017 para a presente obra foi de R\$ 2.800.000,00, contudo o 1º contingenciamento com base no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com o Processo Administrativo nº 501.305/2017-7 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bloqueou o valor R\$ 1.075.422,00 da referida Ação, bloqueio este que foi revertido parcialmente no decorrer do ano, restando o saldo contingenciado de R\$ 553.959,00 ao final do exercício.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Para viabilizar a construção foi solicitado pelo TRT da 15ª Região e autorizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conforme Ato CSJT nº 259 publicado em 14/09/2017, crédito suplementar no montante de R\$ 840.000,00, alcançando o valor de R\$ 3.086.041,00 como dotação final autorizada.

Em dezembro de 2017 foi emitida a nota de empenho no valor de R\$ 2.330.000,00 para a empresa contratada para a construção do prédio, OBRA NOBRE CONSTRUTORA LTDA, restando o montante de R\$ 756.041,00 como créditos disponíveis ao final do exercício.

A meta física para a ação de Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Itapetininga, edifício construído, prevista para atendimento em 2017, não logrou êxito. A motivação decorreu do encerramento da licitação da obra, com posterior empenho da despesa e assinatura do instrumento de contrato, ao final do exercício, não restando prazo para a respectiva entrega.

b.5) Ação: 15IE – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Fernandópolis

QUADRO 35 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE FERNANDÓPOLIS

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC.RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
1.050.000,00	1.050.000,00	143.400,00	0,00	0,00	0,00	143.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto destinado à construção do edifício para sediar Vara do Trabalho, com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional trabalhista na cidade de Fernandópolis – SP, visando atender e receber o público-alvo em instalações adequadas.

Os créditos orçamentários foram consignados na LOA/2017, no total de R\$ 1.050.000,00, mediante emendas parlamentares, tendo sido empenhado o valor de R\$ 143.400,00 destinado à contratação da empresa Dias & Cardozo Engenharia LTDA – EPP, para a elaboração de todos os projetos executivos e complementares ao pré-projeto arquitetônico da obra, restando ao final do exercício o montante de R\$ 906.600,00 em créditos disponíveis na referida ação.

Segue quadro demonstrativo da execução da Ação por emenda parlamentar.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 36 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE FERNANDÓPOLIS – CRÉDITOS LIQUIDADOS EM 2017 – EMENDAS PARLAMENTARES

EXECUÇÃO DE CRÉDITOS AUTORIZADOS LOA/2017 – EMENDAS PARLAMENTARES

AÇÃO: CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE FERNANDÓPOLIS – SP

Em R\$

AUTOR DA EMENDA	TOTAL CONSIGNADO LOA/2017	TOTAL EMPENHADO	CRÉDITO DISPONÍVEL
FAUSTO PINATO / EMENDA 1	500.000,00	68.287,08	431.712,92
ORLANDO SILVA / EMENDA 4	250.000,00	34.143,54	215.856,46
ROBERTO ALVES / EMENDA 5	300.000,00	40.969,38	259.030,62
TOTAL	1.050.000,00	143.400,00	906.600,00

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

A meta física para a ação Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Fernandópolis, edifício construído, indicada para 2017, não restou cumprida. A razão consistiu na não conclusão do certame licitatório para a contratação da obra. A licitação está prevista para ser realizada neste ano, com utilização dos projetos executivos e complementares ao pré-projeto arquitetônico, cuja despesa restou empenhada em 2017 e se encontra inscrita em restos a pagar não processados.

b.6) Ação: 2004 – Assistência Médica e Odontológica de Civis – Complementação da União

QUADRO 37 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE CIVIS – COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO

Em R\$

EXECUÇÃO LOA/2017						EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017				
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
39.223.740,00	39.223.740,00	39.223.740,00	38.831.367,81	38.831.367,81	0,00	392.372,19	960.750,39	130.488,39	5.689,65	824.572,35

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Dotação do tipo Atividade destinada à concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A dotação final consignada na LOA/2017 amparou os dispêndios relativos: ao ressarcimento parcial aos magistrados e servidores que comprovaram estar abrangidos por plano de saúde, com subsídio escalonado pelo critério de faixa etária do titular, variando de R\$ 200,20 a R\$ 1.207,80 no período janeiro a março (Portaria GP 30/2015), e de R\$208,21 a R\$ 1.256,11 (Portaria GP 28/2017), abril a dezembro; e ao cumprimento do Ato Regulamentar GP nº 14/2014, que instituiu o Programa de Assistência Farmacêutica no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª, no período de janeiro a abril, porquanto passou a partir de maio a ser suportado pelos créditos consignados na Ação Apreciação de Causas, tendo em vista a adequação orçamentária ao objeto custeado.

O montante dos créditos, R\$ 39.223.740,00, restou integralmente empenhado para atendimento da demanda no exercício, um acréscimo de 8,56% em relação ao total empenhado no ano de 2016; e aplicado nas seguintes despesas:

**QUADRO 38 – APLICAÇÃO DE RECURSOS – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE CIVIS –
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO**

APLICAÇÃO DE RECURSOS

AÇÃO: ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO

APLICAÇÃO DO GASTO		EM R\$
		TOTAL EMPENHADO EM 2017
33909308	RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	39.109.630,69
33909302	RESTITUICOES	79.176,36
33903010	MATERIAL ODONTOLOGICO	33.665,64
33909293	INDENIZACOES E RESTITUICOES	633,32
33903009	MATERIAL FARMACOLOGICO	534,00
33903036	MATERIAL HOSPITALAR	99,99
		39.223.740,00

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

A execução de restos a pagar não processados no exercício de 2017 decorreu, sobretudo, de restituições e de ressarcimentos de assistência médica, efetuados a magistrados e servidores, pendentes de outros exercícios.

A meta física estabelecida para a ação Assistência Médica e Odontológica na LOA de 2017 restou cumprida, consoante evidenciado pelos números de pessoas beneficiadas no Programa Assistência à Saúde, sendo o previsto em 15.203 e o realizado em 15.401.

b.7) Ação: 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados

QUADRO 39 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
6.425.208,00	6.425.208,00	6.226.253,24	6.206.253,24	6.206.253,24	0,00	20.000,00	144.889,69	361,58	144.528,11	0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Ação do tipo Atividade destinada à concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.

A dotação consignada na LOA/2017 foi de R\$ 6.425.208,00, tendo sido empenhado o montante de R\$ 6.226.253,24 para atendimento da demanda no exercício, que foi 2,29% menor que o montante despendido no ano de 2016, restando como crédito disponível o valor de R\$ 198.954,76.

O valor *per capita* mensal do benefício é de R\$ 699,00 e de 2% relativo à cota-parte, no âmbito do Poder Judiciário da União, consoante Portaria Conjunta nº 1, de 18 de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 19/02/2016 pelo Conselho Nacional de Justiça.

O montante relativo à execução de restos a pagar atendeu demandas apresentadas, relativas ao exercício de 2016.

O confronto entre os números, previsto de 766 e realizado de 750 pessoas beneficiadas, para a ação Assistência Pré-Escolar, resulta indicador de cumprimento de 98,0% da meta física, restando, portanto, satisfatório; mormente quando consideradas as peculiaridades envolvendo as inclusões e exclusões das crianças no respectivo programa.

b.8) Ação: 2011 – Auxílio-Transporte – Civis

QUADRO 40 – AUXÍLIO-TRANSPORTE

Em R\$

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
434.820,00	534.820,00	437.933,06	417.933,06	417.933,06	0,00	20.000,00	35.963,68	914,90	0,00	35.048,78

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Ação do tipo Atividade destinada ao pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

A dotação final autorizada na LOA/2017 foi de R\$ 534.820,00, tendo sido empenhado o montante de R\$ 437.933,06 para atendimento da demanda no exercício, um acréscimo de 7,33% em relação ao total empenhado no ano de 2016, restando como crédito disponível o valor de R\$ 96.886,94.

O montante relativo à execução de restos a pagar atendeu demandas apresentadas, relativas ao exercício de 2016.

A meta física estabelecida para a ação Auxílio-Transporte na LOA/2017, considerados os números de beneficiários, previsto de 105 e realizado de 111, restou cumprida.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b.9) Ação: 2012 – Auxílio-Alimentação de Civis

QUADRO 41 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Em R\$

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC.RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
43.588.272,00	43.488.272,00	42.945.057,02	42.645.057,02	42.645.057,02	0,00	300.000,00	690.964,12	5.417,48	0,00	685.546,64

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Ação do tipo Atividade aplicada na concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.

A dotação final autorizada na LOA/2017 foi de R\$ 43.488.272,00, tendo sido empenhado o montante de R\$ 42.945.057,02 para atendimento da demanda no exercício. Praticamente não houve variação em relação ao total empenhado no ano de 2016, restando como crédito disponível o valor de R\$ 543.214,98.

O valor *per capita* mensal do benefício é de R\$ 844,00 no âmbito do Poder Judiciário da União, consoante Portaria Conjunta nº 1, de 18 de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 19/02/2016 pelo Conselho Nacional de Justiça.

O montante relativo à execução de restos a pagar atendeu demandas apresentadas, relativas aos exercícios de 2014 e 2016.

A meta física para a ação Auxílio-Alimentação previa 4.109 pessoas beneficiadas, enquanto a realização resultou no número de 4.052, equivalendo ao indicador de cumprimento de 98,6%, considerado satisfatório. O decréscimo da quantidade de beneficiários constatado, registre-se, decorre do aumento nas concessões de aposentadorias no exercício sem contrapartida de ingresso de ativos no quadro de pessoal do órgão, face às regras estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, em cumprimento à EC 95/2016.

b.10) Ação: 20TP – Pessoal Ativo da União

QUADRO 42 – PESSOAL ATIVO DA UNIÃO

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC.RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
791.054.458,00	861.991.764,00	861.991.764,00	858.762.334,60	858.762.334,60	0,00	3.229.429,40	6.044.554,03	5.059.025,81	32.778,91	952.749,31

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Ação do tipo Atividade destinada ao pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.

A dotação final destinada ao pagamento de Pessoal Ativo, consignada na Lei Orçamentária Anual – 2017 amparou a quitação dos seguintes compromissos:

- Folhas Habituais do ano;
- Pagamentos de Diferenças Diversas conforme autorização concedida na Resolução nº 137/2014 – CSJT;
- Reembolso de despesas de Prefeituras com remuneração/encargos sociais dos servidores cedidos ao TRT-15ª Região, em cumprimento ao Ato CSJT.GP.SG.CGPE nº 75/2013;
- Pagamentos de diferenças decorrentes da Parcela Autônoma de Equivalência dos períodos de 1994 a setembro/1997 e de 1998 a 1999 (Magistrados);
- Pagamentos de diferenças decorrentes da conversão de URV-11,98% (Servidores);
- Pagamentos de diferenças diversas (Servidores).

Os pagamentos das diferenças foram efetuados com valores disponibilizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de acordo com o disposto no Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 13/2017, que comunicou a abertura de crédito suplementar para pagamento de passivos administrativos.

O saldo empenhado e não liquidado no exercício de 2017 foi inscrito em restos a pagar não processados no final do ano, a fim de viabilizar a quitação das seguintes pendências: diferenças decorrentes da Parcela Autônoma de Equivalência dos períodos de 1994 a setembro/1997 e de 1998 a 1999, diferenças decorrentes da conversão de URV-11,98%, reembolso para Prefeitura “Capão Bonito” de despesas com cedidos, gratificação por exercício cumulativo de jurisdição; abono 1/3 de Férias.

A execução dos restos a pagar no exercício financeiro de 2017 propiciou a quitação das seguintes despesas:

- Diferenças decorrentes da disponibilização de recursos concedidas pelo Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 36/2014;
- Diferença decorrente de sobra do exercício de 2015: Reembolso de Prefeituras;
- Diferenças decorrentes de sobra do exercício de 2016: Férias Indenizadas, Licença Prêmio, Abono de Permanência, Diferenças de Vencimento, GAJ, GATS, GAE, Adicional de Insalubridade.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b.11) 216H – Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

QUADRO 43 – AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA

Em R\$

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
21.715.303,00	21.715.303,00	21.715.303,00	21.529.310,91	21.529.310,91	0,00	185.992,09	137.394,43	0,00	0,00	137.394,43

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Ação do tipo Atividade destinada ao pagamento de ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos.

A partir do exercício de 2016 os gastos relativos à sentença judicial – auxílio-moradia, em cumprimento ao Acórdão TCU 1690 de 04 de dezembro de 2002, foram amparados por dotação consignada em ação específica.

A dotação final autorizada na LOA/2017 foi integralmente empenhada, no montante de R\$ 21.715.303,00, atendeu as demandas do exercício e a inscrição em restos a pagar no valor de R\$ 185.992,09.

O cumprimento da meta física para a ação Ajuda de Custo para Moradia, restou satisfatório, consoante evidencia o indicador de 96,8%, resultante dos números de agentes públicos beneficiados, 417 previstos e 412 realizados.

b.12) Ação: 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional

QUADRO 44 – COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Em R\$

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
345.712,00	242.012,00	183.400,00	94.668,41	94.668,41	0,00	88.731,59	28.920,00	2.640,00	0,00	26.280,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Ação do tipo Atividade destinada à realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral, visando a informar à sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.

A dotação final autorizada na LOA/2017 foi de R\$ 242.012,00, tendo sido empenhado o montante de R\$ 183.400,00 para atendimento da demanda no exercício, 18,32% a mais em relação ao total empenhado no ano de 2016, restando como crédito disponível o saldo de R\$ 58.612,00.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A execução orçamentária e financeira da referida dotação, tanto dos créditos originários da LOA/2017, quanto à liquidação dos restos a pagar não processados, destinou-se integralmente aos gastos com publicidade legal, qual seja, a contratação de serviços para publicação de extratos das licitações e de outros atos do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em jornais de grande circulação e no Diário Oficial da União.

A meta física para a ação Comunicação e Divulgação Institucional consistia na veiculação de 603 matérias na imprensa oficial e jornais e de grande circulação; no entanto, a execução resultou em 456 matérias, equivalendo ao indicador de cumprimento de 75,6%. Não obstante o índice para a ação ensejar melhorias quanto ao respectivo planejamento, como motivação para o resultado, apurou-se variações nas quantidades de matérias enviadas para publicações durante o exercício.

b.13) Ação: 4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

QUADRO 45 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES

EXECUÇÃO LOA/2017						EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017				Em R\$
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
18.000.000,00	18.000.000,00	18.000.000,00	17.999.465,52	17.998.493,39	972,13	534,48	6.472,72	600,46	5.872,26	0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Ação do tipo Atividade destinada ao pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente, garantindo a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.

A dotação final autorizada na LOA/2017 foi de R\$18.000.000,00, valor integralmente empenhado para atender a demanda no exercício, 25,8% menor que o total empenhado no ano de 2016. A destinação deste montante foi de R\$15.000.432,00 para pagamento de peritos, e R\$2.999.568,00 comprometidos com despesas relativas à contribuição previdenciária.

As liquidações das despesas foram efetivadas em três lotes no ano, gerados pela Área Judiciária e encaminhados à Coordenadoria de Execução Orçamentária, contemplando quantidade de 18.426 (dezoito mil, quatrocentos e vinte e seis) requisições atendidas, ao custo de R\$14.999.986,60 em perícias, somadas as definitivas e as antecipadas, e de R\$2.999.478,92 em encargos sociais.

Os gastos realizados de forma antecipada em 2017, total R\$ 225.385,83, conforme verificado por meio de consulta aos relatórios encaminhados pela área técnica, representaram 1,5% do total liquidado a título de perícias no ano.

Quanto à execução de restos a pagar no exercício, esta atendeu à quitação de 1 (uma) perícia, tendo sido R\$ 500,38 destinados à perícia e R\$ 100,08 à contribuição previdenciária.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A meta física para a ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes restou cumprida, consoante evidencia o confronto entre a previsão estabelecida na LOA de 2017 e a correspondente realização, 18.000 e 18.046 pessoas assistidas.

b.14) Ação: 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

QUADRO 46 – APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	INSC.RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
153.601.322,00	152.865.022,00	150.206.546,54	113.409.940,20	113.281.776,28	128.163,92	36.796.606,34	16.268.610,85	11.863.858,74	627.482,25	3.777.269,86

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Ação do tipo Atividade que tem por produto o Processo Julgado, assim sendo abriga os recursos a serem aplicados em ações que visem a solução de controvérsias trabalhistas, mediante a atuação de magistrados e servidores, por meio da execução de despesas com: capacitação de recursos humanos, viagens e locomoção; diárias; indenizações e restituições; ajuda de custo; serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção dos serviços de telecomunicações; aquisição e guarda de material de consumo, expediente e material permanente; comunicações administrativas; assinatura de jornais, periódicos e afins; manutenção de varas itinerantes; outras despesas administrativas; veículos (aquisição, licenciamento, peças, aluguel, manutenção, revisão, reparo, combustível); manutenção e conservação de imóveis, próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos Tribunais Trabalhistas, compreendendo: aluguel, despesas de condomínio e seguros; impostos e taxas; serviços de vigilância; serviços de limpeza; locação de mão de obra para vigilância e limpeza; conservação, estagiários, aquisições, construções e reformas prediais de pequeno vulto e que não ultrapassem o exercício financeiro; serviços de utilidade pública (água, luz, gás e afins); aquisição e manutenção de equipamentos de ar-condicionado, de prevenção de incêndio, de elevadores e de escadas rolantes; aquisição, locação, manutenção e suprimento de equipamentos, softwares e material de consumo de informática; serviços de consultoria na área de informática; dentre outros.

A meta física para a ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho previa o julgamento de 380.000 processos e obteve-se o número de 463.337, denotando a superação entre o planejado e o executado, em torno de 22%, resultando assim no respectivo cumprimento.

No exercício de 2017 a Ação Apreciação de Causas foi executada por meio dos seguintes Planos Orçamentários: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas; Capacitação de Recursos Humanos; Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados; e Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho.

Os créditos orçamentários relativos ao Plano Orçamentário Trabalho Seguro foi consignado na LOA/2016 como de responsabilidade do TRT da 15ª Região, enquanto em 2017 tais créditos foram recebidos mediante descentralização interna, ou seja, mediante provisão emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho a esta Corte, razão pela qual estão sendo tratados nesta análise como restos a pagar de créditos originários da LOA/2016, e mais adiante como créditos oriundos de movimentações internas em 2017.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O Plano Orçamentário – PO, cujo caráter é gerencial, não está destacado na Lei Orçamentária Anual, desta forma as análises de tais planos seguem contempladas no presente relatório como subitens da Ação Orçamentária.

O quadro a seguir contempla a execução orçamentária e financeira dos créditos consignados na LOA/2017, e dos restos a pagar não processados inscritos no final de 2016, por Plano Orçamentário.

QUADRO 47 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PLANO ORÇAMENTÁRIO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

AÇÃO: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

POR PLANO ORÇAMENTÁRIO

Em R\$

AÇÃO / PLANO ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO LOA/2017						EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC.RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	149.348.695,00	149.597.395,00	147.072.753,87	110.524.997,22	110.396.833,30	128.163,92	36.547.756,65	16.194.256,02	11.848.522,93	626.752,25	3.718.980,84
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.388.841,00	2.098.841,00	2.058.016,76	1.894.215,31	1.894.215,31	0,00	163.801,45	52.494,20	0,00	0,00	52.494,20
FORMACAO E APERFEICOMENTO DE MAGISTRADOS	1.732.224,00	1.037.224,00	1.015.775,91	952.127,46	952.127,46	0,00	63.648,45	16.648,79	11.524,67	730,00	4.394,12
MANUTENCAO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTICA DO TRABALHO	131.562,00	131.562,00	60.000,00	38.600,21	38.600,21	0,00	21.399,79	2.145,84	745,14	0,00	1.400,70
TRABALHO SEGURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.066,00	3.066,00	0,00	0,00
TOTAL EXECUÇÃO AÇÃO	153.601.322,00	152.865.022,00	150.206.546,54	113.409.940,20	113.281.776,28	128.163,92	36.796.606,34	16.268.610,85	11.863.858,74	627.482,25	3.777.269,86

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Seguem analisadas as execuções orçamentárias por Plano Orçamentário vinculado à Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

b.14.1) Plano Orçamentário: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas

QUADRO 48 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC.RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
149.348.695,00	149.597.395,00	147.072.753,87	110.524.997,22	110.396.833,30	128.163,92	36.547.756,65	16.194.256,02	11.848.522,93	626.752,25	3.718.980,84

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A dotação final autorizada na LOA/2017 foi de R\$ 149.597.395,00, tendo sido empenhado o montante de R\$ 147.072.753,87 para atendimento da demanda no exercício, 54,98% a mais em relação ao total empenhado no ano de 2016, e restou como crédito disponível o saldo de R\$ 2.524.641,13.

As demandas atendidas tiveram como beneficiários: Servidores, Magistrados e Jurisdicionados, mediante contratações de serviços e aquisições de bens, num total empenhado de R\$ 114.531.541,68 (77,87% do total empenhado) destinado a outras despesas correntes, e de R\$ 32.541.212,19 (22,13% do montante empenhado) aplicados em investimentos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b.14.1.1) LOA/2017 – Outras Despesas Correntes

Seguem destacadas as despesas relativas a outras despesas correntes, empenhadas em 2017, e que apresentaram as maiores variações, monetária e percentual, em relação ao exercício anterior.

QUADRO 49 – LOA/2017 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – MAIORES VARIAÇÕES DO EMPENHADO POR NATUREZA DE DESPESA

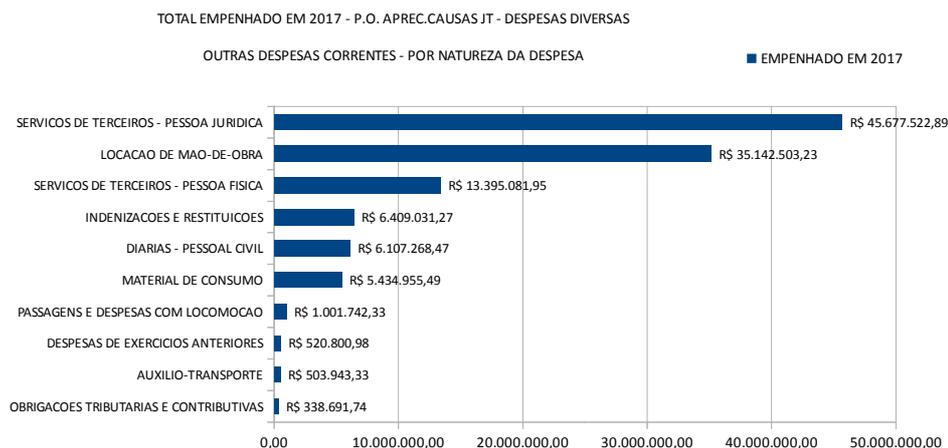
COMPARAÇÃO 2017/2016
MAIORES VARIAÇÕES TOTAL EMPENHADO POR NATUREZA DESPESA DETALHADA
OUTRAS DESPESAS CORRENTES

NATUREZA DESPESA DETALHADA	EMPENHADO (R\$) EXERCÍCIO 2017	EMPENHADO (R\$) EXERCÍCIO 2016	VAR (2017-2016)	% VAR
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	10.896.795,95	3.433.773,71	7.463.022,24	217,34%
LIMPEZA E CONSERVACAO	9.588.752,76	4.525.693,30	5.063.059,46	111,87%
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.205.152,36	569.847,40	3.635.304,96	637,94%
FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.117.943,42	117.141,62	1.000.801,80	854,35%
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	1.133.681,03	482.802,65	650.878,38	134,81%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O gráfico a seguir apresenta os totais empenhados em 2017 no plano orçamentário, relativos a outras despesas correntes, por natureza de despesa do gasto.

GRÁFICO 4 – DESPESAS DIVERSAS – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – TOTAIS EMPENHADOS POR NATUREZA DE DESPESA



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Segue tabela com a apresentação, em ordem de relevância, dos maiores gastos suportados pelos créditos consignados neste Plano Orçamentário (acima de R\$ 500 mil), para a manutenção do Órgão, por Natureza de Despesa Detalhada.

QUADRO 50 – DESPESAS DIVERSAS – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – GASTOS MAIS SIGNIFICATIVOS POR NATUREZA DE DESPESA

PO – APRECIÇÃO CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO – DESPESAS DIVERSAS
OUTRAS DESPESAS CORRENTES
POR NATUREZA DESPESA DETALHA – ORDEM RELEVÂNCIA – ACIMA DE R\$ 500 MIL

NATUREZA DESPESA DETALHADA	EMPENHADO (R\$) EXERCÍCIO 2017
LOCACAO DE IMOVEIS	18.346.644,92
VIGILANCIA OSTENSIVA	13.354.514,22
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	10.908.235,95
LIMPEZA E CONSERVACAO	10.169.414,44
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	9.794.674,72
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	6.164.000,00
DIARIAS NO PAIS	6.093.623,31
SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	5.572.000,00
INDENIZACAO DE TRANSPORTE - PESSOAL CIVIL	5.059.990,42
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.205.152,36
ESTAGIARIOS	3.773.581,48
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	1.608.327,19
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	1.462.100,00
SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	1.241.774,43
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	1.133.681,03
FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.117.943,42
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	986.245,24
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	939.866,90
MANUTENCAO DE SOFTWARE	913.555,57
PASSAGENS PARA O PAIS	812.186,87
SERVICOS DE COPA E COZINHA	796.234,34
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	671.854,28
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	650.072,76
AJUDA DE CUSTO - PESSOAL CIVIL	562.035,73
AUXILIO-TRANSPORTE ESTAGIARIOS	503.943,33

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b.14.1.2) LOA/2017 – Investimentos

Vale destacar as despesas relativas a investimentos, empenhadas em 2017, e que apresentaram as maiores variações, monetária e percentual, em relação ao exercício anterior, conforme segue:

QUADRO 51 – LOA/2017 – DESPESAS DIVERSAS – INVESTIMENTOS – DESPESAS EMPENHADAS – MAIORES VARIAÇÕES

COMPARAÇÃO 2017/2016
MAIORES VARIAÇÕES TOTAL EMPENHADO POR NATUREZA DESPESA DETALHADA
INVESTIMENTOS

NATUREZA DESPESA DETALHADA	EMPENHADO (R\$) EXERCÍCIO 2017	EMPENHADO (R\$) EXERCÍCIO 2016	VAR (2017-2016)	% VAR
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	14.572.828,15	5.902.131,19	8.670.696,96	146,91%
AQUISICAO DE SOFTWARE	5.875.180,60	50.207,73	5.824.972,87	11601,75%
MOBILIARIO EM GERAL	6.887.997,10	2.774.538,85	4.113.458,25	148,26%
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	3.310.938,00	0,00	3.310.938,00	100,00%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	413.678,14	6.738,92	406.939,22	6038,64%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O gráfico a seguir apresenta os totais empenhados em 2017 neste plano orçamentário, relativos a investimentos, por natureza de despesa do gasto.

GRÁFICO 5 – DESPESAS DIVERSAS – INVESTIMENTOS – TOTAIS EMPENHADOS POR NATUREZA DE DESPESA



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Segue tabela com a apresentação, em ordem de relevância, dos gastos suportados pelos créditos consignados neste Plano Orçamentário, para a manutenção do Órgão, por Natureza de Despesa Detalhada.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 52 – DESPESAS DIVERSAS – INVESTIMENTOS – GASTOS POR NATUREZA DE DESPESA

PO – APRECIÇÃO CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO – DESPESAS DIVERSAS

INVESTIMENTOS

POR NATUREZA DESPESA DETALHA – ORDEM RELEVÂNCIA

NATUREZA DESPESA DETALHADA	EMPENHADO (R\$) EXERCÍCIO 2017
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	14.572.828,15
MOBILIARIO EM GERAL	6.887.997,10
AQUISICAO DE SOFTWARE	5.875.180,60
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	3.310.938,00
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	880.134,75
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	413.678,14
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	247.230,00
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	222.631,45
VEICULOS DIVERSOS	96.000,00
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	14.903,00
APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.	11.705,00
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	7.986,00
TOTAL	32.541.212,19

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

b.14.1.3) Execução Restos a Pagar

A liquidação de restos a pagar não processados no exercício financeiro de 2017, neste plano orçamentário, somou R\$ 11.848.522,93, tendo sido R\$ 7.779.589,57 aplicados em outras despesas correntes e R\$ 4.068.933,36 em investimentos.

O saldo remanescente de restos a pagar não processados ao final do exercício, R\$ 3.718.980,84, foi reinscrito para pagamento no ano de 2018.

Seguem quadros demonstrativos dos objetos de despesas suportados por recursos de restos a pagar não processados inscritos em 2016 e liquidados em 2017, por grupo de natureza de despesa.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 53 – DESPESAS DIVERSAS – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM 2017

PO – APRECIÇÃO CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO – DESPESAS DIVERSAS
MAIORES VALORES RELATIVOS A RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM 2017
OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Processo	Objeto	Em R\$ RP NÃO PROC LIQUIDADOS EM 2017
CP0212/2016	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, conforme TRs 0050/2016 e 0051/2016, fls. 02/17, alterado às fls. 21/38, Planilhas Estimativas de fls. 189/194 e Informação de fls. 170/173 e 195.	1.057.895,91
CP0704/2015-A27	Manutenções civis - Edifício-Sede Administrativo	748.060,63
CP0330/2015	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, nas dependências dos edifícios onde estão instaladas as Unidades deste E. Tribunal, em todas as Circunscrições, conforme Termo de Requisição nº 000440/2015 (fls. 02/12), planilhas estimativas (fls. 212/215) e Informações (fls. 121/124 e 216).	685.133,63
CP0567/2014	Contratação de serviços terceirizados de motoristas (60 postos de motoristas e 02 postos de supervisores), conforme Termo de Requisição nº 000606/2014 às fls. 02/02-verso, projeto básico retificado às fls. 15/21-verso e complementado à fl. 232, minuta contratual às fls. 39/51-verso, planilha estimativa às fls. 246/247 e informações às fls. 111/112-verso, 115, 218/219, 225 e 248/249. *Detalhamento da Estimativa: - Valor mensal do quadro: R\$ 420.411,92 - Valor mensal estimado para reembolso de despesas com pernoite: R\$ 17.291,06 *Observação: esta Autorização cancela e substitui o documento de fl. 226, em razão do aumento do número de postos de serviços com características diferenciadas (supervisores), conforme solicitado pela área demandante.	407.756,35
SPA. 070/16	CPFL - Energia elétrica	183.089,17
CP0259/2016	Registro de Preços para eventual prestação de serviços de logística de transporte para mudança integral ou parcial, local ou intermunicipal e de transporte, local e intermunicipal, de materiais permanentes, informática, elétrico, equipamentos e utensílios em geral e outros de pequeno porte de propriedade deste E. Tribunal, conforme TR0246/2015, fls. 02/07 e TR0247/2016, fls. 08/13, Planilhas Estimativas às fls. 43/46 e Lote 01 e às fls. 47/51 e Lote 02 e Informações de fls. 54/56.	182.355,00
CP0123/2014	Contrato com a ECT.	174.365,36
CP0704/2015-A	CP0704/2015-A ARP: 29/2016 Objeto: execução de manutenções civis nos prédios que abrigam as Unidades de primeira e segunda instâncias deste E. Tribunal Fornecedor: ENGTECH CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - ME	149.054,13
CP0740/2015-G	CP0740/2015-G ARP:036/2016 Objeto: Materiais de higiene, descartáveis e afins Fornecedor: CLIKLIMP COMERCIAL DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA-EPP	143.910,00
CP0704/2015-A22	Manutenções civis - Edifício-Sede Judiciário	134.119,99
CP0704/2015-B05	Execução de manutenções civis ns prédio do Fórum Trabalhista de Sorocaba.	121.334,50
CP0704/2015-A09	Manutenções civis - FT Campinas	117.918,69
CP0704/2015-A11	Manutenções civis - VT Mogi Guaçu	110.196,60
CP0330/2015	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, nas dependências dos edifícios onde estão instaladas as Unidades deste E. Tribunal, em todas as Circunscrições, conforme Termo de Requisição nº 000440/2015 (fls. 02/12), planilhas estimativas (fls. 212/215) e Informações (fls. 121/124 e 216).	108.592,90
CP0704/2015-A23	manutenções civis - Edifício-Sede Judiciário	107.919,66
CP0176/2016	Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado, conforme TR0182/2016, fls. 02/07, complementado à fl. 89, Planilhas Estimativas de fls. 87/88 e Informação de fl. 90.	105.532,26
CP0469/2015	Contratação de empresa especializada para executar serviços de hidráulica, elétrica e telecomunicações, com fornecimento de mão de obra de técnicos para realização de serviços nos prédios deste E. Tribunal localizados na cidade de Campinas, conforme Termo de Requisição nº 441/2015, fls. 02/13, planilhas estimativas de fls. 65/66 e informações de fls.67/69.	102.749,52
CP0704/2015-A18	Manutenções civis - VT Bebedouro	97.462,69
CP0704/2015-A29	Manutenções civis - Edifício-Sede Judiciário	94.185,79
CP0704/2015-A19	Manutenções civis - FT Lencóis Paulista	91.946,29
CP0704/2015-A14	Manutenções civis - VT Mogi Mirim	86.467,95
CP0704/2015-A20	Manutenções civis - VT Mococa	83.977,67
CP0704/2015-A24	Manutenções civis - VT Jales	82.418,07
CP0704/2015-A16	Manutenções civis - VT Botucatu	81.529,42
CP0198/2014	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Recepção nas Unidades deste Eg. Tribunal na cidade de Campinas/SP, conforme Termo de Requisição nº 001472/2013 e anexos às fls. 02/09, minuta contratual às fls. 12/21/v, planilha estimativa à fl. 125 e informações às fls. 124 e 126. Observação: esta Autorização cancela e substitui o documento de fl. 96, em virtude de alteração no referencial estimativo.	72.484,41
CP0675/2015	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços gerais, conforme TR000897/2015, fls. 02/05, complementado à fl. 07, Minuta Contratual de fls. 08/19, Memorando 509/2015-CCT, fl. 20, planilhas estimativas de fls. 73/74 e informação de fls. 75/76.	70.624,21
CP0288/2014	Contratação de empresa para prestação de serviços de telefonistas, conforme Termo de Requisição nº 000355/2014 e seus respectivos anexos de fls. 02/06, minuta contratual de fls. 11/23, planilhas estimativas às fls. 97/98 e Informação de fls. 99/103.	68.280,39
CP0704/2015-A21	Manutenções civis - Sede Administrativa	66.446,88
SPA. 062/16	SANASA - Água e esgoto	64.598,25
PC01/2004	Processo de Cessão - FT Bauru	62.828,22
fls.001/16	Folha extra férias/16; normal ref. Jan/16, extra de benefícios, ind. transporte, ajuda de custo, curso; extra de acertos Jan/16; auxílio funeral	62.641,70
CP0719/2015-A	CP0719/2015-A ARP 031/16 - Objeto: Aquisição de cartuchos de toner e cilindros para impressora Multifuncional Lexmark MX711DE Fornecedor: INFORSHP SUPRIMENTOS LTDA	61.393,00
CP0205/2016-A	CP0205/2016-A ARP:058/2016 Objeto: Persianas -Fornecimento e instalação Fornecedor: M.A.T. Justino Persianas ME	59.383,80
PA. 284-17.2011	Serviços de vigilância armada - TRT	58.000,24
CP0431/2016	Manutenção em sala cofre	57.211,33
CP0704/2015-A30	Manutenções civis - Edifício-Sede Judiciário	54.532,64
CP0251/2016	Contratação de empresa especializada para execução de serviços necessários para instalação de gás de rua (gás natural) nos Edifícios Sede Judicial e Sede Administrativa deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.	51.500,00
CP0413/2016	Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços gráficos de impressão e acabamento de 2 (duas) edições da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme TR0471/2016, fls. 02/04, Planilhas Estimativas de fl. 30 e Informações de fl. 31.	50.700,00

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 54 – DESPESAS DIVERSAS – INVESTIMENTOS – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM 2017

PO – APRECIÇÃO CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO – DESPESAS DIVERSAS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM 2017

INVESTIMENTOS

Em R\$

Processo	Objeto	RP NÃO PROC LIQUIDADADO EM 2017
CP0574/2016	Aquisição de desktops com dois monitores	2.112.344,00
CP0439/2016-A	CP00439/2016-A ARP: 84/2016 Objeto: Solução SWITCH SAN (Storage Area Network) Fornecedor: COMPWIRE INFORMÁTICAS S.A	829.934,10
CP0500/2016	Aquisição Servidores de Rede Tipo Rack	631.992,00
CP0392/2016	Aquisição Ar Condicionado - VT Porto Ferreira	154.000,00
CP0047/2016	Aquisição de porta paletes, conforme TR00979/2015, fls. 02/03, planilhas estimativas de fls. 43/44 e informação de fls. 45/46.	102.999,00
CP0461/2016	Aquisição de Poltrona Giratória com Espaldar Alto e Apoia-Braços para Magistrado e Poltrona Fixa Interlocutor com Espaldar Médio para Diretor, Magistrado e Salas de Audiência.	75.340,16
CP0408/2014	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de modernização tecnológica das instalações de transporte vertical (elevadores) do Edifício Sede Judicial deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em conformidade com o Termo de Requisição nº 000634/2014 e documentação anexa (fls. 02/125). *Observação: esta Autorização cancela e substitui os documentos de fl. 127, em razão de alteração da planilha consoante Certidão da Coordenadoria de Projetos e Obras, bem como informação do Sr. Secretário de Orçamento e Finanças quanto ao amparo de parte da despesa total, no valor de R\$ 1.200.000,00, vinculado ao Projeto de Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho.	52.075,00
CP0401/2016	Aquisição de 22 (vinte e duas) Licenças do software Microsoft Office Professional 2016 em português, conforme TR01112/2015, fls. 02/08, complementado à fl. 11 e fl. 36, Planilhas Estimativas de fls. 47/48 e informações de fls. 49.	33.966,00
CP0137/2015-A	CP0137/2015-A ARP 069/2015 Objeto: Ar Condicionado - Fornecimento e Instalação Fornecedor: IVAÍ AR CONDICIONADO LTDA - EPP	30.489,72
CP0224/2015	Contratação de cursos online para plataforma Moodle - Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas.	20.400,00
CP0596/2016	Fornecimento de rampa em aço carbono, chapa xadrez, e balança digital de uso industrial, tipo plataforma lisa, para a Coordenadoria de Manutenção	7.762,00
CP0521/2016	Aquisição de Projetor Multimídia com maleta para transporte - Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.	6.600,00
CP0529/2016	Aquisição de motor elétrico Endodôntico - Seção de Apoio Administrativo de Saúde.	6.050,00
CP0538/2016	Fornecimento e instalação de um "Sistema de Som" na sala de audiências da Vara do Trabalho de Pederneiras.	3.416,00
CP0589/2016	Fornecimento de aparelho de celular, tipo smartphone - Secretaria-Geral da Presidência.	1.493,00
CP0789/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento, suporte, atualização e manutenção da solução de filtragem para correio eletrônico do TRT da 15ª Região.	72,38
	Total	4.068.933,36

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

b.14.2) Plano Orçamentário: Capacitação de Recursos Humanos

QUADRO 55 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em R\$

EXECUÇÃO LOA/2017					EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017					
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
2.388.841,00	2.098.841,00	2.058.016,76	1.894.215,31	1.894.215,31	0,00	163.801,45	52.494,20	0,00	0,00	52.494,20

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A descrição da caracterização destes recursos no SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal é a seguinte: Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente. Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A dotação final autorizada na LOA/2017 foi de R\$ 2.098.841,00, tendo sido empenhado o montante de R\$ 2.058.016,76 para atendimento da demanda no exercício, que foi 47,66% maior que o total despendido no ano de 2016, impacto decorrente, sobretudo, do corte orçamentário ocorrido naquele exercício. O crédito disponível ao final de 2017 foi de R\$ 40.824,24.

Os créditos consignados neste Plano Orçamentário viabilizaram parte das atividades idealizadas pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, e a execução orçamentária contabilizou o empenho das seguintes despesas:

QUADRO 56 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – APLICAÇÃO DE RECURSOS

APLICAÇÃO DE RECURSOS – LOA/2017

PO – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

APLICAÇÃO DO GASTO	EMPENHADO (R\$) EXERCÍCIO 2017
DIARIAS NO PAIS	662.558,26
MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.100,00
ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA OU JURIDICA	130.800,00
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	385,00
SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO – PESSOA FÍSICA	477.933,61
ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	89.718,56
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	101.495,21
SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO – PESSOA JURÍDICA	594.026,12
TOTAL	2.058.016,76

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

b.14.3) Plano Orçamentário: Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

QUADRO 57 – FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

Em R\$

EXECUÇÃO LOA/2017						EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017				
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC.RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
1.732.224,00	1.037.224,00	1.015.775,91	952.127,46	952.127,46	0,00	63.648,45	16.648,79	11.524,67	730,00	4.394,12

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A descrição da caracterização destes recursos no SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal é a seguinte: Oferecimento aos Magistrados de cursos de formação inicial e de formação continuada, qualificação de instrutores, intercâmbio e estudos com o objetivo de elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de cursos de aprimoramento da Magistratura, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre ordenamento jurídico, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de jurisprudências e doutrinas, visando proporcionar aos magistrados a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade de forma célere, efetiva, transparente e objetiva.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A dotação final autorizada na LOA/2017 foi de R\$ 1.037.224,00, tendo sido empenhado o montante de R\$ 1.015.775,91 para atendimento da demanda no exercício, superior 185,22% em relação ao despendido no ano de 2016, impacto decorrente, sobretudo, do corte orçamentário ocorrido naquele exercício. O crédito disponível ao final de 2017 foi de R\$ 21.448,09.

Os créditos consignados neste Plano Orçamentário viabilizaram parte das atividades idealizadas pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, e a execução orçamentária contabilizou o empenho das seguintes despesas:

QUADRO 58 – FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS – APLICAÇÃO DE RECURSOS

APLICAÇÃO DE RECURSOS – LOA/2017	
PO – FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS	
APLICAÇÃO DO GASTO	EMPENHADO (R\$) EXERCÍCIO 2017
DIARIAS NO PAIS	373.441,04
MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.300,00
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	1.540,00
SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO – PESSOA FÍSICA	273.590,75
ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	12.234,44
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	75.890,68
SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO – PESSOA JURÍDICA	275.779,00
TOTAL	1.015.775,91

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

A execução de restos a pagar não processados no exercício de 2017, R\$ 11.524,67, consistiu na liquidação de despesas relativas à contratação de palestrantes no montante de R\$ 6.755,67 e, de alimentação, R\$ 4.769,00, gastos destinados a treinamento.

b.14.4) Plano Orçamentário: Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho

QUADRO 59 – MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
131.562,00	131.562,00	60.000,00	38.600,21	38.600,21	0,00	21.399,79	2.145,84	745,14	0,00	1.400,70

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A descrição da caracterização destes recursos no SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal é a seguinte: Os recursos serão aplicados em ações destinadas ao custeio e manutenção de varas itinerantes, que visam levar a prestação jurisdicional trabalhista aos locais mais distantes do território brasileiro mediante o deslocamento de magistrados e servidores, envolvendo despesas como: aquisição e manutenção de veículos, combustíveis, diárias, ajuda de custo, materiais de consumo e de expediente, passagens, gastos com locomoção e outras despesas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Abrigar despesas de custeio e de manutenção de varas do trabalho itinerantes em todo o território nacional, criadas e mantidas nos termos do § 1º do Artigo 115 da Constituição Federal.

A dotação autorizada na LOA/2017 foi de R\$ 131.562,00, tendo sido empenhado o montante de R\$ 60.000,00 para atendimento da demanda no exercício, superior 15,38% em relação ao despendido no ano de 2016, o crédito disponível ao final de 2017 foi de R\$ 71.562,00.

Este Regional mantém 10 (dez) Postos Avançados instalados vinculados às Unidades Trabalhistas abaixo discriminadas:

- Araraquara, em Américo Brasiliense;
- Ituverava, em Igarapava;
- Orlandia, em Morro Agudo;
- Amparo, em Pedreira;
- Andradina, em Pereira Barreto;
- Pindamonhangaba, em Campos do Jordão;
- Pederneiras, em Bariri;
- São João da Boa Vista, em Espírito Santo do Pinhal;
- Jundiaí, em Vinhedo; e
- Campinas, em Valinhos.

A execução dos créditos consignados na LOA/2016, bem como dos restos a pagar não processados, neste Plano Orçamentário foi destinada integralmente ao ressarcimento de despesas com pedágio e combustível, nos deslocamentos a serviço de Magistrados e Servidores.

b.14.4) Plano Orçamentário: Trabalho Seguro

QUADRO 60 – TRABALHO SEGURO

Em R\$

EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
3.066,00	3.066,00	0,00	0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A iniciativa conjunta do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visa à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Seu principal objetivo é contribuir para a diminuição do número de acidentes de trabalho registrados no Brasil nos últimos anos, promovendo a articulação entre instituições públicas federais, estaduais e municipais e aproximando os atores da sociedade civil, tais como empregados, empregadores, sindicatos, Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), instituições de pesquisa e ensino, promovendo a conscientização da importância do tema e contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de acidentes de trabalho.

O total de R\$ 3.066,00 inscrito em restos a pagar não processados no final de 2016 foi liquidado no ano de 2017, aplicado na contratação de palestrante pela Escola Judicial e aquisição de pendrives pela Unidade de Comunicação Social, gastos destinados à divulgação e realização de atividades sobre o programa Trabalho Seguro.

2.3.1.4.3 Das Ações Não Previstas na LOA/2017 – Restos a Pagar Não Processados

a) Programa: 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista

a.1) Ação: 11BO – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Rio Claro – SP

QUADRO 61 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE RIO CLARO – SP

Em R\$

EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
83.048,09	0,00	0,00	83.048,09

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto de obra para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende os municípios de Rio Claro, Santa Gertrudes, Itirapina, Corumbataí e Ipeúna. Diretamente, serão beneficiadas as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.

Trata-se de saldo de restos a pagar não processados em liquidação, relativos à LOA/2012, reinscritos em 31 de dezembro de 2014 e pendentes de realização conforme informações prestadas pela Coordenadoria de Contratos do Tribunal em 2015.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 62 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE RIO CLARO –
RESTOS A PAGAR**

63.120.00.00 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR EM LIQUIDAÇÃO

Posição em: DEZEMBRO/2015

em R\$

EMPENHO	CNPJ	CREDOR	CLASSIF.	PROCESSO	MOVIMENTAÇÕES			OBJETO	JUSTIFICATIVA
					DOCUMENTO	DATA	VALOR		
2012NE000829	52220894/0001-29	ESTETO ENGENHARIA E COMÉRCIO LIMITADA	4490.51.91	PA. 524-40.2010	2014NL400387	30/06/2014	2.268,55	Obras- Construção VT Rio Claro	Contrato rescindido. Alguns serviços foram executados, mas não foram apresentadas as faturas pela empresa (ocaso está sub judice). (email de 30/06/14 – Coordenadoria de Contratos).
2012NE002088	52220894/0001-29	ESTETO ENGENHARIA E COMÉRCIO LIMITADA	4490.51.91	PA. 524-40.2010	2014NL400387	30/06/2014	552.203,63	Obras- Construção VT Rio Claro	
2012NE002412	52220894/0001-29	ESTETO ENGENHARIA E COMÉRCIO LIMITADA	4490.51.91	PA. 524-40.2010	2014NL400387	30/06/2014	72.110,44	Obras- Construção VT Rio Claro	
TOTAL							626.582,62		

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

De acordo com informações prestadas no Despacho nº 571/2016 – SA, concernentes ao Processo Administrativo nº 524-40.2010.5.15.0895, que trata da contratação da empresa Esteto Engenharia e Comércio Ltda. para a execução das obras de construção do imóvel que abrigará a VT de Rio Claro, estão em discussão créditos da Contratada no valor total de R\$ 83.048,09.

Diante do noticiado pela Unidade Administrativa, no exercício de 2016 foi cancelado o valor de R\$ 543.534,53 e promovida a reinscrição para 2017, em restos a pagar não processados, do valor em liquidação no montante de R\$ 83.048,09, o qual foi reinscrito para 2018 no aguardo de deliberação superior para a destinação do recurso.

a.2) Ação: 1M61 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Porto Ferreira – SP

QUADRO 63 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA

Em R\$

EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
2.256.605,38	1.591.784,46	664.820,92	0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto destinado à construção do Edifício para sediar a Vara do Trabalho, com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, em Porto Ferreira – SP.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A construção teve início no ano de 2016, total liquidado de R\$ 1.624.650,20 com recursos consignados na LOA/2015, no processo CP0593/2015 - Contratação de empresa especializada em engenharia de construção civil, Camara e Griffio Engenharia e Construções LTDA, para execução de obras.

A dotação foi suplementada com créditos autorizados na LOA/2016, sendo que no exercício de 2017, do total de R\$ 2.256.605,38 inscrito em restos a pagar não processados, o montante de R\$ 1.591.784,46 foi liquidado e R\$ 664.820,92 cancelados, em razão da conclusão dos serviços de construção, conforme consta do Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Comissão de Exame de Obras e Serviços desta Corte em 24/08/2017.

a.3) Ação: 7T90 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Votuporanga – SP

QUADRO 64 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA – SP

Em R\$

EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
14.057,20	8.832,48	5.224,72	0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto destinado à construção de edifício na cidade de Votuporanga – SP para instalação e funcionamento da Vara do Trabalho da Cidade, com características básicas que possibilitem receber o público-alvo em instalações condizentes, propiciando o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação jurisdicional trabalhista.

Trata-se de créditos autorizados na Lei Orçamentária Anual/2014 por intermédio de emenda parlamentar, com valor empenhado na contratação da empresa Fabrica Civil – Engenharia de Projetos, Processo CP0584/2014, para a prestação de serviços técnicos especializados, na elaboração dos projetos executivos complementares, destinados à construção de prédio próprio para sediar a Vara do Trabalho de Votuporanga.

A execução de restos a pagar não processados em 2016 liquidou 91% do montante inscrito e o saldo, de R\$ 14.057,20, foi reinscrito para o exercício de 2017, ano em que foi pago o valor de R\$ 8.832,48 relativo à parcela dos serviços prestados, e cancelado o saldo remanescente do empenho, R\$ 5.224,72, em razão da finalização da contratação.



b) Programa: 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais

b.1) 0536 – Restituição de Valores Recolhidos ao Montepio Civil

QUADRO 65 – RESTITUIÇÃO DE VALORES RECOLHIDOS AO MONTEPIO CIVIL

Em R\$

EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
542.102,24	0,00	0,00	542.102,24

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Plano Orçamentário vinculado à Ação de Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais, destinado aos recursos orçamentários consignados na LOA/2014 para ressarcimento dos valores recolhidos ao Montepio Civil.

A execução de restos a pagar não processados no exercício de 2016 promoveu a liquidação e o ressarcimento do montante de R\$ 226.236,78, mediante folha extra de pagamento, restando para a reinscrição em 2017 o saldo de R\$ 542.102,24, conforme despacho do Ordenador de Despesa – Memorando CPAG/SPM nº 995/2016 de 06/10/2016.

Não houve execução de restos a pagar não processados no exercício de 2017, devido à ausência de demanda pela despesa; o montante foi reinscrito para 2018.

2.3.1.4.4 Das Ações Oriundas de Descentralizações Internas

Dotações recebidas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, relativas aos Projetos e Atividades de responsabilidade daquelas Unidades Orçamentárias.

Seguem demonstrados os valores descentralizados e os totais executados por este Regional, bem como as descrições das Ações.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

a) Programa: 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista

a.1) Ação: 151Y – Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJe

QUADRO 66 – DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO – PJE

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	INSC. RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
0,00	554.735,95	554.735,95	482.763,45	482.763,45	0,00	71.972,50	73.345,81	50.571,96	0,00	22.773,85

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto destinado ao desenvolvimento e implantação de Sistema Processual Eletrônico de Processos Judiciais que contemple todas as atividades essenciais à tramitação dos processos e o intercâmbio de informações entre os diversos ramos do Poder Judiciário, cobrindo desde o ingresso até o arquivamento ou guarda permanente dos autos eletrônicos, com as seguintes características: adoção de fluxos para definição do trâmite processual, lançamento de atos e de movimentos processuais, segurança, padronização de modelos de documentos, pesquisa textual, registro de alterações, adoção das tabelas processuais únicas do CNJ, uso da assinatura digital e integração com terceiros. Contempla, ainda, a contratação de serviços específicos para apoio à implantação do sistema, bem como capacitação de magistrados e servidores para sua operação.

Provisão recebida do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O total dos créditos descentralizados no exercício de 2017 somou R\$ 554.735,95, empenhados integralmente, e contemplou as seguintes dotações:

- R\$ 105.788,28 relativos a custeio, aplicados em serviços técnicos profissionais de T.I. - pessoa jurídica; e
- R\$ 448.947,67 destinados a despesas de capital, investidos na aquisição de software.

Segue a execução dos créditos descentralizados no exercício, por objeto de gasto.

QUADRO 67 – DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO – PJE – EXECUÇÃO

DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS

EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

Ação: 151Y - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO – PJE

PROCESSO	OBJETO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	INSCRITO EM RPNP PARA 2018	NÃO UTILIZADO
CP0788/2015	Serviço especializado em suporte ao Sistema Operacional Linux	105.788,28	105.788,28	105.788,28	0,00	0,00
	TOTAL GND 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	105.788,28	105.788,28	105.788,28	0,00	0,00
CP0577/2015	Fornecimento de solução de "Application Performance Management" - APM, incluindo instalação, configuração, treinamento e garantia de funcionamento por 36 meses.	411.854,52	376.975,17	376.975,17	34.879,35	0,00
CP0587/2017	Solução de Segurança para estações de trabalho e servidores físicos, com proteção de e-mail, anti malware, firewall integrado e controle de web.	37.093,15	0,00	0,00	37.093,15	0,00
	TOTAL GND 4 – INVESTIMENTOS	448.947,67	376.975,17	376.975,17	71.972,50	0,00
	TOTAL DESCENTRALIZADO	554.735,95	482.763,45	482.763,45	71.972,50	0,00

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A execução de restos a pagar no exercício de 2017 se refere a gastos relativos a outras despesas correntes, empenhados no ano de 2016, para fazer face às contratações de serviços técnicos profissionais de TI – pessoa jurídica, conforme apresentado no quadro a seguir por objeto de gasto.

QUADRO 68 – DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO – PJE – EXECUÇÃO – RESTOS A PAGAR

DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

Ação: 151Y - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO – PJE

		Em R\$			
PROCESSO	OBJETO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
CP0783/2015	Aquisição de servidor de aplicação JBOSS	27.219,50	27.219,50	0,00	0,00
CP0784/2015	Suporte técnico para o Banco de Dados PostgreSQL, nas modalidades 24x7 e 8x5 contendo mentoria e treinamento em PostgreSQL para DBAs e Desenvolvedores	43.261,24	20.487,39	0,00	22.773,85
CP0788/2015	Serviço especializado em suporte ao Sistema Operacional Linux	2.865,07	2.865,07	0,00	0,00
TOTAL GND 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		73.345,81	50.571,96	0,00	22.773,85
Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal		73.345,81	50.571,96	0,00	22.773,85

a.2) Ação: 1P66 – Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho

QUADRO 69 – MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

EXECUÇÃO LOA/2017							EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017				Em R\$
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC.RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO	
0,00	3.836.581,19	3.836.581,19	1.652.774,93	1.652.774,93	0,00	2.183.806,26	66.546,83	66.546,83	0,00	0,00	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto direcionado ao mobiliário, equipamento, reforma, adaptação, padronização, ampliação e modernização de imóveis da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

Provisão recebida do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O total dos créditos descentralizados no exercício de 2017, somou R\$ 3.836.581,19, empenhados integralmente, e contemplou as seguintes dotações:

- R\$ 2.966.881,60 relativos a custeio, aplicados na aquisição de materiais e contratação de serviços destinados à manutenção e conservação de bens imóveis;
- R\$ 869.699,59 concernentes a despesas de capital, investidos na aquisição de equipamentos e em serviços de obras e instalações.

Segue a execução dos créditos descentralizados no exercício, por objeto de gasto.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 70 – MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO – EXECUÇÃO

DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS

EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

Ação: 1P66 - MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

		Em R\$			
PROCESSO	OBJETO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSCRITO EM RPNP PARA 2018
CP0236/2017-A1	Manutenções Cíveis - VT Rio Claro	4.044,29	4.044,29	4.044,29	0,00
CP0236/2017-A10	CP0236/2017-A10- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial - Edifício-Sede Judicial - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	69.560,94	69.560,94	69.560,94	0,00
CP0236/2017-A11	CP0236/2017-A11- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial -Anexo Barão de Jaguara, 945- Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	56.424,70	56.424,70	56.424,70	0,00
CP0236/2017-A12	CP0236/2017-A12- ARP: 060/2017- Objeto: Manutenção Predial - VT de Botucatu - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	1.575,07	1.575,07	1.575,07	0,00
CP0236/2017-A13	CP0236/2017-A13- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial - VT de Mogi-Guaçu - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	9.942,28	9.942,28	9.942,28	0,00
CP0236/2017-A14	CP0236/2017-A14- ARP: 060/2017- Objeto: Manutenção Predial - FT de São José dos Campos - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	57.039,18	57.039,18	57.039,18	0,00
CP0236/2017-A15	CP0236/2017-A15- ARP: 060/2017- Objeto: Manutenção Predial -FT de Jaú - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	4.835,05	4.835,05	4.835,05	0,00
CP0236/2017-A16	CP0236/2017-A16- ARP: 060/2017- Objeto: Manutenção Predial - FT de Presidente Prudente - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	46.507,98	46.507,98	46.507,98	0,00
CP0236/2017-A17	CP0236/2017-A17- ARP: 060/2017- Objeto: Manutenção Predial - VT de Cruzeiro - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	9.128,74	9.128,74	9.128,74	0,00
CP0236/2017-A18	CP0236/2017-A18- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial - VT de Moji Mirim - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	11.230,55	11.230,55	11.230,55	0,00
CP0236/2017-A2	CP0236/2017-A2- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial - Fórum Trabalhista de Campinas - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	243.416,35	243.416,35	243.416,35	0,00
CP0236/2017-A21	CP0236/2017-A21- ARP: 060/2017- Objeto: Manutenção Predial - FT de Sorocaba - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	58.734,19	58.734,19	58.734,19	0,00
CP0236/2017-A23	CP0236/2017-A23- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial - VT de São João da Boa Vista - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	26.017,92	26.017,92	26.017,92	0,00
CP0236/2017-A24	CP0236/2017-A24- ARP: 060/2017- Objeto: Manutenção Predial - FT de São José do Rio Preto - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	77.134,58	77.134,58	77.134,58	0,00
CP0236/2017-A26	CP0236/2017-A26- ARP: 060/2017- Objeto: Manutenção Predial - FT de Ribeirão Preto - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	19.637,68	19.637,68	19.637,68	0,00
CP0236/2017-A29	CP0236/2017-A29- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial - Ed-Sede Administrativo - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	55.131,82	55.131,82	55.131,82	0,00
CP0236/2017-A5	CP0236/2017-A5- ARP: 060/2017- Objeto: Manutenção Predial - V.T. de Votuporanga - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	20.322,80	20.322,80	20.322,80	0,00
CP0236/2017-A6	CP0236/2017-A6- ARP: 060/2017- Objeto: Manutenção Predial - V.T. de Matão - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	17.342,77	17.342,77	17.342,77	0,00
CP0236/2017-A7	CP0236/2017-A7- ARP: 060/2017- Objeto: Manutenção Predial - V.T. de Jales - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	7.811,60	7.811,60	7.811,60	0,00
CP0236/2017-A9	CP0236/2017-A9- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial - F.T. de Piracicaba - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	53.662,99	0,00	0,00	53.662,99
CP0349/2017	Manutenção da Cobertura de Vidro temperado instalada na Sede Administrativa.	94.484,00	94.484,00	94.484,00	0,00
CP0411/2017	Contratação de serviços especializados, com recolhimento de ART, para retrofit com substituição do ar central, exceto os dutos de insuflamento, que permanecerá e passará por limpeza asséptica, instalados no pavimento térreo na sede Administrativa, com fornecimento de todos os equipamentos, das condensadoras e evaporadoras, sendo três unidades split de alta capacidade, Splitão com compressores scroll inverter, com 20 TR's cada, com todos os componentes e todos os materiais e serviços de instalação e com remoção dos antigos equipamentos do tipo Self Contained, instalados no pavimento térreo, incluindo a remoção dos equipamentos instalados no 1º e 5º pavimentos e a torre de resfriamento na laje, sendo todas essas instalações na Sede Administrativa. Todos os serviços serão realizados conforme projeto básico e memorial descritivo constantes nos anexos.	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
CP0412/2017	Contratação de empresa especializada para retirada e instalação de 252 esquadrias em alumínio na Sede Administrativa deste E. Tribunal, conforme TR000480/2017, fls. 02/06, complementado à fl. 21, Planilhas Estimativas de fls. 58/59 e Informação de fls. 60/61.	139.896,12	0,00	0,00	139.896,12
CP0508/2017	Substituição dos Pisos Elevados dos Fóruns Trabalhistas de Campinas e Bauru.	1.865.000,00	408.252,44	408.252,44	1.456.747,56
	TOTAL GND 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.966.881,60	1.298.574,93	1.298.574,93	1.668.306,67
CP0365/2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de climatização na Sede Administrativa deste E. Tribunal, para fornecimento e instalação de 140 (cento e quarenta) aparelhos condicionadores de ar tipo split inverter HI-WALL 18.000 BTU's, devidamente instalados, conforme TR000460/2017, fls. 09/12, Planilhas Estimativas de fl. 31 e Informação de fls. 32/35.	417.499,60	354.200,00	354.200,00	63.299,60
CP0411/2017	Contratação de serviços especializados, com recolhimento de ART, para retrofit com substituição do ar central, exceto os dutos de insuflamento, que permanecerá e passará por limpeza asséptica, instalados no pavimento térreo na sede Administrativa, com fornecimento de todos os equipamentos, das condensadoras e evaporadoras, sendo três unidades split de alta capacidade, Splitão com compressores scroll inverter, com 20 TR's cada, com todos os componentes e todos os materiais e serviços de instalação e com remoção dos antigos equipamentos do tipo Self Contained, instalados no pavimento térreo, incluindo a remoção dos equipamentos instalados no 1º e 5º pavimentos e a torre de resfriamento na laje, sendo todas essas instalações na Sede Administrativa. Todos os serviços serão realizados conforme projeto básico e memorial descritivo constantes nos anexos.	452.199,99	0,00	0,00	452.199,99
	TOTAL GND 4 – INVESTIMENTOS	869.699,59	354.200,00	354.200,00	515.499,59
	TOTAL DESCENTRALIZADO	3.836.581,19	1.652.774,93	1.652.774,93	2.183.806,26

Fonte: Siatf – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

O total inscrito em restos a pagar não processados no final de 2016 foi integralmente liquidado no exercício de 2017, R\$ 66.546,83, destinado ao pagamento de serviços relativos ao processo CP0590/2015 - Contratação de empresa especializada em construção civil para execução de reformas no prédio onde está instalado o Fórum Trabalhista de Sorocaba, localizado na Rua Ministro Coqueijo Costa nº 61, Bairro Boa Vista em Sorocaba/SP, de acordo com o Projeto Básico/Memorial nº 11/15 e seus Anexos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

a.3) Ação: 2C73 – Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação

QUADRO 71 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

EXECUÇÃO LOA/2017					EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2017					Em R\$
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	INSC.RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
0,00	7.699.663,06	7.699.663,06	7.294.444,31	7.294.444,31	0,00	405.218,75	1.702.549,75	1.338.228,83	364.320,92	0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Créditos destinados à implantação e desempenho de todos os sistemas nacionais, com ênfase no Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, e custeio das despesas de Tecnologia da Informação e Comunicações indispensáveis à manutenção dos Sistemas Nacionais da Justiça do Trabalho, assegurando, assim, qualidade e celeridade na prestação jurisdicional trabalhista.

Provisão recebida do Tribunal Superior do Trabalho.

Do total de R\$ 7.699.663,06 descentralizado e empenhado no exercício de 2017, o montante de R\$ 4.799.871,06 foi destinado a despesas de custeio, e R\$ 2.899.792,00 a despesas de capital, assim aplicados:

QUADRO 72 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – EXECUÇÃO

DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS

EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

Ação: 2C73 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROCESSO	OBJETO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	INSCRITO EM RPNP PARA 2018	Em R\$
CP0417/2016	Contratação de suporte técnico Oracle	153.656,64	128.047,20	128.047,20	25.609,44	
CP0431/2016	Manutenção em sala cofre	717.395,18	717.395,18	717.395,18	0,00	
CP0495/2017	Aquisição de Microcomputadores e Monitores.	74.455,92	24.475,92	24.475,92	49.980,00	
CP0515/2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, programada, evolutiva e corretiva, com fornecimento integral de peças, dos subsistemas e da sala-cofre do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.	115.708,90	69.990,00	69.990,00	45.718,90	
CP0648/2014	Aquisição de solução para controle, monitoramento e filtragem de conteúdo no uso da Internet - Participação na ARP PE 15/2013 - TRT 2ª Região.	73.469,28	73.469,28	73.469,28	0,00	
CP0783/2015	Aquisição de servidor de aplicação JBOSS	382.328,34	358.349,20	358.349,20	23.979,14	
CP0789/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento, suporte, atualização e manutenção da solução de filtragem para correio eletrônico do TRT da 15ª Região.	86.640,00	79.420,00	79.420,00	7.220,00	
PA. 1324-34.2011	Serviços de telecomunicações de dados p/atendimento aos TRT 2ª e TRT 15ª Regiões / SIGI-JT (Sist. Integrado de Gestão de Informática da JT)	3.196.216,80	2.943.505,53	2.943.505,53	252.711,27	
TOTAL GND 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.799.871,06	4.394.652,31	4.394.652,31	405.218,75	
CP0495/2017	Aquisição de Microcomputadores e Monitores.	2.899.792,00	2.899.792,00	2.899.792,00	0,00	
TOTAL GND 4 – INVESTIMENTOS		2.899.792,00	2.899.792,00	2.899.792,00	0,00	
TOTAL DESCENTRALIZADO		7.699.663,06	7.294.444,31	7.294.444,31	405.218,75	

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Quanto à execução de restos a pagar não processados no exercício de 2017, não houve valores reinscritos para 2018, segue demonstrativo dos valores inscritos, liquidados e cancelados por objeto de gasto.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 73 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – EXECUÇÃO – RESTOS A PAGAR

DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

Ação: 2C73 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

		Em R\$			
PROCESSO	OBJETO	VALOR EM 1º JAN 2017	RP NÃO PROC LIQUIDADO	RP NÃO PROC CANCELADO	RP NÃO PROC SALDO
CP0692/2015	Serviço de suporte, manutenção e atualização das licenças do software Módulo Risk Manager	2.916,76	2.916,66	0,10	0,00
CP0789/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento, suporte, atualização e manutenção da solução de filtragem para correio eletrônico do TRT da 15ª Região.	7.220,00	7.220,00	0,00	0,00
PA. 1324-34.2011	Serviços de telecomunicações de dados p/atendimento aos TRT 2ª e TRT 15ª Regiões / SIGI-JT (Sist. Integrado de Gestão de Informática da JT)	1.691.763,37	1.327.442,55	364.320,82	0,00
TOTAL GND 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.701.900,13	1.337.579,21	364.320,92	0,00
CP0789/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento, suporte, atualização e manutenção da solução de filtragem para correio eletrônico do TRT da 15ª Região.	649,62	649,62	0,00	0,00
TOTAL GND 4 – INVESTIMENTOS		649,62	649,62	0,00	0,00
TOTAL DESCENTRALIZADO		1.702.549,75	1.338.228,83	364.320,92	0,00

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

a.3) Ação: 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

a.3.1) Plano Orçamentário: Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo a Aprendizagem

QUADRO 74 – COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTÍMULO A APRENDIZAGEM

EXECUÇÃO LOA/2017							Em R\$
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC.RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	
0,00	40.000,00	27.362,20	10.562,20	10.562,20	0,00	16.800,00	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Provisão recebida do Tribunal Superior do Trabalho.

A caracterização do plano orçamentário está assim descrita no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal: Considerando o Programa de Combate ao Trabalho Infantil no âmbito da Justiça do Trabalho, instituído com o objetivo de desenvolver, em caráter permanente, ações em prol da erradicação do trabalho infantil no Brasil e da adequada profissionalização do adolescente, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em ação conjunta, visando o cumprimento dos objetivos do programa, e com o dever institucional, atuarão ativamente para coordenar e sistematizar ações, projetos e medidas na implementação de políticas para erradicação do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes; em parceria com diversas instituições públicas e privadas, inclusive sindicatos, universidades, associações e instituições de ensino.

A aplicação dos presentes recursos, no âmbito da Justiça do Trabalho, está disciplinado pelas disposições constantes do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 18, de 06 de maio de 2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A provisão recebida no exercício de 2017 somou R\$ 40.000,00, tendo sido empenhado o montante de R\$ 27.362,20 para atendimento da demanda no exercício, restando como crédito disponível o valor de R\$ 12.637,80.

O valor empenhado foi integralmente aplicado em outras despesas correntes, na aquisição de material destinado à divulgação de ações voltadas ao Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, conforme segue demonstrado por objeto de gasto.

QUADRO 75 – COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTÍMULO A APRENDIZAGEM – EXECUÇÃO

DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS

EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

Ação: 4256 - APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Plano Orçamentário: COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTÍMULO A APRENDIZAGEM

Em R\$					
PROCESSO	OBJETO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSCRITO EM RPNP PARA 2018
CP0738/2017	Confecção de cartilhas "Trabalho Infantil - 50 perguntas e respostas" - Coordenadoria de Comunicação Social.	5.690,00	5.690,00	5.690,00	0,00
CP0741/2017	Confecção das revistas "Jovens de Maria" e "Devotos Mirins".	16.800,00	0,00	0,00	16.800,00
CP0767/2017	Aquisição de camisetas em algodão - Coordenadoria de Comunicação Social.	4.872,20	4.872,20	4.872,20	0,00
TOTAL GND 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		27.362,20	10.562,20	10.562,20	16.800,00
TOTAL DESCENTRALIZADO		27.362,20	10.562,20	10.562,20	16.800,00

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Dentre as ações se destacou o evento promovido em Aparecida, onde o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por intermédio do Comitê Regional de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, o Ministério Público do Trabalho, por meio da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, em parceria com o Santuário Nacional, promoveu em Aparecida, no âmbito das Comemorações dos 300 anos da aparição da Imagem de Nossa Senhora da Conceição, a Semana da Criança, que teve por objetivo alertar sobre os malefícios do trabalho infantil (Fonte: Notícias TRT da 15ª Região – Programação dos 300 anos do encontro da Imagem de Aparecida inclui atividades que alertam para os malefícios do trabalho infantil, 3/10/217)

a.3.2) Plano Orçamentário: Trabalho Seguro

QUADRO 76 – TRABALHO SEGURO

EXECUÇÃO LOA/2017							Em R\$
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC.RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	
0,00	79.500,00	30.373,12	30.272,76	30.272,76	0,00	100,36	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Provisão recebida do Tribunal Superior do Trabalho.

A iniciativa conjunta do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visa à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Seu principal objetivo é contribuir para a diminuição do número de acidentes de trabalho registrados no Brasil nos últimos anos, promovendo a articulação entre instituições públicas federais, estaduais e municipais e aproximando os atores da sociedade civil, tais como empregados, empregadores, sindicatos, Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), instituições de pesquisa e ensino, promovendo a conscientização da importância do tema e contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de acidentes de trabalho.

A provisão recebida somou R\$ 79.500,00, tendo sido empenhado o montante de R\$ 30.373,12 para atendimento da demanda no exercício.

As descentralizações internas relativas a este plano orçamentário foram recebidas no decorrer do exercício: R\$ 30.000,00 em 28/06/2017 e R\$ 49.500,00 em 13/12/2017, esta última ao final do ano, não havendo tempo hábil para a aplicação total dos recursos, restando como crédito disponível o valor de R\$ 49.126,88 no encerramento de 2017.

Os recursos empenhados foram aplicados em ações voltadas ao Programa Trabalho Seguro, destinados aos eventos promovidos pelo TRT da 15ª Região, mediante a aquisição de materiais e contratação de serviços, além de pagamento de diárias e passagens, conforme segue demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 77 – TRABALHO SEGURO – EXECUÇÃO I

DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS
EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017
Ação: 4256 - APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO
Plano Orçamentário: TRABALHO SEGURO

		EM R\$
APLICAÇÃO DO GASTO		TOTAL EMPENHADO EM 2017
33901414	DIARIAS NO PAIS	16.984,24
33903059	MATERIAL PARA DIVULGACAO	385,72
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	713,16
33903613	CONFERENCIAS, EXPOSICOES E ESPETACULOS	670,00
33903628	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	1.300,00
33903941	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	10.320,00
TOTAL		30.373,12

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 78 – TRABALHO SEGURO – EXECUÇÃO II

DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS
EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017
Ação: 4256 - APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO
Plano Orçamentário: TRABALHO SEGURO

Em R\$					
PROCESSO	OBJETO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSCRITO EM RPNP PARA 2018
CP0370/2016	Coffee break na cidade de Campinas	10.320,00	10.320,00	10.320,00	0,00
CP0375/2016	Contratação de empresa para serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas .	713,16	612,80	612,80	100,36
CP0549/2017	Confecção de banner em lona fresca - Coordenadoria de Comunicação Social.	385,72	385,72	385,72	0,00
CP0563/2017	Contratação de palestras	670,00	670,00	670,00	0,00
FLS. 001/17	Pagamento de Gratificação por curso a Magistrados e Servidores	1.300,00	1.300,00	1.300,00	0,00
FLS.002/17	Pagamento de Diárias	16.984,24	16.984,24	16.984,24	0,00
TOTAL		30.373,12	30.272,76	30.272,76	100,36

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

b) Programa: 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

b.1) Ação: 0625 – Requisições de Pequeno Valor

QUADRO 79 – REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR

EXECUÇÃO LOA/2017							Em R\$
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC.RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO	
0,00	4.967.113,17	4.967.113,17	4.967.113,17	4.967.113,17	0,00	0,00	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Dotação destinada ao pagamento de sentenças judiciais no prazo de sessenta dias contados da data de trânsito em julgado, quando forem emitidas contra a União, Autarquias e Fundações Públicas e tiverem valores inferiores a sessenta salários-mínimos, nos termos do § 3º do art. 100 da Constituição, regulamentado pelo § 1º do art. 17 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

A partir de 2015, conforme o disposto na Mensagem 10/2015 – CFIN/CSJT, por decisão da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, cabe ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho promover a descentralização dos créditos destinados aos pagamentos das sentenças judiciais de pequeno valor (RPV – ação 0625) aos Tribunais Regionais.

O montante descentralizado, R\$ 4.967.113,17, amparou o pagamento de 201 (duzentos e um) processos relativos a Sentenças Judiciais de Pequeno Valor.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.1.4.5 Das Ações Oriundas de Descentralizações Externas

Dotações recebidas mediante destaque de Unidades Orçamentárias não vinculadas à Justiça do Trabalho, para o cumprimento de Precatórios Federais

Seguem demonstrados os valores descentralizados e os totais executados por este Regional.

a) Programa: 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais

a.1) Ação: 0005 – Precatórios

QUADRO 80 – PRECATÓRIOS

Em R\$

EXECUÇÃO LOA/2017						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC.RP PROCESSADO	INSC. RP NÃO PROCESSADO
0,00	20.841.429,00	20.161.727,47	20.161.727,47	20.161.727,47	0,00	0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A dotação foi recebida para o cumprimento de precatórios federais oriundos da Administração Direta e da Administração Indireta.

Registre-se que, em conformidade com o disposto na norma de encerramento do exercício financeiro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no que se refere ao montante disponibilizado por este Tribunal àquela Corte Superior, os recursos financeiros foram transferidos integralmente à Setorial Financeira, e a dotação correspondente restou como orçamento não utilizado, registrada como disponível nas contas deste Regional, no encerramento do exercício de 2017, conforme execução demonstrada a seguir.

QUADRO 81 – PRECATÓRIOS – EXECUÇÃO

DESCENTRALIZAÇÕES EXTERNAS

EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

Ação: 0005 – PRECATORIOS

Em R\$

AÇÃO / PLANO ORÇAMENTÁRIO	DESTAQUE RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	CRÉDITO DISPONÍVEL NÃO UTILIZADO
PRECATORIOS (Administração Direta)	20.367.000,00	20.022.982,05	20.022.982,05	20.022.982,05	344.017,95
PRECATORIOS (Administração Indireta)	474.429,00	138.745,42	138.745,42	138.745,42	335.683,58
TOTAL AÇÃO – 0005 – PRECATORIOS	20.841.429,00	20.161.727,47	20.161.727,47	20.161.727,47	679.701,53

Fonte: Siasi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



a.1.1) Precatórios (Administração Direta)

Trata-se de dotação descentralizada por Unidade Orçamentária do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretária de Orçamento Federal a este Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, para o cumprimento dos precatórios devidos pela Administração Direta.

O montante consignado na LOA/2017 destinado a esta Ação amparou a quitação de 49 (quarenta e nove) processos, tendo sido executado o valor R\$ 20.022.982,05, e restado como crédito disponível o saldo de R\$ 344.017,95.

a.1.2) Precatórios (Administração Indireta)

Trata-se de destaques recebidos pelo TRT da 15ª Região do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e da Fundação Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, para o cumprimento dos precatórios devidos pela Administração Indireta.

O montante consignado na LOA/2017 destinado a esta Ação amparou a quitação de 3 (três) processos, tendo sido executado o valor R\$ 138.745,42, e restado como crédito não utilizado o saldo de R\$ 335.683,58.

2.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

Os créditos orçamentários consignados à Décima Quinta Região da Justiça do Trabalho no exercício financeiro de 2017, por intermédio da Lei Orçamentária nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, atenderam satisfatoriamente aos objetivos e metas almejados para o período.

As adequações necessárias promovidas com relação aos recursos iniciais previstos na LOA/2017, em face aos citados objetivos e metas, se processaram mediante remanejamentos analisados e autorizados pela respectiva Unidade Técnica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Nesse sentido, enseja evidenciar aquele implementado para reforço da dotação correspondente aos investimentos, pela transferência de recursos de Outros Custeios, GND 3, para dotação destinada a amparar as despesas de Capital, GND 4. Os créditos movimentados entre esses grupos de despesas vinculados à Ação denominada Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho alcançaram o importe de R\$31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A razão dessa movimentação visou melhorias quanto aos bens adquiridos e serviços prestados abrangendo a área de tecnologia da informação, o armazenamento e movimentação de processos na área judiciária e a frota de veículos na área de segurança e transporte, uma vez que as despesas de capital ficaram comprometidas pela insuficiência de recursos no exercício anterior ante cortes drásticos impostos na ocasião pelo Legislativo Federal ao Poder Judiciário, em especial, à Justiça Trabalhista, quando da apreciação do respectivo Projeto de Lei Orçamentária, e, cuja recomposição veio a ocorrer só ao final do período.

Naquele exercício, o ocorrido impôs reexames e renegociações de contratos de locação de imóveis, de contratações de prestação de serviços terceirizados, envolvendo limpeza e higienização, vigilância e segurança, serviços gerais, transporte, assim como, entre outros de menor vulto, resultando significativa economia de recursos, que reverberou fortemente na execução orçamentária e financeira de 2017, com peculiar referência às Despesas de Outros Custeios.

As demais movimentações ocorridas promoveram os seguintes ajustes: a) R\$985.000,00 - dotações dos Planos Orçamentários vinculados à Ação denominada Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, quais sejam, Capacitação de Recursos Humanos e Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que cederam recursos para a própria Ação Orçamentária b) R\$103.700,00 – transferência da Ação Orçamentária “Comunicação e Divulgação Institucional” para “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”; c) R\$100.000,00 – transposição de créditos com Benefícios Assistenciais de Auxílio-Alimentação para Auxílio-Transporte.

No concernente aos recursos alocados nos Projetos de Construção das Varas do Trabalho localizados nas cidades de Itapetininga e Barretos, registrem-se as seguintes reduções, de R\$553.959,00 e R\$79.137,00, respectivamente, em função de contingenciamentos efetivados nos termos previstos pelo Artigo 9º da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para o exercício financeiro de 2017.

As descentralizações de Créditos Orçamentários promovidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, atreladas aos Projetos Nacionais de Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho, bem como aquelas voltadas à Tecnologia da Informação e Comunicação foram inteiramente utilizadas, no montante de R\$12.090.980,00, dos quais R\$3.836.581,00 se referiram às Ações de Modernização das Instalações Físicas e R\$8.254.399,00 relativamente aos compromissos associados às demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação.

As folhas de pagamento de Pessoal e Encargos Sociais, Ativo e Inativo, foram regularmente processadas e executadas, tendo suas dotações suplementadas nos meses de Setembro, Novembro e Dezembro de 2017, perfazendo R\$184.128.186,00: Pessoal Ativo – R\$70.937.306,00; Pessoal Inativo – R\$90.725.323,00; e Encargos Sociais – R\$21.465.557,00

Os créditos orçamentários destinados ao atendimento de despesas oriundas de Precatórios Federais, Administração Direta, Indireta e Requisições de Pequeno Valor foram aplicados de forma regular e as respectivas demandas integralmente quitadas.



2.3.3 Obrigações Assumidas Sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento

Trata-se de passivos reconhecidos pelo Órgão sem o respectivo orçamento.

Em 30/11/2015 foram ajustados os saldos nas novas contas de passivos, conforme informação prestada pela Coordenadoria de Pagamento, para registro da Inscrição Genérica de Passivos, em atendimento ao Ofício Circular nº 024/2015 e Mensagem CFIN/CSJT nº 53/2015.

Os registros foram efetivados a título de obrigações por insuficiência de créditos/recursos nas contas de: Obrigações Trabalhistas a Pagar e Outros Encargos Sociais, Curto e Longo Prazos.

Os valores relativos às despesas de Pessoal/Encargos Sociais foram ajustados no decorrer do exercício de 2017, por atualização ou pela não inclusão da dedução nos eventuais pagamentos efetuados, conforme informações encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade pela Área de Pessoal do TRT da 15ª Região, tendo sido registrado o montante de R\$ 6.933.483,33 e baixado o total de R\$ 33.571.807,15, restando saldo contabilizado de R\$ 190.159.881,64 ao final do exercício financeiro de 2017.

Comparado com o ano anterior, o saldo final apresenta variação negativa de R\$ 26.638.323,82, decorrente sobretudo de pagamento de passivos de pessoal e encargos sociais no exercício de 2017, devidamente autorizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, destinado à quitação de dívida relacionada ao reembolso de despesas com remuneração e encargos sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes; à Parcela Autônoma de Equivalência Período 98-99 – Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA; dentre outros.

No quadro abaixo, restam indicados os valores dos passivos registrados no SIAFI, consideradas as contas contábeis e as inscrições genéricas utilizadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

QUADRO 82 – PASSIVOS REGISTRADOS NO SIAFI

Valores em R\$

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
211110400	Obrigações Trabalhistas a Pagar				
Linha Detalhe					
UG	Conta Corrente	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
080011	ADCNCPAEM PAE-CLASSISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	491.391,12	0,00	(401.072,50)	90.318,62
	ADCNCURVR URV-CLASSISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	4.837.378,54	0,00	245.246,08	5.082.624,62
	ADCNJPAEM PAE - CLASSISTA - JUROS	724.356,53	0,00	(602.977,14)	121.379,39
	ADCNJURVR URV-CLASSISTA-JUROS	11.690.488,51	0,00	1.004.344,58	12.694.833,09
	ADCNPPAEM PAE - CLASSISTA - PRINCIPAL	116.864,03	0,00	(28.552,50)	88.311,53
	ADCNPURVR URV-CLASSISTA-PRINCIPAL	120.594,62	0,00	23.804,34	144.398,96
	ADMACABPE ABONO PERMAN-MAGIST-ATIVO-CORR.MONE. TRT19ª	1.349,57	1.349,57	0,00	0,00
	ADMACDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-MAGIST.ATIVO-COR.MON.	1.331,24	1.331,24	0,00	0,00
	ADMACFIMG FÉRIA INDENIZADAS MAGISTRADO ATIVO - COR MON.	3.334,77	0,00	0,00	3.334,77



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ADMACOUTR OUTROS PASSIVOS – MAGISTRADO-ATIVO-COR. MON.	0,00	0,00	176,84	176,84
ADMACPAEM PAE-MAGISTRADO-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	4.589.934,36	0,00	(4.316.065,88)	273.868,48
ADMACURVR URV-MAGISTRADO-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	510.713,78	0,00	187.046,81	697.760,59
ADMAJABPE ABONO PERMAN-MAGIST.ATIVO-JUROS TRT19ª	360,40	360,40	0,00	0,00
ADMAJATSE ATS - MAGISTRADO - ATIVO - JUROS	179,34	0,00	27,21	206,55
ADMAJDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.- MAGIST.ATIVO -JUROS	866,46	866,46	0,00	0,00
ADMAJFIMG FÉRIAS INDENIZADAS DE MAGISTRADO ATIVO- JUROS	23.224,90	0,00	0,00	23.224,90
ADMAJPAEM PAE-MAGISTRADO-ATIVO-JUROS	6.741.946,39	0,00	(6.139.993,37)	601.953,02
ADMAJURVR URV-MAGISTRADO-ATIVO-JUROS	1.066.280,46	0,00	312.657,80	1.378.938,26
ADMAPABPE ABONO PERMAN-MAG. ATIVO-PRIN. TRT19ª	107.209,52	107.209,52	0,00	0,00
ADMAPDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-MAGIST.ATIVO-PRINCIP	24.652,73	24.652,73	27.500,16	27.500,16
ADMAPFIMG FERIAS INDENIZADAS MAGISTRADO ATIVO - PRINCIP	12.818.255,08	0,00	0,00	12.818.255,08
ADMAPOUTR OUTROS PASSIVOS - MAGISTRADO-ATIVO- PRINCIPAL	43.847,49	43.847,49	109.705,72	109.705,72
ADMAPPDEM PAE-MAGISTRADO-ATIVO-PRINCIPAL	3.479.493,47	0,00	(41.545,41)	3.437.948,06
ADMICOUTR OUTROS PASSIVOS - MAGISTR - INATIV - CORR MON	194,55	0,00	459,44	653,99
ADMICPAEM PAE-MAGISTRADO-INATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	1.202.625,48	22.531,11	(1.112.854,68)	67.239,69
ADMICURVR URV-MAGISTRADO-INATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	232.430,92	0,00	36.560,01	268.990,93
ADMJATSE ATS - MAGISTRADO - INATIVO - JUROS	703,67	0,00	111,84	815,51
ADMJOUTR OUTROS PASSIVOS - MAGISTRADO INATIVO - JUROS	27,56	0,00	648,68	676,24
ADMJPAEM PAE-MAGISTRADO-INATIVO-JUROS	1.955.955,98	31.861,40	(1.785.592,87)	138.501,71
ADMJURVR URV-MAGISTRADO-INATIVO-JUROS	650.428,03	0,00	145.220,28	795.648,31
ADMPOUTR OUTROS PASIVOS - MAGISTRADO INATIVO- PRINCIPAL	5.317,94	0,00	0,00	5.317,94
ADMPPDEM PAE-MGISTRADO-INATIVO-PRINCIPAL	700.629,33	0,00	(139.119,63)	561.510,00
ADMPCPAEM PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	251.405,53	0,00	(10.877,65)	240.527,88
ADMPCURVR URV-MAGISTRADO-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETARIA	297.815,53	0,00	44.194,57	342.010,10
ADMPJATSE ATS - MAGISTRADO - PENSIONISTA - JUROS	1.235,08	0,00	183,89	1.418,97
ADMPJPAEM PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-JUROS	545.190,08	0,00	23.237,14	568.427,22
ADMPJURVR URV-MAGISTRADO-PENSIONISTA-JUROS	684.528,22	0,00	129.850,13	814.378,35
ADMPPPAEM PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-PRINCIPAL	171.981,47	0,00	0,00	171.981,47
ADMPPURVR URV-MAGITRADO-PENSIONISTA-PRINCIPAL	158.514,28	0,00	10.436,49	168.950,77
ADSACABPE ABONO PERMAN-SERVIDOR-ATIVO-CORR MONETÁRIA	7.585,16	7.891,75	306,59	0,00
ADSACATSE ATS - SERVIDOR - ATIVO - CORREÇÃO MONETÁRIA	9.423,42	9.145,54	(277,88)	0,00
ADSACDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.ATIVO-CORR.MON	10.748,96	3.112,45	(7.636,51)	0,00
ADSACDFCC DIFER.GRATIF.-FC'S E CC-SERV.-ATIVO-CORR.MON.	9.275,39	9.275,39	0,00	0,00
ADSACDSUB DIFERENÇA DE SUBSTITUIÇÃO SERVIDOR ATIVO- CM	141,70	141,70	0,00	0,00
ADSACOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR ATIVO - COR.MON.	3.127,61	496,94	(30,72)	2.599,95
ADSACURVR URV-SERVIDOR-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	2.506.127,75	0,00	41.854,26	2.547.982,01
ADSAJABPE ABONO PERMAN - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	1.289,14	1.480,77	191,63	0,00
ADSAJATSE ATS - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	350,31	226,63	(123,68)	0,00
ADSAJDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.- SERV.ATIVO - JUROS	8.746,78	5.752,67	(2.994,11)	0,00
ADSAJDFCC DIFER.GRATIF.-FC'S E CC - SERV.-ATIVO - JUROS	14.020,02	14.020,02	0,00	0,00
ADSAJDSUB DIFERENÇA DE SUBSTITUIÇÃO SERVIDOR ATIVO- JR	56,78	56,78	0,00	0,00
ADSAJOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	8.045,02	1.813,29	(443,24)	5.788,49



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ADSAJURVR URV-SERVIDOR-ATIVO-JUROS	6.239.377,69	0,00	(1.853,82)	6.237.523,87	
ADSAPABPE ABONO PERMAN - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL	228.006,21	297.649,43	69.643,22	0,00	
ADSAPATSE ATS - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL	95.351,81	70.879,94	(24.471,87)	0,00	
ADSAPDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.ATIVO-PRINCIPAL	84.689,93	28.576,49	(56.113,44)	0,00	
ADSAPDFCC DIFER.GRATIF.-FC'S E CC - SERV.-ATIVO - PRINC	55.797,76	55.797,76	0,00	0,00	
ADSAPDSUB DIFERENÇA DE SUBSTITUIÇÃO SERVIDOR ATIVO-PRI	11.215,24	11.215,24	0,00	0,00	
ADSAPOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR ATIVO - PRINCIPAL	14.984.628,53	802.911,30	(11.808.208,14)	2.373.509,09	
ADSIABPE ABONO PERMAN-SERVIDOR-INATIVO-CORR MONETÁRIA	414,16	0,00	(414,16)	0,00	
ADSIDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.INATIVO-COR.MON	2.449,42	2.754,94	305,52	0,00	
ADSIDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.INAT.- CM	42.151,36	5.221,17	8.023,91	44.954,10	
ADSIPLIN LICENÇA PREMIO INDENIZADA SERVIDOR INATIVO-CM	1.154,38	0,00	(1.154,38)	0,00	
ADSIOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO-CORR. MON.	28.797,20	14.701,94	(6.261,46)	7.833,80	
ADSIURVR URV-SERVIDOR-INATIVO-CORREÇÃO MONETARIA	596.404,61	0,00	(63.505,17)	532.899,44	
ADSIABPE ABONO PERMAN-SERVIDOR-INATIVO-JUROS	191,63	0,00	(191,63)	0,00	
ADSIDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.- SERV.INATIVO -JUROS	1.222,53	879,72	(342,81)	0,00	
ADSIDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.INAT.-JUROS	99.844,07	13.132,79	15.611,34	102.322,62	
ADSIPLIN LICENÇA PREMIO INDENIZADA SERVIDOR INATIVO-JR	335,73	0,00	(335,73)	0,00	
ADSIOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO - JUROS	65.682,87	36.582,26	(19.563,64)	9.536,97	
ADSIURVR URV-SERVIDOR-INATIVO-JUROS	1.264.563,99	0,00	8.270,88	1.272.834,87	
ADSIABPE ABONO PERMAN-SERVIDOR-INATIVO-PRINCIPAL	85.430,96	0,00	(85.430,96)	0,00	
ADSIDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.INATIVO-PRINCIP	24.717,96	25.646,26	928,30	0,00	
ADSIDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.INAT.-PRINCI	197.461,85	43.282,19	(25.409,87)	128.769,79	
ADSIPLIN LICENÇA PREMIO INDENIZ SERVIDOR INATIVO- PRIN	32.418,93	21.614,50	(10.804,43)	0,00	
ADSIOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO- PRINCIPAL	35.223,10	0,00	8.436,47	43.659,57	
ADSPDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.PENS. - CM	1.934,99	1.934,99	0,00	0,00	
ADSPURVR URV-SERVIDOR-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	71.243,21	0,00	(6.827,39)	64.415,82	
ADSPDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.PENS. - JURO	2.461,68	2.490,44	28,76	0,00	
ADSPURVR URV-SERVIDOR-PENSIONISTA-JUROS	195.681,67	0,00	(6.321,02)	189.360,65	
ADSPDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.PENS.-PRINC.	49.019,45	49.019,45	0,00	0,00	
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
211429800	Outros encargos sociais – intra OFSS				
Linha Detalhe					
UG	Conta Corrente	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
080011	ADCNPAEM PAE-CLASSISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	311.685,00	0,00	(241.785,00)	69.900,00
	ADCNURVR URV-CLASSISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	1.032.011,47	0,00	61.020,06	1.093.031,53
	ADCNPAEM PAE - CLASSISTA - PRINCIPAL	97.869,68	0,00	(23.367,37)	74.502,31
	ADCNPURVR URV-CLASSISTA-PRINCIPAL	245.286,38	0,00	(16.512,99)	228.773,39
	ADCXURVR URV-CLASSISTA-CPSSS-CORR MONETÁRIA	225.794,94	0,00	7.514,79	233.309,73
	ADMXPAEM PAE-MAGISTRADO-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	387.636,97	0,00	(365.666,20)	21.970,77
	ADMXURVR URV-MAGISTRADO-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	56.178,52	0,00	20.575,14	76.753,66
	ADMXPAEM PAE-MAGISTRADO-CPSSS-PRINCIPAL	307.348,19	0,00	(3.424,88)	303.923,31
	ADSACURVR URV-SERVIDOR-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	487.436,45	0,00	(487.436,45)	0,00
	ADSAPURVR URV-SERVIDOR-ATIVO-PRINCIPAL	150.558,46	0,00	(150.558,46)	0,00



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	ADSNCURVR URV – SERV. NÃO SE APLICA – COR. MON.	0,00	0,00	541.762,57	541.762,57
	ADSNPURVR URV – SERV. NÃO SE APLICA – PRINCIPAL	0,00	0,00	172.912,37	172.912,37
	ADSXCATSE ATS - SERVIDOR - CPSSS – CORREÇÃO MONETÁRIA	2.022,82	1.963,08	(59,74)	0,00
	ADSXCOUVR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR CPSSS - CORR. MONE	2.407,91	1.260,72	0,00	1.147,19
	ADSXCURVR URV-SERVIDOR-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	275.674,55	0,00	(104.972,28)	170.702,27
	ADSXPATSE ATS - SERVIDOR - CPSSS - PRINCIPAL	20.484,13	15.222,77	(5.261,36)	0,00
	ADSXPOUVR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR CPSSS - PRINCIPAL	9.133,47	547,99	0,00	8.585,48
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
221110400	Obrigações trabalhistas a pagar				
Linha Detalhe					
UG	Conta Corrente	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
080011	ADSACIAQD INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERVID ATIVO - CM	24.435.527,00	0,00	0,00	24.435.527,00
	ADSAJIAQD INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERVID ATIVO - JR	47.566.101,00	0,00	0,00	47.566.101,00
	ADSAPIAQD INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERV.ATIVO-PRINCI	32.716.488,00	0,00	0,00	32.716.488,00
	ADSICIAQD INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERVID INATIV-CM	3.365.413,00	0,00	0,00	3.365.413,00
	ADSIJIAQD INCORP/ATUALIZ DE QUINTOS/DÉC. SER INATI -JR	6.470.774,00	0,00	0,00	6.470.774,00
	ADSIPIAQD INCORP/ATUALIZ DE QUINTOS/DÉC SERV INAT- PRIN	4.729.082,00	0,00	0,00	4.729.082,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
221429800	Outros encargos sociais – intra OFSS				
Linha Detalhe					
UG	Conta Corrente	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
080011	ADSXCIAQD INCORP/ATUALIZ QUINTOS/DÉC SERV CPSSS - CM	5.375.815,94	0,00	0,00	5.375.815,94
	ADSXPIAQD INCORP/ATUALIZ QUINTOS/DÉC SERVID CPSSS-PRIN	7.197.627,36	0,00	0,00	7.197.627,36

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Segue quadro demonstrativo da composição dos saldos ao final de 2017, por conta contábil e objeto, relativo a insuficiência de créditos reconhecidos pelo Ordenador de Pessoal.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 83 – DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS SALDOS COM INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS RECONHECIDOS – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS – CURTO PRAZO

Passivo Reconhecido

(ISF:P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP)

Passivo	Principal (R\$)	Correção Monetária (R\$)	Juros (R\$)	Saldo Exercício 2017(R\$)
Férias Indenizadas de Magistrados	12.818.255,08	3.334,77	23.224,90	12.844.814,75
PAE 94-97 (Proc. 0000778-13.2010.5.15.0895)	48.682,56	111.044,43	272.438,01	432.165,00
PAE 94-97 (Proc. 0077200-97.2008.5.15.0895)	194.553,36	362.797,97	887.355,40	1.444.706,73
PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA	0,00	198.112,27	270.467,93	468.580,20
PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)	4.016.515,14	0,00	0,00	4.016.515,14
PROAD 5652/2017 - Reconhecimento de Dívida - Ajuda de Custo 2012 - OUTR (Dr. Marcelo Bueno Pallone)	22.911,24	176,84	0,00	23.088,08
PROAD 5826/2017 - Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição - GEJC - Magistrados 2016 - OUTR (Dr. Valdir Rinaldi Silva)	10.131,64	0,00	0,00	10.131,64
PROAD 8879/2017 – Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) Magistrados 2016 – OUTR	76.662,84	0,00	0,00	76.662,84
Proc.Adm.0000121-66.2013.5.15.0895 PA - Recesso Indenizado (Fátima Regina Lopes Bechuate)	8.436,47	1.557,87	2.762,83	12.757,17
Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Proventos/Pensões	128.769,79	44.954,10	102.322,62	276.046,51
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite).	35.223,10	6.275,93	6.774,14	48.273,17
Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	5.478,34	2.599,95	5.788,49	13.866,78
Processo 0018400-13.2007.5.15.0895 PA - Diferenças de Adicional por Tempo de Serviço – Magistrados	0,00	0,00	2.441,03	2.441,03
Protocolo Administrativo nº 7155/2016 - DG - Diferenças retroativas decorrentes de reembolso de despesas com remuneração e encargos sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	6.389,22	0,00	0,00	6.389,22
Protocolo nº 015144/2015 - DG – Dívida de Plantão Judiciário (Dra. Maria Cecília Fernandes Alvares Leite)	5.317,94	653,99	676,24	6.648,17
Protocolo nº 4022/2017 - DG – Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes – OUTR	1.278.092,17	0,00	0,00	1.278.092,17
Protocolo nº 5059/2017-DG - Férias Indenizadas - DAFI (Dra. Amanda Barbosa)	18.333,44	0,00	0,00	18.333,44
Protocolo nº 6067/2017-DG - Férias Indenizadas - DAFI (Dra. Teresa Cristina Pedras)	9.166,72	0,00	0,00	9.166,72
Protocolo nº 7786/2017 - DG – Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes – OUTR	1.083.549,36	0,00	0,00	1.083.549,36
URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	313.349,73	9.536.683,51	23.383.517,40	33.233.550,64
Saldo Pessoal	20.079.818,14	10.268.191,63	24.957.768,99	55.305.778,76

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 84 – DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS SALDOS COM INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS RECONHECIDOS – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS – CURTO PRAZO

Passivo Reconhecido

(ISF:P): 21.142.98.00 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (CP)

Passivo	Principal (R\$)	Correção Monetária (R\$)	Juros (R\$)	Saldo Exercício 2017(R\$)
PAE 94-97 (Proc. 0000778-13.2010.5.15.0895)	2.471,63	5.685,99	0,00	8.157,62
PAE 94-97 (Proc. 0077200-97.2008.5.15.0895)	3.404,06	10.418,86	0,00	13.822,92
PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA	0,00	75.765,92	0,00	75.765,92
PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)	372.549,93	0,00	0,00	372.549,93
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias e Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite).	7.749,08	767,90	0,00	8.516,98
Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	836,40	379,29	0,00	1.215,69
URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	401.685,76	2.115.559,76	0,00	2.517.245,52
Saldo Encargos Sociais	788.696,86	2.208.577,72	0,00	2.997.274,58

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Total Contabilizado a Curto Prazo – Pessoal e Encargos Sociais 20.868.515,00 12.476.769,35 24.957.768,99 58.303.053,34

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

QUADRO 85 – DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS SALDOS COM INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS RECONHECIDOS – LONGO PRAZO

Passivo Reconhecido

(ISF:P): 22.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (LP)

Passivo	Principal (R\$)	Correção Monetária (R\$)	Juros (R\$)	Saldo Exercício 2017(R\$)
VPNI	37.445.570,00	27.800.940,00	54.036.875,00	119.283.385,00

Passivo Reconhecido

(ISF:P): 22.142.98.00 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (LP)

Passivo	Principal (R\$)	Correção Monetária (R\$)	Juros (R\$)	Saldo Exercício 2017(R\$)
VPNI	7.197.627,36	5.375.815,94	0,00	12.573.443,30

Total Contabilizado a Longo Prazo – Pessoal e Encargos Sociais 44.643.197,36 33.176.755,94 54.036.875,00 131.856.828,30

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

As notas e documentos emitidos no SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, relativos às contabilizações ocorridas no exercício financeiro de 2017, foram as seguintes:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 86 – NOTAS E DOCUMENTOS DO SIAFI CONTABILIZADOS EM 2017 – INCLUSÕES

Notas dos Registros de Movimentações dos Saldos de Passivos
Inclusões

MOTIVO	SIAFI	PASSIVO	NOTA	VALOR (Em R\$)
Ajuste		PAE 94-97 (Proc. 0000778-13.2010.5.15.0895)	Readequação dos saldos nos respectivos processos de Passivos, conforme Informações CPAG/SPM nº 114 e 115/2017 (Encargos Sociais).	8.157,62
Ajuste		PAE 94-97 (Proc. 0077200-97.2008.5.15.0895)	Readequação dos saldos nos respectivos processos de Passivos, conforme Informações CPAG/SPM nº 114 e 115/2017 (Encargos Sociais).	13.822,92
Ajuste	2017NS000157	PROAD 1045/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Marcia Ribeiro Ferreira)	Ajuste do código conta corrente, de I para ADSA, relativo à passivo de pessoal, registrado na conta (ISF:P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP), conforme solicitação contida no Memorando CPAG/SPS nº 004/2017 e Memorando CPAG/SPS nº 026/2017.	12.754,06
Ajuste	2017NS000161	PROAD 120/2016 - Abono de Permanência - ABPE (José Carlos Fonseca)	Ajuste do código conta corrente, de ADSI para ADSA, relativo à passivo de pessoal, registrado na conta (ISF:P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP), conforme solicitação contida no Memorando CPAG/SPS nº 005/2017 e Memorando CPAG/SPS nº 026/2017.	25.777,51
Ajuste	2017NS000165	Protocolo nº 1287/2016 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (José Laércio Verza)	Ajuste do código conta corrente, de ADSI para ADSA, relativo à passivo de pessoal, registrado na conta (ISF:P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP), conforme solicitação contida no Memorando CPAG/SPS nº 006/2017 e Memorando CPAG/SPS nº 033/2017.	47.505,18
Ajuste	2017NS000520	Protocolo Administrativo nº 611/2016 - DGE - Reconhecimento de Férias Indenizadas - DAFI	Ajuste do código conta corrente, de ADSA para ADSI, relativo à passivo de pessoal, registrado na conta (ISF:P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP), conforme solicitação contida no Memorando CPAG/SPS nº 081/2017.	11.494,66
Reconhecimento	2017NS000596	PROAD nº 4400/2016 - (Fábia Cavini Martorano) - Licença Prêmio Indenizada	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SSORP nº 082/2017, e Termo de Reconhecimento de Dívida em 24/01/2017.	19.228,97
Reconhecimento	2017NS002165	PROAD 4281/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Maristela Piconi Mendes)	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 246/2017 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 21/03/2017.	36.550,03
Reconhecimento	2017NS003063	PROAD 4515/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Ana Cristina de Oliveira)	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SSORP nº 314/2017 e Termo de Reconhecimento de Dívida datado de 20/04/2017.	9.028,81
Reconhecimento	2017NS003490	Protocolo Administrativo nº 239/2017 - PAE - Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço - ATSE (José Valentim Marques)	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 367/2017 e Termo de Reconhecimento de Dívida datado de 17/05/2017.	17.317,68
Reconhecimento	2017NS004386	PROAD 158/2017 - Abono de Permanência - ABPE (Adriana Sílvia Cabello Ferraz de Toledo)	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SSORP nº 482/2017 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 13/06/2017.	25.600,07
Reconhecimento	2017NS004580	PROAD 2444/2017 - Abono de Permanência - ABPE (Flávio Roberto Opusculo Cabral)	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SSORP nº 485/2017 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 19/06/2017.	41.078,79
Reconhecimento	2017NS004656	Protocolo nº 4022/2017 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SSPVE nº 505/2017 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 21/6/2017.	1.605.616,79
Reconhecimento	2017NS005397	PROAD 3404/2017 - Abono de Permanência - ABPE (Margareth Conceição do Valle)	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 579/2017 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 20/07/2017.	8.476,50
Reconhecimento	2017NS006415	PROAD 3980/2017 - Licença Prêmio Indenizada - LPIN (Ricardo Antonio de Castro)	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 644/2017 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 14/08/2017.	205.294,41
Reconhecimento	2017NS006423	Protocolo nº 5059/2017-DG - Férias Indenizadas - DAFI (Dra. Amanda Barbosa)	Registro contábil do passivo de pessoal decorrente de reconhecimento de Dívida em 22/08/2017, conforme o contido na INFORMAÇÃO CPAG/SPM nº 665/2017.	18.333,44
Reconhecimento	2017NS006428	Protocolo nº 5235/2017 - DG - Diferença de Proventos e Pensões - DPRP (José Palma Sampaio)	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPIP nº 658/2017 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 18/08/2017.	53.907,03
Atualização	2017NS006431	Processo 000030-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	Atualização de passivo, tendo em vista pagamento de retroativos, conforme informações contidas no Memorando CPAG/SSORP nº 080/2017.	2.050,98
Reconhecimento	2017NS007285	PROAD 5826/2017 - Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição - GECl - Magistrados 2016 - OUTR (Dr. Valdir Rinaldi Silva)	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPM nº 757/2017 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 22/9/2017.	10.131,64
Reconhecimento	2017NS007896	Protocolo nº 6067/2017-DG - Férias Indenizadas - DAFI (Dra. Teresa Cristina Pedras)	Registro contábil do passivo de pessoal decorrente de reconhecimento de Dívida em 18/10/2017, conforme o contido na INFORMAÇÃO CPAG/SPM nº 806/2017.	9.166,72
Reconhecimento	2017NS008608	Protocolo nº 7786/2017 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SSPVE nº 833/2017 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 10/11/2017.	1.083.549,36
Reconhecimento	2017NS008650	PROAD 6550/2017 - Abono de Permanência - ABPE (Elizabeth de Carvalho Moraes)	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SSORP nº 834/2017 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 17/11/2017.	45.847,52
Atualização	2017NS009415	Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite)	Atualização de passivo, para o mês de dezembro/2017, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 94/2017.	8.398,23
Atualização	2017NS009422	Proc. Adm.0000121-66.2013.5.15.0895 PA - Recesso Indenizado (Fátima Regina Lopes Bechuete)	Alteração número do processo (de: Recesso Proc.121-22.2013 para: Proc. Adm. 0000121-66.2013.5.15.0895 PA); alteração do código de: Ativo (como consta da fl.78) para: Inativo (como constam das fls. 81 e 95); e Atualização de passivo, para o mês de dezembro/2017, conforme o contido no Memorando CPAG/SSORP nº 95/2017.	3.982,83
Reconhecimento	2017NS009444	PROAD 7258/2017 - Abono de Permanência - ABPE (José Edson de Oliveira)	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 866/2017 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 13/12/2017.	69.718,20
Reconhecimento	2017NS010138	PROAD 5652/2017 - Reconhecimento de Dívida - Ajuda de Custo 2012 - OUTR (Dr. Marcelo Bueno Pallone)	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPM nº 929/2017 e Reconhecimento de Dívida em 26/12/2017.	23.088,08
Reconhecimento	2017NS010139	PROAD 8879/2017 - Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECl) Magistrados 2016 - OUTR	Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPM nº 950/2017 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 27/12/2017.	76.662,84
Atualização	2017NS010161	Processo 0018400-13.2007.5.15.0895 PA - Diferenças de Adicional por Tempo de Serviço - Magistrados	Registro para atualização do passivo, conforme o contido no Memorando CPAG/SPM nº 116/2017.	322,94
Atualização	2017NS010209	PAE 94-97 (Proc. 0077200-97.2008.5.15.0895)	Atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SPM nº 114/2017, posição dezembro/2017.	91.662,38
Atualização	2017NS010210	PAE 94-97 (Proc. 0000778-13.2010.5.15.0895)	Atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SPM nº 115/2017, posição dezembro 2017.	381.215,55
Ajuste	2017NS010222	URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	Regularização do código do passivo de ADSA-URV PARA ADSN-URV de passivo, para adequação ao contido no Memorando CPAG/SPS nº 131/2017 (Encargos Sociais).	637.994,91
Atualização	2017NS010225	URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	Atualização do saldo de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 131/2017, posição em dezembro/2017.	149.277,03
Atualização	2017NS010226	URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	Atualização do saldo de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 131/2017, posição em dezembro/2017.	2.179.361,53
Atualização	2017NS010232	Protocolo nº 015144/2015 - DG - Dívida de Plantão Judiciário (Dra. Maria Cecília Fernandes Alves Leite)	Atualização de passivo, conforme Memorando CPAG/SPM nº 133/3017, posição em dezembro/2017.	1.108,12

Fonte: SIAfi - Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 87 – NOTAS E DOCUMENTOS DO SIAFI CONTABILIZADOS EM 2017 – BAIXAS

Notas dos Registros de Movimentações dos Saldos de Passivos
Baixas

MOTIVO	SIAFI	PASSIVO	NOTA	VALOR (Em R\$)
Ajuste		PAE 94-97 (Proc. 00772-97.2008.5.15.0895 / Proc. 00778-13.2010.5.15.0895)	Readequação dos saldos nos respectivos processos de Passivos, conforme Informações CPAG/SPM nº 114 e 115/2017 (Encargos Sociais).	-21.980,54
Utilização	2017NS000428	Protocolo Administrativo nº 14500/2015 - DGE (Elenice Aparecida de Almeida) – Abono de Permanência	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SSORP nº 022/2017.	-19.508,57
Ajuste	2017NS000157	PROAD 1045/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Marcia Ribeiro Ferreira)	Ajuste do código conta corrente, de ADSI para ADSA, relativo à passivo de pessoal, registrado na conta (ISF-P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP), conforme solicitação contida no Memorando CPAG/SPS n 004/2017 e Memorando CPAG/SPS nº 026/2017.	-12.754,06
Ajuste	2017NS000161	PROAD 120/2016 - Abono de Permanência – ABPE (José Carlos Fonseca)	Ajuste do código conta corrente, de ADSI para ADSA, relativo à passivo de pessoal, registrado na conta (ISF-P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP), conforme solicitação contida no Memorando CPAG/SPS n 005/2017 e Memorando CPAG/SPS nº 026/2017.	-25.777,51
Ajuste	2017NS000165	Protocolo nº 1287/2016 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (José Laércio Verza)	Ajuste do código conta corrente, de ADSI para ADSA, relativo à passivo de pessoal, registrado na conta (ISF-P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP), conforme solicitação contida no Memorando CPAG/SPS n 006/2017 e Memorando CPAG/SPS nº 033/2017.	-47.505,18
Utilização	2017NS000387	Protocolo nº 3155/2016 - DG – Diferença de Proventos e Pensões – DPRP (Ismael Coelho de Oliveira Borges)	Registro da baixa parcial de passivo, tendo em vista pagamento de valores, conforme Memorando CPAG/SPIP nº 019/2017.	-18.332,83
Utilização e Atualização	2017NS000392	Proc. Adm. 0060000-29.1998.5.15.0895 PA – Diferença de Proventos e Pensões (Lei 8.112/90, art. 189) – DPRP (Neusa de Oliveira Nogueira)	Registro da baixa parcial e atualização de passivo, tendo em vista o pagamento de valores, conforme Memorando CPAG/SPIP nº 010/2017.	-4.915,15
Utilização e Atualização	2017NS000398	Processo 0020700-84.2003.5.15.0895 PA - Correção Monetária e Juros de Mora sobre Diferenças da Vantagem do Art. 193 (Rosa Maria Costa Delfino).	Registro da baixa parcial e atualização de passivo, tendo em vista o pagamento de valores, conforme Memorando CPAG/SPIP nº 008/2017.	-51.284,20
Utilização	2017NS000423	Protocolo Administrativo nº 576/2016 - PAE – Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço – ATSE (Edmar Laurêncio Carareto)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 020/2017.	-42.117,13
Utilização	2017NS000453	Protocolo nº 599/2016 - PAE - Adicional por Tempo de Serviço (Adriane de Paula Campos Batistuta)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SSORP nº 024/2017.	-34.002,09
Utilização	2017NS000458	Protocolo nº 16804/2015 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (Aicindo Aparecido da Silva)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SSORP nº 023/2017.	-17.803,53
Utilização	2017NS000506	Protocolo nº 14282/2014 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (Antonio Valdir Sousa)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SSORP nº 021/2017.	-8.222,61
Ajuste	2017NS000520	Protocolo Administrativo nº 611/2016 - DGE - Reconhecimento de Férias Indenizadas - DAFI	Ajuste do código conta corrente, de ADSA para ADSI, relativo a passivo de pessoal, registrado na conta (ISF-P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP), conforme solicitação contida no Memorando CPAG/SPS n 081/2017.	-11.494,66
Utilização	2017NS000533	Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias (Deise Ribas Ortigosa Leite).	Registro da baixa parcial de passivo, tendo em vista pagamento de valores, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 025/2017.	-17.786,26
Utilização	2017NS000602	Proc. Adm. 0000494-63.2014 - Diferença de Proventos/Pensões	Baixa parcial de passivo, tendo em vista o pagamento de valores, conforme o contido no Memorando CPAG/SPIP nº 017/2017.	-72.205,19
Utilização	2017NS000605	Proc. Adm. 0000494-63.2014 - Diferença de Adicional de Férias e Indenizações	Baixa parcial de passivo, tendo em vista o pagamento de valores, conforme o Contido no Memorando CPAG/SPIP nº 017/2017.	-37.293,13
Utilização	2017NS000639	Protocolo nº 002234/2016 - DG – Abono de Permanência – ABPE (Dr. Antonio Francisco Montanagna)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SPM nº 013/2017.	-25.697,29
Utilização	2017NS000647	Protocolo nº 002093/2016 - DG – Abono de Permanência – ABPE (Dr. Amauri Vieira Barbosa)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SPM nº 015/2017.	-58.452,22
Utilização	2017NS000650	Protocolo nº 001558/2016 - DG – Abono de Permanência – ABPE (Dr. Paulo César dos Santos)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SPM nº 014/2017.	-13.984,69
Utilização	2017NS000654	Processo 0000458-49.2013.5.15.0897 PA - Pagamento de Férias (Dr. Afrânio Flora Pinto)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SPM nº 016/2017.	-18.195,82
Utilização	2017NS000711	Processo Administrativo - PROAD n. 3073/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Aicindo Mendonça Machado)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SSORP nº 031/2017.	-20.749,47
Utilização	2017NS000712	Processo Administrativo - PROAD n. 2854/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Eliani Gomes Costa Gaspar)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SSORP nº 029/2017.	-7.468,67
Utilização	2017NS000717	PROAD 2191/2016 - Abono de Permanência – ABPE (Augusto Candido da Silva)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SSORP nº 030/2017.	-13.260,16
Utilização	2017NS000722	PROAD 1045/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Marcia Ribeiro Ferreira)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SPS nº 035/2017.	-12.754,06
Utilização	2017NS000738	PROAD 236/2016 - Abono de Permanência - ABPE (SILVANA DIAS JONAS)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SPS nº 042/2017.	-7.955,55
Utilização	2017NS000740	PROAD 120/2016 - Abono de Permanência – ABPE (José Carlos Fonseca)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SPS nº 034/2017.	-25.777,51
Utilização	2017NS000742	Protocolo nº 1287/2016 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (José Laércio Verza)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SPS nº 039/2017.	-47.505,18
Utilização	2017NS000752	Protocolo nº 934/2016 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (Sidney Ribeiro Vidal)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SPS nº 041/2017.	-12.801,06
Utilização	2017NS000756	Protocolo nº 17578/2015 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (Ricardo Antônio de Castro)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SPS nº 040/2017.	-89.177,92
Utilização	2017NS000757	Protocolo Administrativo nº 4898/2016-DGE - Reconhecimento de Passivos de Substituição -DSUB	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SPS nº 046/2017.	-11.413,72
Utilização	2017NS000758	Protocolo nº 1663/2015 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço – ATSE (Maria Cristina Alves Terra Vaz)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SSORP nº 045/2017.	-21.318,74
Reversão	2017NS000760	Proc. Adm. 0000494-63.2014 - Diferença de Gratificações (FC/CI)	Baixa de passivo, tendo em vista decisão do STF no recurso Extraordinário nº 638.115, nos termos do Memorando CPAG/SSORP nº 037/2017.	-79.093,17
Utilização	2017NS000762	Processo 0000559-24.2015.5.15.0895 PA - Reembolso Despesas Remuneração e Encargos a Órgãos ou Entidades Cedentes	Registro da baixa parcial de passivo, tendo em vista pagamento, nos termos do Memorando CPAG/SPPSVE nº 007/2017.	-764.163,02
Utilização	2017NS000797	Protocolo Administrativo nº 1598/2016 - DGE – Abono de Permanência - ABPE (Moema Duboc Garbellini de Aguiar)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SPS nº 044/2017.	-10.074,95
Reversão, Utilização e Atualização	2017NS000869	Protocolo nº 17060/2015 - DGE – Licença Prêmio Indenizada – LPIN (Conceição Mendonça Leite)	Registro da baixa parcial e atualização de passivo, conforme Informação CPAG/SSORP nº 121/2017 e Retificação em 02/02/2017 do Termo de Reconhecimento de Dívida exarado em 18/03/2016.	-20.833,27
Utilização	2017NS000899	PROAD 1795/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Levi Rosa Tome)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SPM nº 049/2017.	-10.785,29



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Utilização	2017NS000900	Protocolo nº 018021/2015 - DG - Diferença de Adicional de Férias - DAFI (Dra. Ana Maria Garcia)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SPM nº 047/2017.	-8.654,61
Utilização	2017NS001047	PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA	Baixa parcial de passivo, tendo em vista pagamento de valor, nos termos do Memorando CPAG/SPM nº 048/2017.	-54.392,51
Ajuste de Exercício Anterior	2017NS002061	Protocolo Administrativo nº 611/2016 - DGE - Reconhecimento de Férias Indenizadas - DAFI	Ajuste de Exercício Anterior relativo à baixa do passivo, devido à duplicidade de registro como passivo permanente e como passivo financeiro, tendo em vista a inscrição do montante em restos a pagar, conforme o contido na Informação CPAG/SPS nº 177/2017 e Despacho do Ordenador de Despesas datado de 20/02/2017.	-11.494,66
Utilização	2017NS002062	Protocolo nº 017147/2015 - DG - Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) - OUTR (Dr. Rosério Firmo)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SPM nº 053/2017.	-43.847,49
Utilização	2017NS002064	Protocolo nº 12036/2015 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (João Donizete Gonçalves)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SPS nº 054/2017.	-13.962,71
Utilização	2017NS002409	Proc. Adm. 0060000-29.1998.5.15.0895 PA - Diferença de Proventos e Pensões (Lei 8.112/90, art. 189) - DPRP (Neusa de Oliveira Nogueira)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, nos termos do Memorando CPAG/SPIP nº 066/2017.	-2.904,79
Utilização	2017NS002410	Proc. Adm. 0000494-63.2014 - Diferença de Proventos/Pensões	Baixa de passivo, tendo em vista o pagamento de valores, conforme o contido no Memorando CPAG/SPIP nº 065/2017.	-6.105,04
Utilização	2017NS002537	Protocolo nº 3155/2016 - DG - Diferença de Proventos e Pensões - DPRP (Ismael Coelho de Oliveira Borges)	Registro da baixa total do passivo, tendo em vista pagamento de valores, conforme Memorando CPAG/SPIP nº 067/2017.	-10.589,27
Utilização	2017NS005002	Proc. Adm. 0000494-63.2014 - Diferença de Adicional de Férias e Indenizações	Baixa de passivo, tendo em vista o pagamento de valores, conforme o Contido no Memorando CPAG/SPS nº 075/2017.	-148,48
Atualização	2017NS006431	Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	Atualização de passivo, tendo em vista pagamento de retroativos, conforme informações contidas no Memorando CPAG/SSORP nº 080/2017.	-1.086,61
Utilização	2017NS006431	Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	Baixa parcial de passivo, tendo em vista pagamento de retroativos, conforme informações contidas no Memorando CPAG/SSORP nº 080/2017.	-8.805,39
Ajuste	2017NS007306	Protocolo nº 3227/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	Registro de ajuste passivo, conforme Informação CPAG/SPPSVE nº 742/2017 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 21/9/2017.	-35.026,20
Utilização	2017NS010141	PROAD 3980/2017 - Licença Prêmio Indenizada - LPIN (Ricardo Antonio de Castro)	Baixa de passivo, tendo em vista a quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SPS nº 106/2017.	-205.294,41
Utilização	2017NS010142	PROAD 2888/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Maria Rita da Costa)	Baixa de passivo, tendo em vista quitação do débito, conforme o contido no Memorando CPAG/SPS nº 104/2017.	-15.895,31
Utilização	2017NS010144	PROAD 4281/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Maristela Piconi Mendes)	Baixa de passivo, tendo em vista a quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SPS nº 105/2017.	-36.550,03
Utilização	2017NS010145	PROAD 3404/2017 - Abono de Permanência - ABPE (Margareth Conceição do Valle)	Baixa de passivo, tendo em vista a quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SPS nº 103/2017.	-8.476,50
Utilização	2017NS010148	PROAD 7258/2017 - Abono de Permanência - ABPE (José Edson de Oliveira)	Baixa de passivo, tendo em vista a quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SPS nº 110/2017.	-69.718,20
Utilização	2017NS010151	PROAD 2444/2017 - Abono de Permanência - ABPE (Flávio Roberto Opusculo Cabral)	Baixa de passivo, tendo em vista a quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 119/2017.	-41.078,79
Utilização	2017NS010152	PROAD nº 4400/2016 - (Fábia Cavini Martorano) - Licença Prêmio Indenizada	Baixa de passivo, tendo em vista a quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 121/2017.	-19.228,97
Utilização	2017NS010153	PROAD 158/2017 - Abono de Permanência - ABPE (Adriana Sílvia Cabello Ferraz de Toledo)	Baixa de passivo, tendo em vista a quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 117/2017.	-25.600,07
Utilização	2017NS010156	PROAD 6550/2017 - Abono de Permanência - ABPE (Elizabeth de Carvalho Moraes)	Baixa de passivo, tendo em vista a quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 120/2017.	-45.847,52
Utilização	2017NS010158	PROAD 4515/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Ana Cristina de Oliveira)	Baixa de passivo, tendo em vista a quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 118/2017.	-9.028,81
Atualização	2017NS010209	PAE 94-97 (Proc. 0077200-97.2008.5.15.0895)	Atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SPM nº 114/2017.	-1.672.284,32
Atualização	2017NS010211	PAE 94-97 (Proc. 00772-97.2008.5.15.0895 / Proc. 00778-13.2010.5.15.0895)	Baixa de Passivo, conforme Informações CPAG/SPM nº 114 e 115/2017, posição dezembro/2017.	-65.840,78
Utilização	2017NS010219	PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA	Baixa parcial de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, tendo em vista pagamentos ocorridos em dezembro/2017, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM nº 113/2017.	-13.924.410,77
Utilização	2017NS010220 E 2017NS010221	Proc. Adm. 0000494-63.2014 - Diferença de Proventos/Pensões	Baixa parcial e atualização do saldo do passivo para dezembro/2017, tendo em vista o pagamento de valores, conforme o contido no Memorando CPAG/SPIP nº 102/2017.	-1.774,62
Ajuste	2017NS010222	URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	Regularização do código do passivo de ADSA-URV PARA ADSN-URV de passivo, para adequação ao contido no Memorando CPAG/SPS nº 131/2017 (Encargos Sociais).	-637.994,91
Atualização	2017NS010225	URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	Atualização do saldo de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 131/2017, posição em dezembro/2017.	-104.972,28
Atualização	2017NS010226	URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	Atualização do saldo de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 131/2017, posição em dezembro/2017.	-68.382,70
Utilização	2017NS010230	Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias (Deise Ribas Ortigosa Leite).	Registro da baixa total de passivo, tendo em vista pagamento de valores, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 123/2017.	-10.603,65
Utilização	2017NS010231	Processo 0020700-84.2003.5.15.0895 PA - Correção Monetária e Juros de Mora sobre Diferenças da Vantagem do Art. 193 (Rosa Maria Costa Delfino).	Registro da baixa total do passivo, tendo em vista o pagamento de valores, conforme Memorando CPAG/SPIP nº 100/2017.	-38.544,03
Utilização	2017NS010233	Protocolo nº 1060/2016 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço - ATSE (Décio João Gallego Gimenes)	Baixa de passivo, tendo em vista a quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 130/2017.	-30.194,53
Utilização	2017NS010234	Protocolo nº 17060/2015 - DGE - Licença Prêmio Indenizada - LPIN (Conceição Mendonça Leite)	Registro da baixa total do passivo, tendo em vista a quitação da dívida, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 122/2017.	-13.075,77
Utilização	2017NS010235	Protocolo Administrativo nº 239/2017 - PAE - Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço - ATSE (José Valentim Marques)	Baixa total de passivo, tendo em vista a quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SPS nº 111/2017.	-17.317,68
Utilização	2017NS010236	Protocolo nº 5235/2017 - DG - Diferença de Proventos e Pensões - DPRP (José Palma Sampaio)	Baixa de passivo, tendo em vista a quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SPIP nº 101/2017.	-53.907,03
Utilização	2017NS010237	Protocolo nº 3228/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	Baixa de passivo, tendo em vista a quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SPPSVE nº 125/2017.	-3.284.874,12
Utilização	2017NS010238	Protocolo nº 3227/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	Baixa de passivo, tendo em vista a quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SPPSVE nº 126/2017.	-1.591.050,82
Utilização	2017NS010240	Protocolo Administrativo nº 7155/2016 - DG - Diferenças retroativas decorrentes de reembolso de despesas com remuneração e encargos sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	Baixa parcial de Passivo, tendo em vista pagamento de valores, conforme Memorando CPAG/SPPSVE nº 127/2017.	-2.270.635,40



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Utilização	2017NS010241	Protocolo nº 11289/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	Baixa de passivo, tendo em vista a quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SPPSVE nº 128/2017.	-3.814.442,83
Utilização	2017NS010242	Protocolo nº 12219/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	Baixa de passivo, tendo em vista o pagamento do débito, conforme Memorando CPAG/SPPSVE nº 129/2017.	-1.635.680,04
Utilização	2017NS010243	Protocolo nº 4022/2017 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	Baixa parcial de passivo, tendo em vista pagamento de valores, conforme Memorando CPAG/SPPSVE nº 132/2017.	-327.524,62
Utilização	2017NS010244	Processo 0000559-24.2015.5.15.0895 PA - Reembolso Despesas Remuneração e Encargos a Órgãos ou Entidades Cedentes	Registro da baixa total de passivo, tendo em vista pagamento, nos termos do Memorando CPAG/SPPSVE nº 124/2017.	-1.564.866,08
Utilização	2017NS010245	Protocolo nº 15884/2015-DGE - Férias Indenizadas - DAFI (Marlene Bezerra Batista)(Antigo Protocolo 1511/2015-DG)	Baixa total do passivo de pessoal, tendo em vista o pagamento da dívida, conforme o contido no Memorando CPAG/SPS Nº 112/2017.	-55.249,40
				-33.571.807,15

Fonte: Siafi - Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

2.3.4 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 88 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017	Pagos		Cancelados	Saldo a pagar em 31/12/2017
2016	395.402,54	380.884,03		0,00	14.518,51
2015	43.342,11	41.011,02		0,00	2.331,09
Total RP Processados	438.744,65	421.895,05		0,00	16.849,60
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar em 31/12/2017
2016	27.303.718,21	21.085.670,45	21.085.670,45	937.317,08	5.280.730,68
2015	3.405.140,27	1.599.057,91	1.599.057,91	1.137.732,55	668.349,81
2014	2.116.459,32	96.136,45	96.136,45	28.212,53	1.992.110,34
2013	44.271,38	3.941,00	3.941,00	0,00	40.330,38
2012	83.048,09	0,00	0,00	0,00	83.048,09
Total RP Não Processados	32.952.637,27	22.784.805,81	22.784.805,81	2.103.262,16	8.064.569,30

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.4.1 Da Execução dos Restos a Pagar Processados em 2017

Do total de R\$ 438.744,65 inscrito em restos a pagar processados, restou pendente de pagamento o valor de R\$ 16.849,60, relativo a despesas de locação de mão de obra, serviços de copa e cozinha e de apoio administrativo, concernentes aos seguintes processos:

QUADRO 89 – RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PENDENTES DE PAGAMENTO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
SOF / Coordenadoria de Contabilidade

CONTA 228810406 - DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES

R\$					
PROCESSO		DATA	DOC. SIAFI	SALDO	OBSERVAÇÃO
PA. 035-66.2011	ATTO RECURSOS HUMANOS LTDA	13/10/16	2016NL000121	8.210,47	Conforme Informações 587/16-ST-CCT e 588/16-ST-CCT, saldo remanescente deverá permanecer retido pelo prazo de 02 anos contados da data da rescisão deste contrato (31/01/16).
PA. 629-80.2011				6.308,04	
CP. 0274/2015-A	LOGOS ASSESSORIA E SERVICOS LTDA - ME	27/12/16	2016NL000184	2.331,09	Conforme Informação 756/2016-ST-CCT, saldo remanescente deverá permanecer retido pelo prazo de 02 anos contados da data da rescisão deste contrato (04/07/16).
				16.849,60	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

2.3.4.2 Da Execução dos Restos a Pagar Não Processados em 2017

Os quadros a seguir apresentam a execução dos restos a pagar não processados no exercício de 2017, considerados os recursos da LOA e de créditos descentralizados, por categoria econômica e natureza de despesa.

Os valores relativos à execução de restos a pagar não processados no exercício de 2017 são: R\$ 32.952.637,27 inscritos e reinscritos ao final de 2016; R\$ 22.784.805,81 liquidados e pagos; R\$ 2.103.262,16 cancelados; e R\$ 8.064.569,30 reinscritos no final de 2017.

Para a análise dos índices de execução foram destacadas as porcentagens dos totais liquidados, cancelados e reinscritos em relação ao total da inscrição, por grupo de natureza da despesa.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 90 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – DESPESAS DE PESSOAL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – EXERCÍCIO 2017
DESPESAS DE PESSOAL – Em R\$

ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição (a)	Liquidação (b)	% (b) / (a)	Cancelamento (c)	% (c) / (a)	Saldo para Reinscrição em 31/12/2017 (d)	% (d) / (a)
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	333.017,97	332.669,20	99,90%	348,77	0,10%	0,00	0,00%
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	12.439,39	12.439,39	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	1.000,00	875,71	87,57%	124,29	12,43%	0,00	0,00%
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	117.124,26	103.235,38	88,14%	13.711,70	11,71%	177,18	0,15%
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.722.286,23	1.684.070,96	97,78%	21.720,42	1,26%	16.494,85	0,96%
319096	RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	4.469.548,04	3.533.470,76	79,06%	0,00	0,00%	936.077,28	20,94%
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	771.285,32	17.128,36	2,22%	0,00	0,00%	754.156,96	97,78%
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	38.201,97	17.714,90	46,37%	20.487,07	53,63%	0,00	0,00%
	TOTAL	7.464.903,18	5.701.604,66	76,38%	56.392,25	0,76%	1.706.906,27	22,87%

Fonte: Tesouro Gerencial

O montante liquidado relativo a despesa de pessoal amparou pagamentos diversos, dentre eles: Parcela Autônoma de Equivalência Período 94-97, Parcela Autônoma de Equivalência Período 98-99, URV-11,98%, Reembolso para Prefeitura “Capão Bonito”, Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição, Abono 1/3 de Férias e CPSSS.

QUADRO 91 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – EXERCÍCIO 2017
OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Em R\$

ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição (a)	Liquidação (b)	% (b) / (a)	Cancelamento (c)	% (c) / (a)	Saldo para Reinscrição em 31/12/2017 (d)	% (d) / (a)
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	291.299,79	952,90	0,33%	290.346,89	99,67%	0,00	0,00%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	562.976,17	495.352,23	87,99%	5.611,76	1,00%	62.012,18	11,02%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	56.497,97	12.884,66	22,81%	43.613,31	77,19%	0,00	0,00%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	106.036,25	31.586,33	29,79%	5.411,18	5,10%	69.038,74	65,11%
339037	LOCAAO DE MAO-DE-OBRA	3.217.691,89	2.940.266,29	91,38%	57.205,77	1,78%	220.219,83	6,84%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	9.745.147,10	5.680.692,87	58,29%	710.662,80	7,29%	3.353.791,43	34,41%
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	690.964,12	5.417,48	0,78%	0,00	0,00%	685.546,64	99,22%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	15.405,61	5.765,47	37,42%	0,00	0,00%	9.640,14	62,58%
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	50.211,39	986,07	1,96%	0,00	0,00%	49.225,32	98,04%
339059	PENSOES ESPECIAIS	542.102,24	0,00	0,00%	0,00	0,00%	542.102,24	100,00%
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	137.394,43	0,00	0,00%	0,00	0,00%	137.394,43	100,00%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.094.078,39	205.163,99	18,75%	51.158,75	4,68%	837.755,65	76,57%
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	19.529,21	8.291,01	42,45%	0,00	0,00%	11.238,20	57,55%
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	12.747,84	3.278,21	25,72%	0,00	0,00%	9.469,63	74,28%
	TOTAL	16.542.082,40	9.390.637,51	56,77%	1.164.010,46	7,04%	5.987.434,43	36,20%

Fonte: Tesouro Gerencial

Os objetos das despesas relativas a outras despesas correntes mais relevantes liquidadas no ano de 2017, destinadas à manutenção do órgão, a partir dos restos a pagar não processados inscritos no final de 2016 foram: serviços de telecomunicações de dados – SIGI-JT (Sistema Integrado de Gestão de Informática da JT); serviços de vigilância, limpeza e motoristas; manutenção civis nos prédios que abrigam as unidades sob a jurisdição do Órgão; prestação de serviços de logística de transporte de materiais permanentes, informática, elétrico, e mudanças; dentre outras despesas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 92 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – INVESTIMENTOS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – EXERCÍCIO 2017									
INVESTIMENTOS – Em R\$									
ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição (a)	Liquidação (b)	% (b) / (a)	Cancelamento (c)	% (c) / (a)	Saldo para Reinscrição em 31/12/2017 (d)	% (d) / (a)	
449039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	55.088,00	55.088,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
449051	OBRAS E INSTALACOES	4.734.888,48	3.675.055,66	77,62%	753.157,94	15,91%	306.674,88	6,48%	
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.155.675,21	3.962.419,98	95,35%	129.701,51	3,12%	63.553,72	1,53%	
TOTAL		8.945.651,69	7.692.563,64	85,99%	882.859,45	9,87%	370.228,60	4,14%	

Fonte: Tesouro Gerencial

Seguem descritos os objetos dos gastos de maior relevância, aplicados em investimentos e que foram amparados a partir da liquidação em 2017 de valores inscritos em restos a pagar não processados no final de 2016, quais sejam: aquisição de desktops com dois monitores; serviços de engenharia de construção civil para execução da continuação das obras de construção de imóvel para a Vara do Trabalho de Barretos; serviços de engenharia de construção civil para execução de obras de construção de imóvel para a Vara de Trabalho de Porto Ferreira; aquisição de equipamentos de TI – Solução SWITCH SAN (Storage Area Network) e Servidores de Rede Tipo Rack; aquisição de condicionadores de ar; execução de serviços de modernização tecnológica das instalações de transporte vertical (elevadores) do Edifício Sede Judicial; aquisição de 22 (vinte e duas) Licenças do software Microsoft Office Professional; dentre outros.

QUADRO 93 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – TOTAL GERAL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – EXERCÍCIO 2017									
Em R\$									
ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição (a)	Liquidação (b)	% (b) / (a)	Cancelamento (c)	% (c) / (a)	Saldo para Reinscrição em 31/12/2017 (d)	% (d) / (a)	
TOTAL GERAL		32.952.637,27	22.784.805,81	69,14%	2.103.262,16	6,38%	8.064.569,30	24,47%	

Fonte: Tesouro Gerencial

O saldo para reinscrição de restos a pagar ao final de 2017 foi de 24,47%, e se apresentou superior ao do total reinscrito no final de 2016, que foi de 12,68% (R\$ 5.648.919,06 de saldo de um total de R\$ 44.554.173,98 inscritos/reinscritos).

Após a análise dos empenhos pelos respectivos gestores dos contratos de aquisições e de prestação de serviços, a manutenção dos saldos se deu pelos seguintes motivos: vigência do prazo de cumprimento da obrigação assumida pelo credor, ou, liquidação da despesa em curso, ou, ainda, pelo interesse da administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor, conforme dispõe o art. 35 do Decreto 93.872/1986.

Insta esclarecer que, assim como a reinscrição do saldo de restos a pagar não processados, os cancelamentos dos Restos a Pagar foram procedidos com a devida autorização e de acordo com as diretrizes estipuladas pela Administração desta Corte, consoante solicitação e orientação contidas na Informação nº 22/2017 – SOF de 5 de junho de 2017, amparados pelo Decreto do Presidente da República nº 9.086 de 30 de junho de 2017.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.5 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região não realizou no exercício financeiro de 2017 descentralizações de execução com transferência de recursos.

2.3.6 Informações Sobre a Realização das Receitas

2.3.6.1 Receitas Geradas

A receita líquida arrecadada pelo Órgão no exercício financeiro de 2017 somou R\$ 87,7 milhões.

O quadro a seguir apresenta a composição desta arrecadação, por fonte de recurso, bem como o montante relativo à aplicação da DRU – Desvinculação das Receitas da União sobre a arrecadação de custas e emolumentos – Poder Judiciário.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 94 – ARRECADAÇÃO POR FONTE DE RECURSO

Informações sobre a arrecadação da receita - UG ARRECADORA
UG Executora: 080011:TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO

Fonte Recursos Detalhada		Natureza Receita	Exercício 2017	
0100000000	RECURSOS ORDINARIOS	16100411	SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL	158.225,10
		19100111	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	124.863,30
		19100112	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-MUL.JUR	210,06
		19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	685.206,47
		19210111	INDENIZ.P/DANOS CAUSADOS AO PATR.PUB.-PRINC.	57.653,03
		19219911	OUTRAS INDENIZACOES-PRINCIPAL	7.067,79
		19219912	OUTRAS INDENIZACOES-MULTAS E JUROS	0,00
		19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	46.369,41
		19221211	RESTIT.DEP.DE SENTENÇAS JUD.Ñ SACADOS-PRINC.	62.324,70
		19229911	OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL	418.270,53
		19229912	OUTRAS RESTITUICOES-MULTAS E JUROS	4,85
		19230211	RESSARCIMENTO DE CUSTOS-PRINCIPAL	33.974,60
		19230212	RESSARCIMENTO DE CUSTOS-MULTAS E JUROS	351,56
		19239911	OUTROS RESSARCIMENTOS-PRINCIPAL	17.985,24
		19239912	OUTROS RESSARCIMENTOS-MULTAS E JUROS	3,03
Total			1.612.509,67	
0100980000	DESVINCULACAO DAS RECEITAS DA UNIAO-FONTE 100	11220111	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS-PRINCIPAL	0,00
		11220211	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-PRINCIPAL	16.744.082,77
		71220111	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS-PRINCIPAL	0,00
		71220211	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-PRINCIPAL	16.395,96
		Total		
0117000000	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTARIAS MONTEPIO CIVIL	19900411	CONTRIBUICAO AO MONTEPIO CIVIL-PRINCIPAL	46.172,27
		19900412	CONTRIBUICAO AO MONTEPIO CIVIL-MULTAS E JUROS	0,00
		Total		
0127000000	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	11220111	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS-PRINCIPAL	0,00
		11220112	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS-MULT.E JUROS	0,00
		11220211	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-PRINCIPAL	39.069.542,63
		11220212	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-MULTAS E JUROS	9.358,69
		71220111	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS-PRINCIPAL	0,00
		71220112	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS-MULT.E JUROS	0,00
		71220211	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-PRINCIPAL	38.257,89
		71220212	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-MULTAS E JUROS	26,75
Total			39.117.185,96	
0150151160	RECEITAS PROPRIAS DIRET. ARREC/TRT 15ªREGIAO	13100111	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	445.587,64
		16100211	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL	0,00
		19229911	OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL	33.903,72
		19239911	OUTROS RESSARCIMENTOS-PRINCIPAL	293.857,68
		Total		
0181151160	RECEITAS DE CONVENIOS - TRT 15ª REGIAO	17100011	TRANSFER.DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES-PRINC.	29.371.807,72
		Total		
Total			87.681.503,39	

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela seguinte apresenta os valores arrecadados, de acordo com o contabilizado, por tipo de recolhimento, nos exercícios 2017/2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 95 – ARRECAÇÃO POR TIPO DE RECEITA

ARRECAÇÃO POR TIPO DE RECEITA
(Em R\$)

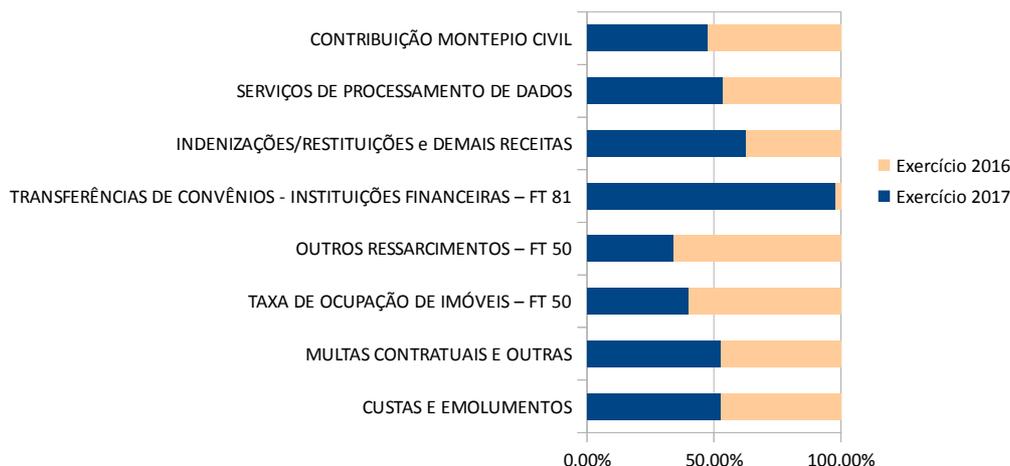
Tipo de Receita	Exercício 2017	Exercício 2016	EXERCÍCIO 2017 (AV)	Var% 2017/2016 (AH)
CUSTAS E EMOLUMENTOS	55.877.664,69	49.672.717,78	63,73%	12,49%
MULTAS CONTRATUAIS E OUTRAS	810.279,83	726.517,94	0,92%	11,53%
TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS – FT 50	445.587,64	670.729,66	0,51%	-33,57%
OUTROS RESSARCIMENTOS – FT 50	327.761,40	631.428,98	0,37%	-48,09%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – FT 81	29.371.807,72	607.236,52	33,50%	4736,96%
INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES e DEMAIS RECEITAS	644.004,74	381.793,22	0,73%	68,68%
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	158.225,10	138.344,59	0,18%	14,37%
CONTRIBUIÇÃO MONTEPIO CIVIL	46.172,27	50.694,45	0,05%	-8,92%
	87.681.503,39	52.879.463,14	100,00%	65,81%

Fonte Siaf i– Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Segue gráfico comparativo em percentuais da receita líquida arrecadada em 2017/2016, e também as notas relativas à variação dos montantes arrecadados no ano de 2017 em relação ao exercício anterior.

GRÁFICO 6 – COMPARATIVO DA RECEITA LÍQUIDA ARRECADADA (2017/ 2016)

Comparativo em percentuais da Receita Líquida Arrecadada
Exercícios 2017 e 2016



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



As receitas de custas/emolumentos e de convênios com instituições financeiras somadas, representam 97% da arrecadação total contabilizada para o Órgão.

Vale destacar a variação positiva verificada nas transferências de convênios, que decorreu do impacto da baixa arrecadação ocorrida em 2016, e da retomada da execução dos acordos de forma centralizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho no exercício de 2017.

Destaque, também, para o volume na arrecadação de custas e emolumentos no ano de 2017, superior em R\$ 6,2 milhões quando comparada com o exercício anterior.

Quanto às variações negativas nas arrecadações de receitas de fonte de recursos próprios, quais sejam, taxa de ocupação de imóveis e outros ressarcimentos, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho ambos de fonte – 150, estas foram motivadas sobretudo por parte dos termos celebrados junto aos Bancos terem seus prazos de vigência encerrados no ano de 2017 e submetidos aos trâmites para repactuação, enquanto aquele celebrado junto às Associações dos Advogados apresentar pagamento suspenso, com negociação em andamento entre a Presidência do TRT da 15ª Região e os representantes da Associação, conforme consta no Relatório – CCT de 03/07/2017, no Memorando nº 851/2017 – CCT e seus anexos (Protocolo Administrativo nº 6774/2017 – DG e despachos).

A receita total arrecadada por este Regional derivou, também, do recolhimento ao Tesouro Nacional de: taxa sobre consignação em folha de pagamento; multas previstas em contratos/outras; indenizações e restituições aos cofres públicos.

Vale destacar que não houve no exercício de 2017 geração de receita derivada de alienação de bens e direitos que integrem o patrimônio público, tendo em vista o que dispõe o art. 44, bem como o inciso VI, do art. 50, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vedam a aplicação de tais receitas para financiar Despesas Correntes.

2.3.6.2 Receitas Previstas X Receitas Realizadas

A Previsão Inicial de Receita do TRT da 15ª Região para o exercício de 2017 somou R\$ 38.431.034,00, assim constituída: R\$ 1.068.914,00 (Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros) a título de Exploração do Patrimônio Imobiliário e R\$ 37.362.120,00 (Fonte de Recursos 81 – Recursos de Convênios) receita oriunda de Transferências Correntes.

Seguem as análises das realizações destas receitas.

a) Fonte de Recursos 181 – Recursos de Convênios

O valor registrado a título de Transferências Correntes se refere a remunerações de depósitos judiciais provenientes de convênios com bancos oficiais, para a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Tais acordos eram celebrados, até o ano 2016, entre o Regional e as Instituições Financeiras, sendo que a partir de 2017 foram centralizados no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, alteração referendada pela Resolução CSJT nº 183, de 24 de fevereiro de 2017.

Com a mudança na operacionalização dos recursos de convênios, a Previsão da Receita para 2017 continuou a ser registrada na UO do Regional, pelo valor consignado na LOA/2017 no total de recursos de fonte 181, enquanto a Realização das Receitas foi contabilizada na UO – 15126 – Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

No início do exercício de 2017, a contabilização da realização da receita foi efetivada de acordo com orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT nº 027/2017, mediante envio de repasses mensais pelo Órgão Superior ao Regional, sendo que em meados daquele exercício, para correção do registro e atendimento de solicitação da Secretaria de Orçamento Federal – SOF, as receitas passaram a ser transferidas mediante retificação das Guias de Recolhimento da União pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conforme o noticiado na Mensagem Siafi 2017/0794962 de 26 de junho de 2017, tendo sido, então, a partir deste novo procedimento, devidamente registradas como receita realizada pelo TRT da 15ª Região.

Dessa forma, como receitas originárias dos contratos celebrados com os Bancos Oficiais de forma centralizada no Órgão Superior, do total de R\$ 37.362.120,00 previstos na LOA/2017, apenas R\$ 18.799.685,00 foram contabilizados como receita no Regional (R\$ 15.567.550,00 – Retificação de GRU e R\$ 3.232.135,00 – retificação de documentos RA pela CFIN), restando o montante de R\$ 18.562.435,00 transferidos ao Regional, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, mediante sub-repasses, determinando índice de realização da receita inferior ao previsto.

Ainda, no ano de 2017 foi realizado o montante de R\$ 10.572.122,72, mediante arrecadação própria do TRT da 15ª Região junto às Instituições Financeiras, receita originária de valores residuais relativos aos contratos celebrados em exercícios anteriores a 2017, sendo R\$ 5.820.759,90 concernente ao Contrato TRT nº 190/2016 com o Banco do Brasil – Processo TRT nº 0000140-67.2016.5.15.0895 PA, e R\$ 4.751.362,82 relativos ao Termo de Quitação, celebrado em 09/03/2017, com a Caixa Econômica Federal.

A arrecadação total no ano de 2017 foi de R\$ 29.371.807,72, o índice de receita realizada no exercício se apresentou como 78,61% da previsão consignada na LOA/2017, e impactou a análise da variação da arrecadação entre os exercícios 2017/2016, tendo em vista que no ano de 2016 a arrecadação originária de convênios não teve efeitos financeiros realizados naquele exercício, tendo sido contabilizado o montante de R\$ 607.236,52 derivado de saldo remanescente de contrato com a Caixa Econômica Federal, cuja vigência havia sido encerrada no ano de 2015.

b) Fonte de Recursos 150 – Recursos Próprios Não-Financeiros

A receita patrimonial, R\$ 445.587,64, concernente à taxa de ocupação de imóveis, derivou dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A Previsão Inicial de Receita Patrimonial tem por objeto a arrecadação proveniente de cessão de espaço físico no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, conforme termos celebrados nos autos: Processo 239-76.2012.5.15.0895 PA – Caixa Econômica Federal, Processo 240-61.2012.5.15.0895 PA – Banco do Brasil e Processo CP 359/2013 – Associações de Advogados.

A arrecadação de Receita Patrimonial se apresentou inferior àquela prevista para o período, 41,69%, índice impactado, sobretudo, pela receita estimada com base na arrecadação total de recursos de Fonte 150 do ano anterior.

O total de R\$ 327.761,40 contabilizado a título Outras Receitas Correntes se refere a Indenizações, Restituições e Ressarcimentos, originário de acordos com prefeituras, destinado ao reembolso de despesas com locação dos imóveis que abrigam as Varas Trabalhistas nos respectivos Municípios, a previsão desta receita foi computada equivocadamente como correspondente a receita patrimonial.

No ano de 2017, parte dos termos celebrados junto às Instituições Financeiras tiveram seus prazos de vigência encerrados e se encontram em fase de elaboração de novos acordos, enquanto aquele celebrado junto às Associações dos Advogados está com pagamento suspenso, com negociação em andamento entre a Presidência do TRT da 15ª Região e os representantes da Associação, conforme consta no Relatório – CCT de 03/07/2017, no Memorando nº 851/2017 – CCT e seus anexos (Protocolo Administrativo nº 6774/2017 – DG e despachos), desta forma, considerados estes os motivos mais relevantes, verifica-se que a arrecadação de recursos próprios no ano de 2017, a título de taxa de ocupação de imóveis e de ressarcimento de despesa, apresentaram desempenho inferior ao ocorrido em 2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.7 Informações Sobre a Execução das Despesas

2.3.7.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação

QUADRO 96 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Valores em R\$

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região					Código UO: 15.116		UGO: 080011	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	69.614.242,46	4,38	57.044.039,95	3,91	69.493.778,54	4,37	56.668.125,99	3,88
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Pregão	69.614.242,46	4,38	57.044.039,95	3,91	69.493.778,54	4,37	56.668.125,99	3,88
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	39.117.529,98	2,46	34.535.024,30	2,36	39.109.829,98	2,46	34.535.024,30	2,37
h) Dispensa	34.569.645,05	2,17	31.598.656,72	2,16	34.561.945,05	2,17	31.598.656,72	2,17
i) Inexigibilidade	4.547.884,93	0,29	2.936.367,58	0,20	4.547.884,93	0,29	2.936.367,58	0,20
3. Regime de Execução Especial	102.180,89	0,01	146.660,23	0,01	102.180,89	0,01	146.660,23	0,01
j) Suprimento de Fundos	102.180,89	0,01	146.660,23	0,01	102.180,89	0,01	146.660,23	0,01
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.346.700.521,56	84,67	1.229.303.570,76	84,20	1.346.700.521,56	84,69	1.229.303.570,76	84,22
k) Pagamento em Folha	1.339.509.794,88	84,22	1.222.515.058,45	83,73	1.339.509.794,88	84,23	1.222.515.058,45	83,76
l) Diárias	7.190.726,68	0,45	6.788.512,31	0,47	7.190.726,68	0,45	6.788.512,31	0,46
5. Outros	134.814.102,96	8,48	138.966.152,89	9,52	134.813.130,83	8,48	138.946.664,31	9,52
6. Total (1+2+3+4+5)	1.590.348.577,85	100	1.459.995.448,13	100	1.590.219.441,80	100	1.459.600.045,59	100

Fonte: Tesouro Gerencial

2.3.7.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO 97 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Valores em R\$

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região					Código UO: 15.116		UGO: 080011	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	808.031.411,35	764.566.791,52	808.031.411,35	764.449.667,26	0,00	117.124,26	808.031.411,35	764.449.667,26
Aposent.RPPS, Reser.Remuner. e Refor.Militar	268.237.011,06	231.039.749,08	268.237.011,06	230.719.337,22	0,00	320.411,86	268.237.011,06	230.719.337,22
Obrigações Patronais	156.705.380,17	141.435.889,12	147.842.415,87	140.664.603,80	8.862.964,3	771.285,32	147.842.415,87	140.664.603,80
Demais elementos do grupo	124.087.277,06	92.855.536,84	115.398.956,60	86.681.450,17	8.688.320,46	6.174.086,67	115.398.956,60	86.681.450,17
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	52.813.575,8	37.958.561,73	38.954.323,09	29.478.982,80	13.859.252,71	8.479.578,93	38.954.323,09	29.126.003,93
Indenizações e Restituições	45.657.838,32	42.848.305,97	44.802.212,21	42.503.566,18	855.626,11	344.739,79	44.802.212,21	42.502.586,18
Auxílio-alimentação	42.945.057,02	42.970.520,00	42.645.057,02	42.634.545,52	300.000,00	335.974,48	42.645.057,02	42.634.545,52
Locação de mão-de-obra	35.142.503,23	34.536.516,12	30.865.942,26	31.376.029,86	4.276.560,97	3.160.486,26	30.865.942,26	31.361.511,35
Outros Serviços de Terceiros – P. Física	29.150.933,31	34.101.238,50	29.101.066,19	33.995.393,43	49.867,12	105.845,07	29.100.256,08	33.979.969,61
Demais elementos do grupo	48.952.597,25	48.015.628,04	45.260.939,88	46.925.060,19	3.691.657,37	1.090.567,85	45.240.470,22	46.915.507,17
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
Equipamentos e Material Permanente	29.983.323,19	10.026.164,07	12.957.868,55	6.000.190,37	17.025.454,64	4.025.973,70	12.850.012,27	5.998.242,05
Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	6.324.128,27	4.220.785,36	6.251.373,77	4.186.097,36	72.754,50	34.688,00	6.251.373,77	4.186.097,36
Demais elementos do grupo	2.925.599,99	2.723.479,99	0,00	380.523,97	2.925.599,99	2.342.956,02	0,00	380.523,97
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.7.3 Análise Crítica da Realização da Despesa

2.3.7.3.1 Da Execução Orçamentária

O quadro a seguir, demonstrativo do Crédito Autorizado comparativamente à Despesa Executada, apresenta o nível da execução orçamentária por origem de crédito.

QUADRO 98 – CRÉDITO AUTORIZADO X DESPESA EXECUTADA

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2017 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

Unidade Orçamentária	Item Informação	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA (a)	PROVISAO RECEBIDA (b)	DESTAQUE RECEBIDO (c)	DESPESAS EMPENHADAS (d)	(d) / (a)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	(e) / (a)	DESPESAS PAGAS (f)	(f) / (a)
	Grupo Despesa	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	%	Saldo R\$	%	Saldo R\$	%
15116	INVESTIMENTOS	7.200.000,00	40.090.000,00			35.014.612,19	87,34%	15.578.275,15	38,86%	15.470.418,87	38,59%
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	280.719.585,00	247.829.585,00			246.732.228,67	99,56%	225.789.690,17	91,11%	225.768.410,40	91,10%
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.147.804.053,00	1.331.932.239,00			1.331.932.239,00	100,00%	1.314.380.954,24	98,68%	1.314.380.954,24	98,68%
	Total	1.435.723.638,00	1.619.851.824,00			1.613.679.079,86	99,62%	1.555.748.919,56	96,04%	1.555.619.783,51	96,03%
	TOTAL	1.435.723.638,00	1.619.851.824,00			1.613.679.079,86	99,62%	1.555.748.919,56	96,04%	1.555.619.783,51	96,03%

PROVISÕES RECEBIDAS

Unidade Orçamentária	Item Informação	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA (a)	PROVISAO RECEBIDA (b)	DESTAQUE RECEBIDO (c)	DESPESAS EMPENHADAS (d)	(d) / (b)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	(e) / (b)	DESPESAS PAGAS (f)	(f) / (b)
	Grupo Despesa	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	%	Saldo R\$	%	Saldo R\$	%
15101	INVESTIMENTOS			2.899.792,00		2.899.792,00	100,00%	2.899.792,00	100,00%	2.899.792,00	100,00%
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.919.371,06		4.857.606,38	98,74%	4.435.487,27	90,16%	4.435.487,27	90,16%
	Total			7.819.163,06		7.757.398,38	99,21%	7.335.279,27	93,81%	7.335.279,27	93,81%
15126	INVESTIMENTOS			1.318.647,26		1.318.647,26	100,00%	731.175,17	55,45%	731.175,17	55,45%
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			3.072.669,88		3.072.669,88	100,00%	1.404.363,21	45,70%	1.404.363,21	45,70%
	Total			4.391.317,14		4.391.317,14	100,00%	2.135.538,38	48,63%	2.135.538,38	48,63%
71103	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			4.967.113,17		4.967.113,17	100,00%	4.967.113,17	100,00%	4.967.113,17	100,00%
	Total			4.967.113,17		4.967.113,17	100,00%	4.967.113,17	100,00%	4.967.113,17	100,00%
	TOTAL			17.177.593,37		17.115.828,69	99,64%	14.437.930,82	84,05%	14.437.930,82	84,05%

DESTAQUES RECEBIDOS

Unidade Orçamentária	Item Informação	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA (a)	PROVISAO RECEBIDA (b)	DESTAQUE RECEBIDO (c)	DESPESAS EMPENHADAS (d)	(d) / (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	(e) / (c)	DESPESAS PAGAS (f)	(f) / (c)
	Grupo Despesa	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	%	Saldo R\$	%	Saldo R\$	%
26280	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				474.429,00	138.745,42	29,24%	138.745,42	29,24%	138.745,42	29,24%
	Total				474.429,00	138.745,42	29,24%	138.745,42	29,24%	138.745,42	29,24%
71103	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				20.367.000,00	20.022.982,05	98,31%	20.022.982,05	98,31%	20.022.982,05	98,31%
	Total				20.367.000,00	20.022.982,05	98,31%	20.022.982,05	98,31%	20.022.982,05	98,31%
	TOTAL				20.841.429,00	20.161.727,47	96,74%	20.161.727,47	96,74%	20.161.727,47	96,74%

TOTAL GERAL	1.435.723.638,00	1.619.851.824,00	17.177.593,37	20.841.429,00	1.650.956.636,02	99,58%	1.590.348.577,85	95,93%	1.590.219.441,80	95,92%
--------------------	-------------------------	-------------------------	----------------------	----------------------	-------------------------	---------------	-------------------------	---------------	-------------------------	---------------

Fonte: Tesouro Gerencial

O montante orçamentário não utilizado no ano de 2017 foi de R\$ 6.914.210,35, sendo que deste total R\$ 633.096,00 restaram bloqueados, alcançados pelo contingenciamento com base no art. 9º da LC 101/2000 (LRF) – Proc. Adm.501.305/2017-7, e R\$ 6.281.114,35 como créditos disponíveis ao final do exercício.

Os projetos alcançados pelo contingenciamento foram: R\$ 553.959,00 – Construção do Edifício-Sede da VT de Itapetinga e R\$ 79.137,00 - Construção do Edifício-Sede da VT de Barretos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Para uma melhor análise, ao subtrairmos o montante contingenciado de R\$ 633,096,00 da base da dotação autorizada, os índices de execução em relação aos dos créditos autorizados passam a ser os seguintes:

QUADRO 99 – CRÉDITO AUTORIZADO X DESPESA EXECUTADA – COM CONTINGENCIAMENTO

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2017 E CRÉDITOS ADICIONAIS E CONTINGENCIAMENTOS)

Unidade Orçamentária	Item Informação	DOTAÇÃO ATUALIZADA	CONTINGENCIAMENTO	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EMPENHADAS	(d) / (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	(e) / (c)	DESPESAS PAGAS	(f) / (c)
		(a)	(b)	(c)	(d)	%	(e)	%	(f)	%
	Grupo Despesa	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$		Saldo R\$		Saldo R\$	
15116	INVESTIMENTOS	40.090.000,00	(633.096,00)	39.456.904,00	35.014.612,19	88,74%	15.578.275,15	39,48%	15.470.418,87	39,21%
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	247.829.585,00		247.829.585,00	246.732.228,67	99,56%	225.789.690,17	91,11%	225.768.410,40	91,10%
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.331.932.239,00		1.331.932.239,00	1.331.932.239,00	100,00%	1.314.380.954,24	98,68%	1.314.380.954,24	98,68%
	Total	1.619.851.824,00	(633.096,00)	1.619.218.728,00	1.613.679.079,86	99,66%	1.555.748.919,56	96,08%	1.555.619.783,51	96,07%
TOTAL		1.619.851.824,00	(633.096,00)	1.619.218.728,00	1.613.679.079,86	99,66%	1.555.748.919,56	96,08%	1.555.619.783,51	96,07%
TOTAL GERAL COM DESCENTRALIZAÇÕES E CONTINGENCIAMENTOS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	PROVISÃO RECEBIDA (b)	DESTAQUE RECEBIDO (c)	DESPESAS EMPENHADAS (d)	(d) / (a+b+c)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	(e) / (a+b+c)	DESPESAS PAGAS (f)	(f) / (a+b+c)
		Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	%	Saldo R\$	%	Saldo R\$	%
		1.619.218.728,00	17.177.593,37	20.841.429,00	1.650.956.636,02	99,62%	1.590.348.577,85	95,96%	1.590.219.441,80	95,96%

Fonte: Tesouro Gerencial

A execução orçamentária com a base ajustada, em relação aos créditos líquidos autorizados no período, apresenta índice de 99,62% para os valores empenhados, e próximo a 96% em relação aos valores liquidados e pagos.

Quanto aos créditos disponíveis, o montante restou assim constituído: R\$ 679.701,53 relativos a Precatórios (R\$ 344.017,95 – Administração Direta e R\$ 335.683,58 – Administração Indireta); R\$ 4.442.291,81 concernentes a despesas de capital (R\$ 1.983.504,00 – Investimentos/Obra e R\$ 2.458.787,81 – Investimentos/Outros); e R\$ 1.159.121,01 destinados a outras despesas correntes (R\$ 839.056,68 – benefícios e R\$ 320.064,33 – demais despesas).

2.3.7.3.2 Dos Créditos Empenhados

O empenho representa o primeiro estágio da despesa orçamentária, e é registrado no momento da contratação do serviço, da obra, e aquisição do material ou bem, assim como, no início do exercício para as despesas obrigatórias e de caráter continuado.

Do total dos créditos autorizados, R\$ 1.650.956.636,02 foram empenhados, quando analisado o grau de gestão orçamentária, mediante a divisão do total empenhado pelo total autorizado, verifica-se grau de eficiência no planejamento e na execução dos gastos, próximo a 1,0.

O quadro a seguir compara os totais executados, em valores empenhados, nos exercícios de 2015 a 2017, considerando os valores consignados nas respectivas Leis Orçamentárias, acrescidos das Suplementações e das Descentralizações recebidas, por categoria econômica.

Os Precatórios e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor não foram considerados, com o intuito de se efetuar uma análise da evolução das despesas, correntes e de capital, aplicadas na manutenção e em investimentos, no TRT da 15ª Região.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 100 – ORÇAMENTO EXECUTADO POR CATEGORIA ECONÔMICA

Em R\$

Categoria Econômica	Grupo Despesa	DESPESAS EMPENHADAS				
		EXERCÍCIO				
		2015	2016	Variação 2016/2015	2017	Variação 2017/2016
DESPESAS CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.187.236.075,51	1.229.897.966,56	3,59%	1.357.061.079,64	10,34%
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	239.819.643,10	240.430.770,36	0,25%	254.662.504,93	5,92%
DESPESAS DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	14.845.565,69	16.970.429,42	14,31%	39.233.051,45	131,18%
TOTAL		1.441.901.284,30	1.487.299.166,34	3,15%	1.650.956.636,02	11,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Vale destacar a evolução nas contratações no ano de 2017, em relação à variação verificada entre 2016/2015, sobretudo quanto aos investimentos.

2.3.7.3.3 Dos Créditos Liquidados

Constitui o segundo estágio da despesa pública, quando se promove a verificação, com consequente atestação ou rejeição acerca do cumprimento das condições previstas nas contratações e demais ajustes, abrangendo a entrega de materiais, bens ou obras e as prestações de serviço, e resultando no reconhecimento ou não da obrigação de se proceder ao correspondente pagamento.

O índice de liquidação em relação aos créditos atualizados líquidos dos contingenciamentos foi de 95,96%.

Seguem demonstrados os valores das despesas liquidadas, com créditos do exercício 2017, por categoria econômica e natureza de despesa detalhada, bem como a variação percentual em relação ao exercício anterior.

a) Despesas Liquidadas – Pessoal e Encargos Sociais



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 101 – DESPESAS LIQUIDADAS – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Em R\$

NATUREZA DESPESA DETALHADA	DESPESAS LIQUIDADAS		AH	AV	Variação Absoluta
	2017	2016			
GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EFETIVO	229.062.943,15	193.563.263,11	18,34%	17,10%	35.499.680,04
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	193.537.271,16	187.410.809,29	3,27%	14,45%	6.126.461,87
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	146.626.945,44	139.496.829,12	5,11%	10,95%	7.130.116,32
SUBSÍDIOS	143.551.510,32	141.550.117,33	1,41%	10,72%	2.001.392,99
PROVENTOS ORIGINÁRIAS DE GRAT.P/EXERC. CARGO.	71.291.394,61	52.538.297,86	35,69%	5,32%	18.753.096,75
13º SALÁRIO	63.378.859,74	60.807.418,59	4,23%	4,73%	2.571.441,15
GRAT POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS	48.034.195,25	49.380.478,66	-2,73%	3,59%	(1.346.283,41)
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	48.005.365,12	46.387.979,48	3,49%	3,58%	1.617.385,64
INCORPORAÇÕES	41.507.165,55	46.799.541,20	-11,31%	3,10%	(5.292.375,65)
APOSENT ORIGINÁRIA DE SUBSÍDIOS - PESSOAL CIV	37.214.487,94	36.742.910,93	1,28%	2,78%	471.577,01
GRATIFICAÇÃO P/EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO	34.410.968,80	30.619.644,08	12,38%	2,57%	3.791.324,72
VANTAGENS INCORPORADAS - PESSOAL CIVIL	33.492.328,19	30.827.110,49	8,65%	2,50%	2.665.217,70
APOSENT.PENDENTES APROV TCU - PESSOAL CIVIL	27.460.312,51	20.023.418,93	37,14%	2,05%	7.436.893,58
FÉRIAS - 1/3 CONSTITUCIONAL	24.335.741,45	25.347.632,44	-3,99%	1,82%	(1.011.890,99)
PENSOES CIVIS	21.355.928,22	19.535.968,91	9,32%	1,59%	1.819.959,31
13 SALÁRIO - PESSOAL CIVIL	20.997.155,70	18.251.310,39	15,04%	1,57%	2.745.845,31
OUTROS PRECATORIOS JUDICIAIS	20.049.830,72	16.685.770,40	20,16%	1,50%	3.364.060,32
INCENTIVO A QUALIFICAÇÃO	14.643.105,11	12.936.844,41	13,19%	1,09%	1.706.260,70
RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	14.489.073,91	1.841.734,08	686,71%	1,08%	12.647.339,83
PROVENTOS ORIGINÁRIAS DE GRAT.P/EXERC/FUNÇÕES	12.440.869,07	10.841.555,95	14,75%	0,93%	1.599.313,12
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.732.897,08	4.103.385,40	137,19%	0,73%	5.629.511,68
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	9.680.082,95	9.585.578,00	0,99%	0,72%	94.504,95
GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO CUMULATIVO DE OFÍCIOS OU JURISDIÇÃO	8.915.448,36	10.036.934,95	-11,17%	0,67%	(1.121.486,59)
ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO PESSOAL CIVIL	8.531.742,63	7.633.448,22	11,77%	0,64%	898.294,41
ABONO DE PERMANÊNCIA	7.624.822,30	7.206.092,34	5,81%	0,57%	418.729,96
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	7.592.524,37	2.605.761,54	191,37%	0,57%	4.986.762,83
GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	5.233.538,96	5.802.738,87	-9,81%	0,39%	(569.199,91)
SUBSTITUIÇÕES	5.023.264,56	5.313.210,54	-5,46%	0,38%	(289.945,98)
OUTRAS SENTENÇAS JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR	4.753.359,92	4.575.267,85	3,89%	0,35%	178.092,07
GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADES EXTERNAS - GAE	4.070.363,32	3.601.304,70	13,02%	0,30%	469.058,62
PENSOES ORIGINÁRIAS DE SUBSÍDIOS - CIVIS	3.584.316,75	3.584.316,84	0,00%	0,27%	(0,09)
PENSOES ORIGINÁRIAS DE GRATIF./EXERC.DE CARGO	2.777.168,97	2.171.223,15	27,91%	0,21%	605.945,82
13 SALÁRIO - PENSOES CIVIS	2.527.651,38	2.298.101,85	9,99%	0,19%	229.549,53
FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	2.333.478,19	1.825.973,47	27,79%	0,17%	507.504,72
PROV ORIUNDAS ADICIONAL QUALIF - PES CIVIL	1.734.097,01	1.118.847,77	54,99%	0,13%	615.249,24
LICENÇA PRÊMIO - INATIVOS CIVIS	1.677.990,98	1.408.470,99	19,14%	0,13%	269.519,99
VANTAGENS INCORPORADAS - PENSIONISTAS	1.399.042,29	1.251.216,56	11,81%	0,10%	147.825,73
FÉRIAS VENCIDAS E PROPOR A APOSENTADOS CIVIS	1.320.903,98	1.344.681,51	-1,77%	0,10%	(23.777,53)
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	1.185.028,54	1.137.956,30	4,14%	0,09%	47.072,24
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - FUNPRESP LEI 12618/12	1.039.706,71	522.008,12	99,17%	0,08%	517.698,59
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	823.380,87	361.555,39	127,73%	0,06%	461.825,48
PENSOES ORIGINÁRIAS DE GRATIF./EXERC. FUNÇÃO	732.506,70	673.561,91	8,75%	0,05%	58.944,79
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	299.205,62	299.896,63	-0,23%	0,02%	(691,01)
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	251.179,70	975.431,29	-74,25%	0,02%	(724.251,59)
HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS SENT JUD PEQ VALOR	213.753,25	230.025,86	-7,07%	0,02%	(16.272,61)
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	203.426,01	68.438,90	197,24%	0,02%	134.987,11
GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADES EXTERNAS - GAE	123.605,40	106.176,37	16,42%	0,01%	17.429,03
HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DE PRECATORIOS	111.896,75	104.143,45	7,44%	0,01%	7.753,30
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	41.562,87	39.484,76	5,26%	0,00%	2.078,11
SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	29.813,20	28.639,53	4,10%	0,00%	1.173,67
ADICIONAL NOTURNO	19.478,19	16.387,92	18,86%	0,00%	3.090,27
PENSOES ORIUNDAS DE ADIC DE QUALIFIC - CIVIS	17.647,79	7.805,00	126,11%	0,00%	9.842,79
REPRESENTAÇÃO MENSAL	9.306,36	9.306,36	0,00%	0,00%	0,00
FÉRIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	8.258,33	39.687,57	-79,19%	0,00%	(31.429,24)
CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	1.263,94	1.415,74	-10,72%	0,00%	(151,80)
MULTAS INDEDEUTIVAS	612,43	1.086,59	-43,64%	0,00%	(474,16)
JUROS	16,26	92,26	-82,38%	0,00%	(76,00)
VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL	0,00	794.350,23	-100,00%	0,00%	(794.350,23)
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRAB. ATIVO CIVIL	0,00	42.418,07	-100,00%	0,00%	(42.418,07)
OBRIGAÇÕES PATRONAIS - SENT.JUD.PEQUENO VALOR	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
	1.339.509.794,88	1.222.515.058,45	9,57%	100,00%	116.994.736,43

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Diante da análise combinada das maiores variações positivas percentuais e monetárias entre os exercícios 2017/2016 se destacam os pagamentos de passivos, mais de R\$ 32 milhões destinados à quitação de dívida com pessoal, quais sejam: aumento de 687% nos gastos com ressarcimento de pessoal requisitado aos órgãos detentores de servidores cedidos; mais 197% destinados a pensões; acréscimo de 191% aplicados nas despesas com aposentadorias; 137% a mais em vencimentos; e elevação de 128% em obrigações patronais.

Vale destacar, também, o aumento verificado, entre 2017/2016, de 99% nos gastos com Contribuição Patronal para a FUNPRESP LEI 12618/12.

Embora elencados, no quadro antecedente, os valores relativos às variações das despesas liquidadas de Pessoal e Encargos Sociais em 2017, com orçamento do exercício, em ordem decrescente, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior, seguem evidenciados os dez de maior impacto:

QUADRO 102 – MAIORES DESPESAS LIQUIDADAS – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

DEZ MAIORES DESPESAS
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – ORÇAMENTO 2017

NATUREZA DE DESPESA DETALHADA	TOTAL LIQUIDADADO 2017 (R\$)	Var% 2017/2016
GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EFETIVO	229.062.943,15	18,34%
VENCIMENTOS E SALARIOS	193.537.271,16	3,27%
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	146.626.945,44	5,11%
SUBSIDIOS	143.551.510,32	1,41%
PROVENTOS ORIGINARIAS DE GRAT.P/EXERC. CARGO.	71.291.394,61	35,69%
13. SALARIO	63.378.859,74	4,23%
GRAT POR EXERCICIO DE FUNCOES COMISSONADAS	48.034.195,25	-2,73%
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	48.005.365,12	3,49%
INCORPORACOES	41.507.165,55	-11,31%
APOSENT ORIGINARIA DE SUBSIDIOS - PESSOAL CIV	37.214.487,94	1,28%

Fonte: Tesouro Gerencial

A dotação consignada no exercício amparou a liquidação das seguintes despesas de pessoal e encargos sociais:

- Folhas Habituais do ano;
- Pagamentos de Diferenças Diversas conforme autorização concedida na Resolução nº 137/2014 – CSJT;
- Reembolso de despesas de Prefeituras com remuneração/encargos sociais dos servidores cedidos ao TRT-15ª Região, em cumprimento ao Ato CSJT.GP.SG.CGPE nº 75/2013;
- Pagamentos de diferenças decorrentes da Parcela Autônoma de Equivalência dos períodos de 1994 a setembro/1997 e de 1998 a 1999 (Magistrados),
- Pagamentos de diferenças decorrentes da conversão de URV-11,98% (Servidores),
- Pagamentos de diferenças diversas (Servidores).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Os pagamentos das diferenças foram efetuados com valores disponibilizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de acordo com o disposto no Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 13/2017, que comunicou a abertura de crédito suplementar para pagamento de passivos administrativos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b) Despesas Liquidadas – Outras Despesas Correntes

QUADRO 103 – DESPESAS LIQUIDADAS – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Em R\$

NATUREZA DESPESA DETALHADA	DESPESA LIQUIDADAS		AH	AV	Variação Absoluta
	2017	2016			
AUXILIO-ALIMENTAÇÃO CIVIL	42.045.057,02	42.834.545,52	0,02%	18,41%	10.511,50
RESSARCIMENTO A ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	38.717.258,50	35.581.451,22	8,81%	16,72%	3.135.807,28
SENTENÇA JUDICIAL - AUXILIO MORADIA (ACORDAO TCU 1690), DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002).	21.529.310,91	21.268.764,57	1,23%	9,29%	260.546,34
PERICIAS TÉCNICAS JUSTICA GRATUITA	14.999.988,60	20.215.369,15	-25,80%	6,48%	(5.215.382,55)
VIGILANCIA OSTENSIVA	12.145.125,74	12.912.379,47	-5,94%	5,24%	(767.253,73)
LOCAÇÃO DE IMOVEIS	9.181.072,87	8.753.814,42	4,88%	3,96%	427.458,45
LOCAÇÃO DE IMOVEIS	9.162.503,05	7.303.232,13	25,46%	3,96%	1.859.270,92
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	8.879.281,88	8.398.577,78	5,72%	3,83%	480.704,10
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	7.692.802,59	8.053.546,08	-4,48%	3,32%	(360.743,49)
DIARIAS NO PAIS	7.146.606,85	6.466.031,49	10,53%	3,09%	680.575,36
MANUTENÇÃO E CONSERV. DE BENS MOVEIS – OUTROS SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA	7.015.757,21	1.944.757,09	260,75%	3,03%	5.071.000,12
AUXILIO-CRÉCHE CIVIL	6.208.253,24	6.241.898,37	-0,57%	2,68%	(35.645,13)
SERVICOS DE ENERGIA ELETTRICA	5.459.197,88	5.358.844,47	1,87%	2,36%	100.353,39
SERVICOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	5.131.010,56	4.933.123,83	4,01%	2,22%	197.886,73
INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - PESSOAL CIVIL	4.709.990,42	5.095.873,72	-7,57%	2,03%	(385.883,30)
ESTAGIARIOS	3.773.581,48	3.773.355,46	0,01%	1,63%	226,02
COMUNICAÇÃO DE DADOS	3.212.315,20	2.173.211,12	47,81%	1,39%	1.039.104,08
CONTRIB. PREVIDENCIARIAS- SERVICOS DE TERCEIROS	3.055.343,43	4.090.210,83	-25,30%	1,32%	(1.034.867,20)
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MOVEIS – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	1.419.275,68	1.318.349,34	7,66%	0,61%	100.926,34
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	1.288.988,43	1.021.402,17	24,04%	0,55%	245.586,28
MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	1.091.163,40	399.023,87	173,46%	0,47%	692.129,73
MANUTENÇÃO DE SOFTWARE	993.626,58	1.327.562,82	-25,15%	0,43%	(333.936,24)
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	957.103,01	492.817,83	94,21%	0,41%	464.285,38
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	885.076,34	907.949,35	-4,72%	0,37%	(42.873,01)
PASSAGENS PARA O PAIS	778.934,90	497.785,72	56,48%	0,34%	281.149,18
SERVICO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO – OUTROS SERV. TERC. PESSOA FÍSICA	733.717,78	825.805,92	-11,15%	0,32%	(92.088,16)
SERVICOS DE COPA E COZINHA	729.456,39	693.177,21	5,23%	0,31%	36.279,18
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.	699.583,32	588.466,54	18,88%	0,30%	111.096,78
SERVICO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO – OUTROS SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA	695.503,67	74.577,00	832,80%	0,30%	620.926,67
SERVICOS DE COPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	635.342,00	1.165.721,79	-45,50%	0,27%	(530.379,79)
COMBUSTIVIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	589.976,04	609.188,88	-3,15%	0,25%	(19.212,82)
AJUDA DE CUSTO - PESSOAL CIVIL	582.035,73	781.419,32	-28,08%	0,24%	(219.383,59)
AUXILIO-TRANSPORTE E ESTAGIARIOS	503.943,33	496.266,29	1,55%	0,22%	7.677,04
RESSARCIMENTO DE PASSAGENS E DESP.C/LOCOMOCAO	465.683,32	429.196,28	8,50%	0,20%	36.487,04
VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORA DA/RASTREAMENTO	460.920,22	388.811,00	18,81%	0,20%	72.309,22
AUXILIO-TRANSPORTE CIVIS	417.933,08	387.898,85	7,80%	0,18%	30.236,21
FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	416.858,89	136.891,31	204,52%	0,18%	279.967,58
SERVICOS DE TELECOMUNICAÇÕES	381.963,72	718.105,47	-46,81%	0,16%	(336.141,75)
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	342.834,31	87.158,22	293,12%	0,15%	255.476,09
RESTITUIÇÕES	337.706,87	266.044,21	26,94%	0,15%	71.662,66
EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS	311.779,00	252.697,20	23,38%	0,13%	59.081,80
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	289.557,87	97.499,11	196,99%	0,13%	192.058,76
MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEICULOS	277.411,52	270.353,18	2,61%	0,12%	7.058,34
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	271.585,61	228.290,51	18,96%	0,12%	43.275,10
GENÉRIOS DE ALIMENTAÇÃO	235.921,80	139.818,00	68,98%	0,10%	96.305,60
TRIBUTOS A CONTA DO LOCATARIO OU CESSIONARIO	218.821,79	214.635,17	1,95%	0,09%	4.186,62
TAXAS	212.308,09	198.236,75	7,10%	0,09%	14.069,34
ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	204.682,89	150.548,05	35,96%	0,09%	54.134,84
MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	187.729,10	1.846.327,74	-89,83%	0,08%	(1.658.598,64)
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	188.614,04	95.044,27	98,34%	0,08%	91.569,77
MANUT. CONS EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	179.816,12	0,00	100,00%	0,08%	179.816,12
MATERIAL DE EXPEDIENTE	175.143,84	561.788,78	-68,82%	0,08%	(386.644,94)
AUXILIO-FUNERAL INATIVO CIVIL	164.775,40	138.525,87	18,95%	0,07%	26.249,73
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇÃO	162.472,64	328.860,88	-60,29%	0,07%	(164.388,24)
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	155.510,72	142.212,96	9,35%	0,07%	13.297,76
TRIBUTOS A CONTA DO LOCATARIO OU CESSIONARIO	143.599,96	101.527,92	41,44%	0,06%	42.072,04
MANUTENÇÃO E CONSERV. DE VEICULOS	141.497,56	135.888,71	4,13%	0,06%	5.608,85
MATERIAL BIBLIOGRAFICO	133.824,31	82.948,54	61,33%	0,06%	50.875,77
MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO	129.234,73	41.568,00	210,90%	0,06%	87.666,73



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

INDENIZACOES E RESTITUICOES	123.616,01	400.686,69	-69,15%	0,05%	(277.070,68)
SERV. DE APOIO A ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	120.463,54	81.982,87	46,94%	0,05%	38.480,67
SEGUROS EM GERAL	117.938,68	212.366,53	-44,46%	0,05%	(94.427,85)
PEDAÇOS	114.931,02	262.087,72	-56,15%	0,05%	(147.156,70)
CONDOMINIOS	109.166,36	108.828,72	0,31%	0,05%	337,64
ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA OU JURIDICA	98.100,00	29.900,33	228,09%	0,04%	68.199,67
CONDOMINIOS	92.124,71	73.843,04	24,76%	0,04%	18.281,67
MATERIAL ODONTOLÓGICO	81.216,35	120.361,09	-32,52%	0,04%	(39.144,74)
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	76.546,15	23.705,61	222,90%	0,03%	52.840,54
MATERIAL DE COPA E COZINHA	68.401,26	96.346,85	-29,01%	0,03%	(27.945,59)
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	63.257,33	142.718,05	-55,68%	0,03%	(79.460,72)
SERV. DE APOIO A ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	63.131,95	55.799,00	13,14%	0,03%	7.332,95
AUXILIO NATALIDADE ATIVO CIVIL	61.938,36	43.130,64	43,61%	0,03%	18.807,72
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	51.712,85	53.580,59	-3,45%	0,02%	(1.847,74)
SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	47.760,00	39.480,00	20,97%	0,02%	8.280,00
BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	46.967,16	105.860,90	-55,63%	0,02%	(58.893,74)
SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	46.908,41	87.070,79	-46,13%	0,02%	(40.162,38)
CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE ILUMINACAO PUBLICA	46.052,48	62.274,22	-26,05%	0,02%	(16.221,74)
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	37.728,21	69.116,97	-45,41%	0,02%	(31.388,76)
MATERIAL FARMACOLOGICO	36.809,17	25.830,00	42,51%	0,02%	10.979,17
GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	30.366,06	22.833,50	32,99%	0,01%	7.532,56
LOCAÇÃO BENS MOV. OUT. NATUREZAS E INTANGÍVEIS	30.263,20	22.715,70	33,23%	0,01%	7.547,50
MATERIAL PARA COMUNICACOES	29.453,76	4.102,50	617,95%	0,01%	25.351,26
MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	27.948,20	39.499,94	-29,24%	0,01%	(11.551,74)
DIARIAS - CIVIL	27.342,17	311.490,82	-91,22%	0,01%	(284.148,65)
SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	21.618,00	41.601,00	-48,03%	0,01%	(19.983,00)
MATERIAL HOSPITALAR	19.443,74	1.005,00	1.834,70%	0,01%	18.438,74
DIARIAS NO EXTERIOR	13.645,16	0,00	100,00%	0,01%	13.645,16
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12.239,33	5.956,46	105,46%	0,01%	6.282,87
MULTAS INDEBITIVAS	11.739,46	10.560,07	11,17%	0,01%	1.179,39
MANUT. E CONS. DE B. MOVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	10.715,20	76.010,00	-85,90%	0,00%	(65.294,80)
MATERIAL P/ FESTIVIDADES E HOMENAGENS	10.284,74	9.781,36	5,15%	0,00%	503,38
INDENIZACOES	9.557,37	349.581,43	-97,27%	0,00%	(340.024,06)
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS MOVEIS - OUTROS SERV. TERC. PESSOA FÍSICA	9.195,00	22.665,31	-59,43%	0,00%	(13.470,31)
SERVICOS DOMESTICOS	8.874,07	2.110,07	320,56%	0,00%	6.764,00
PASSAGENS PARA O EXTERIOR	8.637,54	7.928,59	8,94%	0,00%	708,95
SERVICO DE INCINERACAO, DESTRUICAO E DEMOLICAO	7.538,00	0,00	100,00%	0,00%	7.538,00
OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	7.255,39	1.841,59	341,97%	0,00%	5.613,80
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	5.421,59	716,20	666,99%	0,00%	4.705,39
SEGUROS EM GERAL	4.839,88	4.509,93	7,32%	0,00%	329,95
MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	4.116,00	890,00	362,47%	0,00%	3.226,00
JUROS	3.742,64	5.118,62	-26,88%	0,00%	(1.375,98)
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	3.132,50	10.990,00	-71,50%	0,00%	(7.857,50)
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	3.000,00	6.236,85	-51,90%	0,00%	(3.236,85)
LOCAÇÃO DE SOFTWARES	3.000,00	0,00	100,00%	0,00%	3.000,00
SERVICOS DE GAS	2.898,93	0,00	100,00%	0,00%	2.898,93
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	2.671,75	0,00	100,00%	0,00%	2.671,75
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	1.500,00	7.470,00	-79,92%	0,00%	(5.970,00)
CONFERENCIAS, EXPOSICOES E ESPETACULOS	1.420,00	1.347,50	5,38%	0,00%	72,50
ENCARGOS FINANCEIROS INDEBITIVAS	1.062,34	3.296,80	-67,80%	0,00%	(2.236,46)
ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	1.044,00	1.044,00	0,00%	0,00%	0,00
FERRAMENTAS	429,50	1.434,32	-70,06%	0,00%	(1.004,82)
SERVICOS JUDICIARIOS	239,98	964,10	-75,11%	0,00%	(724,12)
SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	60,00	0,00	100,00%	0,00%	60,00
AUXILIO-FUNERAL ATIVO CIVIL	0,00	5.500,00	-100,00%	0,00%	(5.500,00)
MATERIAL P/ UTILIZACAO EM GRAFICA	0,00	689,80	-100,00%	0,00%	(689,80)
MANUTENCAO E CONSERV. DE EQUIPAMENTOS	0,00	36,00	-100,00%	0,00%	(36,00)
SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO	0,00	2.200,00	-100,00%	0,00%	(2.200,00)
COMBUSTOES E CORRETIVOS	0,00	5,00	-100,00%	0,00%	(5,00)
LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	120,00	-100,00%	0,00%	(120,00)
	231.629.540,65	226.913.577,98	2,08%	100,00%	4.715.962,67

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Diante da análise combinada das maiores variações positivas, percentuais e monetárias, entre os exercícios 2017/2016 se destacam os seguintes aumentos relativos a liquidações de outras despesas correntes, destinadas à manutenção do órgão, quais sejam: aumento de 261% nos gastos com serviços de manutenção e conservação de bens imóveis (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica) e 173% na aquisição de materiais destinados à manutenção e conservação de bens imóveis/instalações; e 833% nos serviços contratados para seleção e treinamento (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica).

Quanto às maiores variações negativas entre os exercícios 2017/2016, percentuais e monetárias, destacam-se: redução de (26%) de gastos liquidados com perícias e (25%) com encargos sociais, ambos relacionados à justiça gratuita; (90%) a menos aplicados na aquisição de materiais de processamento de dados; (45%) de redução com serviços de cópias e reprodução de documentos; e (69%) a menos em materiais de expediente.

Embora elencados, no quadro antecedente, os valores relativos às variações das liquidações processadas de Outras Despesas Correntes em 2017, com orçamento do exercício, em ordem decrescente, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior, seguem evidenciados os dez de maior impacto:

QUADRO 104 – MAIORES DESPESAS LIQUIDADAS – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

DEZ MAIORES DESPESAS

OUTRAS DESPESAS CORRENTES – ORÇAMENTO 2017

NATUREZA DE DESPESA DETALHADA	TOTAL LIQUIDADADO	
	2017 (R\$)	Var% 2017/2016
AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	42.645.057,02	0,02%
RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	38.717.258,50	8,81%
SENTENCA JUDICIAL - AUXILIO MORADIA (ACORDAO TCU 1690),DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002).	21.529.310,91	1,23%
LOCAAO DE IMOVEIS	18.343.575,92	14,24%
PERICIAS TECNICAS JUSTICA GRATUITA	14.999.986,60	-25,80%
VIGILANCIA OSTENSIVA	12.145.125,74	-5,94%
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	8.879.281,86	5,72%
LIMPEZA E CONSERVACAO	8.035.436,90	-1,29%
DIARIAS NO PAIS	7.146.606,85	10,53%
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	7.024.952,21	257,06%

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

c) Despesas Liquidadas – Investimentos

QUADRO 105 – DESPESAS LIQUIDADAS – INVESTIMENTOS

Em R\$

NATUREZA DESPESA DETALHADA	DESPESAS LIQUIDADAS		AH	AV	Variação Absoluta
	2017	2016			
MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	8.201.226,00	2.327.861,09	252,31%	42,69%	5.873.364,91
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	6.251.373,77	295.632,68	2.014,57%	32,54%	5.955.741,09
VEÍCULOS DE TRACAO MECANICA	2.381.968,00	0,00	100,00%	12,40%	2.381.968,00
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS	1.219.980,75	991.006,39	23,11%	6,35%	228.974,36
MOBILIÁRIO EM GERAL	885.751,21	2.532.645,97	-65,03%	4,61%	(1.646.894,76)
VEÍCULOS DIVERSOS	96.000,00	0,00	100,00%	0,50%	96.000,00
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	70.839,45	90.489,00	-21,71%	0,37%	(19.649,55)
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	44.230,00	1.145,00	3.762,88%	0,23%	43.085,00
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	29.093,14	6.738,92	331,72%	0,15%	22.354,22
APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.	11.705,00	1.044,00	1.021,17%	0,06%	10.661,00
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	9.089,00	0,00	100,00%	0,05%	9.089,00
MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	7.986,00	0,00	100,00%	0,04%	7.986,00
MELHORIA EQUIPAMENTO PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	3.890.464,68	-100,00%	0,00%	(3.890.464,68)
OBRAS EM ANDAMENTO	0,00	380.523,97	-100,00%	0,00%	(380.523,97)
PECAS NA O INCORPORAVEIS A IMOVEIS	0,00	49.260,00	-100,00%	0,00%	(49.260,00)
	19.209.242,32	10.566.811,70	81,79%	100,00%	8.642.430,62

Fonte: Tesouro Gerencial

Verifica-se, mediante análise vertical do quadro acima, que a soma das despesas liquidadas de cinco itens representam 99% do total liquidado no ano de 2017, quais sejam: R\$ 8,2 milhões em material de TIC; R\$ 6,3 milhões em aquisição de software; R\$ 2,4 milhões na aquisição de veículos para renovação da frota; R\$ 1,2 milhão em aparelhos e utensílios domésticos; e R\$ 886 mil na aquisição de mobiliário em geral.

Dessa maneira se destacam os investimentos direcionados para Tecnologia da Informação, em veículos para a renovação da frota, e aparelhos e utensílios domésticos para as diversas unidades sob a jurisdição do órgão.

Embora elencados, no quadro acima, os valores relativos às variações das despesas liquidadas de Investimentos em 2017, com orçamento do exercício, em ordem decrescente, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior, seguem evidenciados os dez de maior impacto:

QUADRO 106 – MAIORES DESPESAS LIQUIDADAS – INVESTIMENTOS

DEZ MAIORES DESPESAS
INVESTIMENTOS - ORÇAMENTO 2017

NATUREZA DE DESPESA DETALHADA	TOTAL LIQUIDADADO	
	2017 (R\$)	Var% 2017/2016
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	8.201.226,00	252,31%
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	6.251.373,77	2014,57%
VEÍCULOS DE TRACAO MECANICA	2.381.968,00	100,00%
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS	1.219.980,75	23,11%
MOBILIÁRIO EM GERAL	885.751,21	-65,03%
VEÍCULOS DIVERSOS	96.000,00	100,00%
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	70.839,45	-21,71%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	44.230,00	3762,88%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	29.093,14	331,72%
APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.	11.705,00	1021,17%

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.7.3.4 Da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados

O valor da diferença entre o total empenhado e o montante liquidado no exercício de 2017, R\$ 60.608.058,17, foi inscrito em restos a pagar não processados ao final do exercício, conforme demonstrado no quadro a seguir, por grupo de natureza da despesa.

QUADRO 107 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2017 E CRÉDITOS ADICIONAIS)			Em R\$
Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	
15116	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$17.551.284,76
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$20.942.538,50
		INVESTIMENTOS	R\$19.436.337,04
TOTAL			R\$57.930.160,30
PROVISÕES RECEBIDAS			Em R\$
Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	
15101	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$422.119,11
15126	CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$1.668.306,67
		INVESTIMENTOS	R\$587.472,09
TOTAL			R\$2.677.897,87
TOTAL GERAL			R\$60.608.058,17

Fonte: Tesouro Gerencial

A porcentagem dos valores inscritos em restos a pagar não processados em relação à dotação, autorizada líquida do contingenciamento e da devolução das provisões recebidas não utilizadas, foi de:

- 3,58% do total consignado na LOA/2017;
- 15,59% do total descentralizado líquido a título de provisão.

Em relação ao orçamento total, o índice de inscrição em restos a pagar não processados ao final do exercício de 2017 foi de 3,66%, contra 1,84% apurado no ano de 2016.

Seguem destacados os valores mais relevantes, por origem de crédito e processo, a serem liquidados no exercício seguinte.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 108 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES MAIS RELEVANTES

ORÇAMENTO 2017 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Em R\$)
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2017 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

Processo	Objeto	Valor Inscrito em RPNP
FLS.001/17	FL extras AGN e férias, normal ref. Jan/17, extra de benefícios, ind.transporte, ajuda de custo, curso; extra de acertos Jan/17; auxilio funeral;	10.318.187,15
FLS.005/17	Folha Extra Rap não Processado e Exercícios Anteriores	8.688.320,46
CP0420/2017	Aquisição com instalação de estrutura metálica composta por estantes de aço, destinadas ao prédio do Arquivo, em Paulínia, conforme TR000519/2017, fls. 02/07, Planilhas Estimativas de fl. 81 e Informação de fls. 65/66 e 82.	5.291.454,92
CP0676/2017	Aquisição de monitores de vídeo para microcomputadores	2.814.865,56
CP0646/2017-A	CP0646/2017-A ARP 102/2017 Objeto: Servidores de Rede Fornecedor: HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA	2.781.091,93
CP0471/2017	Contratação de empresa especializada em engenharia de construção civil para execução das obras de construção de imóvel para a Vara do Trabalho de Itapetininga, situado na Rua Presidente Jânio da Silva Quadros esquina da Av. José de Almeida Carvalho, Jd.Ma	2.330.000,00
CP0310/2017-A	CP0310/2017-A- ARP: 058/2017- Objeto: Ar condicionado - Fornecedor: ARAUCÁRIA AR CONDICIONADO LTDA ME	1.943.991,47
CP0330/2015	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, nas dependências dos edifícios onde estão instaladas as Unidades deste E. Tribunal, em todas as Circunscrições, conforme Termo de Requisição nº 000440/2015 (fls. 02/12), planilhas	1.895.950,17
CP0697/2017-A	CP0697/2017-A ARP 105/2017 Objeto: Cabeamento Fibra Óptica - GPON Fornecedor: INFOCABLE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA LTDA	1.261.637,40
CP0212/2016	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, conforme TRçs 0050/2016 e 0051/2016, fls. 02/17, alterado às fls. 21/38, Planilhas Estimativas de fls. 189/194 e Informação de fls. 170/173 e 195.	1.209.388,48
CP0236/2017-A28	CP0236/2017-A28- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial - FT Piracicaba - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	1.129.853,10
CP0310/2017-B	CP0310/2017-B- ARP: 059/2017- Objeto: Ar condicionado - Fornecedor: INTERCLIMA ANDRADINA AR CONDICIONADO LTDA EPP	1.089.446,16
CP0548/2017	Aquisição, Contratação de Garantia, Manutenção e Suporte de equipamentos tipo Switch.	971.032,50
CP0236/2017-A27	CP0236/2017-A27- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial - Ed-Sede Judicial - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	932.630,61
CP0580/2017-A	CP0580/2017-A- ARP: 099/2017- Objeto: Solução de Hardware e Software- Fornecedor: 5F SOLUÇÕES, SERVIÇOS E COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	765.044,00
CP0364/2017	Registro de Preços para eventual prestação de serviços de mudança e transporte de material permanente, de informática e outros de grande porte, conforme TR000408/2017, fls. 02/12, complementado às fls. 14/18, Planilhas Estimativas de fls. 55/57 e Informaç	593.953,71
CP0176/2016	Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado, conforme TR0182/2016, fls. 02/07, complementado à fl. 89, Planilhas Estimativas de fls. 87/88 e Informação de fl. 90.	535.815,65
CP0236/2017-A25	CP0236/2017-A25- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial - Edifício-Sede Administrativo - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	511.667,61
CP0646/2017-B	CP0646/2017-B ARP 103/2017 Objeto: Servidores de Rede Fornecedor: GLOBAL DISTR. DE BENS DE CONSUMO LTDA	506.666,64
PA. 1044-63.2011	Serviços de digitalização de processos judiciais, em quantitativo anual estimado de 25.000.000 de páginas - TRT 15ª Região	469.506,82
CP0567/2014	Contratação de serviços terceirizados de motoristas (60 postos de motoristas e 02 postos de supervisores), conforme Termo de Requisição nº 000606/2014 às fls. 02/02-verso, projeto básico retificado às fls. 15/21-verso e complementado à fl. 232, minuta con	467.682,51
CP0503/2017	Recuperação e Tratamento, e Instalação de Pontos de Ancoragem nas Fachadas e do Edifício Sede Administrativo	467.490,75
CP0559/2017	Eventual aquisição de veículos destinados a compor a frota oficial deste Tribunal. TR0736/2017, fls. 02/08, complementado às fls. 09/13, Planilha Estimativa de fls. 29 e Informação de fls. 30.	444.392,00
CP0648/2017	Aquisição de peças para impressora, conforme TR0867/2017, fls. 02/47, complementado à fl. 49, Planilhas Estimativas de fls. 79/80 e Informação de fls. 81/83.	417.303,60
SPA. 070/17	CPFL - Energia elétrica	401.982,40
CP0558/2017	Aquisição de veículos destinados a compor a frota oficial deste Tribunal. TR0735/17, fls. 02/08, complementado com as informações às fls. 09, planilha às fls. 20 e informações fls. 21	400.264,00
CP0548/2017-B	CP0548/2017-B ARP 098/2017 Objeto: Aquisição de Switches de Distribuição Fornecedor: TECNOSET INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	384.403,00
CP0123/2014	Contrato com a ECT.	354.482,92
CP0236/2017-A39	Manutenções Cíveis - Almoxarifado	331.605,80
CP0236/2017-A30	CP0236/2017-A30- ARP: 060/2017- Objeto: Manutenção Predial - FT São José do Rio Preto - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	291.744,83
CP0579/2017-A	CP0579/2017-A ARP: 088/2017- Objeto: Energia Elétrica Condicionada Fornecedor: ÁPICE SISTEMAS DE ENERGIA LTDA	232.133,32
CP0163/2017	Contratação de serviços especializados, para a instalação de um Gerador de 165 KVA, da marca Heimer, destinado à Sede Judicial, conforme TR01991/2017, fls. 02/23, complementado às fls. 26/34.	204.000,00
CP0536/2017	Contratação de empresa especializada para modernização e adequação das Instalações Elétricas da Cabine de Média Tensão do Fórum Trabalhista de Bauru, conforme TR0708/2017, fls. 02/52.	203.000,00
CP0546/2017-A	CP0546/2017-A- ARP: 104/2017- Objeto: Poltronas para auditório - Fornecedor: ALBERFLEX INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.	201.278,58

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 109 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – PROVISÕES RECEBIDAS – VALORES MAIS RELEVANTES

ORÇAMENTO 2017 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Em R\$)

PROVISÕES RECEBIDAS

Processo	Objeto	Valor Inscrito em RPNP
CP0508/2017	Substituição dos Pisos Elevados dos Fóruns Trabalhistas de Campinas e Bauru.	1.456.747,56
CP0411/2017	Contratação de serviços especializados, com recolhimento de ART, para retrofit com substituição do ar central, exceto os dutos de insuflamento, que permanecerá e passará por limpeza asséptica, instalados no pavimento térreo na sede Administrativa, com for	470.199,99
PA. 1324-34.2011	Serviços de telecomunicações de dados p/atendimento aos TRT 2ª e TRT 15ª Regiões / SIGI-JT (Sist.Integrado de Gestão de Informática da JT)	252.711,27
CP0412/2017	Contratação de empresa especializada para retirada e instalação de 252 esquadrias em alumínio na Sede Administrativa deste E. Tribunal, conforme TR000480/2017, fls. 02/06, complementado à fl. 21, Planilhas Estimativas de fls. 58/59 e Informação de fls. 60	139.896,12
CP0365/2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de climatização na Sede Administrativa deste E. Tribunal, para fornecimento e instalação de 140 (cento e quarenta) aparelhos condicionadores de ar tipo split inverter HI-WALL 18.000 BTU's, de	63.299,60
CP0236/2017-A9	CP0236/2017-A9- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial - F.T. de Piracicaba - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	53.662,99
CP0495/2017	Aquisição de Microcomputadores e Monitores.	49.980,00
CP0515/2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, programada, evolutiva e corretiva, com fornecimento integral de peças, dos subsistemas e da sala-cofre do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.	45.718,90
CP0587/2017	Solução de Segurança para estações de trabalho e servidores físicos, com proteção de e-mail, anti malware, firewall integrado e controle de web.	37.093,15
CP0577/2015	Fornecimento de solução de "Application Performance Management" - APM, incluindo instalação, configuração, treinamento e garantia de funcionamento por 36 meses.	34.879,35
CP0417/2016	Contratação de suporte técnico Oracle	25.609,44
CP0783/2015	Aquisição de servidor de aplicação JBOSS	23.979,14
CP0741/2017	Confecção das revistas "Jovens de Maria" e "Devotos Mirins".	16.800,00
CP0789/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento, suporte, atualização e manutenção da solução de filtragem para correio eletrônico do TRT da 15ª Região.	7.220,00
CP0375/2016	Contratação de empresa para serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais	100,36

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

2.3.8 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

2.3.8.1 Concessão de Suprimento de Fundos

QUADRO 110 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Valores em R\$

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	080011	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	0	0	276	109.121,72	4.000,00
2016	080011	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	0	0	270	151.718,30	4.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial e quantitativos informados pela Área Técnica da Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT da 15ª Região.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.8.2 Utilização de Suprimento de Fundos

QUADRO 111 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Valores em R\$

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	Total (a+b)
2017	080011	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	0	0	63	15.631,00	93.483,02	109.114,02
2016	080011	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	0	0	83	23.512,00	144.928,64	168.440,64

Fonte: Tesouro Gerencial e quantitativos informados pela Área Técnica da Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT da 15ª Região.

2.3.8.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

QUADRO 112 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS

Valores em R\$

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
080011	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	3390.30 – Material de Consumo	33903009 - material farmacológico	124,17
			33903010 - material odontológico	3.446,16
			33903016 - material de expediente	263,34
			33903017 - material de TIC - processamento de dados	201,49
			33903019 - material de acondic. e embalagem	765,45
			33903024 - material p/ manut.de bens imóveis/instal.	20.653,74
			33903025 - material p/ manutenção de bens moveis	2.870,90
			33903026 - material elétrico e eletrônico	12.513,17
33903028 - material de proteção e segurança	217,85			



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

			33903029 - material p/ áudio, vídeo e foto	30,00
			33903036 - material hospitalar	237,30
			33903042 - ferramentas	139,50
			33903044 - material de sinalização visual e outros	2.251,64
		3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	33903916 - manutenção e conserv. de bens imóveis	37.135,50
			33903917 - manut. e conserv. de máq. e equipamentos	16.873,17
			33903920 - manut.e cons.de b. móveis de outras natur.	550,00
			33903946 - serviços domésticos	2.116,00
			33903959 – serviços de áudio, vídeo e foto	60,00
			33903963 - serviços gráficos e editoriais	150,00
			33903966 - serviços judiciários	239,98
			33903979 - serv. de apoio admin. técnico e operac.	1.260,00
		3390.47 – obrigações tributárias - pagto antecipado		
			33904710 - taxas	81,53
			Total Aplicado no Exercício	102.180,89

Fonte: Tesouro Gerencial

2.3.8.4 Análise Crítica

2.3.8.4.1 Suprimento de Fundos – Cartão de Pagamento do Governo Federal

O Ato Regulamentar GP nº 10/2010, de 14 de setembro de 2010, alterado pelo Ato Regulamentar GP nº 06/2013, de 06 de maio de 2013, e pelo Ato Regulamentar GP nº 02/2015, de 05 de março de 2015, regulamentou a concessão e a aplicação de Suprimento de Fundos, exclusivamente com o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, e dispôs sobre a sua utilização, também, na modalidade de saque em espécie, no âmbito da Justiça do Trabalho da 15ª Região.

No citado normativo estão autorizadas as aquisições de serviços ou bens de consumo, desde que comprovada sua imprescindibilidade à prestação jurisdicional, a necessidade de pronto pagamento e seu caráter indiscutivelmente eventual, bem como que as despesas não possam se subordinar ao processo normal de aplicação.

O valor de R\$ 4.000,00 indicado como o maior limite individual concedido considerou a natureza da despesa concedida ao suprido, e observou os termos do artigo 4º do Ato Regulamentar GP nº 10/2010.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Os números relacionados com a operacionalização no SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, no exercício de 2017, na modalidade de suprimento de fundos foram:

- Limites concedidos no importe total de R\$ 109.121,72 a 50 agentes supridos pertencentes às diversas unidades administrativas de 1ª e 2ª Instâncias deste Tribunal, com a autuação de mesmo número de processos para o acompanhamento da movimentação orçamentária e financeira das concessões e prestações de contas, o montante da concessão foi 28% menor que o verificado no ano anterior;
- Prestações de contas apresentadas pelos supridos e aprovadas pelo Ordenador de Despesas, valores aplicados líquidos das devoluções, somou R\$ 102.180,89, sendo que deste total: R\$ 43.714,71 foram destinados a aquisições de bens de consumo, R\$ 58.384,65 utilizados em contratações de prestadores de serviços – pessoa jurídica, e R\$ 81,53 gastos com obrigações tributárias. Vale ressaltar os gastos mais relevantes aplicados na manutenção e conservação de bens imóveis e de máquinas e equipamentos, material elétrico/eletrônico e odontológico;
- Foram despendidos R\$ 93.483,02 em quitações das faturas dos Cartões de Pagamento do Governo Federal – CPGF;
- O total de saques efetuados pelos supridos somou R\$ 15.631,00, registre-se que este valor observou o dispositivo legal que limita em 30% do montante dos saques/ano em relação ao total da despesa anual com suprimento de fundos;
- As devoluções efetuadas pelos agentes responsáveis, por motivo de indeferimento de gastos pelo Ordenador de Despesas, ou por numerário remanescente de saques, totalizaram R\$ 6.940,83 (R\$ 74,69 – devoluções de saques; e R\$ 6.866,14 – devoluções de faturas), recolhidas mediante GRU – Guia de Recolhimento da União, cujas despesas foram estornadas no próprio exercício.
- A diferença de R\$ 7,70 entre o total concedido e a soma de saques e faturas pagas decorreu de recolhimentos relativos a ISSQN, realizados para as prefeituras, conforme documentos Siafi 2017NS001485 e 2017NS003536.

Os Suprimentos de Fundos concedidos em 2017 foram encerrados tempestivamente, tendo os responsáveis prestado contas nos prazos estabelecidos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.4 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho operacional utilizados pela Secretaria de Orçamento e Finanças são aqueles constantes do SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, que acompanham a realização das metas físicas previstas nas Ações Programáticas consignadas na Lei Orçamentária Anual, assunto tratado no conteúdo do item “2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade” deste Relatório de Gestão.

Os indicadores que aferem o alcance dos objetivos finalísticos estão explicitados no item “2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos” deste Relatório de Gestão.



3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das Estruturas de Governança

O Conselho Nacional de Justiça, assim como o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por intermédio de suas unidades de controle e de suas respectivas Corregedorias realizam, constantemente, ações de inspeção e auditoria com o objetivo de examinar a regularidade das ações realizadas nos órgãos vinculados, bem como o cumprimento das diretrizes fixadas por seus atos normativos.

No âmbito interno, as atividades de correição e auditoria são realizadas, conforme a natureza do ato, pela Corregedoria Regional e pela Coordenadoria de Controle Interno.

O TRT da 15ª Região possui as seguintes estruturas de apoio à gestão e/ou controle, independentes entre si, cujas competências estão fixadas, precipuamente, no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região ou na Resolução Administrativa n.º 10/2012.

3.1.1 Tribunal Pleno

a) Base Normativa

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigo 20.

b) Atribuições/Forma de atuação

b.1) Em matéria judiciária:

I – processar e julgar originariamente:

- i. as arguições de inconstitucionalidade de lei ou de ato do poder público, quando acolhidas pelo Órgão Especial, pelas Seções Especializadas, pelas Câmaras, ou quando opostas em processos de sua competência originária;
- ii. as ações rescisórias de seus próprios acórdãos;
- iii. os habeas corpus e os mandados de segurança contra seus próprios atos, contra os atos do seu Presidente, nesta qualidade;
- iv. os incidentes de uniformização da jurisprudência e de assunção de competência;
- v. os incidentes de resolução de demandas repetitivas suscitados em processos de sua competência e nos de competência das Câmaras;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

vi. as reclamações que visem preservar a competência do Tribunal, garantir a autoridade de suas decisões ou a observância de acórdão proferido em julgamento de incidentes de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas;

vii. a revisão de tese firmada nos incidentes de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas.

II – processar e julgar nos feitos de sua competência:

i. as exceções de suspeição e impedimento de seus Desembargadores;

ii. as exceções de incompetência que lhe forem opostas;

iii. as restaurações de autos;

iv. as habilitações incidentes e as arguições de falsidade;

v. os agravos regimentais e os agravos internos;

vi. os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;

b.2) Em matéria administrativa:

I – aprovar e alterar, as disposições deste Regimento Interno;

II – eleger e dar posse aos membros da direção do Tribunal, segundo o disposto no art. 14;

III – eleger e dar posse aos membros do Órgão Especial, observados os artigos 21-A e 21-B;

IV – compor, para promoção por merecimento, por votação aberta, nominal e motivada, realizada com base em pontuação atribuída pelos Desembargadores aos candidatos, a ser entregue no início da sessão de votação, as listas tríplexes dos Juízes e indicar, para promoção por antiguidade, o Juiz com direito a esta;

V – organizar, mediante votação aberta, nominal e motivada, as listas tríplexes dos candidatos ao preenchimento de vagas destinadas ao quinto constitucional;

VI – elaborar, anualmente lista de Juízes Titulares de Varas do Trabalho, destinada à convocação para substituição no Tribunal, mediante votação aberta, nominal e motivada, que obedecerá, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento, e que, nesse caso, será realizada com base em atribuição de pontuação pelos Desembargadores aos candidatos, a ser entregue no início da sessão de votação;

VII – constituir as comissões a que se refere o art. 296, elegendo os respectivos integrantes para mandatos coincidentes com os dos órgãos da direção do Tribunal;

VIII – eleger e dar posse ao Diretor e ao Vice-Diretor da Escola Judicial;

IX – fixar os dias e os horários de suas sessões ordinárias, assim como do funcionamento dos demais órgãos do Tribunal;

b.3) editar, modificar ou revogar Súmula da Jurisprudência predominante, ou Tese Prevalente, em dissídios individuais, exceto em matéria de competência das Seções Especializadas;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- b.4) resolver as dúvidas que lhe forem submetidas pelo Presidente ou por seus Desembargadores, sobre a ordem dos trabalhos ou a interpretação e execução deste Regimento, observados os termos do art. 326;
- b.5) fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões, declarando a nulidade dos atos contra elas praticados;
- b.6) requisitar às autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação, representando contra aquelas que não atenderem às requisições;
- b.7) outorgar as comendas de mérito, na forma da respectiva Resolução;
- b.8) apreciar e aprovar as prestações de contas e relatório geral encaminhados pela Presidência do Tribunal;
- b.9) apreciar e referendar a proposta orçamentária enviada pelo Presidente do Tribunal;
- b.10) apreciar e aprovar a proposta de Planejamento Estratégico quinquenal, elaborada pelo Presidente do Tribunal.

3.1.2 Órgão Especial

a) Base Normativa

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigo 21-F.

b) Atribuições/Forma de atuação

b.1) Em matéria judiciária:

I – processar e julgar originariamente:

- i. quaisquer conflitos de competência, jurisdição e atribuições envolvendo os órgãos do Tribunal e os Desembargadores que os integram, ressalvada a competência prevista nos arts. 29, XX, 47, § 3º, 49, § 2º, 49-B, § 2º e 51, § 2º;
- ii. o habeas corpus, habeas data e mandado de segurança em processos de sua competência e contra os atos do Presidente do Tribunal, Vice-Presidente Administrativo, Vice-Presidente Judicial, Corregedor Regional, Vice-Corregedor Regional, assim como, nas questões administrativas, contra os atos de suas Seções Especializadas, de suas Turmas, de quaisquer de seus órgãos, de seus Desembargadores, de Juízes de primeiro grau e de seus servidores;
- iii. os agravos regimentais, nas hipóteses do art. 281, II;
- iv. as ações rescisórias de seus acórdãos;
- v. o mandado de segurança impetrado contra atos praticados pelos membros de Comissão de Concurso;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- vi. as habilitações incidentes, as arguições de falsidade, as exceções de impedimento e de suspeição vinculadas a processos pendentes de sua decisão;
 - vii. os agravos de petição, nos casos previstos no § 2º do art. 263, assim como aqueles decorrentes da execução da decisão proferida na ação rescisória, aos quais será aplicado o disposto no art. 54, II;
 - viii. as demais exceções de suspeição e impedimento opostas contra Juízes de 1º grau não enquadradas nas competências dos órgãos fracionários, aplicando-se, no que couber, as disposições do art. 54, inciso XX, deste Regimento Interno;
 - ix. os incidentes de resolução de demandas repetitivas em matéria de sua competência;
 - x. as reclamações que visem garantir a autoridade de suas decisões ou a observância dos acórdãos proferidos nos incidentes de resolução de demandas respectivas de sua competência;
 - xi. a revisão de tese jurídica firmada em incidente de resolução de demanda repetitiva de sua competência;
- II – deliberar sobre as demais matérias jurisdicionais não incluídas na competência dos outros órgãos do Tribunal;
- III – processar e julgar nos feitos de sua competência:
- i. as exceções de suspeição e impedimento de seus Desembargadores;
 - ii. as exceções de incompetência que lhe forem opostas;
 - iii. as restaurações de autos;
 - iv. as habilitações incidentes e as arguições de falsidade;
 - v. os agravos regimentais e os agravos internos;
 - vi. os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;
- b.2) Em matéria administrativa:
- I – processar e julgar as questões e os recursos de natureza administrativa, originários de atos do Presidente do Tribunal, da Corregedoria, de quaisquer de seus Desembargadores, dos Juízes de primeiro grau e de seus servidores, observado o prazo do art. 293;
- II – deliberar, referendar e determinar o processamento de:
- i. exoneração e aposentadoria de Desembargadores;
 - ii. remoções voluntárias e permutas de Juízes Titulares de Varas do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos;
 - iii. promoções de Juízes Titulares de Varas do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos, que obedecerão, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento, e que, nesse caso, serão realizadas com base em pontuação atribuída pelos Desembargadores aos candidatos, a ser entregue no início da sessão de votação;
- III – exercer disciplina sobre os Juízes de 1ª Instância e julgar os processos disciplinares em que sejam partes, garantida sempre a ampla defesa;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

IV – determinar, nos casos de interesse público, a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria de Juízes de 1ª Instância, assim como a disponibilidade ou aposentadoria de membro do próprio Tribunal;

V – deliberar sobre proposta de não-vitaliciamento ou perda do cargo de Juiz não-Vitalício;

VI – apreciar e decidir os pedidos de remoção de Turmas, Câmaras e Seções Especializadas entre os Desembargadores, observada a ordem de antiguidade entre os interessados que tenham manifestado interesse na vaga, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao envio de comunicado da Presidência, por meio eletrônico, aos Desembargadores, com notícia de pedido de remoção ou de existência e oferta da vaga;

VII – fixar e rever as diárias e ajudas de custo do Presidente, do Vice-Presidente Administrativo, do Vice-Presidente Judicial, do Corregedor Regional, do Vice-Corregedor Regional, dos Desembargadores do Trabalho, dos Juízes de 1ª Instância e dos servidores;

VIII – apreciar e decidir os pedidos de remoção de Turmas, Câmaras e Seções Especializadas entre os Desembargadores, observada a ordem de antiguidade entre os interessados que tenham manifestado interesse na vaga, prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao envio de comunicado da Presidência, por meio eletrônico, aos Desembargadores, com notícia de pedido de remoção ou de existência e oferta da vaga;

IX – deliberar sobre a definição das circunscrições judiciárias, com a finalidade de distribuição e lotação dos magistrados de 1º grau, mediante proposta da Corregedoria Regional;

X – deliberar sobre a alteração e estabelecimento da jurisdição das Varas do Trabalho, assim como a transferência de sua sede de um Município para outro, visando à melhoria e agilização na prestação jurisdicional, mediante proposta da Corregedoria Regional;

XI – deliberar sobre as indicações para os cargos de Secretários das Seções Especializadas e das Turmas.

XII – deliberar sobre as demais matérias administrativas não incluídas na competência dos outros órgãos do Tribunal.

XIII – conceder licenças para frequências em cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos;

XIV – aprovar as comissões de licitação;

XV – propor ao Tribunal Superior do Trabalho a criação, com a fixação dos vencimentos correspondentes, e a extinção de cargos ou funções, além de outros órgãos;

XVI – estabelecer os critérios, designar as comissões, aprovar as instruções, a classificação final dos candidatos, assim como a prestação de contas dos concursos para provimento dos cargos de Juiz do Trabalho Substituto e de servidores do quadro de pessoal; os concursos terão validade por até dois anos, prorrogável uma vez por igual período.

XVII – autorizar a denominação dos Fóruns e prédios.

XVIII – deliberar sobre pedido de residência do Magistrado fora da respectiva jurisdição ou circunscrição.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

XIX – aprovar o regulamento da secretaria e serviços auxiliares, assim como as alterações necessárias.

b.3) organizar seus serviços auxiliares;

b.4) fixar os dias de suas sessões;

b.5) convocar Desembargador para a formação de quorum, respeitada a ordem de antiguidade;

b.6) editar resoluções, provimentos e outros atos, mediante proposta de quaisquer de seus órgãos ou Desembargadores, após aprovação pela maioria destes;

b.7) praticar quaisquer outros atos necessários ao bom funcionamento da Justiça do Trabalho da 15ª Região, assim como deliberar o que for cabível, nos casos não previstos neste Regimento;

b.8) fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões, declarando a nulidade dos atos contra elas praticados;

b.9) dar ciência à Corregedoria de atos considerados atentatórios à boa ordem processual;

b.10) determinar às Varas do Trabalho a realização dos atos processuais e das diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação;

b.11) requisitar às autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação, representando contra aquelas que não atenderem às requisições.

3.1.3 Corregedoria Regional

a) Base Normativa

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigos 26 a 41;

Assento Regimental nº 5, de 23/11/2009;

Regulamento Interno da Corregedoria Regional.

b) Atribuições/Forma de atuação

I – exercer, uma vez por ano e sempre que necessário, correição nas Varas do Trabalho, nas Diretorias de foro, nos Serviços de Distribuição de Feitos de primeira instância, nas Centrais de Mandados e nos cálculos judiciais, facultado tal procedimento por meio de informações fornecidas pelo sistema de dados;

II – exercer correição extraordinária ou inspeção;

III – processar os pedidos de providências;

IV – processar contra ato ou despacho de Juiz de primeira instância a correição parcial requerida pela parte e, se admitida, julgá-la no prazo de dez dias, após a instrução;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

V – processar as representações alusivas aos serviços judiciários e auxiliares das Varas do Trabalho e as que envolverem Juiz do Trabalho de primeira instância, determinando e promovendo as medidas necessárias à regularidade do procedimento administrativo ou jurisdicional;

VI – apurar, de ofício ou mediante representação, ordenando, quando necessário, a imediata regularização ou as providências e as medidas adequadas:

a) ao cumprimento de prazos legais pelos Juízes do Trabalho de primeira instância;

b) à prática de atos ou omissões dos órgãos e serviços auxiliares, que devam ser corrigidos;

VII – baixar provimentos sobre matéria de sua competência, ad referendum do Tribunal Pleno e decidir as questões deles provenientes;

VIII – analisar e, se for o caso, cancelar ou mandar retificar portarias, ordens de serviço, instruções e outros atos de natureza administrativa baixados por Juízes do Trabalho de primeira instância e seus serviços auxiliares, quando contrariarem a lei ou este Regimento;

IX – prestar informações sobre Juízes do Trabalho de primeira instância para os fins de acesso, promoção, remoção, permuta e aplicação de penalidades;

X – aprovar, quando não previstos em lei, os modelos de livros e formulários dos serviços de primeira instância;

XI – examinar, em correição ou inspeção, autos, livros e documentos findos, determinando as providências cabíveis, exceto quanto à eliminação de processos, que será realizada na forma da lei;

XII – expedir instruções normativas aos serviços auxiliares das Varas do Trabalho;

XIII – instaurar, instruir e submeter à apreciação do Tribunal Pleno, procedimento nos casos de incorreção ou descumprimento de deveres e obrigações por parte de Juiz do Trabalho de primeira instância, de que possam resultar pena de advertência e censura, observado o princípio da ampla defesa;

XIV – propor ao Tribunal Pleno, por motivo de interesse público, a instauração de processo administrativo contra Juízes do Trabalho de primeira instância, em casos de punição que possa importar a perda do cargo, remoção, disponibilidade e aposentadoria compulsória;

XV – comunicar ao Presidente do Tribunal a necessidade de decretar regime de exceção em Vara do Trabalho e de designar Juízes para responder pelo expediente judiciário, definindo normas a serem observadas durante a vigência do regime de exceção, mediante aprovação do Tribunal Pleno;

XVI – realizar sindicâncias no âmbito de sua competência;

XVII – supervisionar a elaboração dos relatórios estatísticos sobre o movimento processual e a atuação jurisdicional dos Órgãos e dos Juízes da primeira instância, produzidos pela Secretaria da Corregedoria, e determinar a remessa ao Presidente do Tribunal para os fins do art. 22, XXXV do Regimento Interno do Tribunal;

XVIII – opinar, com dados técnicos e estatísticos, nos processos de criação, ampliação ou adequação de Varas do Trabalho, bem como nos casos de divisão ou revisão das circunscrições judiciárias;

XIX – decidir os conflitos de atribuições entre Juízes de primeiro grau;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

XX – fiscalizar o cumprimento do disposto no inciso V do art. 35 da Lei Complementar nº 35, de 1979;

XXI – decidir os recursos dos atos de natureza administrativa praticados por Juízes de primeiro grau ou por servidores a eles vinculados, no âmbito das respectivas atribuições;

XXII – emitir parecer nos processos de vitaliciamento;

XXIII – prestar informações nos processos de indicação de Diretores de Secretaria e de Serviço de Distribuição de Feitos;

XXIV – presidir audiências de conciliação em recursos de revista.

3.1.4 Comissão de Regimento Interno

a) Base Normativa

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigo 301.

b) Atribuições/Forma de atuação

I – emitir parecer sobre matéria regimental, em quinze dias, prorrogáveis por igual período;

II – estudar as proposições sobre reforma ou alteração regimental feitas pelos Desembargadores, emitindo parecer fundamentado e propondo sua redação, se for o caso, no mesmo prazo;

III – sugerir ao Tribunal Pleno qualquer alteração no Regimento.

3.1.5 Comissão de Jurisprudência

a) Base Normativa

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigo 304.

b) Atribuições/Forma de atuação

I – velar pela expansão, atualização e publicação das Súmulas ou Teses Prevalentes da jurisprudência predominante do Tribunal;

II – acompanhar a evolução da jurisprudência do Tribunal, com vistas à obrigatória uniformização, na forma do art. 896, § 3º da CLT;



III – ordenar o serviço de sistematização da jurisprudência do Tribunal, determinando medidas atinentes à seleção e ao registro, de modo a facilitar a pesquisa de julgados e processos;

IV – receber e processar propostas de edição, revisão ou cancelamento de Súmulas ou Teses Prevalentes.

3.1.6 Comissão de Vitaliciamento

a) Base Normativa

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigo 309.

b) Atribuições/Forma de atuação

A Comissão de Vitaliciamento, eleita pelo Tribunal, terá a incumbência de acompanhar o processo de vitaliciamento, em conjunto com a Corregedoria Regional e a Escola Judicial.

3.1.7 Comissão de Informática

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 313.

Resolução Administrativa nº 13/2012.

b) Atribuições/Forma de atuação

I – emitir parecer nas propostas de Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETIC e Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações – PDTIC apresentadas pelo Comitê de Governança de TI;

II – atuar como órgão consultivo da Presidência nas questões de competência dos Comitês de Priorização de Demandas de Tecnologia de Informação;

III – formular proposta orçamentária específica para os investimentos em Tecnologia de Informação, em harmonia com o Comitê Orçamentário de Primeiro Grau e Comissão de Orçamento e Finanças, fiscalizando a estrita observância do aprovado;

IV – promover intercâmbio e parceria com outras instituições na área de Tecnologia de Informação.



3.1.8 Comissão de Gerenciamento de Fluxo Processual

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 314.

b) Atribuições/Forma de atuação

I – definir e gerenciar a política de distribuição dos feitos de natureza recursal, apresentando sugestões e alternativas;

II – propor ao Tribunal Pleno a convocação de Juízes de primeiro grau para auxílio junto ao Tribunal, ouvida a Corregedoria.

3.1.9 Comissão de Gerenciamento de Orçamento e Finanças

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 315.

b) Atribuições/Forma de atuação

I – funcionar como órgão consultivo da Administração;

II – auxiliar a elaboração de proposta orçamentária e acompanhar sua execução;

III – opinar na fixação da política pública quanto à aplicação dos recursos.

3.1.10 Comissão de Gerenciamento de Assuntos Administrativos

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 316.

b) Atribuições/Forma de atuação

I – o assessoramento da Presidência, em matéria de política de pessoal;

II – a supervisão de concursos de provas e seleção;

III – a sugestão de medidas de aprimoramento da organização dos serviços administrativos.



3.1.11 Comissão da Ordem do Mérito Judiciário

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 317.

b) Atribuições/Forma de atuação

Competirá à Comissão da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho cumprir os termos da Resolução Administrativa no 4, de 8 de maio de 2000 ou outra que a substituir.

3.1.12 Comissão de Gerenciamento de Preservação da Memória da Justiça do Trabalho

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 318-A.

b) Atribuições/Forma de atuação

- I – preservar e organizar a memória da Justiça do Trabalho;
- II – superintender a avaliação de documentos relacionados à preservação da memória da Justiça do Trabalho;
- III – promover e difundir a memória da Justiça do Trabalho.

3.1.13 Comissão de Segurança

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 318-B.

b) Atribuições/Forma de atuação

- I – elaborar o plano de proteção e assistência dos Juízes em situação de risco e conhecer e decidir pedidos de proteção especial, formulados por Magistrados;
- II – estabelecer regime de plantão entre os agentes de segurança, para pleno atendimento dos Juízes, em caso de urgência.



3.1.14 Comissão de Gerenciamento de Responsabilidade Socioambiental

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 318-C.

b) Atribuições/Forma de atuação

I – propor à Administração a adoção de medidas que visem à economia de recursos, à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente do trabalho, em primeira e segunda instâncias;

II – opinar sobre questões submetidas à Administração do Tribunal relacionadas à sustentabilidade, à causa ambiental e ao meio ambiente do trabalho;

III – acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Gestora da Política de Responsabilidade Socioambiental, no cumprimento do plano de gestão socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

3.1.15 Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

a) Base Normativa

Resolução nº 194/2014 do Conselho Nacional de Justiça.

Portaria GP nº 43/2014 (alterada pelas Portarias GP nºs 01 e 02/2017).

b) Atribuições/Forma de Atuação

I – fomentar, coordenar e implementar os programas, projetos e ações vinculados à Política;

II – atuar na interlocução com o CNJ, a Rede de Priorização do Primeiro Grau e as instituições parceiras, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;

III – interagir permanentemente com o representante do Tribunal na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e com a comissão e/ou unidade responsável pela execução do Plano Estratégico;

IV – promover reuniões, encontros e eventos para desenvolvimento dos trabalhos;

V – monitorar, avaliar e divulgar os resultados alcançados.



3.1.16 Comitê Orçamentário de Primeiro Grau

a) Base Normativa

Resolução nº 195/2014 do Conselho Nacional de Justiça.

Portaria GP nº 67/2015 (alterada pelas Portarias GP nºs 01 e 02/2017) .

b) Atribuições/Forma de atuação

I – auxiliar na captação das necessidades ou demandas;

II – realizar encontros, preferencialmente no primeiro quadrimestre de cada ano, para discutir as necessidades ou demandas, bem como para auxiliar na definição das prioridades, de modo a alinhá-las à possibilidade orçamentária;

III – auxiliar na elaboração da proposta orçamentária;

IV – auxiliar na execução do orçamento, notadamente por meio do acompanhamento de projetos, iniciativas e contratações;

V – interagir permanentemente com a área de orçamento, de gestão estratégica e com os demais comitês temáticos.

3.1.17 Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

a) Base Normativa

Resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça.

Resolução Administrativa nº 06/2016 (alterada pela Resolução Administrativa nº 10/2017).

b) Atribuições/Forma de atuação

Estabelecimento de estratégias, indicadores e metas institucionais, aprovação de planos de ações, bem como pela orientação das iniciativas e dos investimentos tecnológicos no âmbito institucional.



3.1.18 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

a) Base Normativa

Resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça.

Portaria GP nº 60/2017.

b) Atribuições/Forma de atuação

Elaboração de planos táticos e operacionais, análise das demandas, acompanhamento da execução de planos, estabelecimento de indicadores operacionais, e proposição de replanejamentos.

3.1.19 Comissão Gestor Local de Gestão de Pessoas

Encontram-se em trâmite no Tribunal, nos autos do processo administrativo nº 0000291-33.2016.5.15.0895 PA, as providências necessárias à indicação e eleição dos membros do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, conforme composição mínima estabelecida no artigo 11 da Resolução nº 240/2016 do Conselho Nacional de Justiça.

a) Base Normativa

Resolução nº 240/2016 do Conselho Nacional de Justiça.

3.1.20 Comitê Orçamentário de Segundo Grau

Restou deliberado em Sessão do Órgão Especial Administrativo desta Corte, realizada em 16/12/2015, sugestão de criação do Comitê Orçamentário de 2º Grau, a qual se encontra em trâmite nos autos do processo administrativo nº 0000283-21.2014.5.15.0897 PA.

a) Base Normativa

Resolução nº 195/2014 do Conselho Nacional de Justiça.



3.1.21 Assessoria de Gestão Estratégica

a) Base Normativa

Resolução CNJ n.º 49/2007

Resolução Administrativa n.º 10/2012, artigos 152, 153 e 153-A.

b) Atribuições/Forma de atuação

I – assessorar a Presidência e o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica na definição de missão, visão, valores, objetivos, indicadores e metas de desempenho para este Tribunal;

II – monitorar variáveis estratégicas, de modo a acompanhar a evolução dos cenários construídos para apoiar revisões anuais do Plano;

III – acompanhar o cumprimento de metas estabelecidas;

IV – acompanhar a execução das ações estratégicas, avaliando os resultados e oportunidades de melhoria;

V – elaborar e divulgar os planos de ação relacionadas à estratégia, em consonância com as diretrizes da Presidência;

VI – padronizar procedimentos para controle de metas e projetos estratégicos;

VII – atuar como agente facilitador na transição entre as Administrações, com o objetivo de dar continuidade à execução da estratégia;

VIII – promover ações de sensibilização nas unidades de 1ª e 2ª instâncias e administrativas sobre a importância do planejamento;

IX – fornecer suporte técnico à elaboração dos planos estratégicos alinhados das unidades de 1ª e 2ª instâncias e administrativas;

X – realizar intercâmbio com outros órgãos em assuntos relacionados ao planejamento estratégico;

XI – atuar de forma integrada com as áreas de Orçamento, Comunicação e Tecnologia da Informação e Comunicações;

XII – organizar e manter atualizada a documentação técnica e administrativa relativa à Gestão Estratégica;

XIII – consolidar informações relativas às ações realizadas;

XIV – analisar, formular e elaborar relatórios técnicos e de natureza institucional necessários, bem como aqueles demandados pela Presidência, ou por seu intermédio;

XV – gerir o Escritório de Projetos e o Escritório de Gestão Socioambiental.



3.1.22 Assessoria Jurídica

a) Base Normativa

Resolução Administrativa nº 10/2012, artigo 8º.

b) Atribuições/Forma de atuação

I – assessorar a Presidência em todas as questões institucionais em assuntos de natureza jurídico-administrativa, elaborando estudos, quando solicitados;

II – assessorar a Presidência no cumprimento das ordens e sentenças judiciais; examinar e aprovar as minutas de edital de licitação e de instrumentos contratuais e congêneres, bem como emitir parecer, quando solicitado, em casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação;

III – realizar o acompanhamento de ações judiciais de interesse do Tribunal;

IV – elaborar e/ou encaminhar informações a órgãos e entes públicos, quando solicitadas ao Tribunal, para subsidiar processos administrativos ou judiciais;

V – enviar eletronicamente à Presidência resumo periódico de decisões judiciais ou administrativas relacionadas a direitos, pretensões ou deveres de Magistrados, servidores e administrados em geral, observado o grau de repercussão e interesse para o Tribunal.

3.1.23 Coordenadoria de Controle Interno

a) Base Normativa

Resolução Administrativa nº 10/2012, artigos 156 a 161.

Resolução nº 171, de 01/03/2013, do Conselho Nacional de Justiça.

b) Atribuições/Forma de atuação

I – examinar os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, quanto à observância e comprovação do cumprimento das normas legais e regulamentares;

II – avaliar os resultados alcançados pelos gestores em cada exercício, incluindo o cumprimento das metas previstas nos planos plurianuais e os programas de gestão definidos nos respectivos planos estratégicos, especialmente quanto à eficácia e eficiência das ações administrativas;

III – planejar e coordenar as auditorias, incluindo, entre as respectivas metas, a avaliação da adequação e efetividade dos sistemas de controles internos, cujos resultados serão comunicados mediante relatórios, pareceres e certificados das verificações ou análises efetuadas;



IV – elaborar relatórios parciais ou específicos sobre a legalidade de atos relativos à execução orçamentária ou à avaliação da gestão, financeira ou de pessoal e patrimonial, a pedido da dos recursos públicos;

V – fornecer subsídios e informações com vistas a conferir apoio técnico aos órgãos de controle externo e interno competentes, no exercício de suas respectivas missões institucionais;

VI – orientar técnica e normativamente as atividades relacionadas à administração e utilização de bens e valores públicos, assim como responder a eventuais consultas técnicas solicitadas pela Presidência, tendo caráter geral e abstrato, não constituindo pré-julgamento de fatos ou casos concretos;

VII – examinar as aplicações de recursos públicos alocados por entidades de direito privado;

VIII – elaborar relatório anual das atividades, com informações das análises e exames realizados, bem como dos resultados obtidos, inclusive quanto ao cumprimento das auditorias planejadas.

3.1.24 Área de Concursos e Avaliação de Desempenho de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas

a) Base Normativa

Resolução Administrativa nº 10/2012, artigo 86.

Resolução Administrativa nº 13/2012.

b) Atribuições/Forma de atuação

I – gerenciar e operacionalizar o programa de avaliação de desempenho regulamentado pelo Tribunal, nos termos da Resolução Administrativa nº 13/2012:

a) monitorando os planos de ação, mediando os conflitos detectados, como o auxílio dos profissionais da área de saúde, se necessário, e acompanhando a efetiva aplicação das soluções propostas pelos avaliadores;

b) observando as diretrizes que envolvam avaliações de desempenho de servidores em estágio probatório ou não, para efeito de aprovação, progressão ou promoção.

II – analisar, para fins de concessão de Adicional de Qualificação, cursos, palestras, simpósios e demais atividades relacionadas à educação corporativa realizadas pelos servidores.



3.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A atividade de auditoria no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região é parte das atribuições da unidade administrativa Coordenadoria de Controle Interno – CCIN, que está subordinada diretamente à Presidência do Órgão, conforme art. 156 da Resolução Administrativa nº 10/2012 (Regulamento Geral) que assim dispõe:

“Art. 156. À Coordenadoria de Controle Interno, unidade de assessoria subordinada à Presidência, compete: I – examinar os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, quanto à observância e comprovação do cumprimento das normas legais e regulamentares; II – avaliar os resultados alcançados pelos gestores em cada exercício, incluindo o cumprimento das metas previstas nos planos plurianuais e os programas de gestão definidos nos respectivos planos estratégicos, especialmente quanto à eficácia e eficiência das ações administrativas; III – planejar e coordenar as auditorias, incluindo, entre as respectivas metas, a avaliação da adequação e efetividade dos sistemas de controles internos, cujos resultados serão comunicados mediante relatórios, pareceres e certificados das verificações ou análises efetuadas; IV – elaborar relatórios parciais ou específicos sobre a legalidade de atos relativos à execução orçamentária ou à avaliação da gestão, financeira ou de pessoal e patrimonial, a pedido da Presidência, para mensurar os resultados das ações administrativas e a regularidade na aplicação dos recursos públicos; V – fornecer subsídios e informações com vistas a conferir apoio técnico aos órgãos de controle externo e interno competentes, no exercício de suas respectivas missões institucionais; VI – orientar técnica e normativamente as atividades relacionadas à administração e utilização de bens e valores públicos, assim como responder a eventuais consultas técnicas solicitadas pela Presidência, tendo caráter geral e abstrato, não constituindo pré-julgamento de fatos ou casos concretos; VII – examinar as aplicações de recursos públicos alocados por entidades de direito privado; VIII – elaborar relatório anual das atividades, com informações das análises e exames realizados, bem como dos resultados obtidos, inclusive quanto ao cumprimento das auditorias planejadas. § 1º No desempenho das competências, os servidores da Coordenadoria de Controle Interno deverão: I – observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às suas ações, incluindo as determinações ou recomendações provenientes de órgãos dos Sistemas de Controle Externo e Interno, visando à qualidade e à integração dos procedimentos de controle; II – guardar sigilo em relação às informações e dados que tenha acesso, não os divulgando sem a devida autorização, exceto nos casos legalmente previstos, bem como observar as normas de segurança dos sistemas informatizados que utiliza; III – absterem-se de executar tarefas de gestão administrativa, próprias de gestores, quando seu desempenho implicar conflito de interesses ou comprometer os resultados dos trabalhos por falta de imparcialidade, inviabilizando sua



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

avaliação posterior. § 2º As solicitações encaminhadas pela Coordenadoria de Controle Interno para o exercício de competências deverão ser atendidas pelos servidores das unidades administrativas de forma tempestiva e completa mediante: I – autorização de acesso irrestrito a registros, pessoal, documentos e propriedades físicas relevantes; II – prestação de informações e apoio necessários ao desenvolvimento das ações de controle. § 3º A Coordenadoria de Controle Interno, quando necessário, motivadamente, condicionada à apreciação da Presidência, poderá requisitar a assistência de especialistas e profissionais de dentro e de fora do quadro”.

Os servidores lotados nessas seções são os responsáveis pelo desenvolvimento das etapas da atividade, sempre observando as disposições da Resolução do Conselho Nacional de Justiça – CNJ n.º 171/2013, constituindo equipes comumente compostas por um membro e um coordenador-líder e contando com apoio de um supervisor, atribuição do titular da CCIN.

As etapas abrangidas na atividade são o planejamento, com respectivo programa, incluindo pertinente matriz; a execução, compreendendo a realização de procedimentos, incluindo testes, resultando na matriz de achados; a comunicação de resultados, pela elaboração do respectivo relatório. Após a manifestação final da Administração sobre o relatório, é dada ciência à Presidência sobre a finalização da auditoria; e o monitoramento, realizado posteriormente para se verificar/acompanhar o atendimento/cumprimento das recomendações e/ou determinações quando expedidas.

Os objetos fiscalizados e os objetivos estabelecidos para essa atividade são elementos do planejamento elaborado pela própria unidade, resultando no instrumento denominado Plano Anual de Auditoria – PAA. Na seleção desses objetos e objetivos são consideradas as metas do plano estratégico institucional abrangido pelo exercício, observadas as variáveis materialidade, relevância, criticidade e risco e os trabalhos realizados noutros períodos.

No plano estão ainda incluídas eventuais ações definidas para realização de forma integrada pela Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça – SCI/CNJ e/ou pela Coordenadoria de Controle, Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CCAUD/CSJT.

O citado instrumento de planejamento é submetido à apreciação e aprovação da autoridade máxima e, ato contínuo, divulgado na página “Transparência” do Portal do Órgão, para conhecimento pelos interessados, principalmente as unidades auditadas.

As recomendações expedidas nas auditorias realizadas consideradas mais relevantes constam do item de informação denominado “Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno” deste Relatório de Gestão.



3.3 Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos

A teor do art. 26 do Regimento Interno, as competências atribuídas à Corregedoria Regional compreendem, em síntese, a fiscalização e a orientação dos serviços prestados pelas unidades de primeira instância, seja de ofício, por meio das correições ordinárias e extraordinárias, seja por provocação de interessados, por meio de procedimentos de caráter administrativo e disciplinar. Compete também à Corregedoria Regional zelar pela observância da disciplina judiciária pelos Juízes do Trabalho de 1º grau. Nesse contexto, foram desenvolvidas as atividades abaixo elencadas, tendo em vista atender à finalidade institucional do órgão, nos termos regimentais.

3.3.1 Correições Ordinárias

Compete à Corregedoria Regional, na forma do inciso II do art. 29 do Regimento Interno do Tribunal, “exercer, uma vez por ano e sempre que necessário, correição ordinária nas unidades de primeira instância”. As atividades são exercidas pelos Desembargadores Corregedor e Vice-Corregedor, alternadamente, com apoio de equipes e da Secretaria da Corregedoria Regional, responsável pela coleta e fornecimento de dados estatísticos para fins correicionais (art. 27 do RI).

No ano de 2017, houve o delineamento de nova sistemática para os procedimentos de correição, por meio de setor específico, que inicia suas atividades com o preparo e a publicação do edital de correições, na forma do Comunicado CR nº 02/2017.

Em síntese, em período anterior à realização da correição ordinária, são requeridas informações prévias à unidade judiciária, a serem encaminhadas por meio de formulário padronizado, diretamente no Pedido de Providências autuado no PROAD (sistema "Processo Administrativo Eletrônico"), para verificação da uniformização de procedimentos, conforme regulamentado pelos normativos internos. Após a análise dos formulários, são realizadas pesquisas nos sistemas informatizados de acompanhamento processual.

Em seguida, procede-se à solicitação, se necessária, da elaboração de plano de ação pela Vara correicionada que, para tanto, terá eventuais dúvidas esclarecidas à época da correição presencial.

Confeccionado, então, o relatório dos trabalhos realizados nas unidades, encerra-se o fluxo do procedimento correicional, com a finalização e publicação da ata de correição. As determinações registradas na ata decorrem de possíveis pontos de desalinhamento identificados no formulário respondido ou nas constatações em reunião.

Após esta etapa, o relatório, o formulário, a ata de correição e o eventual plano de ação são juntados ao Pedido de Providências (PP) da unidade. Não havendo determinações a serem cumpridas pela Vara, se encerra o procedimento e é reiniciado o fluxo na próxima correição, no ano seguinte. De outra forma, em caso de haver alguma pendência, passa-se ao acompanhamento das providências determinadas em ata.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

No ano de 2017, foram realizadas correições ordinárias em todas as unidades judiciárias de 1º grau, nas datas a seguir elencadas:

QUADRO 113 – CORREIÇÕES ORDINÁRIAS

Vara	Desembargador	Data
Adamantina	Susana Graciela Santiso	28/7/2017
FT de Americana	Samuel Hugo Lima e Susana Graciela Santiso	30/1 a 1º/2/2017
Amparo	Susana Graciela Santiso	2/5/2017
Andradina	Samuel Hugo Lima	14 e 15/3/2017
Aparecida	Susana Graciela Santiso	1º/9/2017
FT de Araçatuba	Samuel Hugo Lima	14 a 16/2/2017
FT de Araraquara	Susana Graciela Santiso	15 a 18/8/2017
Araras	Susana Graciela Santiso	24/4/2017
FT de Assis	Samuel Hugo Lima	4 e 5/4/2017
Atibaia	Susana Graciela Santiso	15/3/2017
Avaré	Samuel Hugo Lima	24/8/2017
Barretos	Susana Graciela Santiso	22/3/2017
Batatais	Susana Graciela Santiso	30/10/2017
FT de Bauru	Susana Graciela Santiso	20 a 24/2/2017
Bebedouro	Susana Graciela Santiso	20/3/2017
Birigui	Samuel Hugo Lima	16/3/2017
Botucatu	Susana Graciela Santiso	17/9/2017
Bragança Paulista	Samuel Hugo Lima	28/6/2017
Caçapava	Samuel Hugo Lima	14/11/2017
Cajuru	Susana Graciela Santiso	19/4/2017
1ª a 5ª de Campinas	Samuel Hugo Lima	17 a 21/7/2017
6ª a 8ª de Campinas	Samuel Hugo Lima	4 a 6/9/2017
9ª a 11ª de Campinas	Samuel Hugo Lima	9 a 11/10/2017
12ª e CGC de Campinas	Samuel Hugo Lima	30 e 31/10/2017
C. Limpo Paulista	Samuel Hugo Lima	7/8/2017
Capão Bonito	Samuel Hugo Lima	29/11/2017
Capivari	Samuel Hugo Lima	11/4/2017
Caraguatatuba	Susana Graciela Santiso	28/6/2017
FT de Catanduva	Susana Graciela Santiso	9 e 10/8/2017
Cravinhos	Susana Graciela Santiso	31/10/2017
Cruzeiro	Susana Graciela Santiso	29/8/2017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Vara	Desembargador	Data
Dracena	Susana Graciela Santiso	27/7/2017
Fernandópolis	Susana Graciela Santiso	14/9/2017
FT de Franca	Susana Graciela Santiso	4 a 6/12/2017
Garça	Susana Graciela Santiso	10/2/2017
Guaratinguetá	Susana Graciela Santiso	31/8/2017
Hortolândia	Susana Graciela Santiso	16/2/2017
Indaiatuba	Samuel Hugo Lima	22/2/2017
Itanhaém	Samuel Hugo Lima	15/12/2017
Itapetininga	Samuel Hugo Lima	25/7/2017
Itapeva	Samuel Hugo Lima	28/11/2017
Itapira	Samuel Hugo Lima	20/3/2017
Itápolis	Susana Graciela Santiso	8/8/2017
Itararé	Samuel Hugo Lima	27/11/2017
Itatiba	Susana Graciela Santiso	3/5/2017
Itu	Susana Graciela Santiso	5/4/2017
Ituverava	Samuel Hugo Lima	12/9/2017
FT de Jaboticabal	Samuel Hugo Lima	7 e 8/11/2017
FT de Jacareí	Samuel Hugo Lima	16 e 17/11/2017
Jales	Susana Graciela Santiso	13/9/2017
FT de Jaú	Samuel Hugo Lima	6 e 7/6/2017
José Bonifácio	Samuel Hugo Lima	30/5/2017
FT de Jundiaí	Samuel Hugo Lima	17 a 20/4/2017
Leme	Samuel Hugo Lima	30/8/2017
FT de Lençóis Paulista	Susana Graciela Santiso	18 a 19/10/2017
FT de Limeira	Samuel Hugo Lima	12 a 14/6/2017
Lins	Samuel Hugo Lima	1º/6/2017
Lorena	Susana Graciela Santiso	30/8/2017
FT de Marília	Susana Graciela Santiso	8 e 9/2/2017
Matão	Susana Graciela Santiso	18/4/2017
Mococa	Susana Graciela Santiso	7/12/2017
Mogi Guaçu	Samuel Hugo Lima	7/3/2017
Mogi Mirim	Susana Graciela Santiso	4/4/2017
Olímpia	Susana Graciela Santiso	21/3/2017
Orlândia	Samuel Hugo Lima	11/9/2017
Ourinhos	Samuel Hugo Lima	6/4/2017
FT de Paulínia	Samuel Hugo Lima	19 e 20/6/2017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Vara	Desembargador	Data
Pederneiras	Samuel Hugo Lima	5/6/2017
Penápolis	Samuel Hugo Lima	31/5/2017
Piedade	Samuel Hugo Lima	6/12/2017
Pindamonhangaba	Susana Graciela Santiso	23/11/2017
FT de Piracicaba	Susana Graciela Santiso	9 a 12/5/2017
Pirassununga	Samuel Hugo Lima	29/8/2017
Porto Ferreira	Susana Graciela Santiso	1º/8/2017
FT de P. Prudente	Susana Graciela Santiso	15 a 17/5/2017
CGC P. Prudente	Susana Graciela Santiso	5/7/2017
Pres. Venceslau	Susana Graciela Santiso	4/7/2017
Rancharia	Samuel Hugo Lima	22/8/2017
Registro	Samuel Hugo Lima	5/12/2017
FT de Ribeirão Preto	Samuel Hugo Lima	27 a 31/3/2017
Rio Claro	Samuel Hugo Lima	5/7/2017
Salto	Samuel Hugo Lima	10/4/2017
Sta Bárbara D'Oeste	Samuel Hugo Lima	21/3/2017
Sta C do Rio Pardo	Samuel Hugo Lima	23/8/2017
FT de São Carlos	Susana Graciela Santiso	2 a 4/8/2017
São J. da Boa Vista	Susana Graciela Santiso	3/10/2017
S Joaquim da Barra	Samuel Hugo Lima	13/9/2017
S José do Rio Pardo	Susana Graciela Santiso	2/10/2017
FT de S. José Rio Preto	Samuel Hugo Lima	19 a 22/9/2017
FT de S. J. dos Campos	Samuel Hugo Lima	10ª 14/7/2017
São Roque	Samuel Hugo Lima	27/6/2017
São Sebastião	Susana Graciela Santiso	29/6/2017
FT de Sertãozinho	Samuel Hugo Lima	12 e 13/12/2017
FT de Sorocaba	Susana Graciela Santiso	6 a 10/3/2017
Sumaré	Susana Graciela Santiso	13/3/2017
Tanabi	Susana Graciela Santiso	15/9/2017
Taquaritinga	Susana Graciela Santiso	17/4/2017
Tatuí	Samuel Hugo Lima	26/7/2017
FT de Taubaté	Susana Graciela Santiso	20 a 22/11/2017
Teodoro Sampaio	Susana Graciela Santiso	3/7/2017
Tietê	Samuel Hugo Lima	27/7/2017
Tupã	Susana Graciela Santiso	7/2/2017
Ubatuba	Susana Graciela Santiso	27/6/2017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Vara	Desembargador	Data
Votuporanga	Susana Graciela Santiso	12/9/2017

Fonte: Corregedoria Regional

3.3.2 Instauração de Procedimentos para Apuração de Infrações Disciplinares de Magistrados

Em 2017 foram instauradas, na forma dos incisos XIV e XV do art. 29 do Regimento Interno, 4 (quatro) Reclamações Disciplinares, bem como 2 (dois) Processos Administrativos Disciplinares em face de Magistrados de 1º Grau.

Com fulcro no inciso XVII de mesmo artigo, foram autuadas 2 (duas) Sindicâncias.

3.3.3 Instauração de Procedimentos para Apuração de Ilícitos Administrativos de Servidores

Compete ao Presidente do Tribunal, nos termos do artigo 22, inciso XIV, do Regimento Interno e do artigo 143 da Lei nº 8.112/90, respectivamente, "impor Penalidades aos servidores do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal, determinando a abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar, quando for o caso, por iniciativa própria, ou mediante representação das autoridades competentes ou das partes em processo" e "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa".

No ano de 2017 foram instaurados 09 (nove) Processos Administrativos Disciplinares contra servidores, dos quais 07 (sete) resultaram em Suspensão e 02 (dois) em Advertência, e 08 (oito) Sindicâncias, das quais 07 não resultaram em nenhuma penalidade e 01 (um) segue em andamento no exercício de 2018.



3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos

Em complemento às normas e procedimentos administrativos externos que fixam as diretrizes que devem ser observadas pelas diversas unidades do Órgão (leis, decretos, resoluções, instruções normativas etc.), estão sendo adotados, paulatinamente, normativos internos reguladores das ações e procedimentos que devem ser observados pelas unidades, como forma de atingir os objetivos institucionais sem a excessiva exposição aos riscos decorrentes da ausência de padronização.

Nessa esteira, a Gestão das Contratações é processada por meio de observância a normas e procedimentos, na busca de melhorias constantes na contratação de bens e serviços e consequente redução de possibilidade de ameaças de insucessos, destacando-se as seguintes ações: - as compras são compartilhadas por meio da Divulgação de Intenção de Registros de Preços; - há interação com outros órgãos, notadamente da Justiça Trabalhista, atuando como Órgãos participantes de licitações por eles gerenciadas; - nas aquisições do Tribunal são observadas as normas constantes do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 2ª Edição; - nas pesquisas de preços do mercado são utilizadas, como melhores práticas, as normas constantes das IN's nº 5/2017 e 3/2017, bem como a ON nº 2/2017, todas da SLTI/MPOG.

São observadas as responsabilidades de cada unidade da Administração descritas na Resolução Administrativa nº 10/2012; - os gestores e fiscais de contratos de terceirização são designados previamente, conforme determina o Ato Regulamentar GP nº 17/2008; e, - as aquisições de bens patrimoniais obedecem às delimitações constantes da Resolução RA nº 12/2013.

Além dessas providências, em 29 de janeiro último foi publicada a Portaria GP nº 1/2018, aprovando o Manual de Contratação do TRT 15, com o objetivo de adotar melhores práticas das contratações da Instituição.

Nesse passo, destacam-se o planejamento, por meio de elaboração de plano de trabalho, de estudos preliminares, debatidos e analisados por comissão de gestão das aquisições composta por integrantes técnicos e administrativos.

Há destaque especial também para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicações, obedecendo as deliberações da Resolução CNJ nº 182/2013, havendo formulário específico para análise de riscos dos processos de contratação, abarcando a descrição do risco, probabilidade de ocorrência, possíveis danos e impactos, ações preventivas e de contingência com seus respectivos responsáveis.

Foram realizadas ações direcionadas ao aprimoramento dos Controles Internos objetivando o cumprimento das diretrizes trazidas pela novel Resolução CNJ n.º 240 de 09/09/2016, versando sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário.

Com relação às principais tarefas direcionadas à admissão de magistrados deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, compete à Assessoria de Magistrados verificar que para tomar posse e assumir exercício neste Tribunal, os Magistrados devem apresentar, obrigatoriamente, declaração de que não exercem cargo público inacumulável e não acumulam proventos de aposentadoria, que não exercem atividade de gerência ou de comércio e, ainda, que não exercem atividade político-partidária.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Ademais, para fim de manutenção do enquadramento nas regras do Regime Próprio de Previdência Social, sem a aplicação do disposto na Lei nº 12.618, de 30/04/2012, que instituiu o Regime de Previdência Complementar, os Magistrados devem solicitar a continuidade do vínculo com o serviço público e, obrigatoriamente, apresentar Certidão de Tempo de Contribuição que comprove que não houve interrupção no exercício do serviço público.

O preenchimento dos cargos vagos de Magistrados está condicionado à autorização prévia pelo Colendo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Diante desse quadro, a demora na referida autorização ou, sobretudo, o não consentimento para provimento poderá afetar a regular continuidade da prestação jurisdicional, em razão da desproporcionalidade entre os ingressos e egressos em cada exercício.

Tratando-se de posse e exercício de servidores, a Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região segue estritamente os termos da Lei nº 8.112/90.

Objetivando assegurar governança e *compliance* às áreas específicas de apoio administrativo, foi proposto novo Organograma Funcional para a Secretaria de Gestão de Pessoas.

Também foi planejada ação para implementação das Resoluções dos órgãos de Controle Externo, a fim de minimizar os riscos decorrentes da escassez de colaboradores.

Quanto à força de trabalho nas unidades administrativas, busca-se parametrizar a real necessidade de se adequar os processos de trabalho.

A gestão de riscos envolvendo as atividades desempenhadas pela Secretaria de Orçamento e Finanças ainda não se encontra formalmente implementada, embora desenvolvidos controles para mitigar as principais ocorrências no desempenho das atribuições da área passíveis de comprometer o alcance dos objetivos e metas institucionais.

Os controles empregados abrangem as atividades afetas à elaboração do planejamento orçamentário e financeiro, emissão de documentos abrangendo a execução de despesas e a obtenção de receitas, e pela contabilização desses valores, decorrentes dos créditos previstos nas leis orçamentárias anuais ou oriundos de descentralizações promovidas pelos Colendos TST e CSJT, e dos ingressos de recursos, sendo constituídos de procedimentos desenvolvidos para o monitoramento contínuo e a intervenção oportuna com relação aos atos e fatos da gestão, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas pela administração e para a qualidade das informações disponibilizadas aos jurisdicionados e à sociedade, no aspecto da eficiência operacional, e para observância das normas legais quanto ao aspecto da eficácia da conformidade.

No concernente aos controles estabelecidos envolvendo os créditos orçamentários, os recursos financeiros, a movimentação patrimonial e os registros contábeis, comporta destacar os procedimentos de análise e manifestação quanto ao impacto orçamentária e financeiro para realização/implementação de novas despesas, em atendimento às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal; as conferências promovidas nas informações contidas nos documentos emitidos pelo SIAFI, quando da realização das despesas, resultando na possibilidade de se promover as devidas correções/adequações e assim permitir o registro da conformidade de gestão como regular, contribuindo, em conjunto as outras análises e conferências realizadas, para evidenciar a fidedignidade dos demonstrativos financeiros; o processo de fechamento contábil que promove a evidenciação da realização das despesas e obtenção de receitas com inúmeros



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

demonstrativos úteis para apoio à gestão; as análises realizadas e respectivas conclusões para aprovação, revisão ou rejeição, com relação aos valores oriundos de precatórios e requisições de pequeno valor; prestações de contas de recursos disponibilizados mediante suprimento de fundos; despesas incorridas com honorários periciais.

Os procedimentos de análise e avaliação, bem como monitoramento, abrangendo as fases de planejamento, execução e registro das despesas, são suportados por informações contidas em sistemas informatizados alimentados por dados extraídos do SIAFI e/ou do Tesouro Gerencial, bem como por aquelas obtidas mediante consultas realizadas a processos físicos ou eletrônicos; restando desenvolvidos e revisados pelas próprias unidades.

As áreas administrativas passaram, a partir do exercício 2015, a elaborar seus respectivos Planos Estratégicos, em consonância com o Plano Estratégico Institucional do órgão, com o propósito de viabilizar o atendimento das metas estabelecidas neste documento.

Essas mesmas unidades técnicas passaram a mapear suas atividades principais, com vistas a aprimorar procedimentos e controles, maximizando resultados e minimizando riscos.

Na “área” de Tecnologia da Informação, além da existência de uma Comissão de Informática, vale destacar a criação de um Comitê de Governança de TI, e outro de Segurança da Informação, nos moldes elencados pela resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Esses Comitês tem se reunido mensalmente e discutido temas atinentes à governança na área de tecnologia e segurança da Informação.

Cabe ainda informar que existe neste Regional uma Comissão que possui regimentalmente atribuições relacionadas à área de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Inobstante isso, a gestão de riscos envolvendo as atividades desempenhadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações ainda se encontra em uma fase inicial, apesar de existirem controles internos nos principais serviços e sistemas mantidos por esta Secretaria.

A implementação de uma política de governança em tecnologia da informação neste Regional vem aumentando significativamente nos últimos dois anos, com a implementação de um Comitê Regional específico para este fim, com a participação das principais áreas do Tribunal e que tem discutido e deliberado ações para uma efetiva implantação desta cultura. Tem sido conduzido por este Comitê a produção do Plano de Contratações e de Capacitação de TIC além da discussão e encaminhamento para aprovação da Administração do Tribunal do Planejamento Estratégico de TIC e do Plano Diretor de TIC, ambos em revisão e discussão neste momento.

Neste sentido também, foi elaborado um mapeamento de um processo de trabalho para a gestão de riscos de TIC, submetido ao Comitê de Segurança da Informação do Regional e que caminha para ser colocado em execução em um futuro próximo.

Além disso, visando à gestão de riscos, à instituição transparente de controles internos, bem como ao estabelecimento de uma política de continuidade de serviços de TIC, estão sendo mapeados os processos de trabalho desenvolvidos, seguindo as metodologias existentes no mercado e almejando o atingimento de um nível mais elevado de maturidade nas atividades relacionadas a essa área técnica.

Por fim, as ações de auditoria e monitoramento da Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal, levaram à adoção de diversas providências de saneamento e controle de processos, de modo a aprimorar os procedimentos das áreas administrativas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Cabe lembrar que a avaliação dos controles internos é realizada exclusivamente para a área administrativa, ante a premissa de que, para o exercício da jurisdição os regramentos e as metodologias de controles de atos e procedimentos são estabelecidos pelos Órgãos Superiores, CNJ e CSJT, pelo Colegiado da Corte, pela Presidência, Presidência Vice-Judicial, Corregedoria-Regional, Vice-Corregedoria Regional e Escola Judicial.



4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

QUADRO 114 – FORÇA DE TRABALHO DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	3625	123	231
1.1. Membros de poder e agentes políticos	426	416	06	12
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	3625	123	231
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	3049	51	159
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	26	1	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	550	71	70
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	12	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	3637	123	231

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 115 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	619	3006
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	619	3006
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	582	2467
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	25
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	36	514
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	9
4. Total de Servidores (1+2+3)	622	3015

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas

QUADRO 116 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	311	33	33
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	20	1	2
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	12	0	0
1.2.5. Aposentados	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	1916	512	557
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	473	102	95
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	2732	648	687

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas



4.1.1.1 Análise Crítica

Na última Correição realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho, na 15ª Região (setembro de 2016), constou em Ata que o Regional necessitaria, para funcionar em condições ideais quanto à força de trabalho, de mais de 2.000 (dois mil) servidores a serem acrescidos ao atual Quadro efetivo.

Assim, tal como consignado nos Relatórios de Gestão dos exercícios precedentes, a quantidade de servidores disponível segue significativamente inferior às necessidades da unidade jurisdicionada, notadamente quando observadas a Resolução CSJT nº 63/2010, com suas alterações, e a Resolução CNJ 184/2013.

Nesse sentido, o Regional apresentou aos órgãos superiores propostas de criação de cargos, merecendo destaque aquela que foi convertida no PL n.º 8.256/2014, com o seguinte quantitativo:

QUADRO 117 – PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS – PL 8.256/2014

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário, Área Judiciária	356 (trezentos e cinquenta e seis)
Analista Judiciário, Área Judiciária, Oficial de Justiça Avaliador Federal	90 (noventa)
Técnico Judiciário	380 (trezentos e oitenta)
TOTAL	973 (novecentos e setenta e três)

Fonte: Diretoria-Geral

O Tribunal cumpre a norma do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que limita ao máximo de 30% o número de servidores que atuam na área meio. Atualmente, esse percentual de apoio administrativo está entre 16% e 17%.

Durante todo o ano de 2017 e até o último mês de fevereiro, mais de 150 (cento e cinquenta) cargos vagaram na 15ª Região, decorrentes de aposentadorias. Por restrição orçamentária, esses cargos não puderam ser preenchidos, vindo o CSJT a autorizar no exercício 2018, o provimento de 55 dos cargos do total mencionado.

A informatização trazida pelo PJe (sistema eletrônico de processos judiciais da Justiça do Trabalho), associada ao legado de processos físicos e a uma situação ainda a melhorar na fase de execução, além da velocidade de mudanças na rotina de trabalhos e no perfil gerencial que se impõe nas unidades, provavelmente impulsionam pedidos de aposentadorias. O problema maior está muito menos na ausência de colaboração daqueles que se aproximam da jubilação e muito mais nas incertezas quanto à reposição em si ou à sua qualificação e adaptação aos serviços.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O Tribunal identifica, nos últimos anos, aumento de licenças ocasionadas por psicopatologias ou doenças psiquiátricas. Há unidades que acabam por funcionar sem sua lotação completa, exatamente por esses eventos; no “ranking” que se confecciona em intervalos mensais, os paradigmas de cada unidade não levam em conta esses afastamentos, o que eventualmente proporciona leitura inexata sobre a suficiência de pessoal.

Não houve grandes reestruturações no exercício de 2017. Existem estudos em andamento que procuram otimizar e melhorar tarefas que hoje podem estar indevidamente fragmentadas; essas análises querem convergir para um organograma atualizado e modernizado.

O Tribunal, em tese, teria que cumprir, quanto ao seu quadro de servidores, especialmente as disposições da Resolução CSJT 63/2010 e Resolução CNJ 219/2016. Diante do número insuficiente de colaboradores, os normativos são parcialmente observados, com ajustes administrativos que aguardam o efetivo aumento do quadro de pessoal. Nesse sentido, há anos vem sendo inviabilizada a substituição de servidores municipais requisitados (atuantes no 1º grau) por servidores efetivos.

O TRT 15ª possui 167 servidores cedidos ou removidos para outros órgãos, a absoluta maioria para atender questões de saúde ou acompanhamento de cônjuge.

4.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

QUADRO 118 – DESPESAS DO PESSOAL

Em R\$

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	142.736.220,19	9.306,36	22.390.301,27	8.381.050,92	32.958.977,47	6.419.177,99	3.022.868,74	12.710.314,52	0,00	228.628.217,46
	2016	138.413.557,11	9.306,36	23.475.010,48	7.711.767,00	32.111.322,36	5.875.946,97	3.371.911,73	7.521.385,91	0,00	218.490.207,92
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	437.327.074,45	72.958.049,51	46.645.673,02	41.668.523,65	43.916.040,89	25.060.112,01	2.944.223,85	2.104.673,80	0,00	672.624.371,18
	2016	404.509.711,60	71.135.965,20	44.291.419,67	40.695.798,68	44.061.651,33	23.799.028,84	1.459.986,72	1.072.107,02	0,00	631.025.669,06
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	0,00	9.792.267,53	807.415,62	305.134,60	4.937.557,49	2.065.559,69	94.907,60	168.515,03	0,00	18.171.357,56
	2016	0,00	9.926.821,43	827.211,11	335.970,21	5.134.854,72	1.983.934,74	31.090,48	84.902,22	0,00	18.324.784,91
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	0,00	1.734.706,67	150.608,82	45.889,59	149.347,87	81.466,77	0,00	- 307,62	0,00	2.161.712,10
	2016	0,00	1.539.663,17	143.923,40	93.363,69	161.164,82	80.963,65	0,00	214,71	0,00	2.019.293,44
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	22.472.088,36	12.678,05	2.150.524,57	1.783.975,57	1.704.351,19	815.613,70	178.827,49	49.614,90	0,00	29.167.673,83
	2016	22.629.366,28	26.336,39	2.155.704,50	1.842.380,79	1.881.675,25	848.107,21	21.640,18	36.147,71	0,00	29.441.358,31
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

Com relação às principais tarefas direcionadas à admissão de magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, compete à Assessoria de Magistrados verificar que para tomar posse e assumir exercício neste Tribunal, os Magistrados devem apresentar, obrigatoriamente, declaração de que não exercem cargo público inacumulável e não acumulam proventos de aposentadoria, que não exercem atividade de gerência ou de comércio e, ainda, que não exercem atividade político-partidária.

Ademais, para fim de manutenção do enquadramento nas regras do Regime Próprio de Previdência Social, sem a aplicação do disposto na Lei nº 12.618, de 30/04/2012, que instituiu o Regime de Previdência Complementar, os Magistrados devem solicitar a continuidade do vínculo com o serviço público e, obrigatoriamente, apresentar Certidão de Tempo de Contribuição que comprove que não houve interrupção no exercício do serviço público.

O preenchimento dos cargos vagos de Magistrados está condicionado à autorização prévia pelo Colendo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Diante desse quadro, a demora na referida autorização ou, sobretudo, o não consentimento para provimento poderá afetar a regular continuidade da prestação jurisdicional, em razão da desproporcionalidade entre os ingressos e egressos em cada exercício.

Tratando-se de posse e exercício de servidores, a Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região segue estritamente os termos da Lei nº 8.112/90.

Objetivando assegurar governança e *compliance* às áreas específicas de apoio administrativo, foi proposto novo Organograma Funcional para a Secretaria de Gestão de Pessoas, que aguarda apreciação das instâncias competentes.

Também foi planejada ação para implementação das Resoluções dos órgãos de Controle Externo, a fim de minimizar os riscos decorrentes da escassez de colaboradores.

Quanto à força de trabalho nas unidades administrativas vinculadas, a Secretaria de Gestão de Pessoas, com apoio da Assessoria de Gestão Estratégica, parametrizou a real necessidade de se adequar alguns processos de trabalho.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

4.1.4.1 Contratação de Mão de Obra para Atividades Não Abrangidas Pelo Plano de Cargos (Regular)

As informações sobre a terceirização regular de mão de obra estão disponíveis no sítio do Tribunal, no menu Transparência da página eletrônica www.trt15.jus.br, no qual estão inseridas as informações exigidas pela Resolução CNJ n.º 102/2009, especificamente no Anexo VI – Empregados de Empresas Contratadas em Exercício do Órgão.

Não obstante, segue o quadro disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União para estas contas, devidamente preenchido.

QUADRO 119 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE

Unidade Contratante						
Nome: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Limpeza	69.207.850/0001-61	01/11/15	30/04/18	Não há	A
2015	Limpeza	03.767.254/0001-28	01/12/15	31/05/18	Não há	A
2015	Limpeza	07.809.721/0001-96	01/12/15	31/05/18	Não há	A
2016	Vigilância	08.752.749/0001-05	21/10/16	20/04/19	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	A
2016	Vigilância	00.332.087/0001-02	21/10/16	20/04/19	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	A
2016	Vigilância	10.928.126/0001-84	21/10/16	20/04/19	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	A
2012	Manutenção de ar condicionado	24.016.172/0001-11	08/06/12	30/09/17	Ensino Superior (Eng.) e Ensino Médio (Téc.)	E
2013	Jardineiro	57.695.058/0001-14	17/06/13	16/06/18	Não há	P
2013	Garçons	57.695.058/0001-14	17/06/13	16/06/18	Não há	P
2014	Auxiliar Bucal	00.482.840/0001-38	21/07/14	20/07/19	Ensino Médio	P
2014	Recepcionista	02.780.863/0001-54	18/08/14	17/08/19	Ensino Médio	P
2014	Telefonista	68.970.680/0001-00	01/10/14	30/09/19	Ensino Médio	P
2014	Telefonista	08.237.641/0001-76	01/10/14	30/09/19	Ensino Médio	P
2014	Aux. de Expedição	68.970.680/0001-00	03/11/14	01/11/19	Ensino Médio	P
2014	Mecânico	08.237.641/0001-76	02/01/15	01/01/20	Ensino Fundamental	P
2015	Motoristas	69.207.850/0001.61	13/04/15	12/04/20	Ensino Médio/ Curso direção defensiva	P
2015	Auxiliar de Manutenção	01.211.015/0001-61	22/04/15	20/12/17	Conhecimentos básicos	E
2015	Aux. de Almoxarife	05.576.482/0001-46	23/06/15	22/06/20	Ensino Fundamental	p
2015	Ascensoristas	57.695.058/0001-14	07/10/15	06/04/18	Não há	A
2015	Eletricista/Encanador	01.211.015/0001-61	06/11/15	05/05/18	Eletricista (Ensino Médio)	A

2016	Aux Serviços Gerais	10.874.523/0001-10	22/01/16	21/07/18	Ensino Médio Completo	A
2016	Copeiras	03.206.234/0001-88	27/01/16	26/07/18	Não há	A
2016	Cozinheiras	57.695.058/0001-14	21/06/16	20/12/18	Fundamental	A
2017	Manutenção de Ar Condicionado	24.016.172/0001-11	01/10/17	31/03/20	E. Superior (Eng) e E. Médio (Técnico)	A
2017	Auxiliar de Manutenção	24.016.172/0001-11	21/12/17	20/06/19	Conhecimentos Técnicos Básicos	A

Fonte: Secretaria da Administração

4.1.4.2 Contratação de Estagiários

QUADRO 120 – CONTRATO DE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIOS EDUCACIONAIS

Unidade Contratante						
Nome: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	A prestação, pela contratada, de serviços de operacionalização de programas de estágios educacionais de nível superior nas dependências do TRT, conforme especificações e orientações contidas no Termo de referência e seus Anexos.	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE, inscrita no CNPJ nº 61.600.839/0001-55	16/04/2015	07/10/2017	Nível superior	A
2017	A prestação, pela contratada, de serviços de operacionalização de programas de estágios educacionais de nível superior nas dependências do TRT, conforme especificações e orientações contidas no Termo de referência e seus Anexos.	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE, inscrita no CNPJ nº 61.600.839/0001-55	16/10/2017	15/04/2020	Nível superior	A

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

No tocante à política de contratação de estagiários, informa-se que em atendimento à sugestão do Ministério Público Federal constante nos autos do Procedimento Administrativo n.º 0000787-04.2012.5.15.0895, acolhida pelo TRT da 15ª Região, foi realizado no ano de 2014 o primeiro certame público para seleção de estagiários, em 25/11/2014, adotando-se, assim, um procedimento com ampla divulgação e critérios objetivos, com garantia da impessoalidade e transparência do ato administrativo.

O referido concurso público foi destinado à formação de cadastro de reserva para o preenchimento de vagas de estágio que eventualmente viessem a surgir. Estas vagas estão distribuídas nos 100 municípios, aqui chamados de localidades, que possuem unidades sob a competência do Regional.

Estas vagas são destinadas a estudantes de nível superior regularmente matriculados em estabelecimentos públicos ou particulares dos cursos superiores nas áreas relacionadas e oficialmente autorizadas ou reconhecidas pelo Ministério da Educação: Direito, Administração de Empresas, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Design Gráfico, Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Midialogia, Comunicação Social – Multimídia, Comunicação Social – Rádio e TV, Estatística, Fisioterapia, História, Informática, Logística e Pedagogia.

Podem candidatar-se ao estágio os estudantes que estiverem cursando, pelo menos, o 3º ano ou o 5º semestre de um curso de graduação de 04 (quatro) anos ou mais de duração, ou que tiverem cumprido pelo menos 50% (cinquenta por cento) do tempo previsto para a conclusão de curso de menor duração, cujas áreas sejam de interesse para o Tribunal.

No que concerne à organização do processo seletivo e aplicação das provas, efetuou-se a contratação direta do Centro Integrado Empresa Escola para realização dos Concursos, nos termos do art. 24, inciso XIII da Lei 8.666/93, dispensando-se o processo licitatório.

As normas regulamentadoras da política de contratação de estagiários estão previstas na Lei do Estágio nº 11.788/2008 e no Ato Regulamentar GP nº 12/2014.

No ano de 2017 não houve a abertura de Concurso Público para preenchimento de vagas de estágio no âmbito da Justiça do Trabalho da 15ª Região, pois foi autorizada a prorrogação do certame realizado em 2016 por um período de 4 (quatro) meses, recaindo o término da vigência em 11/05/2018.

Informa-se que no período de janeiro a julho de 2015 o valor da bolsa estágio era de R\$ 700,00 tendo sido reajustado em agosto de 2015 para R\$ 800,00 (oitocentos reais) e permanecendo este valor durante o ano de 2017.

Registra-se, ainda, que o valor do auxílio-transporte no decorrer do exercício de 2017 foi de R\$ 114,40 (cento e quatorze reais e quarenta centavos).

A taxa de administração paga ao CIEE, estabelecida no ano de 2016, correspondente a R\$ 29,28 (vinte e nove reais e vinte e oito centavos), foi alterada em junho de 2017, fazendo constar R\$ 33,50 (trinta e três reais e cinquenta centavos).

Apresenta-se a seguir demonstrativo das despesas com os estagiários correspondentes aos anos de 2016 e 2017.

QUADRO 121 – DESPESAS COM ESTAGIÁRIOS

ANO	Processo	Natureza Despesa Detalhada	Tipo	Empenhado R\$	Liquidado R\$	PAGO R\$	RPNP Líquido R\$	RPNP Pago R\$
2016	CP0088/2015	33903607	BOLSA AUXÍLIO	3.783.506,00	3.773.355,46	3.773.355,46	0,00	0,00
2016	CP0088/2015	33903925	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	142.389,60	142.212,96	142.212,96	0,00	0,00
2016	CP0088/2015	33904903	AUXÍLIO- TRANSPORTE	510.514,00	496.266,29	496.266,29	29,28	29,28
			Total Ano	4.436.409,60	4.411.834,71	4.411.834,71	29,28	29,28
2017	CP0088//2015	33903607	BOLSA AUXÍLIO	3.773.581,48	3.773.581,48	3.773.581,48	650,86	650,86
2017	CP0088/2015	33903925	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	155.510,72	155.510,72	155.510,72	0,00	0,00
2017	CP0088/2015	33904903	AUXÍLIO-TRANSPORTE	503.943,33	503.943,33	503.943,33	71,17	71,17
			Total Ano	4.433.035,53	4.433.035,53	4.433.035,53	722,03	722,03

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Os expressivos cortes orçamentários experimentados no exercício de 2016, visando à redução de despesas, resultaram na diminuição do contingente de estagiários em atividade no Regional, do quantitativo de vagas de estágio autorizados, de 643 (seiscentos e quarenta e três) para 441 (quatrocentas e quarenta e uma), conforme definida na Portaria GP-CR Nº 07/2016, de 04/05/2016, publicada no DEJT de 09/05/2016.

No ano de 2017 houve a recomposição parcial do quadro anterior de postos de estágio, em abril de 2017, totalizando 634 (seiscentos e trinta e quatro).

Aprese-se a seguir o quantitativo de estagiários autorizados das áreas meio e fim no ano de 2017 e a respectiva quantidade de vagas ocupadas.

QUADRO 122 – VAGAS DE ESTÁGIO

INSTÂNCIA	QUANTITATIVO AUTORIZADO	QUANTITATIVO OCUPADO EM 31/12/2017
ÁREA FIM	575	492
ÁREA MEIO	59	19
TOTAL	634	511

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas



4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

4.2.1 Gestão da Frota de Veículos

4.2.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

- Resolução nº 83 CNJ, de 10 de junho de 2009 – Dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências.
- Resolução nº 68 CSJT, de 21 de junho de 2010 – Dispõe sobre aquisição, alienação, locação, condução, utilização, manutenção e controle de veículos no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

4.2.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC

Considerando a amplitude jurisdicional desta Região Trabalhista, com 153 Varas do Trabalho e 10 Postos Avançados, faz-se relevante a manutenção de frota própria de veículos, com vistas a viabilizar a melhoria dos serviços prestados, conferindo agilidade na tramitação de autos /documentos e transporte de autoridades e pessoas em ações operacionais entre as unidades deste Tribunal.

Dessa forma, a frota de veículos assegura a execução da atividade-fim da unidade e a consecução dos objetivos estratégicos, no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

4.2.1.3 Quantidade de Veículos Por Grupo

As informações sobre a frota de veículos estão disponíveis no sítio do Tribunal, no menu *Transparência* da página eletrônica www.trt15.jus.br, especificamente no item “*Frota de Veículos*”.

Seguem quadros demonstrativos:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 123 – VEÍCULOS POR GRUPO – REPRESENTAÇÃO

MARCA	MODELO	PLACAS	COR	MOTOR	ANO	MODELO	TOMBO	COMBUSTÍVEL	USO
CITROEN	C4 LOUNGE	GDU0082	Preta	1.6T	2017	2018	192293	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	FGB4941	Preta	1.6T	2017	2018	192286	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	GJS2362	Preta	1.6T	2017	2018	192300	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	GCN6933	Preta	1.6T	2017	2018	192287	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	GJV1224	Preta	1.6T	2017	2018	192298	Flex	Ótimo
TOTAL DA CATEGORIA REPRESENTAÇÃO – 05									

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência

QUADRO 124 – VEÍCULOS POR GRUPO – INSTITUCIONAL

MARCA	MODELO	PLACAS	COR	MOTOR	ANO	MODELO	TOMBO	COMBUSTÍVEL	USO
CITROEN	C4 LOUNGE	FHV4295	Preta	1.6T	2017	2018	192297	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	FIY4346	Preta	1.6T	2017	2018	192295	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	GBA6437	Preta	1.6T	2017	2018	192301	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	FRZ6828	Preta	1.6T	2017	2018	192294	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	GJS7549	Preta	1.6T	2017	2018	192292	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	FFT7041	Preta	1.6T	2017	2018	192291	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	FZR0522	Preta	1.6T	2017	2018	192290	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	FUW9831	Preta	1.6T	2017	2018	192299	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	GFG5963	Preta	1.6T	2017	2018	192283	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	FVI7254	Preta	1.6T	2017	2018	192284	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	FJH0775	Preta	1.6T	2017	2018	192285	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	GEM4096	Preta	1.6T	2017	2018	192282	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	GIG1627	Preta	1.6T	2017	2018	192289	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	FQH1128	Preta	1.6T	2017	2018	192288	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	FRN2259	Preta	1.6T	2017	2018	192296	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	GKE9507	Preta	1.6T	2017	2017	188849	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	FRH5343	Preta	1.6T	2017	2017	188843	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	FYZ2024	Preta	1.6T	2017	2017	188842	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	GDV2533	Preta	1.6T	2017	2017	188844	Flex	Ótimo



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

MARCA	MODELO	PLACAS	COR	MOTOR	ANO	MODELO	TOMBO	COMBUSTÍVEL	USO
CITROEN	C4 LOUNGE	FHN0798	Preta	1.6T	2017	2017	188845	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	FEM5334	Preta	1.6T	2017	2017	188846	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	FLA5317	Preta	1.6T	2017	2017	188847	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	GBT7278	Preta	1.6T	2017	2017	188850	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	GIG3349	Preta	1.6T	2017	2017	188848	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 LOUNGE	GDK9879	Preta	1.6T	2017	2017	188851	Flex	Ótimo
RENAULT	FLUENCE	FTP5831	Preta	2.0	2014	2015	172506	Flex	Ótimo
RENAULT	FLUENCE	FUD0284	Preta	2.0	2014	2015	172509	Flex	Ótimo
RENAULT	FLUENCE	FVC7057	Preta	2.0	2014	2015	172507	Flex	Ótimo
RENAULT	FLUENCE	FVG3116	Preta	2.0	2014	2015	172505	Flex	Ótimo
RENAULT	FLUENCE	FXK9659	Preta	2.0	2014	2015	172508	Flex	Ótimo
RENAULT	FLUENCE	FIL4109	Preta	2.0	2013	2014	164586	Flex	Ótimo
RENAULT	FLUENCE	FIL4110	Preta	2.0	2013	2014	164590	Flex	Ótimo
RENAULT	FLUENCE	FIL4111	Preta	2.0	2013	2014	164587	Flex	Ótimo
RENAULT	FLUENCE	FTH3722	Preta	2.0	2013	2014	164589	Flex	Ótimo
RENAULT	FLUENCE	FRX0343	Preta	2.0	2013	2014	164588	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 PALLAS	FGL3022	Preta	2.0	2012	2013	155353	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 PALLAS	FGL3025	Preta	2.0	2012	2013	155349	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 PALLAS	FGL3026	Preta	2.0	2012	2013	155352	Flex	Ótimo
CITROEN	C4 PALLAS	FGL3027	Preta	2.0	2012	2013	155351	Flex	Ótimo
TOYOTA	Corolla	DMN 5702	Preta	1.8	2011	2012	143626	Flex	Ótimo
TOYOTA	Corolla	DMN 5708	Preta	1.8	2011	2012	143625	Flex	Ótimo
TOYOTA	Corolla	DMN 5714	Preta	1.8	2011	2010	143627	Flex	Ótimo
NISSAN	Sentra	DMN 5662	Preta	2.0	2010	2010	140433	Flex	bom
NISSAN	Sentra	DMN 5680	Preta	2.0	2010	2010	140434	Flex	bom
NISSAN	Sentra	DMN 5644	Preta	2.0	2010	2010	140430	Flex	bom
NISSAN	Sentra	DMN 5651	Preta	2.0	2010	2010	140432	Flex	bom
NISSAN	Sentra	DMN 5670	Preta	2.0	2010	2010	140431	Flex	bom
NISSAN	Sentra	DMN 5632	Preta	2.0	2009	2010	126413	Flex	bom
NISSAN	Sentra	DMN 5633	Preta	2.0	2009	2010	126414	Flex	bom
NISSAN	Sentra	DMN 5634	Preta	2.0	2009	2010	126415	Flex	bom



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

MARCA	MODELO	PLACAS	COR	MOTOR	ANO	MODELO	TOMBO	COMBUSTÍVEL	USO
NISSAN	Sentra	DMN 5635	Preta	2.0	2009	2010	126416	Flex	bom
NISSAN	Sentra	DMN 5636	Preta	2.0	2009	2010	126417	Flex	bom
NISSAN	Sentra	DMN 5637	Preta	2.0	2009	2010	126418	Flex	bom
NISSAN	Sentra	DMN 5638	Preta	2.0	2009	2010	126419	Flex	bom
NISSAN	Sentra	DMN 5639	Preta	2.0	2009	2010	126420	Flex	bom
RENAULT	Megane	DMN 7301	Preta	2.0	2007	2008	111816	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7302	Preta	2.0	2007	2008	111817	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7304	Preta	2.0	2007	2008	111819	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7305	Preta	2.0	2007	2008	111876	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7306	Preta	2.0	2008	2008	111869	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7307	Preta	2.0	2008	2008	111866	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7308	Preta	2.0	2008	2008	111867	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7309	Preta	2.0	2008	2008	111868	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7310	Preta	2.0	2008	2008	111865	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7311	Preta	2.0	2008	2008	111864	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7312	Preta	2.0	2008	2008	111863	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7313	Preta	2.0	2008	2008	111861	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7314	Preta	2.0	2008	2008	111878	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7315	Preta	2.0	2008	2008	111877	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7316	Preta	2.0	2008	2008	111860	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7317	Preta	2.0	2008	2008	111875	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7318	Preta	2.0	2008	2008	111874	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7319	Preta	2.0	2008	2008	111870	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7320	Preta	2.0	2008	2008	111872	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7321	Preta	2.0	2008	2008	111871	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7322	Preta	2.0	2008	2008	111862	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 7324	Preta	2.0	2008	2008	111859	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	DMN 5204	Preta	1.6	2007	2007	105919	Flex	bom
RENAULT	Megane	DMN 5205	Preta	1.6	2007	2007	105929	Flex	bom
RENAULT	Megane	DMN 5210	Preta	1.6	2007	2007	105918	Flex	bom



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

MARCA	MODELO	PLACAS	COR	MOTOR	ANO	MODELO	TOMBO	COMBUSTÍVEL	USO
RENAULT	Megane	DMN 5211	Preta	1.6	2007	2007	105931	Flex	bom
RENAULT	Megane	DMN 5222	Preta	1.6	2007	2007	105927	Flex	bom
RENAULT	Megane	DMN 5223	Preta	1.6	2007	2007	105922	Flex	bom
RENAULT	Megane	DMN 5234	Preta	1.6	2007	2007	105921	Flex	bom
RENAULT	Megane	DMN 5235	Preta	1.6	2007	2007	105932	Flex	bom
RENAULT	Megane	DMN 5240	Preta	1.6	2007	2007	105926	Flex	bom
RENAULT	Megane	DMN 5241	Preta	1.6	2007	2007	105930	Flex	bom
RENAULT	Megane	DMN 5253	Preta	1.6	2007	2007	105925	Flex	bom
RENAULT	Megane	DMN 5264	Preta	1.6	2007	2007	105923	Flex	bom
RENAULT	Megane	DMN 5265	Preta	1.6	2007	2007	105924	Flex	bom
RENAULT	Megane	DMN 5271	Preta	1.6	2007	2007	105928	Flex	bom
RENAULT	Megane	DMN 5272	Preta	1.6	2007	2007	105920	Flex	bom
RENAULT	Megane	JFP 6716	Preta	2.0	2004	2004	139823	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	JJE 2167	Preta	2.0	2006	2007	139824	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	JJE 2247	Preta	2.0	2006	2007	139825	Gasolina	bom
RENAULT	Megane	JJE 2287	Preta	2.0	2006	2007	139826	Gasolina	bom
TOTAL DA CATEGORIA INSTITUCIONAL – 96									

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência

QUADRO 125 – VEÍCULOS POR GRUPO – SERVIÇOS

MARCA	MODELO	PLACAS	COR	MOTOR	ANO	MODELO	TOMBO	COMBUSTÍVEL	USO
RENAULT	SANDERO	FIL4116	Branco	1.6	2014	2014	164460	Flex	Ótimo
RENAULT	SANDERO	FIL4117	Branco	1.6	2014	2014	164459	Flex	Ótimo
RENAULT	SANDERO	FIL4118	Branco	1.6	2014	2014	164461	Flex	Ótimo
CITROEN	JUMPER	FQI6241	Branco	2.3	2014	2014	164602	Diesel	Ótimo
CITROEN	JUMPER	FRG4831	Branco	2.3	2014	2014	164601	Diesel	Ótimo
CITROEN	JUMPER	FKK2450	Branco	2.3	2014	2014	172193	Diesel	Ótimo
CITROEN	JUMPER	FVQ6408	Branco	2.3	2014	2014	172194	Diesel	Ótimo
VW	Santana	DMN 0868	Preta	1.8	2006	2006	87529	Álcool	bom



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

MARCA	MODELO	PLACAS	COR	MOTOR	ANO	MODELO	TOMBO	COMBUSTÍVEL	USO
VW	Santana	DMN 0874	Preta	1.8	2006	2006	87540	Álcool	bom
VW	Santana	DMN 0876	Preta	1.8	2006	2006	87534	Álcool	bom
VW	Santana	DMN 0877	Preta	1.8	2006	2006	87535	Álcool	bom
VW	Santana	DMN 0879	Preta	1.8	2006	2006	87538	Álcool	bom
VW	Santana	DMN 0880	Preta	1.8	2006	2006	87537	Álcool	bom
VW	Santana	DMN 0865	Preta	1.8	2006	2006	87532	Álcool	bom
VW	Santana	DMN 0866	Preta	1.8	2006	2006	87530	Álcool	bom
VW	Santana	DMN 0869	Preta	1.8	2006	2006	87528	Álcool	bom
VW	Santana	DMN 0870	Preta	1.8	2006	2006	87527	Álcool	bom
VW	Santana	DMN 0871	Preta	1.8	2006	2006	87539	Álcool	bom
VW	Santana	DMN 0872	Preta	1.8	2006	2006	87541	Álcool	bom
VW	Santana	DMN 0875	Preta	1.8	2006	2006	87533	Álcool	bom
VW	Santana	DMN 0878	Preta	1.8	2006	2006	87536	Álcool	bom
CHEVROLET	Astra	BPZ 8176	Preta	1.8	2002	2003	62846	Álcool	bom
CHEVROLET	Astra	BPZ 8178	Preta	1.8	2002	2003	62845	Álcool	bom
VW	Gol	DMN 0881	Preta	1.6	2005	2006	87525	Álcool	bom
VW	Gol	DMN 0882	Preta	1.6	2005	2006	87524	Álcool	bom
VW	Gol	DMN 0884	Preta	1.6	2006	2006	87526	Álcool	bom
VW	Parati	BPZ8639	Preta	1.6	2001	2003	58256	Álcool	bom
MARCOPOLO	Volare	DBS 6109	Prata	4.6	2005	2006	82166	Diesel	bom
FIAT	Ducato	BPZ 8203	Branca	2.8	2003	2004	67443	Diesel	bom
PEUGEOT	Boxer	DMN 5229	Branca	3.3	2006	2007	105018	Diesel	bom
PEUGEOT	Boxer	DMN 5267	Branca	3.3	2006	2007	105315	Diesel	bom
PEUGEOT	Boxer	DMN 5268	Branca	3.3	2006	2007	105316	Diesel	bom
PEUGEOT	Boxer	DMN 5269	Branca	3.3	2006	2007	105314	Diesel	bom
PEUGEOT	Boxer	DMN 5270	Branca	3.3	2006	2007	105317	Diesel	bom
PEUGEOT	Boxer	DMN 7431	Branca	2.3	2012	2013	152498	Diesel	bom
PEUGEOT	Boxer	DMN 7451	Branca	2.3	2012	2013	152499	Diesel	bom
PEUGEOT	Boxer	DMN 7461	Branca	2.3	2012	2013	152500	Diesel	bom
MERCEDES	L 1318	DMN 0896	Branca	5882	2006	2006	102632	Diesel	bom



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

MARCA	MODELO	PLACAS	COR	MOTOR	ANO	MODELO	TOMBO	COMBUSTÍVEL	USO
MERCEDES	L 1318	DMN 0897	Branca	5882	2006	2006	102633	Diesel	bom
AGRALE	8500 Tca	DMN 0898	Branca	4600	2006	2006	101444	Diesel	bom
AGRALE	8500 Tca	DMN 0899	Branca	4600	2006	2006	101445	Diesel	bom
TOTAL DA CATEGORA SERVIÇOS – 41									

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência

QUADRO 126 – VEÍCULOS POR GRUPO – TOTAL

TOTAL DA CATEGORIA REPRESENTAÇÃO	5
TOTAL DA CATEGORIA INSTITUCIONAL	96
TOTAL DA CATEGORIA SERVIÇOS	41
TOTAL GERAL DA FROTA	142

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência

4.2.1.4 Quilometragem Rodada Por Grupo

A quilometragem média da frota, por Grupo, corresponde a:

- Institucional: 11.587 km;
- Representação: 65.774 km; e
- Serviços: 3.039 km.

A quilometragem total da frota, por Grupo, corresponde a:

- Institucional: 1.112.315 km;
- Representação: 328.869 km; e
- Serviços: 431.638 km.



4.2.1.5 Idade Média da Frota, por Grupo de Veículos

QUADRO 127 – IDADE MÉDIA DA FROTA POR GRUPO

MÉDIA DO GRUPO REPRESENTAÇÃO:	1 ano
MÉDIA DO GRUPO INSTITUCIONAL:	7,8 anos
MÉDIA DO GRUPO SERVIÇOS:	9,3 anos
MÉDIA TOTAL GERAL DA FROTA:	7,9 anos

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência

4.2.1.6 Despesas Associadas à Manutenção da Frota

QUADRO 128 – CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA

CATEGORIA	COMBUSTÍVEIS	MANUTENÇÃO	PEDÁGIO	HIGIENIZAÇÃO	TOTAL
Representação	R\$ 17.861,35	R\$ 0,00 *	R\$ 4.657,38	R\$ 0,00 *	R\$ 22.518,73
Institucional	R\$ 498.923,36	R\$ 283.595,53	R\$ 37.567,37	R\$ 2.160,00	R\$ 822.246,26
Serviços	R\$ 136.450,86	R\$ 84.397,06	R\$ 73.296,07	R\$ 240,00	R\$ 294.383,99
Total	R\$ 653.235,57	R\$ 367.992,59	R\$ 115.520,82	R\$ 2.400,00	R\$ 1.139.148,98

* Os veículos de representação não tiveram custos de manutenção e de higienização, pois foram incorporados à frota em 12/2017.

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência

4.2.1.7 Plano de Substituição da Frota

O plano de substituição da frota é feito de acordo com a disponibilidade orçamentária/financeira e, na medida em que os custos de manutenção se tornem muito onerosos.

4.2.1.8 Razões da Escolha da Aquisição em Detrimento da Locação

A razão da escolha fundamenta-se na opção da política estratégica da Instituição, que abrange questões de segurança pessoal dos magistrados no exercício da prestação jurisdicional.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

4.2.1.9 Controle da Frota

O controle de que o Tribunal dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte é informatizado, sendo efetuado por:

- 02 servidores responsáveis pela manutenção da frota;
- 01 servidor responsável pela documentação e controle de multas da frota;
- 02 servidores responsáveis pelos lançamentos das despesas e controles de abastecimentos da frota.

4.2.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

QUADRO 129 – IMÓVEIS DE USO ESPECIAL – INFORMAÇÕES GERAIS

RIP - UTILIZAÇÃO (SPIUnet)	UF	Município	ENDEREÇO	Tipologia (1)	Utilização (2)	ÁREA DO IMÓVEL (m2) Área Terreno Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)	Área Construída	nº servidores no imóvel	Uso compartilhado? outros órgãos utilizam o mesmo imóvel? (SIM/NÃO)	Propriedade (próprio/ União/ terceiros)	VALOR LOCAÇÃO (R\$ mensal) se for o caso
Não há	SP	Adamantina	Av. Rio Branco, 1939 – Centro	T1	3	Informação indisponível	1.054,78	14	Não	Terceiros	47.213,05
Não há	SP	Americana	Av. Nossa Senhora De Fátima, 3000, 3º Andar – Vila Israel	T1	3	Informação indisponível	1.439,08	36	Não	Terceiros	34.241,22
Não há	SP	Amparo	Av. Bernardino De Campos, 07 – Centro	T1	3	Informação indisponível	469,14	12	Não	Terceiros	8.239,89
Não há	SP	Andradina	Rua Corumbá, 901 – Stella Maris	T1	3	Informação indisponível	653,38	14	Não	Terceiros	10.595,30
Não há	SP	Aparecida	Av. Padroeira Do Brasil, 437 – Centro	T1	3	Informação indisponível	623,08	12	Não	Terceiros	9.041,34
Não há	SP	Araçatuba	Rua Duque De Caxias, 2130 – Saudade	T1	3	Informação indisponível	1.507,84	40	Não	Terceiros	22.633,23
Não há	SP	Araraquara	Av. José Bonifácio, 176 – Centro	T1	3	Informação indisponível	3.826,16	47	Não	Terceiros	42.798,83
6165.00019.500-0	SP	Araras	Rua Paulo Butafava, S/Nº, Jardim Buzolin	T2	3	2.348,73	0,00	0	Não		Não há
Não há	SP	Assis	Rua Walter Antonio Fontana, 625 – Vila Cláudia	T1	3	Informação indisponível	1.749,20	28	Não	Terceiros	25.836,03
Não há	SP	Atibaia	Rua João Pires, 1200 – Centro	T1	3	Informação indisponível	1.219,85	18	Não	Terceiros	38.456,34
Não há	SP	Avaré	Rua Amaral Pacheco, 1120 – Água Branca	T1	3	Informação indisponível	707,48	15	Não	Terceiros	13.775,49
6209.00022.500-1	SP	Barretos	Av. Centenário Da Abolição Na Confluência, Jardim América	T1	3	4.074,81	1.128,96	18	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Batatais	Av. General Osório, 294 – Centro	T1	3	Informação indisponível	773,00	13	Não	Terceiros	10.747,88
6219.00050.500-1 6219.00010.500-3	SP	Bauru	Rua Antônio Alves, Quadra 9/10, Centro	T1	3	692,25	420,00	58	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Bebedouro	Rua Dr. Oscar Werneck, 634 – Centro	T1	3	Informação indisponível	666,36	14	Não	Terceiros	13.695,99
6221.00004-500-2	SP	Bebedouro	Av. Oswaldo Perrone – Parque Residencial E	T2	3	1.306,33	0,00	0	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Birigui	Av. Youseff Ismail Mansour, 300 – Jardim Alto Do Silveiras	T1	3	Informação indisponível	658,03	15	Não	Terceiros	11.446,40
6229.00005.500-3	SP	Birigui	Rua Bento Da Cruz – Centro	T2	3	664,50	0,00	0	Não	Próprio	Não há
6229.00013.500-7	SP	Birigui	Rua Antenor Clarindo, S/Nº – Jardim Stabile	T2	3	4.005,00	0,00	0	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Botucatu	Rua Dr. Cardoso De Almeida, 1018 – Centro (ARQUIVO)	T1	3	Informação indisponível	183,83	0	Não	Terceiros	1.533,50
6249.00015-500-2 6249.00016.500-8	SP	Botucatu	Rua Joaquim Lyra Brandão, 147 – Vila Assumpção	T1	3	1.600,00	472,50	20	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Bragança Pta.	Av. Dos Imigrantes, 1387 – Jardim América	T1	3	Informação indisponível	765,22	16	Não	Terceiros	11.141,60

Não há	SP	Caçapava	Rua Treze De Maio, 40, Salas 15 A 28 – Centro	T1	3	Informação indisponível	608,40	12	Não	Terceiros	11.005,71
Não há	SP	Cajuru	Rua Coronel Manoel Caetano, 181 – Centro	T1	3	Informação indisponível	1.032,27	13	Não	Terceiros	26.720,89
Não há	SP	Campinas	Rua Ângela Signori Grigol, 05 – Barão Geraldo	T1	3	Informação indisponível	3.663,88	19	Não	Terceiros	72.288,35
Não há	SP	Campinas	Rua Dário Freire Meirelles, 335 – Amarais	T1	3	Informação indisponível	1.424,44	0	Não	Terceiros	6.296,99
Não há	SP	Campinas	Rua Odila Maia Rocha Brito, 77 – Nova Campinas	T1	3	Informação indisponível	393,29	30	Não	Terceiros	9.322,46
6291.00072.500-4 6291.00073.500-0	SP	Campinas	Rua Barão De Jaguará, 945 – Centro	T1	3	389,80	1.237,20	85	Não	Próprio	Não há
6291.01821.500-8 6291.01822.500-3	SP	Campinas	Av. José De Souza Campos, 422 – Nova Campinas	T1	3	2.787,00	16.740,07	594	Não	Próprio	Não há
6291.00283.500-1 6291.00284.500-7	SP	Campinas	Rua Doutor Quirino, 1080 – Centro	T1	3	1.919,78	11.340,21	393	Não	Próprio	Não há
6291.00287.500-3 6291.00288.500-9	SP	Campinas	Rua Barão De Jaguará, 901 – Centro	T1	3	2.083,20	27.370,45	923	Não	Próprio	Não há
6291.02778.500-8	SP	Campinas	Rua Paula Bueno, S/Nº – Taquaral	T2	3	13.549,79	0,00	0	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Capão Bonito	Rua Rafael Machado Neto, 328 – Vila Nova Capão Bonito	T1	3	Informação indisponível	700,22	12	Não	Terceiros	22.410,14
6305.00005.500-2	SP	Capão Bonito	Rua Profeta Batista Da Silveira, S/Nº – Vila Santa Rosa	T2	3	1.843,89	0,00	0	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Capivari	Rua General Osório, 1174/1188 – Centro	T1	3	Informação indisponível	986,52	18	Não	Terceiros	14.190,00
Não há	SP	Caraguatatuba	Av. Presciliana De Castilho, 600 – Centro	T1	3	Informação indisponível	923,91	13	Não	Terceiros	17.250,00
Não há	SP	Catanduva	Rua Recife, 585 – Centro	T1	3	Informação indisponível	3.321,35	34	Não	Terceiros	22.264,33
6323.00046.500-4	SP	Catanduva	Av. Theodoro Rosa Filho, S/Nº – Parque Iracema	T2	3	5.000,00	0,00	0	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Cpo. Limpo Pta.	Av. Adherbal Da Costa Moreira – Jardim América	T1	3	Informação indisponível	1.196,80	15	Não	Terceiros	18.509,00
Não há	SP	Cravinhos	Av. Fagundes, 196 – Centro	T1	3	Informação indisponível	1.354,57	14	Não	Terceiros	24.517,27
6369.00010-500-6 6369.00011.500-1	SP	Cruzeiro	Rua Sebastião Vieira Da Silva, 101 – Vila Paulo Romeu	T1	3	1.032,00	805,03	15	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Fernandópolis	Av. Expedicionários Brasileiros, 1651 – Centro	T1	3	Informação indisponível	557,61	17	Não	Terceiros	8.000,00
6411.00004.500-8 6411.00005.500-3	SP	Fernandópolis	Rua Sebastião Batista, S/Nº – Jardim Santa Rita	T2	3	750,00	0,00	0	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Franca	Rua Frei Germano, 2310	T1	3	Informação indisponível	1.633,83	38	Não	Terceiros	27.456,98
6425.00014-500-2	SP	Franca	Av Sete De Setembro, 00 – Bairro São José, Residencial Baldassa	T2	3	2.109,90	0,00	0	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Garça	Rua Dr. Rafael Paes De Barros, 55 – Centro	T1	3	Informação indisponível	631,08	10	Não	Terceiros	11.759,26
Não há	SP	Guaratinguetá	Rua Professor Sylvio José Marcondes Coelho, 33	T1	3	Informação indisponível	601,19	14	Não	Terceiros	12.225,83
Não há	SP	Indaiatuba	Av. Engenheiro Fábio Roberto Barnabé, 3021 – Colinas De Indaiatuba	T1	3	Informação indisponível	944,48	19	Não	Terceiros	36.555,46
Não há	SP	Itanhaém	Rua Rui Barbosa, Esq. Rua Prof. Dinorah Cruz, 12 – Centro	T1	3	Informação indisponível	937,47	15	Não	Terceiros	19.023,11

Não há	SP	Itapetininga	Rua Quintino Bocaiuva, 784 – Centro	T1	3	Informação indisponível	617,34	15	Não	Terceiros	6.064,56
6547.00006.500-6	SP	Itapetininga	Rua Luiz Alberto Santos Bianchi, S/Nº – Jardim Maraba	T2	3	2.020,86	0,00	0	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Itapeva	Av. Dr. José Ermínio De Moraes, 1070	T1	3	Informação indisponível	569,58	12	Não	Terceiros	20.500,00
Não há	SP	Itapira	Rua Conselheiro Dantas, 79, Esq. Com Rua General Osório – Centro	T1	3	Informação indisponível	1.123,94	13	Não	Terceiros	16.814,19
Não há	SP	Itápolis	Rua Bernardino De Campos, 645 – Centro	T1	3	Informação indisponível	701,36	14	Não	Terceiros	8.364,44
Não há	SP	Itápolis	Rua Bernardino De Campos, 620 – Centro (ARQUIVO)	T1	3	Informação indisponível	403,16	0	Não	Terceiros	3.487,33
6555.00006.500-7	SP	Itápolis	Rua Floriano Peixoto, S/Nº – Jardim Manoel Barelli	T2	3	924,71	0,00	0	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Itararé	Rua 28 De Agosto, 375 – Centro	T1	3	Informação indisponível	518,93	11	Não	Terceiros	4.960,45
Não há	SP	Itatiba	Av. Da Saudade, 584 – Jardim Santa Terezinha	T1	3	Informação indisponível	1.505,52	17	Não	Terceiros	44.705,63
Não há	SP	Itu	Rua Santa Cruz, 533 – Centro	T1	3	Informação indisponível	970,59	20	Não	Terceiros	17.282,94
Não há	SP	Ituverava	Praça Deputado HÉlvio Nunes Da Silva, 226 – Centro	T1	3	Informação indisponível	637,18	15	Não	Terceiros	8.724,97
6583.00008.500-3	SP	Ituverava	Rua Antonio Isaltino Da Silva, S/Nº – Conjunto Habitacional D. Regina Ribeiro Dos Santos	T2	3	2.364,78	0,00	0	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Jaboticabal	Rua José Bonifácio, 497 – Aparecida	T1	3	Informação indisponível	972,35	28	Não	Terceiros	9.500,00
6587.00008.500-6	SP	Jaboticabal	Av. Nicolino Filardi, S/Nº – Jardim Barcelona	T2	3	4.000,00	0,00	0	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Jacareí	Av. Pensilvânia, 412 – Jardim Flórida	T1	3	Informação indisponível	1.508,00	26	Não	Terceiros	35.000,00
Não há	SP	Jales	Av. Paulo Marcondes, 1150 (ARQUIVO)	T1	3	Informação indisponível	297,44	0	Não	Terceiros	2.742,42
6597.00003-500-6 6597.00002.500-0	SP	Jales	Rua Nove, 1466 – Jardim Nova Vida	T1	3	900,00	312,93	12	Não	Próprio	Não há
6607.00005.500-8	SP	Jaú	Rua Rolando D'amico, 121 – Vila Assis	T1	3	1.004,05	904,90	32	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	José Bonifácio	Av. São João, 52 – Centro	T1	3	Informação indisponível	1.032,88	15	Não	Terceiros	21.015,32
Não há	SP	Leme	Rua Newton Prado, 148 – Centro	T1	3	Informação indisponível	640,05	14	Não	Terceiros	11.136,14
6637.00004.500-4 6637.00005.500-0	SP	Lençóis Paulista	Rua Carlos Trecenti, 175 – Vila Santa Cecília	T1	3	3.180,30	569,98	12	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Lençóis Paulista	Rua Carlos Trecenti, S/N – Vila Santa Cecília	T1	3	Informação indisponível	623,62	12	Não	Terceiros	9.000,00
Não há	SP	Limeira	Rua Henrique Jacobs, 2040 – Parque Egisto Ragazzo	T1	3	Informação indisponível	2.550,00	35	Não	Terceiros	46.388,33
Não há	SP	Lins	Rua Val De Palmas, 168 – Jardim Americano	T1	3	Informação indisponível	734,28	18	Não	Terceiros	9.893,78
6643.00025.500-3	SP	Lins	Rua Antonio Serra, 00 – Lote 91 – Quadra 31 – Jardim Maraba	T2	3	1.810,00	0,00	0	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Lorena	Av. Dr. Peixoto De Castro, 360 – Cruz	T1	3	Informação indisponível	510,78	14	Não	Terceiros	2.626,68
Não há	SP	Marília	Av. Tiradentes, 580 – Fragata	T1	3	Informação indisponível	1.529,10	26	Não	Terceiros	23.496,75
6681.00025.500-6	SP	Marília	Rua João Francisco Sornas, 00 – Jardim América	T2	3	3.520,00	0,00	0	Não	Próprio	Não há
6687.00006.500-1	SP	Matão	Rua Philomena Ciorlino, S/Nº – Residencial Monte Carlo	T2	3	2.500,00	0,00	0	Não	Próprio	Não há

6687.00003.500-5 6687.00002.500-0	SP	Matão	Rua Jundiá, 1270 – Nova Matão	T1	3	786,44	339,02	15	Não	Próprio	Não há
6715.00012.500-3 6715.00013.500-9	SP	Mogi Guaçu	Av. Brasil, 4801 – Jardim Serra Dourada	T1	3	4.035,00	1.064,06	17	Não	Próprio	Não há
6717.00003.500-0 6717.00002.500-5	SP	Mogi Mirim	Rua Luiz Gonzaga Guerreiro, 80 – Jardim Maria Beatriz	T1	3	1.517,53	691,30	16	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Olímpia	Rua São João, 915 – Centro	T1	3	Informação indisponível	747,00	12	Não	Terceiros	17.778,00
Não há	SP	Orlândia	Av. Quatro, 290 – Centro	T1	3	Informação indisponível	555,60	8	Não	Terceiros	11.139,54
Não há	SP	Ourinhos	Rua Paulo Sá, 565 – Vila Moraes	T1	3	Informação indisponível	822,81	14	Não	Terceiros	12.000,00
Não há	SP	Paulínia	Av. Dos Expedicionários, 1500 – Vista Alegre	T1	3	Informação indisponível	1.695,93	28	Não	Terceiros	58.922,15
Não há	SP	Paulínia	Rua Joaquim Aricó, 34 – Betel (ARQUIVO)	T1	3	Informação indisponível	3.700,00	0	Não	Terceiros	44.699,67
Não há	SP	Penápolis	Praça Dr. Carlos Sampaio Filho, 25 – Centro	T1	3	Informação indisponível	516,34	14	Não	Terceiros	6.542,79
Não há	SP	Perdemeiras	Rua José Fernandes Gil, 546 – Jardim Acaraí	T1	3	Informação indisponível	670,00	12	Não	Terceiros	13.972,90
Não há	SP	Piedade	Rua José Batista, 152 – Centro	T1	3	Informação indisponível	635,24	13	Não	Terceiros	21.516,15
Não há	SP	Pindamonhangaba	Rua José Gambini De Souza, 641 – Campo Alegre (ARQUIVO)	T1	3	Informação indisponível	106,97	18	Não	Terceiros	1.629,37
6875.00016.500-5 6875.00017.500-0	SP	Piracicaba	Rua João Pedro Correa, 810 – Santa Terezinha	T1	3	3.527,81	1.393,23	57	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Pirassununga	Av. Padre Antonio Vann Ess, 1241 – Rosário	T1	3	Informação indisponível	497,04	14	Não	Terceiros	9.260,19
6915.00012.500-6 6915.00013.500-1	SP	Porto Ferreira	Av. Júlio De Oliveira Dorta, 950 – Recanto Bela Vista	T1	3	1.828,14	1.446,43	14	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Pres. Venceslau	Rua General Osório, 37 – Centro	T1	3	Informação indisponível	609,63	12	Não	Terceiros	6.730,85
6929.00035.500-1	SP	Presidente Prudente	Av. Quatorze De Setembro, 1060 – Jardim Paulistano	T1	3	1.360,00	3.750,27	33	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Rancharia	Av. Pedro De Toledo, 919 – 929 – Centro	T1	3	Informação indisponível	534,11	10	Não	Terceiros	7.197,20
Não há	SP	Registro	Av. Clara Gianotti De Souza, 1555 – Vila Nova Ribeira	T1	3	Informação indisponível	732,88	14	Não	Terceiros	10.729,51
6969.00030.500-3 6969.00011.500-0	SP	Ribeirão Preto	Av. Vereador Manir Calil, 349 – Alto Da Boa Vista	T1	3	2.560,00	2.148,90	0	Não	Próprio	Não há
6969.00043.500-4 6969.00044.500-0	SP	Ribeirão Preto	Rua Afonso Taranto, 105 – Sist. Rec. Pci Lagoinha, Nova Ribeirânia	T1	3	5.442,64	4.588,82	97	Não	Próprio	Não há
6979.00008.500-0 6979.00009.500-6	SP	Rio Claro	Avenida Cidade Judiciaria, 289 - Vila Nova	T1	3	10.000,00	1.067,23	18	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Salto	Rua José Galvão, 196 – Centro	T1	3	Informação indisponível	861,00	15	Não	Terceiros	21.336,00
Não há	SP	São Carlos	Rua José Bonifácio, 888 – Núcleo Residencial Silvio Vilari	T1	3	Informação indisponível	1.652,40	34	Não	Terceiros	36.329,36
7079.00092.500-7	SP	São Carlos	Rua Francisco Pereira Lopes, S/Nº – Parque Santa Mônica	T2	3	4.740,40	0,00	0	Não	Próprio	Não há

7083.00003.500-0 7083.00002.500-4	SP	São João Da Boa Vista	Rua Luiz Preveiro, 91 – Jardim Santa Clara	T1	3	1.785,26	631,87	15	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	São Joaquim Da Barra	Rua Voluntário Geraldo, 1636 – Centro	T1	3	Informação indisponível	511,42	17	Não	Terceiros	4.991,12
Não há	SP	São José Do Rio Pardo	Rua Coronel Marçal, 70 – Centro	T1	3	Informação indisponível	606,65	13	Não	Terceiros	6.286,45
7095.00004.500-9	SP	São José Do Rio Pardo	Rua Riachuelo, S/Nº – Com Rua Leonardo Trovatto, Jardim Novo Belmonte	T2	3	759,60	0,00	0	Não	Próprio	Não há
7097.00058.500-0 7097.00059.500-5	SP	São José Do Rio Preto	Rua José Munia, 5500 – Chácara Municipal – Nova Redentora	T1	3	6.630,75	3.566,74	71	Não	Próprio	Não há
7099.00519.500-1 7099.00520.500-7	SP	São José Dos Campos	R. Juiz David Barrilli, 85, Parque Residencial A – Jardim Aquarius	T1	3	5.496,60	2.722,38	82	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	São Roque	Rua Dr. Ângelo Meneguesso, 550 – Centro	T1	3	Informação indisponível	960,43	15	Não	Terceiros	25.994,10
Não há	SP	São Sebastião	Rua Hermínio Della Guardia, 41 – Pontal Da Cruz (ARQUIVO)	T1	3	Informação indisponível	108,94	14	Não	Terceiros	857,81
Não há	SP	Sertãozinho	Rua Antonio Seron, 254 – Centro	T1	3	Informação indisponível	1.100,00	30	Não	Terceiros	62.432,35
7145.00222.500-4 7145.00223.500-0	SP	Sorocaba	Rua Ministro Coqueijo Costa, 61, Boa Vista	T1	3	1.860,00	2.249,52	74	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Sta. Bárbara D'oeste	Rua General Osório, 83 – Centro	T1	3	Informação indisponível	878,70	17	Não	Terceiros	12.717,60
Não há	SP	Sta. Cruz Rio Pardo	Rua Carlos Rios, 178 – Centro	T1	3	Informação indisponível	767,45	13	Não	Terceiros	8.798,86
Não há	SP	Sumaré	Rua Ernesto Barijan, 645 – Planalto Do Sol	T1	3	Informação indisponível	987,30	18	Não	Terceiros	42.796,82
Não há	SP	Tanabi	Av. Gildo Savatin, 550 – Santa Mônica	T1	3	Informação indisponível	744,27	15	Não	Terceiros	8.754,52
Não há	SP	Taquaritinga	Av. Vicente José Parise, 1380 – Centro	T1	3	Informação indisponível	725,00	11	Não	Terceiros	6.509,23
Não há	SP	Tatuí	Rua José Bonifácio, 170 – Centro	T1	3	Informação indisponível	1.205,01	16	Não	Terceiros	21.682,83
7181.00005.500-0	SP	Tatuí	Av. Virgilio De Montezzo Filho, S/Nº – Nova Tatuí	T2	3	4.260,48	0,00	0	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Taubaté	Av. Brig. José Vicente De Faria Lima, S/Nº – Jd. Maria Augusta	T1	3	Informação indisponível	2.157,74	36	Não	Terceiros	34.195,24
7183.00029.500-8	SP	Taubaté	Rua Antonio Gonçalvez Viana Bosque Flamboyan, S/Nº	T2	3	6.133,90	0,00	0	Não	Próprio	Não há
Não há	SP	Teodoro Sampaio	Rua Alberto Amador, 774 – Vila São Paulo	T1	3	Informação indisponível	912,61	12	Não	Terceiros	12.996,98
Não há	SP	Tietê	Rua Do Comércio, 511 – Centro	T1	3	Informação indisponível	774,92	16	Não	Terceiros	8.994,33
Não há	SP	Tupã	Rua Nhambiquaras, 604 – Centro	T1	3	Informação indisponível	728,03	11	Não	Terceiros	11.836,00
Não há	SP	Ubatuba	Av. Rio Grande Do Sul, 691 – Centro	T1	3	Informação indisponível	504,42	12	Não	Terceiros	7.221,61
Não há	SP	Votuporanga	Rua Piauí, 3137 (ARQUIVO)	T1	3	Informação indisponível	231,18	0	Não	Terceiros	3.662,79
7245.00039.500-6	SP	Votuporanga	Rua Luiza Passarim Maricato, S/Nº – Jardim Universitário	T2	3	1.551,04	0,00	0	Não	Próprio	Não há
7245.00010.500-8	SP	Votuporanga	Rua Alagoas, 2915, Chácara Aviação	T1	3	450,00	200,18	16	Não	Próprio	Não há

7245.00003.500-0											
------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Legenda:

Tipologia: 1 – Terreno/Gleba/Lote Construído/ 2 – Terreno/Gleba/Lote Sem Construção

Utilização: 0 – Sem utilização/Vago/ 1 – Sem informação (desabitado)/ 2 – Sem utilização definida/ 3 – Sede/Unidade de Entidade/ Órgão (público ou privado)

Fonte: Secretaria da Administração



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O Gabinete da Secretaria da Administração do Tribunal é responsável por controlar e gerir os imóveis cedidos pela União.

Nesse sentido, há Termo de Cooperação assinado com a Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo, com o intuito de assegurar o melhor andamento dos processos que envolvem imóveis de interesse do Regional.

As visitas ocorrem com frequência média mensal e nelas são tratados assuntos relacionados à regularização documental e cartorária dos terrenos e das benfeitorias neles realizadas.

Dos 46 (quarenta e seis) imóveis próprios, 25 (vinte e cinco) contam com benfeitorias e outros 21 (vinte e um) são terrenos aguardando oportunidade para construção.

O Plano de Obras 2018-2020, em fase de tramitação, contempla a edificação de cinco novas sedes para as unidades trabalhistas em Itapetininga, Fernandópolis, Ituverava, Votuporanga e Jaboticabal.

Os imóveis do TRT 15 encontram-se assim divididos dentro do Estado de São Paulo, ressalvando haver jurisdição do TRT2 na Grande São Paulo e na Baixada Santista: 30% na Região Central; 20% na Região Sudeste; 17% na Região Norte; 15% na Região Noroeste; 10% na Região Sudoeste; e, 8% na Região Nordeste.

Todos os imóveis próprios deste Regional encontram-se cadastrados no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, com as informações ali requeridas. Os valores dos bens são corrigidos a cada dois anos, seguindo as orientações da Presidência da Corte, aplicando-se o índice do IBGE IPCA-E (constante do Processo de Imóvel – PI nº 40/1996, São José do Rio Preto, pág. 121); e os parâmetros e diretrizes da Secretaria do Patrimônio da União.

Quanto aos procedimentos relativos às cessões de espaços nos edifícios administrados pelo Tribunal, consta do item 4.2.3 deste Relatório de Gestão 2017 quadro contendo os dados solicitados, demonstrando que essas áreas são utilizadas por instituições financeiras e entidades de classes relacionadas à justiça trabalhista.

Foram elaborados e devidamente aprovados pela Administração Superior, minutas de termos de cessão padrão para essas situações.

Ainda sobre as cessões, informa-se a seguir o Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios e a Forma de Utilização dos Recursos:

A CESSIONÁRIA deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.

A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O Tribunal tem contratado empresas para vistoriar os imóveis com dois propósitos distintos: a) para verificar a parte estrutural dos imóveis e sua conservação, permitindo assim à Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal elaborar ranking dos prédios com maiores necessidades de adaptações e melhorias físicas, corroborando para o planejamento das reformas, mudanças e construções de novas sedes; b) para verificar as instalações elétricas, hidráulicas e de telecomunicações, facilitando os trabalhos da Coordenadoria de Manutenção do Tribunal e reduzindo os problemas relacionados às manutenções corretivas, tratando-as preventiva ou preditivamente.

4.2.3 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos Públicos e Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

QUADRO 130 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

a- Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.00283.500-1
	Endereço	Rua Dr. Quirino, 1.080, Campinas-SP
b- Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
c- Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	29,63 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.201,50 mensais (cessão do espaço) R\$ 156,77 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Imóvel	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.00287.500-5
	Endereço	Rua Barão de Jaguará, 901, Campinas-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	73,16 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.480,60 mensais (cessão do espaço) R\$ 458,61 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.00287.500-5
	Endereço	Rua Barão de Jaguará, 901, Campinas-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017
	Caracterização do espaço	81,98 m²



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	cedido	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.516,94 mensais (cessão do espaço) R\$ 507,76 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.01821.500-8
	Endereço	Av. José de Souza Campos, 422, Campinas-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 11/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	116,55 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.356,85 mensais (cessão do espaço) R\$ 547,22 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Imóvel	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.01821.500-8
	Endereço	Av. José de Souza Campos, 422, Campinas-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	118,39 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 10.383,99 mensais (cessão do espaço) R\$ 555,05 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.01821.500-8
	Endereço	Av. José de Souza Campos, 422, Campinas-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	86.794.971/0001-76
	Nome ou Razão Social	Associação dos Advogados Trabalhistas de Campinas
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Sala para uso dos associados
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/10/2013
	Caracterização do espaço	24,25 m²



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	cedido	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 492,95 mensais (cessão do espaço) R\$ 450,24 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.01821.500-8
	Endereço	Av. José de Souza Campos, 422, Campinas-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	57.519.373/0001-90
	Nome ou Razão Social	Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Sala para uso dos associados
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 30/12/2013
	Caracterização do espaço cedido	88,96 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.676,57 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Gastos Relacionados ao Imóvel	anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6687.00003.500-5
	Endereço	Rua Jundiá, 1.270, Matão-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	23,47 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 199,26 mensais (cessão do espaço) R\$ 87,11 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6875.00016.500-5
	Endereço	Rua João Pedro Corrêa, 810, Piracicaba-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Caracterização do espaço cedido	64,50 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.204,86 mensais (cessão do espaço) R\$ 290,56 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6929.00035.500-1
	Endereço	Avenida 14 de Setembro, 1080, Presidente Prudente-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	29,26 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 672,39 mensais (cessão do espaço) R\$ 112,68 mensais (rateio de despesas)
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
	Forma de Rateio dos	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Gastos Relacionados ao Imóvel	anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6969.00043.500-4
	Endereço	Rua Afonso Taranto, 105, Ribeirão Preto-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	50,37 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.019,39 mensais (cessão do espaço) R\$ 287,07 mensais (rateio de despesas)
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6969.00043.500-4
	Endereço	Rua Afonso Taranto, 105, Ribeirão Preto-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Caracterização do espaço cedido	54,29 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.838,80 mensais (cessão do espaço) R\$ 307,94 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6969.00043.500-4
	Endereço	Rua Afonso Taranto, 105, Ribeirão Preto-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	45.231.081/0001-79
	Nome ou Razão Social	Associação dos Advogados de Ribeirão Preto
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Sala para uso dos associados
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/10/2013
	Caracterização do espaço cedido	31,29 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 636,05 mensais (cessão do espaço) R\$ 903,94 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Gastos Relacionados ao Imóvel	anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7097.00058.500-0
	Endereço	Av. José Munia, 5500, São José do Rio Preto-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	29,10 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 588,93 mensais (cessão do espaço) R\$ 198,13 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7097.00058.500-0
	Endereço	Av. José Munia, 5500, São José do Rio Preto-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Caracterização do espaço cedido	41,74 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.460,90 mensais (cessão do espaço) R\$ 285,10 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7099.00519.500-1
	Endereço	Rua Juiz David Barrilli, 85, São José dos Campos-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	149,60 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 5.958,57 mensais (cessão do espaço) R\$ 1.604,03 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Gastos Relacionados ao Imóvel	anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7145.00222.500-4
	Endereço	Rua Ministro Coqueijo Costa, 61, Sorocaba-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	24,48 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 495,43 mensais (cessão do espaço) R\$ 75,20 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7145.00222.500-4
	Endereço	Rua Ministro Coqueijo Costa, 61, Sorocaba-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Caracterização do espaço cedido	22,66 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 767,27 mensais (cessão do espaço) R\$ 69,53 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	06/2008 – Contrato 84/2008
	Endereço	Av. Nossa Senhora de Fátima, 3000, Americana-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 09/08/2012
	Caracterização do espaço cedido	26,86 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 607,41 mensais (cessão do espaço) R\$ 261,69 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Gastos Relacionados ao Imóvel	anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	06/2008 – Contrato 84/2008
	Endereço	Av. Nossa Senhora de Fátima, 3000, Americana-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	26,86 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 639,10 mensais (cessão do espaço) R\$ 261,69 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	08/2005 – Contrato 37/2005
	Endereço	Rua Duque de Caxias, 2.130, Araçatuba-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Caracterização do espaço cedido	14.60 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 219,15 mensais (cessão do espaço) R\$ 47,86 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	08/2005 – Contrato 37/2005
	Endereço	Rua Duque de Caxias, 2.130, Araçatuba-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	26,10 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 383,71 mensais (cessão do espaço) R\$ 85,36 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Gastos Relacionados ao Imóvel	anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	02/2008 – Contrato 28/2008
	Endereço	Av. José Bonifácio, 176, Araraquara-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	55,57 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 558,56 mensais (cessão do espaço) R\$ 127,24 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	02/2008 – Contrato 28/2008
	Endereço	Av. José Bonifácio, 176, Araraquara-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Caracterização do espaço cedido	37,24 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 416,56 mensais (cessão do espaço) R\$ 85,12 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	643-98.2010.5.15.0895 PA – Contrato 09/2011
	Endereço	Av. Walter Antonio Fontana, 625, Assis -SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	45,07 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 648,51 mensais (cessão do espaço) R\$ 95,85 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Gastos Relacionados ao Imóvel	anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	03/2009 – Contrato 02/2010
	Endereço	Rua General Osório, 1.174/1.188, Capivari -SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	27,51 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 359,73 mensais (cessão do espaço) R\$ 69,25 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	01/2009 – Contrato 15/2009
	Endereço	Rua Recife, 585, Catanduva - SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Caracterização do espaço cedido	52,85 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 302,38 mensais (cessão do espaço) R\$ 117,45 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	07/2001 – Contrato 48/2001
	Endereço	Rua Frei Germano, 2.310, Franca - SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	108,20 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.818,35 mensais (cessão do espaço) R\$ 278,82 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Gastos Relacionados ao Imóvel	anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	06/2006 – Contrato 50/2006
	Endereço	Av. José Bonifácio, 497, Jaboticabal-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	24,98 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 244,05 mensais (cessão do espaço) R\$ 115,83 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	CP 0126/2014 – Contrato 91/2014
	Endereço	Rua Henrique Jacobs, 2.040, Limeira - SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Caracterização do espaço cedido	60,94 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 501,30 mensais (cessão do espaço) R\$ 184,44 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	18/2005 – Contrato 70/2005
	Endereço	Av. Tiradentes, 580, Marília-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	25,07 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 385,24 mensais (cessão do espaço) R\$ 51,30 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Gastos Relacionados ao Imóvel	anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	18/2005 – Contrato 70/2005
	Endereço	Av. Tiradentes, 580, Marília-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	36,96 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 567,94 mensais (cessão do espaço) R\$ 75,70 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	CP 0233/2014 – Contrato 59/2014
	Endereço	Avenida dos Expedicionários, 1.500, Paulínia-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Caracterização do espaço cedido	23,90 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 830,39 mensais (cessão do espaço) R\$ 46,32 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	CP 0233/2014 – Contrato 59/2014
	Endereço	Avenida dos Expedicionários, 1.500, Paulínia-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	23,83 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 777,04 mensais (cessão do espaço) R\$ 46,32 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Gastos Relacionados ao Imóvel	anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	19-15.2011.5.15.0895 PA – Contrato 14/2011
	Endereço	Rua Barão do Rio Branco, 689, Sertãozinho-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	25,21 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 481,69 mensais (cessão do espaço) R\$ 88,76 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	19-15.2011.5.15.0895 PA – Contrato 14/2011
	Endereço	Rua Barão do Rio Branco, 689, Sertãozinho-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Caracterização do espaço cedido	15,48 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 631,32 mensais (cessão do espaço) R\$ 54,65 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	06/2007 – Contrato 57/2007
	Endereço	Av. Brigadeiro José Vicente de Faria Lima, s/nº, Taubaté-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	35,70 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 565,76 mensais (cessão do espaço) R\$ 246,13 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Benefícios recebidos	A cessionária deposita, mensalmente, o valor pactuado, na Conta Única do Tesouro Nacional. No âmbito do TRT da 15ª Região, tais valores são registrados como receita patrimonial, Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	A inclusão de dotação na Lei Orçamentária Anual, bem como em seus créditos adicionais, é condicionada à previsão ou à arrecadação das receitas provenientes de receita patrimonial, originária dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
	Forma de Rateio dos	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Gastos Relacionados ao Imóvel	anteriores, proporcional à área ocupada.
--	-------------------------------	--

Fonte: Secretaria da Administração

4.2.4 Informações Sobre Imóveis Locados de Terceiros

O TRT da 15ª Região (União) não possui imóveis em quantidade suficiente e nem em todas as localidades abrangidas pela jurisdição, onde existam Fóruns Trabalhistas e/ou Varas do Trabalho criadas por Lei, razão pela qual a locação de imóveis é imprescindível para o bom desempenho, funcionalidade e atendimento aos Jurisdicionados.

O TRT da 15ª Região tem, por princípio, não investir ou despendar quaisquer valores em imóveis de terceiros, salvo situações excepcionalíssimas. Todas as reformas e manutenções que impliquem habitabilidade e segurança do imóvel são imputadas aos Locadores. Caso não o façam, o TRT assume as reformas/manutenções, descontando dos valores locativos os respectivos montantes.

Somente as manutenções de pequena monta e ordinariamente 'de responsabilidade do locatário' são realizadas pelo Regional, tais como vidros quebrados, lâmpadas queimadas, reatores, entupimentos etc.

QUADRO 131 – LOCAÇÕES

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Exercício 2017		Exercício 2016	
		Quantidade	Aluguel Mensal (R\$)	Quantidade	Aluguel Mensal(R\$)
BRASIL	SÃO PAULO				
	Adamantina	1	47.213,05	1	34.669,20
	Americana	1	34.241,22	1	27.854,46
	Amparo	1	8.239,89	1	8.053,85
	Andradina	1	10.595,30	1	10.732,68
	Aparecida	1	9.041,34	1	8.283,41
	Araçatuba	1	22.633,23	1	22.167,71
	Araraquara	1	42.798,83	1	41.279,74
	Assis	1	25.836,03	1	25.169,05
	Atibaia	1	38.456,34	1	37.665,37
	Avaré	1	13.775,49	1	13.775,49
	Barretos	1	11.553,57	1	11.315,94
	Batatais	1	10.747,88	1	8.500,00
Bebedouro	1	13.695,99	1	10.526,26	



4.3 Gestão de Tecnologia da Informação

4.3.1 Principais Sistemas de Informações

Os principais sistemas utilizados no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região são:

a) Área Judicial

a.1) Processo Judicial Eletrônico – PJe

Objetivo: Tramitação eletrônica de todos os processos judiciais de competência do Tribunal.

Suporte e Manutenção: O suporte e a manutenção do sistema é compartilhado com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, competindo ao Regional prestar o primeiro atendimento. As demandas que ocorrem (1º nível) são identificadas como demanda de negócio ou técnica. Após essa análise, a demanda, quando não resolvida por esse mesmo atendimento, é encaminhada ao Núcleo de Apoio ao PJe para esclarecimento negocial e/ou para a área técnica para esclarecimento e solução técnica. Caso a demanda não seja possível de ser atendida pelos técnicos do Regional, deve ser encaminhada ao CSJT para análise e encaminhamento de uma solução.

Desenvolvimento: O desenvolvimento deste sistema é realizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, havendo participação dos Tribunais na correção e implementação de novas funcionalidades no sistema, dentro de padrões e prazos preestabelecidos pelo Conselho.

Avaliação de riscos: A gestão de riscos na área de tecnologia da informação do Regional ainda é inicial, havendo várias ações para que seja possível se realizar esta atividade minimizando os riscos existentes e promovendo a implementação de controles de qualidade dos mesmos. No caso deste sistema em específico, está em curso o desenvolvimento de um processo de gestão de riscos de TIC, almejando garantir uma alta disponibilidade e segurança do sistema.

Terceirizados: Todas as atividades relacionadas a este sistema são realizadas por servidores do quadro do Tribunal, não havendo qualquer contratação de terceirizados para auxiliar no andamento dos trabalhos envolvidos.

a.2) Sistemas de Acompanhamento Processual de 1º e 2º Graus

Objetivo: Tramitação de todos os processos judiciais que ainda tramitam em meio físico no Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Suporte e Manutenção: O suporte e manutenção do sistema são realizados pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal que possui uma Coordenadoria de Atendimento ao Usuário e uma Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas responsáveis pela realização das atividades de suporte e manutenção técnicas. Caso a demanda aberta seja referente a dúvidas de negócio, deve ser encaminhada ao usuário responsável pelo sistema (Secretaria Judiciária ou Corregedoria) para auxílio no esclarecimento solicitado.

Desenvolvimento: O desenvolvimento do sistema está atualmente suspenso por força da implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, sendo realizadas apenas alterações necessárias para adequação legislativa. Este desenvolvimento, quando necessário, é realizado pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas seguindo processo de trabalho que foi definido e aprovado pela Administração do Tribunal após a alteração ter sido priorizado pelo Comitê de Priorização de Demandas de TIC, composto por representantes das principais áreas de negócio do Tribunal e responsável pela definição dentre as necessidades existentes quais devem ser desenvolvidas naquele momento.

Avaliação de riscos: A gestão de riscos na área de tecnologia da informação neste Regional ainda é inicial, havendo várias ações para que seja possível se realizar esta atividade minimizando os riscos existentes e promovendo a implementação de controles de qualidade dos mesmos. Atualmente existe um monitoramento constante da infraestrutura desse sistema visando minimizar os riscos existentes e propiciar uma disponibilidade e segurança adequadas a estes sistemas.

Terceirizados: Todas as atividades relacionadas a este sistema são realizadas por servidores do quadro do Tribunal, não havendo qualquer contratação de terceirizados para auxiliar no andamento dos trabalhos envolvidos.

a.3) Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas – CEAT

Objetivo: Emissão, para os jurisdicionados, de certidão única em relação a existência de processos físicos ou eletrônicos, englobando todos os Órgão de Julgamento do Tribunal.

Suporte e Manutenção: O suporte e a manutenção do sistema são realizados pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal que possui uma Coordenadoria de Atendimento ao Usuário e uma Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas responsáveis pelas atividades de suporte e manutenção técnicas. Caso a demanda aberta seja referente a dúvidas de negócio, deve ser encaminhada ao usuário responsável (Corregedoria) pelo sistema para auxílio no esclarecimento solicitado.

Desenvolvimento: O desenvolvimento de novas funcionalidades do sistema é realizado pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas seguindo processo de trabalho que foi definido e aprovado pela Administração do Tribunal após ter sido priorizado pelo Comitê de Priorização de Demandas de TIC, composto por representantes das principais áreas de negócio do Tribunal e que definem dentre as necessidades existentes quais devem ser desenvolvidas naquele momento.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Avaliação de riscos: A gestão de riscos na área de tecnologia da informação no Regional ainda é inicial, havendo várias ações para que seja possível se realizar esta atividade minimizando os riscos existentes e promovendo a implementação de controles de qualidade dos mesmos. Atualmente existe um monitoramento constante da infraestrutura desse sistema visando minimizar os riscos existentes e propiciar uma disponibilidade e segurança adequadas a estes sistemas.

Terceirizados: Todas as atividades relacionadas a este sistema são realizadas por servidores do quadro do Tribunal, não havendo qualquer contratação de terceirizados para auxiliar no andamento dos trabalhos envolvidos.

a.4) Consulta Processual e de Jurisprudência

Objetivo: Possibilitar a consulta das situações e andamentos processuais pela Internet bem como o entendimento do Tribunal acerca de determinados assuntos.

Suporte e Manutenção: O suporte e manutenção do sistema são realizados pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal que possui uma Coordenadoria de Atendimento ao Usuário e uma Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas responsáveis pela realização de atividades de suporte e manutenção técnicas. Caso a demanda aberta seja referente a dúvidas de negócio, deve ser encaminhada ao usuário responsável (Corregedoria) pelo sistema para auxílio no esclarecimento solicitado.

Desenvolvimento: O desenvolvimento de novas funcionalidades do sistema é realizado pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas seguindo processo de trabalho que foi definido e aprovado pela Administração do Tribunal após ter sido priorizado pelo Comitê de Priorização de Demandas de TIC, composto por representantes das principais áreas de negócio do Tribunal e que definem dentre as necessidades existentes quais devem ser desenvolvidas naquele momento.

Avaliação de riscos: A gestão de riscos na área de tecnologia da informação neste Regional ainda é inicial, havendo várias ações para que seja possível se realizar esta atividade minimizando os riscos existentes e promovendo a implementação de controles de qualidade dos mesmos. Atualmente existe um monitoramento constante da infraestrutura desse sistema visando minimizar os riscos existentes e propiciar uma disponibilidade e segurança adequadas a estes sistemas.

Terceirizados: Todas as atividades relacionadas a este sistema são realizadas por servidores do quadro do Tribunal, não havendo qualquer contratação de terceirizados para auxiliar no andamento dos trabalhos envolvidos.

b) Área administrativa

b.1) PROAD

Objetivo: Tramitação eletrônica de todos os processos administrativos que tramitam bem como expedientes ordinários.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Suporte e Manutenção: O suporte e a manutenção do sistema é compartilhado com o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, sendo que a 15ª Região presta o primeiro atendimento nas demandas que ocorrem (1º nível), selecionando se é de negócio ou técnica. Realizada essa análise, a demanda não solucionada no atendimento é encaminhada à Vice-Presidência Administrativa para esclarecimento negocial e/ou para a área técnica para esclarecimentos e solução técnica. Caso a demanda não seja passível de solução pelos técnicos do Regional, deve ser encaminhada ao Tribunal da 12ª Região para análise e encaminhamento de uma solução.

Desenvolvimento: O desenvolvimento do sistema é realizado pelo Tribunal da 12ª Região que periodicamente lança versões do sistema com correções de erros detectados, bem como com o lançamento de novas funcionalidades.

Avaliação de riscos: A gestão de riscos na área de tecnologia da informação no Regional ainda é inicial, havendo várias ações para que seja possível se realizar esta atividade minimizando os riscos existentes e promovendo a implementação de controles de qualidade dos mesmos. No caso deste sistema em específico, está em curso o desenvolvimento de um processo de gestão de riscos de TIC, almejando garantir uma alta disponibilidade e segurança deste sistema.

Terceirizados: Todas as atividades relacionadas ao sistema são realizadas por servidores do quadro do Tribunal, não havendo qualquer contratação de terceirizados para auxiliar no andamento dos trabalhos envolvidos.

b.2) Fênix

Objetivo: Gestão de Recursos Humanos do Regional, envolvendo magistrados e servidores, ativos e inativos.

Suporte e Manutenção: O suporte e a manutenção do sistema são realizados pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal que possui uma Coordenadoria de Atendimento ao Usuário e uma Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas responsáveis pela realização de atividades de suporte e manutenção técnicas. Caso a demanda aberta seja referente a dúvidas de negócio, deve ser encaminhada ao usuário responsável pelo sistema (Secretaria de Gestão de Pessoas) para auxílio no esclarecimento solicitado.

Desenvolvimento: O desenvolvimento de novas funcionalidades do sistema é realizado pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas seguindo processo de trabalho que foi definido e aprovado pela Administração do Tribunal após ter sido priorizado pelo Comitê de Priorização de Demandas de TIC, composto por representantes das principais áreas de negócio do Tribunal e que definem dentre as necessidades existentes quais devem ser desenvolvidas naquele momento.

Avaliação de riscos: A gestão de riscos na área de tecnologia da informação neste Regional ainda é inicial, havendo várias ações para que seja possível realizar esta atividade minimizando os riscos existentes e promovendo a implementação de controles de qualidade dos mesmos. Atualmente existe um monitoramento constante da infraestrutura desse sistema visando minimizar os riscos existentes e proporcionar uma disponibilidade e segurança adequadas ao sistema.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Terceirizados: Todas as atividades relacionadas a este sistema são realizadas por servidores do quadro do Tribunal, não havendo qualquer contratação de terceirizados para auxiliar no andamento dos trabalhos envolvidos.

b.3-) Folha de Pagamento

Objetivo: Associado Fênix, é responsável pela elaboração da folha de pagamento de servidores e magistrados do Regional, ativos e inativos.

Suporte e Manutenção: O suporte e manutenção do sistema são realizados pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal que possui uma Coordenadoria de Atendimento ao Usuário e uma Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas responsável pela realização de atividades de suporte e manutenção técnicas. Caso a demanda aberta seja referente a dúvidas de negócio, deve ser encaminhada ao usuário responsável (Secretaria de Gestão de Pessoas) pelo sistema para auxílio no esclarecimento solicitado.

Desenvolvimento: O desenvolvimento de novas funcionalidades deste sistema é realizado pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas seguindo processo de trabalho que foi definido e aprovado pela Administração do Tribunal após ter sido priorizado pelo Comitê de Priorização de Demandas de TIC, composto por representantes das principais áreas de negócio do Tribunal e que definem dentre as necessidades existentes quais devem ser desenvolvidas naquele momento.

Avaliação de riscos: A gestão de riscos na área de tecnologia da informação neste Regional ainda é inicial, havendo várias ações para que seja possível realizar esta atividade minimizando os riscos existentes e promovendo a implementação de controles de qualidade dos mesmos. Atualmente existe um monitoramento constante da infraestrutura do sistema visando minimizar os riscos existentes e propiciar uma disponibilidade e segurança adequadas.

Terceirizados: Todas as atividades relacionadas ao sistema são realizadas por servidores do quadro do Tribunal, não havendo qualquer contratação de terceirizados para auxiliar no andamento dos trabalhos envolvidos.

b.4) Processo de Aquisição – PA

Objetivo: Tramitação eletrônica de todos os Processos de Aquisição do Tribunal, integrando todas as coordenadorias envolvidas.

Suporte e Manutenção: O suporte e a manutenção do sistema são realizados pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal que possui uma Coordenadoria de Atendimento ao Usuário e uma Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas responsáveis pela realização de atividades de suporte e manutenção técnicas. Caso a demanda aberta seja referente a dúvidas de negócio, deve ser encaminhada ao usuário responsável pelo sistema (Secretaria da Administração) para auxílio no esclarecimento solicitado.



Desenvolvimento: O desenvolvimento de novas funcionalidades deste sistema é realizado pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas seguindo processo de trabalho que foi definido e aprovado pela Administração do Tribunal após ter sido priorizado pelo Comitê de Priorização de Demandas de TIC, composto por representantes das principais áreas de negócio do Tribunal que definem dentre as necessidades existentes quais que devem ser desenvolvidas naquele momento.

Avaliação de riscos: A gestão de riscos na área de tecnologia da informação neste Regional ainda é inicial, havendo várias ações para que seja possível realizar esta atividade minimizando os riscos existentes e promovendo a implementação de controles de qualidade dos mesmos. Atualmente existe um monitoramento constante da infraestrutura do sistema visando minimizar os riscos existentes e propiciar uma disponibilidade e segurança adequadas.

Terceirizados: Todas as atividades relacionadas ao sistema são realizadas por servidores do quadro do Tribunal, não havendo qualquer contratação de terceirizados para auxiliar no andamento dos trabalhos envolvidos.

4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações – PETIC foi desenvolvido, submetido a apreciação da Administração do Tribunal e dos Comitês envolvidos no assunto e foi aprovado em sessão administrativa do Egrégio Órgão Especial do Tribunal em 29/08/2016, e publicado no DEJT de 27/09/2016, englobando o período de 2015 a 2020.

Alinhado a isso, foi desenvolvido o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC que também foi devidamente aprovado pela Presidência do Tribunal em 22/03/2016.

Posteriormente, com a edição do PETI do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, foi realizado um trabalho de realinhamento do plano do Tribunal com esses, sendo da mesma forma submetido à análise e apreciação, tendo sido aprovada e publicada sua revisão no DEJT em 19/10/2016.

Atualmente ambos os planos estão sendo rediscutidos com o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal, almejando-se sua revisão e adequação à realidade institucional.

Além do alinhamento desses planos com os Órgãos Superiores, também encontra correspondência no Planejamento Estratégico Institucional (PEI), sendo seus objetivos e metas perfeitamente compatíveis com as definições constantes no planejamento institucional.

Em relação ao PETIC, há evidente atenção à evolução da área de tecnologia da informação no tocante a vários assuntos, como o alinhamento institucional técnico com outros Órgãos do Poder Judiciário, a preocupação com a segurança da informação, a melhoria nos processos de trabalho utilizados na Secretaria, adotando as melhores práticas do mercado de TI e valorizando os recursos humanos da área, seja investindo em sua capacitação ou na qualidade de vida no trabalho.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Neste sentido, almejando-se atender tais objetivos, o PDTIC definiu uma série de ações para que fosse possível o atendimento desses aspectos, realizando ações para aumentar a satisfação dos clientes de TIC, melhorar a comunicação interna entre os coordenadores e a Secretaria, aumentar e monitorar a disponibilidade dos sistemas utilizados no Regional, principalmente os mais críticos, mapear os processos de trabalho, aumentar a eficiência dos investimentos que são realizados na área técnica e melhorar a qualidade de vida no trabalho.

O Comitê Gestor de TIC, por sua vez, foi formalizado pela Presidência do Tribunal por intermédio da Portaria GP n.º 60/2017, publicada no DEJT em 20/11/2017, composto pelo Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações e pelos Coordenadores de Apoio à Gestão de TIC, de Infraestrutura de TIC, de Administração de Recursos Físicos de TIC, de Atendimento ao Usuário e de Desenvolvimento de Sistemas.

Após sua instituição, o Comitê tem se reunido para discutir o andamento dos trabalhos que envolvem o PETI e PDTIC e, principalmente, discutir e sugerir ao Comitê de Governança de TIC alterações e melhorias na revisão que vem sendo desenvolvida atualmente.

No ano de 2017, a Escola Judicial do Tribunal, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, implementou um plano de capacitação para os servidores de TIC do Tribunal, sendo ele implementado em mais de 80% do planejado.

Para o ano de 2018, está em curso a aprovação final do plano envolvendo várias ações para que o maior número de servidores da área de TIC possa realizar atividades de atualização tecnológica e capacitação, sempre associados a projetos ou objetivos em curso no Tribunal.

No tocante ao quadro de pessoal, apesar da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações ter recebido muitos servidores concursados nos anos de 2015 e 2016, tomando-se como referência os critérios estabelecidos pela Resolução n.º 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, ainda existe um deficit no quadro de pessoal da Secretaria.

No final de 2017 o quadro era composto por 138 (cento e trinta e oito) servidores, sendo todos servidores da carreira judiciária, não havendo terceirizações para suprir eventuais carências nas atividades desenvolvidas no dia a dia.

Atualmente, com as inseguranças existentes diante das restrições à reposição de cargos vagos e da perspectiva de reforma do sistema previdenciário, existe a expectativa de vários servidores experientes se aposentarem, reforçando a necessidade de investimento em capacitação e na definição dos processos de trabalho utilizados na Secretaria.

Em relação à Central de Serviços de TIC, foi definido um processo de trabalho para seu funcionamento, submetido à Administração e comitês para apreciação e aprovação e já se encontra em funcionamento. Tal processo de trabalho é executado integralmente com servidores do quadro e tem alcançado um índice de satisfação muito bom junto aos usuários.

Neste sentido, como a referência para sua implementação são as melhores práticas sugeridas pela biblioteca conhecida como ITIL, está em andamento o mapeamento de alguns processos de trabalho para complementar os já realizados como o de requisição de serviço e análise de incidentes.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Durante o ano de 2017, iniciaram-se alguns projetos da área de TIC muito importantes para o desenvolvimento dos trabalhos que são realizados no Regional.

Nesse sentido, destacam-se estudos para o planejamento e contratação de bens e serviços de TIC de acordo com o que apregoa os principais diplomas legais do país e principalmente, a Resolução n.º 182/2014 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como alinhados com as determinações existentes no PEI, PETIC e PDTIC.

Foram planejados e contratados a substituição de equipamentos obsoletos do tipo desktop para as Varas do Trabalho do Regional, a substituição dos servidores de rede utilizados pelo principal sistema em uso, o PJe, a renovação ou contratação de empresas que prestam serviços de suporte e atualização da infraestrutura de rede, além de contratações relacionadas a infraestrutura física de TI, como a questão que envolve a modernização e troca do cabeamento de rede das sedes Administrativa e Judicial.

Dadas as necessidades de finalização dos estudos técnicos aplicáveis e de processamento dos respectivos procedimentos licitatórios, muitos destes projetos se encerrarão no início do exercício 2018.

As contratações de empresas para prestarem serviço no Tribunal são sempre executadas com o acompanhamento de técnicos familiarizados com o assunto envolvido, buscando, assim, a transferência de conhecimento entre os técnicos da empresa e os técnicos do Tribunal, diminuindo, nestes casos, eventual dependência tecnológica passível de causar muitos prejuízos ao Regional.

4.3.3 Processo Judicial Eletrônico (PJe)

O Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe está instalado em 100% dos Órgãos Julgadores do Regional.

A partir da constituição de um Comitê Gestor Regional para o Sistema, tem sido desenvolvido um trabalho de migração dos processos físicos para o ambiente eletrônico.

Atualmente já existem mais de 1.000.000 (um milhão) de processos cadastrados no sistema e cerca de 100.000 advogados usuários.

Como já relatado anteriormente, a responsabilidade pelo desenvolvimento e sustentação do sistema é do Conselho Superior do Trabalho – CSJT que, em parceria com todos os Regionais, inclusive a 15ª Região, desenvolve novas funcionalidades e realiza a manutenção das funcionalidades do sistema.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Birigui	1	11.446,40	1	11.200,00
Botucatu	1	1.533,50	1	1.840,51
Bragança Paulista	1	11.141,60	1	11.517,39
Caçapava	1	11.005,71	1	7.798,45
Cajuru	1	26.720,89	1	18.143,97
Campinas	4	132.607,47	4	104.010,59
Campo Limpo Paulista	1	18.509,00	1	19.729,72
Capão Bonito	1	22.410,14	1	17.324,23
Capivari	1	14.190,00	1	12.900,00
Caraguatatuba	1	17.250,00	1	15.500,00
Catanduva	1	22.264,33	1	19.003,10
Cravinhos	1	24.517,27	1	22.000,00
Fernandópolis	1	8.000,00	1	7.200,00
Franca	1	27.456,98	1	26.847,54
Garça	1	11.759,26	1	9.503,10
Guaratinguetá	1	12.225,83	1	11.973,20
Indaiatuba	1	36.555,46	1	31.072,14
Itanhaém	1	19.023,11	1	14.500,00
Itapetininga	1	6.064,56	1	6.064,56
Itapeva	2	29.894,97	1	9.168,51
Itapira	1	16.814,19	1	12.539,15
Itápolis	2	11.851,77	1	8.191,60
Itararé	1	4.960,45	1	4.750,02
Itatiba	1	44.705,63	1	37.870,76
Itu	1	17.282,94	1	13.092,51
Ituverava	1	8.724,97	1	8.490,63
Jaboticabal	1	9.500,00	1	9.500,00
Jacareí	1	35.000,00	2	13.517,20
Jales	1	2.742,42	1	2.300,00
José Bonifácio	1	21.015,32	1	19.315,56
Leme	1	11.136,14	1	10.736,73
Lençóis Paulista	1	9.000,00	1	8.601,21
Limeira	1	46.388,33	1	38.250,00
Lins	1	9.893,78	1	8.626,29
Lorena	1	2.626,68	1	2.656,43
Marília	1	23.496,75	1	22.500,00



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Olímpia	1	17.778,00	1	14.000,00
Orlândia	1	11.139,54	2	19.551,56
Ourinhos	1	12.000,00	1	12.000,00
Paulínia	1	58.922,15	1	55.300,00
Pederneiras	1	13.972,90	1	13.658,75
Penápolis	1	6.542,79	1	6.542,79
Piedade	1	21.516,15	1	20.905,70
Pindamonhangaba	1	1.629,37	1	1.115,24
Pirassununga	1	9.260,19	1	9.023,77
Porto Ferreira	0	-	1	17.977,07
Presidente Venceslau	1	6.730,85	1	6.730,85
Rancharia	1	7.197,20	1	7.025,09
Registro	1	10.729,51	1	10.300,00
Rio Claro	1	10.209,74	1	9.635,47
Salto	1	21.336,00	1	20.000,00
Santa Bárbara D'Oeste	1	12.717,60	1	12.000,00
Santa Cruz do Rio Pardo	1	8.798,86	1	8.559,20
São Carlos	1	36.329,36	1	30.534,47
São Joaquim da Barra	1	4.991,12	1	4.784,43
São José do Rio Pardo	1	6.286,45	1	5.713,89
São Roque	1	25.994,10	1	19.509,60
São Sebastião	1	857,81	1	541,16
Sertãozinho	2	82.953,87	1	19.245,54
Sumaré	1	42.796,82	1	32.751,65
Tanabi	1	8.754,52	1	8.754,52
Taquaritinga	1	6.509,23	1	6.851,31
Tatuí	1	21.682,83	1	20.250,00
Taubaté	1	34.195,24	1	34.195,24
Teodoro Sampaio	1	12.996,98	1	12.996,98
Tietê	1	8.994,33	1	7.000,00
Tupã	1	11.836,00	1	11.836,00
Ubatuba	1	7.221,61	1	7.072,38
Votuporanga	1	3.662,79	1	3.547,50
Total	87	1.575.087,92	87	1.328.138,42

Fonte: Secretaria da Administração



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de Acesso do Cidadão

5.1.1 Corregedoria Regional

A Corregedoria Regional possui protocolo próprio de atendimento, aberto para o recebimento de petições encaminhadas por qualquer cidadão, acerca de assuntos envolvendo possíveis irregularidades na tramitação de processos judiciais e na inobservância da disciplina judiciária por parte dos Juízes de Trabalho de 1º grau, conforme inciso VI do art. 29 do Regimento Interno.

As petições são recebidas fisicamente no protocolo de atendimento, por correio ou meio eletrônico, inclusive por e-mail.

Em 2017, foram recebidas pela Corregedoria Regional 865 petições físicas, 127 petições eletrônicas via sistema e-Doc, e cerca de 3,5 mil e-mails, encaminhados pelo público interno e externo.

Além disso, na forma do inciso V do art. 29 do Regimento Interno, compete à Corregedoria Regional processar e julgar as Correições Parciais, cabíveis, na ausência de recurso específico, para corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual, ação ou omissão que importe erro de procedimento. Trata-se, enfim, de medida de caráter administrativo procedimental, de que podem se servir os jurisdicionados a fim de pleitear a adoção de medidas correicionais em casos concretos específicos.

No ano de 2017, foram ajuizadas 133 Correições Parciais.



5.1.2 Ouvidoria

QUADRO 132 – CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO – OUVIDORIA

CANAIS DE COMUNICAÇÃO	N.º DE OCORRÊNCIAS
Formulário Eletrônico	11.801
Telefone	3.775
E-mail suporte@trt15.jus.br	28
E-mail Pleno	15
E-mail central@trt15.jus.br	07
Ouvidoria CNJ	131
E-mail da Presidência	01
Balcão	04
E-mail ouvidoria@trt15.jus.br	136
Formulário Impresso	12
Correspondência	02
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	15.912

Fonte: Ouvidoria

Conforme se depreende, o canal de comunicação mais utilizado foi o Formulário Eletrônico, seguido pelo telefone, totalizando 15.576 atendimentos, que representam 97,88% das ocorrências recebidas pelo Órgão.

O formulário eletrônico está disponível no link da Ouvidoria, localizado na página inicial do sítio eletrônico do Tribunal.

Os e-mails central@trt15.jus.br e suporte@trt15.jus.br eram desviados para o e-mail da Ouvidoria, entretanto, no segundo semestre, eles foram desativados, remanescendo apenas o endereço eletrônico da Ouvidoria (ouvidoria@trt15.jus.br).

As mensagens recebidas pela Secretaria do Egrégio Tribunal Pleno (no Fale Conosco do DEJT), quando pertinentes, também são encaminhadas à Ouvidoria, onde essas demandas são tratadas e dado o seu devido andamento.

Por telefone, através do 08007713315, de segunda a sexta-feira (*exceto feriados*), das 09h às 18h, o interessado pode solicitar atendimento e ter sua pretensão satisfeita de imediato.

Predominam as ligações referentes ao andamento dos processos que tramitam nas diversas Varas do Trabalho, como também em grau de recurso ou competência originária no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A Ouvidoria recebe, ainda, reclamações oriundas da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça que estão relacionadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Por fim, também são realizados atendimentos pessoais, diretamente na secretaria da Ouvidoria, como também por meio do formulário impresso existente nas diversas unidades deste Tribunal e por correspondência.

Com relação aos resultados, com base no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, sempre que possível as solicitações são respondidas de imediato.

Nos casos da impossibilidade desse procedimento, diligencia-se junto aos diversos setores do Regional com o intuito de satisfazer a pretensão do usuário da Ouvidoria.

Sendo assim, a título de exemplificação, foram encaminhados 1.617 pedidos de esclarecimentos às Varas Trabalhistas em 2017, como também foram cadastrados 148 Protocolos-OVD no Serviço de Acompanhamento Processual – SAP 2G, para apreciação pelos Desembargadores Ouvidora e Vice-Ouvidor.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região elaborou e divulgou na rede mundial de computadores a sua Carta de Serviços ao Cidadão.

O documento está disponível no sítio do Órgão, por intermédio do seguinte endereço eletrônico:
<https://portal.trt15.jus.br/documents/10157/4622339/Carta+de+Servi%C3%A7os+ao+Cidad%C3%A3o/0925c079-bf8d-47b0-8bcf-1b7870866a04>.



5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Foram realizadas, em fevereiro de 2018, as pesquisas para medir a satisfação dos públicos interno e externo, relativo ao desempenho deste Tribunal no ano de 2017.

Sendo o foco no cidadão-usuário, impende destacar que será tratada aqui exclusivamente a pesquisa de confiança e satisfação do jurisdicionado e, quando utilizado o termo jurisdicionado, entenda-se o conceito amplo de cidadão-usuário, na sua relação com os serviços públicos e o Tribunal como órgão provedor da prestação jurisdicional trabalhista, incluindo as vinculações de “justiça, representação, participação e igualdade de oportunidades” (POLITT, 1990, p.129).

A pesquisa aplicada pode ser qualificada como de mercado quantitativa, para busca de amostra com significância estatística, por intermédio de inquérito estatístico, no formato autoadministrado. Tais tipos de pesquisa são formas eficientes de coletar informação de um grande número de pesquisados.

A utilização de técnicas estatísticas permitem determinar a fiabilidade e a significância da pesquisa, sendo que uma grande variedade de informações pode ser recolhida, permitindo adequações regionais, por classe, por faixa etária etc., evitadas as questões tangenciais.

O resultado integral das pesquisas está disponível na página eletrônica deste Tribunal (<https://portal.trt15.jus.br/resultado-das-pesquisas-interna-externa>), sendo os resultados mais relevantes para a finalidade do presente relatório as seguintes:

A maioria dos pesquisados não se identificaram, usando a opção outros, ou se identificaram como advogado (34,88%), seguido de empregados (25,58%).

Acerca do atendimento prestado pessoalmente pelas unidades de 1º e 2º graus e administrativas, foi aferido que a maioria dos jurisdicionados recebeu atendimento considerado: cordial (69%), não sentiu o tempo de espera para atendimento (65%) e tiveram suas dúvidas esclarecidas (59%).

Entretanto, para mais da metade dos pesquisados, o atendimento foi desinteressado (62%), não foi rápido e eficiente (55%), e não tiveram seus problemas resolvidos (58%). A grande maioria, 69%, utilizou os serviços de mais de uma unidade e, destes, 72% considera relevante ou muito relevante a uniformização de procedimentos.

Na questão direta de satisfação, aquela de cunho geral é de 57%, sendo que, dentre os insatisfeitos (71,43%), a maior causa da insatisfação é a demora na execução dos débitos.

Detalhando o quesito de satisfação, em pontos bastante específicos, podemos perceber que o maior grau de satisfação está vinculado à localização das unidades deste Tribunal (87,5% de respostas muito satisfeito e satisfeito), equipamentos disponíveis para uso nas unidades (82,35%), instalações físicas (81,25%), conforto das instalações (78,57%), uso de sistemas, exceto PJe (69,23%), atendimento recebido (64,71%), informações disponíveis no portal (62,5%), disponibilidade para ajudar (60%), tempo de espera para atendimento e justiça e qualidade das decisões (56,25%).

A insatisfação maior está vinculada, novamente, à execução dos débitos trabalhistas (71,43%) e ao uso do sistema PJe (52,94%).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Destaque-se que foram desconsideradas as respostas “normal” pois “*é a que o respondente tende a selecionar quando não sabe ou não tem experiência*” (AKINS, 2002).

Com relação ao uso do portal eletrônico deste Tribunal, a média de satisfação aferida foi de 59,19%.

O cidadão-usuário entende, em sua maioria, que pode confiar nas informações disponibilizadas pela consulta processual e que a navegação é simples e descomplicada (70,59%), que a utilização do portal evita a presença física nas unidades (69,23%), que a navegação é fácil (61,11%), que as decisões são publicadas com agilidade (55,56%) e que as notícias veiculadas são interessantes (52,94%).

Os quesitos pior avaliados tratam da importância da presença do tribunal em redes sociais (50%) e da consulta processual não oferecer todas as informações que o usuário-cidadão necessita.

Em pergunta aberta, sobre possíveis melhorias, o público-alvo se manifestou no sentido de melhorar a qualidade das informações disponibilizadas, quanto ao interesse público, atualização e facilidade de acesso.

Com relação ao Processo Judicial Eletrônico – PJe, a média de satisfação foi de 61,51% e constatamos que a maioria aprova o sistema e destaca pontos positivos, com os seguintes percentuais: economia de recursos muito relevante, facilidade no acesso à justiça e consultas são mais simples (70,59%), sensação de segurança na utilização (66,67%), prestação jurisdicional está mais célere (61,11%), dispositivo Painel do Advogado facilita o uso do sistema e qualidade do atendimento melhorou nas unidades (60%), acesso foi ampliado com a implantação (58,82%), consultas estão mais simples e com maior agilidade (57,89%), além de maior estabilidade no Sistema (55,56%).

Com uma amostra reduzida de manifestações livres, as reclamações giram em torno da necessidade de tratar o trabalhador com maior respeito, de agilizar a execução de débitos e da necessidade de uma quantidade maior de servidores.

Assim sendo, a média de satisfação externa, considerados todos os quesitos da pesquisa, é de 60,44%.



5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade

A página da Assessoria de Gestão Estratégica (<http://portal.trt15.jus.br/gestao-estrategica>), dentro do portal do Tribunal, em segundo nível (Portal, Informações, Gestão Estratégica) traz, além do esperado plano estratégico institucional, o andamento dos projetos estratégicos, o resultado das Reuniões Quadrimestrais de acompanhamento da Estratégia, bem como o resultado integral das pesquisas de clima organizacional (interna) e satisfação do usuário (externa).

A Ouvidoria disponibiliza no sítio eletrônico do Tribunal Regional (www.trt15.jus.br/ouvidoria) os dados referentes ao número de ocorrências recebidas por canais de comunicação com os cidadãos, referentes aos anos de 2014 a 2017.

Também no portal do Tribunal, identificada em primeiro plano, está disponível a página “Transparência” (<http://portal.trt15.jus.br/transparencia>), na qual estão inseridas informações relativas às seguintes matérias, muitas das quais são abordadas no presente Relatório de Gestão:

- beneficiários, provimentos e vacâncias,
- contas anuais;
- contas públicas;
- demonstrações contábeis e notas explicativas;
- feriados municipais;
- folha de pagamento;
- frota de veículos;
- planos de auditoria;
- relatório simplificado de Gestão Orçamentária – LDO;
- informações exigidas pela Resolução n.º 34/2007, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o exercício de atividades de magistério pelos integrantes da magistratura nacional, determinando, em seu artigo 5º, *caput*, que "Os Tribunais deverão disponibilizar em seu sítio eletrônico base de dados com as informações indicadas no art. 3º e no § 1º do art. 4º-A, acessível a qualquer interessado, consoante as determinações da Resolução CNJ 215/2015, inclusive para os fins de aferição de situações de impedimento, nos termos do art. 144, VII, do Código de Processo Civil."
- informações exigidas pela Resolução n.º 102/2009, do Conselho Nacional de Justiça, contemplando a gestão financeira consolidada por mês; informações orçamentárias consolidadas por ano; estrutura remuneratória; quantitativo de cargos efetivos; membros e agentes públicos; empregados de empresas contratadas em exercício no Órgão; servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no Órgão sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança; detalhamento da folha de pagamento de pessoal; tabela da frota do TRT 15ª Região;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- informações exigidas pela Resolução n.º 195/2014, do Conselho Nacional de Justiça, contemplando o detalhamento das despesas por grau de jurisdição; e
- informações exigidas pela Resolução n.º 219/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que impõe a publicação da tabela de lotação de pessoal (TLP) das unidades de apoio direto e indireto à atividade judicante, de 1º e 2º graus, do Tribunal.

Registre-se, outrossim, que no âmbito do Poder Judiciário, o acesso à informação previsto na Lei n.º 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI) – e a transparência na divulgação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário seguem o disposto na Resolução n.º 215, de 16/12/2015, do Conselho Nacional de Justiça.

No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região foi instituída, por intermédio da Portaria GP n.º 008/2016, de 1º/03/2016, Comissão de Estudos para a implantação das exigências da mencionada norma.



5.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

A **Escola Judicial** do TRT da 15ª Região realizou um curso a distância sobre **Libras** (língua brasileira de sinais), com 50 horas-aula, oferecido entre 1º/11 e 5/12/2017, que formou 85 servidores do Regional. Foi realizado tendo como motivação o atendimento à Resolução nº 64/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que dispõe sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais e a capacitação de servidores no âmbito da Justiça do Trabalho, bem como à Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão.

O curso, atendeu, ainda, ao Ato Regulamentar GP nº 04/2010 do TRT 15ª Região, que dispõe sobre o Programa Permanente de Capacitação dos servidores e estabelece em seu art. 3º, inciso II, a realização de ações de capacitação continuada, constituídas de eventos de curta duração e de caráter contínuo, para fortalecer ou instalar competências necessárias ao melhor desempenho dos cargos ou funções.

Dos 113 prédios do Tribunal (excluindo-se os que servem apenas para arquivos de autos findos), 105 deles, 93%, estão devidamente habilitados quanto à acessibilidade física, ou seja, não há barreiras que impeçam o livre acesso a todas as suas dependências pelas pessoas com necessidades especiais (notadamente os cadeirantes). Somente 8 imóveis, 7% do total, ainda possuem algum tipo de adaptação a obstáculos materiais a ser executada.

De forma gradual, estão sendo efetivadas as adaptações restantes, determinadas nas normas, principalmente as voltadas para os portadores de necessidades visuais, como a instalação de pisos podotáteis, placas em braile, alarmes sonoros/visuais nos sanitários, bebedouros acessíveis, substituição de corrimãos em escadas e rampas etc., passando assim para o conceito de acessibilidade total, tendo em vista que para atingir a acessibilidade total, além da inexistência de barreiras físicas, os imóveis devem estar devidamente adaptados com acessórios que permitam o trânsito de portadores de necessidades especiais e proporcionando atendimento e conforto.

No ano de 2017, foram efetuadas reformas em 20 unidades, que correspondem a 18% total, e que já estão praticamente adaptadas à acessibilidade total, faltando apenas a instalação de placas em braile em cada ambiente, que já estão contratadas e serão objeto de instalação a curto prazo, deixando-as totalmente adequadas.

Em relação às demais 85 unidades, 82%, estima-se que ao menos 20 delas serão objeto de adaptações durante este exercício de 2018, passando para 36%, visando deixá-las com a acessibilidade total e não somente com a acessibilidade física como estão hoje.

Finalmente, atendendo à Lei 10.098/2000, ao Decreto 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, informa-se que, durante o ano de 2017, não foram necessárias providências para o atendimento de magistrados e servidores, uma vez que não apresentaram dificuldades de acessibilidade de que tratam as leis mencionadas.



6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

6.1.1 Estoques

Compreendem, basicamente, os almoxarifados de materiais de consumo adquiridos para serem utilizados de acordo com a demanda dos diversos setores do Tribunal.

Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

6.1.2 Imobilizado

É composto pelos bens móveis e imóveis, sendo reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis distribuídos a partir de 2010 foram avaliados com base no valor de aquisição, deduzido da respectiva depreciação.

Em Dezembro de 2012 foi registrado o ajuste de R\$32.766.748,01 a título de redução a valor recuperável, sobre os bens ativos distribuídos até o exercício financeiro de 2009.



Os critérios utilizados foram: com base no princípio da prudência, diante da impossibilidade de se realizar o teste de recuperabilidade de todos os bens que se encontravam nesta condição, pela grande quantidade de itens, bem como pela limitação do sistema informatizado de controle patrimonial, e, ainda, considerando a economicidade no serviço público, foi considerado como valor da redução o total da depreciação acumulada que teria sido lançada em Novembro de 2012, para os referidos itens, com o propósito de se obter uma base monetária confiável para a aplicação da depreciação no mês de Dezembro de 2012, e, sobretudo, a consecução da adequação do valor do ativo do Órgão nas demonstrações contábeis do patrimônio.

Após tal procedimento restaram bens com valores irrisórios, procedimento observado mediante ressalvas mensais na Conformidade Contábil do Órgão.

Em 2014, a Unidade de Gestão Patrimonial do Órgão esclareceu que, a princípio, o critério a ser utilizado nestas reavaliações será o seguinte: utilizar o valor de mercado para os bens ou similares aplicando a regra de depreciação para compor o novo valor.

A regularização foi efetivada em 30/11/2015, conforme demonstrativo da Coordenadoria de Material e Logística no Processo de Reavaliação de Bens 01/2015, no qual foram reavaliados os bens recebidos em doação e provenientes da 2ª Região quando da instalação do TRT, que tiveram inseridos no sistema, como valor de aquisição à época de suas incorporações, o valor simbólico de R\$ 0,01.

A Unidade de Gestão Patrimonial, atualmente, para a avaliação dos bens recebidos em doação considera o valor da nota fiscal para bens novos. Se os bens forem usados é considerado o valor atual aplicando em seguida a devida redução pela regra de depreciação para construir a devida base monetária (Memorando nº 003/2014 – SA/CML).

Para Bens Imóveis, o critério para atualização anual adotado pela Administração do Órgão foi a correção do valor com base no índice IBGE IPC-A, e eventuais reavaliações decorrentes de benfeitorias realizadas nos imóveis.

6.1.3 Depreciação

O registro da depreciação mensal dos bens imóveis, cadastrados no Sistema de Patrimônio da União – SPIUnet, é realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade, e somou R\$ 3.360.519,74 no ano de 2017.

Compete à Secretaria do Patrimônio da União – SPU a administração e a manutenção do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.

Os critérios adotados para a depreciação de bens móveis são:

- o cálculo da depreciação de bens móveis é realizado pelo Sistema Informatizado de Controle Patrimonial da Coordenadoria de Material e Logística do TRT da 15ª Região;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- o procedimento de depreciação sobre os bens distribuídos a partir de janeiro de 2010, por apresentarem uma base monetária inicial confiável;
- bens ativos distribuídos até dezembro de 2009, sofreram redução ao valor recuperável, em novembro de 2012;
- a partir de dezembro de 2012, todos os bens ativos do TRT da 15ª passaram a fazer parte da base de cálculo depreciável;
- a depreciação é reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

O método de depreciação e amortização é o das quotas constantes, e as taxas de depreciação e vida útil econômica foram aplicadas, em conformidade com o disposto na macrofunção 02.03.30 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

O total registrado a título de depreciação de bens móveis, no exercício financeiro de 2017, somou R\$ 11.197.320,27.

A tabela de vida útil e valor residual, por conta contábil, adotada é a indicada no Manual SIAFI - 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund., conforme segue:

QUADRO 133 – TABELA DE VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL

Conta: 12311.01.01 - APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO Vida Útil (anos): 15 Valor Residual: 10%
Conta 12311.01.02 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 20%
12311.01.03 - EQUIPAM/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTO, LAB E HOSP Vida Útil (anos): 15 Valor Residual: 20%
12311.01.04 - APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSÕES Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.01.05 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.01.06 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS Vida Útil (anos): 20 Valor Residual: 10%
12311.01.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

12311.01.08 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS Vida Útil (anos): 15 Valor Residual: 10%
12311.01.09 - MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.01.10 - EQUIPAMENTOS DE MONTARIA Vida Útil (anos): 5 Valor Residual: 10%
12311.01.11 - EQUIPAMENTO E MATERIAIS SIGILOSO E RESERVADOS Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.01.12 - EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSÓRIOS P/AUTOMÓVEIS Vida Útil (anos): 5 Valor Residual: 10%
12311.01.13 - EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS Vida Útil (anos): 15 Valor Residual: 10%
12311.01.14 - EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS Vida Útil (anos): 30 Valor Residual: 10%
12311.01.15 - EQUIPAM. PECAS E ACESSÓRIOS PROTEÇÃO AO VOO Vida Útil (anos): 30 Valor Residual: 10%
12311.01.16 - EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO Vida Útil (anos): 15 Valor Residual: 10%
12311.01.17 - EQUIPAM DE MAQUINAS E MOTORES NAVIOS ESQUADRA Vida Útil (anos): - Valor Residual: -
12311.01.18 - EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO Vida Útil (anos): 20 Valor Residual: 10%
12311.01.19 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.01.20 - MAQUINAS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIO/RODOVIÁRIO



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.01.21 - EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.01.23 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONSTRUÇÃO CIVIL Vida Útil (anos): 20 Valor Residual: 10%
12311.01.24 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICO-ELETRÔNICOS Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.01.25 - MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.01.99 - OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.02.01 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS Vida Útil (anos): 5 Valor Residual: 10%
12311.03.01 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.03.02 - MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.03.03 - MOBILIÁRIO EM GERAL Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.03.04 - UTENSÍLIOS EM GERAL Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.04.02 - COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 0%
12311.04.03 - DISCOTECAS E FILMOTECAS Vida Útil (anos): 5



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Valor Residual: 10%
12311.04.04 - INSTRUMENTOS MÚSICAIS E ARTÍSTICOS Vida Útil (anos): 20 Valor Residual: 10%
12311.04.05 - EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.04.06 - OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO Vida Útil (anos): - Valor Residual: -
12311.04.07 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDÁTICOS Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.04.99 - OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUN Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.05.01 - VEÍCULOS EM GERAL Vida Útil (anos): 15 Valor Residual: 10%
12311.05.02 - VEÍCULOS FERROVIÁRIOS Vida Útil (anos): 30 Valor Residual: 10%
12311.05.03 - VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA Vida Útil (anos): 15 Valor Residual: 10%
12311.05.04 - CARROS DE COMBATE Vida Útil (anos): 30 Valor Residual: 10%
12311.05.05 - AERONAVES Vida Útil (anos): - Valor Residual: -
12311.05.06 - EMBARCAÇÕES Vida Útil (anos): - Valor Residual: -
12311.09.00 - ARMAMENTOS Vida Útil (anos): 20 Valor Residual: 15%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

12311.10.00 - SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.99.04 - ARMAZÉNS ESTRUTURAIS - COBERTURAS DE LONA Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.99.09 - PECAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMOVEIS Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

OBS: A critério dos órgãos que possuem tais bens.

12311.04.06 como obras não sofrem depreciação.

6.1.4 Intangível

Contempla os bens incorpóreos (basicamente softwares) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade.

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

6.1.5 Amortização

O prazo adotado para a amortização das despesas de software, fixado em 5 (cinco) anos, é o estabelecido pela Receita Federal – Instrução Normativa do SRF nº 04, de 30/01/1985, de acordo com o exposto no Memorando nº 04/2012-DI de 30/01/2012.

Foram amortizados os softwares com data de recebimento/atestado informadas, as quais foram determinantes para o início da amortização (mês seguinte ao recebimento/atestado).

Não há valor residual para softwares, conforme disposto no item '6' do documento expedido pela Divisão de Contabilidade do Tribunal Superior do Trabalho, mensagem eletrônica de 28 de Dezembro de 2011, que trata de orientação sobre Amortização de Bens Intangíveis (Softwares).

O total contabilizado no ano de 2017 a título de amortização foi de R\$ 1.024.831,60.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

6.1.6 Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

No âmbito do Tribunal, os valores constantes nesta conta são frutos dos recursos liberados pelo próprio Tesouro Nacional (em sua maioria), mediante documentos de Programação Financeira – PF e de recursos relativos a depósitos de garantia tipo caução que, conforme norma de encerramento de exercício, têm seus saldos ajustados monetariamente no SIAFI mediante a conciliação dos extratos das contas fornecidos pela instituição bancária.

6.1.7 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, com adiantamentos de salários e ordenados, créditos a receber por cessão de áreas públicas e créditos a receber decorrentes da folha de pagamento de pessoal.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável, havendo a possibilidade de ser constituído também ajuste para perdas, com base em análises dos riscos de realização dos créditos a receber.

Esses créditos a receber a curto prazo, integram o ativo circulante por se tratarem de direitos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, em conformidade com o constante na NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

6.1.8 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Nesta conta estão incluídos os prêmios e seguros e as assinaturas e anuidades a apropriar.

Seus valores são avaliados com base nos valores de aquisição constantes nos contratos, podendo sofrer ajustes contratuais, quando aplicável.



6.1.9 Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem, na conta Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, os direitos a receber a longo prazo por concessão de direitos de uso e exploração de bens e adiantamento de contribuições futuras da Funpresp.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Em relação às cessões onerosas os valores constam em seus Termos de Cessão, sofrendo reajustes anuais, e são subsidiados à Contabilidade, mensalmente, mediante Memorandos encaminhados pela Coordenadoria de Contratos.

Já o aporte inicial concedido à Funpresp sofre atualizações monetárias mensais com base no índice IBGE IPC-A.

6.1.10 Passivos Circulante e Não Circulante

As obrigações do Tribunal são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante está constituído por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo; provisões de passivos trabalhistas a curto prazo; fornecedores e contas a pagar a curto prazo; e demais obrigações a curto prazo.

Já o passivo não circulante está constituído por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo.

São classificadas no passivo circulante as obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, e no passivo não circulante o conjunto de obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, em atendimento ao constante na NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

6.1.11 Provisões e Passivos Trabalhistas

Conforme indicado pela Coordenadoria de Pagamento, o cálculo e apuração dos valores de passivos observa a fundamentação constante da decisão que defere o direito, inclusive observando a prescrição.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A atualização monetária e juros são feitos segundo os critérios estabelecidos na Resolução n.º 137/2014 do CSJT, alterada pela Resolução n.º 152/2015 e modificada pela liminar concedida pelo STF na Reclamação 22.012 MC/RS, sendo que a definição da data inicial de incidência de correção monetária e juros segue os critérios estabelecidos no Processo Administrativo 0027600-20.2002.5.15.0895, a saber quando o pagamento deva ser de ofício, a correção monetária e juros ocorrem desde a competência do passivo, já quando depende de requerimento do interessado, a correção monetária ocorrerá a partir do seu pedido e juros a partir da decisão que deferir o direito.



6.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

A sistemática de apuração de custos na Justiça do Trabalho (JT) ainda está em fase de desenvolvimento e implantação pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

De acordo com informações obtidas junto àquele Órgão no exercício de 2016, em razão do cenário de restrições orçamentárias, o projeto de custos se encontra paralisado e aguarda decisão da Administração Superior para que seja retomado.

Seguem transcritas as informações prestadas pela Corte Superior no ano de 2015, quanto ao andamento das etapas do processo:

O Ato CSJT.GP.SG Nº 398, de 29 de outubro de 2013, criou o Grupo de Trabalho de Custos – GT Custos para realizar estudos técnicos com o objetivo de modelar, desenvolver e implantar o Sistema de Custos da Justiça do Trabalho. O GT Custos tem como membros dois servidores do CSJT, três servidores da Divisão de Contabilidade do TST e mais três servidores de TRT's, (1ª, 2ª e 8ª Regiões).

O Ato de criação do GT estabeleceu o prazo de um ano para a realização dos trabalhos, tendo sido esse prazo prorrogado por mais um ano, até 29 de outubro de 2015.

Ao longo de 2014 e 2015, foram realizadas diversas reuniões entre os integrantes do GT Custos, com servidores de diferentes unidades do Tribunal e de outros Órgãos, com vistas à concepção do Sistema de Custos para a Justiça do Trabalho.

O GT Custos foi incumbido de implantar o projeto piloto do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho - SIC-JT, no TST, o qual será disseminado nos demais tribunais trabalhistas, seguindo cronograma que está definido no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, a ser cumprido até o ano de 2020.

No Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, disponível em <http://www.csjt.jus.br/plano-estrategico-da-justica-do-trabalho-2015-2020> está inserido como Objetivo Estratégico “Aperfeiçoar a gestão de custos - que refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos”.

O sistema de custos desenvolvido como piloto no TST e que será base para o desenvolvimento nos demais tribunais trabalhistas, tem como premissas básicas, dentre outras:

- *Foco no custo do processo julgado;*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- *Segregação dos custos entre as três instâncias da JT (TST, Tribunais Regionais e Varas Trabalhistas);*
- *Departamentalização (centros de custos específicos agrupando as unidades administrativas das áreas meio e finalística);*
- *Método do custeio direto (especificamente sobre pessoal, depreciação e consumo de material);*
- *Segregação dos custos indiretos, sem rateio, em centros de custos específicos;*
- *Agregação de valor ao processo decisório.*

Quanto à implantação do projeto-piloto do TST, foi elaborada a modelagem do sistema, onde os custos diretos devem ser alocados em centros de custos que identifiquem unidades administrativas. As diversas unidades administrativas foram aglutinadas em 32 centros de custos, que por sua vez foram aglutinados em quatro agregadores: Judicantes, Apoio Judiciário, Apoio Administrativo, Autônomos. A esses centros de custos são alocados os custos diretos de pessoal, incluindo benefícios pagos em folha, consumo de bens de estoque e depreciações de bens móveis, já apurados, mensalmente, desde julho de 2014, a partir dos sistemas estruturantes do TST (Sistemas de Folha de Pagamento, de Cadastro de Informações Funcionais, de Material e Patrimônio e de Almoxarifado).

Com a colaboração da área de tecnologia da informação do TST, chegou-se em dezembro de 2014, à consolidação de um subsistema baseado na ferramenta Business Objects, elaborado a partir dos dados de sistemas estruturantes (Folha de Pagamentos, Sistema de Patrimônio e Sistema de Almoxarifado), que os armazena em um banco de dados (data warehouse), permitindo a geração de informações dos custos diretos, por unidades administrativas, conforme centros de custos definidos na modelagem do sistema.

O tratamento para apuração e alocação dos custos diretos aos correspondentes centros de custos está sendo realizado com base no modelo conceitual estabelecido pela CCONT/STN, e de acordo com o banco de dados de cada sistema estruturante:

- *Folha de Pagamento => os custos de pessoal estão sendo apurados com base nas rubricas da folha de pagamento de pessoal ativo, excluindo-se aquelas referentes a adiantamentos, pessoal cedido e exercícios anteriores, e são alocados observando-se a lotação de pessoal nas unidades administrativas, no mês de referência.*
- *Sistema de Patrimônio => os custos são alocados, pela apuração da depreciação dos bens móveis sob responsabilidade de cada unidade administrava, no mês de referência.*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- *Sistema de Almojarifado => os custos são apurados e alocados pela soma dos valores das requisições de bens e do consumo imediato efetuados em cada unidade administrativa, no mês de referência.*

Os relatórios emitidos com dados dos custos diretos das unidades administrativas do TST foram homologados no início de 2015, mediante a verificação da fidedignidade das suas informações, confrontando-as com as oriundas dos respectivos sistemas estruturantes e com as informações do SIAFI Operacional.

Com relação aos custos indiretos, serão apurados em 25 centros de custos, consolidados em dois agregadores, quais sejam: “Custos Gerais” e “Pessoal – Outros” (custos de pessoal não alocáveis diretamente). A apuração desses dados se dará a partir de consultas ao SIAFI e ao sistema de folha de pagamento. Até o momento não foram estabelecidos os critérios no TST para apuração desses dados.

O grupo de trabalho estudou a possibilidade de registro dos custos indiretos no SIAFI, com uso da aba “Centro de Custos”, constante dos documentos emitidos do subsistema Contas a Pagar e a Receber – CPR. Tal possibilidade ainda não foi posta em prática pois provocará impactos significativos nos processos operacionais de liquidação de pagamento da despesa, além de estarem pendentes de autorização por parte da Administração do TST.

Com vistas a dar continuidade à implementação do Sistema de Custos no âmbito da Justiça do Trabalho, o GT Custos propôs, em seu relatório final, apresentado em setembro de 2015, várias demandas à Administração do CSJT, conforme resumo a seguir:

- *Homologação da primeira fase do sistema de custos desenvolvido no TST (custos diretos por unidade administrativa);*
- *Avaliação e decisão quanto à implementação da segunda etapa do sistema de custos do TST, que envolve a codificação dos centros de custos e a inserção nos sistemas do Governo Federal (SIAFI e SIC);*
- *Criação de comitê técnico de custos, composto por representantes de cada tribunal trabalhista, com a finalidade de coordenar a continuidade do projeto de implantação do sistema de custos em toda a Justiça do Trabalho;*
- *Desenvolvimento de solução de TI padronizada e compatível com o SIC, para toda a Justiça do Trabalho;*
- *Criação de estrutura administrativa para a operacionalização do sistema e para o gerenciamento de custos, no TST, no CSJT, e em cada Tribunal Regional do Trabalho, envolvendo, basicamente, alocação de pessoal, espaço físico e recursos tecnológicos e materiais.*



6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região foram preparadas em consonância com as leis e normas contábeis aplicadas ao setor público, especialmente, a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor público – NBC TSP, fundamentalmente as NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público e NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis, as normas e orientações emanadas do Órgão Central de Contabilidade da União, consolidadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), e as demais orientações contidas no Manual SIAFI e nas mensagens emitidas por aquele Órgão Central.

As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*) foram utilizadas de maneira subsidiária, uma vez que as mesmas estão sendo implementadas na União de forma gradativa conforme planejamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O TRT da 15ª Região é responsável pela elaboração e publicação das suas Demonstrações, dada a autonomia administrativa conferida pela Constituição Federal, no caput de seu art. 99.

No entanto é alcançado pela supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, órgão central do sistema, cujas decisões têm efeito vinculante, por força do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal.

6.3.1 Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis, extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, a partir das movimentações contábeis registradas para a Unidade Gestora 080011 – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e Unidade Orçamentária 15116 (para o Balanço Orçamentário) são as seguintes:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais; e
- e) Demonstração do Fluxo de Caixa.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

6.3.1.1 Balanço Orçamentário

QUADRO 134 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	08/01/2018

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	RECEITA			
	1	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		38.431.034,00	38.431.034,00	30.145.156,76	-8.285.877,24
Receitas Tributárias					
Impostos					
Taxas					
Contribuições de Melhoria					
Receitas de Contribuições					
Contribuições Sociais					
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico					
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.					
Receita Patrimonial		1.068.914,00	1.068.914,00	445.587,64	-623.326,36
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		1.068.914,00	1.068.914,00	445.587,64	-623.326,36
Valores Mobiliários					
Delegação de Serviços Públicos					
Exploração de Recursos Naturais					
Exploração do Patrimônio Intangível					
Cessão de Direitos					
Demais Receitas Patrimoniais					
Receita Agropecuária					
Receita Industrial					
Receitas de Serviços					
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais					
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte					
Serviços e Atividades Referentes à Saúde					
Serviços e Atividades Financeiras					
Outros Serviços					
Transferências Correntes		37.362.120,00	37.362.120,00	29.371.807,72	-7.990.312,28
Outras Receitas Correntes				327.761,40	327.761,40
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais					
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos					
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				327.761,40	327.761,40
Demais Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL					
Operações de Crédito					
Operações de Crédito - Mercado Interno					
Operações de Crédito - Mercado Externo					
Alienação de Bens					
Alienação de Bens Móveis					
Alienação de Bens Imóveis					
Alienação de Bens Intangíveis					
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital					
Outras Receitas de Capital					
Integralização do Capital Social					
Resultado do Banco Central do Brasil					
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional					
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional					
Demais Receitas de Capital					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
SUBTOTAL DE RECEITAS		38.431.034,00	38.431.034,00	30.145.156,76	-8.285.877,24
REFINANCIAMENTO					
Operações de Crédito - Mercado Interno					
Mobiliária					
Contratual					
Operações de Crédito - Mercado Externo					
Mobiliária					
Contratual					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		38.431.034,00	38.431.034,00	30.145.156,76	-8.285.877,24
DEFICIT				1.583.533.923,10	1.583.533.923,10
TOTAL		38.431.034,00	38.431.034,00	1.613.679.079,86	1.575.248.045,86
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA					
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro					
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação					
Créditos Cancelados Líquidos					
Créditos Adicionais Reabertos					



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DESPESA					
	2	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		1.428.523.638,00	1.579.761.824,00	1.578.664.467,67	1.540.170.644,41	1.540.149.364,64	1.097.356,33
Pessoal e Encargos Sociais		1.147.804.053,00	1.331.932.239,00	1.331.932.239,00	1.314.380.954,24	1.314.380.954,24	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		280.719.585,00	247.829.585,00	246.732.228,67	225.789.690,17	225.768.410,40	1.097.356,33
DESPESAS DE CAPITAL		7.200.000,00	40.090.000,00	35.014.612,19	15.578.275,15	15.470.418,87	5.075.387,81
Investimentos		7.200.000,00	40.090.000,00	35.014.612,19	15.578.275,15	15.470.418,87	5.075.387,81
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		1.435.723.638,00	1.619.851.824,00	1.613.679.079,86	1.555.748.919,56	1.555.619.783,51	6.172.744,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /							
Amortização da Dívida Interna							
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa							
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		1.435.723.638,00	1.619.851.824,00	1.613.679.079,86	1.555.748.919,56	1.555.619.783,51	6.172.744,14
TOTAL		1.435.723.638,00	1.619.851.824,00	1.613.679.079,86	1.555.748.919,56	1.555.619.783,51	6.172.744,14

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.040.338,26	19.124.854,55	13.637.544,17	13.637.544,17	856.081,79	7.671.566,85
Pessoal e Encargos Sociais	81.995,07	7.382.908,11	5.701.604,66	5.701.604,66	56.392,25	1.706.906,27
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.958.343,19	11.741.946,44	7.935.939,51	7.935.939,51	799.689,54	5.964.660,58
DESPESAS DE CAPITAL	2.542.033,97	6.402.968,10	7.691.914,02	7.691.914,02	882.859,45	370.228,60
Investimentos	2.542.033,97	6.402.968,10	7.691.914,02	7.691.914,02	882.859,45	370.228,60
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.582.372,23	25.527.822,65	21.329.458,19	21.329.458,19	1.738.941,24	8.041.795,45

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.331,09	41.086,58	26.568,07	-	16.849,60
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.331,09	41.086,58	26.568,07	-	16.849,60
DESPESAS DE CAPITAL	7.648,90	7.648,90	7.648,90	-	-
Investimentos	-	7.648,90	7.648,90	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2.331,09	48.735,48	34.216,97	-	16.849,60

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

6.3.1.2 Balanço Financeiro

QUADRO 135 – BALANÇO FINANCEIRO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	Anual
EMISSÃO	08/01/18

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS	NE	2017	2016	DISPÊNDIOS	NE	2017	2016
	3				4		
Receitas Orçamentárias				Despesas Orçamentárias		1.650.956.636,02	1.487.299.166,34
Ordinárias				Ordinárias		1.377.907.479,55	1.196.724.338,41
Vinculadas				Vinculadas		273.049.156,47	290.574.827,93
(-) Deduções da Receita Orçamentária				Seguridade Social (Exceto RGPS)		220.149.397,00	225.081.234,49
				Operação de Crédito		143.400,00	
				Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		52.756.359,47	65.493.593,44
Transferências Financeiras Recebidas		1.636.093.239,52	1.438.087.802,58	Transferências Financeiras Concedidas		60.309.787,10	58.036.084,37
Resultantes da Execução Orçamentária		1.632.219.946,31	1.433.382.991,68	Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Sub-repasse Recebido		1.632.219.946,31	1.433.382.991,68	Independentes da Execução Orçamentária		60.309.787,10	58.036.084,37
Independentes da Execução Orçamentária		3.873.293,21	4.704.810,90	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		990.529,41	5.876.788,76
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		2.090.382,15	3.515.583,27	Movimento de Saldos Patrimoniais		59.319.257,69	52.159.295,61
Demais Transferências Recebidas		855.402,02	576.776,79	Aporte ao RPPS		-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		927.509,04	612.450,84	Aporte ao RGPS		-	-
Aporte ao RPPS		-	-				
Aporte ao RGPS		-	-	Despesas Extraorçamentárias		23.412.850,85	32.391.547,53
Recebimentos Extraorçamentários		148.626.477,25	80.695.437,49	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		421.895,05	1.510.870,85
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		129.136,05	395.402,54	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		22.784.805,81	30.740.638,21
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		60.608.058,17	27.303.718,21	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		206.149,99	123.301,51
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		207.779,64	116.853,60	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	16.736,96
Outros Recebimentos Extraorçamentários		87.681.503,39	52.879.463,14	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-	16.736,96
Arrecadação de Outra Unidade		87.681.503,39	52.879.463,14				
Saldo do Exercício Anterior		35.843.837,89	94.787.396,06	Saldo para o Exercício Seguinte		85.884.280,69	35.843.837,89
Caixa e Equivalentes de Caixa		35.843.837,89	94.787.396,06	Caixa e Equivalentes de Caixa		85.884.280,69	35.843.837,89
TOTAL		1.820.563.554,66	1.613.570.636,13	TOTAL		1.820.563.554,66	1.613.570.636,13

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

6.3.1.3 Balanço Patrimonial

QUADRO 136 – BALANÇO PATRIMONIAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	ANUAL
EMISSÃO	09/01/18

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	5	89.937.146,79	41.967.360,69	PASSIVO CIRCULANTE	7	107.882.595,61	122.837.097,20
Caixa e Equivalentes de Caixa		85.884.280,69	35.843.837,89	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		67.008.030,67	86.675.675,42
Créditos a Curto Prazo				Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		637.589,85	1.510.386,18	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		183.802,20	98.471,91
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo				Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Estoques		3.283.309,76	4.486.341,34	Obrigações de Repartição a Outros Entes			
VPDs Pagas Antecipadamente		131.966,49	126.795,28	Provisões a Curto Prazo		40.515.419,38	35.531.899,21
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda				Demais Obrigações a Curto Prazo		175.343,36	531.050,66
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6	570.449.839,82	511.915.372,69	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	8	131.856.828,30	134.245.391,89
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.080.466,68	1.348.910,35	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		131.856.828,30	134.228.542,29
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		3.080.466,68	1.348.910,35	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Estoques				Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Investimentos				Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Participações Permanentes				Provisões a Longo Prazo			
Propriedades para Investimento				Demais Obrigações a Longo Prazo			16.849,60
Propriedades para Investimento				Resultado Diferido			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos				TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		239.739.423,91	257.082.489,09
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos							
Investimentos do RPSS de Longo Prazo							
Investimentos do RPSS de Longo Prazo							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS							
Demais Investimentos Permanentes							
Demais Investimentos Permanentes							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.							
Imobilizado		559.803.465,88	508.243.705,25				
Bens Móveis		59.497.269,28	54.275.321,93				
Bens Móveis		112.301.505,10	97.084.011,87				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-52.804.235,82	-42.808.689,92				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis							
Bens Imóveis		500.306.196,60	453.968.383,30				
Bens Imóveis		504.579.596,83	454.881.263,79				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-4.273.400,23	-912.880,49				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis							
Intangível		7.565.907,26	2.322.757,09				
Softwares		7.565.907,26	2.322.757,09				
Softwares		10.482.148,07	6.055.211,59				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-2.916.240,81	-3.732.454,50				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares							
Marcas, Direitos e Patentes Industriais							
Marcas, Direitos e Patentes Industriais							
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind							
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.							
Direitos de Uso de Imóveis							
Direitos de Uso de Imóveis							
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis							
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis							
Diferido							
TOTAL DO ATIVO		660.386.986,61	553.882.733,38	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		660.386.986,61	553.882.733,38

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	10	85.884.280,69	35.843.837,89	PASSIVO FINANCEIRO	12	68.948.886,96	33.520.026,11
ATIVO PERMANENTE	11	574.502.705,92	518.038.895,49	PASSIVO PERMANENTE	13	230.675.301,02	254.701.818,66
				SALDO PATRIMONIAL	14	360.762.798,63	265.660.888,61

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
	NE		NE
Recursos Ordinários			-652.964,85
Recursos Vinculados			17.588.358,58
Operação de Crédito			-143.400,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			17.731.758,58
TOTAL			17 16.935.393,73



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	15	16.826.010,68	16.539.397,50	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	16	124.555.951,62	110.474.967,29
Execução dos Atos Potenciais Ativos		16.826.010,68	16.539.397,50	Execução dos Atos Potenciais Passivos		124.555.951,62	110.474.967,29
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		6.203.871,62	9.828.212,62	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar		-	-
Direitos Contratuais a Executar		10.622.139,06	6.711.184,88	Obrigações Contratuais a Executar		124.555.951,62	110.474.967,29
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-
TOTAL		16.826.010,68	16.539.397,50	TOTAL		124.555.951,62	110.474.967,29

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

6.3.1.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

QUADRO 137 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	08/01/18

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	18	1.788.842.085,74	1.509.902.510,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		55.868.279,25	49.665.484,81
Impostos		-	-
Taxas		55.868.279,25	49.665.484,81
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições			
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.199.958,30	809.074,25
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.199.958,30	809.074,25
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		102.157,37	205.933,47
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		19.143,66	39.040,21
Variações Monetárias e Cambiais		83.013,71	166.893,26
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		1.668.980.976,90	1.438.713.447,66
Transferências Intragovernamentais		1.636.767.519,88	1.438.088.886,46
Transferências Intergovernamentais		29.371.807,72	607.236,52
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.841.649,30	17.324,68
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		58.095.155,87	15.705.855,44
Reavaliação de Ativos		54.597.665,71	2.477.407,76
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.693.734,84	453.774,64
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.803.755,32	12.774.673,04
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		4.595.558,05	4.802.714,68
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		2.703.060,56	2.944.990,34
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.892.497,49	1.857.724,34



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	19	1.669.423.471,21	1.553.085.841,81
Pessoal e Encargos		1.099.640.485,65	1.043.704.116,56
Remuneração a Pessoal		822.091.580,67	779.901.034,51
Encargos Patronais		148.900.126,65	141.210.216,93
Benefícios a Pessoal		115.435.224,62	112.964.869,05
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		13.213.553,71	9.627.996,07
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		301.313.400,86	260.747.867,07
Aposentadorias e Reformas		268.542.965,39	230.716.968,13
Pensões		32.543.130,39	29.840.866,77
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		227.305,08	190.032,17
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		137.892.269,64	134.007.299,45
Uso de Material de Consumo		6.073.528,63	5.001.165,99
Serviços		116.236.069,40	116.717.277,29
Depreciação, Amortização e Exaustão		15.582.671,61	12.288.856,17
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		23.274,65	21.061,30
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		18.284,16	17.612,67
Variações Monetárias e Cambiais		4.990,49	3.448,63
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		88.281.322,27	65.027.803,79
Transferências Intragovernamentais		86.112.908,10	62.842.461,96
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.168.414,17	2.185.341,83
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		26.425.098,94	38.599.228,63
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		5.953,05	8.257,75
Incorporação de Passivos		15.091.427,43	38.301.694,95
Desincorporação de Ativos		11.327.718,46	289.275,93
Tributárias		3.322.745,68	4.579.784,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		212.306,09	198.236,75
Contribuições		3.110.439,59	4.381.547,89
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		12.524.873,52	6.398.680,37
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		-	-
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		12.147.473,75	5.762.905,41
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		377.399,77	635.774,96
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	20	119.418.614,53	-43.183.331,50

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
	NE	2017	2016

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

6.3.1.5 Demonstração do Fluxo de Caixa

QUADRO 138 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	08/01/18

VALORES EM UNIDADES DE REAL			
	NE	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	21	76.842.041,38	-36.440.949,29
INGRESSOS		1.723.982.522,55	1.491.084.119,32
Receitas Derivadas e Originárias			
Receita Tributária			
Receita de Contribuições			
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receita de Serviços			
Remuneração das Disponibilidades			
Outras Receitas Derivadas e Originárias			
Transferências Correntes Recebidas			
Intergovernamentais			
Dos Estados e/ou Distrito Federal			
Dos Municípios			
Intragovernamentais			
Outras Transferências Correntes Recebidas			
Outros Ingressos das Operações		1.723.982.522,55	1.491.084.119,32
Ingressos Extraorçamentários		207.779,64	116.853,60
Transferências Financeiras Recebidas		1.636.093.239,52	1.438.087.802,58
Arrecadação de Outra Unidade		87.681.503,39	52.879.463,14
DESEMBOLSOS		-1.647.140.481,17	-1.527.525.068,61
Pessoal e Demais Despesas		-1.434.806.116,28	-1.323.902.228,98
Legislativo			
Judiciário			
Essencial à Justiça			
Administração			
Defesa Nacional			
Segurança Pública			
Relações Exteriores			
Assistência Social			
Previdência Social			
Saúde			
Trabalho			
Educação			
Cultura			
Direitos da Cidadania			
Urbanismo			
Habitação			
Saneamento			
Gestão Ambiental			
Ciência e Tecnologia			
Agricultura			
Organização Agrária			
Indústria			
Comércio e Serviços			
Comunicações			
Energia			
Transporte			
Desporto e Lazer			
Encargos Especiais			
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-25.128.840,64	-21.595.207,56
			-16.736,96



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Juros e Encargos da Dívida			
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna			
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa			
Outros Encargos da Dívida			
Transferências Concedidas		-151.818.427,80	-145.463.453,75
Intergovernamentais			
A Estados e/ou Distrito Federal			
A Municípios			
Intragovernamentais		-151.818.427,80	-145.463.453,75
Outras Transferências Concedidas			
Outros Desembolsos das Operações		-60.515.937,09	-58.159.385,88
Dispêndios Extraorçamentários		-206.149,99	-123.301,51
Transferências Financeiras Concedidas		-60.309.787,10	-58.036.084,37
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	22	-26.801.598,58	-22.502.608,88
INGRESSOS			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Outros Ingressos de Investimentos			
DESEMBOLSOS		-26.801.598,58	-22.502.608,88
Aquisição de Ativo Não Circulante		-20.495.136,81	-17.740.711,52
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos		-6.306.461,77	-4.761.897,36
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS			
Operações de Crédito			
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais			
Transferências de Capital Recebidas			
Intergovernamentais			
Dos Estados e/ou Distrito Federal			
Dos Municípios			
Intragovernamentais			
Outras Transferências de Capital Recebidas			
Outros Ingressos de Financiamento			
DESEMBOLSOS			
Amortização / Refinanciamento da Dívida			
Outros Desembolsos de Financiamento			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		50.040.442,80	-58.943.558,17
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		35.843.837,89	94.787.396,06
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	23	85.884.280,69	35.843.837,89

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



6.3.2 Notas Explicativas

De acordo com a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis, as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho.

6.3.2.1 Informações Gerais das Notas Explicativas (Contexto Operacional)

O TRT da 15ª Região, com sede no município de Campinas, exerce jurisdição sobre uma área de 599 municípios do Estado de São Paulo, abrange hoje uma população superior a 21 milhões de pessoas, uma das maiores entre as 24 Regiões em que está dividida a Justiça do Trabalho do País, composto por 153 Varas da Justiça do Trabalho e 10 Postos Avançados, conforme consta do endereço eletrônico <http://portal.trt15.jus.br/historico>, contando com 426 cargos de magistrados ativos, de 1ª e 2ª instâncias, e mais de 3.300 cargos de servidores ativos, conforme consta no Anexo IV da Resolução CNJ nº 102/2009, disponível no endereço eletrônico <http://portal.trt15.jus.br/web/guest/anexo-iv>.

Criado pela Lei Federal nº 7.520/1986, o TRT da 15ª Região tem como finalidade realizar justiça (missão do Poder Judiciário) no âmbito das relações do trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania (missão da Justiça do Trabalho) no âmbito da sua jurisdição.

Conforme estabelecido no Plano Estratégico Institucional 2015-2020, o TRT da 15ª Região tem por missão solucionar os conflitos nas relações de trabalho, apresentadas na jurisdição do Tribunal, seja pela ação preventiva à judicialização do conflito, por conciliação ou julgamento.

A descrição da visão de futuro do Tribunal consiste em trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade) e interno, providenciando adequação da estruturação suficiente para a realização da prestação do serviço jurisdicional trabalhista, com qualidade e celeridade, tendo como foco a ampliação da sustentabilidade (aspectos humanos, trabalhistas, sociais, ambientais e de combate à corrupção).

Tem como atributos de valor para a sociedade a celeridade, a qualidade, a efetividade, a ética, a transparência, a acessibilidade, a valorização das pessoas, a responsabilidade social e a inovação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Constitucionalmente, compete ao TRT da 15ª Região processar e julgar as ações oriundas das relações de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; as ações que envolvam exercício do direito de greve; as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, alínea “o”, da Constituição Federal; as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, inc. I, alínea “a”, e inciso II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; bem como outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei, na área abrangida por sua jurisdição, nos termos do art. 1º, §2º, da Lei Federal nº 7.520/1986.

As atividades do Tribunal são exercidas por magistrados regidos pela Lei Complementar nº 35/1979 e por servidores públicos regidos pela Lei nº 8.112/1990.

As contratações de bens, serviços e obras necessárias a manutenção e o aperfeiçoamento das atividades jurisdicionais são realizadas em conformidade com os ditames da Lei nº 8.666/1991 (Licitações), da Lei nº 10.520/2002 (Pregão) e do Decreto nº 5.450/2005 (Pregão Eletrônico).

Quanto à administração de suas finanças e contabilidade, a unidade segue a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000. Quanto aos orçamentos, são seguidos a Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

6.3.2.2 Resumo das Políticas Contábeis

O Brasil vive hoje um processo de convergência das normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, com o intuito de se adotar regras e procedimentos contábeis sob uma mesma base conceitual visando a comparabilidade da situação econômico – financeira de vários países ou de entidades do setor público nacional e/ou internacional.

Neste cenário, cabe ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) a missão de realizar essa convergência e adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, através das Normas Brasileiras de Contabilidade, aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Mais especificamente, cabe ao Tesouro Nacional a missão de consolidar as contas da Federação o que se faz, principalmente, por meio da edição dos Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) visando a padronização contábil.

Em 2016, foi publicada a 7ª edição do MCASP, válido para aplicação durante os exercícios de 2017 e 2018.



Também em 2016, foi publicada pelo CFC a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Esta NBC TSP apresenta as diretrizes e regras gerais que as Demonstrações devem seguir, além de trazer uma série de parâmetros de apresentação da informação que podem ter impacto nas Notas Explicativas, dispõe, também, sobre a apresentação de rotinas contábeis e sistemas a serem ajustados para a consecução dos objetivos da informação contábil como, por exemplo, a definição dos componentes patrimoniais e de resultado e metodologias de mensuração e reconhecimento.

6.3.2.2.1 Principais Critérios e Políticas Contábeis

A divulgação dos julgamentos exercidos pela aplicação das políticas contábeis que afetem significativamente os montantes reconhecidos nas demonstrações também são objeto de notas explicativas, e considerando as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público são apresentados, a seguir, complementarmente às informações constantes do item 6.1 deste Relatório de Gestão, os principais critérios e políticas contábeis adotados, no âmbito do TRT 15ª Região:

- Ativos e Passivos Contingentes:

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

- Patrimônio Líquido:

É constituído, basicamente, pelo resultado do exercício e pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores.

- Resultado Patrimonial:

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD), na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

Se o resultado for positivo teremos o Superavit Patrimonial caso contrário será Deficit Patrimonial.



- Resultado orçamentário:

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas.

O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

- Resultado Financeiro:

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União, podendo ser evidenciado no Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa.

- Ajustes de Exercícios Anteriores:

Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Em 2017, os ajustes foram frutos de baixas de material permanente e de intangível, além de reembolso de despesas com remuneração e encargos sociais para órgãos ou entidades cedentes e reconhecimento de férias indenizadas.

6.3.2.2.2 Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

(a) A partir de 2017, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho passou a centralizar a contratação dos serviços de administração dos depósitos judiciais junto às instituições financeiras oficiais, no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, consoante Resolução CSJT n.º 87, de 25 de novembro de 2011, e redação dada pelo Ato n. 293/CSJT.GP.SG, de 14 de dezembro de 2016. Com a mudança na operacionalização dos recursos de convênios, a Previsão da Receita para 2017 continuou a ser registrada na UO do Regional, pelo valor consignado na LOA/2017 no total de recursos de fonte 181, enquanto a Realização das Receitas foram contabilizadas na UO – 15126 – Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Quanto à contabilização da realização da receita, inicialmente, de acordo com orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT n.º 027/2017, o Órgão Superior passou a efetivar repasses mensais ao Regional, sendo que em meados daquele exercício, para correção do registro e atendimento de solicitação da Secretaria de Orçamento Federal – SOF, as receitas passaram a ser transferidas mediante retificação das Guias de Recolhimento da União pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conforme o noticiado na Mensagem SIAFI 2017/0794962 de 26 de junho de 2017, sendo então devidamente registradas como receita realizada pelo TRT da 15ª Região.



(b) Conforme orientação contida na Mensagem SIAFI 2017/0015677 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, os passivos de Precatórios Federais passaram a ser provisionados no Órgão Superior e liberados aos Regionais, forma idêntica aos procedimentos dispensados às Requisições de Pequeno Valor.

(c) De acordo com as orientações contidas na Mensagem 2017/1527836 de 30/11/2017, disponibilizada pela Setorial Contábil da Justiça do Trabalho, que trata de cessão onerosa de espaço físico pelo TRT da 15ª Região, os novos contratos repactuados, os quais constituem direito líquido e certo de fruição de benefício econômico para a unidade, foram contabilizados como ativos circulante e não circulante, a título de créditos a receber.

6.3.2.2.3 Conformidade das Demonstrações Contábeis

A conformidade contábil do Órgão é registrada por profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal como responsável pela conformidade contábil da Unidade Gestora Executora – 080011 – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Em cumprimento à segregação de função no processo de registro da conformidade contábil, o responsável e seu substituto, lotados na Coordenadoria de Contabilidade do Órgão, não participam da execução orçamentária e financeira, e são responsáveis pela realização de acertos, com vistas à regularização de lançamentos e saldos constantes dos Balanços e demais Demonstrativos Contábeis.

A base da conformidade contábil se apoia nos trabalhos de análise realizados nas Seções subordinadas à Coordenadoria de Contabilidade, mediante exames aos documentos emitidos no SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal pelas Áreas responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Corte, respeitada desta forma a segregação de função.

Seguindo determinação da Presidência do Tribunal, e em cumprimento ao contido no despacho exarado pela Diretoria-Geral, ambos no Processo Administrativo 0000577-55.2012.5.15.0895 PA, estabeleceu-se a adoção do procedimento padrão de juntada dos documentos, objeto de análise, aos respectivos processos administrativos, pelos gestores responsáveis, com encaminhamento à Coordenadoria de Contabilidade para o respectivo exame.

O número total de documentos emitidos no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal na UG 080011, no exercício de 2017, somou 36.800 (trinta e seis mil e oitocentos), conforme consulta ao Sistema Tesouro Gerencial, considerados aqui os documentos de movimentação orçamentária, programação financeira, os registros de arrecadação, relativos a custas e emolumentos, dentre outros.



Já, com relação ao objeto da conformidade, a execução orçamentária, financeira e patrimonial do TRT da 15ª Região foi contabilizada mediante a emissão de cerca de 29.400 (vinte e nove mil e quatrocentos) documentos, como: notas de empenho, ordens bancárias, notas de lançamentos, notas de sistemas, guias de previdência social, documentos de arrecadação financeira eletrônica, dentre outros.

No exame dos documentos, utiliza-se banco de dados criado e mantido pela Coordenadoria de Contabilidade, com atualizações diárias de informações, por meio de importação de documentos emitidos no SIAFI na data antecedente.

Os Relatórios de Movimentações Patrimoniais e de Almoxarifado, dentre outros relacionados com a Gestão do Patrimônio deste Tribunal, elaborados pela Coordenadoria de Material e Logística, subordinada hierarquicamente à Secretaria de Administração, tiveram os valores conciliados com os registros sintéticos no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

A análise objetiva, prioritariamente, certificar o registro contábil do ato ou fato de gestão orçamentária, financeira ou patrimonial com o documento hábil comprobatório que lhe deu origem.

E pretende, sobretudo, a verificação de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis, considerados os padrões normativos e operacionais expressos nas normas e regulamentos aplicáveis, utilizando mecanismos de controles internos com vistas a identificar e corrigir as falhas de forma tempestiva.

A restrição contábil registrada no período foi:

Mês – Outubro/2017

Restrição – 315

Título – FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO

Motivo/Esclarecimento – Falta de registro da conformidade até a data limite, relativo ao dia 04/09/2017, em razão da expiração do prazo para inclusão no SIAFI pelo conformista.

Em certidão datada de 11/09/2017, o conformista certifica “que os documentos relativos aos registros de gestão deste mesmo dia estão em conformidade com as informações registradas no sistema SIAFI.”

Em cumprimento ao item 6.1.4 da Macrofunção 020315 do Manual SIAFI, que trata da Conformidade Contábil, o qual dispõe que as ocorrências não regularizadas até o encerramento do exercício financeiro devem ser objeto de citação no Processo de Contas Anual, vale destacar que as restrições registradas foram regularizadas até o encerramento do exercício.

6.3.2.3 Informações de Suporte e Detalhamento das Demonstrações Contábeis

Visando ao melhor entendimento por parte dos usuários da informação, as notas explicativas são apresentadas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada (associação entre a informação da demonstração contábil com o texto da nota explicativa).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Desse modo, são apresentadas, a seguir, as Notas Explicativas (NE) na sequência em que foram destacadas nas colunas de NE's, inseridas nas Demonstrações Contábeis.

6.3.2.4 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, e é composto por: Quadro Principal – Execução de Créditos do Exercício; Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

O TRT da 15ª Região é unidade orçamentária integrante do Orçamento da União, as movimentações apresentadas no Balanço Orçamentário contemplam as previsões e as realizações das receitas e despesas orçamentárias relativas à UO 15.116, não refletindo desta forma a execução de créditos descentralizados recebidos mediante destaques e provisões.

6.3.2.4.1 Receitas Orçamentárias

a) NE 1 – Receitas Orçamentárias

O quadro comparativo a seguir apresenta as Previsões e Realizações de Receitas – UO 15116, entre os anos de 2017 e 2016.

QUADRO 139 – PREVISÕES E REALIZAÇÕES DE RECEITAS

Categoria Econômica	Fonte Recursos	Exercício Origem Receita	2017			2016			% VARIAÇ. REC. REALIZ. 2017/2016
			PREVISÃO	REALIZAÇÃO	% REALIZ.	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	% REALIZ.	
RECEITAS CORRENTES	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	RECEITA PATRIMONIAL	1.068.914,00	445.587,64	41,69%	599.342,00	670.729,66	111,91%	-33,57%
		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	327.761,40	-	-	226.000,00	631.428,98	279,39%	-48,09%
	RECURSOS DE CONVENIOS	TRANSFERENCIAS CORRENTES	37.362.120,00	29.371.807,72	78,61%	35.000.000,00	607.236,52	1,73%	4.736,96%
Total			38.431.034,00	30.145.156,76	78,44%	35.825.342,00	1.909.395,16	5,33%	1.478,78%

Fonte: Tesouro Gerencial

A Previsão Inicial de Receita para o exercício de 2017 somou R\$ 38.431.034,00, assim constituída: R\$ 1.068.914,00 (Fonte de Recursos 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros) a título de Exploração do Patrimônio Imobiliário e R\$ 37.362.120,00 (Fonte de Recursos 81 – Recursos de Convênios) receita oriunda de Transferências Correntes.

Seguem as análises detalhadas por fonte de recursos:



a.1) Fonte de Recursos 181 – Recursos de Convênios

O valor registrado a título de Transferências Correntes se refere a remunerações de depósitos judiciais provenientes de convênios com bancos oficiais, para a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade.

Tais acordos eram celebrados, até o ano 2016, entre o Regional e as Instituições Financeiras, sendo que a partir de 2017 foram centralizados no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, alteração referendada pela Resolução CSJT nº 183, de 24 de fevereiro de 2017.

Com a mudança na operacionalização dos recursos de convênios, a Previsão da Receita para 2017 continuou a ser registrada na UO do Regional, pelo valor consignado na LOA/2017 no total de recursos de fonte 181, enquanto a Realização das Receitas foram contabilizadas na UO – 15126 – Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

No início do exercício de 2017, a contabilização da realização da receita foi efetivada de acordo com orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT nº 027/2017, mediante envio de repasses mensais pelo Órgão Superior ao Regional, sendo que em meados daquele exercício, para correção do registro e atendimento de solicitação da Secretaria de Orçamento Federal – SOF, as receitas passaram a ser transferidas mediante retificação das Guias de Recolhimento da União pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conforme o noticiado na Mensagem SIAFI 2017/0794962 de 26 de junho de 2017, tendo sido, então, a partir deste novo procedimento, devidamente registradas como receita realizada pelo TRT da 15ª Região.

Desta forma, como receitas originárias dos contratos celebrados com os Bancos Oficiais de forma centralizada no Órgão Superior, do total de R\$ 37.362.120,00 previstos na LOA/2017, apenas R\$ 18.799.685,00 foram contabilizados como receita no Regional (R\$ 15.567.550,00 – Retificação de GRU e R\$ 3.232.135,00 – retificação de documentos RA pela CFIN), restando o montante de R\$ 18.562.435,00 transferidos ao Regional, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho mediante sub-repasses, determinando índice de realização da receita inferior ao previsto.

Ainda, no ano de 2017 foi realizado o montante de R\$ 10.572.122,72, mediante arrecadação própria do TRT da 15ª Região junto às Instituições Financeiras, receita originária de valores residuais relativos aos contratos celebrados em exercícios anteriores a 2017, sendo R\$ 5.820.759,90 concernente ao Contrato TRT nº 190/2016 com o Banco do Brasil - Processo TRT nº 0000140-67.2016.5.15.0895 PA, e R\$ 4.751.362,82 relativos ao Termo de Quitação, celebrado em 09/03/2017 com a Caixa Econômica Federal.

A arrecadação total no ano de 2017 foi de R\$ 29.371.807,72, o índice de receita realizada no exercício se apresentou como 78,61% da previsão consignada na LOA/2017, e impactou a análise da variação da arrecadação entre os exercícios 2017/2016, tendo em vista que no ano de 2016 a arrecadação originária de convênios não teve efeitos financeiros realizados naquele exercício, tendo sido contabilizado o montante de R\$ 607.236,52 derivado de saldo remanescente de contrato com a Caixa Econômica Federal, cuja vigência havia sido encerrada no ano de 2015.



a.2) Fonte de Recursos 150 – Recursos Próprios Não-Financeiros

A receita patrimonial, R\$ 445.587,64, concernente à taxa de ocupação de imóveis, derivou dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

A Previsão Inicial de Receita Patrimonial tem por objeto a arrecadação proveniente de cessão de espaço físico no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, conforme termos celebrados nos autos: Processo 239-76.2012.5.15.0895 PA – Caixa Econômica Federal, Processo 240-61.2012.5.15.0895 PA – Banco do Brasil e Processo CP 359/2013 – Associações de Advogados.

A arrecadação de Receita Patrimonial se apresentou inferior àquela prevista para o período, 41,69%, índice impactado, sobretudo, pela receita estimada com base na arrecadação total de recursos de Fonte 150 do ano anterior.

O total de R\$ 327.761,40 contabilizado a título Outras Receitas Correntes se refere a Indenizações, Restituições e Ressarcimentos, originário de acordos com prefeituras, destinado ao reembolso de despesas com locação dos imóveis que abrigam as Varas Trabalhistas nos respectivos Municípios, a previsão desta receita foi computada equivocadamente como correspondente a receita patrimonial.

No ano de 2017, parte dos termos celebrados junto às Instituições Financeiras tiveram seus prazos de vigência encerrados e se encontram em fase de elaboração de novos acordos, enquanto aquele celebrado junto às Associações dos Advogados está com pagamento suspenso, com negociação em andamento entre a Presidência do TRT da 15ª Região e os representantes da Associação, conforme consta no Relatório – CCT de 03/07/2017, no Memorando nº 851/2017 – CCT e seus anexos (Protocolo Administrativo nº 6774/2017 – DG e despachos), desta forma, considerados estes os motivos mais relevantes, verifica-se que a arrecadação de recursos próprios no ano de 2017, a título de taxa de ocupação de imóveis e de ressarcimento de despesa, apresentaram desempenho inferior ao ocorrido em 2016.

6.3.2.4.2 Despesas Orçamentárias

a) NE 2 – Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias estão demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

a.1) Dotação Autorizada

A dotação inicial consignada ao TRT da 15ª Região no ano de 2017 foi de R\$ 1.435.723.638,00 que somada aos Créditos Adicionais e Cancelamentos, totalizou em R\$ 1.619.851.824,00, constituindo a dotação atualizada líquida no exercício, acréscimo de 11,03% em relação ao ano de 2016, impactado sobretudo pelo corte no orçamento do Tribunal sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2016, promovido pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e pelo Plenário do Congresso Nacional, naquele ano.

No quadro analisado do Balanço Orçamentário, a dotação atualizada não considera o Contingenciamento, as Provisões e os Destaques recebidos.

Considerados os créditos consignados na Lei Orçamentária Anual, bem como aqueles recebidos mediante Descentralizações Internas e Externas, a dotação autorizada líquida para o TRT da 15ª Região no exercício de 2017 somou R\$ 1.657.870.846,37.

QUADRO 140 – DOTAÇÃO AUTORIZADA LÍQUIDA COM DESCENTRALIZAÇÕES

Exercício	2017				2016				VARIÇÃO ENTRE DOTAÇÕES TOTAIS
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	
DOTAÇÃO INICIAL	1.147.804.053,00	280.719.585,00	7.200.000,00	1.435.723.638,00	1.133.598.109,00	222.917.117,00	3.315.000,00	1.359.830.226,00	5,58%
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	184.128.186,00	203.700,00	32.890.000,00	217.221.886,00	74.704.650,00	5.505.839,00	11.297.480,00	91.507.969,00	137,36%
DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.318.119,00	0,00	40.318.119,00	-100,00%
DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	0,00	(33.093.700,00)	0,00	(33.093.700,00)	0,00	(32.651.106,00)	(100.000,00)	(32.751.106,00)	1,05%
DOTAÇÃO ATUALIZADA – LOA	1.331.932.239,00	247.829.585,00	40.090.000,00	1.619.851.824,00	1.208.302.759,00	236.089.969,00	14.512.480,00	1.458.905.208,00	11,03%
PROVISÃO RECEBIDA	4.967.113,17	7.992.040,94	4.218.439,26	17.177.593,37	4.805.293,71	4.407.804,43	2.570.150,07	11.783.248,21	45,76%
DESTAQUE RECEBIDO	20.841.429,00	0,00	0,00	20.841.429,00	17.050.163,00	0,00	0,00	17.050.163,00	22,24%
DOTAÇÃO AUTORIZADA LÍQUIDA COM DESCENTRALIZAÇÕES	1.357.740.781,17	255.821.625,94	44.308.439,26	1.657.870.846,37	1.230.158.215,71	240.497.773,43	17.082.630,07	1.487.738.619,21	11,44%

Fonte: Tesouro Gerencial

Do total de R\$ 1.619.851.824,00, consignado na Lei Orçamentária Anual/2017 ao TRT da 15ª Região, 82,23% estão comprometidos com despesas de pessoal e encargos sociais, 15,30% autorizados para amparar outras despesas correntes e 2,47% destinados a investimentos.

A variação de R\$ 222.147.208,37 verificada entre a Dotação Inicial e a Final Autorizada no exercício de 2017 decorreu de dotações suplementares e de créditos recebidos por descentralizações internas e externas, observando que as dotações canceladas e remanejadas decorreram dos ajustes após contingenciamento aplicado com base art. 9º da LC 101/2000 (LRF) – Proc. Adm. 501.305/2017-7, em 03/04/2017, e adequação do orçamento às demandas de despesas apresentadas para o exercício, segue quadro com os totais movimentados.

QUADRO 141 – CRÉDITOS ADICIONAIS E MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITOS

CRÉDITOS ADICIONAIS	Saldo R\$
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	217.221.886,00
DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	(33.093.700,00)
TOTAL	184.128.186,00
MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITOS	Saldo R\$
PROVISÃO RECEBIDA	17.177.593,37
DESTAQUE RECEBIDO	20.841.429,00
TOTAL	38.019.022,37

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O gráfico e demonstrativo seguintes apresentam os Créditos Adicionais recebidos por tipo de despesa, total de R\$ 184.128.186,00, deduzidos os Cancelamentos relativos ao oferecimento de recursos para remanejamento de dotação.

GRÁFICO 7 – CRÉDITOS ADICIONAIS POR TIPO DE DESPESA



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

QUADRO 142 – CRÉDITOS ADICIONAIS POR TIPO DE DESPESA

Em R\$

Despesa	Suplementação	Cancelamento
Pessoal Inativo	91.725.323,00	0,00
Encargos Patronais	21.465.557,00	0,00
Pessoal Ativo	70.937.306,00	0,00
Benefícios	100.000,00	-100.000,00
Outras Despesas Correntes	103.700,00	-32.993.700,00
Investimentos – Construções	1.890.000,00	0,00
Investimentos – Outros	31.000.000,00	0,00
Total	217.221.886,00	-33.093.700,00

Fonte: Tesouro Gerencial

As ações orçamentárias canceladas para viabilizar remanejamento de dotação foram: Apreciação de Causas – R\$ 30.855.000,00; Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – R\$ 695.000,00; Capacitação de Recursos Humanos – R\$ 290.000,00; Comunicação e Divulgação Institucional – R\$ 103.700,00 e Auxílio-Alimentação – R\$ 100.000,00.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Enquanto o montante cancelado na ação destinada à Construção da Vara do Trabalho de Fernandópolis no valor de R\$ 1.050.000,00 se destinou à regularização do grupo de natureza da despesa, de: 3 – Despesas de Custeio para: 4 – Investimentos, pois o montante havia sido consignado pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF ao TRT da 15ª Região de forma equivocada no início do ano.

As dotações recebidas de outras Unidades Gestoras, por movimentação de créditos, consideradas as devoluções dos saldos não utilizados, foram assim constituídas:

QUADRO 143 – DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS (PROVISÃO)

Unidade Orçamentária	Ação Governo	Natureza Despesa	Saldo R\$
15101	2C73	MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	339030 MATERIAL DE CONSUMO 74.455,92
			339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 4.725.415,14
			449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.899.792,00
		TOTAL AÇÃO 2C73 7.699.663,06	
	4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL 16.984,24
			339030 MATERIAL DE CONSUMO 42.486,84
			339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 713,16
			339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 5.670,00
			339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 53.645,76
		TOTAL AÇÃO 4256 119.500,00	
	TOTAL UO 15101 7.819.163,06		
15126	1P66	MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	339030 MATERIAL DE CONSUMO 2.004.896,12
			339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 961.985,48
			449051 OBRAS E INSTALACOES 452.199,99
			449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 417.499,60
		TOTAL AÇÃO 1P66 3.836.581,19	
	151Y	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO – PJE	339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 105.788,28
			449039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 448.947,67
	TOTAL AÇÃO 151Y 554.735,95		
	TOTAL UO 15126 4.391.317,14		
71103	0625	SENTENCAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO DE PEQUENO VALOR	319000 APLICACOES DIRETAS 4.967.113,17
			TOTAL AÇÃO 0625 4.967.113,17
		TOTAL UO 71103 4.967.113,17	
TOTAL DE DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS (PROVISÕES RECEBIDAS)			17.177.593,37

Fonte: Tesouro Gerencial

QUADRO 144 – DESCENTRALIZAÇÕES EXTERNAS (DESTAQUE DE CRÉDITO)

Unidade Orçamentária	Ação Governo	Natureza Despesa	Saldo R\$
26280	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS 0005	SENTENCAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATORIOS)	319091 SENTENCAS JUDICIAIS 474.429,00
71103	ENCARGOS FINANC.DA UNIAO-SENTENCAS JUDICIAIS 0005	SENTENCAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATORIOS)	319091 SENTENCAS JUDICIAIS 20.367.000,00
TOTAL DE DESCENTRALIZAÇÕES EXTERNAS (DESTAQUE DE CRÉDITO)			20.841.429,00

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela a seguir apresenta as dotações autorizadas no exercício de 2017 em comparação ao ano anterior, considerados créditos descentralizados, por grupo de natureza da despesa.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 145 – VARIAÇÃO ENTRE AS DOTAÇÕES AUTORIZADAS POR TIPO DE DESPESA – EXERCÍCIOS 2017 E 2016

Grupo Despesa	Exercício Natureza Despesa	2017	2016	AH	AV	Variação Absoluta R\$
		Valor R\$	Valor R\$			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.357.740.781,17	1.230.158.215,71	10,37%	81,90%	127.582.565,46
	INATIVOS E PENSÕES	311.874.720,00	263.620.164,00	18,30%		48.254.556,00
	ATIVOS E ENCARGOS	1.020.057.519,00	944.682.595,00	7,98%		75.374.924,00
	PRECATÓRIOS	25.808.542,17	21.855.456,71	18,09%		3.953.085,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		255.821.625,94	240.497.773,43	6,37%	15,43%	15.323.852,51
INVESTIMENTOS		44.308.439,26	17.082.630,07	159,38%	2,67%	27.225.809,19
TOTAL DAS DOTAÇÕES AUTORIZADAS		1.657.870.846,37	1.487.738.619,21	11,44%	100,00%	170.132.227,16

Fonte: Tesouro Gerencial

Nesta análise se verifica a retomada dos investimentos, acréscimo de 159,38% em relação ao ano anterior, reflexo sobretudo da retração nos gastos de capital nos dois anos anteriores, devido a cortes orçamentários impostos à Justiça do Trabalho.

Destaca-se, também, o acréscimo importante na dotação destinada ao pagamento de inativos e pensionistas, 18,30% em relação ao ano anterior, mais que o dobro do acréscimo apresentado na dotação de ativos e encargos, próximo a 8%. A diferença resulta do aumento de concessões de aposentadorias em 2017 não correspondido pelo ingresso de magistrados e servidores no quadro, que resta inviabilizado pelas atuais regras previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para cumprimento da EC 95/2016.

a.2) Execução Orçamentária

QUADRO 146 – DESPESA EXECUTADA EM RELAÇÃO AO CRÉDITO AUTORIZADO

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2017 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

Unidade Orçamentária	Item Informação	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA (a)	PROVISAO RECEBIDA (b)	DESTAQUE RECEBIDO (c)	DESPESAS EMPENHADAS (d)	(d) / (a)		DESPESAS LIQUIDADAS (e)	(e) / (a)		DESPESAS PAGAS (f)	(f) / (a)	
							Saldo R\$	%		Saldo R\$	%		Saldo R\$	%
15116	Grupo Despesa	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$			Saldo R\$			Saldo R\$		
	INVESTIMENTOS	7.200.000,00	40.090.000,00			35.014.612,19	87,34%		15.578.275,15	38,86%		15.470.418,87	38,59%	
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	280.719.585,00	247.829.585,00			246.732.228,67	99,56%		225.789.690,17	91,11%		225.768.410,40	91,10%	
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.147.804.053,00	1.331.932.239,00			1.331.932.239,00	100,00%		1.314.380.954,24	98,68%		1.314.380.954,24	98,68%	
	Total	1.435.723.638,00	1.619.851.824,00			1.613.679.079,86	99,62%		1.555.748.919,56	96,04%		1.555.619.783,51	96,03%	
	TOTAL	1.435.723.638,00	1.619.851.824,00			1.613.679.079,86	99,62%		1.555.748.919,56	96,04%		1.555.619.783,51	96,03%	

PROVISÕES RECEBIDAS

Unidade Orçamentária	Item Informação	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA (a)	PROVISAO RECEBIDA (b)	DESTAQUE RECEBIDO (c)	DESPESAS EMPENHADAS (d)	(d) / (b)		DESPESAS LIQUIDADAS (e)	(e) / (b)		DESPESAS PAGAS (f)	(f) / (b)	
							Saldo R\$	%		Saldo R\$	%		Saldo R\$	%
15101	Grupo Despesa	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$			Saldo R\$			Saldo R\$		
	INVESTIMENTOS			2.899.792,00		2.899.792,00	100,00%		2.899.792,00	100,00%		2.899.792,00	100,00%	
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.919.371,06		4.857.606,38	98,74%		4.435.487,27	90,16%		4.435.487,27	90,16%	
	Total			7.819.163,06		7.757.398,38	99,21%		7.335.279,27	93,81%		7.335.279,27	93,81%	
15126	Grupo Despesa	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$			Saldo R\$			Saldo R\$		
	INVESTIMENTOS			1.318.647,26		1.318.647,26	100,00%		731.175,17	55,45%		731.175,17	55,45%	
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			3.072.669,88		3.072.669,88	100,00%		1.404.363,21	45,70%		1.404.363,21	45,70%	
	Total			4.391.317,14		4.391.317,14	100,00%		2.135.538,38	48,63%		2.135.538,38	48,63%	
71103	Grupo Despesa	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$			Saldo R\$			Saldo R\$		
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			4.967.113,17		4.967.113,17	100,00%		4.967.113,17	100,00%		4.967.113,17	100,00%	
	Total			4.967.113,17		4.967.113,17	100,00%		4.967.113,17	100,00%		4.967.113,17	100,00%	
	TOTAL			17.177.593,37		17.115.828,69	99,64%		14.437.930,82	84,05%		14.437.930,82	84,05%	

DESTAQUES RECEBIDOS

Unidade Orçamentária	Item Informação	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA (a)	PROVISAO RECEBIDA (b)	DESTAQUE RECEBIDO (c)	DESPESAS EMPENHADAS (d)	(d) / (c)		DESPESAS LIQUIDADAS (e)	(e) / (c)		DESPESAS PAGAS (f)	(f) / (c)	
							Saldo R\$	%		Saldo R\$	%		Saldo R\$	%
26280	Grupo Despesa	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$			Saldo R\$			Saldo R\$		
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				474.429,00	138.745,42	29,24%		138.745,42	29,24%		138.745,42	29,24%	
	Total				474.429,00	138.745,42	29,24%		138.745,42	29,24%		138.745,42	29,24%	
71103	Grupo Despesa	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$			Saldo R\$			Saldo R\$		
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				20.367.000,00	20.022.982,05	98,31%		20.022.982,05	98,31%		20.022.982,05	98,31%	
	Total				20.367.000,00	20.022.982,05	98,31%		20.022.982,05	98,31%		20.022.982,05	98,31%	
	TOTAL				20.841.429,00	20.161.727,47	96,74%		20.161.727,47	96,74%		20.161.727,47	96,74%	

TOTAL GERAL		1.435.723.638,00	1.619.851.824,00	17.177.593,37	20.841.429,00	1.650.956.636,02	99,58%		1.590.348.577,85	95,93%		1.590.219.441,80	95,92%	
-------------	--	------------------	------------------	---------------	---------------	------------------	--------	--	------------------	--------	--	------------------	--------	--

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O montante orçamentário não utilizado no ano de 2017 foi de R\$ 6.914.210,35, sendo que deste total R\$ 633.096,00 restaram bloqueados, alcançados pelo contingenciamento com base art. 9º da LC 101/2000 (LRF) – Proc. Adm. 501.305/2017-7, e R\$ 6.281.114,35 como créditos disponíveis ao final do exercício.

Os projetos alcançados pelo contingenciamento foram: R\$ 553.959,00 – Construção do Edifício-Sede da VT de Itapetinga e R\$ 79.137,00 - Construção do Edifício-Sede da VT de Barretos.

Para uma melhor análise, ao subtrairmos o montante contingenciado de R\$ 633,096,00 da base da dotação autorizada, os índices de execução em relação aos dos créditos autorizados passam a ser os seguintes:

QUADRO 147 – DESPESA EXECUTADA EM RELAÇÃO AO CRÉDITO AUTORIZADO COM CONTINGENCIAMENTO

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2017 E CRÉDITOS ADICIONAIS E CONTINGENCIAMENTOS)

Unidade Orçamentária	Item Informação	DOTAÇÃO ATUALIZADA	CONTINGENCIAMENTO	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EMPENHADAS	(d) / (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	(e) / (c)	DESPESAS PAGAS	(f) / (c)
		(a)	(b)	(c)	(d)	%	(e)	%	(f)	%
	Grupo Despesa	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	%	Saldo R\$	%	Saldo R\$	%
15116	INVESTIMENTOS	40.090.000,00	(633.096,00)	39.456.904,00	35.014.612,19	88,74%	15.578.275,15	39,48%	15.470.418,87	39,21%
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	247.829.585,00		247.829.585,00	246.732.228,67	99,56%	225.789.690,17	91,11%	225.768.410,40	91,10%
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.331.932.239,00		1.331.932.239,00	1.331.932.239,00	100,00%	1.314.380.954,24	98,68%	1.314.380.954,24	98,68%
	Total	1.619.851.824,00	(633.096,00)	1.619.218.728,00	1.613.679.079,86	99,66%	1.555.748.919,56	96,08%	1.555.619.783,51	96,07%
TOTAL		1.619.851.824,00	(633.096,00)	1.619.218.728,00	1.613.679.079,86	99,66%	1.555.748.919,56	96,08%	1.555.619.783,51	96,07%
TOTAL GERAL COM DESCENTRALIZAÇÕES E CONTINGENCIAMENTOS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	PROVISÃO RECEBIDA (b)	DESTAQUE RECEBIDO (c)	DESPESAS EMPENHADAS (d)	(d) / (a+b+c)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	(e) / (a+b+c)	DESPESAS PAGAS (f)	(f) / (a+b+c)
		Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	Saldo R\$	%	Saldo R\$	%	Saldo R\$	%
		1.619.218.728,00	17.177.593,37	20.841.429,00	1.650.956.636,02	99,62%	1.590.348.577,85	95,96%	1.590.219.441,80	95,96%

Fonte: Tesouro Gerencial

A execução orçamentária com a base ajustada, em relação aos créditos líquidos autorizados no período, apresenta índice de 99,62% para os valores empenhados, e próximo a 96% em relação aos valores liquidados e pagos.

Quanto aos créditos disponíveis, o montante restou assim constituído: R\$ 679.701,53 relativos a Precatórios (R\$ 344.017,95 – Administração Direta e R\$ 335.683,58 – Administração Indireta); R\$ 4.442.291,81 concernentes a despesas de capital (R\$ 1.983.504,00 – Investimentos/Obra e R\$ 2.458.787,81 – Investimentos/Outros); e R\$ 1.159.121,01 destinados a outras despesas correntes (R\$ 839.056,68 – benefícios e R\$ 320.064,33 – demais despesas).

a.3) Créditos Empenhados

O empenho representa o primeiro estágio da despesa orçamentária, e é registrado no momento da contratação do serviço, da obra, e aquisição do material ou bem, assim como, no início do exercício para as despesas obrigatórias e de caráter continuado.

Do total dos créditos autorizados, R\$ 1.650.956.636,02 foram empenhados, quando analisado o grau de gestão orçamentária, mediante a divisão do total empenhado pelo total autorizado, verifica-se grau de eficiência no planejamento e na execução dos gastos, próximo a 1,0.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O quadro a seguir compara os totais executados, em valores empenhados, nos exercícios de 2015 a 2017, considerando os valores consignados nas respectivas Leis Orçamentárias, acrescidos das Suplementações e das Descentralizações recebidas, por categoria econômica.

Os Precatórios e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor não foram considerados, com o intuito de se efetuar uma análise da evolução das despesas, correntes e de capital, aplicadas na manutenção e em investimentos, no TRT da 15ª Região.

QUADRO 148 – ORÇAMENTO EXECUTADO POR CATEGORIA ECONÔMICA

Em R\$

Categoria Econômica	Grupo Despesa	DESPESAS EMPENHADAS				
		EXERCÍCIO				
		2015	2016	Variação 2016/2015	2017	Variação 2017/2016
DESPESAS CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.187.236.075,51	1.229.897.966,56	3,59%	1.357.061.079,64	10,34%
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	239.819.643,10	240.430.770,36	0,25%	254.662.504,93	5,92%
DESPESAS DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	14.845.565,69	16.970.429,42	14,31%	39.233.051,45	131,18%
TOTAL		1.441.901.284,30	1.487.299.166,34	3,15%	1.650.956.636,02	11,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Vale destacar a evolução nas contratações no ano de 2017, em relação à variação verificada entre 2016/2015, sobretudo quanto aos investimentos.

a.4) Créditos Liquidados

Constitui o segundo estágio da despesa pública, quando se promove a verificação, com conseqüente atestação ou rejeição acerca do cumprimento das condições previstas nas contratações e demais ajustes, abrangendo a entrega de materiais, bens ou obras e as prestações de serviço, e, resultando no reconhecimento ou não da obrigação de se proceder ao correspondente pagamento.

O índice de liquidação em relação aos créditos atualizados líquidos dos contingenciamentos foi de 95,96%, seguem demonstrados os valores das despesas liquidadas, com créditos do exercício 2017, por categoria econômica e natureza de despesa detalhada, bem como a variação percentual em relação ao exercício anterior.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 149 – DESPESAS LIQUIDADAS – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Em R\$

NATUREZA DESPESA DETALHADA	DESPESAS LIQUIDADAS		AH	AV	Variação Absoluta
	2017	2016			
GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EFETIVO	229.062.943,15	193.563.263,11	18,34%	17,10%	35.499.680,04
VENCIMENTOS E SALARIOS	193.537.271,16	187.410.809,29	3,27%	14,45%	6.126.461,87
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	146.626.945,44	139.496.829,12	5,11%	10,95%	7.130.116,32
SUBSIDIOS	143.551.510,32	141.550.117,33	1,41%	10,72%	2.001.392,99
PROVENTOS ORIGINARIAS DE GRAT.P/EXERC. CARGO.	71.291.394,61	52.538.297,86	35,69%	5,32%	18.753.096,75
13º SALARIO	63.378.859,74	60.807.418,59	4,23%	4,73%	2.571.441,15
GRAT POR EXERCICIO DE FUNCOES COMISSONADAS	48.034.195,25	49.380.478,66	-2,73%	3,59%	(1.346.283,41)
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	48.005.365,12	46.387.979,48	3,49%	3,58%	1.617.385,64
INCORPORACOES	41.507.165,55	46.799.541,20	-11,31%	3,10%	(5.292.375,65)
APOSENTADORIA DE SUBSIDIOS - PESSOAL CIV	37.214.487,94	36.742.910,93	1,28%	2,78%	471.577,01
GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGO EM COMISSAO	34.410.968,80	30.619.644,08	12,38%	2,57%	3.791.324,72
VANTAGENS INCORPORADAS - PESSOAL CIVIL	33.492.328,19	30.827.110,49	8,65%	2,50%	2.665.217,70
APOSENT.PENDENTES APROV. TCU - PESSOAL CIVIL	27.460.312,51	20.023.418,93	37,14%	2,05%	7.436.893,58
FERIAS - 1/3 CONSTITUCIONAL	24.335.741,45	25.347.632,44	-3,99%	1,82%	(1.011.890,99)
PENSOES CIVIS	21.355.928,22	19.535.968,91	9,32%	1,59%	1.819.959,31
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL	20.997.155,70	18.251.310,39	15,04%	1,57%	2.745.845,31
OUTROS PRECATORIOS JUDICIAIS	20.049.830,72	16.685.770,40	20,16%	1,50%	3.364.060,32
INCENTIVO A QUALIFICACAO	14.643.105,11	12.936.844,41	13,19%	1,09%	1.706.260,70
RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	14.489.073,91	1.841.734,08	686,71%	1,08%	12.647.339,83
PROVENTOS ORIGINARIAS DE GRAT.P/EXERC/FUNCOES	12.440.869,07	10.841.555,95	14,75%	0,93%	1.599.313,12
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.732.897,08	4.103.385,40	137,19%	0,73%	5.629.511,68
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	9.680.082,95	9.585.578,00	0,99%	0,72%	94.504,95
GRATIFICACAO POR EXERCICIO CUMULATIVO DE OFICIOS OU JU-RISDICAO	8.915.448,36	10.036.934,95	-11,17%	0,67%	(1.121.486,59)
ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO PESSOAL CIVIL	8.531.742,63	7.633.448,22	11,77%	0,64%	898.294,41
ABONO DE PERMANENCIA	7.624.822,30	7.206.092,34	5,81%	0,57%	418.729,96
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	7.592.524,37	2.605.761,54	191,37%	0,57%	4.986.762,83
GRATIFICACAO DE TEMPO DE SERVICO	5.233.538,96	5.802.738,87	-9,81%	0,39%	(569.199,91)
SUBSTITUICOES	5.023.264,56	5.313.210,54	-5,46%	0,38%	(289.945,98)
OUTRAS SENTENÇAS JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR	4.753.359,92	4.575.267,85	3,89%	0,35%	178.092,07
GRATIFICACAO DE ATIVIDADES EXTERNAS - GAE	4.070.363,32	3.601.304,70	13,02%	0,30%	469.058,62
PENSOES ORIGINARIAS DE SUBSIDIOS - CIVIS	3.584.316,75	3.584.316,84	0,00%	0,27%	(0,09)
PENSOES ORIGINARIAS DE GRATIF.P/EXERC.DE CARG	2.777.168,97	2.171.223,15	27,91%	0,21%	605.945,82
13 SALARIO - PENSOES CIVIS	2.527.651,38	2.298.101,85	9,99%	0,19%	229.549,53
FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	2.333.478,19	1.825.973,47	27,79%	0,17%	507.504,72
PROV ORIUNDOS ADICIONAL QUALIF - PES CIVIL	1.734.097,01	1.118.847,77	54,99%	0,13%	615.249,24
LICENCA PREMIO - INATIVOS CIVIS	1.677.990,98	1.408.470,99	19,14%	0,13%	269.519,99
VANTAGENS INCORPORADAS - PENSIONISTAS	1.399.042,29	1.251.216,56	11,81%	0,10%	147.825,73
FERIAS VENCIDAS E PROPOR A APOSENTADOS CIVIS	1.320.903,98	1.344.681,51	-1,77%	0,10%	(23.777,53)
CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	1.185.028,54	1.137.956,30	4,14%	0,09%	47.072,24
CONTRIBUICAO PATRONAL - FUNPRESP LEI 12618/12	1.039.706,71	522.008,12	99,17%	0,08%	517.698,59
OBRIGACOES PATRONAIS	823.380,87	361.555,39	127,73%	0,06%	461.825,48
PENSOES ORIGINARIAS DE GRATIF.P/EXERC. FUNCAO	732.506,70	673.561,91	8,75%	0,05%	58.944,79
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	299.205,62	299.896,63	-0,23%	0,02%	(691,01)
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	251.179,70	975.431,29	-74,25%	0,02%	(724.251,59)
HONORARIOS SUCUMBENCIAIS SENT JUD PEQ VALOR	213.753,25	230.025,86	-7,07%	0,02%	(16.272,61)
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	203.426,01	68.438,90	197,24%	0,02%	134.987,11
GRATIFICACAO DE ATIVIDADES EXTERNAS - GAE	123.605,40	106.176,37	16,42%	0,01%	17.429,03
HONORARIOS SUCUMBENCIAIS DE PRECATORIOS	111.896,75	104.143,45	7,44%	0,01%	7.753,30
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	41.562,87	39.484,76	5,26%	0,00%	2.078,11
SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	29.813,20	28.639,53	4,10%	0,00%	1.173,67
ADICIONAL NOTURNO	19.478,19	16.387,92	18,86%	0,00%	3.090,27
PENSOES ORIUNDAS DE ADIC DE QUALIFIC - CIVIS	17.647,79	7.805,00	126,11%	0,00%	9.842,79
REPRESENTACAO MENSAL	9.306,36	9.306,36	0,00%	0,00%	0,00
FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	8.258,33	39.687,57	-79,19%	0,00%	(31.429,24)
CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	1.263,94	1.415,74	-10,72%	0,00%	(151,80)
MULTAS INDEDUTIVEIS	612,43	1.086,59	-43,64%	0,00%	(474,16)
JUROS	16,26	92,26	-82,38%	0,00%	(76,00)
VANTAGEM PECUNARIA INDIVIDUAL	0,00	794.350,23	-100,00%	0,00%	(794.350,23)
INDENIZACOES E RESTITUICOES TRAB. ATIVO CIVIL	0,00	42.418,07	-100,00%	0,00%	(42.418,07)
OBRIGACOES PATRONAIS - SENT.JUD.PEQUENO VALOR	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
	1.339.509.794,88	1.222.515.058,45	9,57%	100,00%	116.994.736,43

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Diante da análise combinada das maiores variações positivas percentuais e monetárias entre os exercícios 2017/2016 se destacam os pagamentos de passivos, mais de R\$ 32 milhões destinados à quitação de dívida com pessoal, quais sejam: aumento de 687% nos gastos com ressarcimento de pessoal requisitado aos órgãos detentores de servidores cedidos; mais 197% destinados a pensões; acréscimo de 191% aplicados nas despesas com aposentadorias; 137% a mais em vencimentos; e elevação de 128% em obrigações patronais.

Vale destacar também, o aumento verificado, entre 2017/2016, de 99% nos gastos com Contribuição Patronal para a FUNPRESP LEI 12618/12.

Embora elencados, no quadro antecedente, os valores relativos às variações das despesas liquidadas de Pessoal e Encargos Sociais em 2017, com orçamento do exercício, em ordem decrescente, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior, seguem evidenciados os dez de maior impacto:

QUADRO 150 – MAIORES DESPESAS LIQUIDADAS – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

DEZ MAIORES DESPESAS PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – ORÇAMENTO 2017		TOTAL LIQUIDADADO 2017 (R\$)	
NATUREZA DE DESPESA DETALHADA			Var% 2017/2016
GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EFETIVO		229.062.943,15	18,34%
VENCIMENTOS E SALARIOS		193.537.271,16	3,27%
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS		146.626.945,44	5,11%
SUBSIDIOS		143.551.510,32	1,41%
PROVENTOS ORIGINARIAS DE GRAT.P/EXERC. CARGO.		71.291.394,61	35,69%
13. SALARIO		63.378.859,74	4,23%
GRAT POR EXERCICIO DE FUNCOES COMISSONADAS		48.034.195,25	-2,73%
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL		48.005.365,12	3,49%
INCORPORACOES		41.507.165,55	-11,31%
APOSENT ORIGINARIA DE SUBSIDIOS - PESSOAL CIV		37.214.487,94	1,28%

Fonte: Tesouro Gerencial

A dotação consignada no exercício amparou a liquidação das seguintes despesas de pessoal e encargos sociais:

- Folhas Habituais do ano;
- Pagamentos de Diferenças Diversas conforme autorização concedida na Resolução nº 137/2014 – CSJT;
- Reembolso de despesas de Prefeituras com remuneração/encargos sociais dos servidores cedidos ao TRT-15ª Região, em cumprimento ao Ato CSJT.GP.SG.CGPE nº 75/2013;
- Pagamentos de diferenças decorrentes da Parcela Autônoma de Equivalência dos períodos de 1994 a setembro/1997 e de 1998 a 1999 (Magistrados),
- Pagamentos de diferenças decorrentes da conversão de URV-11,98% (Servidores),
- Pagamentos de diferenças diversas (Servidores).

Os pagamentos das diferenças foram efetuados com valores disponibilizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de acordo com o disposto no Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 13/2017, que comunicou a abertura de crédito suplementar para pagamento de passivos administrativos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 151 – DESPESAS LIQUIDADAS – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

NATUREZA DESPESA DETALHADA	DESPESAS LIQUIDADAS		AH	AV	Variação Absoluta
	2017	2016			
AUXILIO-ALIMENTAÇÃO CIVIS	42.645.057,02	42.634.545,52	0,02%	18,41%	10.511,50
RESSARCIMENTO A ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLÓGICA	38.717.258,50	35.581.451,22	8,81%	16,72%	3.135.807,28
SENTENÇA JUDICIAL - AUXILIO MORADIA (ACORDAO TCU 1690), DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002.	21.529.310,91	21.268.764,57	1,23%	9,29%	260.546,34
PERICIA TÉCNICA S. JUSTICA GRATUITA	14.999.886,60	20.215.369,15	-25,80%	6,48%	(5.215.382,55)
VIGILANCIA OSTENSIVA	12.145.125,74	12.912.379,47	-5,94%	5,24%	(767.253,73)
LOCAÇÃO DE IMOVEIS	9.181.072,87	8.753.614,42	4,88%	3,96%	427.458,45
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	9.162.503,05	7.303.232,13	25,46%	3,96%	1.859.270,92
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	8.875.251,86	8.398.577,76	5,72%	3,83%	480.704,10
DARIAS NO PAIS	7.692.802,59	8.053.546,08	-4,48%	3,32%	(360.743,49)
MANUTENÇÃO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS – OUTROS SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA	7.146.606,85	6.466.031,49	10,53%	3,09%	680.575,36
AUXILIO-CRECHE CIVIL	7.015.757,21	1.944.757,09	260,75%	3,03%	5.071.000,12
SERVICOS DE ENERGIA ELÉTRICA	6.206.253,24	6.241.898,37	-0,57%	2,68%	(35.645,13)
SERVICOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	5.459.197,86	5.358.844,47	1,87%	2,36%	100.353,39
SERVICOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	5.131.010,56	4.933.123,83	4,01%	2,22%	197.886,73
INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - PESSOAL CIVIL	4.709.990,42	5.095.873,72	-7,57%	2,03%	(385.883,30)
ESTAGIÁRIOS	3.773.581,48	3.773.355,46	0,01%	1,63%	226,02
COMUNICAÇÃO DE DADOS	3.212.315,20	2.173.211,12	47,81%	1,39%	1.039.104,08
CONTROLE PREVIDENCIÁRIO-SERVICOS DE TERCEIROS	3.055.343,43	4.090.210,63	-25,30%	1,32%	(1.034.867,20)
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	1.419.275,68	1.318.349,34	7,66%	0,61%	100.926,34
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	1.266.966,43	1.021.402,17	24,04%	0,55%	245.564,26
MATERIAL PI MANUT. DE BENS IMOVEIS/INSTALAÇÕES	1.091.153,40	399.023,67	173,46%	0,47%	692.129,73
MANUTENÇÃO DE SOFTWARE	993.626,58	1.327.562,82	-25,15%	0,43%	(333.936,24)
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	957.103,01	492.817,63	94,21%	0,41%	464.285,38
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	865.076,34	907.949,35	-4,72%	0,37%	(42.873,01)
PASSAGENS PARA O PAIS	778.934,90	497.785,72	56,48%	0,34%	281.149,18
SERVICO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO – OUTROS SERV. TERC. PESSOA FÍSICA	733.717,76	825.805,92	-11,15%	0,32%	(92.088,16)
SERVICOS DE COZINHA E COZINHA	729.456,39	693.177,21	5,23%	0,31%	36.279,18
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.	699.503,32	589.466,54	18,88%	0,30%	111.036,78
SERVICO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO – OUTROS SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA	695.503,67	74.577,00	832,60%	0,30%	620.926,67
SERVICOS DE COPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	635.342,00	1.165.721,79	-45,50%	0,27%	(530.379,79)
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	589.976,04	609.188,86	-3,15%	0,25%	(19.212,82)
AJUDA DE CUSTO - PESSOAL CIVIL	562.035,73	781.419,32	-28,08%	0,24%	(219.383,59)
AUXILIO-TRANSPORTE ESTAGIÁRIOS	503.943,33	496.266,29	1,55%	0,22%	7.677,04
RESSARCIMENTO DE PASSAGENS E DESP.C/LOCOMOCAO	465.663,32	429.196,28	8,50%	0,20%	36.467,04
VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADORA/RASTREAMENTO	460.920,22	388.611,00	18,61%	0,20%	72.309,22
AUXILIO-TRANSPORTE CIVIS	417.933,06	387.696,85	7,80%	0,18%	30.236,21
FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	416.858,89	136.891,31	204,52%	0,18%	279.967,58
SERVICOS DE TELECOMUNICAÇÕES	381.963,72	718.105,47	-46,81%	0,16%	(336.141,75)
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	342.634,31	87.158,22	293,12%	0,15%	255.476,09
RESTITUIÇÕES	337.706,87	266.044,21	26,94%	0,15%	71.662,66
EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS	311.779,00	252.697,20	23,38%	0,13%	59.081,80
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	289.557,87	97.499,11	196,99%	0,13%	192.058,76
MATERIAL PI MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	277.411,52	270.353,18	2,61%	0,12%	7.058,34
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	271.565,61	228.290,51	18,96%	0,12%	43.275,10
GENEROS DE ALIMENTAÇÃO	235.921,60	139.616,00	68,98%	0,10%	96.305,60
TRIBUTOS A CONTA DO LOCATARIO OU CESSONARIO	218.821,79	214.635,17	1,95%	0,09%	4.186,62
TAXAS	212.306,09	198.236,75	7,10%	0,09%	14.069,34
ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADES	204.642,88	150.548,05	35,86%	0,09%	54.134,84
MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	187.729,10	1.846.327,74	-99,83%	0,08%	(1.658.598,64)
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	186.614,04	95.044,27	96,34%	0,08%	91.569,77
MANUT.CONSERV.EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	179.816,12	0,00	100,00%	0,08%	179.816,12
MATERIAL DE EXPEDIENTE	175.143,84	561.788,78	-68,82%	0,08%	(386.644,94)
AUXILIO-FUNERAL INATIVO CIVIL	164.775,40	138.525,67	18,95%	0,07%	26.249,73
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇÃO	162.472,64	326.860,88	-50,29%	0,07%	(164.388,24)
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	155.510,72	142.212,96	9,35%	0,07%	13.297,76
TRIBUTOS A CONTA DO LOCATARIO OU CESSONARIO	143.599,96	101.527,92	41,44%	0,06%	42.072,04
MANUTENÇÃO E CONSERV. DE VEÍCULOS	141.497,56	135.888,71	4,13%	0,06%	5.608,85
MATERIAL BIBLIOTECARIO	133.824,31	82.948,54	61,33%	0,06%	50.875,77
MATERIAL PARA DILIGENÇA	129.234,73	41.568,00	210,80%	0,06%	87.666,73
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	123.616,01	400.686,69	-69,15%	0,05%	(277.070,68)
SERV. DE APOIO ADMIN. TECNICO E OPERACIONAL	120.463,54	81.982,87	46,94%	0,05%	38.480,67
SEGUROS EM GERAL	117.938,68	212.366,53	-44,46%	0,05%	(94.427,85)
PEDAGOGOS	114.931,02	262.087,72	-56,15%	0,05%	(147.156,70)
CONDÔMINIOS	109.166,36	108.828,72	0,31%	0,05%	337,64
ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA OU JURÍDICA	98.100,00	29.900,33	228,09%	0,04%	68.199,67
CONDÔMINIOS	92.124,71	73.843,04	24,76%	0,04%	18.281,67
MATERIAL ODONTOLÓGICO	81.216,35	120.361,09	-32,52%	0,04%	(39.144,74)
MATERIAL PI MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS	79.545,15	23.705,61	222,96%	0,03%	55.839,54
MATERIAL DE COZINHA E COZINHA	68.401,26	96.346,85	-29,01%	0,03%	(27.945,59)
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	63.257,33	142.718,05	-55,68%	0,03%	(79.460,72)
SERV. DE APOIO ADMIN. TECNICO E OPERACIONAL	63.131,95	55.799,00	13,14%	0,03%	7.332,95
AUXILIO NATALIDADE ATIVO CIVIL	61.938,36	43.130,64	43,61%	0,03%	18.807,72
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	51.712,85	53.560,59	-3,45%	0,02%	(1.847,74)
SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	47.760,00	39.480,00	20,97%	0,02%	8.280,00
BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	46.967,16	105.860,90	-55,63%	0,02%	(58.893,74)
SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	46.908,41	87.070,79	-46,13%	0,02%	(40.162,38)
CONTRIBUIÇÃO PI CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	46.052,48	62.274,22	-26,05%	0,02%	(16.221,74)
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	37.728,21	69.116,97	-45,41%	0,02%	(31.388,76)
MATERIAL FARMACOLÓGICO	36.809,17	25.830,00	42,51%	0,02%	10.979,17
GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGRAFADOS	30.366,06	22.833,50	32,99%	0,01%	7.532,56
LOCAÇÃO BENS MOV. OUT.NATUREZAS E INTANGÍVEIS	30.283,20	22.715,70	33,23%	0,01%	7.567,50
MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	29.453,76	4.102,50	617,95%	0,01%	25.351,26
MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	27.948,20	39.499,94	-29,24%	0,01%	(11.551,74)
DARIAS - CIVIL	27.342,17	311.490,82	-91,22%	0,01%	(284.148,65)
SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	21.618,00	41.601,00	-48,03%	0,01%	(19.983,00)
MATERIAL HOSPITALAR	19.443,74	1.005,00	1.834,70%	0,01%	18.438,74
DARIAS NO EXTERIOR	13.645,16	0,00	100,00%	0,01%	13.645,16
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12.239,33	5.956,46	105,48%	0,01%	6.282,87
MULTAS INDEBITIVAS	11.739,46	10.560,07	11,17%	0,01%	1.179,39
MANUT. E CONS.DE B.MOV.BENS DE OUTRAS NATUREZAS	10.715,20	76.010,00	-85,90%	0,00%	(65.294,80)
MATERIAL PI FESTIVIDADES E HOMENAGENS	10.284,74	9.781,36	5,15%	0,00%	503,38
INDENIZAÇÕES	9.557,37	349.581,43	-97,27%	0,00%	(340.024,06)
MANUTENÇÃO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS – OUTROS SERV. TERC. PESSOA FÍSICA	9.195,00	22.665,31	-59,43%	0,00%	(13.470,31)
SERVICOS DOMESTICOS	8.874,07	2.110,07	320,56%	0,00%	6.764,00
PASSAGENS PARA O EXTERIOR	8.637,54	7.928,59	8,94%	0,00%	708,95
SERVICO DE INCINERAÇÃO,DESTRUIÇÃO E DEMOLIÇÃO	7.538,00	0,00	100,00%	0,00%	7.538,00
OUTROS BENEF.ASSISTIDO SERVIDOR E DO MILITAR	7.255,39	1.641,59	341,97%	0,00%	5.613,80
OBRAS COES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	5.421,59	716,20	656,99%	0,00%	4.705,39
SEGUROS EM GERAL	4.839,68	4.539,93	7,32%	0,00%	329,75
MATERIAL PI AUDIO, VIDEO E FOTO	4.116,00	890,00	362,47%	0,00%	3.226,00
JUIROS	3.742,64	5.118,62	-26,88%	0,00%	(1.375,98)
DARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	3.132,50	10.990,00	-71,50%	0,00%	(7.857,50)
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	3.000,00	6.236,85	-51,90%	0,00%	(3.236,85)
LOCAÇÃO DE SOFTWARES	3.000,00	0,00	100,00%	0,00%	3.000,00
SERVICOS DE GÁS	2.898,93	0,00	100,00%	0,00%	2.898,93
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	2.671,75	0,00	100,00%	0,00%	2.671,75
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	1.500,00	7.470,00	-79,92%	0,00%	(5.970,00)
CONFERÊNCIAS, EXPOSIÇÕES E ESPETÁCULOS	1.420,00	1.347,50	5,38%	0,00%	72,50
ENCARGOS FINANCEIROS INDEBITIVAS	1.082,34	3.298,80	-67,80%	0,00%	(2.236,46)
ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADES	1.044,00	1.044,00	0,00%	0,00%	0,00
FERRAMENTAS	429,50	1.434,32	-70,06%	0,00%	(1.004,82)
SERVICOS JUDICIÁRIOS	239,98	964,10	-75,11%	0,00%	(724,12)
SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	60,00	0,00	100,00%	0,00%	60,00
AUXILIO-FUNERAL ATIVO CIVIL	0,00	5.500,00	-100,00%	0,00%	(5.500,00)
MATERIAL PI UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	0,00	689,80	-100,00%	0,00%	(689,80)
MANUTENÇÃO E CONSERV. DE EQUIPAMENTOS	0,00	36,00	-100,00%	0,00%	(36,00)
SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	0,00	2.200,00	-100,00%	0,00%	(2.200,00)
COMISSÕES E CORRETAGENS	0,00	5,00	-100,00%	0,00%	(5,00)
LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	120,00	-100,00%	0,00%	(120,00)
	231.629.540,65	226.913.577,98	2,08%	100,00%	4.715.962,67

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Diante da análise combinada das maiores variações positivas, percentuais e monetárias, entre os exercícios 2017/2016 se destacam os seguintes aumentos relativos a liquidações de outras despesas correntes, destinadas à manutenção do órgão, quais sejam: aumento de 261% nos gastos com serviços de manutenção e conservação de bens imóveis (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica) e 173% na aquisição de materiais destinados à manutenção e conservação de bens imóveis/instalações; e 833% nos serviços contratados para seleção e treinamento (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica).

Quanto às maiores variações negativas entre os exercícios 2017/2016, percentuais e monetárias, destacam-se: redução de (26%) de gastos liquidados com perícias e (25%) com encargos sociais, ambos relacionados à justiça gratuita; (90%) a menos aplicados na aquisição de materiais de processamento de dados; (45%) de redução com serviços de cópias e reprodução de documentos; e (69%) a menos em materiais de expediente.

Embora elencados, no quadro antecedente, os valores relativos às variações das liquidações processadas de Outras Despesas Correntes em 2017, com orçamento do exercício, em ordem decrescente, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior, seguem evidenciados os dez de maior impacto:

QUADRO 152 – MAIORES DESPESAS LIQUIDADAS – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

DEZ MAIORES DESPESAS
OUTRAS DESPESAS CORRENTES – ORÇAMENTO 2017

NATUREZA DE DESPESA DETALHADA	TOTAL LIQUIDADADO	
	2017 (R\$)	Var% 2017/2016
AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	42.645.057,02	0,02%
RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	38.717.258,50	8,81%
SENTENCA JUDICIAL - AUXILIO MORADIA (ACORDAO TCU 1690),DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002).	21.529.310,91	1,23%
LOCACAO DE IMOVEIS	18.343.575,92	14,24%
PERICIAS TECNICAS JUSTICA GRATUITA	14.999.986,60	-25,80%
VIGILANCIA OSTENSIVA	12.145.125,74	-5,94%
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	8.879.281,86	5,72%
LIMPEZA E CONSERVACAO	8.035.436,90	-1,29%
DIARIAS NO PAIS	7.146.606,85	10,53%
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	7.024.952,21	257,06%

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 153 – DESPESAS LIQUIDADAS – INVESTIMENTOS

Em R\$

NATUREZA DESPESA DETALHADA	DESPESAS LIQUIDADAS		AH	AV	Variação Absoluta
	2017	2016			
MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	8.201.226,00	2.327.861,09	252,31%	42,69%	5.873.364,91
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	6.251.373,77	295.632,68	2.014,57%	32,54%	5.955.741,09
VEÍCULOS DE TRACAO MECANICA	2.381.968,00	0,00	100,00%	12,40%	2.381.968,00
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS	1.219.980,75	991.006,39	23,11%	6,35%	228.974,36
MOBILIARIO EM GERAL	885.751,21	2.532.645,97	-65,03%	4,61%	(1.646.894,76)
VEÍCULOS DIVERSOS	96.000,00	0,00	100,00%	0,50%	96.000,00
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	70.839,45	90.489,00	-21,71%	0,37%	(19.649,55)
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	44.230,00	1.145,00	3.762,88%	0,23%	43.085,00
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	29.093,14	6.738,92	331,72%	0,15%	22.354,22
APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.	11.705,00	1.044,00	1.021,17%	0,06%	10.661,00
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	9.089,00	0,00	100,00%	0,05%	9.089,00
MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	7.986,00	0,00	100,00%	0,04%	7.986,00
MELHORIA EQUIPAMENTO PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	3.890.464,68	-100,00%	0,00%	(3.890.464,68)
OBRAS EM ANDAMENTO	0,00	380.523,97	-100,00%	0,00%	(380.523,97)
PECAS NAO INCORPORAVES A IMOVEIS	0,00	49.260,00	-100,00%	0,00%	(49.260,00)
	19.209.242,32	10.566.811,70	81,79%	100,00%	8.642.430,62

Fonte: Tesouro Gerencial

Verifica-se, mediante análise vertical do quadro acima, que a soma das despesas liquidadas de cinco itens representam 99% do total liquidado no ano de 2017, quais sejam: R\$ 8,2 milhões em material de TIC; R\$ 6,3 milhões em aquisição de software; R\$ 2,4 milhões na aquisição de veículos para renovação da frota; R\$ 1,2 milhão em aparelhos e utensílios domésticos; e R\$ 886 mil na aquisição de mobiliário em geral.

Dessa maneira se destacam os investimentos direcionados para Tecnologia da Informação, em veículos para a renovação da frota, e aparelhos e utensílios domésticos para as diversas unidades sob a jurisdição do órgão.

Embora elencados, no quadro acima, os valores relativos às variações das despesas liquidadas de Investimentos em 2017, com orçamento do exercício, em ordem decrescente, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior, seguem evidenciados os dez de maior impacto:

QUADRO 154 – MAIORES DESPESAS LIQUIDADAS – INVESTIMENTOS

DEZ MAIORES DESPESAS
INVESTIMENTOS - ORÇAMENTO 2017

NATUREZA DE DESPESA DETALHADA	TOTAL LIQUIDADADO	
	2017 (R\$)	Var% 2017/2016
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	8.201.226,00	252,31%
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	6.251.373,77	2014,57%
VEÍCULOS DE TRACAO MECANICA	2.381.968,00	100,00%
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS	1.219.980,75	23,11%
MOBILIARIO EM GERAL	885.751,21	-65,03%
VEÍCULOS DIVERSOS	96.000,00	100,00%
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	70.839,45	-21,71%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	44.230,00	3762,88%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	29.093,14	331,72%
APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.	11.705,00	1021,17%

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

a.5) Inscrição em Restos a Pagar Não Processados

O valor da diferença entre o total empenhado e o montante liquidado no exercício de 2017, R\$ 60.608.058,17, foi inscrito em restos a pagar não processados ao final do exercício, conforme demonstrado no quadro a seguir, por grupo de natureza da despesa.

QUADRO 155 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2017 E CRÉDITOS ADICIONAIS)			Em R\$
Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	
15116	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$17.551.284,76
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$20.942.538,50
		INVESTIMENTOS	R\$19.436.337,04
TOTAL			R\$57.930.160,30

PROVISÕES RECEBIDAS			Em R\$
Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	
15101	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$422.119,11
15126	CONSELHO SUPERIOR DA JUSTICA DO TRABALHO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$1.668.306,67
		INVESTIMENTOS	R\$587.472,09
TOTAL			R\$2.677.897,87

TOTAL GERAL			R\$60.608.058,17
-------------	--	--	------------------

Fonte: Tesouro Gerencial

A porcentagem dos valores inscritos em restos a pagar não processados em relação à dotação, autorizada líquida do contingenciamento e da devolução das provisões recebidas não utilizadas, foi de:

- 3,58% do total consignado na LOA/2017;
- 15,59% do total descentralizado líquido a título de provisão.

Em relação ao orçamento total, o índice de inscrição em restos a pagar não processados ao final do exercício de 2017 foi de 3,66%, contra 1,84% apurado no ano de 2016.

Seguem destacados os valores mais relevantes, por origem de crédito e processo, a serem liquidados no exercício seguinte.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 156 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES MAIS RELEVANTES

ORÇAMENTO 2017 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Em R\$)
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2017 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

Processo	Objeto	Valor Inscrito em RPNP
FLS.001/17	FL extras AGN e férias, normal ref. Jan/17, extra de benefícios, ind.transporte, ajuda de custo, curso; extra de acertos Jan/17; auxilio funeral;	10.318.187,15
FLS.005/17	Folha Extra Rap não Processado e Exercícios Anteriores	8.688.320,46
CP0420/2017	Aquisição com instalação de estrutura metálica composta por estantes de aço, destinadas ao prédio do Arquivo, em Paulínia, conforme TR000519/2017, fls. 02/07, Planilhas Estimativas de fl. 81 e Informação de fls. 65/66 e 82.	5.291.454,92
CP0676/2017	Aquisição de monitores de vídeo para microcomputadores	2.814.865,56
CP0646/2017-A	CP0646/2017-A ARP 102/2017 Objeto: Servidores de Rede Fornecedor: HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA	2.781.091,93
CP0471/2017	Contratação de empresa especializada em engenharia de construção civil para execução das obras de construção de imóvel para a Vara do Trabalho de Itapetininga, situado na Rua Presidente Jânio da Silva Quadros esquina da Av. José de Almeida Carvalho, Jd.Ma	2.330.000,00
CP0310/2017-A	CP0310/2017-A- ARP: 058/2017- Objeto: Ar condicionado - Fornecedor: ARAUCÁRIA AR CONDICIONADO LTDA ME	1.943.991,47
CP0330/2015	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, nas dependências dos edifícios onde estão instaladas as Unidades deste E. Tribunal, em todas as Circunscrições, conforme Termo de Requisição nº 000440/2015 (fls. 02/12), planilhas	1.895.950,17
CP0697/2017-A	CP0697/2017-A ARP 105/2017 Objeto: Cabeamento Fibra Óptica - GPON Fornecedor: INFOCABLE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA LTDA	1.261.637,40
CP0212/2016	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, conforme TRs 0050/2016 e 0051/2016, fls. 02/17, alterado às fls. 21/38, Planilhas Estimativas de fls. 189/194 e Informação de fls. 170/173 e 195.	1.209.388,48
CP0236/2017-A28	CP0236/2017-A28- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial - FT Piracicaba - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	1.129.853,10
CP0310/2017-B	CP0310/2017-B- ARP: 059/2017- Objeto: Ar condicionado - Fornecedor: INTERCLIMA ANDRADINA AR CONDICIONADO LTDA EPP	1.089.446,16
CP0548/2017	Aquisição, Contratação de Garantia, Manutenção e Suporte de equipamentos tipo Switch.	971.032,50
CP0236/2017-A27	CP0236/2017-A27- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial - Ed-Sede Judicial - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	932.630,61
CP0580/2017-A	CP0580/2017-A- ARP: 099/2017- Objeto: Solução de Hardware e Software- Fornecedor: SF SOLUÇÕES, SERVIÇOS E COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	765.044,00
CP0364/2017	Registro de Preços para eventual prestação de serviços de mudança e transporte de material permanente, de informática e outros de grande porte, conforme TR000408/2017, fls. 02/12, complementado às fls. 14/18, Planilhas Estimativas de fls. 55/57 e Informaç	593.953,71
CP0176/2016	Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado, conforme TR0182/2016, fls. 02/07, complementado à fl. 89, Planilhas Estimativas de fls. 87/88 e Informação de fl. 90.	535.815,65
CP0236/2017-A25	CP0236/2017-A25- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial - Edifício-Sede Administrativo - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	511.667,61
CP0646/2017-B	CP0646/2017-B ARP 103/2017 Objeto: Servidores de Rede Fornecedor: GLOBAL DISTR. DE BENS DE CONSUMO LTDA	506.666,64
PA. 1044-63.2011	Serviços de digitalização de processos judiciais, em quantitativo anual estimado de 25.000.000 de páginas - TRT 15ª Região	469.506,82
CP0567/2014	Contratação de serviços terceirizados de motoristas (60 postos de motoristas e 02 postos de supervisores), conforme Termo de Requisição nº 000606/2014 às fls. 02/02-verso, projeto básico retificado às fls. 15/21-verso e complementado à fl. 232, minuta con	467.682,51
CP0503/2017	Recuperação e Tratamento, e Instalação de Pontos de Ancoragem nas Fachadas e do Edifício Sede Administrativo	467.490,75
CP0559/2017	Eventual aquisição de veículos destinados a compor a frota oficial deste Tribunal. TR0736/2017, fls. 02/08, complementado às fls. 09/13, Planilha Estimativa de fls. 29 e Informação de fls. 30.	444.392,00
CP0648/2017	Aquisição de peças para impressora, conforme TR0867/2017, fls. 02/47, complementado à fl. 49, Planilhas Estimativas de fls. 79/80 e Informação de fls. 81/83.	417.303,60
SPA. 070/17	CPFL - Energia elétrica	401.982,40
CP0558/2017	Aquisição de veículos destinados a compor a frota oficial deste Tribunal. TR0735/17, fls. 02/08, complementado com as informações às fls. 09, planilha às fls. 20 e informações fls. 21	400.264,00
CP0548/2017-B	CP0548/2017-B ARP 098/2017 Objeto: Aquisição de Switches de Distribuição Fornecedor: TECNOSET INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	384.403,00
CP0123/2014	Contrato com a ECT.	354.482,92
CP0236/2017-A39	Manutenções Cíveis - Almoarifado	331.605,80
CP0236/2017-A30	CP0236/2017-A30- ARP: 060/2017- Objeto: Manutenção Predial - FT São José do Rio Preto - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	291.744,83
CP0579/2017-A	CP0579/2017-A ARP: 088/2017- Objeto: Energia Elétrica Condicionada Fornecedor: ÁPICE SISTEMAS DE ENERGIA LTDA	232.133,32
CP0163/2017	Contratação de serviços especializados, para a instalação de um Gerador de 165 KVA, da marca Heimer, destinado à Sede Judicial, conforme TR01991/2017, fls. 02/23, complementado às fls. 26/34.	204.000,00
CP0536/2017	Contratação de empresa especializada para modernização e adequação das Instalações Elétricas da Cabine de Média Tensão do Fórum Trabalhista de Bauru, conforme TR0708/2017, fls. 02/52.	203.000,00
CP0546/2017-A	CP0546/2017-A- ARP: 104/2017- Objeto: Poltronas para auditório - Fornecedor: ALBERFLEX INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.	201.278,58

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 157 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – PROVISÕES RECEBIDAS – VALORES MAIS RELEVANTES

ORÇAMENTO 2017 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Em R\$)

PROVISÕES RECEBIDAS

Processo	Objeto	Valor Inscrito em RPNP
CP0508/2017	Substituição dos Pisos Elevados dos Fóruns Trabalhistas de Campinas e Bauru.	1.456.747,56
CP0411/2017	Contratação de serviços especializados, com recolhimento de ART, para retrofit com substituição do ar central, exceto os dutos de insuflamento, que permanecerá e passará por limpeza asséptica, instalados no pavimento térreo na sede Administrativa, com for	470.199,99
PA. 1324-34.2011	Serviços de telecomunicações de dados p/atendimento aos TRT 2ª e TRT 15ª Regiões / SIGI-JT (Sist.Integrado de Gestão de Informática da JT)	252.711,27
CP0412/2017	Contratação de empresa especializada para retirada e instalação de 252 esquadrias em alumínio na Sede Administrativa deste E. Tribunal, conforme TR000480/2017, fls. 02/06, complementado à fl. 21, Planilhas Estimativas de fls. 58/59 e Informação de fls. 60	139.896,12
CP0365/2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de climatização na Sede Administrativa deste E. Tribunal, para fornecimento e instalação de 140 (cento e quarenta) aparelhos condicionadores de ar tipo split inverter HI-WALL 18.000 BTU's, de	63.299,60
CP0236/2017-A9	CP0236/2017-A9- ARP: 061/2017- Objeto: Manutenção Predial - F.T. de Piracicaba - Fornecedor: TÉCNICA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI - EPP	53.662,99
CP0495/2017	Aquisição de Microcomputadores e Monitores.	49.980,00
CP0515/2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, programada, evolutiva e corretiva, com fornecimento integral de peças, dos subsistemas e da sala-cofre do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.	45.718,90
CP0587/2017	Solução de Segurança para estações de trabalho e servidores físicos, com proteção de e-mail, antim malware, firewall integrado e controle de web.	37.093,15
CP0577/2015	Fornecimento de solução de "Application Performance Management" - APM, incluindo instalação, configuração, treinamento e garantia de funcionamento por 36 meses.	34.879,35
CP0417/2016	Contratação de suporte técnico Oracle	25.609,44
CP0783/2015	Aquisição de servidor de aplicação JBOSS	23.979,14
CP0741/2017	Confecção das revistas "Jovens de Maria" e "Devotos Mirins".	16.800,00
CP0789/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento, suporte, atualização e manutenção da solução de filtragem para correio eletrônico do TRT da 15ª Região.	7.220,00
CP0375/2016	Contratação de empresa para serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais	100,36

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

a.6) Inscrição em Restos a Pagar Processados

Do total da despesa liquidada no exercício, R\$ 1.590.348.577,85, foi pago o montante de R\$ 1.590.219.441,80, o saldo de R\$ 129.136,05 restou pendente de pagamento, a ser quitado no exercício seguinte.

6.3.2.4.3 Execução de Restos a Pagar Não Processados

Valores Inscritos (LOA/2016) e Reinscritos de Exercícios Anteriores (LOA/2012, LOA/2013, LOA/2014 e LOA/2015)

O quadro a seguir apresenta a execução dos restos a pagar não processados no exercício de 2017, considerados os recursos da LOA e de créditos descentralizados, por categoria econômica e natureza de despesa.

Os valores relativos à execução de restos a pagar não processados no exercício de 2017 são: R\$ 32.952.637,27 inscritos e reinscritos ao final de 2016, R\$ 22.784.805,81 liquidados, R\$ 2.103.262,16 cancelados e R\$ 8.064.569,30 reinscritos no final de 2017.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Para a análise dos índices de execução foram destacados as porcentagens dos totais liquidados, cancelados e reinscritos em relação ao total da inscrição, por grupo de natureza da despesa.

QUADRO 158 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – DESPESAS DE PESSOAL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – EXERCÍCIO 2017
DESPESAS DE PESSOAL – Em R\$

ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição (a)	Liquidação (b)	% (b) / (a)	Cancelamento (c)	% (c) / (a)	Saldo para Reinscrição em 31/12/2017 (d)	% (d) / (a)
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	333.017,97	332.669,20	99,90%	348,77	0,10%	0,00	0,00%
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	12.439,39	12.439,39	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	1.000,00	875,71	87,57%	124,29	12,43%	0,00	0,00%
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	117.124,26	103.235,38	88,14%	13.711,70	11,71%	177,18	0,15%
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.722.286,23	1.684.070,96	97,78%	21.720,42	1,26%	16.494,85	0,96%
319096	RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	4.469.548,04	3.533.470,76	79,06%	0,00	0,00%	936.077,28	20,94%
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	771.285,32	17.128,36	2,22%	0,00	0,00%	754.156,96	97,78%
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	38.201,97	17.714,90	46,37%	20.487,07	53,63%	0,00	0,00%
	TOTAL	7.464.903,18	5.701.604,66	76,38%	56.392,25	0,76%	1.706.906,27	22,87%

Fonte: Tesouro Gerencial

O montante liquidado relativo a despesa de pessoal amparou pagamentos diversos, dentre eles: Parcela Autônoma de Equivalência Período 94-97, Parcela Autônoma de Equivalência Período 98-99, URV-11,98%, Reembolso para Prefeitura “Capão Bonito”, Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição, Abono 1/3 de Férias e CPSSS.

QUADRO 159 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – EXERCÍCIO 2017
OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Em R\$

ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição (a)	Liquidação (b)	% (b) / (a)	Cancelamento (c)	% (c) / (a)	Saldo para Reinscrição em 31/12/2017 (d)	% (d) / (a)
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	291.299,79	952,90	0,33%	290.346,89	99,67%	0,00	0,00%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	562.976,17	495.352,23	87,99%	5.611,76	1,00%	62.012,18	11,02%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	56.497,97	12.884,66	22,81%	43.613,31	77,19%	0,00	0,00%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	106.036,25	31.586,33	29,79%	5.411,18	5,10%	69.038,74	65,11%
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	3.217.691,89	2.940.266,29	91,38%	57.205,77	1,78%	220.219,83	6,84%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	9.745.147,10	5.680.692,87	58,29%	710.662,80	7,29%	3.353.791,43	34,41%
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	690.964,12	5.417,48	0,78%	0,00	0,00%	685.546,64	99,22%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	15.405,61	5.765,47	37,42%	0,00	0,00%	9.640,14	62,58%
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	50.211,39	986,07	1,96%	0,00	0,00%	49.225,32	98,04%
339059	PENSOES ESPECIAIS	542.102,24	0,00	0,00%	0,00	0,00%	542.102,24	100,00%
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	137.394,43	0,00	0,00%	0,00	0,00%	137.394,43	100,00%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.094.078,39	205.163,99	18,75%	51.158,75	4,68%	837.755,65	76,57%
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	19.529,21	8.291,01	42,45%	0,00	0,00%	11.238,20	57,55%
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	12.747,84	3.278,21	25,72%	0,00	0,00%	9.469,63	74,28%
	TOTAL	16.542.082,40	9.390.637,51	56,77%	1.164.010,46	7,04%	5.987.434,43	36,20%

Fonte: Tesouro Gerencial

Os objetos das despesas relativas a outras despesas correntes mais relevantes liquidadas no ano de 2017, destinadas à manutenção do órgão, a partir dos restos a pagar não processados inscritos no final de 2016 foram: serviços de telecomunicações de dados – SIGI-JT (Sistema Integrado de Gestão de Informática da JT); serviços de vigilância, limpeza e motoristas; manutenção civis nos prédios que abrigam as unidades sob a jurisdição do Órgão; prestação de serviços de logística de transporte de materiais permanentes, informática, elétrico, e mudanças; dentre outras despesas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 160 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – INVESTIMENTOS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – EXERCÍCIO 2017									
INVESTIMENTOS – Em R\$									
ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição (a)	Liquidação (b)	% (b) / (a)	Cancelamento (c)	% (c) / (a)	Saldo para Reinscrição em 31/12/2017 (d)	% (d) / (a)	
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	55.088,00	55.088,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
449051	OBRAS E INSTALACOES	4.734.888,48	3.675.055,66	77,62%	753.157,94	15,91%	306.674,88	6,48%	
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.155.675,21	3.962.419,98	95,35%	129.701,51	3,12%	63.553,72	1,53%	
TOTAL		8.945.651,69	7.692.563,64	85,99%	882.859,45	9,87%	370.228,60	4,14%	

Fonte: Tesouro Gerencial

Seguem descritos os objetos dos gastos de maior relevância, aplicados em investimentos e que foram amparados a partir da liquidação em 2017 de valores inscritos em restos a pagar não processados no final de 2016, quais sejam: aquisição de desktops com dois monitores; serviços de engenharia de construção civil para execução da continuação das obras de construção de imóvel para a Vara do Trabalho de Barretos; serviços de engenharia de construção civil para execução de obras de construção de imóvel para a Vara de Trabalho de Porto Ferreira; aquisição de equipamentos de TI – Solução SWITCH SAN (Storage Area Network) e Servidores de Rede Tipo Rack; aquisição de condicionadores de ar; execução de serviços de modernização tecnológica das instalações de transporte vertical (elevadores) do Edifício-Sede Judicial; aquisição de 22 (vinte e duas) Licenças do software Microsoft Office Professional; dentre outros.

QUADRO 161 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – TOTAL GERAL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – EXERCÍCIO 2017									
Em R\$									
ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição (a)	Liquidação (b)	% (b) / (a)	Cancelamento (c)	% (c) / (a)	Saldo para Reinscrição em 31/12/2017 (d)	% (d) / (a)	
TOTAL GERAL		32.952.637,27	22.784.805,81	69,14%	2.103.262,16	6,38%	8.064.569,30	24,47%	

Fonte: Tesouro Gerencial

O saldo para reinscrição de restos a pagar ao final de 2017 foi de 24,47%, e se apresentou superior ao do total reinscrito no final de 2016, que foi de 12,68% (R\$ 5.648.919,06 de saldo de um total de R\$ 44.554.173,98 inscritos/reinscritos).

Após a análise dos empenhos pelos respectivos gestores dos contratos de aquisições e de prestação de serviços, a manutenção dos saldos se deu pelos seguintes motivos: vigência do prazo de cumprimento da obrigação assumida pelo credor, ou, liquidação da despesa em curso, ou, ainda, pelo interesse da administração em exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor, conforme dispõe o art. 35 do Decreto 93.872/1986.

Insta esclarecer que, assim como a reinscrição do saldo de restos a pagar não processados, os cancelamentos dos Restos a Pagar foram procedidos com a devida autorização e de acordo com as diretrizes estipuladas pela Administração desta Corte, consoante solicitação e orientação contidas na Informação nº 22/2017 – SOF de 5 de junho de 2017, amparados pelo Decreto do Presidente da República nº 9.086 de 30 de junho de 2017.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

6.3.2.4.4 Execução de Restos a Pagar Processados

Do total de R\$ 438.744,65 inscrito em restos a pagar processados (R\$ 51.066,57 originários, conforme anexo II do Balanço Orçamentário, e R\$ 387.678,08 oriundos de provisões), restou pendente de pagamento o valor de R\$ 16.849,60, relativo a despesas de locação de mão de obra, serviços de copa e cozinha e de apoio administrativo, concernentes aos seguintes processos:

QUADRO 162 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – DEPÓSITOS RETIDOS

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
SOF / Coordenadoria de Contabilidade

CONTA 228810406 - DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES

R\$					
PROCESSO		DATA	DOC. SIAFI	SALDO	OBSERVAÇÃO
PA. 035-66.2011	ATTO RECURSOS HUMANOS LTDA	13/10/16	2016NL000121	8.210,47	Conforme Informações 587/16-ST-CCT e 588/16-ST-CCT, saldo remanescente deverá permanecer retido pelo prazo de 02 anos contados da data da rescisão deste contrato (31/01/16).
PA. 629-80.2011				6.308,04	
CP. 0274/2015-A	LOGOS ASSESSORIA E SERVICOS LTDA - ME	27/12/16	2016NL000184	2.331,09	Conforme Informação 756/2016-ST-CCT, saldo remanescente deverá permanecer retido pelo prazo de 02 anos contados da data da rescisão deste contrato (04/07/16).
				16.849,60	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



6.3.2.5 Notas Explicativas do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, considera os saldos provenientes de exercício anterior e evidencia os saldos financeiros que se transferem para o exercício seguinte.

a) NE 3 – Ingressos

O saldo do exercício anterior transportado para o ano de 2017 registrado na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento foi de R\$ 35,7 milhões, destinado a suportar o total de restos a pagar inscritos e reinscritos em 31 de dezembro de 2016.

As transferências financeiras resultantes da execução orçamentária recebidas no exercício financeiro de 2017 contabilizaram R\$ 1.632,2 milhões, para o atendimento da dotação consignada na Lei Orçamentária Anual, assim constituídas: R\$ 1.187,3 milhões mediante sub-repasses; e R\$ 444,9 milhões sem transferência de recursos, por emissão dos documentos de arrecadação de receitas federais, guia de previdência social e de recolhimento à União, com cota do orçamento do exercício.

Como ingressos independentes de execução orçamentária destaca-se o montante R\$ 2,1 milhões recebidos para amparar pagamentos de restos a pagar no ano de 2017.

Os recebimentos extraorçamentários contabilizam, além da receita líquida arrecadada pelo Regional, os totais dos recursos relativos ao orçamento de 2017 inscritos em restos a pagar processados e não processados a serem quitados no exercício seguinte, R\$ 146 mil (R\$ 129 mil, conforme Balanço Financeiro, mais R\$ 17 mil relativos à reinscrição de exercícios anteriores) e R\$ 60,6 milhões, respectivamente.

A exemplo do ocorrido no ano de 2016, a variação negativa verificada entre os saldos 2017/2016 relativos a restos a pagar processados, decorre, sobretudo, do esforço do Órgão para a efetivação dos pagamentos das despesas liquidadas dentro do próprio exercício, para enquadramento nas disposições contidas na Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, que trata do Novo Regime Fiscal.

A receita líquida arrecadada pelo Órgão no exercício financeiro de 2017 somou R\$ 87,7 milhões.

O quadro a seguir apresenta a composição desta arrecadação, por fonte de recurso, bem como o montante relativo à aplicação da DRU – Desvinculação das Receitas da União sobre a arrecadação de custas e emolumentos – Poder Judiciário.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 163 – ARRECAÇÃO POR FONTE DE RECURSO

Informações sobre a arrecadação da receita - UG ARRECADORA
UG Executora: 080011:TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO

Fonte Recursos Detalhada		Natureza Receita	Exercício 2017		
0100000000	RECURSOS ORDINARIOS	16100411	SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL	158.225,10	
		19100111	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	124.863,30	
		19100112	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-MUL.JUR	210,06	
		19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	685.206,47	
		19210111	INDENIZ.P/DANOS CAUSADOS AO PATR.PUB.-PRINC.	57.653,03	
		19219911	OUTRAS INDENIZACOES-PRINCIPAL	7.067,79	
		19219912	OUTRAS INDENIZACOES-MULTAS E JUROS	0,00	
		19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	46.369,41	
		19221211	RESTIT.DEP.DE SENTENÇAS JUD.Ñ SACADOS-PRINC.	62.324,70	
		19229911	OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL	418.270,53	
		19229912	OUTRAS RESTITUICOES-MULTAS E JUROS	4,85	
		19230211	RESSARCIMENTO DE CUSTOS-PRINCIPAL	33.974,60	
		19230212	RESSARCIMENTO DE CUSTOS-MULTAS E JUROS	351,56	
		19239911	OUTROS RESSARCIMENTOS-PRINCIPAL	17.985,24	
		19239912	OUTROS RESSARCIMENTOS-MULTAS E JUROS	3,03	
		Total			1.612.509,67
		0100980000	DESVINCULACAO DAS RECEITAS DA UNIAO-FONTE 100	11220111	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS-PRINCIPAL
11220211	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-PRINCIPAL			16.744.082,77	
71220111	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS-PRINCIPAL			0,00	
71220211	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-PRINCIPAL			16.395,96	
Total				16.760.478,73	
0117000000	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTARIAS MONTEPIO CIVIL	19900411	CONTRIBUICAO A O MONTEPIO CIVIL-PRINCIPAL	46.172,27	
		19900412	CONTRIBUICAO A O MONTEPIO CIVIL-MULTAS E JUROS	0,00	
		Total			46.172,27
0127000000	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	11220111	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS-PRINCIPAL	0,00	
		11220112	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS-MULT.E JUROS	0,00	
		11220211	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-PRINCIPAL	39.069.542,63	
		11220212	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-MULTAS E JUROS	9.358,69	
		71220111	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS-PRINCIPAL	0,00	
		71220112	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS-MULT.E JUROS	0,00	
		71220211	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-PRINCIPAL	38.257,89	
		71220212	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-MULTAS E JUROS	26,75	
Total			39.117.185,96		
0150151160	RECEITAS PROPRIAS DIRET. ARREC/TRT 15ªREGIAO	13100111	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	445.587,64	
		16100211	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL	0,00	
		19229911	OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL	33.903,72	
		19239911	OUTROS RESSARCIMENTOS-PRINCIPAL	293.857,68	
		Total			773.349,04
0181151160	RECEITAS DE CONVENIOS - TRT 15ª REGIAO	17100011	TRANSFER.DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES-PRINC.	29.371.807,72	
		Total			29.371.807,72
Total			87.681.503,39		

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela seguinte apresenta os valores arrecadados, de acordo com o contabilizado, por tipo de recolhimento, nos exercícios 2017/2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 164 – ARRECADAÇÃO POR TIPO DE RECEITA

ARRECADAÇÃO POR TIPO DE RECEITA
(Em R\$)

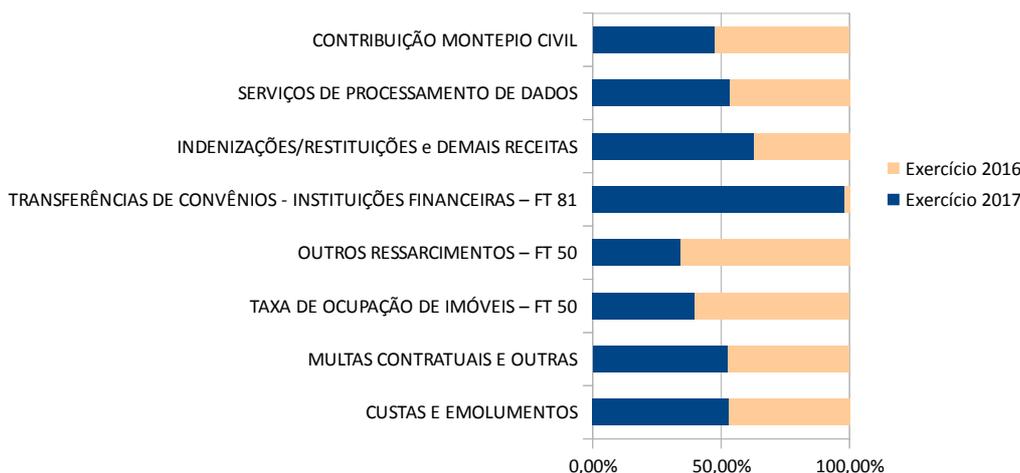
Tipo de Receita	Exercício 2017	Exercício 2016	EXERCÍCIO 2017 (AV)	Var% 2017/2016 (AH)
CUSTAS E EMOLUMENTOS	55.877.664,69	49.672.717,78	63,73%	12,49%
MULTAS CONTRATUAIS E OUTRAS	810.279,83	726.517,94	0,92%	11,53%
TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS – FT 50	445.587,64	670.729,66	0,51%	-33,57%
OUTROS RESSARCIMENTOS – FT 50	327.761,40	631.428,98	0,37%	-48,09%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – FT 81	29.371.807,72	607.236,52	33,50%	4736,96%
INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES e DEMAIS RECEITAS	644.004,74	381.793,22	0,73%	68,68%
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	158.225,10	138.344,59	0,18%	14,37%
CONTRIBUIÇÃO MONTEPIO CIVIL	46.172,27	50.694,45	0,05%	-8,92%
	87.681.503,39	52.879.463,14	100,00%	65,81%

Fonte Siaf i – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Segue gráfico comparativo em percentuais da receita líquida arrecadada em 2017/2016, e também as notas relativas à variação dos montantes arrecadados no ano de 2017 em relação ao exercício anterior.

GRÁFICO 8 – RECEITA LÍQUIDA ARRECADADA

Comparativo em percentuais da Receita Líquida Arrecadada
Exercícios 2017 e 2016



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

As receitas de custas/emolumentos e de convênios com instituições financeiras somadas, representam 97% da arrecadação total contabilizada para o Órgão.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Vale destacar a variação positiva verificada nas transferências de convênios, que decorreu do impacto da baixa arrecadação ocorrida em 2016, e da retomada da execução dos acordos de forma centralizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho no exercício de 2017.

Destaque, também, para o volume na arrecadação de custas e emolumentos no ano de 2017, superior em R\$ 6,2 milhões quando comparada com o exercício anterior.

Quanto às variações negativas nas arrecadações de receitas de fonte de recursos próprios, quais sejam, taxa de ocupação de imóveis e outros ressarcimentos, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho ambos de fonte – 150, estas foram motivadas sobretudo por parte dos termos celebrados junto aos Bancos terem seus prazos de vigência encerrados no ano de 2017 e submetidos aos trâmites para repactuação, enquanto aquele celebrado junto às Associações dos Advogados apresentar pagamento suspenso, com negociação em andamento entre a Presidência do TRT da 15ª Região e os representantes da Associação, conforme consta no Relatório – CCT de 03/07/2017, no Memorando nº 851/2017 – CCT e seus anexos (Protocolo Administrativo nº 6774/2017 – DG e despachos).

A receita total arrecadada por este Regional derivou, também, do recolhimento ao Tesouro Nacional de: taxa sobre consignação em folha de pagamento; multas previstas em contratos/outras; indenizações e restituições aos cofres públicos.

Registre-se que, não houve no exercício de 2017 geração de receita derivada de alienação de bens e direitos que integrem o patrimônio público, tendo em vista o que dispõe o art. 44, bem como o inciso VI, do art. 50, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vedam a aplicação de tais receitas para financiar Despesas Correntes.

b) NE 4 – Dispêndios

Os dispêndios relativos às despesas orçamentárias, valores empenhados no exercício, somaram R\$ 1.650.956.636,02 milhões, amparados em 83% com recursos ordinários do Tesouro Nacional, conforme apresentado no quadro a seguir.

O referido quadro aponta, ainda, um acréscimo de 11% no volume de empenhos no ano de 2017, em relação ao exercício anterior.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 165 – DISPÊNDIOS

DISPÊNDIOS
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS
(Em R\$)

FONTE DE RECURSOS	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação 2017-2016	Exercício 2017 (AV)	Var% 2017/2016 (AH)
00 RECURSOS ORDINARIOS	1.377.907.479,55	1.196.724.338,41	181.183.141,14	83,46%	15,14%
27 CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	15.947.090,95	16.881.678,00	-934.587,05	0,97%	-5,54%
50 RECEITAS PROPRIAS DIRET. ARREC/TRT 15ªREGIAO	1.062.396,19	825.342,00	237.054,19	0,06%	28,72%
51 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	0,00	3.081.234,49	-3.081.234,49	0,00%	-100,00%
56 CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	73.383.132,00	85.482.111,00	-12.098.979,00	4,44%	-14,15%
69 CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	146.766.265,00	136.517.889,00	10.248.376,00	8,89%	7,51%
81 RECURSOS DE CONVENIOS	35.746.872,33	47.786.573,44	-12.039.701,11	2,17%	-25,19%
88 REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOIRO NACIONAL	143.400,00	0,00	143.400,00	0,01%	100,00%
	1.650.956.636,02	1.487.299.166,34	163.657.469,68	100,00%	11,00%

Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Nas transferências financeiras concedidas independentes da execução orçamentária foram contabilizados: R\$ 59,3 milhões provenientes, sobretudo, das receitas arrecadadas e recolhidas ao tesouro nacional; e R\$ 991 mil relativos às devoluções de recursos financeiros em decorrência de cancelamento de restos a pagar.

Os dispêndios originários de despesas extraorçamentárias contemplam, predominantemente, os valores pagos no ano de 2017, total de R\$ 23,2 milhões, a título de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício anterior.

O saldo financeiro para o exercício seguinte está constituído sobretudo pelo montante contabilizado na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento no montante de R\$ 85,7 milhões.

6.3.2.6 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da Órgão por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação e têm natureza de informação de controle.

a) NE 5 – Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

O somatório de R\$ 89.937.146,79 dos recursos com livre movimentação, para aplicação nas operações da entidade, estão constituídos conforme destacado a seguir.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 166 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Exercício		2017	2016	AH	AV	Variação Absoluta R\$
Conta Contábil		Saldo R\$	Saldo R\$			
111111903	DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	130.273,84	128.644,19	1,27%	0,15%	1.629,65
111122001	LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	85.754.006,85	35.715.193,70	140,11%	99,85%	50.038.813,15
Total		85.884.280,69	35.843.837,89	139,61%	100,00%	50.040.442,80

Fonte: Tesouro Gerencial

O valor de R\$ 130.273,84 contabilizado a título de Demais Contas é oriunda do registro de Depósitos e Cauções Recebidos para garantia de contratos firmados com fornecedores. Tais depósitos foram atualizados em conformidade com a norma de encerramento do exercício e mediante comprovante disponibilizado pela Instituição Financeira.

O saldo constante da conta Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento, R\$ 85.754.006,85, destina-se a amparar as pendências de pagamento para 2018, inscritas como restos a pagar processados e não processados no final de 2017, segue quadro dos saldos por fonte de recursos.

QUADRO 167 – LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO POR FONTE DE RECURSOS

Conta Contábil	111122001		AH	AV	Variação Absoluta R\$	
	LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS					
	2017	2016				
Exercício	Saldo R\$	Saldo R\$				
Fonte Recursos	Saldo R\$	Saldo R\$				
00	RECURSOS ORDINARIOS	44.430.706,27	15.834.183,16	180,60%	51,81%	28.596.523,11
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	12.763.491,85	4.182.002,05	205,20%	14,88%	8.581.489,80
50	RECURSOS NAO-FINANCIEROS DIRETAM. ARRECADADOS	2.867.008,06	2.827.983,57	1,38%	3,34%	39.024,49
81	RECURSOS DE CONVENIOS	25.692.800,67	12.871.024,92	99,62%	29,96%	12.821.775,75
Total		85.754.006,85	35.715.193,70	140,11%	100,00%	50.038.813,15

Fonte: Tesouro Gerencial

Vale destacar o aumento da representatividade da Fonte 81 – Recursos de Convênios no financiamento dos gastos do Órgão.

Do saldo contabilizado na conta Limite de Saque, o montante de R\$ 16.985.691,81 se apresenta como disponível no exercício, ou seja, não comprometido com restos a pagar ou outras outras obrigações, passíveis de oferecimento para eventual solicitação de créditos em exercícios seguintes, assim constituído: Fonte 50 – Recursos Próprios – R\$ 2.493.371,32, e Fonte 81 – Recursos de Convênios – R\$ 14.492.320,49.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 168 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Exercício		2017	2016	AH	AV	Variação Absoluta R\$
Conta Contábil		Saldo R\$	Saldo R\$			
113110105	SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	8.258,33	39.096,45	-78,88%	1,30%	(30.838,12)
113410205	CRED A REC DE RESPONSÁVEIS POR DANO/PERDA		1.434.291,18	-100,00%	0,00%	(1.434.291,18)
113811300	CRED A REC POR CESSAO DE AREAS PUBLICAS	596.145,56		100,00%	93,50%	596.145,56
113811700	CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	33.185,96	36.998,55	-10,30%	5,20%	(3.812,59)
Total		637.589,85	1.510.386,18	-57,79%	100,00%	(872.796,33)

Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto ao grupo de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo vale destacar as seguintes variações:

- **Créditos a Receber de Responsáveis por Dano/Perda:** Baixa de valor tendo em vista registro da inscrição do débito na Dívida Ativa da União sob nº. 80.6.17.001207-72 (PA 12971.720017/2017-35), conforme consulta realizada junto ao site da PGFN e o contido no e-mail encaminhado pela área de Gestão de Pessoas em 20/09/2017. Manual SIAFI 021138 – Item 2.6.4 e Manual SIAFI 021112.

QUADRO 169 – CRÉDITOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria de Orçamento e Finanças

Créditos Encaminhados e Inscritos na Dívida Ativa

Posição: Novembro/2017

Exercício 2010

Processo Administrativo 0000215-19.2010.5.15.0895 PA

Acórdão nº 10634/2015 – TCU – 2ª Câmara

Data da Sessão: 17/11/2015 – Ordinária

DATA REGISTRO	DOCTO SIAFI	OBS	VALOR (R\$)
19/12/16	Docto Hábil: 2016PA000351 – 2016NS009416	Saldo até novembro/2016. Memorando CPAG/SPS nº 083/2016; Ofício CPAG/SPIP nº 931/2016; Controle de Remessa de Correspondência Registrado – AR nº 298/2016.	1.427.772,91
26/12/16	2016NS009880	Atualização Dez/2016	6.518,27
31/01/17	2017NS000807	Atualização Jan/2017	9.371,67
24/02/17	(*)2017NS001474	Estorno total – Jan/17	-9.371,67
24/02/17	2017NS001476	Acerto atualização Jan/17	7.797,91
24/02/17	2017NS001481	Atualização Fev/2017	8.051,38
31/03/17	2017NS002383	Atualização Mar/2017	6.867,59
30/04/17	2017NS003220	Estorno total – Mar/17	-6.867,59
30/04/17	2017NS003221	Acerto atualização Mar/17	6.560,72
30/04/17	2017NS003222	Atualização Abr/2017	7.114,44
31/05/17	2017NS004099	Atualização Mai/2017	4.991,48
30/06/17	2017NS004978	Atualização Jun/2017	6.796,10
31/07/17	2017NS005883	Atualização Jul/2017	2.823,27
31/08/17	2017NS006715	Atualização Ago/2017	5.684,65
Total			1.484.111,13
27/09/17	Docto Hábil: 2016PA000351 – 2017NS007284	Registro da Inscrição do débito na Dívida Ativa da União sob nº. 80.6.17.001207-72 (PA 12971.720017/2017-35), conforme consulta realizada junto ao site da PGFN e o contido no e-mail encaminhado pela área de Gestão de Pessoas em 20/09/2017. Manual SIAFI 021138 – Item 2.6.4 e Manual SIAFI 021112.	-1.484.111,13

Saldos das Contas Contábeis:

Contas Contábil: 731.13.00.00 – Dívida Ativa não Tributária	1.484.111,13
Contas Contábil: 831.21.03.00 – Dívida Ativa Não Tributária	0,00
Contas Contábil: 831.22.03.00 – Dívida Ativa Não Tributária Inscritos	1.484.111,13

Fonte: SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal. Manual SIAFI 021112.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- **Créditos a Receber por Cessão de Áreas Públicas:** Registro de valor originário dos contratos de cessão de uso de espaço físico, que constituem direito líquido e certo de fruição de benefício econômico para a unidade, de acordo com as orientações contidas na Mensagem 2017/1527836 de 30/11/2017 disponibilizada pela Setorial Contábil da Justiça do Trabalho.

QUADRO 170 – CRÉDITOS POR CESSÃO DE ÁREAS PÚBLICAS – ATIVO CIRCULANTE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
SOF / Coordenadoria de Contabilidade

DIREITOS COM CESSÕES DE USO ONEROSAS DE ESPAÇOS FÍSICOS
Contas Contábeis 113811300 (Ativo Circulante)

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Processo Administrativo - PA 0000239-76.2012.5.15.0895 (Termos de Cessão de Uso nº 02/2017 e nº 03/2017)

Cessão Onerosa	Vigência	débitos	créditos	saldo credor *
Ativo Circulante	01/07/2017 a 31/12/2017	118.135,17	210.237,65	92.102,48
	01/01/2018 a 31/12/2018		416.996,52	416.996,52
			Curto prazo	509.099,00

Rateio de Despesas	Vigência	débitos	créditos	saldo credor *
Ativo Circulante	01/01/2018 a 31/12/2018		66.927,72	66.927,72
				Curto prazo

Ativo Circulante	576.026,72
------------------	------------

* Saldos a receber com direitos de Cessões de Uso Onerosas e de Rateio de Despesas, conforme Memorando nº 1001/2017 - CCT, de 20/12/2017, da Coordenadoria de Contratos.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS - AMATRA

Processo Administrativo - CP 360/2013

Rateio de Despesas	Vigência	débitos	créditos	saldo credor *
Ativo Circulante	30/12/2013 a 29/12/2018		20.118,84	20.118,84

* Saldos a receber com direitos de Cessões de Uso Onerosas e de Rateio de Despesas, conforme Memorando nº 1001/2017 - CCT, de 20/12/2017, da Coordenadoria de Contratos.

Observação: Os valores constantes nas planilhas tratam de direitos escriturados no Ativo em atendimento à Mensagem SIAFI 2017/1527836, de 30/11/2017, da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho, que trata da "rotina de contabilização de cessão de bens imóveis".

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 171 – ESTOQUES

Exercício	2017	2016	AH	AV	Variação Absoluta R\$
Conta Contábil	Saldo R\$	Saldo R\$			
115610100 MATERIAIS DE CONSUMO	3.283.309,76	4.486.341,34	-26,82%	100,00%	(1.203.031,58)
Total	3.283.309,76	4.486.341,34	-26,82%	100,00%	(1.203.031,58)

Fonte: Tesouro Gerencial

A conta Estoques soma R\$ 3.283.309,76 milhões em itens de material de consumo no almoxarifado, e a variação negativa do saldo em relação ao ano anterior decorreu de o volume do consumo ter sido maior que a liquidação de despesas desse tipo de bens no ano de 2017.

O quadro a seguir apresenta a composição do estoque, e o gráfico destaca a relevância entre os itens, bem como a comparação com o saldo no ano anterior.

QUADRO 172 – COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE

CONTA: ESTOQUES – ALMOXARIFADO
Em R\$

cod	MATERIAL DE CONSUMO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação 2017-2016	Exercício 2017 (AV)	Var% 2017/2016 (AH)
16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.037.673,52	1.250.262,57	(212.589,05)	31,60%	-17,00%
17	MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	1.626.084,11	2.587.499,42	(961.415,31)	49,53%	-37,16%
19	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	90.470,71	127.121,25	(36.650,54)	2,76%	-28,83%
21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	32.913,36	45.558,30	(12.644,94)	1,00%	-27,76%
22	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	275.357,39	292.446,59	(17.089,20)	8,39%	-5,84%
23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	33.177,10	36.147,07	(2.969,97)	1,01%	-8,22%
24	MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	12.312,12	0,00	12.312,12	0,37%	100,00%
25	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	22.261,30	22.302,56	(41,26)	0,68%	-0,19%
28	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	4.766,29	6.206,98	(1.440,69)	0,15%	-23,21%
29	MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	854,50	907,51	(53,01)	0,03%	-5,84%
30	MATERIAL PARA COMUNICACOES	17.384,64	507,39	16.877,25	0,53%	3326,29%
46	MATERIAL BIBLIOGRAFICO	37.712,43	270,07	37.442,36	1,15%	13863,95%
50	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	92.342,29	117.111,63	(24.769,34)	2,81%	-21,15%
		3.283.309,76	4.486.341,34	(1.203.031,58)	100,00%	-26,82%

Fonte: Siaf i – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

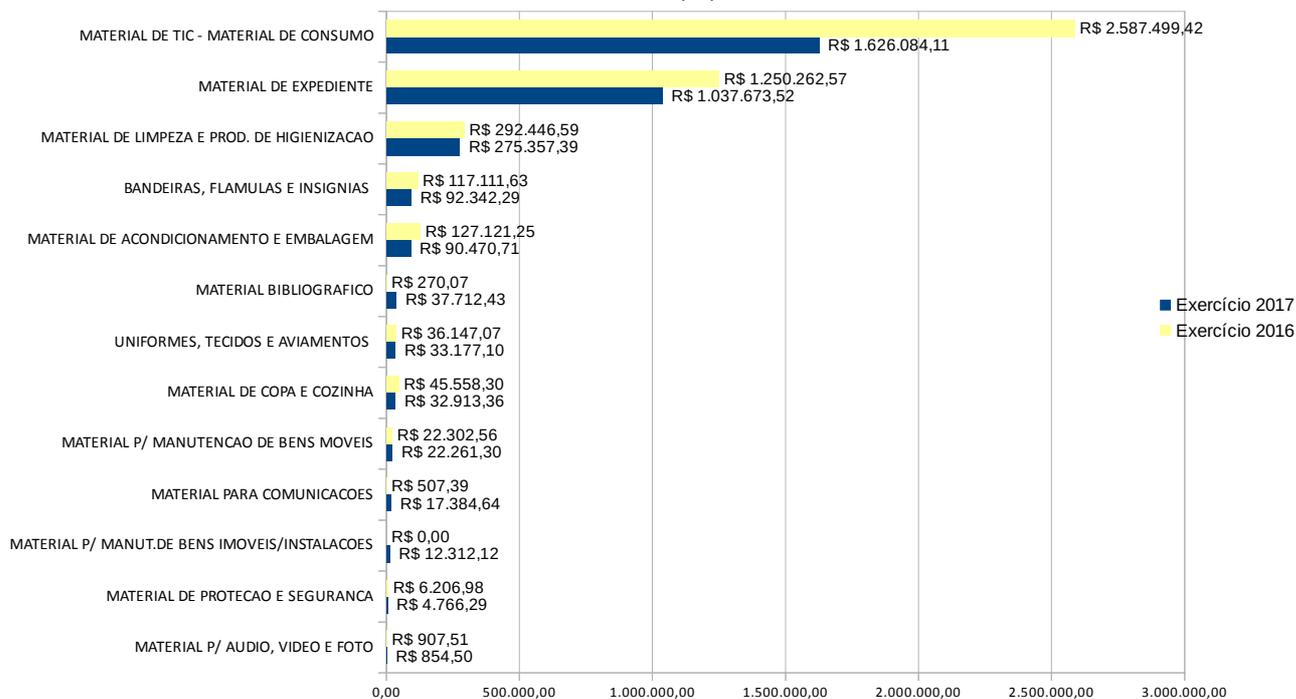


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 9 – ESTOQUES

Conta: ESTOQUES

Almoxarifado (R\$)



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

QUADRO 173 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPDS) PAGAS ANTECIPADAMENTE

Exercício		2017	2016	AH	AV	Variação Absoluta R\$
Conta Contábil		Saldo R\$	Saldo R\$			
119110000	PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR - CONSOLIDACAO	36.404,13	58.123,60	-37,37%	27,59%	(21.719,47)
119310000	ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOL	95.388,36	68.497,68	39,26%	72,28%	26.890,68
119320000	ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - INTRA	174,00	174,00	0,00%	0,13%	0,00
Total		131.966,49	126.795,28	4,08%	100,00%	5.171,21

Fonte: Tesouro Gerencial

Seguem destacados os valores contabilizados a título de despesas pagas antecipadamente, discriminados por processo e objeto da despesa.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 174 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

CONTA: 11911.00.00 - PREMIO DE SEGUROS A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO

Em R\$

PROCESSO	OBJETO	PERÍODO	SALDO
CP. 0557/2017	Seguro aos veículos que compõem a frota do TRT da 15ª Região	27/11/17-26/11/18	13.291,65
CP. 0037/2017	Contratação de seguro dos prédios deste TRT	19/03/17-19/03/18	23.112,48
Soma			36.404,13

Fonte Siaf i – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

CONTA: 11931.00.00 - ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO

Em R\$

PROCESSO	OBJETO	PERÍODO	SALDO
CP. 0467/2017	Assinatura da ferramenta eletrônica de pesquisa "Banco de Preços"	20/08/17-19/08/18	5.326,64
CP. 0047/2017	Acesso WEB a Banco de Imagens Eletrônicas para Ilustração Profissional	30/03/17 - 29/03/18	1.160,73
CP. 0060/2017	Revistas: dos Tribunais, de Direito constitucional e Internacional, de Processo, de Direito do Consumidor, de Direito Privado, de Direito do Trabalho	FEV/17 - JAN/18	887,88
CP. 0455/2017	Revista dos Tribunais Online	SET/17-AGO/18	49.360,67
CP. 0496/2017	Revista "Construção Mercado/Guia de Construção" Revista Técnica	ago/17-jul/18 out/17-set/18	448,00 297,00
CP. 0730/2017	LTR Digital	DEZ/17-NOV/18	32.633,33
CP. 0096/2017	Assinatura anual eletrônica de acesso à banco de dados online de veículos e profissionais que atuam no mercado de imprensa	25/02/17-25/02/18	1.300,00
CP. 0240/2017	Web Regime de Pessoal	01/05/17-30/04/18	832,00
CP. 0586/2016	Orientação por escrito e Licitações e Contratos, WEB Licitações e Contratos, Leianotada.com - Contratação Pública e Revista Zênite - Informativo de Licitações e Contratos - ILC	JAN/17 - DEZ/17	1.047,36
CP. 0079/2017	Orientação por escrito e Licitações e Contratos, WEB Licitações e Contratos, Leianotada.com - Contratação Pública e Revista Zênite - Informativo de Licitações e Contratos - ILC	MAR/17 - FEV/18	2.094,75
Soma			95.388,36

CONTA: 11932.00.00 - ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - INTRA

Em R\$

PROCESSO	OBJETO	PERÍODO	SALDO
CP. 0115/2017	Diário Oficial da União - Versão Eletrônica	10/03/17-09/03/18	174,00

Fonte Siaf i – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b) NE 6 – Ativo Não Circulante

Compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis, e soma R\$ 570.449.839,82 milhões em ativos contabilizados para o Órgão, constituído por créditos, imobilizado e intangível, conforme segue discriminado.

QUADRO 175 – ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO

Exercício		2017	2016			
Conta Contábil		Saldo R\$	Saldo R\$	AH	AV	Variação Absoluta R\$
121219803	CRED POR CONCESSAO DIREIT USO/EXPLORACAO BENS	1.693.734,84		100,00%	54,98%	1.693.734,84
121219826	ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS - FUNPRES	1.386.731,84	1.348.910,35	2,80%	45,02%	37.821,49
Total		3.080.466,68	1.348.910,35	128,37%	100,00%	1.731.556,33

Fonte: Tesouro Gerencial

O montante contabilizado a título de Créditos por Concessão de Direito de Uso/Exploração de Bens decorre de registro de valor originário dos contratos de cessão de uso de espaço físico, que constituem direito líquido e certo de fruição de benefício econômico para a unidade, de acordo com as orientações contidas na Mensagem 2017/1527836 de 30/11/2017, disponibilizada pela Setorial Contábil da Justiça do Trabalho, segue quadro com o demonstrativo do crédito.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 176 – CRÉDITOS POR CESSÃO DE ÁREAS PÚBLICAS – ATIVO NÃO CIRCULANTE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
SOF / Coordenadoria de Contabilidade

DIREITOS COM CESSÕES DE USO ONEROSAS DE ESPAÇOS FÍSICOS
Conta Contábil: 121219803 (Ativo não Circulante)

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Processo Administrativo - PA 0000239-76.2012.5.15.0895 (Termos de Cessão de Uso nº 02/2017 e nº 03/2017)

Cessão Onerosa	Vigência	débitos	créditos	saldo credor *
Ativo não Circulante	01/01/2019 a 30/06/2022		1.459.487,82	1.459.487,82
			Longo prazo	1.459.487,82

Rateio de Despesas	Vigência	débitos	créditos	saldo credor *
Ativo não Circulante	01/01/2019 a 30/06/2022		234.247,02	234.247,02
			Longo prazo	234.247,02

Ativo não Circulante	1.693.734,84
TOTAL GERAL CEF	1.693.734,84

* Saldos a receber com direitos de Cessões de Uso Onerosas e de Rateio de Despesas, conforme Memorando nº 1001/2017 - CCT, de 20/12/2017, da Coordenadoria de Contratos.

Observação: Os valores constantes nas planilhas tratam de direitos escriturados no Ativo (Não Circulante) em atendimento à Mensagem SIAFI 2017/1527836, de 30/11/2017, da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho, que trata da "rotina de contabilização de cessão de bens imóveis".

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O montante de R\$ 1.386.731,84 contabilizado como ativo realizável a longo prazo, na conta Adiantamento de Contribuições Futuras – FUNPRESP, refere-se à parcela que cabe a este Regional do aporte, atualizado monetariamente, concedido pelo Tribunal Superior do Trabalho à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-JUD a título de adiantamento de contribuições futuras, conforme quadro que segue.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 177 – ADIANTAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES FUTURAS



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria de Orçamento e Finanças

Conta Contábil: 12.121.98.26 - ADIANTAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES FUTURAS

CNPJ: 18.465.825.0001-47 – Fundação de Previdência do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP – JUD

APORTE INICIAL E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

-Aporte concedido pelo TST ao FUNPRESP-JUD a título de adiantamento de contribuições futuras-

(Lei nº 12.618/2012, art. 25)

Ano Referência	Aporte Inicial (R\$)	Período / Mês de Referência	Índice IPCA	Valor Correção (R\$)	Valor Corrigido (R\$)	Documento Contabilização	Data Registro
2013	1.065.288,13	-	-	-	1.065.288,13	2015NL000113	11/09/15
2014		Nov/2013 a Dez/2014	0,0796645	84.865,65	1.150.153,78	2015NL000113	11/09/15
2015		Jan a Abr/2015	0,0456498	52.504,29	1.202.658,07	2015NL000114	11/09/15
2015		Mai/2015	0,7400000	8.899,67	1.211.557,74	2015NL000114	11/09/15
2015		Junho/2015	0,7900000	9.571,30	1.221.129,04	2015NL000114	11/09/15
2015		Julho/2015	0,6200000	7.571,00	1.228.700,04	2015NL000115	11/09/15
2015		Agosto/2015	0,2200000	2.703,14	1.231.403,18	2015NL000116	14/09/15
2015		Setembro/2015	0,5400000	6.649,58	1.238.052,76	2015NL000168	30/09/15
2015		Outubro/2015	0,8200000	10.152,03	1.248.204,79	2015NL000177	30/10/15
2015		Novembro/2015	1,0100000	12.606,87	1.260.811,66	2015NL000268	09/12/15
2015		Dezembro/2015	0,9600000	12.103,79	1.272.915,45	2016NL000001	14/01/16
2016		Janeiro/2016	1,2700000	16.166,03	1.289.081,48	2016NL000026	29/02/16
2016		Fevereiro/2016	0,9000000	11.601,73	1.300.683,21	2016NL000036	29/03/16
2016		Março/2016	0,4300000	5.592,94	1.306.276,15	2016NL000052	25/04/16
2016		Abril/2016	0,6100000	7.968,28	1.314.244,43	2016NL000067	24/05/16
2016		Mai/2016	0,7800000	10.251,11	1.324.495,54	2016NL000071	21/06/16
2016		Junho/2016	0,3500000	4.635,73	1.329.131,27	2016NL000088	25/07/16
2016		Julho/2016	0,5200000	6.911,48	1.336.042,75	2016NL000097	25/08/16
2016		Agosto/2016	0,4400000	5.878,59	1.341.921,34	2016NL000110	21/09/16
2016		Setembro/2016	0,0800000	1.073,54	1.342.994,88	2016NL000123	24/10/16
2016		Outubro/2016	0,2600000	3.491,79	1.346.486,67	2016NL000141	17/11/16
2016		Novembro/2016	0,1800000	2.423,68	1.348.910,35	2016NL000165	19/12/16
2016		Dezembro/2016	0,3000000	4.046,73	1.352.957,08	2017NL000008	19/01/17
2017		Janeiro/2017	0,3800000	5.141,24	1.358.098,32	2017NL000023	10/02/17
2017		Fevereiro/2017	0,3300000	4.481,72	1.362.580,04	2017NL000039	13/03/17
2017		Março/2017	0,2500000	3.406,45	1.365.986,49	2017NL000048	11/04/17
2017		Abril/2017	0,1400000	1.912,38	1.367.898,87	2017NL000055	10/05/17
2017		Mai/2017	0,3100000	4.240,49	1.372.139,36	2017NL000063	12/06/17
2017		Junho/2017	-0,2300000	-3.155,92	1.368.983,44	2017NS005072	11/07/17
2017		Julho/2017	0,2400000	3.285,56	1.372.269,00	2017NL000086	14/08/17
2017		Agosto/2017	0,1900000	2.607,31	1.374.876,31	2017NL000092	12/09/17
2017		Setembro/2017	0,1600000	2.199,80	1.377.076,11	2017NL000093	10/10/17
2017		Outubro/2017	0,4200000	5.783,72	1.382.859,83	2017NL000141	16/11/17
2017		Novembro/2017	0,2800000	3.872,01	1.386.731,84	2017NL000147	13/12/17

Fontes:

Protocolo de Compromisso, de 18 de junho de 2015, que a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD) apresenta ao Supremo Tribunal Federal (STF) para formalizar o critério de atualização, o prazo e a natureza da compensação do aporte inicial realizado a título de Contribuições Futuras, nos termos do art. 25 da Lei 12.618, de 30 de abril de 2012.

Ofício Circular CSJT/GP.SG.CFIN nº 21/2015, de 31 de agosto de 2015. A Presidência do CSJT comunica o valor, atualizado monetariamente até o mês de abril de 2015, distribuído a esta Corte referente ao aporte inicial efetivado pelo Tribunal Superior do Trabalho em 2013, a título de adiantamento de contribuições futuras para a FUNPRESP-JUD, bem como, determina que o montante deverá ser registrado e atualizado pela área contábil, conforme orientações técnicas contidas na Mensagem CFIN/CSJT nº 040/2015, de 04 de setembro de 2015.

Mensagem CFIN/CSJT nº 040/2015, de 04 de setembro de 2015, que orienta os Tribunais Regionais do Trabalho quanto a contabilização do adiantamento de contribuições futuras para a FUNPRESP-JUD. Planilha Anexa à Mensagem com os valores corrigidos monetariamente até o mês de Junho/2015.

Valor do IPCA: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/inpc_201711_1.shtm

Consulta realizada em 13/12/2017 às 16:20.

1) Valor principal, R\$1.065.288,13: contabilizado nas contas 12121.98.26 - Adiantamento de Contribuições Futuras - FUNPRESP e 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores (Evento 58.0.070).

2) Valor da correção até 2014, R\$84.865,65: contabilizado nas contas 12121.98.26 - Adiantamento de Contribuições Futuras - FUNPRESP e 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores (Evento 58.0.070).

3) Valor da correção do exercício corrente: contabilizado nas contas 12121.98.26 - Adiantamento de Contribuições Futuras - FUNPRESP e 44391.01.00 - Outras Variações Monetárias (Evento 54.0.020).

4) O "Valor Correção" relativo a junho/2015 foi arredondado para R\$ 9.571,30 (subtraído 0,01), para que o valor total contabilizado coincida com o valor transferido pelo TST, corrigido até junho/2015, informado na planilha anexa à Mensagem CFIN/CSJT nº 040/2015, de 04 de setembro de 2015 do CSJT.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b.1) Imobilizado – Bens Móveis

O grupo Bens Móveis representa 10% do total do Ativo não Circulante do Órgão.

QUADRO 178 – BENS MÓVEIS

Métrica	Saldo R\$		AH	AV	Variação Absoluta R\$
	2017	2016			
Conta Contábil					
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	4.619.326,72	4.608.320,46	0,24%	7,76%	11.006,26
Bens de Informática	54.687.518,94	48.820.533,36	12,02%	91,92%	5.866.985,58
Móveis e Utensílios	32.763.309,33	29.411.732,59	11,40%	55,07%	3.351.576,74
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.789.074,94	1.671.528,32	7,03%	3,01%	117.546,62
Veículos	7.771.696,97	5.293.976,43	46,80%	13,06%	2.477.720,54
Bens Móveis em Almoarifado	10.291.638,26	6.912.361,81	48,89%	17,30%	3.379.276,45
Demais Bens Móveis	378.939,94	365.558,90	3,66%	0,64%	13.381,04
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	(52.804.235,82)	(42.808.689,92)	23,35%	-88,75%	(9.995.545,90)
Total	59.497.269,28	54.275.321,95	9,62%	100,00%	5.221.947,33

Fonte: Tesouro Gerencial

Vale destacar, após análise vertical da conta, a relevância do valor de Bens de Informática contabilizado, o qual corresponde a 92% do valor total de bens móveis do TRT da 15ª Região.

Segue quadro demonstrativo do valor bruto, da depreciação e do valor líquido, por grupo de bens móveis, estocados e distribuídos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 179 – BENS MÓVEIS E DEPRECIÇÃO

Exercício 2017

CONTA: BENS MÓVEIS e DEPRECIÇÃO

Em R\$

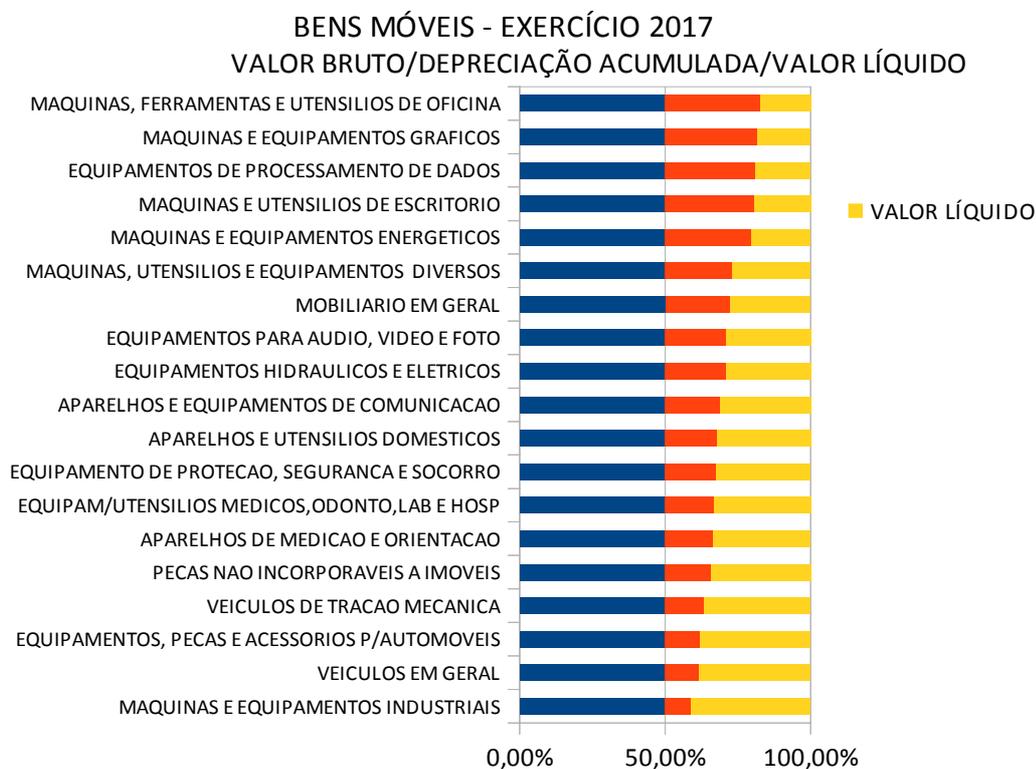
CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR BRUTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	116.215,11	38.761,80	77.453,31
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	922.965,26	348.850,09	574.115,17
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	197.172,89	66.227,20	130.945,69
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	2.343.668,89	831.031,64	1.512.637,25
123110106	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	6.738,88	1.213,44	5.525,44
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	726.208,31	432.566,65	293.641,66
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	1.637,83	1.039,82	598,01
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	5.770,85	3.767,82	2.003,03
123110112	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	29.038,52	6.996,68	22.041,84
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	35.902,70	15.012,04	20.890,66
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	234.007,48	108.287,72	125.719,76
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	54.687.518,94	34.154.240,11	20.533.278,83
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	9.073.220,71	3.231.889,61	5.841.331,10
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	497.877,29	304.720,29	193.157,00
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	23.192.211,33	10.410.197,10	12.782.014,23
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	1.750.678,83	732.904,49	1.017.774,34
123110406	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	38.396,11	0,00	38.396,11
123110501	VEICULOS EM GERAL	203.485,73	48.302,92	155.182,81
123110503	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	7.568.211,24	2.041.824,34	5.526.386,90
123110801	ESTOQUE INTERNO	10.291.638,26	0,00	10.291.638,26
123119901	BENS MOVEIS A ALIENAR	0,00	0,00	0,00
123119907	BENS NÃO LOCALIZADOS	0,00	0,00	0,00
123119909	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	83.974,48	26.402,06	57.572,42
123119910	MATERIAL DE USO DURADOURO	294.965,46		294.965,46
		112.301.505,10	52.804.235,82	59.497.269,28

Fonte Siaf i – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

O gráfico a seguir apresenta em ordem decrescente os grupos de bens móveis com maior depreciação acumulada em relação ao valor bruto, contribuindo assim para análise gerencial de futuros investimentos.



GRÁFICO 10 – BENS MÓVEIS



b.2) Imobilizado – Bens Imóveis

O grupo de conta contábil Bens Imóveis representa 89% do total do Ativo não Circulante do Órgão. Ele compreende o registro de edifícios e terrenos, destinados ao serviço do Órgão, bem como valores contabilizados de obras em andamento e instalações, considerados os gastos com estudos e projetos das obras.

QUADRO 180 – BENS IMÓVEIS

Exercício Item	2017	2016	AH	AV	Variação Absoluta R\$
	Saldo R\$	Saldo R\$			
Bens de Uso Especial	504.153.483,47	448.394.324,95	12,44%	100,77%	55.759.158,52
Bens Imóveis em Andamento	426.113,36	3.847.523,66	-88,92%	0,09%	(3.421.410,30)
Instalações		2.639.415,18	-100,00%	0,00%	(2.639.415,18)
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(4.273.400,23)	(912.880,49)	368,12%	-0,85%	(3.360.519,74)
Total	500.306.196,60	453.968.383,30	10,21%	100,00%	46.337.813,30

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A variação negativa verificada em relação a Bens Imóveis em Andamento e Instalações, na comparação dos anos 2017/2016, decorreu da baixa dos valores contabilizados em decorrência do término das obras de construção e dos serviços de execução da modernização das instalações, quais sejam:

- Construção da VT de Barretos, R\$ 3.827.956,30;
- Construção da VT de Porto Ferreira, R\$ 3.216.434,66.
- Modernização Tecnológica das Instalações de Elevadores – Ed. Sede Judicial, R\$ 2.691.490,18.

Seguem quadros com a composição do grupo Bens Móveis, contendo os valores brutos registrados, posição em 31 de dezembro de 2017, por conta e localidade, bem como as reavaliações, inclusões por doação e término de obras, e baixa por transferência pela Secretaria de Patrimônio da União.

QUADRO 181 – BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET

Exercício		2017	2016	AH	AV	Varição Absoluta R\$
Conta Contábil		Saldo R\$	Saldo R\$			
123210102	EDIFÍCIOS	483.123.917,45	429.197.790,64	12,56%	95,83%	53.926.126,81
123210103	TERRENOS/GLEBAS	21.029.566,02	19.196.534,31	9,55%	4,17%	1.833.031,71
Total		504.153.483,47	448.394.324,95	12,44%	100,00%	55.759.158,52

Fonte: Tesouro Gerencial

QUADRO 182 – BENS DE USO ESPECIAL – EDIFÍCIOS

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET
12321.01.02 - EDIFÍCIOS

								Em R\$
Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Valor em 2016	Incorporações (Registros e Transferências)	Reavaliações (Atualização da Avaliação)	Transferências de Domínio (Baixa)	Mudanças de Classificação	Valor Atual
01	6219.00010.500-3	Bauri (cessão recíproca com município)	298.633,42		39.242,17			337.875,59
02	6209.00029.500-0	Barretos	0,00		3.827.956,30			3.917.374,00
03	6249.00016.500-8	Botucatu	1.466.913,32		175.961,97		89.417,70	1.642.875,29
04	6291.00073.500-0	Campinas (R.Barão de Jaguara,945)	3.527.650,78		463.553,78			3.991.204,56
05	6291.00284.500-7	Campinas (R.Conceição-Edifício Sede Administrativa)	83.045.765,27					83.045.765,27
06	6291.00288.500-9	Campinas (R.Barão de Jaguara- Camp Tower-Edifício Sede Judicial)	162.082.380,29		23.990.055,03			186.072.435,32
07	6291.01822.500-3	Campinas (FT Campinas)	99.489.612,69		13.073.512,14			112.563.124,83
08	6369.00011.500-1	Cruzeiro	2.593.333,20		340.779,02			2.934.112,22
09	6597.00002.500-0	Jales	777.261,72		93.235,58			870.497,30
10	6607.00002.500-1	Jauá	1.519.179,29					1.519.179,29
11	6637.00005.500-0	Lençóis Paulista (1ª VT)	2.467.485,39		295.984,50			2.763.469,89
12	6687.00002.500-0	Matão	848.319,79		101.759,26			950.079,05
13	6715.00013.500-9	Mogi Guaçu	4.293.359,63		564.172,36			4.857.531,99
14	6717.00002.500-5	Mogi Mirim	1.175.002,74		154.402,18			1.329.404,92
15	6875.00017.500-0	Piracicaba	4.254.306,40		559.040,53			4.813.346,93
16	6915.00013.500-1	Porto Ferreira	0,00		3.216.434,66			3.352.332,63
17	6929.00036.500-7	Presidente Prudente	9.474.161,91				135.897,97	9.474.161,91
18	6969.00011.500-0	Ribeirão Preto (Rua Vereador Manir Calil)	4.275.196,10		561.785,56			4.836.981,66
19	6969.00044.500-0	Ribeirão Preto (Sede FT)	11.887.251,69		1.562.053,82			13.449.305,51
20	6979.00009.500-6	Rio Claro (Av. Projetada, 289)	5.194.135,54		682.539,54			5.876.675,08
21	7083.00002.500-4	São João da Boa Vista	1.152.008,11		138.187,86			1.290.195,97
22	7097.00059.500-5	São José do Rio Preto	10.522.736,65		1.382.748,63			11.905.485,28
23	7099.00050.500-7	São José dos Campos	12.881.592,30		1.692.715,94			14.574.308,24
24	7145.00223.500-0	Sorocaba	5.315.524,23		698.490,71			6.014.014,94
25	7245.00003.500-0	Votuporanga (Rua Alagoas, 2915 - Chácara Aviação)	655.980,18		86.199,60			742.179,78
			429.197.790,64	0,00	53.700.811,14	0,00	225.315,67	483.123.917,45

Situação em 31 de dezembro de 2017.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 183 – BENS DE USO ESPECIAL – TERRENOS/GLEBAS

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet
12321.01.03 - TERRENOS / GLEBAS

Em R\$

Nr.	RIP (Ut lização)	Localização	Valor em 2016	Incorporações (Registros e Transferências)	Reavaliações (Atualização da Avaliação)	Transferências de Domínio (Baixa)	Mudanças de Classificação	Valor Atual
01	6165.00020.500-5	Araras	453.774,64		64.711,30			518.485,94
	6209.00029.500-0	Barretos	77.790,89		11.626,81		-89.417,70	0,00
02	6221.00005.500-8	Bebedouro	117.097,47		17.501,67			134.599,14
03	6229.00006.500-9	Birigui	77.342,34		11.559,77			88.902,11
04	6229.00014.500-2	Birigui	22.387,95		3.346,16			25.734,11
05	6291.02779.500-3	Campinas (Bairro Taquaral)	13.723.160,93					13.723.160,93
06	6305.00006.500-8	Capão Bonito	48.163,88		9.805,92			57.969,80
07	6323.00047.500-0	Catanduva	91.726,48		20.026,93			111.753,41
08	6411.00005.500-3	Fernandópolis	26.529,03		3.965,09			30.494,12
09	6425.00015.500-8	Franca (Av. Sete de Setembro)	900.589,22		134.604,23			1.035.193,45
10	6547.00007.500-1	Itapetinha	168.312,41		36.748,17			205.060,58
11	6555.00007.500-2	Itápolis	12.754,63		1.906,34			14.660,97
12	6583.00009.500-9	Ituverava	11.339,87		1.694,88			13.034,75
13	6587.00009.500-1	Jabotatã (Av. Nicolino Filardi)	141.136,57		30.814,78			171.951,35
14	6643.00026.500-9	Lins	66.544,26		9.945,86			76.490,12
15	6681.00026.500-1	Marília	153.770,36		22.982,89			176.753,25
16	6687.00007.500-7	Matão	52.400,00		9.799,48			62.199,48
	6915.00013.500-1	Porto Ferreira	118.227,42		17.670,55		-135.897,97	0,00
17	7079.00093.500-2	São Carlos	0,00	1.161.492,81				1.161.492,81
18	7095.00005.500-4	São José do Rio Pardo	32.482,49		4.854,91			37.337,40
19	7181.00006.500-6	Tatui	261.982,08		57.199,36			319.181,44
20	7183.00030.500-3	Taubaté	2.127.178,19		317.933,16			2.445.111,35
21	7245.00040.500-1	Votuporanga (Rua Luiza Passarim Maricato, s/n - Jd. Universitário)	511.843,20		108.156,31			619.999,51
			19.196.534,31	1.161.492,81	896.854,57	0,00	-225.315,67	21.029.566,02

Situação em 31 de dezembro de 2017.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

QUADRO 184 – BENS DE USO ESPECIAL – ESTUDOS E PROJETOS

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.06.00 - BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO
DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.06.05 - ESTUDOS E PROJETOS

Em R\$

Nr.	Nr. Inscrição Genérica	Localização	Valor em 2016	Incorporações (Registros e Transferências)-Orçamentário	Incorporações (Registros e Transferências)-Extraorçamentário	Transferências (Baixa)	Valor Atual
01	IM1511627	Construção da VT Itapetinha (situado na Av. José de Almeida Carvalho, esquina com as Ruas Presidente Jânio da Silva Quadros e Bento Antunes de Moraes)	114.000,00		65.999,99		179.999,99
02	IM1511628	Construção ED. Sede da VT Votuporanga (situado na Av. Fortunado Targino Granja esquina com a Rua Paraguai)	154.232,80		8.832,48		163.065,28
			268.232,80	0,00	74.832,47	0,00	343.065,27

Situação em 31 de dezembro de 2017.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

QUADRO 185 – BENS DE USO ESPECIAL – OBRAS EM ANDAMENTO

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.06.01 - OBRAS EM ANDAMENTO

Em R\$

Nr.	Nr. Inscrição Genérica	Localização	Valor em 2016	Incorporações (Registros e Transferências)-Orçamentário	Incorporações (Registros e Transferências)-Extraorçamentário	Transferências (Baixa)	Valor Atual
01	IM1511621	Obras no Imóvel da VT de Rio Claro	0,00				0,00
	IM1511699	Obras no Imóvel da VT de Rio Claro - Restos a Pagar não Processados em Liquidação	83.048,09				83.048,09
	IM1511626	Construção da VT de Barretos	1.871.592,57		1.956.363,73	3.827.956,30	0,00
	IM1511631	Construção da VT de Porto Ferreira	1.624.650,20		1.591.784,46	3.216.434,66	0,00
			3.579.290,86	0,00	3.548.148,19	7.044.390,96	83.048,09

Situação em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas: IM1511699 - OBRAS EM ANDAMENTO (RESTOS A PAGAR EM LIQUIDACÃO)-VT RIO CLARO - Contrato rescindido, sub judice. Alguns serviços foram executados, mas não foram apresentadas as faturas pela empresa. (conforme informações contidas no email de 30/06/14 - Coordenadoria de Contratos. Registro em atendimento ao Comunicado 2015/0180521 - CCONT/STN/MF DE 21/01/2015.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b.3) Intangível – Softwares

O ativo intangível contempla os investimentos em software, os totais bruto e amortização estão demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 186 – INTANGÍVEIS

Exercício	2017	2016	AH	AV	Variação Absoluta R\$
Conta Contábil	Saldo R\$	Saldo R\$			
Software com Vida Útil Definida	10.482.148,07	6.055.211,59	73,11%	138,54%	4.426.936,48
(-) Amortização Acumulada	(2.916.240,81)	(3.732.454,50)	-21,87%	-38,54%	816.213,69
Total	7.565.907,26	2.322.757,09	225,73%	100,00%	5.243.150,17

Fonte: Tesouro Gerencial

Verifica-se investimento importante em software ocorrido no exercício de 2017.

Segue a relação dos itens registrados no SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, posição em 31/12/2017.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 187 – SOFTWARES

SOFTWARES

(R\$)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR BRUTO
IS1511603	SOFTWARE -PROJETO PROCESSO DE AQUISICAO-TRT15	431.024,59
IS1511610	SOFTWARE SIABI - TRT 15	5.220,00
IS1511616	PLATAFORMA LIFERAY ENTERPRISE EDITION-TRT15A.	201.000,00
IS1511620	SOFTWARE-SISTEMA MATERIAL E PATRIMONIO-TRT15A	226.362,58
IS1511624	SOFTWARE VMWARE - TRT 15ª REGIAO	424.637,90
IS1511625	SOFTWARE COREL DRAW - TRT15ª	8.500,00
IS1511627	SOFTWARE - PROJETO SAUDE - REQUERIMENTOS	119.463,75
IS1511629	SOFTWARE JAWS PRO VERSAO 13 - TRT15	4.500,00
IS1511632	SOFTWARE VOLARE TRT 15ª REGIÃO	3.810,00
IS1511637	AUTODESK BUILDING DESIGN SUITE PREMIUM	118.630,00
IS1511638	PROOFPOINT SECURITY GATEWAY	40.420,00
IS1511639	SOFTWARE - PROJETO TRANSPORTES	26.871,25
IS1511641	SOFTWARE PACOTE MS OFFICE 2010 E 2013	2.628,00
IS1511642	SOFTWARE ARTICULATE	3.342,00
IS1511643	SOLUÇÃO INTEGRADA DE GERENC. DE SERV. DE TI	953.200,00
IS1511650	QUICK - CALCULO DE PROGRESSAO RETROATIVA	40.312,50
IS1511652	QUICK - CHRONOS 3	160.712,50
IS1511654	QUICK - DIGITALIZACAO PROC. ADMINISTRATIVOS	93.353,00
IS1511661	QUICK - FOLHA MANUTENCAO GFIP	52.675,00
IS1511662	QUICK - FOLHA MELHORIAS NA CARGA	122.227,50
IS1511664	QUICK - IMPORTACAO DE DADOS PARA DOF	107.500,00
IS1511665	QUICK - LIBERACAO DE DADOS FENIX - CHRONOS	15.050,00
IS1511669	QUICK - PROGRAMA AVALIACAO DESEMPENHO 2	60.737,50
IS1511673	DESENVOLVIMENTO SOFTWARE TREINAMENTO TRT15	261.800,00
IS1511674	SOFTWARE AUTOPOWER 2014 DRAFT	490,00
IS1511675	SOFTWARE AUTOHIDRO 2014	490,00
IS1511676	LICENCA FILTRO DE CONTEUDO WEB MCFEE- CLUSTER	103.941,25
IS1511677	EXPANSÃO DE LICENCIAMENTO	270.909,36
IS1511678	PRODUÇÃO DE CENARIOS VIRTUAIS - TRT 15ª	5.995,00
IS1511679	PACOTE SONY VEGAS	26.849,94
IS1511680	SIST DE GERENC DE DESEMP E MONITORAM DE SERVI	649.940,50
IS1511681	DESENV.SOFTWARE-AGENDA COMPARTILHADA TRT15	7.800,00
IS1511682	SOFTWARE SOLUCAO FILTRAGEM CORREIOELETRONICO	15.884,00
IS1511683	SOFTWARE AMPLIAÇÃO DE IMAGEM - PNE	15.447,35
IS1511684	SOFTWARE MS OFFICE PROFESSIONAL 2016	33.966,00
IS1511685	SOFTWARE CA - OPERATOR CONSOLE	6.700,00
IS1511686	LICENÇA SOLUÇÃO INTEGRADA ASSYST	933.100,00
IS1511688	SOFTWARE VMARE VREALIZE - TRT 15 REGIAO	126.656,84
IS1511689	SOFTWARE - ORACLE DATABASE - TRT15	4.799.999,76
		10.482.148,07

Fonte Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

c) NE 7 – Passivo Circulante

Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, somou R\$ 107.882.595,61 ao final do exercício de 2017.

Seguem discriminados os grupos das obrigações com os totais contabilizados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 188 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

Exercício		2017	2016	AH	AV	Varição Absoluta R\$
Conta Contábil		Saldo R\$	Saldo R\$			
211110101	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	6.493.680,90	1.693.011,53	283,56%	9,69%	4.800.669,37
211110400	OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	55.305.778,76	81.329.848,22	-32,00%	82,54%	(26.024.069,46)
211420101	INSS-CONTRIB.S/SALARIOS E REMUNERACOES -INTRA	76.134,41		100,00%	0,11%	76.134,41
211420103	INSS-CONTRIB.S/ SERVICOS DE TERCEIROS - INTRA	162,02	3.084,76	-94,75%	0,00%	(2.922,74)
211421300	PSSS-CONTRIB.S/VENCIMENTOS E VANTAGENS -INTRA	2.135.000,00	38.201,97	5488,72%	3,19%	2.096.798,03
211429800	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	2.997.274,58	3.611.528,94	-17,01%	4,47%	(614.254,36)
Total		67.008.030,67	86.675.675,42	-22,69%	100,00%	(19.667.644,75)

Fonte: Tesouro Gerencial

Do total de R\$ 67.008.030,67 contabilizado, R\$ 58.303.053,34 se referem a passivos reconhecidos sem disponibilidade orçamentária, representando 87% das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar. Tais despesas foram ajustadas no decorrer do exercício de 2017, por atualização, quitação ou pela não inclusão da dedução nos eventuais pagamentos efetuados, de acordo com informações encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade pela Área de Pessoal do TRT da 15ª Região. A variação negativa em relação ao exercício anterior se deu pela quitação de passivos ocorrida em dezembro de 2017, mediante créditos disponibilizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, destinados a esse fim. Seguem quadros com a composição dos saldos por conta contábil e dívida.

QUADRO 189 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS (CP)

RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

(ISF/P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP)

EM R\$

FATO_GERADOR	SALDO EXERCÍCIO 2016	RECONHECIDO / ATUALIZAÇÃO	BAIXA / ATUALIZAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO 2017
Férias Indenizadas de Magistrados	12.844.814,75			12.844.814,75
PAE 94-97 (Proc. 0000778-13.2010.5.15.0895)	50.949,45	381.215,55		432.165,00
PAE 94-97 (Proc. 0077200-97.2008.5.15.0895)	3.025.328,67	91.662,38	(1.672.284,32)	1.444.706,73
PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA	13.878.980,81		(13.410.400,61)	468.580,20
PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)	4.016.515,14			4.016.515,14
PROAD 1045/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Marcia Ribeiro Ferreira)	12.754,06	12.754,06	(25.508,12)	-
PROAD 120/2016 - Abono de Permanência - ABPE (José Carlos Fonseca)	25.777,51	25.777,51	(51.555,02)	-
PROAD 158/2017 - Abono de Permanência - ABPE (Adriana Silvia Cabello Ferraz de Toledo)		25.600,07	(25.600,07)	-
PROAD 1795/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Levi Rosa Tome)	10.785,29		(10.785,29)	-
PROAD 2191/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Augusto Candido da Silva)	13.260,16		(13.260,16)	-
PROAD 236/2016 - Abono de Permanência - ABPE (SILVANA DIAS JONAS)	7.955,55		(7.955,55)	-
PROAD 2444/2017 - Abono de Permanência - ABPE (Flávio Roberto Opusculo Cabral)		41.078,79	(41.078,79)	-
PROAD 2888/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Maria Rita da Costa)	15.895,31		(15.895,31)	-
PROAD 3404/2017 - Abono de Permanência - ABPE (Margareth Conceição do Valle)		8.476,50	(8.476,50)	-
PROAD 3980/2017 - Licença Prêmio Indenizada - LPIN (Ricardo Antonio de Castro)		205.294,41	(205.294,41)	-
PROAD 4281/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Maristela Piconi Mendes)		36.550,03	(36.550,03)	-
PROAD 4515/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Ana Cristina de Oliveira)		9.028,81	(9.028,81)	-
PROAD 5652/2017 - Reconhecimento de Dívida - Ajuda de Custo 2012 - OUTR (Dr. Marcelo Bueno Pallone)		23.088,08		23.088,08
PROAD 5826/2017 - Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição - GECJ - Magistrados 2016 - OUTR (Dr. Valdir Rinaldi Silva)		10.131,64		10.131,64



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROAD 6550/2017 - Abono de Permanência – ABPE (Elizabeth de Carvalho Moraes)		45.847,52	(45.847,52)	-
PROAD 7258/2017 - Abono de Permanência – ABPE (José Edson de Oliveira)		69.718,20	(69.718,20)	-
PROAD 8879/2017 – Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) Magistrados 2016 – OUTR		76.662,84		76.662,84
PROAD nº 4400/2016 – (Fábia Cavini Martorano) – Licença Prêmio Indenizada		19.228,97	(19.228,97)	-
Proc.Adm.0000121-66.2013.5.15.0895 PA - Recesso Indenizado (Fátima Regina Lopes Bechuate)	8.774,34	3.982,83		12.757,17
Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Adicional de Férias e Indenizações	37.441,61		(37.441,61)	-
Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Gratificações (FC/CJ)	79.093,17		(79.093,17)	-
Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Proventos/Pensões	356.131,36		(80.084,85)	276.046,51
Proc.Adm.0060000-29.1998.5.15.0895 PA – Diferença de Proventos e Pensões (Lei 8.112/90, art.189) – DPRP (Neusa de Oliveira Nogueira)	7.819,94		(7.819,94)	-
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias (Deise Ribas Ortigosa Leite)	28.389,91		(28.389,91)	-
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite)	39.874,94	8.398,23		48.273,17
Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	19.899,00	2.050,98	(8.083,29)	13.866,78
Processo 0000458-49.2013.5.15.0897 PA - Pagamento de Férias (Dr.Afrânio Flora Pinto)	18.195,82		(18.195,82)	-
Processo 0000559-24.2015.5.15.0895 PA – Reembolso Despesas Remuneração e Encargos a Órgãos ou Entidades Cedentes	2.329.029,10		(2.329.029,10)	-
Processo 0018400-13.2007.5.15.0895 PA - Diferenças de Adicional por Tempo de Serviço – Magistrados	2.118,09	322,94		2.441,03
Processo 0020700-84.2003.5.15.0895 PA - Correção Monetária e Juros de Mora sobre Diferenças da Vantagem do Art.193 (Rosa Maria Costa Delfino)	89.828,23		(89.828,23)	-
Processo Administrativo - PROAD n. 2854/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Eliani Gomes Costa Gaspar)	7.468,67		(7.468,67)	-
Processo Administrativo - PROAD n. 3073/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Alcindo Mendonça Machado)	20.749,47		(20.749,47)	-
Protocolo Administrativo nº 239/2017 - PAE – Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço – ATSE (José Valente Marques)		14.272,09	(14.272,09)	-
Protocolo Administrativo nº 576/2016 - PAE – Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço – ATSE (Edmar Laurêncio Carareto)		34.675,71	(34.675,71)	-
Protocolo Administrativo nº 14500/2015 - DGE (Elenice Aparecida de Almeida) – Abono de Permanência		19.508,57	(19.508,57)	-
Protocolo Administrativo nº 1598/2016 - DGE – Abono de Permanência - ABPE (Moema Duboc Garbellini de Aguiar)		10.074,95	(10.074,95)	-
Protocolo Administrativo nº 4898/2016-DGE - Reconhecimento de Passivos de Substituição -DSUB		11.413,72	(11.413,72)	-
Protocolo Administrativo nº 611/2016 - DGE - Reconhecimento de Férias Indenizadas - DAFI		11.494,66	(22.989,32)	-
Protocolo Administrativo nº 7155/2016 - DG - Diferenças retroativas decorrentes de reembolso de despesas com remuneração e encargos sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR		2.277.024,62	(2.270.635,40)	6.389,22
Protocolo nº 001558/2016 - DG – Abono de Permanência – ABPE (Dr. Paulo César dos Santos)		13.984,69	(13.984,69)	-
Protocolo nº 002093/2016 - DG – Abono de Permanência – ABPE (Dr. Amauri Vieira Barbosa)		58.452,22	(58.452,22)	-
Protocolo nº 002234/2016 - DG – Abono de Permanência – ABPE (Dr.Antonio Francisco Montanagna)		25.697,29	(25.697,29)	-
Protocolo nº 015144/2015 - DG – Dívida de Plantão Judiciário (Dra. Maria Cecília Fernandes Alvares Leite)		5.540,05	1.108,12	6.648,17
Protocolo nº 017147/2015 - DG – Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) – OUTR (Dr. Rosário Fermo)		43.847,49	(43.847,49)	-
Protocolo nº 018021/2015 - DG – Diferença de Adicional de Férias – DAFI (Dra. Ana Maria Garcia)		8.654,61	(8.654,61)	-
Protocolo nº 1060/2016 - PAE – Adicional de Tempo de Serviço – ATSE (Décio João Gallego Gimenes)		24.873,43	(24.873,43)	-
Protocolo nº 11289/2016 - DG – Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes – OUTR		3.814.442,83	(3.814.442,83)	-
Protocolo nº 12036/2015 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (João Donizete Gonçalves)		13.962,71	(13.962,71)	-
Protocolo nº 12219/2016 - DG – Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes – OUTR		1.635.680,04	(1.635.680,04)	-
Protocolo nº 1287/2016 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (José Laércio Verza)		47.505,18	47.505,18	(95.010,36)
Protocolo nº 14282/2014 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (Antonio Valdir Sousa)		8.222,61	(8.222,61)	-
Protocolo nº 15884/2015-DGE - Férias Indenizadas - DAFI (Marlene Bezerra Batista)(Antigo Protocolo 1511/2015-DG)		55.249,40	(55.249,40)	-
Protocolo nº 1663/2015 - PAE – Adicional de Tempo de Serviço – ATSE (Maria Cristina Alves Terra Vaz)		17.566,57	(17.566,57)	-
Protocolo nº 16804/2015 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (Alcindo Aparecido da Silva)		17.803,53	(17.803,53)	-
Protocolo nº 17060/2015 - DGE – Licença Prêmio Indenizada – LPIN (Conceição Mendonça Leite)		33.909,04	(33.909,04)	-
Protocolo nº 17578/2015 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (Ricardo Antônio de Castro)		89.177,92	(89.177,92)	-
Protocolo nº 3155/2016 - DG – Diferença de Proventos e Pensões – DPRP (Ismael Coelho de Oliveira Borges)		28.922,10	(28.922,10)	-
Protocolo nº 3227/2016 - DG – Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes – OUTR		1.626.077,02	(1.626.077,02)	-
Protocolo nº 3228/2016 - DG – Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes – OUTR		3.284.874,12	(3.284.874,12)	-
Protocolo nº 4022/2017 - DG – Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes – OUTR		1.605.616,79	(327.524,62)	1.278.092,17
Protocolo nº 5059/2017-DG - Férias Indenizadas - DAFI (Dra. Amanda Barbosa)		18.333,44		18.333,44
Protocolo nº 5235/2017 - DG – Diferença de Proventos e Pensões - DPRP (José Palma Sampaio)		53.907,03	(53.907,03)	-
Protocolo nº 599/2016 - PAE - Adicional por Tempo de Serviço (Adriane de Paula Campos Batista)		28.009,83	(28.009,83)	-
Protocolo nº 6067/2017-DG - Férias Indenizadas - DAFI (Dra. Teresa Cristina Pedrasi)		9.166,72		9.166,72
Protocolo nº 7786/2017 - DG – Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes – OUTR		1.083.549,36		1.083.549,36
Protocolo nº 934/2016 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (Sidney Ribeiro Vidal)		12.801,06	(12.801,06)	-
URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	31.122.571,81	2.179.361,53	(68.382,70)	33.233.550,64
TOTAL - (ISF-P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP)	81.329.848,22	6.121.185,26	(32.145.254,72)	55.305.778,76

Fonte Siaf – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 190 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (CP)

RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

(ISF-P): 21.142.98.00 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (CP)

EM R\$

FATO GERADOR	SALDO EXERCÍCIO 2016	RECONHECIDO / ATUALIZAÇÃO	BAIXA / ATUALIZAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO 2017
PAE 94-97 (Proc. 0000778-13.2010.5.15.0895)		8.157,62		8.157,62
PAE 94-97 (Proc. 0077200-97.2008.5.15.0895)		13.822,92		13.822,92
PAE 94-97 (Proc. 00772-97.2008.5.15.0895 / Proc. 00778-13.2010.5.15.0895)	87.821,32		(87.821,32)	-
PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA	644.168,59		(568.402,67)	75.765,92
PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)	372.549,93			372.549,93
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias e Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite).	8.516,98			8.516,98
Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	3.024,40		(1.808,71)	1.215,69
Protocolo Administrativo nº 239/2017 - PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço – ATSE (José Valentin Marques)		3.045,59	(3.045,59)	-
Protocolo Administrativo nº 576/2016 - PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço – ATSE (Edmar Laurêncio Carareto)	7.441,42		(7.441,42)	-
Protocolo Administrativo nº 001142/2015 - PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (Henrique Chiossi Rodrigues)	-			-
Protocolo nº 1060/2016 - PAE – Adicional de Tempo de Serviço – ATSE (Décio João Gallego Gimenes)	5.321,10		(5.321,10)	-
Protocolo nº 1159/2014 - PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (Sandra Regina Moraes Camargo Baccaglioni)	-			-
Protocolo nº 1663/2015 - PAE – Adicional de Tempo de Serviço – ATSE (Maria Cristina Alves Terra Vaz)	3.752,17		(3.752,17)	-
Protocolo nº 451/2015 - PAE – Adicional de Tempo de Serviço (Helio Vasconcellos Batista)	-			-
Protocolo nº 599/2016 - PAE - Adicional por Tempo de Serviço (Adriane de Paula Campos Batista)	5.992,26		(5.992,26)	-
URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	2.472.940,77	787.271,94	(742.967,19)	2.517.245,52
TOTAL - (ISF-P): 21.142.98.00 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (CP)	3.611.528,94	812.298,07	(1.426.552,43)	2.997.274,58

Fonte Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Registrou-se, também, como restos a pagar não processados em liquidação, no ano de 2017, o montante de R\$ 8.688.320,46 concernente a folhas de pagamento a serem pagas em 2018, conforme segue demonstrado.

QUADRO 191 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
SOF / Coordenadoria de Contabilidade

62.213.02.000 - CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO

Posição em: DEZEMBRO/2017

Em R\$

PTRES	EMPENHO	FAVORECIDO	CLASSIF.	MOVIMENTAÇÕES			OBJETO
				DOCUMENTO	DATA	VALOR	
127838	2017NE002782	COORDENACAO-GERAL DE PROGRAMACAO FINANCEIRA	3191.92.13			2.135.000,00	Obrigações patronais RPPS de exercícios anteriores referente passivos diversos.
		SOMA				2.135.000,00	
084997	2017NE002786	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	3190.92.11			27.500,16	Exercícios anteriores abono 1/3 de férias
	2017NE002787	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	3190.92.16			86.794,48	Exercícios anteriores de pessoal GECJ
	2017NE002790	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	3190.92.11			806.790,52	Exercícios anteriores de pessoal PAE 94-97
	2017NE002792	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	3190.92.11			269.246,36	Exercícios anteriores de pessoal PAE 98-99
	2017NE002793	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB.	3191.92.13			69.900,00	Exercícios anteriores de pessoal PAE 98-99
	2017NE002795	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	3190.92.96			34.918,52	Exercícios anteriores - Reembolso prefeitura Capão Bonito
	2017NE002807	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	3190.92.11			1.928.044,95	Exercícios anteriores de pessoal - URV 11,98%
		SOMA				3.229.429,40	
084998	2017NE2803	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	3190.92.01			166.677,58	Exercícios anteriores de pessoal PAE 94-97
			3190.92.03			903.403,63	
	2017NE2804	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	3190.92.01			157.919,17	Exercícios anteriores de pessoal PAE 98-99
			3190.92.03			28.757,48	
	2017NE2806	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	3190.92.01			1.812.308,86	Exercícios anteriores de pessoal PAE 98-99
			3190.92.03			254.824,34	
		SOMA				3.323.891,06	
	TOTAL					8.688.320,46	
SALDO SIAFI						8.688.320,46	

Fonte: Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

c.1) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A exemplo do ocorrido em 2016, o saldo reduzido pendente em Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo decorreu, sobretudo, do esforço do Órgão para a efetivação dos pagamentos das despesas liquidadas dentro do próprio exercício, para enquadramento nas disposições contidas na Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, que trata do Novo Regime Fiscal.

Segue demonstrativo dos valores pendentes, por credor.

QUADRO 192 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Exercício		2017	2016	AH	AV	Variação Absoluta R\$
Entidade		Saldo R\$	Saldo R\$			
52220894000129	ESTETO ENGENHARIA E COMERCIO LIMITADA	83.048,09	83.048,09	0,00%	45,18%	0,00
28099241000159	IVANA DANIELA TAKIMENCO MORAES PEREIRA 17729365880	7.700,00		100,00%	4,19%	7.700,00
05385583000130	REFRI MASTER COMERCIO IMPORTACAO E SERVICOS LTDA - ME	92.244,00		100,00%	50,19%	92.244,00
080011	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	810,11	15.423,82	-94,75%	0,44%	(14.613,71)
Total		183.802,20	98.471,91	86,65%	100,00%	85.330,29

Fonte: Tesouro Gerencial

c.2) Provisões a Curto Prazo

As provisões de curto prazo, R\$ 40.515.419,38, resultam de política de registro contábil adotada a partir de 2016. O saldo apresentado é formado pelos seguintes fatos:

- PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA) - Provisão para Indenizações Trabalhistas, passivo com sua exigibilidade suspensa por medida cautelar, em atenção à Mensagem CFIN/CSJT nr 036/2016 e Informação CPAG/SPM nº 1128/2016;
- PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)_Período 98/99 - Registro de provisão, referente a inclusão de verbas decorrentes da incidência dos juros de mora e correção monetária sobre a diferença da parcela da vantagem denominada Parcela Autônoma de Equivalência – PAE, relativa ao período de jan/1998 a ago/1999, tendo em vista o contido no Acórdão proferido nos autos do Processo CSJT-PP-661-03.2013.5.90.0000 e à decisão proferida na Ação Originária nº 2016/DF em 15/08/2017, conforme Informação CPAG/SPM nº 971/2017 e Reconhecimento de Dívida em 29/12/2017; e
- Provisão para Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes-OUTR. Reconhecimento conforme Protocolo nº 12045/2016-DG - Registro de passivo relativo a ressarcimento de pessoal requisitado, reconhecido mediante provisão, a partir de valores estimados não contabilizados pela ausência de comprovação documental por parte dos órgãos detentores dos servidores, conforme o contido na Informação CPAG/SPMSVE nº 1105/2016 e Reconhecimento da dívida em 14/12/2016, de acordo com a Macrofunção SIAFI 020336.

Seguem demonstrativos dos valores pendentes.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 193 – PROVISÕES A CURTO PRAZO

Exercício Conta Contábil	2017	2016	AH	AV	Variação Absoluta R\$
	Saldo R\$	Saldo R\$			
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	40.515.419,38	35.531.899,21	14,03%	100,00%	4.983.520,17
Total	40.515.419,38	35.531.899,21	14,03%	100,00%	4.983.520,17

Fonte: Tesouro Gerencial

Verifica-se a variação positiva do saldo entre os exercícios 2017/2016, tendo em vista o reconhecimento de novos passivos no período, conforme quadro a seguir.

QUADRO 194 – PROVISÕES PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS

PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS

(ISF-P): 21.711.01.00 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS (CP)

EM R\$

FATO_GERADOR	SALDO EXERCÍCIO 2016	RECONHECIDO / ATUALIZAÇÃO	BAIXA / ATUALIZAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO 2017
PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)_Período 95/97	24.039.885,68	1.458.213,18		25.498.098,86
PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)_Período 98/99		5.270.484,84		5.270.484,84
Provisão. Reembolso Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes-OUTR	11.492.013,53	5.418.775,73	(7.163.953,58)	9.746.835,68
(ISF-P): 21.711.01.00 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS (CP)	35.531.899,21	12.147.473,75	(7.163.953,58)	40.515.419,38

Fonte Sinf – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

c.3) Demais Obrigações a Curto Prazo

QUADRO 195 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Exercício Conta Contábil	2017	2016	AH	AV	Variação Absoluta R\$
	Saldo R\$	Saldo R\$			
DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	45.069,52	402.406,47	-88,80%	25,70%	(357.336,95)
DEPOSITOS E CAUCOES RECEBIDOS	130.273,84	128.644,19	1,27%	74,30%	1.629,65
Total	175.343,36	531.050,66	-66,98%	100,00%	(355.707,30)

Fonte: Tesouro Gerencial

As demais obrigações a curto prazo, R\$ 175.343,36 mil, são originárias dos depósitos retidos sobre fornecedores e de cauções recebidos, destacados a seguir.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 196 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – DEPÓSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES

Conta 21881.01.28 - DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES
DEZEMBRO/2017

Posição até 31/12/2017

R\$

	PROCESSO	OBJETO	CREDOR	APROPRIAÇÃO			OBSERVAÇÃO	
				DATA	DOC	VALOR		
RAP PROCESSADO	PA. 035-66.2011	Serviços de copa e cozinha - Ed.Sede Judicial, Administrativo e Anexo Barão Geraldo	ATTO RECURSOS HUMANOS LTDA	20/12/2017	NL000148	8.210,47	Conforme Informações 587/16-ST-CCT e 588/16-ST-CCT, saldo remanescente deverá permanecer retido pelo prazo de 02 anos contados da data da rescisão deste contrato (31/01/16).	
	PA. 629-80.2011	Prestação de serviços de auxiliares de serviços gerais - Ed.Sede Judicial e Administrativo				6.308,04		
	CP. 0274/2015-A	Serviços de ascensoristas (05 postos) no Edifício-Sede e no FT de Campinas	LOGOS ASSESSORIA E SERVICOS LTDA - ME	20/12/2017	NL000149	2.331,09		Conforme Informação 756/2016-ST-CCT, saldo remanescente deverá permanecer retido pelo prazo de 02 anos contados da data da rescisão deste contrato (04/07/16).
TOTAL RAP PROCESSADO						16.849,60		
EXERCÍCIO	CP. 0205/2017-C	Aquisição de persianas	CONSTRUTORA CIDADES LTDA - ME	27/12/2017	NS010028	2.507,01	Apropriação de multa, conforme Informativo 033/2017 - DANFE 26.	
				27/12/2017	NS10026	147,90	Apropriação de multa, conforme Informativo 032/2017 - DANFE 21	
				27/12/2017	NS010030	1.745,73	Apropriação de multa, conforme Informativo 034/2017 - DANFE 22	
	SOMA						4.400,64	
	CP. 0222/2017	Aquisição e instalação de sistema de armazenamento para caixa box em estrutura metálica, com mezanino - Coord.Gestão Documental	LUGGER BRASIL IND. E COM. LTDA-EPP	06/11/2017	NS008325	15.171,28	Apropriação de multa ref. DANFE 142	
	CP. 0251/2017	Aquisição de louças e utensílios - Seção de Copa	RENOPORCE AGENCIA DE NEGÓCIOS-EIRELI-ME	06/10/2017	NS007548	345,19	Apropriação de multa ref. DANFE 1676	
	CP. 0308/2017	Serviços de fabricação e instalação de 12 expositores fabricados em MDF, para serem utilizados pelo CMAC do TRT da 15ª Região - Coord. Manutenção	CASTELLAMARE MARCENARIA MOVEIS DE DECORAÇÃO LTDA-ME	22/11/2017	NS008646	441,00	Apropriação de multa ref. DANFE 64	
	CP. 0326/2016	Aquisição e instalação de carpetes em salas de audiências - TRT	PISOTRON INDUSTRIA E COMERCIO DE CARPETES	31/10/2017	NS008262	720,90	Apropriação de multa ref. DANFE 2258 + 2260	
				16/11/2017	NS008545	280,80	Apropriação de multa ref. DANFE 2238 + 2259	
				SOMA		1.001,70		
	CP. 0373/2017	Aquisição de material odontológico - Secretaria de Saúde	SORRISO DENTAL LTDA-ME	22/12/2017	NS009735	240,92	Apropriação de multa ref. DANFE 28964+29129	
	CP. 0373/2016-G	RP - Aquisição de materiais de higiene e descartáveis - TRT	COMVALLE PRODUTOS E ALIMENTOS LTDA-EPP	22/12/2017	NS009738	168,96	Apropriação de multa ref. DANFE 9784	
	CP. 0384/2017	Aquisição de fitas reagentes para diagnóstico e monitoração de colesterol, glicemia e triglicérides - Sec.Saúde	CIRURGICA CALIFORNIA EIRELI-ME	22/12/2017	NS009737	460,61	Apropriação de multa ref. DANFE 587	
CP. 0495/2017	Aquisição de cabos, adaptadores e rabichos com conectores	IA LIMA - ME	28/12/2017	NS010124	5.535,39	Apropriação de multa, conforme Informativo 035/2017 - DANFE 333.		
CP. 0544/2016-A	Aquisição de materiais odontológicos - Sec.Saúde	DENTAL OPEN - COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS	10/11/2017	NS008462	454,23	Apropriação de multa ref. DANFE 546		
TOTAL EXERCÍCIO						28.219,92		

Fonte: SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

SALDO SIAFI

45.069,52



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 197 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – DEPÓSITOS E CAUÇÕES RECEBIDOS

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
SOF / Coordenadoria de Contabilidade

CAUÇÃO

CONTA 11.111.19.03 - DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL /21.881.04.02 - DEPOSITOS E CAUCOES RECEBIDOS

Posição em: DEZEMBRO/2017

PROCESSO	CREDOR / OBJETO	BANCO E			REGISTRO			BAIXA			SALDO (EM R\$)
		CONTA CORRENTE	DATA	DOC	VALOR	DATA	DOC	VALOR			
CP. 0085/2014	ALGAR MULTIMÍDIA S/A CNPJ: 04.622.116/0001-13 Serviços de conexão ao backbone Internet no Brasil - Sede Administrativa e FT de Campinas	CEF - AG. 0162 C/C 00000453-6	29/06/2015	NL00043	11.397,00					11.397,00	
		Atualização 2015	17/12/2015	2015NS011516	244,04					11.641,04	
		Atualização 2016	23/12/2016	2016NS009787	224,73					11.865,77	
		Atualização 2017	28/12/2017	2017NS0100077	92,69					11.958,46	
CP. 0156/2015	DIRETA CENTRAL DE ALARMES E COMÉRCIO LTDA CNPJ: 04.224.658/0001-38 Serviços de monitoramento dos sistemas de alarme	CEF - AG. 0117 C/C 10-1	21/09/2015	2015NS008695	31.678,99					31.678,99	
		Atualização 2015	17/12/2015	2015NS011518	305,45					31.984,44	
		Atualização 2016	23/12/2016	2016NS009788	616,61					32.601,05	
		Atualização 2017	28/12/2017	2017NS0100076	255,22					32.856,27	
CP. 0156/2015	ORION SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA ME CNPJ: 07.799.037/0001-70 Serviços de monitoramento dos sistemas de alarme	CEF - AG. 0334 C/C 49-7	21/09/2015	2015NS008696	19.142,50					19.142,50	
		Atualização 2015	17/12/2015	2015NS011519	200,11					19.342,61	
		Atualização 2016	23/12/2016	2016NS009789	373,05					19.715,66	
		Atualização 2017	28/12/2017	2017NS0100078	154,63					19.870,29	
CP. 0166/2013	JOTABÊ SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. CNPJ: 57.695.058/0001-14 Contratação de jardineiros para TRT Sedes Judiciária e Administrativa e FT de Campinas	CEF - AG. 2952 C/C 00000044-1	29/06/2015	2015NL00039	8.757,69					8.757,69	
			29/06/2015	2015NL00046	374,88					9.132,57	
		Atualização 2015	17/12/2015	2015NS011521	1.247,13					10.379,70	
		ENDOSSO	29/07/2016	2016NS005711	1.062,57					11.442,27	
		Atualização 2016	23/12/2016	2016NS009790	210,14					11.652,41	
		Atualização 2017	28/12/2017	2017NS010080	713,60					12.366,01	
CP. 0168/2013	JOTABÊ SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. CNPJ: 57.695.058/0001-14 Contratação de garçom para o TRT Sede Judiciária	CEF - AG. 2952 C/C 00000043-3	29/06/2015	2015NL00040	44.636,40					44.636,40	
			29/06/2015	2015NL00047	5.978,55					50.614,95	
		Atualização 2015	17/12/2015	2015NS011522	1.195,18					51.810,13	
		Atualização 2016	23/12/2016	2016NS009791	999,17					52.809,30	
		Atualização 2017	28/12/2017	2017NS10081	413,51					53.222,81	
Subtotal Jotabê										64.461,71	
TOTAL										130.273,84	
SALDO SIAFI										130.273,84	

FONTE: SIAfi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

d) NE 8 – Passivo Não Circulante

O grupo Passivo Não Circulante compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, totalizou R\$ 131.856.828,30 registrado a título de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências.

QUADRO 198 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO

Exercício		2017	2016	AH	AV	Variação Absoluta R\$
Conta Contábil		Saldo R\$	Saldo R\$			
221110200	PRECATÓRIOS DE PESSOAL		2.371.713,99	-100,00%	0,00%	(2.371.713,99)
221110400	OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	119.283.385,00	119.283.385,00	0,00%	90,46%	0,00
221429800	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	12.573.443,30	12.573.443,30	0,00%	9,54%	0,00
Total		131.856.828,30	134.228.542,29	-1,77%	100,00%	(2.371.713,99)

Fonte: Tesouro Gerencial

A variação negativa entre os saldos dos exercícios 2017/2016 concernente a Precatório de Pessoal decorreu da mudança de procedimento na contabilização de precatórios federais, conforme orientação contida na Mensagem SIAFI 2017/0015677 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com operacionalização na forma de provisionamento no Órgão Superior e liberações aos Regionais.

Os saldos registrados a título de Obrigações Trabalhistas a Pagar e Outros Encargos Sociais se referem a passivos relativos a VPNI reconhecidos sem o orçamento correspondente (Mensagem CFIN/CSJT nº 34/2012 e Acórdão TCU nº 1485/2012).

e) NE 9 – Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, o patrimônio líquido do Órgão acumula R\$ 420.647.562,70, conforme demonstrado a seguir.

QUADRO 199 – RESULTADOS ACUMULADOS

Exercício		2017	2016	AH	AV	Variação Absoluta R\$
Conta Contábil		Saldo R\$	Saldo R\$			
237110101	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	119.418.614,53	(43.183.331,50)	376,54%	28,39%	162.601.946,03
237110201	SUPERAVITS OU DEFICITS EXERCICIOS ANTERIORES	296.800.244,29	348.370.386,19	-14,80%	70,56%	(51.570.141,90)
237110300	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.428.703,88	(8.386.810,40)	152,81%	1,05%	12.815.514,28
Total		420.647.562,70	296.800.244,29	41,73%	100,00%	123.847.318,41

Fonte: Tesouro Gerencial

O resultado de exercícios anteriores totaliza R\$ 296.800.244,29, e o do exercício de 2017 apresenta um superavit de R\$ 119.418.614,53.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O impacto do resultado patrimonial do exercício verificado sobre as contas patrimoniais, em relação ao ano anterior, foi o seguinte:

- aumento de R\$ 48 milhões no volume de caixa, decorrente do aumento de transferências de recursos recebidos para amparar os créditos consignados na LOA/2017;
- acréscimo de R\$ 58 milhões do ativo não circulante, impactado sobretudo pela reavaliação de bens imóveis, aquisição de bens móveis e intangíveis, e pelo registro de valores a receber relativos a cessão onerosa de espaço pelo TRT da 15ª Região.
- redução líquida de R\$ 17 milhões em passivos exigíveis, decorrente sobretudo dos pagamentos de pessoal reconhecidos anteriormente, realizados em dezembro/2017, mediante autorização do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- ajustes de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 4 milhões, originários de erros ou omissões, contabilizados em 2017 diretamente na conta do patrimônio líquido.

Os ajustes efetuados no período, no Patrimônio Líquido, referentes a exercícios anteriores, foram:

Mês – fevereiro/2017

i. Ajuste de exercícios anteriores, referente à baixa de livros extraviados em 2016

2017NS001499, de 24/02/2017, **valor de (R\$ 3.771,33)** – conforme informação da Coordenadoria de Material e Logística, com anexo dos livros a serem baixados.

Mês – março/2017

ii. Ajuste de exercício anterior, reconhecimento de férias indenizadas – DAFI relativo à baixa do passivo, devido à duplicidade de registro como passivo permanente e passivo financeiro, tendo em vista a inscrição do montante em restos a pagar.

2017NS002061, de 21/03/2017, **valor de R\$ 11.494,66** – conforme informação CPAG/SPS nº 177/2017 e despacho do Ordenador de Despesas de 20/02/2017.

iii. Ajuste de exercício anterior, provisão, reembolso de despesas com remuneração e encargos sociais para órgãos ou entidades cedentes (Prot. Nº 12.045/2016-DG), relativo baixa de valor de 2016, devido à duplicidade de registro como passivo permanente e passivo financeiro, tendo em vista a inscrição do montante em restos a pagar (informação CPAG/SPPSVE nº 135/2017 e despacho do Ordenador de Despesas datado de 07/02/2017).

2017NS002069, de 22/03/2017, **no valor de R\$ 4.460.893,02** – conforme informação CPAG/SPPSVE nº 135/2017 e despacho do Ordenador de Despesas de 07/02/2017.

Mês – agosto/2017

iv. Ajuste de exercício anterior, referente baixa de material permanente furtado da VT de São João da Boa Vista, com ocorrência em 2008, sendo o processo entregue somente em agosto/2017 à Coordenadoria da Contabilidade



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2017NS006382, de 23/08/2017, **valor de (R\$ 63,08)** – relativo boletim de ocorrência nº 956/2008, de 05/11/2008. Processo de Baixa SCB. 030/2017 e Nota de Recolhimento 032/2017.

v. Ajuste de exercício anterior, referente baixa de material permanente furtado da VT de São José dos Campos, com ocorrência em 2002, sendo o processo entregue somente em agosto/2017 à Coordenadoria da Contabilidade

2017NS006383, de 23/08/2017, **valor de (R\$ 54,00)** – relativo boletim de ocorrência nº 1.049/2002, de 29/04/2002. Processo de Baixa SCB. 031/2017 e Nota de Recolhimento 033/2017.

vi. Ajuste de exercício anterior, referente baixa de material permanente furtado da VT de Rio Claro, com ocorrência em 2004, sendo o processo entregue somente em agosto/2017 à Coordenadoria da Contabilidade

2017NS006384, de 23/08/2017, **valor de (R\$ 1.315,39)** – relativo boletim de ocorrência nº 5.301/2004, de 22/10/2004. Processo de baixa SCB. 032/2017 e Nota de Recolhimento 034/2017.

Mês – dezembro/2017

vii. Ajuste de exercícios anteriores, referente baixa de intangível – software pendente de construção, por expiração do prazo de 05 anos de amortização estipulado pela área técnica.

2017NL000155, de 22/12/2017, **valor de (R\$ 38.480,00)** – baixa de intangível por expiração do prazo de 05 anos de amortização estipulado pela Área Técnica, sendo que conforme informação da área, estava pendente de construção.

Valor Total: R\$ 4.428.703,88

f) Ativos/Passivos Financeiros/Permanentes e Saldo Patrimonial

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

f.1) NE 10 – Ativo Financeiro

O somatório de R\$ 85.884.280,69 dos recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade estão assim constituídos: R\$ 85.754.006,85 milhões registrados na conta Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento, e R\$ 130.273,84 mil em Depósitos e Cauções Recebidos para garantia de contratos firmados com fornecedores.

Os depósitos foram atualizados, data base dezembro/2017, em conformidade com a norma de encerramento do exercício e mediante comprovante disponibilizado pela Instituição Financeira.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 200 – ATIVO FINANCEIRO

Exercício		2017	2016			Varição Absoluta R\$
Conta Contábil		Saldo R\$	Saldo R\$	AH	AV	
111111903	DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	130.273,84	128.644,19	1,27%	0,15%	1.629,65
111122001	LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	85.754.006,85	35.715.193,70	140,11%	99,85%	50.038.813,15
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO		85.884.280,69	35.843.837,89	139,61%	100,00%	50.040.442,80

Fonte: Tesouro Gerencial

f.2) NE 11 – Ativo Permanente

O ativo permanente do Órgão somou R\$ 574.502.705,92, vale destacar a relevância do grupo Edifícios na conta Ativo Permanente, 84% do valor total.

Destaque também para as variações ocorridas nos saldos entre os exercícios 2017/2016, quais sejam: R\$ 54 milhões em reavaliação de imóveis; R\$ 6 milhões investidos em equipamentos de Tecnologia da Informação; R\$ 4 milhões em software; dentre outros.

Segue quadro com a composição do Ativo Permanente do TRT da 15ª Região:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 201 – ATIVO PERMANENTE

Exercício		2017	2016	AH	AV	Variação Absoluta R\$
Conta Contábil		Saldo R\$	Saldo R\$			
113110105	SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	8.258,33	39.096,45	-78,88%	0,00%	(30.838,12)
113410205	CRED A REC DE RESPONSÁVEIS POR DANO/PERDA		1.434.291,18	-100,00%	0,00%	(1.434.291,18)
113811300	CRED A REC POR CESSAO DE AREAS PUBLICAS	596.145,56		100,00%	0,10%	596.145,56
113811700	CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	33.185,96	36.998,55	-10,30%	0,01%	(3.812,59)
115610100	MATERIAIS DE CONSUMO	3.283.309,76	4.486.341,34	-26,82%	0,57%	(1.203.031,58)
119110000	PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR - CONSOLIDACAO	36.404,13	58.123,60	-37,37%	0,01%	(21.719,47)
119310000	ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOL	95.388,36	68.497,68	39,26%	0,02%	26.890,68
119320000	ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - INTRA	174,00	174,00	0,00%	0,00%	0,00
121219803	CRED POR CONCESSAO DIREITO USO/EXPLORACAO BENS	1.693.734,84		100,00%	0,29%	1.693.734,84
121219826	ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS - FUNPRES	1.386.731,84	1.348.910,35	2,80%	0,24%	37.821,49
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	116.215,11	110.580,22	5,10%	0,02%	5.634,89
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	922.965,26	968.168,15	-4,67%	0,16%	(45.202,89)
123110103	EQUIPAMUTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	197.172,89	194.087,99	1,59%	0,03%	3.084,90
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	2.343.668,89	2.350.785,91	-0,30%	0,41%	(7.117,02)
123110106	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	6.738,88	6.996,71	-3,69%	0,00%	(257,83)
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	726.208,31	691.426,14	5,03%	0,13%	34.782,17
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	1.637,83	1.869,22	-12,38%	0,00%	(231,39)
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	5.770,85	5.951,92	-3,04%	0,00%	(181,07)
123110112	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	29.038,52	34.424,26	-15,65%	0,01%	(5.385,74)
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	35.902,70	35.902,70	0,00%	0,01%	0,00
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	234.007,48	208.127,24	12,43%	0,04%	25.880,24
123110201	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/ITC	54.687.518,94	48.820.533,36	12,02%	9,52%	5.866.985,58
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	9.073.220,71	8.151.546,82	11,31%	1,58%	921.673,89
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	497.877,29	549.127,29	-9,33%	0,09%	(51.250,00)
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	23.192.211,33	20.711.058,48	11,98%	4,04%	2.481.152,85
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	1.750.678,83	1.633.132,21	7,20%	0,30%	117.546,62
123110406	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	38.396,11	38.396,11	0,00%	0,01%	0,00
123110501	VEICULOS EM GERAL	203.485,73	107.733,19	88,88%	0,04%	95.752,54
123110503	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	7.568.211,24	5.186.243,24	45,93%	1,32%	2.381.968,00
123110801	ESTOQUE INTERNO	10.291.638,26	6.912.361,81	48,89%	1,79%	3.379.276,45
123119901	BENS MOVEIS A ALIENAR		465,10	-100,00%	0,00%	(465,10)
123119909	PECAS NAO INCORPORÁVEIS A IMOVEIS	83.974,48	84.674,38	-0,83%	0,01%	(699,90)
123119910	MATERIAL DE USO DURADOURO	294.965,46	280.419,42	5,19%	0,05%	14.546,04
123210102	EDIFICIOS	483.123.917,45	429.197.790,64	12,56%	84,09%	53.926.126,81
123210103	TERRENOS/GLEBAS	21.029.566,02	19.196.534,31	9,55%	3,66%	1.833.031,71
123210601	OBRAS EM ANDAMENTO	83.048,09	3.579.290,86	-97,68%	0,01%	(3.496.242,77)
123210605	ESTUDOS E PROJETOS	343.065,27	268.232,80	27,90%	0,06%	74.832,47
123210700	INSTALACOES		2.639.415,18	-100,00%	0,00%	(2.639.415,18)
123810100	DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	(52.804.235,82)	(42.808.689,92)	23,35%	-9,19%	(9.995.545,90)
123810200	DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	(4.273.400,23)	(912.880,49)	368,12%	-0,74%	(3.360.519,74)
124110101	SOFTWARES	10.482.148,07	6.055.211,59	73,11%	1,82%	4.426.936,48
124810100	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 1241101XX	(2.916.240,81)	(3.732.454,50)	-21,87%	-0,51%	816.213,69
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE		574.502.705,92	518.038.895,49	10,90%	100,00%	56.463.810,43

Fonte: Tesouro Gerencial

f.3) NE 12 – Passivo Financeiro

O total do passivo financeiro soma R\$ 68.948.886,96, assim constituído:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 202 – PASSIVO FINANCEIRO

Exercício		2017	2016			
Conta Contábil		Saldo R\$	Saldo R\$	AH	AV	Varição Absoluta R\$
218810402	DEPOSITOS E CAUCOES RECEBIDOS	130.273,84	128.644,19	1,27%	0,19%	1.629,65
622130500	CREDITO A LIQUIDAR INSCRITO EM RPNP	51.919.737,71	25.612.618,97	102,71%	75,30%	26.307.118,74
622130600	CREDITO EM LIQUIDACAO INSCRITO EM RPNP	8.688.320,46	1.691.099,24	413,77%	12,60%	6.997.221,22
622130700	CREDITO LIQUIDADO A PAGAR INSCRITO EM RPP	129.136,05	395.402,54	-67,34%	0,19%	(266.266,49)
631100000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	7.965.026,36	5.526.736,71	44,12%	11,55%	2.438.289,65
631200000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR EM LIQUIDACAO	99.542,94	122.182,35	-18,53%	0,14%	(22.639,41)
631300000	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		41.011,02	-100,00%	0,00%	(41.011,02)
632100000	RP PROCESSADOS A PAGAR	16.849,60	2.331,09	622,82%	0,02%	14.518,51
Total		68.948.886,96	33.520.026,11	105,69%	100,00%	35.428.860,85

Fonte: Tesouro Gerencial

Em comparação com o exercício de 2016 verifica-se que houve alterações significativas entre os valores relativos a restos a pagar não processados, sendo uma variação de 103% na conta de crédito a liquidar inscrito em RPNP, 414% na conta de crédito em liquidação inscrito em RPNP, e de 44% na conta de RP não processados a liquidar.

f.4) NE 13 – Passivo Permanente

O total do passivo permanente, R\$ 230.675.301,02, é formado pelos seguintes saldos:

QUADRO 203 – PASSIVO PERMANENTE

Exercício		2017	2016			
Conta Contábil		Saldo R\$	Saldo R\$	AH	AV	Varição Absoluta R\$
211110400	OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	55.305.778,76	81.329.848,22	-32,00%	23,98%	(26.024.069,46)
211429800	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	2.997.274,58	3.611.528,94	-17,01%	1,30%	(614.254,36)
217110100	PROVISAO PARA INDENIZACOES TRABALHISTAS	40.515.419,38	35.531.899,21	14,03%	17,56%	4.983.520,17
221110200	PRECATORIOS DE PESSOAL		2.371.713,99	-100,00%	0,00%	(2.371.713,99)
221110400	OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	119.283.385,00	119.283.385,00	0,00%	51,71%	0,00
221429800	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	12.573.443,30	12.573.443,30	0,00%	5,45%	0,00
Total		230.675.301,02	254.701.818,66	-9,43%	100,00%	(24.026.517,64)

Fonte: Tesouro Gerencial

Em análise do quadro, verifica-se que o passivo permanente do TRT da 15ª Região está constituído, predominantemente, de pendências trabalhistas.

Verifica-se, ainda, o impacto dos pagamentos de passivos de pessoal efetivados em 2017, amparados pelos créditos descentralizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, para esse fim, promovendo variação negativa de 9% no saldo geral.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

f.5) NE 14 – Saldo Patrimonial

QUADRO 204 – SALDO PATRIMONIAL

Exercício	2017	2016			
Conta	Saldo R\$	Saldo R\$	AH	AV	Variação Absoluta R\$
ATIVO FINANCEIRO	85.884.280,69	35.843.837,89	139,61%	13,01%	50.040.442,80
ATIVO PERMANENTE	574.502.705,92	518.038.895,49	10,90%	86,99%	56.463.810,43
TOTAL DO ATIVO	660.386.986,61	553.882.733,38	19,23%	100,00%	106.504.253,23
PASSIVO FINANCEIRO	68.948.886,96	33.520.026,11	105,69%	23,01%	35.428.860,85
PASSIVO PERMANENTE	230.675.301,02	254.701.818,66	-9,43%	76,99%	(24.026.517,64)
TOTAL DO PASSIVO	299.624.187,98	288.221.844,77	3,96%	100,00%	11.402.343,21
SALDO PATRIMONIAL	360.762.798,63	265.660.888,61	35,80%	-	95.101.910,02

Fonte: Tesouro Gerencial

O saldo patrimonial verificado foi de R\$ 360.762.798,63, a diferença para o total do patrimônio líquido é de R\$ 59.884.764,07 a menor, pois não estão computados os seguintes saldos das contas: R\$ 51.919.737,71 relativos aos créditos a liquidar no exercício de 2017, inscritos em restos a pagar não processados a liquidar ao final do exercício, e R\$ 7.965.026,36 originários do saldo de restos a pagar não processados a liquidar executados no ano de 2017, desconsiderados os valores em liquidação.

O inciso II do art. 35 da Lei 4.320/1964 dispõe que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas, desta forma, esses montantes estão computados no passivo financeiro, impactando o saldo patrimonial.

g) Quadro de Compensações

O Quadro de Compensações apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do Órgão, positivamente ou negativamente, respectivamente.

Os saldos dos atos potenciais em 31 de dezembro de 2017, contemplados no demonstrativo, referem-se às garantias recebidas, aos direitos e obrigações contratados.

g.1) NE 15 – Saldo dos Atos Potenciais Ativos

Seguem discriminados os saldos relativos ao Atos Potenciais Ativos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 205 – ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Exercício Conta Contábil	2017	2016	AH	AV	Variação Absoluta R\$
	Saldo R\$	Saldo R\$			
FIANCAS A EXECUTAR	1.353.509,79	1.647.754,20	-17,86%	8,04%	(294.244,41)
SEGUROS-GARANTIA A EXECUTAR	4.720.087,99	8.051.814,23	-41,38%	28,05%	(3.331.726,24)
CAUCAO A EXECUTAR	130.273,84	128.644,19	1,27%	0,77%	1.629,65
CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUCAO	50.016,34	283.188,46	-82,34%	0,30%	(233.172,12)
TERMOS/ACORDOS COOPERACAO COM INST FINANCEIRA		5.820.759,90	-100,00%	0,00%	(5.820.759,90)
TERMOS/ACORDOS DE COOPERACAO EXECUTADO	10.572.122,72	607.236,52	1.641,02%	62,83%	9.964.886,20
Total	16.826.010,68	16.539.397,50	1,73%	100,00%	286.613,18

Fonte: Tesouro Gerencial

Vale destacar que, a variação significativa verificada em relação ao ano de 2016 na execução dos atos potenciais, impactada pelo valor de R\$ 10.572.122,72, refere-se a valor executado no ano de 2017 concernente a Termos/Acordos de Cooperação com Instituições Financeiras, entre o TRT da 15ª Região e os Bancos Oficiais, a título de saldos remanescentes e rescisão dos contratos, tendo em vista que tais acordos eram celebrados, até o ano 2016, entre o Regional e as Instituições Financeiras, sendo que a partir de 2017 foram centralizados no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, alteração referendada pela Resolução CSJT nº 183, de 24 de fevereiro de 2017.

Seguem os demonstrativos dos saldos a executar relativos às fianças, seguros-garantia e caução.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 206 – FIANÇAS

CARTA FIANÇA
CONTA 81111.01.04 - FIANÇAS A EXECUTAR
Posição em: DEZEMBRO/2017

PROCESSO	CREDOR / OBJETO	NÚMERO DA CARTA	REGISTRO			BAIXA			SALDO (R\$)
			DATA	DOC	VALOR	DATA	DOC	VALOR	
CP. 0209/2009	LIDERANÇA LIMPEZA CONSERVAÇÃO LTDA								
	Contratação de 08 eletricitistas para Ed. Sedes/TRT e FT. Campinas (Contrato nº 28/2010)	695297	28/06/2010	2010NL400481	46.927,32				46.927,32
	reforço da carta fiança p/alteração quadro operacional e prorrogação contrato	733043	30/01/2013	2013NL400029	25.072,68				25.072,68
	reforço (fl. 1539-1540) da carta fiança p/ repactuação do valor mensal contratado (VI Aditivo, fl. 1541-1544)	939922	02/04/2014	2014NL400180	11.000,00				11.000,00
	Prorrogação do Vencimento com alteração de Valor	975691				09/06/2015	2015NS005431	-48.000,00	-48.000,00
									35.000,00
CP. 0212/2016	TOTEM - SISTEMAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - ME Serviço de vigilância patrimonial armada	1007293	21/12/2016	2016NS009650	673.890,00				673.890,00
CP. 0220/2012	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Serviços de atualização de licenças de software e suporte aos produtos Oracle	271673/13 (fls. 338-342)	27/11/2013	2013NL400809	10.283,57				10.283,57
CP. 0288/2014	ERODATA CONSULTORIA Contratação de 25 Telefonistas para Ed. Sedes/TRT, FT. Campinas/Araçatuba/Rib. Preto/SJRio Preto/Sorocaba/Anexo Administrativo (Contrato nº 92/2014)	1032/2014 (fls. 880-881)	28/11/2014	2014NL400826	105.661,80				105.661,80
CP. 0330/2015	ÁGILE TERCEIRIZAÇÃO LTDA - EPP Serviço de auxiliar de limpeza (Circ. II, III, VI e VIII)	01578/2015	31/12/2015	2015NS012289	319.375,74				319.375,74
CP. 0330/2015-C	AIRONSERV SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA - EPP Serviço de auxiliar de limpeza (Circ.V e VII)	01537/2015	24/02/2016	2016NS001292	106.814,95				106.814,95
CP. 0391/2014	ERODATA CONSULTORIA Contratação de serviços de 12 funcionários especialidade Auxiliares de Expedição - Seção de Expedição	1075/2014	30/11/2015	2015NS011138	48.145,90				48.145,90
CP. 0417/2016	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Serviços de atualização de licenças de software e suporte aos produtos Oracle Termo Aditivo, de 02/10/17 - prorrogação da vigência	394455/16	29/11/2016	2016NS008840	7.682,83				7.682,83
CP. 0502/2017	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA Fornecimento de licenças, suporte técnico e treinamento do software Assyst Enterprise	1014301	30/11/2017	2017NS009225	46.655,00				46.655,00
TOTAL									1.353.509,79
SALDO SIAFI									1.353.509,79

Fonte Siafi - Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 207 – SEGUROS – GARANTIA

SEGUROS - GARANTIA
CONTA 81111.01.10 - GARANTIAS RECEBIDAS NO PAIS
Posição em: DEZEMBRO/2017

PROCESSO	CREDOR / OBJETO	SALDO (R\$)
CP. 0082/2015	CIBAM ENGENHARIA EIRELE EPP	43.034,94
	Prestação de serviços de manutenção em geral	
CP. 0082/2017	CETEST MINAS ENGENHARIA E SERVICOS S/A	100.350,00
	Serviço de Manutenção de Ar Condicionado	
CP. 0097/2013	NUTRICASH SERVIÇOS LTDA	36.360,00
	Serviços de gerenciamento e administração de despesas de manutenção de veículos (preventiva e corretiva), por sistema informatizado - TRT	
	ENDOSSO - prorrogação da vigência	
	ENDOSSO - prorrogação da vigência	
CP. 0115/2015	ARCOLIMP SERVIÇOS GERAIS LTDA	55.492,69
	Serviço de Auxiliar de Almoxarife	-7.625,05
	Repactuação (Redução)	1.498,79
	ENDOSSO 3	3.904,00
	ENDOSSO 4	53.270,43
CP. 0155/2016	ELIANA MARIA GERUMIN OLIVEIRA - EPP	7.191,55
	Serviços de monitoramento de alarmes contra roubo, invasões e arrombamentos.	
	Endosso nº. 281-4 - prorrogação da vigência	
CP. 0156/2015	TECHSERVICE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO	5.446,55
	Prestação do serviço mensal de monitoramento de sistema de alarme.	
CP. 0156/2015	PROMOVE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA - EPP	4.770,00
	Prestação do serviço mensal de monitoramento de sistema de alarme.	
CP. 0156/2015	ELIANA MARIA GERUMIN OLIVEIRA - EPP	6.478,40
	Serviços de monitoramento de alarmes, compreendendo o serviço de instalação.	
CP. 0160/2017	BPS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI ME	2.279,70
	Confecção em chapas de aço com dobramento duplo, de 306 prateleiras reguláveis.	
CP. 0198/2014	PONTUAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME	101.549,52
	Serviços de Recepcionista	
	ENDOSSO 1 (FL. 471-483) - Alteração Vigência	0,00
	ENDOSSO 2 (FL. 491-503) - Alteração Vigência	0,00
	ENDOSSO 3 (FL. 627-628) -	8.210,66
	ENDOSSO 4	-34.379,81
	SOMA	75.380,37
CP. 0212/2016	SECURITY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA	83.999,73
	Serviço de vigilância patrimonial armada	
	ENDOSSO 1	4.589,42
		88.589,15
CP. 0212/2016	REAK SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	698.111,31
	Serviço de vigilância patrimonial armada	
CP. 0213/2016-A	JOTABE SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS	11.925,00
	Contratação de empresa para fornecimento 02 postos de serviços de copeiragem - Ed.Sede Judicial	
	ENDOSSO 1	2.020,29
	SOMA	13.945,29



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

CP. 0247/2016	CARVALHO & ZAVAGLIO ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA -ME	4.875,00
CP. 0264/2014	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. Serviços de auxiliar em saúde bucal na Secretaria de Saúde TRT	35.000,00
CP. 288/2014 - B	ALA ADMINISTRAÇÃO E MULTISERVIÇOS LTDA. Contratação de 04 Telefonistas para FT. BAURU/ JUNDIAI (Contrato nº 93/2014)	17.289,00
CP. 0325/2016	G.B.V.T. ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Serviços de engenharia para recuperação de armadura e restauração do pilar - FT de S.J. dos Campos	625,00
CP. 0330/2015	RCA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA Serviço de auxiliar de limpeza - circunscrições I e IV)	699.422,91
	Endosso 2.402-6	10.303,02
	Endosso 2.408,5	3.686,76
	Endosso 2.470-0	4.643,84
		718.056,53
CP. 0397/2013	CLIPPER CONSTRUTORA LTDA Construção do imóvel da VT Barretos	148.882,97
CP. 0403/2016	LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACAO EM INFORMÁTICA S/A	194.523,23
CP. 0409/2012	POSITIVO INFORMÁTICA S/A Fornecimento de 465 estações de trabalho/microcomputadores	61.217,25
CP. 0408/2014	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A	0,00
CP. 0418/2015	JOTABE SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS Contratação de 05 ascensoristas - Ed.Sede Judicial e FT Campinas	25.153,50
CP. 0427/2016	3QA TECNOLOGIA EIRELI ME Subscrição com suporte técnico a soft wares da suíte de virtualização VMWare	19.580,00
CP. 0449/2016	ALTINO PEREIRA DE ARAUJO - ME Serviços de limpeza de caixas d'água e de gordura e inspeção em calhas e condutores de águas pluviais	7.973,26
		11.712,21
		19.685,47
CP. 0469/2015	CIBAM ENGENHARIA EIRELE - EPP Serviços hidráulicos e elétricos	118.858,81
CP. 0495/2017	POSITIVO TECNOLOGIA S/A Aquisição de microcomputadores com leitor de smart card embutido e monitores	409.839,30
CP. 0495/2017	OKAY TECHNOLOGY DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME Aquisição de microcomputadores com leitor de smart card embutido e monitores	7.063,88
CP. 0495/2017	GALDITECH COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME Aquisição de microcomputadores com leitor de smart card embutido e monitores	691,58
CP. 0497/2017	ENGEDATA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME Contratação de empresa para reestruturação da infraestrutura de cabeamento de fibras ópticas	2.955,00
CP. 0502/2017	ACTIVE TECNOLOGIA SERVIÇOS E CONSULTORIA S/A Serviço de suporte técnico com atualização tecnológica	8.612,67
CP. 0506/2014	ALA ADMINISTRAÇÃO E MULTISERVIÇOS LTDA. Serviço de mecânica geral de veículos, p/manutenção da frota do TRT	16.796,94
CP. 0520/2017	3QA TECNOLOGIA EIRELE ME Fornecimento de solução para infraestrutura de virtualização com suporte e atualizações (VMWare)	23.319,72
	Endosso	
CP. 0533/2013	POSITIVO INFORMÁTICA S/A Aquisição de 338 unidades de Estação de Trabalho - Microcomputador Desktop, marca/fabricante Positivo Informática - ARP PE 1162012 do TST	44.497,70



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

CP. 0567/2014	RCA-TEMPORARIOS E EFETIVOS LTDA	574.785,72
	Contratação de motoristas p/ veículos da frota do TRT, transporte de Desembargadores, Juizes, servidores, documentos e materiais diversos	
	ENDOSSO 2.456-0	24.348,66
		599.134,38
CP. 0577/2015	VECTRA CONSULTORIA E SERVICOS LTDA	61.246,10
	Aquisição e instalação de solução de "Application Performance Management", -APM, incluindo serviços de configuração e treinamento-PG. 021/14-Min.Defesa	
	ENDOSSO 1 (FL.326-332)	
CP. 0584/2014	FÁBRICA CIVIL - ENGENHARIA DE PROJETOS S/S - EPP	8.135,00
	Serviços técnicos especializados arquitetônico - VT Votuporanga	
	ENDOSSO (FL. 538-542)	
CP. 0590/2015	EAP ENGENHARIA LTDA	22.083,09
	Serviço de substituição do piso e do forro - FT de Sorocaba	
CP. 0593/2015	CÂMARA E GRIFFO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	149.279,06
	Execução das obras de construção de imóvel que abrigará a VT de Porto Ferreira, incluindo todos os serviços e materiais.	
CP. 0648/2014	FAST SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	9.061,94
	Aquisição de solução de hardware especializado	
CP. 0665/2013	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	28.297,13
	Aquisição de Solução Integrada de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação	
CP. 0675/2015	OBJETIVA SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI EPP	205.384,95
	Serviço de auxiliar de serviços gerais.	
	ENDOSSO 2	15.619,50
		221.004,45
CP. 0676/2015	SAMHI SANEAMENTO MÃO DE OBRA E HIGIENAÇÃO LTDA	32.487,48
	Serviço de copeira	
	Endosso 001	3.218,40
	SOMA	35.705,88
CP. 0692/2015	MÓDULO SECURITY SOLUTIONS S/A	3.430,00
	Serviços de suporte técnico software módulo Risk Manager	
CP. 0783/2015	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	0,00
	Subscrição de serviços e suporte técnico p/servidores da aplicação Java	
	Fornecimento de equipamento, conforme II TA	16.331,70
	Endosso 830-7	9.239,07
		25.570,77
CP. 0784/2015	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	11.441,80
	Serviço de suporte ao Banco de Dados PostgreSQL	
PA. 1044-63.2011	JOTAERRE DIGITAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	218.750,00
	Prestação de serviços de digitalização de processos judiciais	
PA. 1309-65.2011	CETEST MINAS ENGENHARIA E SERVICOS S/A	57.750,00
	Prestação de Serviços, manutenção ar condicionado TRT-Sede	
	ENDOSSO 3	8.982,45
		66.732,45
PA. 1324-34.2011	TELEFÔNICA BRASIL S/A	0,00
	Prestação de Serviços de Telecomunicações	
		247.484,70
	SOMA	247.484,70
	TOTAL	4.720.087,99

SALDO SIAFI	4.720.087,99
--------------------	---------------------

Fonte Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 208 – CAUÇÃO

CAUÇÃO

CONTA 11.111.19.03 - DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL /21.881.04.02 - DEPOSITOS E CAUCOES RECEBIDOS

Posição em: DEZEMBRO/2017

PROCESSO	CREDOR / OBJETO	BANCO E	REGISTRO	SALDO (EM R\$)
		CONTA CORRENTE	DATA	
CP. 0085/2014	ALGAR MULTIMÍDIA S/A CNPJ: 04.622.116/0001-13 Serviços de conexão ao backbone Internet no Brasil - Sede Administrativa e FT de Campinas	CEF - AG. 0162 C/C 00000453-6	29/06/2015	11.397,00
		Atualização 2015	17/12/2015	11.641,04
		Atualização 2016	23/12/2016	11.865,77
		Atualização 2017	28/12/2017	11.958,46
CP. 0156/2015	DIRETA CENTRAL DE ALARMES E COMÉRCIO LTDA CNPJ: 04.224.658/0001-38 Serviços de monitoramento dos sistemas de alarme	CEF - AG. 0117 C/C 10-1	21/09/2015	31.678,99
		Atualização 2015	17/12/2015	31.984,44
		Atualização 2016	23/12/2016	32.601,05
		Atualização 2017	28/12/2017	32.856,27
CP. 0156/2015	ORION SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA ME CNPJ: 07.799.037/0001-70 Serviços de monitoramento dos sistemas de alarme	CEF - AG. 0334 C/C 49-7	21/09/2015	19.142,50
		Atualização 2015	17/12/2015	19.342,61
		Atualização 2016	23/12/2016	19.715,66
		Atualização 2017	28/12/2017	19.870,29
CP. 0166/2013	JOTABÊ SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. CNPJ: 57.695.058/0001-14 Contratação de jardineiros para TRT Sedes Judiciária e Administrativa e FT de Campinas	CEF - AG. 2952 C/C 00000044-1	29/06/2015	8.757,69
			29/06/2015	9.132,57
		Atualização 2015	17/12/2015	10.379,70
		ENDOSSO	29/07/2016	11.442,27
		Atualização 2016	23/12/2016	11.652,41
		Atualização 2017	28/12/2017	12.366,01
CP. 0168/2013	JOTABÊ SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. CNPJ: 57.695.058/0001-14 Contratação de garçom para o TRT Sede Judiciária	CEF - AG. 2952 C/C 00000043-3	29/06/2015	44.636,40
			29/06/2015	50.614,95
		Atualização 2015	17/12/2015	51.810,13
		Atualização 2016	23/12/2016	52.809,30
		Atualização 2017	28/12/2017	53.222,81
Subtotal Jotabê				64.461,71

SALDO SIAFI

130.273,84

FONTE: SIAF – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

O saldo de R\$ 50.016,34 relativo a contratos de alugueis em execução se refere aos acordos antigos de cessão onerosa de espaço físico pelo TRT da 15ª Região, a seguir demonstrados, sendo que os novos contratos repactuados, os quais constituem direito líquido e certo de fruição de benefício econômico para a unidade, de acordo com as orientações contidas na Mensagem 2017/1527836 de 30/11/2017, disponibilizada pela Setorial Contábil da Justiça do Trabalho, foram contabilizados como ativos circulante e não circulante, a título de créditos a receber.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 209 – CESSÕES ONEROSAS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
SOF / Coordenadoria de Contabilidade

CESSÕES ONEROSAS - EM 31/12/17
Conta Contábil 811310301 - Contratos de Aluguéis em Execução

Processo 239-76.2012.5.15.0895 PA – Caixa Econômica Federal *

LOCALIDADE	PERÍODO	VIGÊNCIA	VALOR MENSAL	REAJUSTE	ÍNDICE	SALDO ANTERIOR	COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS**	SALDO ATUAL**
1 FT Campinas	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	2.404,18	18/05	IPC	0,00	0,00	0,00
2 Piracicaba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.309,82	18/05	IPC	0,00	0,00	0,00
3 Ribeirão Preto	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.102,46	18/05	IPC	0,00	0,00	0,00
4 São José do Rio Preto	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	847,63	18/05	IPC	0,00	0,00	0,00
5 São José dos Campos	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	3.037,97	18/05	IPC	0,00	0,00	0,00
6 Sorocaba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	460,16	18/05	IPC	0,00	0,00	0,00
7 Sede Administrativa	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	571,69	18/05	IPC	0,00	0,00	0,00
8 Sede Judiciária	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.664,79	18/05	IPC	0,00	0,00	0,00
9 Matão	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	452,84	18/05	IPC	0,00	0,00	0,00
10 Americana	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	607,41	07/01	IPC	0,00	0,00	0,00
11 Araçatuba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	358,72	01/09	IPC	0,00	0,00	0,00
12 Araraquara	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	402,19	25/04	IGP-M	0,00	0,00	0,00
13 Assis	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	574,52	22/06	IPC	0,00	0,00	0,00
14 Catanduva	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	289,58	24/03	IPC	0,00	0,00	0,00
15 Franca	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.777,99	08/10	IPC	0,00	0,00	0,00
16 Limeira	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	435,99	01/11	IPC	0,00	0,00	0,00
17 Marília	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	567,94	01/07	IPC	0,00	0,00	0,00
18 Paulínia	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	843,08	30/04	IGP-M	0,00	0,00	0,00
19 Presidente Prudente	26/06/15 a 30/06/17	02 anos	594,15	05/16	IPC	0,00	0,00	0,00
20 Sertãozinho	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	288,78	06/12	IPC	0,00	0,00	0,00
21 Taubaté	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	526,79	17/12	IGP-M	0,00	0,00	0,00
22 Capivari	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	379,94	11/03	IPC	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL						0,00	0,00	0,00

* Atualmente, as Cessões Onerosas estão regidas pelos Termos 02 e 03/2017, vigência de 01/07/2017 a 30/06/2022, e em cumprimento ao constante na Mensagem SIAFI 2017/1527836, da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho, os direitos com cessões de uso onerosa serão, no exercício de 2018, reconhecidos em contas do ativo.

** Não houve pagamentos por parte da CEF em dez/2017 em virtude da compensação de crédito em favor do banco, em atendimento ao constante no Ofício Circular CSJT.GP.SG.SETIC Nº 8/2017, no valor de R\$ 31.727,71, informado no Memorando nº 942/2017 – CCT. O valor da compensação relativa à cessão onerosa para este mês foi de R\$ 18.655,54, conforme consta no Memorando nº 01/2018-CCT.

Processo 240-61.2012.5.15.0895 PA – Banco do Brasil

LOCALIDADE	PERÍODO	VIGÊNCIA	VALOR MENSAL	REAJUSTE	ÍNDICE	SALDO ANTERIOR	RECEBIMENTO 12/2017	SALDO ATUAL**
1 FT Campinas	11/07/12 a 10/07/17	05 anos	2.356,85	10/07	IPC	2.356,85	2.356,85	0,00
2 Jaú	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	231,57	29/06	IPC	232,47	232,47	0,00
3 Ribeirão Preto	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.019,39	29/06	IPC	1.023,36	1.023,36	0,00
4 São José do Rio Preto	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	588,93	29/06	IPC	591,22	591,22	0,00
5 São José dos Campos*	06/07/12 a 05/07/17	05 anos	0,00	06/07	IPC	890,18	890,18	0,00
6 Sede Judiciária	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.480,60	29/06	IPC	1.486,38	1.486,38	0,00
7 Sorocaba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	495,43	29/06	IPC	497,36	497,36	0,00
8 Americana	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	607,41	07/01	IPC	609,04	609,04	0,00
9 Araçatuba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	219,15	01/09	IPC	219,15	219,15	0,00
10 Araraquara	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	558,56	25/04	IGP-M	558,56	558,56	0,00
11 Jaboticabal	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	244,05	07/12	IPC	520,58	520,58	0,00
12 Jacareí *	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	443,69	21/03	IPC	0,00	0,00	0,00
13 Marília	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	385,24	01/07	IPC	530,76	530,76	0,00
14 Paulínia	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	779,34	30/04	IGP-M	366,90	366,90	0,00
15 Sertãozinho	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	470,31	06/12	IPC	519,85	519,85	0,00
SUBTOTAL						10.402,66	10.402,66	0,00

* De acordo com a Coordenadoria de Contratos em seu Relatório - CCT de 03/07/2017, as cessões dessas localidades estão em processo de regularização pela Seção de Análise Contratual.

** O saldo atual foi zerado, em virtude das informações constantes no Memorando nº 851/2017 - CCT, e seus anexos, quanto às compensações de saldos credores e devedores que se fazem necessárias e que estão, atualmente, em negociação junto à Superintendência do Banco do Brasil. Há tratativas em andamento para prorrogação do contrato. Após as devidas decisões os saldos serão atualizados.

Processo CP 359/2013 – Associações de Advogados *

LOCALIDADE	PERÍODO	VIGÊNCIA	VALOR MENSAL	REAJUSTE	ÍNDICE	SALDO ANTERIOR	AJUSTE DE SALDO**	SALDO ATUAL**
1 Adv. Trabalhistas de Campinas	01/10/13 a 30/09/18	05 anos	492,95	01/05	IPC	19.001,84	2.964,82	16.037,02
2 Adv. de Campinas e Região	20/01/14 a 19/01/19	05 anos	439,90	01/05	IPC	18.113,33	3.962,94	14.150,39
3 Adv de Ribeirão Preto	01/10/13 a 30/09/18	05 anos	636,05	01/05	IPC	16.289,20	3.539,73	19.828,93
SUBTOTAL						53.404,37	3.388,03	50.016,34

* De acordo com a Seção de Controle da Execução foi elaborada em 17/10/2016, e enviada à Secretaria de Administração para deliberações, a Informação nº 597/2016 - CCT relativa à inadimplência das cessões onerosas. Situação Atual: Autos foram encaminhados à Diretoria-Geral, conforme Memorando nº 700/2017 - CCT.

** Os saldos serão acertados após a efetivação da negociação em andamento entre a Presidência do TRT da 15ª Região junto aos representantes da Associação, conforme consta no Relatório - CCT de 03/07/2017, no Memorando nº 851/2017 - CCT e seus anexos (Protocolo Administrativo nº 6774/2017 - DG e despachos). Realizado ajuste parcial com base nos valores atualizados informados nos Memorandos nº 1007/2017-CCT e nº 01/2018-CCT.

	SALDO ANTERIOR	RECEBIMENTO e AJUSTE 12/2017	SALDO ATUAL**
TOTAL GERAL	63.807,03	13.790,69	50.016,34



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

g.2) NE 16 – Saldo dos Atos Potenciais Passivos

O total dos atos potenciais passivos a executar, R\$ 124.555.951,62, compreende as seguintes obrigações contratuais:

QUADRO 210 – ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Exercício	2017	2016	AH	AV	Variação Absoluta R\$
Conta Contábil	Saldo R\$	Saldo R\$			
Serviços	71.287.396,59	67.995.509,87	4,84%	57,23%	3.291.886,72
Alugueis	52.205.460,74	41.766.094,80	24,99%	41,91%	10.439.365,94
Fornecimento de Bens	1.063.094,29	713.362,62	49,03%	0,85%	349.731,67
Total	124.555.951,62	110.474.967,29	12,75%	100,00%	14.080.984,33

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela a seguir contempla por credor os valores contratados com o Regional.

QUADRO 211 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Obrigações Contratuais - Por Contratado - UG

Fonte: Tesouro Gerencial

	Contratado	Saldo Contrato R\$
43209436000106	ACECO TI S.A.	939.270,49
07833364000100	ACTIVE TECNOLOGIA SERVICOS E CONSULTORIA S/A	169.580,10
00603044808	ADELE CATERINO DE ARAUJO	88.998,23
04436865800	ADILSON LODUCCA	25.968,05
27711096000152	ADMBENS HOLDING E ADMINISTRACAO PATRIMONIAL LTDA	3.460.833,27
06236353000171	ADMINISTRADORA DE BENS CEDRO S/S LTDA - EPP	513.446,70
10964571803	ADRIANA FERREIRA GONCALVES DE ANDRADE	71.845,96
03767254000128	AGILE TERCEIRIZACAO LTDA - EPP	1.317.684,55
01382166818	AGNALDO COSTA	98.184,92
07809721000196	AIRONSERV SERVICOS INTEGRADOS LTDA - EPP	703.460,62
07463467000117	AKATIJU COMERCIAL E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - EPP	277.200,00
08237641000176	ALA ADMINISTRACAO E MULTISERVICOS LTDA.	336.245,10
41924330873	ALEXANDRE PASCHOAL DARBO	32.562,58
16794678837	ALEXANDRE RODRIGUES TORRES	146.191,21
04622116000113	ALGAR MULTIMIDIA S/A	250.272,79
13792318000102	ALTINO PEREIRA DE ARAUJO - ME	4.604,00
09637655000140	ALTO DO SILVARES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	499.445,34
17851421000129	ALUXE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI - ME	779.539,96
05626406816	AMILSON AZNAR DIAS	193.839,47
12824086000156	ANDRETTA ADMINISTRACAO DE BENS LTDA.	829.256,06
17788397890	ANGELA GALEGO DIAS DA SILVA	17.508,54
60304596868	ANTONIA NEVES DE FIGUEIREDO	1.446.057,12
62928716815	ANTONIO CATERINO	89.001,12
55534791853	ANTONIO MANUEL PAULINO DE CARVALHO	193.637,83
03564100806	ANTONIO PEDRO CREMONESI	1.592.491,16
44173253672	ANTONIO RENATO BUENO	527.489,29
10484227000103	ARAUCARIA AR CONDICIONADO LTDA - EPP	1.943.991,47



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

05576482000146	ARCOLIMP SERVICOS GERAIS LTDA	1.068.407,87
14123615830	ARIOVALDO CONDE JUNIOR	231.054,60
10658360000139	ATENAS ELEVADORES LTDA - EPP	131.646,96
07939760000108	AVEME GESTAO DE PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA - EPP	990.709,40
02254737000166	BASIC ELEVADORES LTDA.	37.257,46
03949258000127	BASS ELEVADORES LTDA	21.263,18
11072886000103	BIOVETOR SERVICOS LTDA - EPP	48.514,00
17936324000139	BLUE BLACK PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA	216.914,56
04659939000113	C A M J ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A	192.766,66
90113861834	CARLOS ALBERTO CAMPANATI	210.002,05
02702917844	CARLOS ALBERTO JORGE	51.386,91
25796268830	CARMEM SILVIA TOLEDO SIQUEIRA	35.291,44
08057547000135	CARVALHO & ZAVAGLIO ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - ME	223.310,79
09569257822	CECILIA APARECIDA BERTOLI INOCENTI	144.513,11
61600839000155	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIE E	11.561.180,08
47575196000106	CESTAC COMERCIO E MANUTENCAO DE AR CONDICIONADO LTDA -	170.558,34
24016172000111	CETEST MINAS ENGENHARIA E SERVICOS S/A	194.529,59
04088208000165	CGMP - CENTRO DE GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A.	560.886,30
01211015000161	CIBAM ENGENHARIA EIRELI - EPP	563.667,02
03328305000115	CLARITY SISTEMAS DE ENERGIA LTDA - EPP	5.094,93
40432544000147	CLARO S.A.	966,24
81342675800	CLAUDENOR MIARELLI	27.168,89
21420139886	CLEUSA APARECIDA PASQUINI MIARELLI	27.168,70
33050196000188	COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	165,60
01181242000434	COMPWIRE INFORMATICA S/A	170.939,04
67629840000199	CONSISTE ELEVADORES E SERVICOS LTDA. - EPP	114.498,53
50715648000112	CONSTRUTORA MALIBU SAO CARLOS LTDA - EPP	774.119,23
01350233000187	CONSTRUTORA PADUA LTDA	1.204.547,96
56167331000175	CONTATUS ELETRICIDADE LTDA	1.178.443,02
07191283823	CRESIO MARTINS ROSA	527.488,44
78481481815	CREUBE FELIX DE MENDONCA	614.698,12
43132332887	CRIMARANTO PEREIRA DE SOUZA	739.277,84
02263120000107	D.Z. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	707.452,92
82744424820	DAISELIZA JACOMINO LORENZETTI	93.322,60
56795362000170	DAMOVO DO BRASIL S.A.	133.439,01
03738315000129	DEDETIZADORA, DESENTUPIDORA E COMERCIO LOREMI LTDA - EP	229.117,89
05384855827	DENISE MARINA RAIMUNDO RAMALHO	307.960,10
03335879872	DERCIO GONCALVES PEREIRA	58.211,66
04839879000110	DIGITAL JUNDIAI LTDA - ME	39.669,40
90498763820	DIOLINDO MIARELLI	32.760,19
04224658000138	DIRETA CENTRAL DE ALARMES E COMERCIO LTDA - EPP	20.014,87
81132344891	DORIVAL MIARELLI	27.168,70
14849140000143	E A P PINGO REFRIGERACAO - ME	48.824,40
01228106000100	EBPAR - PARTICIPACOES SOCIETARIAS E EMPREENDIMENTOS IMO	19.042,80
25786414809	EDUARDO ESDRAS TOLEDO SIQUEIRA	35.291,44
18328190869	EDUARDO MENDONCA DE ANDRADE	30.014,12
12329513828	ELAINE CRISTINA RODRIGUES TORRES D URSO	146.128,69
00028986003638	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.	14.697,00
00028986005410	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.	230.000,00
05823840000178	ELEVADORES ORION LTDA.	129.908,34



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

54222401000115	ELEVADORES VILLARTA LTDA	27.167,64
05104855000186	ELIANA MARIA GERUMIN OLIVEIRA - EPP	36.411,10
10231202830	ELIANA MARIA GUERREIRO DA MOTA PAES	869.216,93
12650410833	ELIANE APARECIDA GARCIA CORRAL	207.040,15
11372630000103	ELISABETE SABINO SERVICOS DE DEDETIZACAO - ME	62.265,58
72213167834	ELIZABETH BUSATO CREMONESI	1.592.491,13
04838192800	ELQUIDES GONCALVES JUNIOR	193.839,23
05098101000160	EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS ARMINDO RAMALHO LTDA	885.213,06
34028316710151	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	2.825.525,39
76674704000101	ENCLIMAR ENGENHARIA DE CLIMATIZACAO LTDA	282.472,00
19964929000169	ENGEVISA SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA - EPP	17.754,00
08259573000146	EPHISTHEME - PESQUISA E PLANEJAMENTO EM EDUCACAO LTDA.	32.700,00
17726814829	ERASMO JUNIOR TOLEDO SIQUEIRA	35.291,44
65390350804	ERNESTO JOSE RIBEIRO	2.307.387,40
68970680000100	ERODATA CONSULTORIA E SERVICOS LTDA	1.964.682,95
56851769000178	ESPEL ELEVADORES ESPECIALIZADOS - EIRELI - EPP	18.470,42
08800688000104	ETERNA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	758.255,79
28582375816	EVANDRO MENDONCA DE ANDRADE	30.014,15
31236337808	EWERTON ALEXANDRE MIARELLI	32.837,45
16754866896	FABIANO GALEGO DIAS	17.508,54
09638319844	FABIO RODRIGUES GONCALVES	221.584,18
15399791000141	FABRI, GARCIA, VIEIRA ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS LT	473.607,60
10647012000166	FAST SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	58.456,17
93061110887	FATIMA DE LOURDES SAMPAR GONCALVES	36.660,64
20856180815	FELICIO RUSSO NETO	93.958,21
10302293841	FERNANDO LIMA DE MORAES	624.413,86
49057136000127	FERRARESI & CIA LTDA - ME	202.333,10
08953103000188	FIBRA OPTICA RIO PRETO LTDA - EPP	8.459,28
11472645000143	FLEX ELEVADORES COMERCIO DE PECAS E MANUTENCAO LTDA - E	12.008,89
01798447843	FLORIBERTO MARIANO	240.358,96
10159216000158	FOLSMA PARTICIPACOES LTDA	216.914,56
21946748889	GISLAINE PARMINONDI DOS SANTOS LEATI	11.758,48
10953458857	GUILENE AIDAR CERON	533.340,02
05939875000177	HEBAS HOLDING S/A	1.011.976,60
14173198876	HEIDY FUMIE KOYAMA	33.978,54
14454110832	HELIO D ARBO JUNIOR	32.561,52
82135541834	HELOISA HELENA FERREIRA DE CARVALHO	193.638,29
07129057000134	HLMM - ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	688.465,48
12952507000124	HOTEL POUSADA DAMICO LTDA - ME	17.564,57
19813749000186	HP ADMINISTRADORA E INCORPORADORA DE BENS LTDA - EPP	596.208,34
19813725000127	HPE ADMINISTRADORA E INCORPORADORA DE BENS LTDA - EPP	596.208,33
74369224000101	IDEAL ELEVADORES DE ARARAQUARA LTDA - EPP	5.699,32
03267141000163	IMPACTO CONTROLE DE PRAGAS EIRELI - EPP	18.387,63
11389354000196	INTERCLIMA ANDRADINA AR CONDICIONADO LTDA - EPP	1.089.446,16
21420146823	IRENI CONCEICAO VALERETTO MIARELI	32.760,19
12482939000119	IVAI AR CONDICIONADO - EIRELI - EPP	349.025,61
16856655860	IVAN LUIS NICOLETTI	177.744,25
11991717865	IVETE VALDERRAMOS MACHADO	54.210,99
38133326834	IVONE BIANCHINI MARIANI	172.664,51
51379543000100	J. N. GONCALVES ADMINISTRACAO DE BENS LTDA.	600.794,90
21712778820	JACKSON LUIZ MACHADO	54.211,25



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

06012477000173	JLR TRANSPORTES E PARTICIPACOES LTDA	895.425,25
19592108820	JOAO CLAUDIO BIGATAO	614.698,12
15936380866	JOAO DONIZETE LEATI	11.758,48
97998583800	JOAO DONIZETI GONCALVES	36.660,76
05070961853	JOAO LUIZ DA COSTA	327.810,12
73527343849	JOEL ALMEIDA MANHEZE	34.078,54
06150092631	JONAS CALDEIRA DOS SANTOS	8.519,65
83161279891	JOSE AUGUSTO PRUDENTE	94.560,48
27633942800	JOSE CARLOS ARTONI	210.314,94
29996287815	JOSE FRANCISCO DA SILVA	288.808,34
08513098876	JOSE GILMAR CERON	533.340,02
05071208849	JOSE PEDRO DA COSTA	327.809,76
07841981872	JOSE SOARES GOMES	83.004,29
57695058000114	JOTABE SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA	683.716,55
61584843000177	JOTAERRE DIGITACAO E SERVICOS LTDA	1.669.810,62
24970614000164	JP & LM PARTICIPACOES E LOCACOES PROPRIAS LTDA	1.750.000,00
07814218616	KAIO CALDEIRA DOS SANTOS	8.519,65
24805650842	LETICIA GOMES DAS CHAGAS	246.265,67
00482840000138	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	594.555,70
10541436848	LUCIA HELENA ANDRADE DE BARROS JORGE	51.386,63
09203773860	LUCIANO JOSE FONSECA DE ANDRADE	65.082,97
02573465896	LUIZ ALBERTO MANSILHA BRESSAN	63.338,73
03169308815	LUIZ CARLOS BETIOL D ARBO	195.442,02
04626101879	LUIZ HENRIQUE ABRAO PEREIRA	58.212,74
33747094864	LUIZ HENRIQUE LEON DE SOUZA GASPAR	80.682,74
29837562897	LUIZ OTAVIO JACOMINO LORENZETTI	185.247,96
50750298000125	LUZ PUBLICIDADE SP SUL LTDA	38.280,00
19221867000103	M. R. H. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS - EIRELI	2.340.796,89
52040763000160	MADEIRA & CIA LIMITADA	855.382,50
26076327000130	MALANGA SANTOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP	1.066.930,86
13600008870	MARCELINO CORRAL NETO	207.040,88
01089345860	MARCO ANTONIO MATSUURA	125.245,34
75015676891	MARCO ANTONIO SANTI TARDELLI	645.702,88
08653456864	MARCO AURELIO CHAGURI	159.379,54
21420132873	MARIA APARECIDA FLOR MIARELLI	32.760,19
11235237893	MARIA APARECIDA PIROZZI	59.786,42
09416185876	MARIA APPARECIDA REIS DE MACEDO	48.035,39
04289821820	MARIA AUXILIADORA CAMPAGNOLI SILVA	502.749,79
03952859842	MARIA DE LOURDES SANCHEZ FACCI	28.000,49
31546591885	MARIA FERNANDA LEON DE SOUZA GASPAR	80.682,73
25924345858	MARIA MEDEIRO FERREIRA MIARELLI	27.169,82
04746603898	MARIA PAULA GROKE	210.001,69
26663562304	MARIA SOCORRO LEITE COSTA	155.734,90
16072756867	MARILIA PEIXE HILDEBRAND RUSSO	93.958,21
15277455892	MARIO BRAZ DAS CHAGAS JUNIOR	246.296,25
69062650830	MARIO SORRENTINO	326.529,85
27284516000161	MAXIFROTA SERVICOS DE MANUTENCAO DE FROTA LTDA	161.191,80
05075912834	MERCEDES APPARECIDA SEGURA BERTOLI	144.512,85
02069732000163	NECTAR BRIX INDUSTRIA E COMERCIO DE SUCOS EIRELI	1.033.443,74
63830485891	NELSON MIARELLI	27.168,70



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

01895924863	NICOLA FACCI NETO	28.000,60
06209837875	NOEMIA MATSUURA	125.244,85
05255748000159	NTC- NUCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMATICA	202.629,70
42194191000110	NUTRICASH SERVICOS LTDA	369.150,48
10874523000110	OBJETIVA SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI - EPP	1.096.387,15
10344764000158	OCTOPLUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME	794.654,35
59456277000176	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	198.071,66
71564546000113	ORGANIZACAO EMPRESARIAL ITARARE LTDA - ME	183.535,70
07799037000170	ORION - SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA - ME	20.387,50
02474934000190	PAMAR COMERCIAL SERVICOS E LOCACAO LTDA - EPP	703.094,17
57134707849	PASQUALE CATERINO	89.001,60
97979171853	PERCILIA MARIANI	57.556,59
30694710644	PERSEU MARIANI	57.556,59
14117555880	PERSIO BIANCHINI MARIANI	57.556,59
21420137832	PIERINA CLEONICE VALERETTO MIARELI	27.169,35
02780863000154	PONTUAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME	1.156.782,84
05340639000130	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	649.054,46
10664420000126	PROJECLIMA LTDA - ME	24.141,81
08438690000177	PROMOVE SEGURANCA ELETRONICA LTDA - EPP	36.591,73
69207850000161	RCA PRODUTOS E SERVICOS LTDA.	13.131.560,31
10928126000184	REAK SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	9.154.876,08
05310120858	REGIANE DA SILVA VASSAO MARIANO	237.356,16
07173382823	RENATA CIPOLLI DARBO	32.606,65
34667342668	RITA FILOMENA BARBEITO MARQUES CALDEIRA	17.039,97
15062680808	ROBERTO RUBENS MULLER	177.743,76
18328191830	ROGERIO MENDONCA DE ANDRADE	30.016,13
10173949894	ROSSANA PEIXOTO ALVES FERREIRA	44.999,92
06350648000174	RS CONSULTORIA E SERVICOS DE GESTAO EMPRESARIAL LTDA	587.122,89
03206234000188	SAMHI SANEAMENTO MAO DE OBRA E HIGIENIZACAO LTDA	204.868,76
09587302885	SANDRA REGINA RODRIGUES TORRES	146.128,69
02435614000121	SANTANA SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	89.398,40
07108509000282	SCHNEIDER ELECTRIC IT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQ	112.742,42
08720284888	SEBASTIAO FERNANDO REIS MACEDO	40.967,99
00332087000102	SECURITY SEGURANCA LTDA	1.049.036,18
56077076000170	SGVO ENGENHARIA CONST E EMPREENDIMENTOS IMOB LTDA - EPP	1.097.611,89
04441348000175	SHELTER - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIO LTD	4.174,08
15952397824	SILENE APARECIDA FERNANDES DE SOUZA	74.862,74
07166110821	SILVIA LIDIA CIPOLLI D ARBO	97.738,53
07432517000107	SIMPRESS COMERCIO, LOCACAO E SERVICOS S/A	174.000,00
49596323000189	SOEDIL SOTECO EDIFICACOES LTDA	66.931,10
98166255804	SONIA DO CARMO ARTONI	210.314,94
09643921000147	SPELL COMERCIO E SERVICO DE AR CONDICIONADO LTDA - EPP	113.164,67
09058423000137	SYBEX COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA - EPP	7.158,00
26990812000115	TECNISYS INFORMATICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	72.786,34
04043270000130	TECNOTTEL COMERCIO E SERVICOS TECNICOS LTDA - ME	18.376,64
02558157000162	TELEFONICA BRASIL S.A.	2.951.822,44
62082821000171	THERMON AR CONDICIONADO LTDA	16.795,88
90347840002404	THYSSENKRUPP ELEVADORES SA	173.115,22
17467753000104	TITA EVENTOS EIRELI - EPP	275.978,01



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

08752749000105	TOTEM - SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	8.772.946,62
08231792000117	V2 INTEGRADORA DE SOLUCOES E IMPORTACOES EIRELI - ME	25.200,00
01083002000154	VILSON TREVISAN CONSULTORIA	9.000,00
00250388000189	VIRTUAL AUTOMACAO LTDA	25.000,00
05116014000199	W J SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - EPP	10.817,84
69515786800	WALDEMAR MIARELLI	32.760,19
55098576849	WALTER MIARELI	32.760,19
02042718866	WELSON ALVES FERREIRA JUNIOR	44.999,94
26454053806	ZILDA APARECIDA INOCENCIO DA SILVA MIARELLI	32.760,19
Total		124.555.951,62

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Destacam-se a seguir os objetos das contratações mais onerosas:

- 69207850000161 – RCA Produtos e Serviços LTDA, R\$ 13.131.560,31 – Contratação de locação de mão de obra – Motoristas (CP0567/2014) e Auxiliares de Limpeza (CP. 0330/2015);
- 61600839000155 – Centro de Integração Empresa Escola CIEE – R\$ 11.561.180,08 – Contratação de serviços – Estagiários (CP0088/2015);
- 10928126000184 – Reak Segurança e Vigilância Patrimonial LTDA – R\$ 9.154.876,08 – Contratação de locação de mão de obra – Vigilância Patrimonial Armada (CP0212/2016);
- 08752749000105 – Totem – Sistemas de Segurança LTDA – R\$ 8.772.946,62 – Contratação de locação de mão de obra – Vigilância Patrimonial Armada (CP0212/2016).

h) NE 17 – Superavit/Deficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

O quadro a seguir apresenta a composição das disponibilidades financeiras em 31 de dezembro de 2017.

QUADRO 212 – DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

Exercício	2017	2016	AH	Variação Absoluta
	Saldo R\$	Saldo R\$		
Conta				
ATIVO FINANCEIRO	85.884.280,69	35.843.837,89	139,61%	50.040.442,80
PASSIVO FINANCEIRO	68.948.886,96	33.520.026,11	105,69%	35.428.860,85
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL	16.935.393,73	2.323.811,78	628,78%	14.611.581,95

Fonte: Tesouro Gerencial

Com o propósito de apresentar o superavit financeiro apurado em Balanço Patrimonial ajustado com o recurso diferido e o montante autorizado de recursos a receber em 2018, para fazer face ao valor inscrito em restos a pagar no final de 2017, segue o demonstrativo.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 213 – SUPERAVIT FINANCEIRO AJUSTADO

EXERCÍCIO 2017

SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO AJUSTADO (EM R\$)	
SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL	16.935.393,73
Recursos a Receber em 2018 para Pagto de Inscrição RAP/2017	796.364,85
Recursos Diferidos para 2018	(746.066,77)
SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	16.985.691,81
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	16.985.691,81
Fonte 50 – Recursos Próprios	2.493.371,32
Fonte 81 – Recursos Convênio	14.492.320,49

Fonte: Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Notas Explicativas:

1. A parcela do superavit financeiro em 31/12/2017, relativa a recursos próprios no total de R\$ 16.985.691,81, passível de oferecimento em contrapartida a eventuais solicitações de créditos adicionais em exercício futuro, foi assim constituída:

Fonte 50 – Receita Própria, montante de R\$ 2.493.371,32 ao final do ano de 2017 é o resultado dos seguintes registros: saldo financeiro disponível em 31/12/2016, R\$ 2.704.387,01, o valor de R\$ 78.031,46 obtido pelo cancelamento de restos a pagar, R\$ 773.349,04 arrecadados no exercício, menos (R\$ 1.062.396,19) relativos aos empenhos emitidos em 2017.

Fonte 81 – Recursos de Convênio, montante de R\$ 14.492.320,49 ao final do ano de 2017 é resultante de: saldo financeiro disponível em 31/12/2016, R\$ 1.466.363,64, o valor de R\$ 838.586,46 obtido pelo cancelamento de restos a pagar, R\$ 37.362.120,00 relativos ao acordo centralizado no Conselho Superior da Justiça do Trabalho e repassado até o limite da dotação fonte 181 consignado na LOA/2017, mais R\$ 10.572.122,72 originários da rescisão dos contratos celebrados entre o TRT da 15ª e os Bancos Oficiais, menos (R\$35.746.872,33) relativos aos empenhos emitidos em 2017.

Segue, também, quadro demonstrativo com os valores relativos à execução financeira líquida, concernente à execução orçamentária no ano de 2017, com recursos diretamente arrecadados e transferidos, e que fizeram face à execução dos créditos, consignados na LOA/2017 e dos restos a pagar inscritos e reinscritos, no exercício.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 214 – EXECUÇÃO FINANCEIRA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
SOF / Coordenadoria de Contabilidade

EXECUÇÃO FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2017

		Em R\$
SALDO DE RECURSOS À DISPOSIÇÃO DO TRT EM 31/12/2017		85.804.304,93
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		85.804.304,93
Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento		85.754.006,85
Fonte 100		44.430.706,27
Fonte 127		12.763.491,85
Fonte 150		2.095.249,35
Fonte 181		24.477.252,61
Fonte 350		771.758,71
Fonte 381		1.215.548,06
Recursos Diferidos para 2018		(746.066,77)
Fonte 127		(746.066,77)
Recursos a Receber em 2018 para Pagto de Inscrição RAP/2017		796.364,85
Fonte 100 - LOA 2017		796.364,85
Fonte 100		652.964,85
Fonte 188		143.400,00
		Em R\$
PENDÊNCIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018		68.818.613,12
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		68.672.627,47
Reinscritos		8.064.569,30
Fonte 100		4.971.860,27
Fonte 127		1.109.989,35
Fonte 150		9.873,39
Fonte 181		763.034,63
Fonte 381		1.209.811,66
Inscritos		60.608.058,17
Fonte 100		39.980.180,61
Fonte 127		10.903.155,62
Fonte 150		355.602,74
Fonte 181		9.225.719,20
Fonte 188		143.400,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		145.985,65
Reinscritos		16.849,60
Fonte 100		14.518,51
Fonte 127		2.331,09
Inscritos		129.136,05
Fonte 100		117.111,73
Fonte 127		1.949,02
Fonte 150		8.160,61
Fonte 181		1.914,69
		Em R\$
SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO		16.985.691,81
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		16.985.691,81
Fonte 50 – Recursos Próprios		2.493.371,32
Fonte 81 – Recursos Convênio		14.492.320,49

Fonte: Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal



6.3.2.7 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, mediante confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

a) NE 18 – Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações patrimoniais aumentativas totalizaram R\$ 1.788.842.085,74, e os itens mais relevantes seguem analisados:

- R\$ 55.868.279,25 arrecadados a título de taxas, originários de custas judiciais e emolumentos, variação positiva de 12,5% em relação ao arrecadado em 2016;
- R\$ 1.199.958,30, em receita derivada da exploração de bens, serviços e direitos, a qual apresentou variação positiva de 48,31% em relação ao exercício anterior, quais sejam:
 - i) R\$ 445.587,64 de valores recebidos e R\$ 596.145,56 contabilizados como créditos a receber a partir do ano de 2017, conforme orientações contidas na Mensagem SIAFI 2017/1527836, as Setorial Contábil da Justiça do Trabalho, ambos concernentes à taxa de ocupação de imóveis, oriundos dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, assinados por este Tribunal e as Instituições Financeiras, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho
 - ii) R\$ 158.225,10 provenientes de processamento de dados das consignações em folha de pagamento;
- R\$ 102.157,37, trata-se de variação patrimonial aumentativa financeira, resultante da atualização monetária e contabilização de juros, originários, sobretudo, dos seguintes ativos: Créditos a Receber de Responsáveis por Dano/Perda-TCE; e Adiantamento de Contribuições Futuras para a FUNPRESP – JUD;
- R\$ 1.668.980.976,90 contabilizados a título de transferências recebidas, sendo: R\$ 1.632.219.946,31 derivados de sub-repasses pertinentes ao orçamento 2017; R\$ 2.090.382,15 relativos a sub-repasses recibos destinados a amparar restos a pagar; e R\$ 29.371.807,72, montante arrecadado a título de “Transferências de Convênios”; R\$ 855.402,02 para restituições de receitas; R\$ 927.509,02 em retificação de guias de recolhimento; R\$ 674.280,36 baixa de saldos de previsão de precatórios; R\$ 101.901,54 referente a incorporação de bens recebidos em doação; R\$ 2.739.747,76 oriundos de transferências recebidas de imóveis no Sistema SPIUnet, conforme quadro a seguir.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 215 – TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE IMÓVEIS NO SISTEMA SPIUNET

INCORPORAÇÕES : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet

12321.01.03 - TERRENOS / GLEBAS

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Incorporações (Registros e Transferências)
1	7079.00093.500-2	São Carlos	1.161.492,81

Situação em 31 de dezembro de 2017.

Notas: Doação do Município à União, que por intermédio da Secretaria do Patrimônio transferiu ao TRT da 15ª para a Construção da VT de São Carlos.

INCORPORAÇÕES : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet

12321.01.20 - COMPLEXOS/FABRICAS/USINAS

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Incorporações (Registros e Transferências)
1	6875.00006.500-0	Piracicaba	1.578.254,95

Situação em 31 de dezembro de 2017.

Notas: Registro do Imóvel em 13/12/2017, pela Superintendência do Patrimônio da União, situado no Município de PIRACICABA, localizado na rua João Pedro Correa - Bairro Santa Terezinha nº 115 - além de 137/810/870, parte atualmente ocupada por este Regional, aguardando regularização no processo nº 10880.011327/96-17, conforme consta do campo "observação", em destaque no cadastro do imóvel no SPIUnet. Em 14/12/2017 foi regularizado o registro mediante transferência de domínio à Superintendência do Patrimônio da União.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

• R\$ 58.095.155,87 em valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos. A variação positiva de 269,89% verificada em relação ao ano anterior decorreu sobretudo das reavaliações de bens imóveis. Seguem discriminadas as variações mais relevantes ocorridas em 2017:

i) R\$ 54.597.665,71 soma oriunda, predominantemente, de reavaliação de bens imóveis, pelos valores aplicados em benfeitorias e, também, pela atualização anual realizada pela Administração do Órgão, mediante a correção do valor com base no índice IBGE IPC-A, nas seguintes localidades:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 216 – REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS – EDIFÍCIOS

REAVALIAÇÕES/ BENFEITORIAS

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet

12321.01.02 - EDIFÍCIOS

Em R\$

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Reavaliações (Atualização da Avaliação)
1	6219.00010.500-3	Bauru (cessão recíproca com município)	39.242,17
2	6209.00029.500-0	Barretos (1)	3.827.956,30
3	6249.00016.500-8	Botucatu	175.961,97
4	6291.00073.500-0	Campinas (R.Barão de Jaguara,945)	463.553,78
5	6291.00288.500-9	Campinas (R.Barão de Jaguara- Camp Tower-Edifício Sede Judicial) (2)	23.990.055,03
6	6291.01822.500-3	Campinas (FT Campinas)	13.073.512,14
7	6369.00011.500-1	Cruzeiro	340.779,02
8	6597.00002.500-0	Jales	93.235,58
9	6637.00005.500-0	Lençóis Paulista (1ª VT)	295.984,50
10	6687.00002.500-0	Matão	101.759,26
11	6715.00013.500-9	Mogi Guaçu	564.172,36
12	6717.00002.500-5	Mogi Mirim	154.402,18
13	6875.00017.500-0	Piracicaba	559.040,53
14	6915.00013.500-1	Porto Ferreira (3)	3.216.434,66
15	6969.00011.500-0	Ribeirão Preto (Rua Vereador Manir Calil)	561.785,56
16	6969.00044.500-0	Ribeirão Preto (Sede FT)	1.562.053,82
17	6979.00009.500-6	Rio Claro (Av. Projetada, 289)	682.539,54
18	7083.00002.500-4	São João da Boa Vista	138.187,86
19	7097.00059.500-5	São José do Rio Preto	1.382.748,63
20	7099.00520.500-7	São José dos Campos	1.692.715,94
21	7145.00223.500-0	Sorocaba	698.490,71
22	7245.00003.500-0	Votuporanga (Rua Alagoas, 2915 - Chácara Aviação)	86.199,60
			53.700.811,14

Situação em 31 de dezembro de 2017.

Notas:

(1) Inclusão do Imóvel tendo em vista a conclusão da obra, valor terreno mais o total contabilizado como obras em andamento.

(2) Incorporação do valor aplicado na modernização tecnológica das instalações dos elevadores, tendo em vista a finalização dos serviços, R\$ 2.691.490,18.

(3) Inclusão do Imóvel tendo em vista a conclusão da obra, valor terreno mais o total contabilizado como obras em andamento.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 217 – REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS – TERRENOS/GLEBAS

REAVALIAÇÕES/ BENFEITORIAS

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet

12321.01.03 - TERRENOS / GLEBAS

Em R\$

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Reavaliações (Atualização da Avaliação)
1	6165.00020.500-5	Araras	64.711,30
2	6209.00029.500-0	Barretos (4)	11.626,81
3	6221.00005.500-8	Bebedouro	17.501,67
4	6229.00006.500-9	Birigui	11.559,77
5	6229.00014.500-2	Birigui	3.346,16
6	6305.00006.500-8	Capão Bonito	9.805,92
7	6323.00047.500-0	Catanduva	20.026,93
8	6411.00005.500-3	Fernandópolis	3.965,09
9	6425.00015.500-8	Franca (Av. Sete de Setembro)	134.604,23
10	6547.00007.500-1	Itapetininga	36.748,17
11	6555.00007.500-2	Itápolis	1.906,34
12	6583.00009.500-9	Ituverava	1.694,88
13	6587.00009.500-1	Jaboticabal (Av. Nicolino Filardi)	30.814,78
14	6643.00026.500-9	Lins	9.945,86
15	6681.00026.500-1	Marília	22.982,89
16	6687.00007.500-7	Matão	9.799,48
17	6915.00013.500-1	Porto Ferreira (4)	17.670,55
18	7095.00005.500-4	São José do Rio Pardo	4.854,91
19	7181.00006.500-6	Tatuí	57.199,36
20	7183.00030.500-3	Taubaté	317.933,16
21	7245.00040.500-1	Votuporanga (Rua Luiza Passarim Maricato, s/n - Jd.Universitário)	108.156,31
			896.854,57

Situação em 31 de dezembro de 2017.

Notas:

(4) Atualização do terreno antes da mudança de classificação do terreno para inclusão do edifício, após conclusão da obra.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

ii) R\$ 1.693.734,84 soma oriunda, do registro de créditos a receber, longo prazo, por cessão de uso onerosa de espaço físico pelo TRT da 15ª Região, Processo 000239-76.2012.5.15.0895 PA (Termos de Cessão n.ºs 02 e 03/2017) com a Caixa Econômica Federal, em conformidade com as orientações contidas na Mensagem SIAFI 2017/1527836, da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho, e com as informações constantes do Memorando 1001/2017 – CCT de 20/12/2017 da Coordenadoria de Contratos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 218 – DIREITOS COM CESSÕES DE USO ONEROSAS DE ESPAÇOS FÍSICOS
DIREITOS COM CESSÕES DE USO ONEROSAS DE ESPAÇOS FÍSICOS
Conta Contábil 121219803 (Ativo não Circulante)

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Processo Administrativo - PA 0000239-76.2012.5.15.0895 (Termos de Cessão de Uso nº 02/2017 e nº 03/2017)

Cessão Onerosa	Vigência	débitos	créditos	saldo credor *
Ativo não Circulante	01/01/2019 a 30/06/2022		1.459.487,82	1.459.487,82
			Longo prazo	1.459.487,82

Rateio de Despesas	Vigência	débitos	créditos	saldo credor *
Ativo não Circulante	01/01/2019 a 30/06/2022		234.247,02	234.247,02
			Longo prazo	234.247,02

Ativo não Circulante	1.693.734,84
TOTAL GERAL CEF	1.693.734,84

* Saldos a receber com direitos de Cessões de Uso Onerosas e de Rateio de Despesas, conforme Memorando nº 1001/2017 - CCT, de 20/12/2017, da Coordenadoria de Contratos.

Observação: Os valores constantes nas planilhas tratam de direitos escriturados no Ativo (Não Circulante) em atendimento à Mensagem SIAFI 2017/1527836, de 30/11/2017, da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho, que trata da "rotina de contabilização de cessão de bens imóveis".

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

iii) R\$ 1.803.755,32 soma decorrente, sobretudo, da baixa de passivos de pessoal e de cancelamento de restos a pagar não processados.

- R\$ 4.595.558,05 a título de outras variações patrimoniais aumentativas, constituída pelas seguintes contabilizações:

i) R\$ 2.703.060,56, baixa de provisão por quitação de débito no exercício de 2017 conforme segue:

QUADRO 219 – BAIXA DE PROVISÃO POR QUITAÇÃO DO DÉBITO

BAIXA DE PROVISÃO - Reembolso Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes-OUTR

(ISF:P): 21.711.01.00 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS (CP)

SIAFI	NOTAS	COMPETÊNCIA	VALOR DA BAIXA (R\$)
2017NS004860	Protocolo nº 12045/2016-DG - Baixa parcial de passivo relativo a ressarcimento de pessoal requisitado, reconhecido mediante Provisão, tendo em vista o registro de passivo após comprovação documental conforme Informação CPAG/SPPSVE 505/2017, de acordo com o contido na Informação CPAG/SPPSVE nº 536/2017.	2015	(652.901,29)
		2014	(557.891,30)
		2013	(415.695,57)
2017NS008669	Protocolo nº 12045/2016-DG - Baixa parcial de passivo relativo a ressarcimento de pessoal requisitado, reconhecido mediante Provisão, tendo em vista o registro de passivo após comprovação documental conforme Informação CPAG/SPPSVE 833/2017 (Protocolo 7786/2017-DG), de acordo com o contido na Informação CPAG/SPPSVE nº 839/2017 e Despacho Ordenador de Despesas em 21/11/2017.	2015	(390.681,12)
		2014	(335.204,26)
		2013	(350.687,02)
TOTAL DA BAIXA			(2.703.060,56)

Fonte SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



ii) R\$ 1.892.497,49, em arrecadação de receita a título de multas administrativas e indenizações/restituições, em valor contabilizado como outras variações patrimoniais aumentativas, formado pelas arrecadações classificadas como indenizações e restituições, multas administrativas, e outros.

Vale destacar que, não houve no exercício de 2017 geração de receita derivada de alienação de bens e direitos que integrem o patrimônio público, tendo em vista o que dispõe o art. 44, bem como o inciso VI, do art. 50, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vedam a aplicação de tais receitas para financiar Despesas Correntes.

b) NE 19 – Variações Patrimoniais Diminutivas

As variações patrimoniais diminutivas somaram R\$ 1.669.423.471,21 e dentre os itens mais relevantes estão:

- R\$ 1.099.640.485,65 – Pessoal e Encargos, o grupo representa 65,87% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. O aumento do gasto em relação ao ano anterior refletiu sobretudo à elevação nos montantes liquidados a título de despesas com ressarcimento de pessoal requisitado, gasto destinado ao pagamento de órgãos detentores de servidores cedidos e à quitação de passivos de pessoal. O grupo compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados. (MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª Edição);
- R\$ 301.313.400,86 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais, 18,05% do total contabilizado a título de Variações Patrimoniais Diminutivas. O aumento verificado no ano de 2017 em relação a 2016 derivou do aumento de gasto com Aposentadorias e Reformas, elevação de 16,39%, e com Pensões, acréscimo de 9,06%. O grupo compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreende, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª Edição);
- R\$ 137.892.269,64 – Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, 8,26% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. O acréscimo de R\$ 3.884.970,19 em gastos no ano de 2017,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

em relação ao exercício de 2016, resultou sobretudo do acréscimo no consumo de materiais e prestação de serviços relativos à manutenção de bens imóveis. O grupo representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc. (MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª Edição);

- R\$ 88.281.322,27 – Transferências e Delegações Concedidas, 5,29% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. O aumento de R\$ 23.253.518,48, na comparação dos anos 2017/2016, decorreu sobretudo pela variação no total contabilizado a título de provisão para pagamento de sentenças judiciais de pequeno valor e precatórios, decorrente de mudança na operacionalização de tais pagamentos. O grupo contabiliza o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior. (MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª Edição);

- R\$ 26.425.098,94 – Desvalorização e Perda de Ativos, este total representa 1,58% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. O grupo compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos. (MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª Edição). A retração de (R\$ 12.174.129,69) no valor contabilizado em relação ao ano anterior se deu pela redução na incorporação de passivos (R\$ 23.210.267,52), bem como, pela desincorporação de ativos no montante de R\$ 11.038.442,53 em baixa de obras em andamento e serviços de instalações finalizadas, para inscrição no SPIUnet, dentre outras, sendo que seguem discriminados os valores mais relevantes:

QUADRO 220 – DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS – CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS – CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO
DEMONSTRATIVO DA CONTA : 11.341.02.05- CREDITOS A RECEBER DE RESPONSÁVEIS POR DANO/PERDA – TCE

Nr.	Processo Administrativo		Baixa em R\$
01	0000215-19.2010.5.15.0895 PA	Acórdão nº 10634/2015 – TCU – 2ª Câmara	1.484.111,13
			1.484.111,13

Fonte Siaf – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Notas: Baixa do débito por Inscrição em Dívida Ativa da União sob nr. 80.6.17.001207-72 (PA 12971.720017/2017-35), conforme consulta realizada junto ao site da PGFN e o contido no e-mail encaminhado pela área de Gestão de Pessoas em 20/09/2017. Manual Siaf i021138 – Item 2.6.4 e Manual Siaf i021112.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 221 – DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS – BENS IMÓVEIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS – BENS IMÓVEIS
DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.06.01 - OBRAS EM ANDAMENTO

Nr.	Nr. Inscrição Genérica	Localização	Transferências (Baixa em R\$)
01	IM1511626	Construção da VT de Barretos. (1)	3.827.956,30
02	IM1511631	Construção da VT de Porto Ferreira (2)	3.216.434,66
			7.044.390,96

Fonte Siaf i – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Notas Explicativas:

(1) Baixa do valor contabilizado a título de obras em andamento do prédio destinado a abrigar a Vara do Trabalho de Barretos, no total de R\$3.827.956,30, em razão da conclusão dos serviços de construção, conforme consta do Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Comissão de Exame de Obras e Serviços desta Corte em 06/09/2017. Manual Siaf i- Assunto 020344 - Bens Móveis, item 8.1.1.4.CP0160/2016. Documento 2017NS00008637.

(2) Baixa do valor contabilizado a título de obras em andamento do prédio destinado a abrigar a Vara do Trabalho de Porto Ferreira, no total de R\$3.216.434,66, em razão da conclusão dos serviços de construção, conforme consta do Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Comissão de Exame de Obras e Serviços desta Corte em 24/08/2017. Manual Siaf i- Assunto 020344 - Bens Móveis, item 8.1.1.4. CP0593/2015. Documento 2017NS007607.

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.07.00 - INSTALAÇÕES

Nr.	Nr. Inscrição Genérica	Localização	Transferências (Baixa em R\$)
01	IM1511630	Modernização Tecnológica das Instalações de Elevadores - Ed.Sede Judicial (CP. 0408/2014)	2.691.490,18
			2.691.490,18

Fonte Siaf i – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

- R\$ 3.322.745,68 – Variações Patrimoniais Diminutivas Tributárias relativas ao recolhimento de taxas, contribuição para custeio de iluminação pública, contribuições previdenciárias sobre serviços de terceiros. O grupo compreende impostos, taxas, contribuições. (MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª Edição);
- R\$ 12.524.873,52 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, destaca-se o aumento do total da variação patrimonial diminutiva no ano de 2017 em relação ao ano anterior, 95,74%, impactado sobretudo pela constituição de provisões, conforme demonstrado a seguir:

QUADRO 222 – PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS (CP)

PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS

(ISF:P): 21.711.01.00 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS (CP)

Em R\$

FATO_GERADOR	RECONHECIDO / ATUALIZAÇÃO
PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)_Período 95/97	1.458.213,18
PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)_Período 98/99	5.270.484,84
Provisão. Reembolso Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes-OUTR	5.418.775,73
(ISF:P): 21.711.01.00 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS (CP)	12.147.473,75

Fonte Siaf i – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

c) NE 20 – Resultado Patrimonial do Período

A diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas, R\$ 1.788.842.085,74, e as Variações Patrimoniais Diminutivas, R\$ 1.669.423.471,21, contabilizadas no ano, apura-se o Resultado Patrimonial do Exercício de 2017, qual seja, um superavit de R\$ 119.418.614,53.

QUADRO 223 – APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

APURAÇÃO RESULTADO EXERCÍCIO	Em R\$
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	VALOR
AUMENTATIVAS	1.788.842.085,74
ARRECADAÇÕES	57.170.394,92
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.668.980.976,90
VALORIZAÇÕES DE ATIVOS E DESINCORPORAÇÕES DE PASSIVOS	58.095.155,87
OUTAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.595.558,05
DIMINUTIVAS	1.669.423.471,21
LIQUIDAÇÕES DE DESPESAS	1.520.535.976,24
FORNECIMENTO DE BENS DE ESTOQUE (CONSUMO)	6.073.528,63
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO DE BENS	15.582.671,61
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	88.281.322,27
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	26.425.098,94
CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	12.524.873,52
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	119.418.614,53

Fonte Siaf i – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

O impacto do resultado patrimonial do exercício verificado sobre as contas patrimoniais, em relação ao ano anterior, foi o seguinte:

- aumento de R\$ 48 milhões no volume de caixa, decorrente do aumento de transferências de recursos recebidos para amparar os créditos consignados na LOA/2017;
- acréscimo de R\$ 58 milhões do ativo não circulante, impactado sobretudo pela reavaliação de bens imóveis, aquisição de bens móveis e intangíveis, e pelo registro de valores a receber relativos a cessão onerosa de espaço pelo TRT da 15ª Região;
- redução líquida de R\$ 17 milhões em passivos exigíveis, decorrente sobretudo dos pagamentos de pessoal reconhecidos anteriormente, realizados em dezembro/2017, mediante autorização do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- ajustes de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 4 milhões, originários de erros ou omissões, contabilizados em 2017 diretamente na conta do patrimônio líquido.



6.3.2.8 Notas Explicativas da Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa identificam: as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período analisado, bem como o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Os itens de consumo de caixa, durante o exercício financeiro de 2017, compreendem as transferências concedidas e os valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar, não considerados os pagamentos das despesas com modalidade de aplicação 91 -Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

a) NE 21 – Fluxo de Caixa das Atividades das Operações

O total líquido no período somou R\$ 76.842.041,48, resultado do montante registrado como Ingressos, R\$ 1.723.982.522, 55, menos o valor dos Desembolsos, R\$ 1.647.140.481,17.

a.1) Ingressos

Compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências correntes recebidas.

Do total de ingressos, 94,90% teve como fonte geradora de caixa as transferências recebidas.

Desse total, o montante recebido para suportar os créditos autorizados no exercício de 2017 foi de R\$ 1.632.219.946,31, de R\$ 2.090.382,15 para o pagamento de restos a pagar no período, e de R\$ 1.782.911,06 relativos as demais transferências recebidas e movimentações de saldos patrimoniais.

A outra fonte geradora de caixa importante foi a arrecadação líquida contabilizada para o Órgão no ano 2017, que somou R\$ 87.681.503,39, aumento de 65,81% em relação ano anterior, conforme segue:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 224 – ARRECADAÇÃO POR TIPO DE RECEITA

ARRECADAÇÃO POR TIPO DE RECEITA
(Em R\$)

Tipo de Receita	Exercício 2017	Exercício 2016	Var% 2017/2016
CUSTAS E EMOLUMENTOS	55.877.664,69	49.672.717,78	12,49%
MULTAS CONTRATUAIS E OUTRAS	810.279,83	726.517,94	11,53%
TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS – FT 50	445.587,64	670.729,66	-33,57%
OUTROS RESSARCIMENTOS – FT 50	327.761,40	631.428,98	-48,09%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – FT 81	29.371.807,72	607.236,52	4736,96%
INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES e DEMAIS RECEITAS	644.004,74	381.793,22	68,68%
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	158.225,10	138.344,59	14,37%
CONTRIBUIÇÃO MONTEPIO CIVIL	46.172,27	50.694,45	-8,92%
	87.681.503,39	52.879.463,14	65,81%

Fonte Siaf i– Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

As receitas de custas/emolumentos e de convênios com instituições financeiras somadas, representam 97% da arrecadação total contabilizada para o Órgão.

Vale destacar a variação positiva verificada nas transferências de convênios, que decorreu do impacto da baixa arrecadação ocorrida em 2016 e a retomada da execução dos acordos de forma centralizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho no exercício de 2017.

Destaque, também, para o volume na arrecadação de custas e emolumentos no ano de 2017, superior em R\$ 6,2 milhões quando comparada com o exercício anterior.

a.2) Desembolsos

Compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida, as transferências concedidas e demais desembolsos das operações.

O montante de R\$ 60.515.937,09 classificado como Outros Desembolsos das Operações se refere, predominantemente, às transferências financeiras concedidas em virtude de cancelamento de restos a pagar R\$ 990.529,41 e dos recolhimentos à União de valores arrecadados, como custas, emolumentos e outros, total de R\$ 59.319.257,69.

Quanto aos valores pagos, nos gastos das Atividades das Operações estão contemplados os desembolsos com Pessoal e Outros Custeios, de acordo com a classificação funcional da despesa, as ações governamentais do exercício e de restos a pagar, em ordem de relevância, realizadas no ano de 2017 nas seguintes áreas de atuação do setor público:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 225 – DESEMBOLSOS COM PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Área de Atuação no Setor Público: JUDICIÁRIO

Pessoal e Outras Despesas Correntes

PLANO ORÇAMENTÁRIO	PAGO EXERCÍCIO 2017	PAGO EXERCÍCIO 2016	Var (2017-2016)	(AH) 2017/2016 %	(AV) Exercício 2017
PESSOAL ATIVO DA UNIAO	862.223.354,37	798.156.493,83	64.066.860,54	8,03%	78,35%
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	102.645.676,18	103.737.538,56	-1.091.862,38	-1,05%	9,33%
AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	42.650.474,50	42.655.155,94	-4.681,44	-0,01%	3,88%
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	38.961.865,86	36.054.469,99	2.907.395,87	8,06%	3,54%
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUBLICOS	21.529.310,91	21.268.764,57	260.546,34	1,23%	1,96%
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	15.015.100,69	21.316.935,74	-6.301.835,05	-29,56%	1,36%
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	6.206.614,82	6.243.661,36	-37.046,54	-0,59%	0,56%
MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	6.119.909,60	3.973.716,89	2.146.192,71	54,01%	0,56%
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.894.215,31	1.563.697,90	330.517,41	21,14%	0,17%
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	1.365.121,76	969.547,78	395.573,98	40,80%	0,12%
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	963.652,13	350.954,66	612.697,47	174,58%	0,09%
AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	418.847,96	389.274,62	29.573,34	7,60%	0,04%
AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	234.560,47	191.178,53	43.381,94	22,69%	0,02%
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRONICO NA JUSTICA DO TRABALHO - PJE	156.360,24	743.199,82	-586.839,58	-78,96%	0,01%
COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	50.400,00	41.760,00	8.640,00	20,69%	0,00%
MANUTENCAO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTICA DO TRABALHO	39.345,35	75.044,18	-35.698,83	-47,57%	0,00%
TRABALHO SEGURO	33.338,76	18.227,00	15.111,76	82,91%	0,00%
COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTIMULO A APRENDIZAGEM	10.562,20	27.000,00	-16.437,80	-60,88%	0,00%
	1.100.518.711,11	1.037.776.621,37	62.742.089,74	6,05%	100,00%

Fonte: Siaf – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Em análise do demonstrativo acima se verifica que os gastos com Pessoal Ativo, Apreciação de Causas – Despesas Diversas, Auxílio-Alimentação, Assistência Médica, e Ajuda de Custo para Moradia, representou 97,05% do total pago destinado às atividades das operações.

Verifica-se, também, redução significativa dos gastos com Assistência Jurídica a Pessoas Carentes no ano de 2017, em relação ao anterior.

QUADRO 226 – DESEMBOLSOS COM PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES – PREVIDÊNCIA SOCIAL

Área de Atuação no Setor Público: PREVIDÊNCIA SOCIAL

Pessoal e Outras Despesas Correntes

PLANO ORÇAMENTÁRIO	PAGO EXERCÍCIO 2017	PAGO EXERCÍCIO 2016	Var (2017-2016)	(AH) 2017/2016 %	(AV) Exercício 2017
APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS	309.158.564,53	264.287.426,31	44.871.138,22	16,98%	100,00%
RESTITUICAO DE VALORES RECOLHIDOS AO MONTEPIO CIVIL	0,00	226.236,78	-226.236,78	-100,00%	0,00%
	309.158.564,53	264.513.663,09	44.644.901,44	16,88%	100,00%

Fonte: Siaf – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Vale destacar o aumento de 17% em 2017, comparado ao exercício anterior, nos gastos com Aposentadorias e Pensões.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 227 – DESEMBOLSOS COM PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES – ENCARGOS ESPECIAIS – PRECATÓRIOS E RPV'S

Área de Atuação no Setor Público: ENCARGOS ESPECIAIS

Pessoal e Outras Despesas Correntes

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	PAGO EXERCÍCIO 2017	PAGO EXERCÍCIO 2016	Var (2017-2016)	(AH) 2017/2016 %	(AV) Exercício 2017
PRECATORIOS	20.161.727,47	16.789.913,85	3.371.813,62	20,08%	80,23%
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	4.967.113,17	4.805.293,71	161.819,46	3,37%	19,77%
	25.128.840,64	21.595.207,56	3.533.633,08	16,36%	100,00%

Fonte: Siaf – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Destaque, também, para o acréscimo verificado entre os anos 2017/2016 nos pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor.

QUADRO 228 – DESEMBOLSOS COM PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

Área de Atuação no Setor Público: JUDICIÁRIA

Pessoal e Outras Despesas Correntes

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	PAGO EXERCÍCIO 2017	PAGO EXERCÍCIO 2016	Var (2017-2016)	(AH) 2017/2016 %	(AV) Exercício 2017
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	147.102.633,96	139.745.080,13	7.357.553,83	5,26%	96,89%
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	3002501,74	4.261.711,07	-1.259.209,33	-29,55%	1,98%
PESSOAL ATIVO DA UNIAO	1598006,04	1.300.109,48	297.896,56	22,91%	1,05%
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	68377,65	48.867,03	19.510,62	39,93%	0,05%
COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	46908,41	107.616,04	-60.707,63	-56,41%	0,03%
	151.818.427,80	145.463.383,75	6.355.044,05	4,37%	100,00%

Fonte: Siaf – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

O quadro acima apresenta os desembolsos 2017/2016 mediante Transferências Concedidas.

Trata-se de gastos com aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com recursos do exercício e de restos a pagar – modalidade de aplicação – 91, grupo constituído predominantemente pelas contribuições da União para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.

b) NE 22 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos

O total líquido no período é o valor dos Desembolsos, R\$ 26.801.598,58, já que o Órgão não possui ingressos relativos às Atividades de Investimentos, quais sejam, aqueles oriundos de receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b.1) Desembolsos

Compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

O total do desembolso em investimentos somou R\$ 26.801.598,58, sendo que deste valor R\$ 20.495.136,81 foram aplicados na aquisição de ativos não circulantes, e R\$ 6.306.461,77 destinados à aquisição de intangíveis.

QUADRO 229 – FLUXO DE CAIXA – DESEMBOLSOS – INVESTIMENTOS

FLUXO DE CAIXA

INVESTIMENTOS

Em R\$

DESEMBOLSOS	PAGO EXERCÍCIO 2017	PAGO EXERCÍCIO 2016	Var (2017-2016)	(AH) 2017/2016%	(AV) Exercício 2017
Aquisição de Ativo Não Circulante	20.495.136,81	17.740.711,52	2.754.425,29	15,53%	76,47%
Aquisição de Intangíveis	6.306.461,77	4.761.897,36	1.544.564,41	32,44%	23,53%
	26.801.598,58	22.502.608,88	4.298.989,70	19,10%	100,00%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

No quadro acima se verifica acréscimo significativo no exercício de 2017 nos pagamentos destinados à aquisição de software, 32% a mais que o total de investimento no ano de 2016 em intangíveis e melhoria de equipamento de processamento de dados.

Segue demonstrativo com as ações orçamentárias que suportaram os investimentos, em ordem de relevância.

QUADRO 230 – INVESTIMENTOS POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Área de Atuação no Setor Público: JUDICIÁRIA

Investimento

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	PAGO EXERCÍCIO 2017	PAGO EXERCÍCIO 2016	Var (2017-2016)	(AH) 2017/2016 %	(AV) Exercício 2017
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	19.468.825,55	7.614.838,96	11.853.986,59	155,67%	72,64%
MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	2.900.441,62	3.124.272,00	-223.830,38	-7,16%	10,82%
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE BARRETOS - SP	1.956.363,73	380.523,97	1.575.839,76	414,12%	7,30%
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA	1.591.784,46	1.624.650,20	-32.865,74	-2,02%	5,94%
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRONICO NA JUSTICA DO TRABALHO - PIE	376.975,17	2.563.002,45	-2.186.027,28	-85,29%	1,41%
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	354.200,00	1.504.256,10	-1.150.056,10	-76,45%	1,32%
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	78.175,58	5.323.707,67	-5.245.532,09	-98,53%	0,29%
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE ITAPETININGA - SP	65.999,99	0,00	65.999,99	100,00%	0,25%
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA - SP	8.832,48	143.838,04	-135.005,56	-93,86%	0,03%
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP		223.519,49	-223.519,49	-100,00%	0,00%
	26.801.598,58	22.502.608,88	4.298.989,70	19,10%	100,00%

Fonte: Siaf – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Vale destacar o volume de recursos investidos em itens da ação de Apreciação de Causas, de Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação e nas construções das Varas do Trabalho de Barretos e de Porto Ferreira.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

c) NE 23 – Caixa e Equivalente de Caixa Final

A soma dos fluxos de caixa, relativos às atividades de operações e de investimentos, corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência.

QUADRO 231 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
EXERCÍCIO 2017

FLUXOS DE CAIXA	VALOR (R\$)
INGRESSOS	
Ingressos relativos à LOA/2017	1.632.219.946,31
Ingressos relativos a Restos a Pagar	2.090.382,15
Receita Fonte 50 – Recursos Próprios	773.349,04
Receita Fonte 81 – Recursos de Convênios	29.371.807,72
Depósitos Banco - CEF (garantidos)	1.629,65
	1.664.457.114,87
DESEMBOLSOS	
Dispêndios no exercício	1.613.426.142,66
Devolução de recursos – RP cancelado	990.529,41
	1.614.416.672,07
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	50.040.442,80

Fonte: Siaf – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

O total de despesas orçamentárias pagas no ano de 2017, relativas a LOA do exercício e a restos a pagar, com e sem transferência de recursos, somou R\$ 1.613.426.142,66.

Os gráficos a seguir apresentam a porcentagem do fluxo de caixa, por grupo de natureza de despesa e ação orçamentária, de gastos com recursos do exercício e de restos a pagar, desembolsados no ano de 2017.



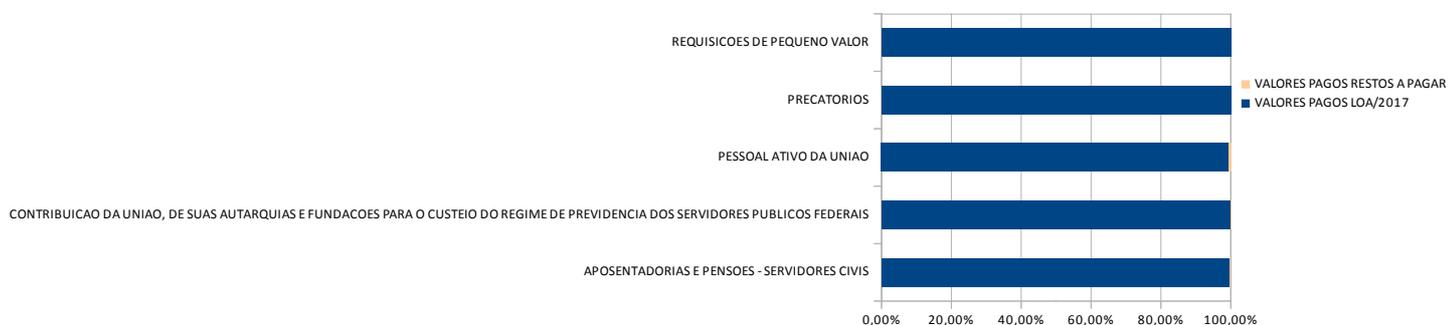
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Os gráficos a seguir apresentam a porcentagem do fluxo de caixa, por grupo de natureza de despesa e ação orçamentária, de gastos com recursos do exercício e de restos a pagar, desembolsados no ano de 2017.

GRÁFICO 11 – FLUXO DE CAIXA – DESEMBOLSOS – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

DESEMBOLSOS NO EXERCÍCIO 2017

% UTILIZAÇÃO DE RECURSOS - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

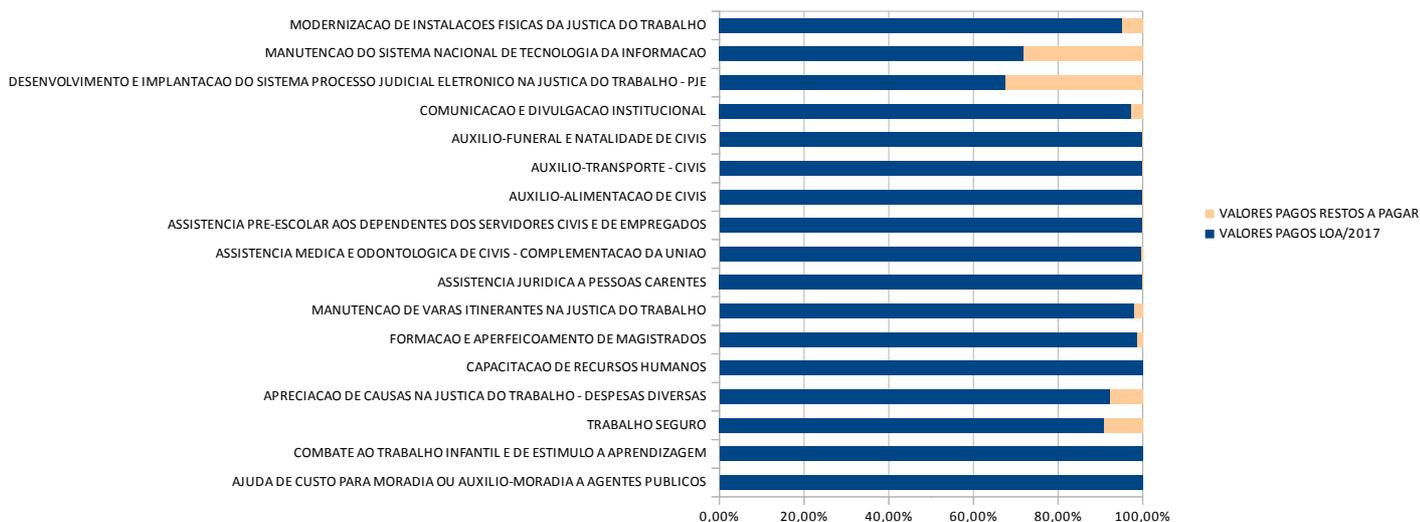


Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

GRÁFICO 12 – FLUXO DE CAIXA – DESEMBOLSOS – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

DESEMBOLSOS NO EXERCÍCIO 2017

% UTILIZAÇÃO DE RECURSOS -
OUTRAS DESPESAS CORRENTES



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

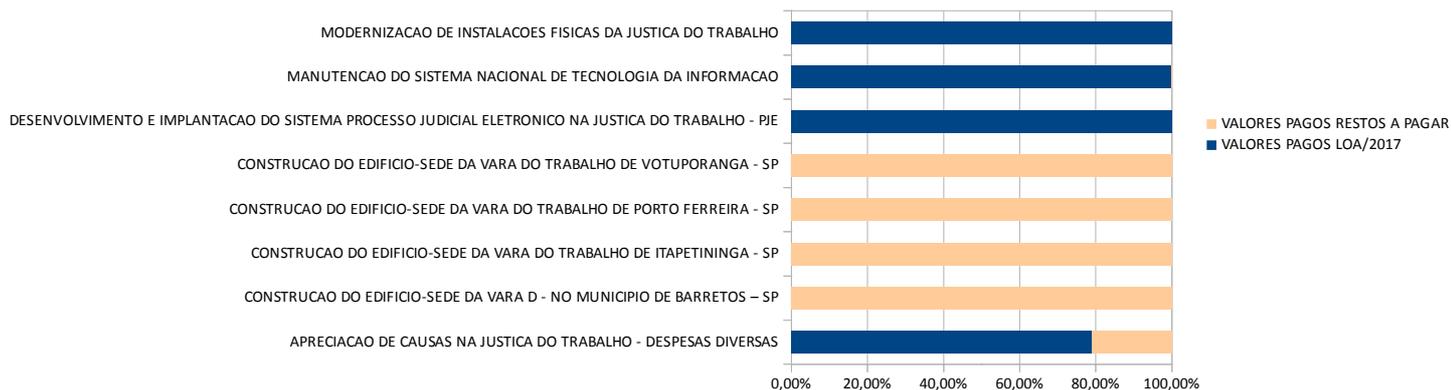


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 13 – FLUXO DE CAIXA – DESEMBOLSOS – DESPESAS DE CAPITAL

DESEMBOLSOS NO EXERCÍCIO 2017

% UTILIZAÇÃO DE RECURSOS - DESPESAS DE CAPITAL



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O saldo do Caixa e Equivalente de Caixa Final foi de R\$ 85.884.280,69, resultado da seguinte equação:

Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial (em 31/12/2016):	R\$ 35.843.837,89
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes no Exercício 2017:	<u>R\$ 50.040.442,80</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial (em 31/12/2017):	R\$ 85.884.280,69



7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

O atendimento das demandas do Tribunal de Contas da União – TCU decorrentes da expedição de determinações e/ou recomendações quando da prolação de acórdãos são parte das atribuições das seções, coordenadorias, áreas, assessorias e secretarias da estrutura administrativa do Tribunal Regional do Trabalho – TRT, consideradas as respectivas competências e responsabilidades para expedição de atos e realização de procedimentos, nos termos da regulamentação interna.

Não obstante, para o efetivo acompanhamento dessas demandas, resta atribuída a função de centralizar os respectivos expedientes às unidades Diretoria-Geral – DG ou Coordenadoria de Controle Interno – CCIN.

Nessa linha, o tratamento de determinação e/ou recomendação do TCU se inicia pelo recebimento de comunicação sobre a deliberação, comumente mediante recepção de ofício pela Presidência do Tribunal, que o repassa à unidade competente.

Ato contínuo, resta providenciado o envio para obtenção de manifestações/considerações às unidades responsáveis pela implementação de procedimento e/ou adoção de medida conforme requerido para o correspondente cumprimento.

Retornadas as manifestações/considerações, os respectivos expedientes, devidamente instruídos, são submetidos à apreciação da autoridade competente.

A deliberação da autoridade, então, é encaminhada, às vezes diretamente, outras por intermédio das unidades DG ou CCIN, ao Órgão de Controle Externo.

Os documentos de recepção das demandas do TCU, as manifestações/considerações das unidades responsáveis, os pronunciamentos da autoridade competente e as comunicações quanto às providências/medidas adotadas/implementadas retornadas ao órgão de controle são juntados em processos administrativos pertinentes aos objetos das recomendações/determinações recebidas, (p. ex. aposentadorias e pensões) ou autuados exclusivamente para tratamento das questões envolvendo ocorrências pontuais, constituindo, ambos, registro para finalidade de controle, principalmente para futura inserção dessas informações quando da elaboração dos relatórios de gestão das contas anuais.

Em 2017, não houve determinação expedida para se informar o andamento de providências no relatório de gestão das contas, as quais já se encontram todas julgadas, enquanto as demandas encaminhadas para cumprimento pelas Unidades Técnicas do TCU, em número de 05 (cinco), abrangendo 06 (seis) determinações, restaram atendidas mediante adoção de providências ou implementação de medidas consoante exigidas/requeridas.

Não obstante o amplo atendimento, comporta registrar, dentre as determinações, uma cujos procedimentos encontram-se em andamento, por se tratar de solicitações periódicas da SEFIP, de informações relativas à folha de pagamento a seguir relacionada.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 232 – DELIBERAÇÃO DO TCU EM ATENDIMENTO NO FIM DO EXERCÍCIO

Caracterização da determinação/ recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
024.470/2010-4	7499/2013 – 2ª C	9.4.1 e 9.5.5	Ofício 1012/2017 – TCU/Sefip, de 28/03/2017 e Ofício 5212/2017 – TCU/Sefip, de 02/10/2017.	07/04/2017 11/10/2017
Órgão Destinatário da determinação/Recomendação				
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região				
Descrição da determinação/Recomendação				
<p>9.4.1. no prazo de 30 (trinta) dias, após o encerramento de cada semestre, disponibilize a este Tribunal, as informações contidas na folha de pagamento de pessoal, de acordo com layout previamente definido pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefip, com o auxílio da Secretaria de Soluções de Tecnologia da Informação – STI, de forma a tornar mais ágil a atuação fiscalizatória, em especial, a apreciação dos atos de pessoal para fins de registro, haja vista que a pesquisa ao Portal de Transparência da Câmara não permite que sejam visualizados os nomes dos beneficiários de pensões, tampouco dos servidores ativos e inativos, e das correspondentes rubricas remuneratórias;”</p> <p>9.5.5.em conjunto com a STI, constitua processo apartado, a fim de que a solução apresentada para a Câmara dos Deputados seja estendida a todos os demais órgãos que não integram o sistema Siape, caso do Senado Federal, da folha de pagamento do pessoal militar dos Comandos Militares, dos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do próprio Tribunal de Contas da União”</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em andamento - envio periódico de informações da folha de pagamento.				

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno



7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

No concernente ao cumprimento das recomendações expedidas pela Coordenadoria de Controle Interno, conforme abaixo informadas, foram expedidas diversas recomendações decorrentes das auditorias constantes no Plano Anual de Auditorias de 2017.

Comporta registrar o amplo acolhimento dessas recomendações pela Administração.

Também cabe salientar o atendimento das proposições feitas quando das análises realizadas sobre a legalidade dos atos de admissão e de concessões de aposentadorias e de pensões civis, para finalidade do envio dos correspondentes pareceres para julgamento ao Tribunal de Contas da União, totalizando 85 (oitenta e cinco) expedientes (notas de providências) para cumprimento pelas unidades responsáveis, abrangendo principalmente correções nos respectivos formulários de remessa e regularizações de documentos consoante exigidos pela legislação para os mencionados atos.

QUADRO 233 – TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

RECOMENDAÇÕES DA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO		
EXPEDIDAS	ACOLHIDAS	NÃO ACOLHIDAS*
86	85	1

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

* Embora a recomendação conste como “não acolhida”, as justificativas foram regularmente apresentadas à Coordenadoria de Controle Interno e aceitas pela equipe de auditoria.

QUADRO 234 – NOTAS DE PROVIDÊNCIAS – ATOS DE PESSOAL

NOTAS DE PROVIDÊNCIAS – ATOS DE PESSOAL	
Admissão	52
Exoneração	1
Aposentadoria	28
Pensão	4

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 235 – RECOMENDAÇÕES DE MAIOR IMPACTO

RECOMENDAÇÕES DE MAIOR IMPACTO			
ITEM PAA	Nº PROCESSO	OBJETO	RECOMENDAÇÃO
Item 11 do PAA de 2016	Processo Administrativo 0000577-11.2016.5.15.0895	Desfazimento de Bens	Otimizem, as Coordenadorias de Manutenção e de Material e Logística, sob supervisão da Secretaria da Administração, a redistribuição dos bens que, em virtude de suas características, estejam sujeitos à rápida obsolescência e cujas garantias possuam prazo determinado.
Item 11 do PAA de 2016	Processo Administrativo 0000577-11.2016.5.15.0895	Desfazimento de Bens	Adote, a Secretaria da Administração, processo formal elaborado pela Coordenadoria de Material e Logística que estabeleça critérios para classificação dos bens como servíveis, padronizando as análises e facilitando a identificação daqueles passíveis de desfazimento.
Item 11 do PAA de 2016	Processo Administrativo 0000577-11.2016.5.15.0895	Desfazimento de Bens	Realize, a Coordenadoria de Contabilidade, os registros de baixas patrimoniais em razão dos processos de desfazimento de bens somente diante de documento que evidencie a efetiva transferência da respectiva propriedade, em observância ao princípio contábil da oportunidade, evitando reflexos nos registros patrimoniais.
Item 17 do PAA de 2016	Processo Administrativo 0000116-05.2017.5.15.0895	Certames Infrutíferos	Proceda a unidade requisitante, quando da elaboração de Projetos Básicos e Termos de Referência, estudos preliminares, pesquisa junto ao mercado, observação de pareceres da Assessoria Jurídica, impugnações, entre outros, para a orientação da escolha do melhor modelo para a efetiva contratação.
Item 18 do PAA de 2016	Processo Administrativo 0000493-10.2016.5.15.0895	Termos Aditivos de Contratações de Serviços Terceirizados	Adotar procedimentos visando à celeridade na tramitação dos Termos Aditivos, observando os princípios da Eficiência, Legalidade, Publicidade e Economia.
Item 18 do PAA de 2016	Processo Administrativo 0000493-10.2016.5.15.0895	Termos Aditivos de Contratações de Serviços Terceirizados	Adotar critérios para análise/conferência das planilhas de custo e formação de preços encaminhadas pelos licitantes vencedores, de modo a evitar a inclusão de rubricas indevidas.
Item 13 do PAA de 2017	Processo Administrativo 0000232-11.2017.5.15.0895	Governança e Gestão de Tecnologia da Informação	Elaborar proposta de minuta de norma a ser submetida à consideração superior para que se estabeleça formalmente a Gestão por Competências já existente no Órgão
Item 16 do PAA de 2016	Processo Administrativo 0000682-85.2016.5.15.0895	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	Determine a realização de estudos objetivando, confirmado o desuso, uso ínfimo ou pouco uso; o desligamento e devolução das linhas telefônicas, nos casos em que for possível, formalizando, junto à operadora, o término contratual inerente às linhas desativadas.
Item 11 do PAA de 2017	Processo Administrativo 0000200-06.2017.5.15.0895	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	Doravante, abstenha-se de contratar, diretamente, por inexigibilidade de licitação, a empresa Aceco TI SA para serviços de manutenção da sala-cofre instaurando-se o devido procedimento licitatório em razão da possibilidade de que outras empresas possam vir a obter a certificação da ABNT e prestar os serviços de manutenção em salas-cofre.
Item 11 do PAA de 2017	Processo Administrativo 0000200-06.2017.5.15.0895	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	Necessário interromper, imediatamente, os pagamentos destinados à empresa contratada e iniciar tratativas para devolução da quantia paga indevidamente, bem como aditamento contratual visando sanear a inconsistência detectada no valor do contrato.

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Ao finalizar as informações sobre este tópico, registre-se que, como efetivo acompanhamento sobre o cumprimento das recomendações expedidas pela Coordenadoria de Controle Interno, as unidades responsáveis pela implementação de medidas e/ou providências possuem controles próprios e individualizados, não existindo, portanto, designação de área específica ou sistema informatizado para este monitoramento.



7.3 Medidas Administrativas Para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

No exercício de 2017 não houve a necessidade de instauração de procedimentos de tomada de contas especial para ressarcimento de danos ao erário.

Não obstante, comporta registrar, dentre os mecanismos de controle para se evitar e/ou minimizar a ocorrência de ilícitos administrativos, as designações de comissões para desenvolvimento de sindicâncias e processos disciplinares, quando do recebimento de denúncias, no transcorrer do exercício, e cujos resultados são consultados/analísados pela unidade de controle interno, inclusive para finalidade de definição de escopos de auditorias para inclusões nos seus planos anuais.

Assim, foi realizado o acompanhamento das sindicâncias instauradas neste Órgão para monitorar as providências tomadas quanto às ocorrências e agrupar as informações que deverão ser prestadas ao órgão de controle externo, cabendo as seguintes informações:

- Foram instauradas dezoito sindicâncias em 2017, sendo que seis delas foram finalizadas, não havendo situações que evidenciem danos ao erário, fraudes e/ou corrupção, cabendo tão somente informar a situação contida no processo PA 0000612-68.2016.5.0895, referente ao extravio de um microcomputador, onde não sendo apurada a autoria, foi imputada ao gestor responsável pela guarda, a reposição aos cofres públicos do valor do computador. Até a presente data, as outras doze sindicâncias não foram finalizadas.

- Entre as quatro sindicâncias de anos anteriores finalizadas em 2017, três delas não apresentaram situações que evidenciem danos ao erário, fraudes e/ou corrupção. No entanto, o julgamento de uma delas, exarado no processo PA 0000430-19.2015.5.15.0895, resultou na apenação de demissão (DOU 24/07/17) a um servidor e envio de ofício ao Ministério Público Federal para apuração dos elementos que configuraram corrupção.

Finalmente, salienta-se que o Órgão possui duas comissões de disciplina e a Corregedoria para apuração de ilícitos administrativos, bem como conta com o monitoramento da unidade de auditoria representada pela Coordenadoria de Controle Interno.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

7.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993

A observância estrita a ordem cronológica à medida da apresentação dos documentos comprobatórios das respectivas despesas, incluindo aqueles exigidos para fins fiscais, exceção só quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, constitui o parâmetro para processamento dos desembolsos aos credores no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em cumprimento ao artigo 5º da Lei nº 8.666/1993.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

7.5 Gestão de Precatórios

QUADRO 236 – REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Precatórios – Requisição				
Administração Direta				
Natureza	Requisições		Precatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	49	R\$ 18.301.398,72	49	R\$ 19.415.634,61
Comum	0	0	0	0
Total	49	R\$ 18.301.398,72	49	R\$ 19.415.634,61
Precatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldo a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	R\$ 20.367.000,00	R\$ 18.728.286,86	R\$ 1.294.695,19	0
Comum	0	0	0	0
Total	R\$ 20.367.000,00	R\$ 18.728.286,86	R\$ 1.294.695,19	0

Obs.: saldo remanescente do Orçamento/2017, no importe de R\$ 344.017,95 devolvido ao C. TST em 2017.

Fonte: Assessoria de Precatórios

QUADRO 237 – REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Precatórios – Requisição				
Administração Indireta				
Natureza	Requisições		Precatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	03	R\$ 417.765,43	03	R\$ 445.101,81
Comum	0	0	0	0
Total	03	R\$ 417.765,43	03	R\$ 445.101,81
Precatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldo a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	R\$ 474.429,00*	R\$ 129.616,36	R\$ 9.129,06	0
Comum	0	0	0	0
Total	R\$ 474.429,00	R\$ 129.616,36	R\$ 9.129,06	0

Obs.: saldo remanescente do Orçamento/2017, no importe de R\$ 335.683,58, devolvido ao C. TST em 2017.

*Inclui dívida de Precatório de 2016, paga com orçamento de 2017 (2017NC800005).

Fonte: Assessoria de Precatórios

Não foi registrada nenhuma ocorrência digna de nota no que diz respeito ao cumprimento do art. 100 da CF/1988.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

7.6 Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

A elaboração das planilhas orçamentárias, que servem de referência nas contratações de obras, já consideram valores desonerados.

Ressalva-se, contudo, que em dez /2015 a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) passou a ser opcional.

Em março/2017, o governo editou a Medida Provisória n.º 774/17, que pôs fim à Desoneração da Folha, e, em agosto/2017, editou a Medida Provisória n.º 974/2017, revogando a MP n.º 774/17, que tratava do fim da desoneração a partir de julho/2017.

Dessa forma, no ano de 2017 nenhum contrato foi objeto de revisão, sobretudo por impraticável, diante da oscilação da legislação que rege a matéria.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

8 APÊNDICES E ANEXOS

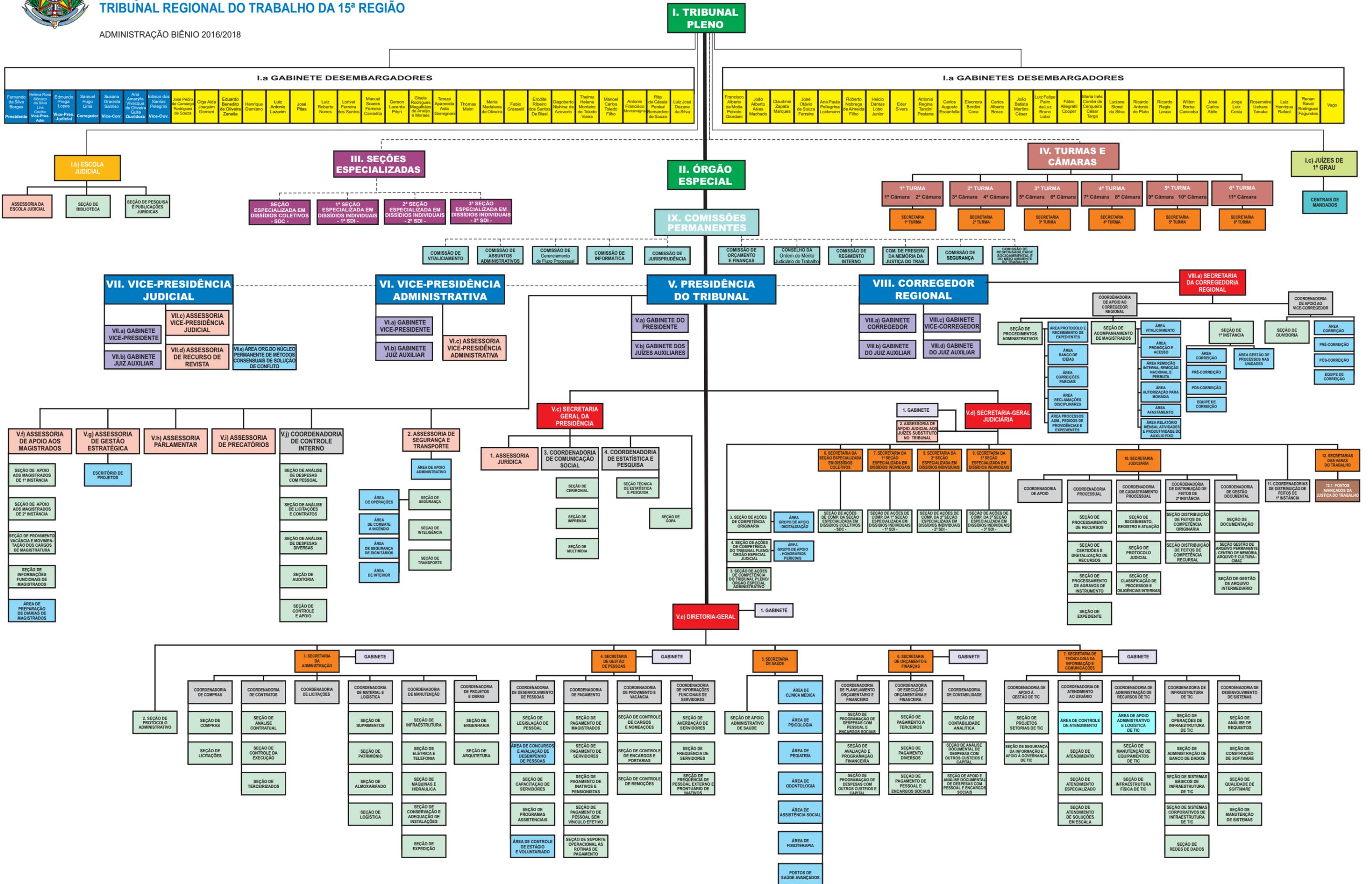
8.1 Organograma



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ADMINISTRAÇÃO BIÊNIO 2016/2018

ORGANOGRAMA - TRT 15ª REGIÃO



LEGENDA

ÓRGÃO DIRETIVO	GABINETE DESEMBARGADOR	POSTO AVANÇADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	COMISSÃO PERMANENTE	TURMA	SEÇÃO ESPECIALIZADA	ESCOLA JUDICIAL	GABINETE DE ÓRGÃO DIRETIVO	GABINETE DIRETORIA E SECRETARIA GERAL	DIRETORIA E SECRETARIA GERAL	SECRETARIA	SEÇÃO	COORDENADORIA	ÁREA	ASSESSORIA	JUIZES 1º Grau	CENTRAIS DE MANDADOS
----------------	------------------------	---------------------------------------	---------------------	-------	---------------------	-----------------	----------------------------	---------------------------------------	------------------------------	------------	-------	---------------	------	------------	----------------	----------------------

CANALIS DE COMANDO / SUBORDINAÇÃO

CANALIS DE FUNCIONALIDADE



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

8.2 Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	08/01/2018

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	RECEITA			
	1	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		38.431.034,00	38.431.034,00	30.145.156,76	-8.285.877,24
Receitas Tributárias					
Impostos					
Taxas					
Contribuições de Melhoria					
Receitas de Contribuições					
Contribuições Sociais					
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico					
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.					
Receita Patrimonial		1.068.914,00	1.068.914,00	445.587,64	-623.326,36
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		1.068.914,00	1.068.914,00	445.587,64	-623.326,36
Valores Mobiliários					
Delegação de Serviços Públicos					
Exploração de Recursos Naturais					
Exploração do Patrimônio Intangível					
Cessão de Direitos					
Demais Receitas Patrimoniais					
Receita Agropecuária					
Receita Industrial					
Receitas de Serviços					
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais					
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte					
Serviços e Atividades Referentes à Saúde					
Serviços e Atividades Financeiras					
Outros Serviços					
Transferências Correntes		37.362.120,00	37.362.120,00	29.371.807,72	-7.990.312,28
Outras Receitas Correntes				327.761,40	327.761,40
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais					
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				327.761,40	327.761,40
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público					
Demais Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL					
Operações de Crédito					
Operações de Crédito - Mercado Interno					
Operações de Crédito - Mercado Externo					
Alienação de Bens					
Alienação de Bens Móveis					
Alienação de Bens Imóveis					
Alienação de Bens Intangíveis					
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital					
Outras Receitas de Capital					
Integralização do Capital Social					
Resultado do Banco Central do Brasil					
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional					
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional					
Demais Receitas de Capital					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
SUBTOTAL DE RECEITAS		38.431.034,00	38.431.034,00	30.145.156,76	-8.285.877,24
REFINANCIAMENTO					
Operações de Crédito - Mercado Interno					
Mobiliária					
Contratual					
Operações de Crédito - Mercado Externo					
Mobiliária					
Contratual					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		38.431.034,00	38.431.034,00	30.145.156,76	-8.285.877,24
DEFICIT				1.583.533.923,10	1.583.533.923,10
TOTAL		38.431.034,00	38.431.034,00	1.613.679.079,86	1.575.248.045,86
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA					
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro					
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação					
Créditos Cancelados Líquidos					
Créditos Adicionais Reabertos					

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DESPESA					
	2	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		1.428.523.638,00	1.579.761.824,00	1.578.664.467,67	1.540.170.644,41	1.540.149.364,64	1.097.356,33
Pessoal e Encargos Sociais		1.147.804.053,00	1.331.932.239,00	1.331.932.239,00	1.314.380.954,24	1.314.380.954,24	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		280.719.585,00	247.829.585,00	246.732.228,67	225.789.690,17	225.768.410,40	1.097.356,33
DESPESAS DE CAPITAL		7.200.000,00	40.090.000,00	35.014.612,19	15.578.275,15	15.470.418,87	5.075.387,81
Investimentos		7.200.000,00	40.090.000,00	35.014.612,19	15.578.275,15	15.470.418,87	5.075.387,81
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		1.435.723.638,00	1.619.851.824,00	1.613.679.079,86	1.555.748.919,56	1.555.619.783,51	6.172.744,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		1.435.723.638,00	1.619.851.824,00	1.613.679.079,86	1.555.748.919,56	1.555.619.783,51	6.172.744,14
TOTAL		1.435.723.638,00	1.619.851.824,00	1.613.679.079,86	1.555.748.919,56	1.555.619.783,51	6.172.744,14

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.040.338,26	19.124.854,55	13.637.544,17	13.637.544,17	856.081,79	7.671.566,85
Pessoal e Encargos Sociais	81.995,07	7.382.908,11	5.701.604,66	5.701.604,66	56.392,25	1.706.906,27
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.958.343,19	11.741.946,44	7.935.939,51	7.935.939,51	799.689,54	5.964.660,58
DESPESAS DE CAPITAL	2.542.033,97	6.402.968,10	7.691.914,02	7.691.914,02	882.859,45	370.228,60
Investimentos	2.542.033,97	6.402.968,10	7.691.914,02	7.691.914,02	882.859,45	370.228,60
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.582.372,23	25.527.822,65	21.329.458,19	21.329.458,19	1.738.941,24	8.041.795,45

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.331,09	41.086,58	26.568,07	-	16.849,60
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.331,09	41.086,58	26.568,07	-	16.849,60
DESPESAS DE CAPITAL	-	7.648,90	7.648,90	-	-
Investimentos	-	7.648,90	7.648,90	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2.331,09	48.735,48	34.216,97	-	16.849,60



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
EXERCICIO	2017
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	08/01/18

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS	NE	2017	2016	DISPÊNDIOS	NE	2017	2016
	3				4		
Receitas Orçamentárias				Despesas Orçamentárias		1.650.956.636,02	1.487.299.166,34
Ordinárias				Ordinárias		1.377.907.479,55	1.196.724.338,41
Vinculadas				Vinculadas		273.049.156,47	290.574.827,93
(-) Deduções da Receita Orçamentária				Seguridade Social (Exceto RGPS)		220.149.397,00	225.081.234,49
				Operação de Crédito		143.400,00	
				Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		52.756.359,47	65.493.593,44
Transferências Financeiras Recebidas		1.636.093.239,52	1.438.087.802,58	Transferências Financeiras Concedidas		60.309.787,10	58.036.084,37
Resultantes da Execução Orçamentária		1.632.219.946,31	1.433.382.991,68	Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Sub-repasse Recebido		1.632.219.946,31	1.433.382.991,68	Independentes da Execução Orçamentária		60.309.787,10	58.036.084,37
Independentes da Execução Orçamentária		3.873.293,21	4.704.810,90	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		990.529,41	5.876.788,76
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		2.090.382,15	3.515.583,27	Movimento de Saldos Patrimoniais		59.319.257,69	52.159.295,61
Demais Transferências Recebidas		855.402,02	576.776,79	Aporte ao RPPS		-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		927.509,04	612.450,84	Aporte ao RGPS		-	-
Aporte ao RPPS		-	-				
Aporte ao RGPS		-	-	Despesas Extraorçamentárias		23.412.850,85	32.391.547,53
Recebimentos Extraorçamentários		148.626.477,25	80.695.437,49	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		421.895,05	1.510.870,85
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		129.136,05	395.402,54	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		22.784.805,81	30.740.638,21
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		60.608.058,17	27.303.718,21	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		206.149,99	123.301,51
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		207.779,64	116.853,60	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	16.736,96
Outros Recebimentos Extraorçamentários		87.681.503,39	52.879.463,14	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento			16.736,96
Arrecadação de Outra Unidade		87.681.503,39	52.879.463,14				
Saldo do Exercício Anterior		35.843.837,89	94.787.396,06	Saldo para o Exercício Seguinte		85.884.280,69	35.843.837,89
Caixa e Equivalentes de Caixa		35.843.837,89	94.787.396,06	Caixa e Equivalentes de Caixa		85.884.280,69	35.843.837,89
TOTAL		1.820.563.554,66	1.613.570.636,13	TOTAL		1.820.563.554,66	1.613.570.636,13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	ANUAL
EMIÇÃO	09/01/18

				VALORES EM UNIDADES DE REAL			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	5	89.937.146,79	41.967.360,69	PASSIVO CIRCULANTE	7	107.882.595,61	122.837.097,20
Caixa e Equivalentes de Caixa		85.884.280,69	35.843.837,89	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		67.008.030,67	86.675.675,42
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		637.589,85	1.510.386,18	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		183.802,20	98.471,91
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques		3.283.309,76	4.486.341,34	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		131.966,49	126.795,28	Provisões a Curto Prazo		40.515.419,38	35.531.899,21
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		175.343,36	531.050,66
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6	570.449.839,82	511.915.372,68	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	8	131.856.828,30	134.245.391,89
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.080.466,68	1.348.910,35	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		131.856.828,30	134.228.542,29
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		3.080.466,68	1.348.910,35	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Estoques		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Provisões a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	16.849,60
Propriedades para Investimento		-	-	Resultado Diferido		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		239.739.423,91	257.082.489,09
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-				
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-				
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS		-	-				
Demais Investimentos Permanentes		-	-				
Demais Investimentos Permanentes		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-				
Imobilizado		559.803.465,88	508.243.705,25				
Bens Móveis		59.497.269,28	54.275.321,95	Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Bens Móveis		112.301.505,10	97.084.011,87	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-52.804.235,82	-42.808.689,92	Reservas de Capital		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Bens Imóveis		500.306.196,60	453.968.383,30	Reservas de Lucros		-	-
Bens Imóveis		504.579.596,83	454.881.263,79	Demais Reservas		420.647.562,70	296.800.244,29
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-4.273.400,23	-912.880,49	Resultados Acumulados		119.418.614,53	-43.183.331,50
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-	Resultado do Exercício		296.800.244,29	348.370.386,19
Intangível		7.565.907,26	2.322.757,09	Resultados de Exercícios Anteriores		4.428.703,88	-8.386.810,40
Softwares		7.565.907,26	2.322.757,09	Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-
Softwares		10.482.148,07	6.055.211,59	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-2.916.240,81	-3.732.454,50	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	420.647.562,70	296.800.244,29
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-				
Diferido		-	-				
TOTAL DO ATIVO		660.386.986,61	553.882.733,38	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		660.386.986,61	553.882.733,38

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	10	85.884.280,69	35.843.837,89	PASSIVO FINANCEIRO	12	68.948.886,96	33.520.026,11
ATIVO PERMANENTE	11	574.502.705,92	518.038.895,49	PASSIVO PERMANENTE	13	230.675.301,02	254.701.818,66
				SALDO PATRIMONIAL	14	360.762.798,63	265.660.888,61

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
	NE	
Recursos Ordinários		-652.964,85
Recursos Vinculados		17.588.358,58
Operação de Crédito		-143.400,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		17.731.758,58
TOTAL	17	16.935.393,73

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	15	16.826.010,68	16.539.397,50	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	16	124.555.951,62	110.474.967,29
Execução dos Atos Potenciais Ativos		16.826.010,68	16.539.397,50	Execução dos Atos Potenciais Passivos		124.555.951,62	110.474.967,29
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		6.203.871,62	9.828.212,62	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar		-	-
Direitos Contratuais a Executar		10.622.139,06	6.711.184,88	Obrigações Contratuais a Executar		124.555.951,62	110.474.967,29
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-
TOTAL		16.826.010,68	16.539.397,50	TOTAL		124.555.951,62	110.474.967,29



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	Anual
EMISSÃO	08/01/18

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	18	1.788.842.085,74	1.509.902.510,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		55.868.279,25	49.665.484,81
Impostos		-	-
Taxas		55.868.279,25	49.665.484,81
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições			
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.199.958,30	809.074,25
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.199.958,30	809.074,25
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		102.157,37	205.933,47
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		19.143,66	39.040,21
Variações Monetárias e Cambiais		83.013,71	166.893,26
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		1.668.980.976,90	1.438.713.447,66
Transferências Intragovernamentais		1.636.767.519,88	1.438.088.886,46
Transferências Intergovernamentais		29.371.807,72	607.236,52
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.841.649,30	17.324,68
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		58.095.155,87	15.705.855,44
Reavaliação de Ativos		54.597.665,71	2.477.407,76
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.693.734,84	453.774,64
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.803.755,32	12.774.673,04
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		4.595.558,05	4.802.714,68
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		2.703.060,56	2.944.990,34
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.892.497,49	1.857.724,34

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	19	1.669.423.471,21	1.553.085.841,81
Pessoal e Encargos		1.099.640.485,65	1.043.704.116,56
Remuneração a Pessoal		822.091.580,67	779.901.034,51
Encargos Patronais		148.900.126,65	141.210.216,93
Benefícios a Pessoal		115.435.224,62	112.964.869,05
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		13.213.553,71	9.627.996,07
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		301.313.400,86	260.747.867,07
Aposentadorias e Reformas		268.542.965,39	230.716.968,13
Pensões		32.543.130,39	29.840.866,77
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		227.305,08	190.032,17
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		137.892.269,64	134.007.299,45
Uso de Material de Consumo		6.073.528,63	5.001.165,99
Serviços		116.236.069,40	116.717.277,29
Depreciação, Amortização e Exaustão		15.582.671,61	12.288.856,17
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		23.274,65	21.061,30
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		18.284,16	17.612,67
Variações Monetárias e Cambiais		4.990,49	3.448,63
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		88.281.322,27	65.027.803,79
Transferências Intragovernamentais		86.112.908,10	62.842.461,96
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.168.414,17	2.185.341,83
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		26.425.098,94	38.599.228,63
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		5.953,05	8.257,75
Incorporação de Passivos		15.091.427,43	38.301.694,95
Desincorporação de Ativos		11.327.718,46	289.275,93
Tributárias		3.322.745,68	4.579.784,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		212.306,09	198.236,75
Contribuições		3.110.439,59	4.381.547,89
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		12.524.873,52	6.398.680,37
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		-	-
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		12.147.473,75	5.762.905,41
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		377.399,77	635.774,96
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	20	119.418.614,53	-43.183.331,50

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	NE	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
EXERCÍCIO	2017
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	08/01/18

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	NE	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	21	76.842.041,38	-36.440.949,29
INGRESSOS		1.723.982.522,55	1.491.084.119,32
Receitas Derivadas e Originárias			
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		-	-
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferências Correntes Recebidas			
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		1.723.982.522,55	1.491.084.119,32
Ingressos Extraorçamentários		207.779,64	116.853,60
Transferências Financeiras Recebidas		1.636.093.239,52	1.438.087.802,58
Arrecadação de Outra Unidade		87.681.503,39	52.879.463,14
DESEMBOLSOS		-1.647.140.481,17	-1.527.525.068,61
Pessoal e Demais Despesas		-1.434.806.116,28	-1.323.902.228,98
Legislativo		-	-
Judiciário		-1.100.518.711,11	-1.037.776.621,37
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-	-
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-309.158.564,53	-264.513.663,09
Saúde		-	-
Trabalho		-	-
Educação		-	-
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-	-
Ciência e Tecnologia		-	-
Agricultura		-	-
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-
Comércio e Serviços		-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-	-
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-25.128.840,64	-21.595.207,56
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	-16.736,96

Juros e Encargos da Dívida			
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna			
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa			
Outros Encargos da Dívida			
Transferências Concedidas		-151.818.427,80	-145.463.453,75
Intergovernamentais			
A Estados e/ou Distrito Federal			
A Municípios			
Intragovernamentais		-151.818.427,80	-145.463.453,75
Outras Transferências Concedidas			
Outros Desembolsos das Operações		-60.515.937,09	-58.159.385,88
Dispêndios Extraorçamentários		-206.149,99	-123.301,51
Transferências Financeiras Concedidas		-60.309.787,10	-58.036.084,37
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	22	-26.801.598,58	-22.502.608,88
INGRESSOS			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Outros Ingressos de Investimentos			
DESEMBOLSOS		-26.801.598,58	-22.502.608,88
Aquisição de Ativo Não Circulante		-20.495.136,81	-17.740.711,52
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos		-6.306.461,77	-4.761.897,36
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS			
Operações de Crédito			
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais			
Transferências de Capital Recebidas			
Intergovernamentais			
Dos Estados e/ou Distrito Federal			
Dos Municípios			
Intragovernamentais			
Outras Transferências de Capital Recebidas			
Outros Ingressos de Financiamento			
DESEMBOLSOS			
Amortização / Refinanciamento da Dívida			
Outros Desembolsos de Financiamento			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		50.040.442,80	-58.943.558,17
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		35.843.837,89	94.787.396,06
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	23	85.884.280,69	35.843.837,89